

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 00-0036/1977 DE 1977

MATÉRIA LEGISLATIVA: PR

00-0036/1977 DE 12/08/77

PRIMEIRO-VENTE VAREADOR

JOSE EDUARDO CARDOSO

E M E N T A

DISCIPLINA A INSTITUIÇÃO DO PRÊMIO "HERBERT DE OLIVEIRA",
E A OUTRAS PRECEDÊNCIAS.



Câmara Municipal de São Paulo
GRUPO DE TRABALHO PARA O PRÊMIO HERBERT DE SOUZA
"PRÊMIO BETINHO DE CIDADANIA"

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

ÀS FOLHAS 2788 FICA INAUGURADO
O VOLUME 12 DO PROCESSO PR-
036/1997.

EM 11 / 08 / 2003


Sônia Maria Corrêa Alves
Grupo de Trabalho

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 51-C /2001

(Datilografar ou preencher em letra de mão)

Folha nº. <u>2788</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923 ☒

1. Nome da instituição

Instituto Brasileiro de Estudos e
Apoio Comunitário Queiróz Filho - IBEAC

Data da Fundação 11 / 06 / 1981

Endereço Av. Dr. Arnaldo, 2083

Bairro Sumaré CEP 01255-000 CAPITAL

Tel. () 3864-3133 Fax 3865-3211

e-mail ibeac@uol.com.br

Responsável Maria Lucia Franco Montoro Jens

Cargo Presidente

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo)

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA: âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição
Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.

Cláudia

Lembrar Betinho é pensar na vida e na solidariedade. É enfrentar a desigualdade, lutar para a realização de direitos e por uma sociedade humana e democrática. Nesse sentido, grupos e organizações que fortaleçam a participação da sociedade são exemplos e sua prática deve ser encorajada e valorizada.



Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário

Folha nº.	2789	do
Processo	PR-035/1997	
Sônia Maria Côrrea Alves		
Reg.	X.923	

São Paulo, 05 de outubro de 2001.

~~51-C~~ 51-C

Á
Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí, 100 2º andar sala 208
At. Mari

O Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiróz Filho – IBEAC, encaminha o relatório do Programa de Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos para ser anexado aos materiais já encaminhados, e pede desconsiderar o relatório enviado anteriormente.

Atenciosamente

IBEAC
EQUIPE DE COORDENAÇÃO



Folha nº. 2790	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.823	

51-C

Prêmio Betinho 2001 – Cidadania e Democracia

Dados sobre o Programa

2. Nome do Programa: Programa de Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos.

Organizações envolvidas: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário
Queiróz Filho – IBEAC / Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social

3. Data de Início: 27 de abril de 1993

4. Origem de Recursos:

1993 a 1994 – ASSOESP (Assoc. dos Bancos do Est. de São Paulo)

1995 a 2001 – FNDE/SEF/MEC

Valor anual em 2001 R\$ 1.259.852,22

1997 a 2001 – SE (Secr. Ed. Est. SP)

Valor anual em 2001 R\$ 942.180,00

7. Origem – Motivação do Programa EJA

A origem do Programa EJA decorre da própria razão de ser do IBEAC, ou seja, da sua missão:

- O Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – **IBEAC**, fundado em 1981 por Franco Montoro, é uma ONG sem fins lucrativos, apartidária, reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Município, pelo Estado e pela União; possui registro no CNAS e certificado de entidade de fins filantrópicos.

Direitos Humanos, Cidadania, Democracia Participativa e Solidariedade são os princípios e valores fundamentais que constituem os pilares do IBEAC e norteiam sua atuação.

A missão do Instituto consiste em transformar em ação, esses princípios e valores. Para isso, age sintonizada com seu momento histórico.



- A trajetória do IBEAC pode ser dividida em três etapas:
- 1. Iniciou suas atividades (1982-85) canalizando esforços pela redemocratização do país afim de restabelecer o Estado de Direito para o povo brasileiro. Promoveu grandes debates, organizou seminários, desenvolveu cursos de formação política, mobilizou os diversos segmentos da sociedade: jovens, mulheres, negros, comunidades, empresários, políticos, intelectuais.
- 2. Após o fim da ditadura militar, o trabalho do IBEAC esteve voltado para a Constituinte. Lideranças comunitárias, intelectuais, políticos, juristas reuniram-se sob a articulação do Instituto para discutir a nova Carta do país. Algumas leis existentes na Constituição brasileira tiveram a contribuição dessas discussões e debates.
- 3. Uma vez promulgada a Constituição, era fundamental mobilizar a sociedade civil para que participasse, de forma organizada, na defesa de interesses da população.

Em 1990, foi lançado pelo IBEAC o Movimento Nacional de Participação. A partir deste ano, lideranças de vários estados brasileiros estiveram reunidas no Instituto, discutindo de que forma a sociedade civil poderia contribuir concretamente para a implantação de políticas sociais. Como resultado dessas discussões, foi definida como área prioritária de atuação, a educação.

Desde então o IBEAC dedicou-se a implantar os Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social e através deles, desenvolver o Programa de Educação de Jovens e Adultos, premiado em julho último pela UNESCO, reconhecido como o melhor projeto de 2001, nessa área, por um júri internacional reunido em Paris.

Itens 5, 6 e 8 a 12 – descritos no texto e nas publicações em anexo.

Documentação Necessária: cópia do Estatuto / folder

Materiais anexados com informações adicionais ao Programa:



Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário

Folha nº	2792	00
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria	Côrrea Alves	
Reg.	19923	

- 3 -

PUBLICAÇÕES:

- “Seminário Internacional: educação de jovens e adultos” volume 01 e 02 – 1997;
- “Diretrizes” – 2000;
- “Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos – Experiência e Aprendizado” – 2001.
- Vídeo



Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário

Folha nº. 2793	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

PRÊMIO BETINHO 2001

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

IBEAC OUTUBRO/2001

Prêmio Betinho 2001 – Cidadania e Democracia

Dados sobre o Programa

2. **Nome do Programa:** Programa de Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos.

Organizações envolvidas: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário
Queiróz Filho – IBEAC / Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social

3. **Data de Início:** 27 de abril de 1993

4. **Origem de Recursos:**

1993 a 1994 – ASSOBESP (Assoc. dos Bancos do Est. de São Paulo)

1995 a 2001 – FNDE/SEF/MEC

Valor anual em 2001 R\$ 1.259.852,22

1997 a 2001 – SE (Secr. Ed. Est. SP)

Valor anual em 2001 R\$ 942.180,00

7. **Origem – Motivação do Programa EJA**

A origem do Programa EJA decorre da própria razão de ser do IBEAC, ou seja, da sua missão:

- O Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – **IBEAC**, fundado em 1981 por Franco Montoro, é uma ONG sem fins lucrativos, apartidária, reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Município, pelo Estado e pela União; possui registro no CNAS e certificado de entidade de fins filantrópicos.

Direitos Humanos, Cidadania, Democracia Participativa e Solidariedade são os princípios e valores fundamentais que constituem os pilares do IBEAC e norteiam sua atuação.

A missão do Instituto consiste em transformar em ação, esses princípios e valores. Para isso, age sintonizada com seu momento histórico.



Folha nº	2795	do
Processo	PR-036/1937	
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg.	10.923	

- A trajetória do IBEAC pode ser dividida em três etapas:
- 1. Iniciou suas atividades (1982-85) canalizando esforços pela redemocratização do país afim de restabelecer o Estado de Direito para o povo brasileiro. Promoveu grandes debates, organizou seminários, desenvolveu cursos de formação política, mobilizou os diversos segmentos da sociedade: jovens, mulheres, negros, comunidades, empresários, políticos, intelectuais.
- 2. Após o fim da ditadura militar, o trabalho do IBEAC esteve voltado para a Constituinte. Lideranças comunitárias, intelectuais, políticos, juristas reuniram-se sob a articulação do Instituto para discutir a nova Carta do país. Algumas leis existentes na Constituição brasileira tiveram a contribuição dessas discussões e debates.
- 3. Uma vez promulgada a Constituição, era fundamental mobilizar a sociedade civil para que participasse, de forma organizada, na defesa de interesses da população.

Em 1990, foi lançado pelo IBEAC o Movimento Nacional de Participação. A partir deste ano, lideranças de vários estados brasileiros estiveram reunidas no Instituto, discutindo de que forma a sociedade civil poderia contribuir concretamente para a implantação de políticas sociais. Como resultado dessas discussões, foi definida como área prioritária de atuação, a educação.

Desde então o IBEAC dedicou-se a implantar os Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social e através deles, desenvolver o Programa de Educação de Jovens e Adultos, premiado em julho último pela UNESCO, reconhecido como o melhor projeto de 2001, nessa área, por um júri internacional reunido em Paris, entre vários países que concorreram ao Prêmio.

Itens 5, 6 e 8 a 12 – descritos no texto e nas publicações em anexo.

Documentação: cópia do Estatuto / folder



Materiais anexados com informações adicionais ao Programa:

- “Seminário Internacional: educação de jovens e adultos” volume 01 e 02 – 1997;
- “Diretrizes” – 2000;
- “Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos – Experiência e Aprendizado” – 2001.
- Vídeo



Programa de Escolarização e Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA

Resumo

Este Programa, iniciado em 1993, propõe-se, através da escolarização e alfabetização de jovens e adultos, contribuir para a construção da cidadania e para a superação do analfabetismo no país. Conta com o apoio de duas fontes governamentais, para o desenvolvimento do mesmo: convênios com a FNDE-MEC (a partir de 1995) e com a Secretaria da Estado da Educação-SP (a partir de 1997).

O Projeto é desenvolvido através da formação e organização de Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social, constituídos por representantes de entidades e por educadores voluntários, com classes que funcionam em locais cedidos gratuitamente por igrejas, escolas, centros comunitários, clubes de serviço, etc.

A seleção dos educadores (monitores e coordenadores pedagógicos), é tarefa dos membros dos Conselhos, sendo dada preferência aos que residem nas proximidades dos núcleos de alfabetização. Esses educadores recebem uma ajuda de custo para a atividade fim em sala de aula.

Os monitores devem ter ou estar terminando o 2º. grau; os coordenadores necessitam de, no mínimo, estar cursando a universidade.

O IBEAC organiza cursos mensais locais ou regionais para a capacitação pedagógica desses educadores, assim como oficinas pedagógicas mensais, para orientação aos coordenadores de todos os Conselhos. Cada coordenador orienta, em média, 10 monitores, em reuniões semanais ou quinzenais.

As aulas de alfabetização funcionam sem rigidez organizacional e burocrática, permitindo ao aluno certa flexibilidade, que atenda o ritmo de vida e de aprendizagem de cada um. Os educadores encaminham os alunos que consideram aptos, ao supletivo de 5ª. série, para os testes realizados em escolas públicas, destinados à avaliação do nível de escolaridade dos alunos; aos que são aprovados, é fornecido um atestado de escolaridade que lhes permita prosseguir nos estudos.

As verbas recebidas dos convênios são destinadas à execução do programa educacional, que, em 2000, atendeu 27.492 alunos em 918 classes, com 1.088 educadores envolvidos.

Dessa forma, o Programa desenvolvido pelo IBEAC não se enquadra no ensino formal, nem em “bolsas de estudo” para os alunos. Enquanto existem vagas, as pessoas que procuram os núcleos de alfabetização são inscritas e começam a frequentar as aulas, independentemente da época do ano.

Devido ao elevado número de alunos que atendemos, o cadastro dos alunos se encontra à disposição na sede do IBEAC.

Por este trabalho o IBEAC recebeu o “Prêmio de Alfabetização NOMA” da Unesco, em julho de 2001, selecionado por um júri internacional reunido em Paris, entre vários países que concorreram ao Prêmio.



Programa de Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos

1 – Introdução

Há 9 anos o IBEAC – Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário, vem desenvolvendo um amplo programa de educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo. Esse trabalho é decorrência da missão do Instituto: envolver a sociedade civil em projetos que ajudem a combater a exclusão social e a promover cidadania.

O IBEAC, em 1990, lançou o Movimento Nacional de Participação e reuniu lideranças oriundas de vários estados brasileiros para discutir mecanismos que pudessem unir os vários setores organizados da sociedade, em projetos que pudessem minimizar os problemas sociais. A educação foi eleita como área prioritária.

Durante dois anos, o IBEAC promoveu seminários, organizou workshops e realizou pesquisas para verificar de que forma a sociedade poderia estar colaborando para amenizar os problemas educacionais no estado de São Paulo.

Todo esse trabalho resultou na criação de Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social, formados pelo IBEAC, em nível local ou regional. Eles são organizados nos municípios como instrumento aglutinador. É um sistema aberto à participação de todos os segmentos da sociedade, lideranças comunitárias, cidadãos e cidadãs que desejam colaborar na melhoria da educação, da cultura e por melhor qualidade de vida das pessoas marginalizadas da comunidade.

Foram definidas três linhas de ação para a atuação dos Conselhos na área da educação:

1. Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos, envolvendo a comunidade;
2. Não deixar criança, em idade escolar, fora da escola.
3. Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, no município, destinados à área da educação.

Dessas três metas, a que teve maior impulso foi a de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, que vem contribuindo efetivamente para promover escolaridade a milhares de jovens e adultos que freqüentam anualmente os núcleos dos Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social.

2 - Histórico

O IBEAC iniciou a primeira experiência de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, em 1993, através da formação do Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social, no município de Osasco, localizado na região da Grande São Paulo. O Conselho foi organizado a partir de duas reuniões com representação de vários segmentos da sociedade civil e lideranças comunitárias, e logo em seguida, um seminário local para avaliação da situação educacional e projeção do número de pessoas não escolarizadas do município. Com esses dados, o Conselho de Osasco, sob a orientação do IBEAC, iniciou a implantação do projeto de educação de jovens e adultos. Foram realizados um mapeamento relacionado à demanda e um levantamento dos espaços físicos. Os monitores, oriundos da própria comunidade onde se instalava o núcleo de alfabetização e escolarização, tinham o 2º grau ou cursavam o último ano do ensino médio e atuavam como voluntários.

Após alguns meses de trabalho surgiram as primeiras dificuldades: era necessário conseguir uma ajuda de custo para os monitores, visto que eles, além de trabalhar gratuitamente, tinham despesas

com o projeto. Havia também dificuldade para comprar o material usado no dia a dia pelos alunos e educadores, tais como: caderno, lápis, borracha, cartolina, giz...

Em maio de 1993 o IBEAC apresentou um projeto para a Associação dos Bancos do Estado de São Paulo (ASSOBESP) ligada à Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que, através de uma parceria estabelecida com o Instituto, destinou seiscentos mil dólares para a implantação dos Conselhos e desenvolvimento do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA); teve como meta a alfabetização de quatro mil alunos.

Esta parceria permitiu a organização de 10 Conselhos Comunitários no período de dois anos, tendo sido a verba assim aplicada:

1. Ajuda de custo para monitor e coordenador pedagógico;
2. Compra de material didático;
3. Coordenação do programa e acompanhamento dos núcleos de alfabetização;
4. Reuniões pedagógicas com os professores e reuniões administrativas com as lideranças dos Conselhos.

Ao final da parceria, havia seis Conselhos Comunitários consolidados em várias regiões do estado de São Paulo, coordenados pelo IBEAC, com classes freqüentadas por seis mil pessoas: 50% a mais do que a meta estabelecida com a ASSOBESP.

A continuação do Programa EJA se deu através de parceria com o MEC (FNDE-SEF) em 1995. O número de Conselhos Comunitários foram ampliados para catorze e multiplicados o número de pessoas atendidas pelo programa. Em 1996 o IBEAC sentiu a necessidade de promover uma grande reflexão sobre Educação e Escolarização de Jovens e Adultos em busca de subsídios que contribuíssem para melhorar a atuação dos Conselhos Comunitários no Estado de São Paulo. Promoveu, em parceria com o MEC, um seminário internacional, envolvendo especialistas de vários países e a participação de Organizações Não Governamentais, Universidades e lideranças de vários Estados brasileiros: oitocentas pessoas estiveram reunidas durante dois dias, discutindo a educação e escolarização de jovens e adultos. A síntese desse Seminário está contido em dois volumes intitulados Educação e Escolarização de Jovens e Adultos, volume 1 e volume 2 (anexos).

Ao final de 1997, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo firmou parceria com o IBEAC para alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nas Zonas Leste e Norte da Cidade de São Paulo. Essa parceria fez com que fossem ampliados ainda mais o número de alunos atendidos e o número de Conselhos Comunitários.

Hoje o IBEAC conta com 24 Conselhos atuando em 50 municípios e regiões do Estado de São Paulo, escolarizando diariamente cerca de 30 mil alunos (anexo).

No dia 16 de dezembro de 2000, IBEAC, Conselhos Comunitários e convidados, reuniram-se no Memorial da América Latina, cidade de São Paulo, para comemorar a alfabetização e escolarização de mais de cem mil jovens e adultos, lançar o livro "Diretrizes" sobre o modelo de implantação dos Conselhos e homenagear Franco Montoro, fundador, mentor intelectual e Conselheiro do IBEAC.

Na cidade de São Paulo, Grande São Paulo e algumas regiões do Estado onde o projeto está em funcionamento, o programa tem se tornado ponto de referência em educação de jovens e adultos.

3 – Fundamentação

Os princípios norteadores do Programa de Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos do IBEAC são baseados no humanismo, na transcendência e na busca da interação ser humano-sociedade-meio ambiente.

O humanismo, fundamentado na liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, diálogo e tolerância, propõe a construção de uma sociedade democrática, estabelecendo uma relação de respeito aos direitos humanos e combate às desigualdades sociais.

O ser humano não é um sistema fechado: é gregário, interage com o próximo e sente necessidade de atingir objetivos nobres: é chamado à transcendência.

O IBEAC / Conselhos Comunitários procuram incorporar em seu projeto os princípios e diretrizes das Conferências Internacionais promovidos pela UNESCO, sobre educação de jovens e adultos. Sabem que “a educação de adultos deve ser concebida dentro de um contexto de educação continuada por toda a vida”, devendo-lhes propiciar: “aprender a ser; aprender a conhecer; aprender a fazer e aprender a conviver”.

4 – Objetivo

IBEAC e Conselhos atuam para que jovens e adultos adquiram o domínio da leitura, da escrita, de operações e conhecimentos básicos de matemática. Estas aprendizagens contribuirão para conhecer melhor a vida e a natureza, construir perspectivas de melhoria de qualidade de vida, participar com mais intensidade da vida econômica, política, social e cultural do mundo ao qual pertencem, exercer plenamente a cidadania e continuar aprendendo.

5 – Meta

A meta estabelecida é atingir a alfabetização dos alunos e alunas ao final de onze meses, tornando possível dar continuidade aos estudos. O IBEAC entende como alfabetizada a pessoa que escreve e lê um texto simples, resolve operações básicas de matemática, desenvolve raciocínio lógico e sabe preencher sozinha um formulário. Além disso, os alunos e alunas que freqüentam os cursos e já dominam esses conhecimentos devem estar aptos para realizar o teste de escolaridade na escola pública, para poder continuar os estudos no supletivo ou na rede pública do ensino fundamental.

Como consequência, teremos a ampliação do nível de escolaridade. Existe a preocupação em incluir o computador para que os alunos possam usá-lo como um meio de alfabetização e inclusão no mundo digital.

6 – Implantação do Programa

A implantação do Programa de Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos obedece às seguintes etapas:

- 1ª – Conhecimento da realidade local e contato com a comunidade. Escolha de locais com maior número de analfabetos para instalação das classes. Divulgação do Programa de Alfabetização. Inscrição dos alunos.
- 2ª – Seleção de coordenadoras pedagógicas e monitoras. Elaboração da proposta pedagógica.
- 3ª – Início das aulas. Capacitação das educadoras e reuniões pedagógicas entre coordenadoras e monitoras. Acompanhamento e avaliação do trabalho.

7 – Funcionamento do Sistema

1. Espaço físico, onde funciona o núcleo: qualquer espaço físico providenciado pela comunidade;
2. Monitores, com classes com 20 a 25 alunos funcionando de 2ª a 5ª feira, duas horas por dia;

3. Coordenadores pedagógicos, um para cada dez monitores;
4. Cursos de capacitação e oficinas pedagógicas mensais para monitores e coordenadores pedagógicos, coordenados pelo IBEAC;
5. Reuniões pedagógicas semanais, durante duas horas, entre coordenadores e monitores;
6. Relatórios mensais encaminhados ao IBEAC pelos Conselhos Comunitários, sobre o desenvolvimento do programa;
7. Visitas sistemáticas aos núcleos de alfabetização, pelos coordenadores pedagógicos e pelo IBEAC;
8. Duração do Programa EJA: onze meses (fevereiro a dezembro);
9. Teste de escolaridade na escola pública para os alunos que se encontram preparados, para obtenção do certificado de 4ª série, tornando-os aptos a continuar os estudos.

8 – Metodologia

O IBEAC procura respeitar a grande diversidade dos trabalhos que são desenvolvidos em sala de aula. Muitas mudanças ocorreram na teoria e na prática da alfabetização de jovens e adultos durante os últimos vinte anos: a prática presente nos Conselhos Comunitários é produto da teoria construtivista, a partir de experiências vivenciadas pelos monitores e monitoras, do contato com filhos e sobrinhos em fase de alfabetização, das informações trazidas pelas revistas e jornais e dos cursos de formação e reuniões pedagógicas dos quais participam mensalmente.

Nas reuniões e cursos são estudadas as contribuições de Paulo Freire, de Emília Ferreira e de Ana Teberosky. Monitores e monitoras são orientados a observar os seguintes princípios:

- Partir do universo cultural do aluno, valorizando as características e potencialidades regionais;
- Valorizar e respeitar o saber do aluno em seus diferentes aspectos;
- Desenvolver o posicionamento crítico frente à realidade em que vive o aluno.

9 – Cursos de Capacitação e Oficinas Pedagógicas

Os cursos de capacitação têm como principal objetivo contribuir para que monitoras e coordenadoras possam transformar em educação de melhor qualidade o trabalho desenvolvido na sala de aula.

Os educadores, além de refletirem sobre os fundamentos teóricos da aprendizagem e dos processos cognitivos que embasam sua prática educativa, têm a oportunidade de conhecer as propostas mais modernas de alfabetização, fundamentadas em pesquisas científicas e também materiais didáticos que possam servir como pontos de referência na preparação das aulas. Podem ainda aproveitar os cursos para compartilhar experiências, que motivem o trabalho e ajudem a combater a evasão.

Os cursos de capacitação vêm permitindo qualificar cada vez mais as monitoras e as coordenadoras pedagógicas, em suas funções. O IBEAC pode comprovar essa qualificação, ao verificar que, em algumas prefeituras, as educadoras do Programa são aprovadas em concursos públicos na área de educação.

As Oficinas Pedagógicas procuram trabalhar concretamente, utilizando os planos de trabalho dos coordenadores, detalhando-os, discutindo-os, trocando sugestões, exemplificando as atividades desenvolvidas, as interações entre as áreas, etc. Servem de apoio ao monitor, consideradas por estes muito produtivas, por trabalhar por conceitos, conteúdos, atividades e exercícios utilizados no dia a

dia. O monitor adquire uma maior segurança em classe após essa troca de informações e discussões em grupo.

10 – Material Didático

Os melhores textos para o trabalho pedagógico são aqueles que apresentam função social, como reportagens, cartas, instruções, propagandas, poesias, folhetos, receitas, listas, etc..

O IBEAC tem encaminhado aos Conselhos, para o uso dos monitores e monitoras os livros:

- “Viver, Aprender: Educação de Jovens e Adultos”. Coleção de materiais didáticos, publicada pelo Ministério da Educação – MEC e Ação Educativa. Contém livros para alunos e guia para os educadores: 4 livros contendo 15 módulos.
- Coletâneas de textos, organizados por Vereda – Centro de Estudos em Educação; Confabulando, Estoriando e Poetizando. São Três modalidades textuais: a fábula, a narração e a poesia.

11 – Avaliação

A avaliação é feita durante todo o processo da construção do conhecimento, isto é, continuamente. É um instrumento da monitora para orientar a sua prática pedagógica. Deve se preocupar com a aprendizagem dos alunos, acompanhando cada um deles para que passem a dominar os novos conhecimentos, os quais até então desconheciam ou não conseguiam entender.

Fazem parte da avaliação:

1. Reuniões pedagógicas que são realizadas semanalmente. Nelas, coordenadores pedagógicos, monitores e monitoras avaliam o trabalho realizado durante a semana e programam conjuntamente o trabalho da semana seguinte.
2. Visitas aos Núcleos: a equipe de educação do IBEAC faz um acompanhamento em nível local, do trabalho desenvolvido pelos monitores, procurando ajudá-los a superar dificuldades e estimular os alunos em processo de escolaridade.
3. Relatórios: Os relatórios servem como registro das atividades pedagógicas, como fontes complementares à verificação do desenvolvimento do programa e como avaliação do trabalho.

Dois deles são mensais, a cargo dos coordenadores: um deles relata o conteúdo das reuniões pedagógicas semanais; o outro, as visitas feitas às classes e o registro de suas observações.

Os outros dois relatórios são semestrais, preenchidos pelas monitoras no início e ao final do período letivo. Compreende um cadastro, com dados individuais de cada aluno e uma tabela geral, “quadro informativo”, com os dados globais da classe.

4. Teste de escolaridade: os alunos quando estão preparados fazem o teste de escolaridade na escola pública para obter dela o certificado de 4ª série e continuar estudando

12 - Abrangência do Programa

- a) 1993 – 2000 = 145.000 pessoas atendidas e mais de 100 mil jovens e adultos escolarizados
- b) 2001 -
- 30 mil pessoas em processo de escolarização
 - 22 Conselhos Comunitários organizados no Estado de São Paulo
 - 50 municípios envolvidos no programa de educação de jovens e adultos do IBEAC
 - 1350 voluntários atuando diariamente no programa de Educação de Jovens e Adultos

13 – Pesquisas

O IBEAC durante esses nove anos vem desenvolvendo pesquisas junto aos educadores e educandos, procurando traçar um perfil dos mesmos, de acordo com as regiões onde os Conselhos estão localizados.

Em anexo, as tabelas e gráficos das pesquisas realizadas.

REGIÃO METROPOLITANA - SÃO PAULO - DEZ 2000

Municípios de Arujá, Cotia, Embú, Guarulhos, Jandira, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Osasco, São Bernardo do Campo e Capital (Campo Limpo, Santo Amaro, Brasilândia, Freguesia do Ó)

Tabela 1 - Escolaridade x Alunos

Série	Total Alunos	%
1ª e 2ª séries (Alfab.)	6.979	63,5%
3ª e 4ª séries (Pós-alf)	4.014	36,5%
Total Global	10.993	100,0%

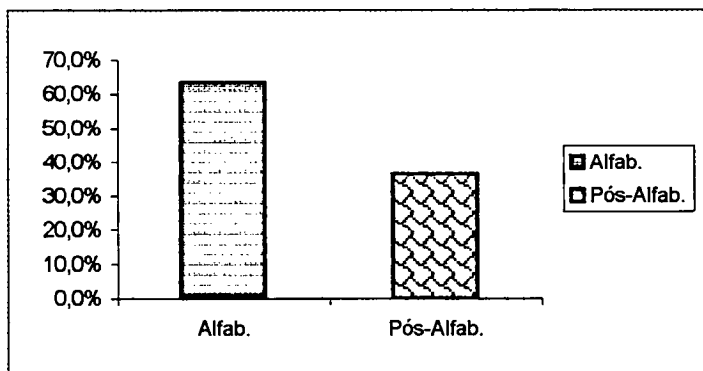


Tabela 2 - Gênero x Alunos

Gênero	Total	%
Masculino	4.295	39,1%
Feminino	6.698	60,9%
Total	10.993	100,0%

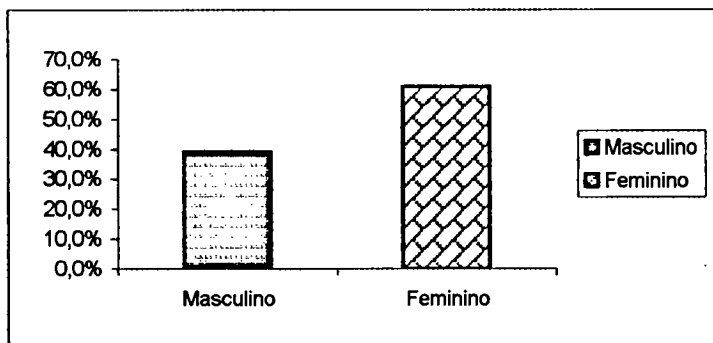
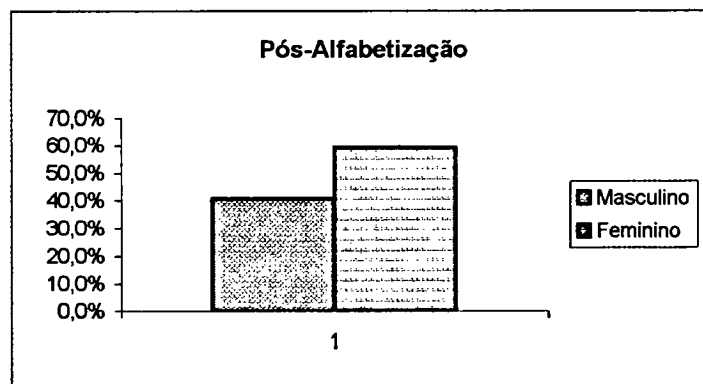
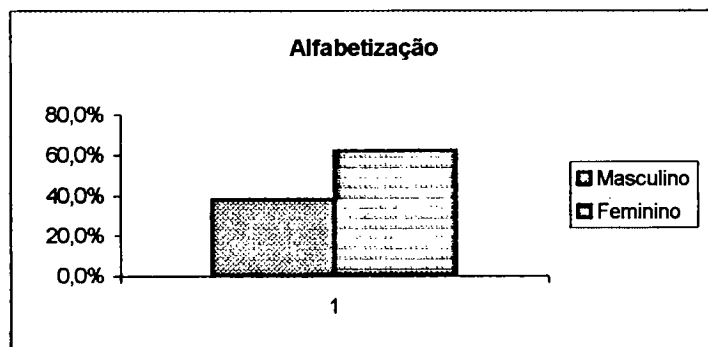


Tabela 3 - Escolaridade x Gênero

Série	1ª e 2ª séries (Alfab.)	3ª e 4ª série (Pós-alf)
Masculino	38,1%	40,7%
Feminino	61,9%	59,3%
Total Global	100,0%	100,0%



REGIÃO METROPOLITANA - SÃO PAULO - DEZ 2000

Municípios de Arujá, Cotia, Embú, Guarulhos, Jandira, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Osasco, São Bernardo do Campo e Capital (Campo Limpo, Santo Amaro, Brasilândia, Freguesia do Ó)

Tabela 4 - Faixa Etária x Alunos

Faixa etária	Total	%
Até 24 anos	2.632	24,0%
De 25 a 40 anos	4.665	42,5%
De 41 a 60 anos	3.183	29,0%
Acima de 60 anos	513	4,5%
Total Alunos	10.993	100%

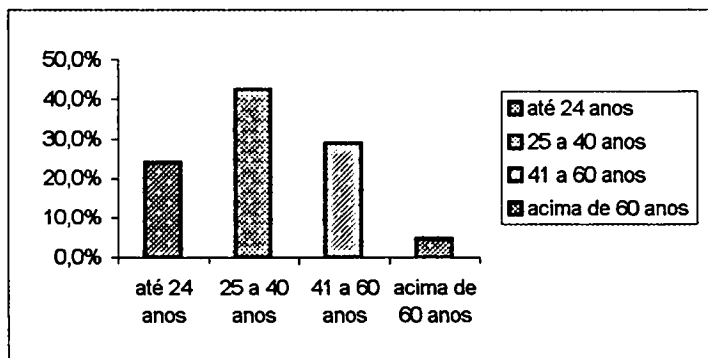
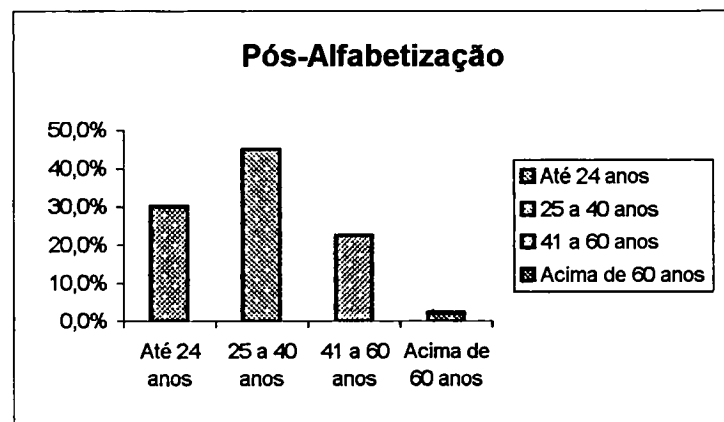
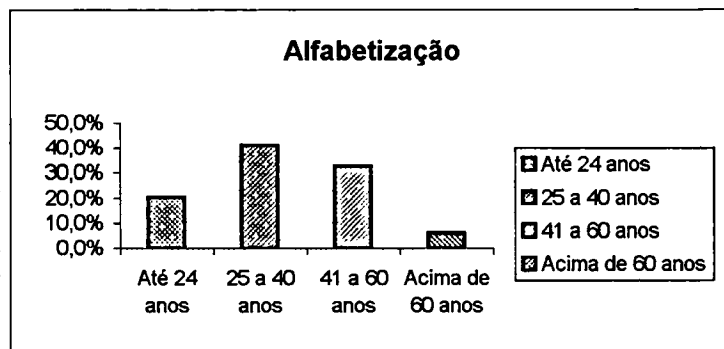


Tabela 5 - Faixa Etária x Escolaridade

Faixa etária	Alfab. - %	Pós-Alfab. - %
Até 24 anos	20,3%	30,2%
De 25 a 40 anos	41,0%	45,0%
De 41 a 60 anos	32,7%	22,5%
Acima de 60 anos	6,0%	2,3%
Total Alunos	100,0%	100,0%



REGIÃO METROPOLITANA - SÃO PAULO - DEZ 2000

Municípios de Arujá, Cotia, Embú, Guarulhos, Jandira, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Osasco, São Bernardo do Campo e Capital (Campo Limpo, Santo Amaro, Brasilândia, Freguesia do Ó)

Tabela 6 - Faixa Etária x Gêneros

Faixa etária	Alfabetização	
	Masc.	Fem.
Até 24 anos	30,7%	13,9%
De 25 a 40 anos	46,1%	37,8%
De 41 a 60 anos	20,6%	40,2%
Acima de 60 anos	2,6%	8,1%
Total Alunos	100,0%	100,0%

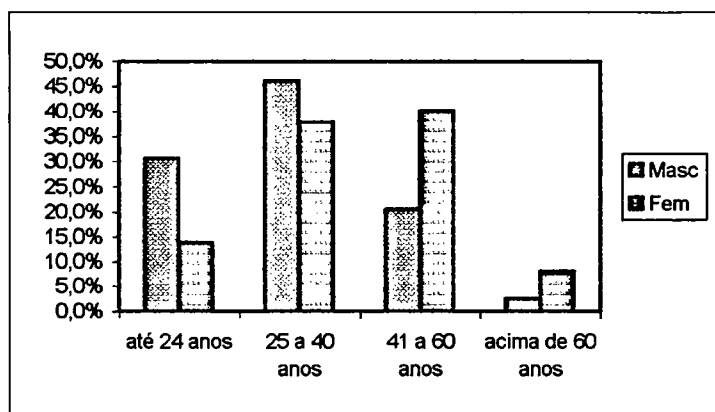


Tabela 7 - Faixa Etária x Gêneros

Faixa etária	Pós-Alfabetização	
	Masc.	Fem.
Até 24 anos	38,7%	24,4%
De 25 a 40 anos	44,4%	45,5%
De 41 a 60 anos	15,7%	27,1%
Acima de 60 anos	1,2%	3,0%
Total Alunos	100,0%	100,0%

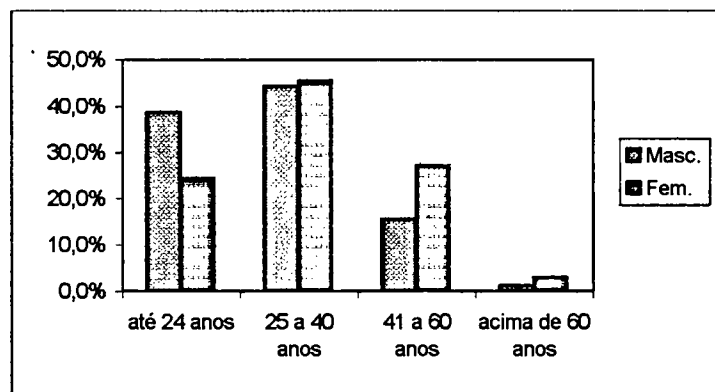


Tabela 8 - Atividade Profissional x Alunos

Situação Profissional	Geral	%
Trabalhando	4.415	49,5%
Sem Trabalho	2.395	26,8%
Aposentado	345	3,9%
"Do Lar"	1.767	19,8%
Total	8.922	100,0%

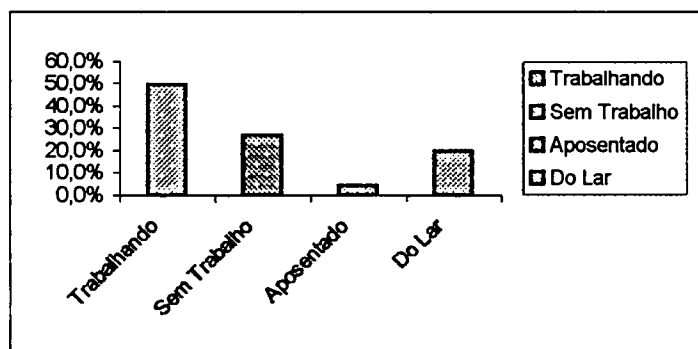
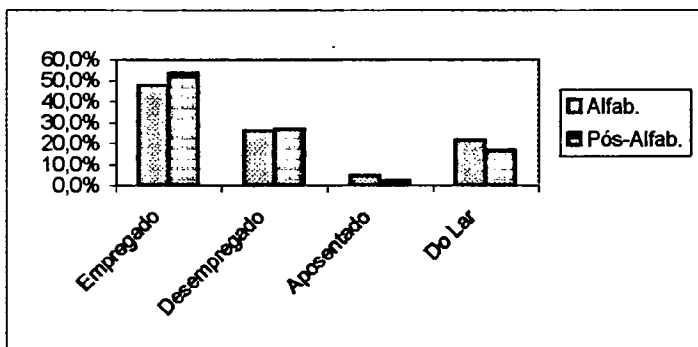


Tabela 9 - Atividade Prof. x Escolaridade

Atividade Profissional	Alfab.	Pós-Alfab.
Empregado	47,6%	53,5%
Desempregado	26,2%	27,0%
Aposentado	4,7%	2,5%
"Do Lar"	21,5%	17,0%
Total	100,0%	100,0%



VALE DO PARAÍBA
Lorena e Pindamonhangaba

Folha nº. **2808** do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Tabela 1 - Escolaridade x Alunos

Série	Total Alunos	%
1ª e 2ª séries (Alfab.)	1.725	48,3%
3ª e 4ª séries (Pós-alf)	1.850	51,7%
Total Global	3.575	100,0%

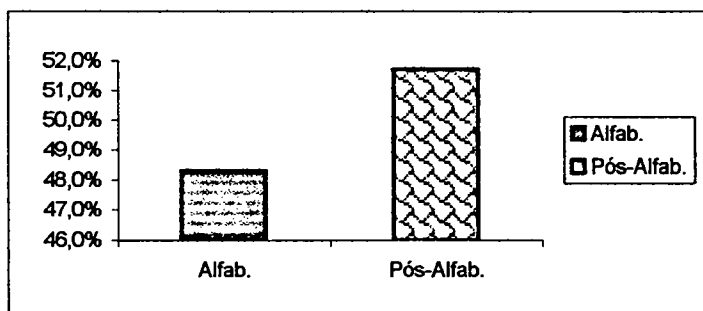


Tabela 2 - Gênero x Alunos

Gênero	Total	%
Masculino	1.646	46%
Feminino	1.929	54%
Total	3.575	100%

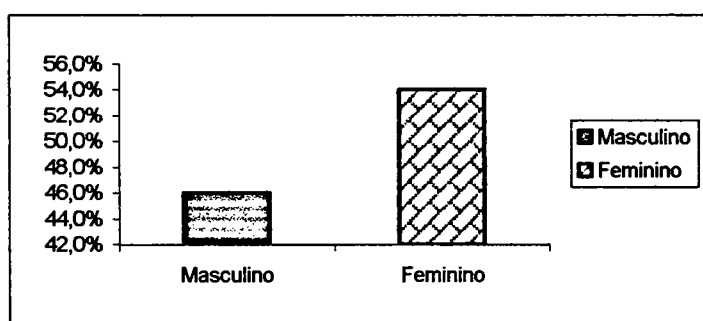
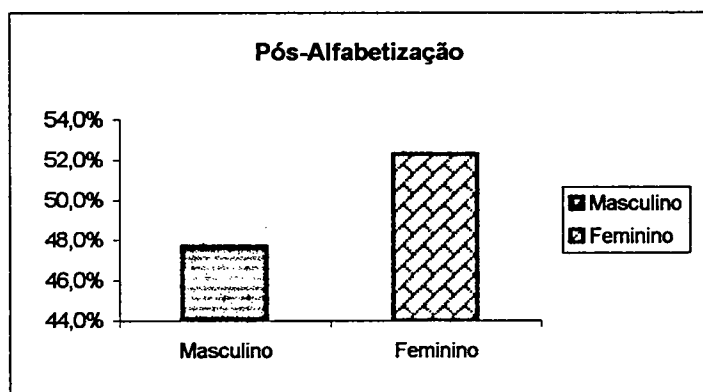
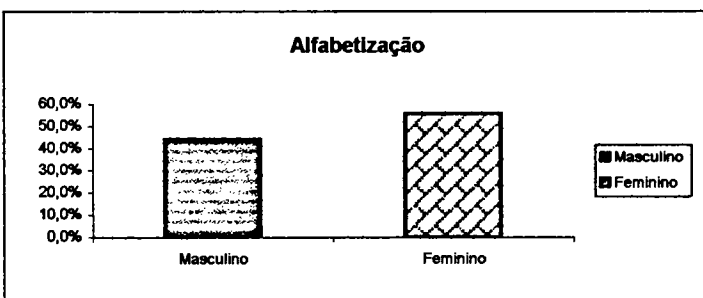


Tabela 3 - Escolaridade x Gênero

Série	1ª e 2ª séries (Alfab.)	3ª e 4ª série (Pós-alf)
Masculino	44,2%	47,7%
Feminino	55,8%	52,3%
Total Global	100,0%	100,0%





VALE DO PARAÍBA

Lorena e Pindamonhangaba

Folha nº. 2809 do
Processo PR-036/1997
~~Sônia Maria Corrêa Alves~~
Reg. 10.923

Tabela 4 - Faixa Etária x Alunos

Faixa etária	Total	%
Até 24 anos	1.039	29,0%
De 25 a 40 anos	1.346	37,7%
De 41 a 60 anos	894	25,0%
Acima de 60 anos	296	8,3%
Total Alunos	3.575	100,0%

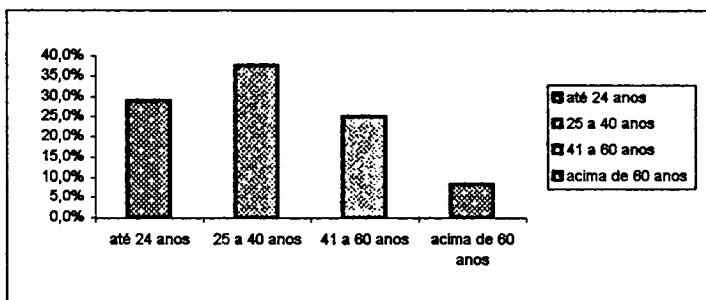


Tabela 5 - Faixa Etária x Escolaridade

Faixa etária	Alfab. - %	Pós-Alfab. - %
Até 24 anos	23,1%	34,6%
De 25 a 40 anos	37,6%	37,7%
De 41 a 60 anos	27,8%	22,4%
Acima de 60 anos	11,5%	5,3%
Total Alunos	100,0%	100,0%

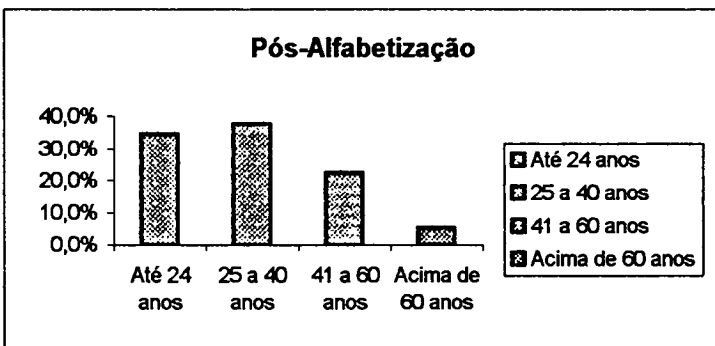
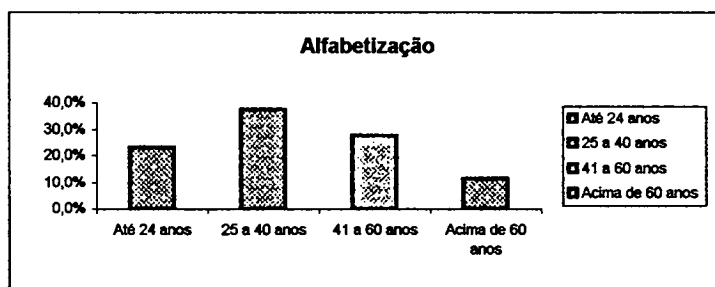
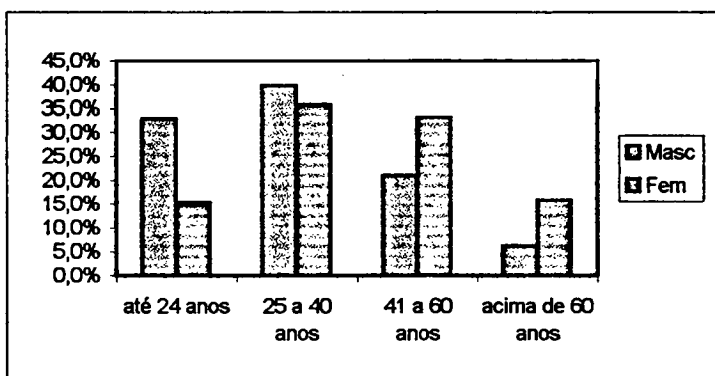


Tabela 6 - Faixa Etária x Gêneros

Faixa etária	Alfabetização	
	Masc.	Fem.
Até 24 anos	32,9%	15,3%
De 25 a 40 anos	39,8%	35,8%
De 41 a 60 anos	21,1%	33,1%
Acima de 60 anos	6,2%	15,8%
Total Alunos	100,0%	100,0%



VALE DO PARAIBA
Lorena e Pindamonhangaba

Tabela 7 - Faixa Etária x Gêneros

Faixa etária	Pós-Alfabetização	
	Masc.	Fem.
Até 24 anos	39,1%	30,6%
De 25 a 40 anos	39,9%	35,8%
De 41 a 60 anos	17,3%	27,0%
Acima de 60 anos	3,7%	6,6%
Total Alunos	100,0%	100,0%

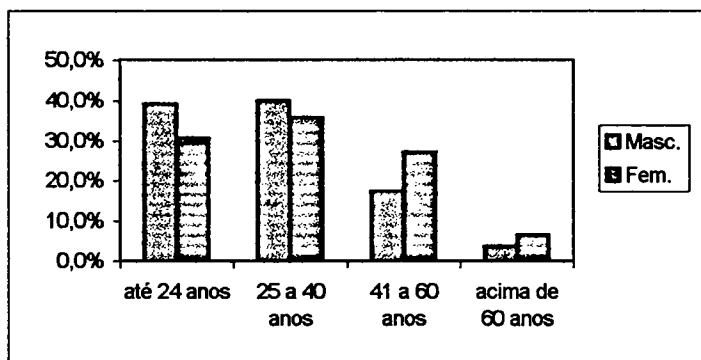


Tabela 8 - Atividade Profissional x Alunos

Situação Profissional	Geral	%
Trabalhando	1.253	39,6%
Sem Trabalho	1.270	40,1%
Aposentado	145	4,6%
"Do Lar"	498	15,7%
Total	3.166	100,0%

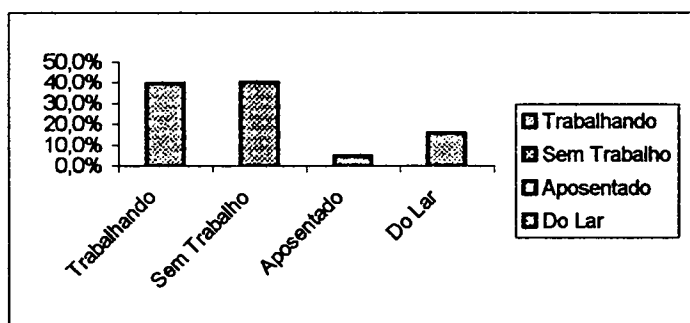


Tabela 9 - Atividade Prof. x Gênero

Atividade Profissional	Masc	Fem
Empregado	51,5%	29,5%
Desempregado	43,0%	37,6%
Aposentado	5,5%	3,9%
"Do Lar"	-	29,0%
Total	100,0%	100,0%

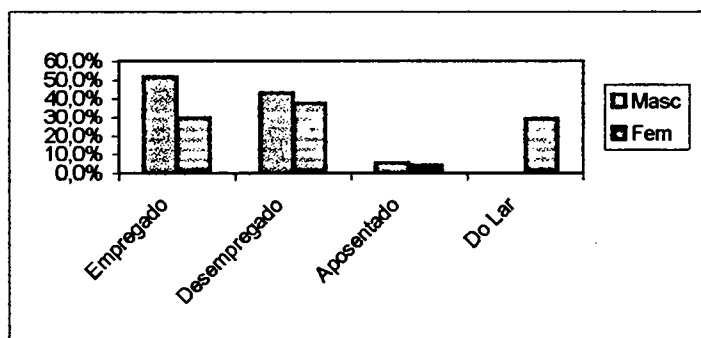
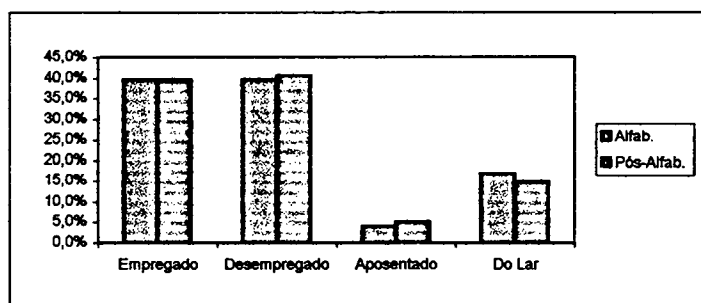


Tabela 10 - Atividade Prof. x Escolaridade

Atividade Profissional	Alfab.	Pós-Alfab.
Empregado	39,6%	39,6%
Desempregado	39,6%	40,6%
Aposentado	4,0%	5,1%
"Do Lar"	16,8%	14,7%
Total	100,0%	100,0%



REGIÃO SUDOESTE

Municípios de Apiaí, Barra Chapéu, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Itararé, Itapeva,
Iporanga, Rib. Branco

Tabela 1 - Escolaridade x Alunos

Série	Total Alunos	%
1ª e 2ª séries (Alfab.)	1.085	55,6%
3ª e 4ª séries (Pós-alf)	866	44,4%
Total Global	1.951	100,0%

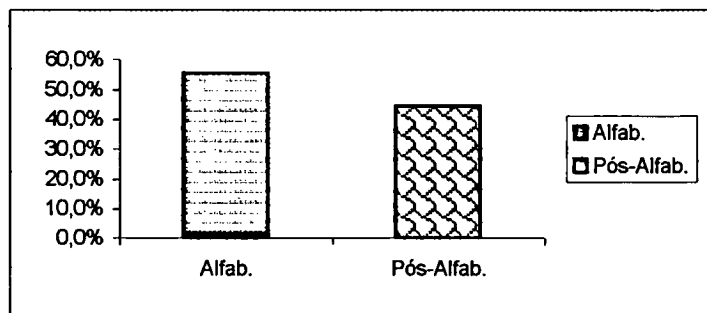


Tabela 2 - Gênero x Alunos

Gênero	Total	%
Masculino	1.075	55,1%
Feminino	876	44,9%
Total	1.951	100,0%

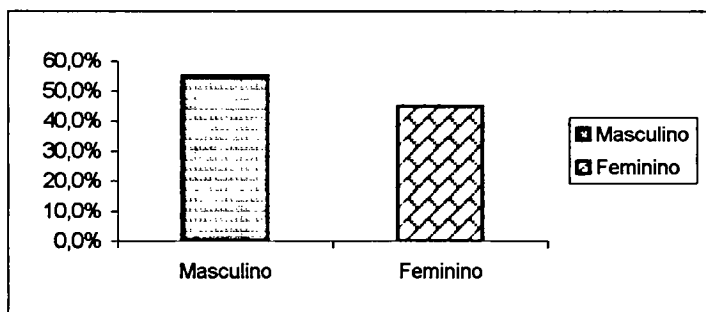
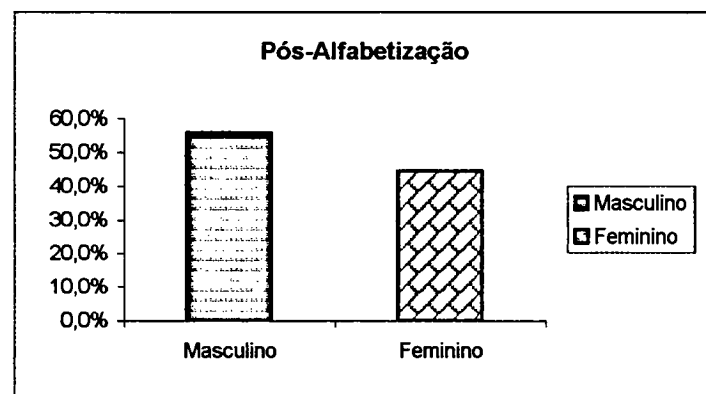
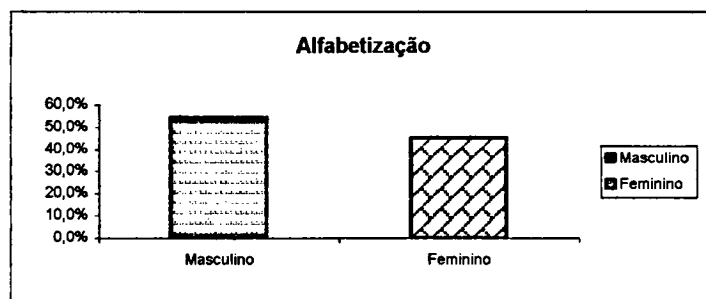


Tabela 3 - Escolaridade x Gênero

Série	1ª e 2ª séries (Alfab.)	3ª e 4ª série (Pós-alf)
Masculino	54,6%	55,8%
Feminino	45,4%	44,2%
Total Global	100,0%	100,0%



REGIÃO SUDOESTE

Municípios de Apiaí, Barra Chapéu, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Itararé, Itapeva,
Iporanga, Rib. Branco

Tabela 4 - Faixa Etária x Alunos

Faixa etária	Total	%
Até 24 anos	702	36,0%
De 25 a 40 anos	719	36,9%
De 41 a 60 anos	476	24,4%
Acima de 60 anos	54	2,7%
Total Alunos	1.951	100%

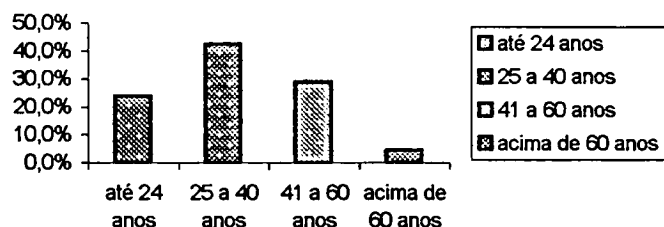
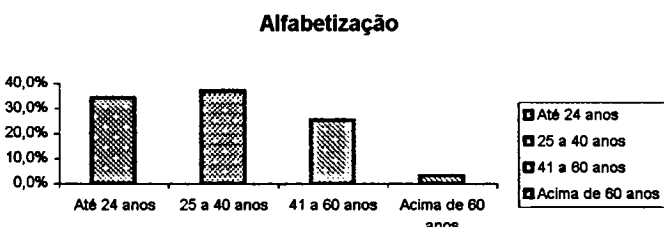


Tabela 5 - Faixa Etária x Escolaridade

Faixa etária	Alfab. - %	Pós-Alfab. - %
Até 24 anos	34,4%	38,0%
De 25 a 40 anos	37,2%	36,4%
De 41 a 60 anos	25,4%	23,2%
Acima de 60 anos	3,0%	2,4%
Total Alunos	100,0%	100,0%



Pós-Alfabetização

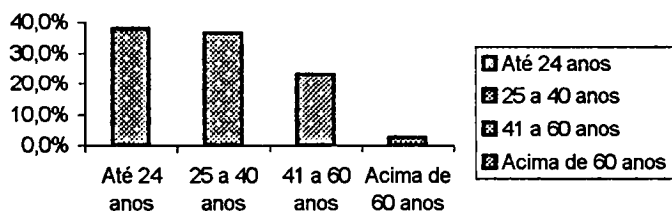
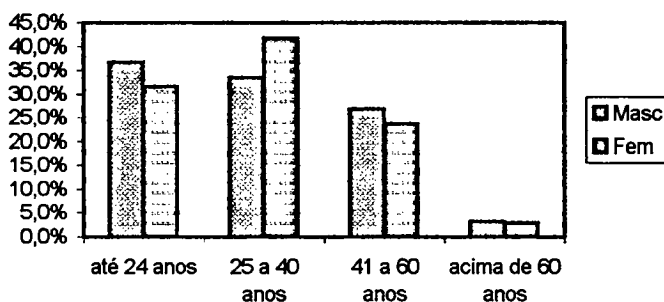


Tabela 6 - Faixa Etária x Gêneros

Faixa etária	Alfabetização	
	Masc. - %	Fem. - %
Até 24 anos	36,7%	31,6%
De 25 a 40 anos	33,4%	41,8%
De 41 a 60 anos	26,7%	23,7%
Acima de 60 anos	3,2%	2,9%
Total Alunos	100,0%	100,0%



REGIAO SUDOESTE

Municípios de Apiaí, Barra Chapéu, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Itararé, Itapeva,
Iporanga, Rib. Branco

Tabela 7 - Faixa Etária x Gêneros

Faixa etária	Pós-Alfabetização	
	Masc.	Fem.
Até 24 anos	37,7%	38,4%
De 25 a 40 anos	37,2%	35,2%
De 41 a 60 anos	22,6%	24,0%
Acima de 60 anos	2,5%	2,4%
Total Alunos	100,0%	100,0%

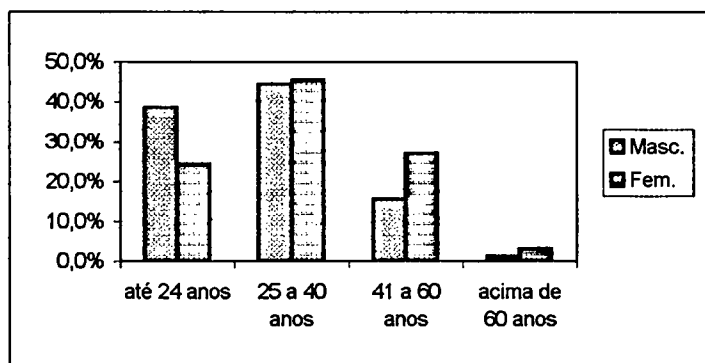


Tabela 8 - Atividade Profissional x Alunos

Situação Profissional	Geral	%
Trabalhando	777	39,8%
Sem Trabalho	704	36,1%
Aposentado	29	1,5%
"Do Lar"	441	22,6%
Total	1.951	100,0%

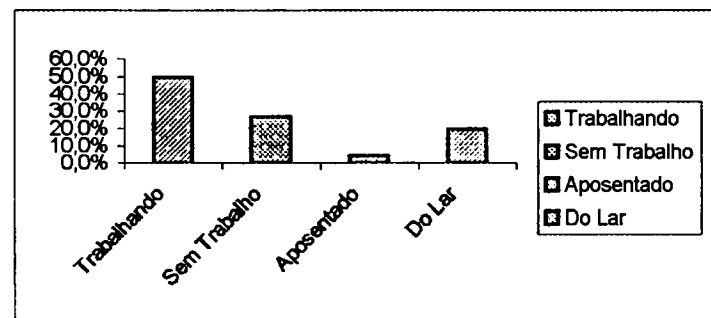


Tabela 9 - Atividade Prof. x Gênero

Atividade Profissional	Masc	Fem
Empregado	52,4%	24,5%
Desempregado	46,0%	23,8%
Aposentado	1,6%	1,4%
"Do Lar"	-	50,3%
Total	100,0%	100,0%

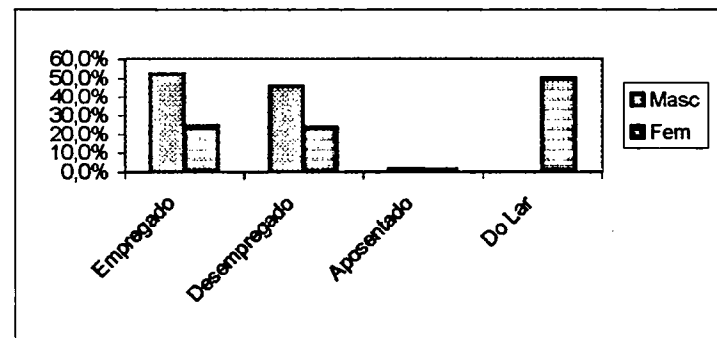
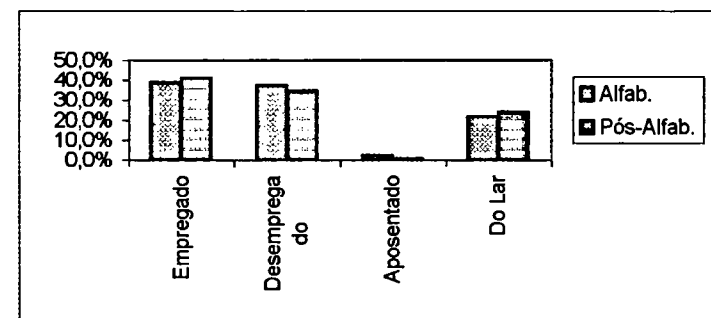


Tabela 10 - Atividade Prof. x Escolaridade

Atividade Profissional	Alfab.	Pós-Alfab.
Empregado	38,8%	41,1%
Desempregado	37,3%	34,5%
Aposentado	2,3%	0,5%
"Do Lar"	21,6%	23,9%
Total	100,0%	100,0%



Conselho Comunitário da Zona Norte da Cidade de São Paulo - 2000

Perfil dos Alunos

Tabela 1 - Escolaridade x Alunos

Série	Total Alunos	%
1ª e 2ª séries (Alfab.)	912	68,5%
3ª e 4ª séries (Pós-alf)	420	31,5%
Total Global	1.332	100,0%

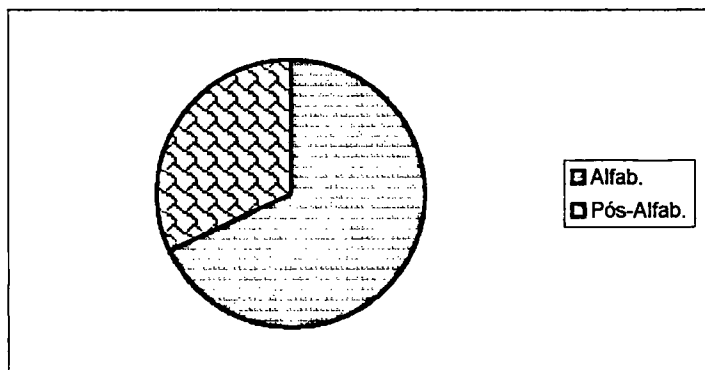


Tabela 2 - Gênero x Alunos

Gênero	Total	%
Masculino	489	37%
Feminino	843	63%
Total	1.332	100%

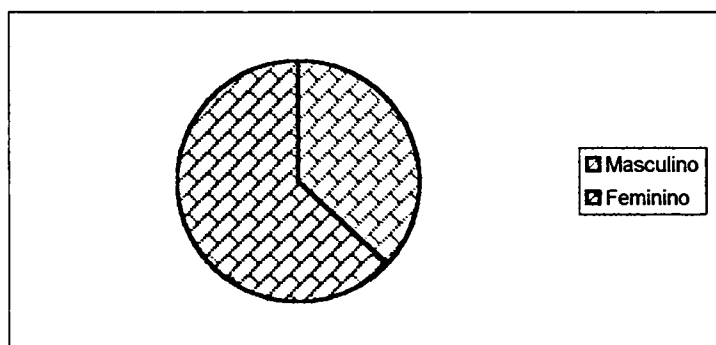
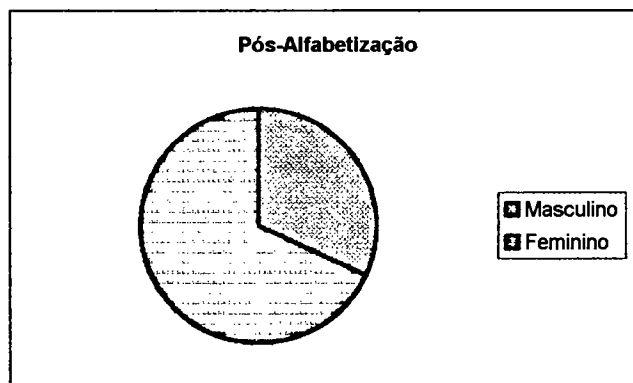
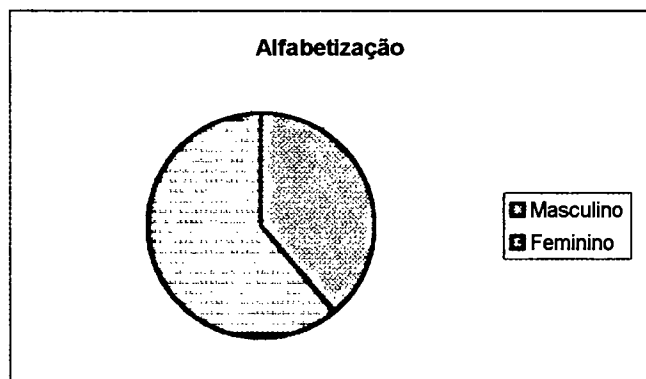


Tabela 3 - Escolaridade x Gênero

Série	1ª e 2ª séries (Alfab.)	3ª e 4ª série (Pós-alf)
Masculino	39%	32%
Feminino	61%	68%
Total Global	100%	100%



Conselho Comunitário da Zona Norte da Cidade de São Paulo - 2000

Perfil dos Alunos

Tabela 4 - Faixa Etária x Alunos

Faixa etária	Total	%
Até 24 anos	380	28,5%
De 25 a 40 anos	526	39,5%
De 41 a 60 anos	326	24,5%
Acima de 60 anos	100	7,5%
Total Alunos	1.332	100%

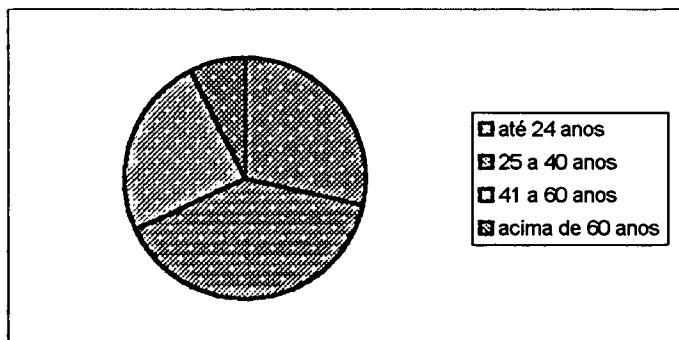
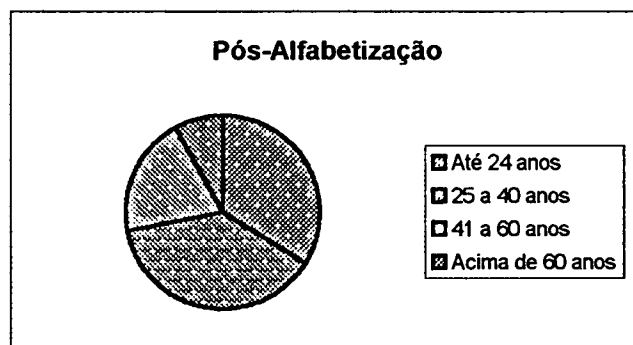
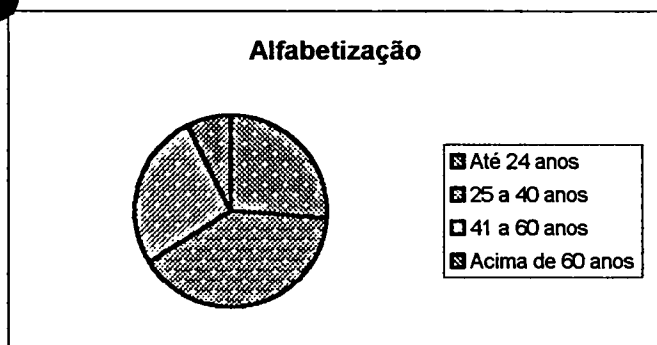


Tabela 5 - Faixa Etária x Escolaridade

Faixa etária	Alfab. - %	Pós-Alfab. - %
Até 24 anos	237 - 26,0%	143 - 34,0%
De 25 a 40 anos	367 - 40,0%	159 - 38,0%
De 41 a 60 anos	242 - 26,5%	84 - 20,0%
Acima de 60 anos	66 - 7,5%	34 - 8,0%
Total Alunos	912-100,0%	420-100,0%



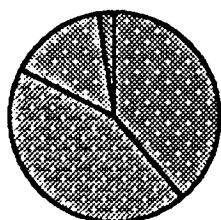
Conselho Comunitário da Zona Norte da Cidade de São Paulo - 2000

Perfil dos Alunos

Tabela 6 - Faixa Etária x Gênero Masculino

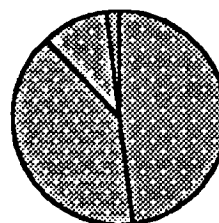
Faixa etária	Gênero Masculino	
	Alfab.	Pós-Alfab.
Até 24 anos	39,0%	48,0%
De 25 a 40 anos	43,5%	40,0%
De 41 a 60 anos	15,0%	10,0%
Acima de 60 anos	2,5%	2,0%
Total Alunos	100,0%	100,0%

Alfabetização



- ☒ até 24 anos
- ☒ 25 a 40 anos
- ☒ 41 a 60 anos
- ☒ acima de 60 anos

Pós-Alfabetização

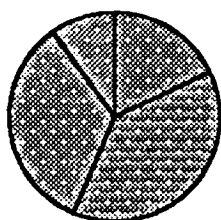


- ☒ até 24 anos
- ☒ 25 a 40 anos
- ☒ 41 a 60 anos
- ☒ acima de 60 anos

Tabela 7 - Faixa Etária x Gênero Feminino

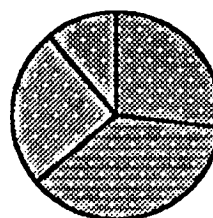
Faixa etária	Gênero Feminino	
	Alfab.	Pós-Alfab.
Até 24 anos	18,0%	27,0%
De 25 a 40 anos	38,5%	37,0%
De 41 a 60 anos	33,5%	25,0%
Acima de 60 anos	10,0%	11,0%
Total Alunos	100,0%	100,0%

Alfabetização



- ☒ até 24 anos
- ☒ 25 a 40 anos
- ☒ 41 a 60 anos
- ☒ acima de 60 anos

Pós-alfabetização



- ☒ até 24 anos
- ☒ 25 a 40 anos
- ☒ 41 a 60 anos
- ☒ acima de 60 anos

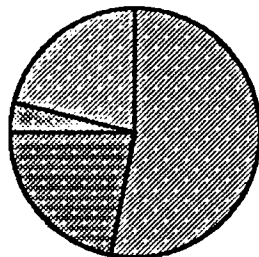


Conselho Comunitário da Zona Norte da Cidade de São Paulo - 2000

Perfil dos Alunos

Tabela 8 - Atividade Profissional x Alunos

Situação Profissional	Geral	%
Trabalhando	702	53%
Sem Trabalho	302	22%
Aposentado	49	4%
"Do Lar"	279	21%
Total	1.332	100%

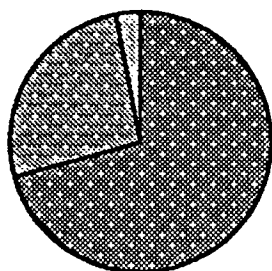


Trabalhando
Sem Trabalho
Aposentado
Do Lar

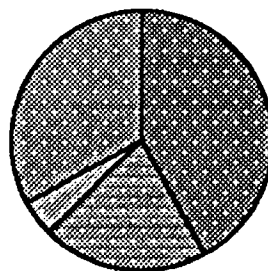
Tabela 9 - Atividade Profissional x Gênero

Situação Profissional	Masculino	%
Trabalhando	345	70,5%
Sem Trabalho	129	26,5%
Aposentado	14	3,0%
"Do Lar"	1	-
Total	489	100,0%

Situação Profissional	Feminino	%
Trabalhando	357	42,0%
Sem Trabalho	173	20,5%
Aposentado	35	4,5%
"Do Lar"	278	33,0%
Total	843	100,0%



Trabalhando
Sem Trabalho
Aposentado



Trabalhando
Sem Trabalho
Aposentado
Do Lar

Conselho Comunitário da Zona Norte da Cidade de São Paulo - 2000

Perfil dos Alunos

Tabela 10 - Situação Profissional x Escolaridade

Situação Profissional	Alfab.	Pós-Alf.
Trabalhando	52,5%	53,2%
Sem Trabalho	22,0%	24,0%
Aposentado	3,5%	3,8%
"Do Lar"	22,0%	19,0%
Total	100,0%	100,0%

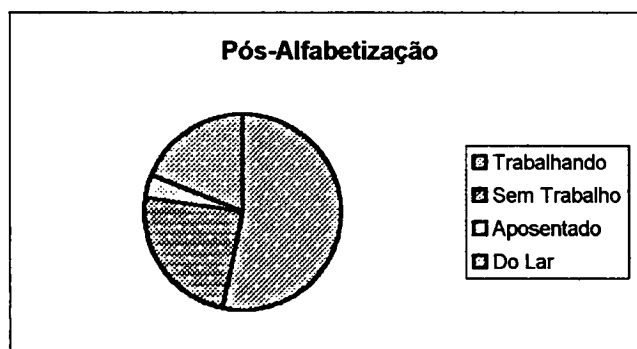
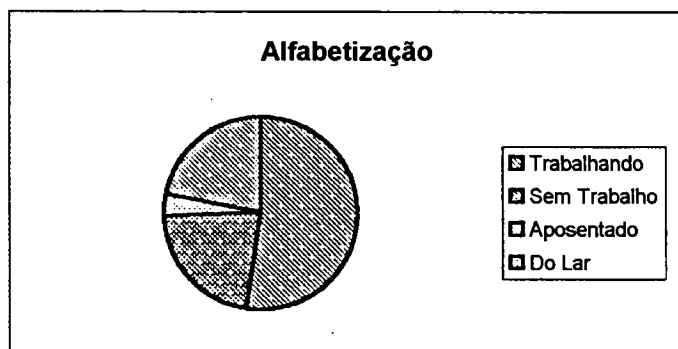
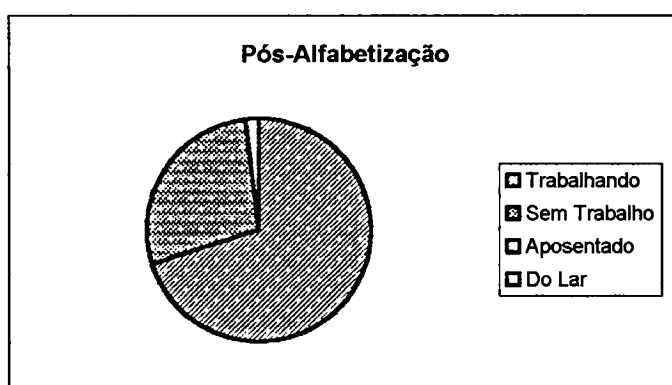
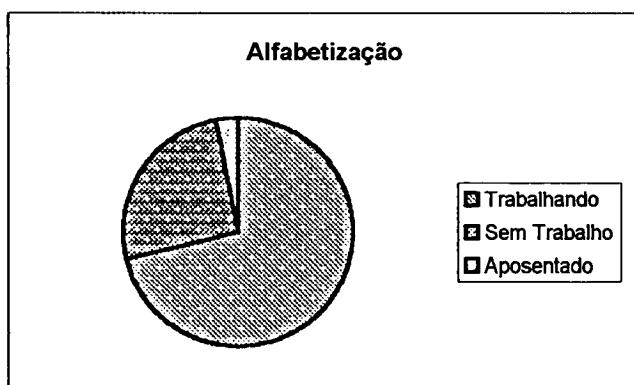


Tabela 11 - Situação Profissional x Escolaridade Masculina

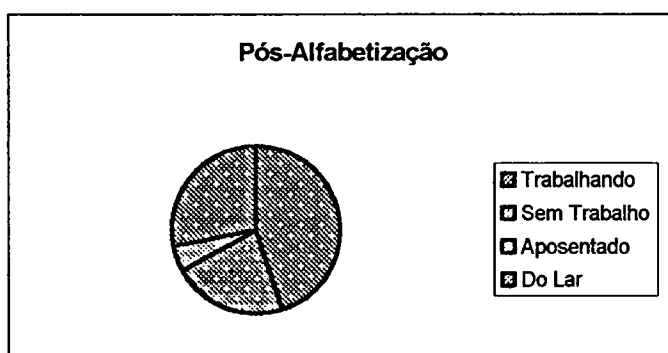
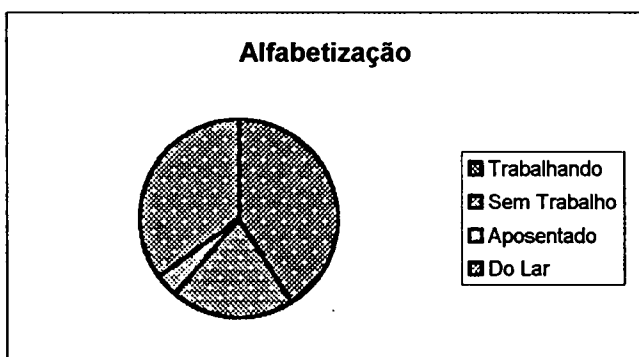
Situação Profissional	Alfab.	Pós-Alf.
Trabalhando	71,0%	70,0%
Sem Trabalho	26,0%	28,0%
Aposentado	3,0%	2,0%
"Do Lar"	-	-
Total	100,0%	100,0%



Conselho Comunitário da Zona Norte da Cidade de São Paulo - 2000
Perfil dos Alunos

Tabela 12 - Situação Profissional x Escolaridade Feminina

Situação Profissional	Alfab.	Pós-Alf.
Trabalhando	41,0%	45,0%
Sem Trabalho	20,0%	22,0%
Aposentado	4,0%	5,0%
"Do Lar"	35,0%	28,0%
Total	100,0%	100,0%



Conselhos Comunitários da Zona Leste da Cidade de São Paulo-2000

Conselho Comunitário de Cangaíba

Conselho Comunitário da Grande São Paulo

Conselho Comunitário da Cidade Tiradentes

Conselho comunitário de São Miguel Paulista

Conselho Comunitário da Grande Leste

Perfil dos Alunos

Tabela 1 - Escolaridade x Alunos

Série	Total Alunos	%
1ª e 2ª séries (Alfab.)	3.681	60,3%
3ª e 4ª séries (Pós-alf)	2.427	39,7%
Total Global	6.108	100,0%

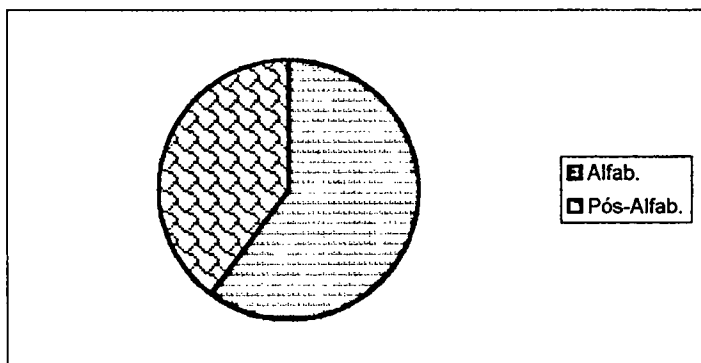


Tabela 2 - Gênero x Alunos

Gênero	Total	%
Masculino	2.316	37,9%
Feminino	3.792	62,1%
Total	6.108	100,0%

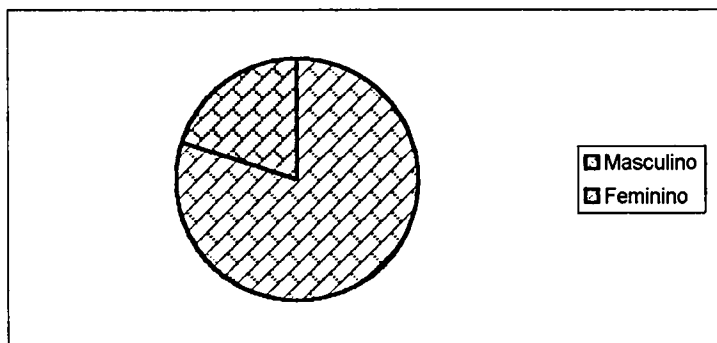
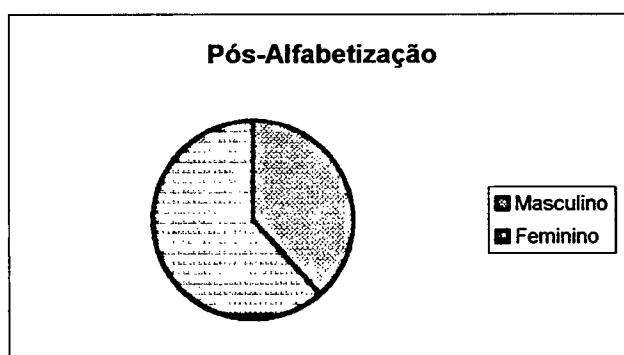
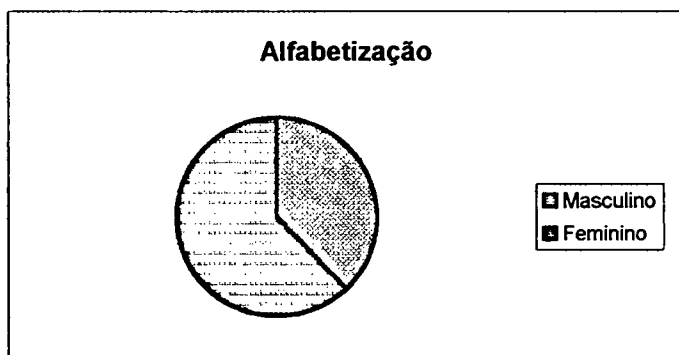


Tabela 3 - Escolaridade x Gênero

Série	1ªe2ªséries (Alfab.)	3ªe4ªséries (Pós-alf)
Masculino	37,7%	38,3%
Feminino	62,3%	61,7%
Total Global	100,0%	100,0%



Conselhos Comunitários da Zona Leste da Cidade de São Paulo-2000

Conselho Comunitário de Cangaíba

Conselho Comunitário da Grande São Paulo

Conselho Comunitário da Cidade Tiradentes

Conselho Comunitário de São Miguel Paulista

Conselho Comunitário da Grande Leste

Perfil dos Alunos

Tabela 4 - Faixa Etária x Alunos

Faixa etária	Total	%
Até 24 anos	1.568	25,6%
De 25 a 40 anos	2.515	41,2%
De 41 a 60 anos	1.733	28,4%
Acima de 60 anos	292	4,8%
Total Alunos	6.108	100,0%

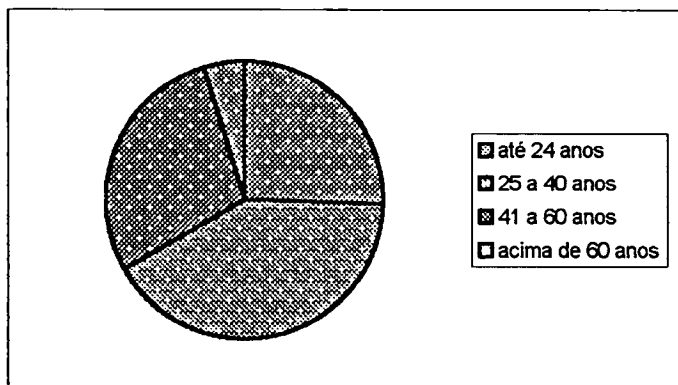
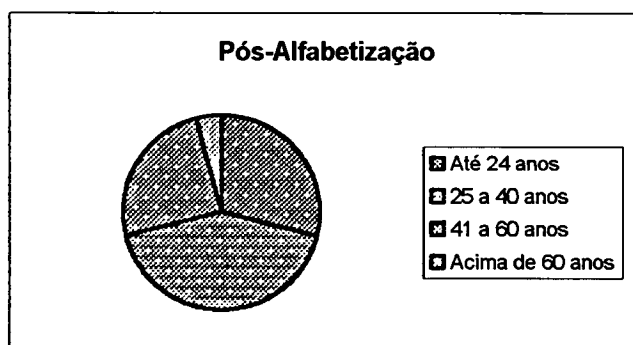
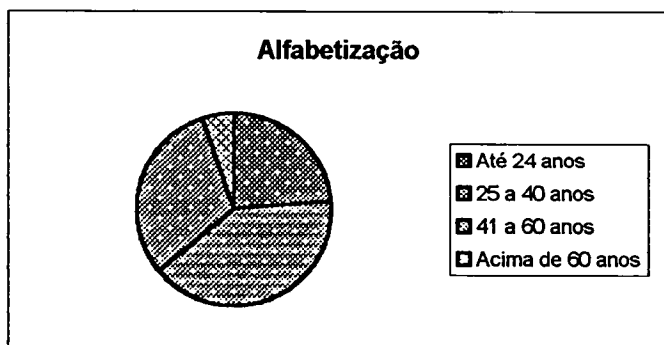


Tabela 5 - Faixa Etária x Escolaridade

Faixa etária	Alfab. - %	Pós-Alfab - %
Até 24 anos	23,5%	29,0%
De 25 a 40 anos	40,5%	42,2%
De 41 a 60 anos	*30,8%	24,6%
Acima de 60 anos	5,2%	4,2%
Total Alunos	100,0%	100,0%

*Índice resultante da predominância acentuada de mulheres maduras nas classes de alfabetização



Conselho Comunitário da Zona Leste da Cidade de São Paulo - 2000

Conselho Comunitário de Cangaíba

Conselho Comunitário da Grande São Paulo

Conselho Comunitário da Cidade Tiradentes

Conselho Comunitário de São Miguel Paulista

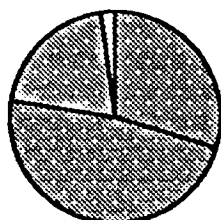
Conselho Comunitário da Grande Leste

Perfil dos Alunos

Tabela 6 - Faixa Etária x Gênero Masculino

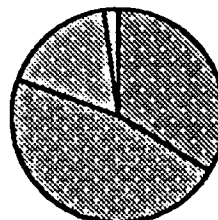
Faixa etária	Gênero Masculino	
	Alfab.	Pós-Alfab.
Até 24 anos	29,8%	33,5%
De 25 a 40 anos	47,6%	47,1%
De 41 a 60 anos	20,4%	17,1%
Acima de 60 anos	2,2%	2,3%
Total Alunos	100%	100%

Alfabetização



☐ até 24 anos
☐ 25 a 40 anos
☐ 41 a 60 anos
☐ acima de 60 anos

Pós-Alfabetização

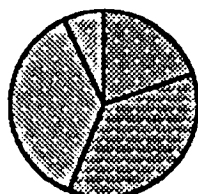


☐ até 24 anos
☐ 25 a 40 anos
☐ 41 a 60 anos
☐ acima de 60 anos

Tabela 7 - Faixa Etária x Gênero Feminino

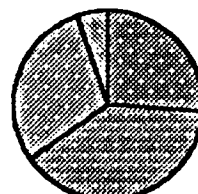
Faixa etária	Gênero Feminino	
	Alfab.	Pós-Alfab.
Até 24 anos	19,7%	26,1%
De 25 a 40 anos	36,3%	39,2%
De 41 a 60 anos	37,0%	29,3%
Acima de 60 anos	7,0%	5,4%
Total Alunos	100%	100%

Alfabetização



☐ até 24 anos
☐ 25 a 40 anos
☐ 41 a 60 anos
☐ acima de 60 anos

Pós-alfabetização



☐ até 24 anos
☐ 25 a 40 anos
☐ 41 a 60 anos
☐ acima de 60 anos

Conselho Comunitário da Zona Leste da Cidade de São Paulo - 2000

Conselho Comunitário de Cangaíba

Conselho Comunitário da Grande São Paulo

Conselho Comunitário da Cidade Tiradentes

Conselho Comunitário de São Miguel Paulista

Conselho Comunitário da Grande Leste

Perfil dos Alunos

Tabela 8 - Atividade Profissional x Alunos

Situação Profissional	Geral	%
Trabalhando	2.596	43,8%
Sem Trabalho	1.716	28,9%
Aposentado	300	5,0%
"Do Lar"	1.320	22,3%
Total	5.932	100%

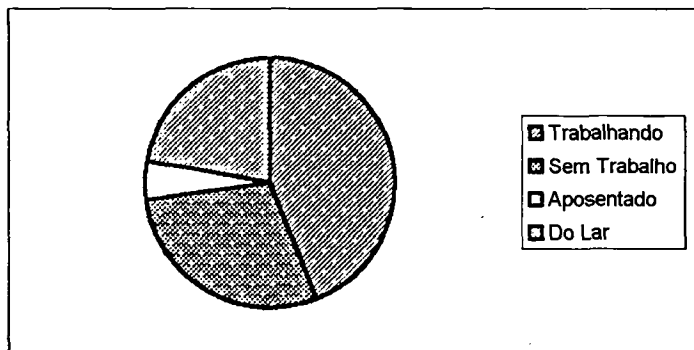
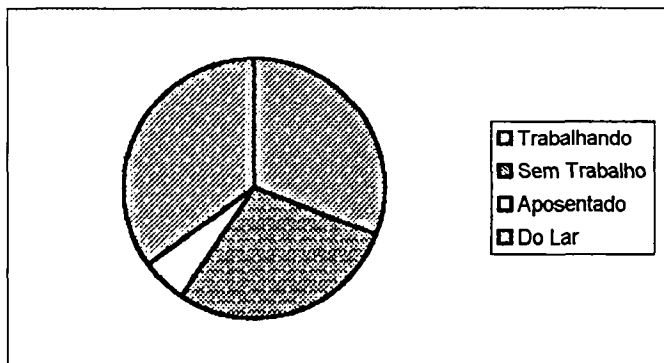
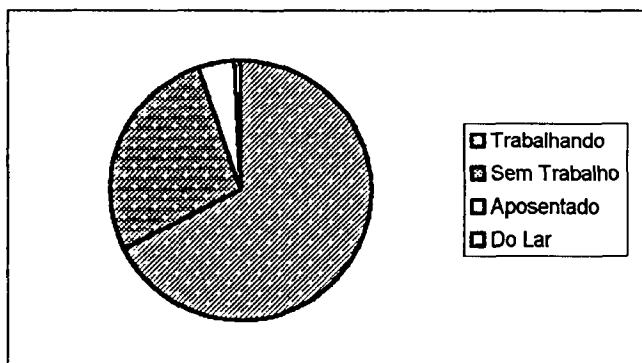


Tabela 9 - Atividade Profissional x Gênero

Situação Profissional	Masculino	%
Trabalhando	1.451	65,4%
Sem Trabalho	654	29,5%
Aposentado	93	4,2%
"Do Lar"	21	0,9%
Total	2.219	100,0%

Situação Profissional	Feminino	%
Trabalhando	1.145	30,8%
Sem Trabalho	1.062	28,6%
Aposentado	207	5,6%
"Do Lar"	1.299	35,0%
Total	3.713	100,0%



Podemos observar, em concordância com os dados obtidos em 1999, que:

1. Escolaridade:

As classes de alfabetização (1ª e 2ª séries) têm uma demanda muito superior às de pós-alfabetização (3ª e 4ª séries).

2. Gênero

A grande maioria dos alunos é composta por mulheres, tanto nas classes de alfabetização quanto nas de pós-alfabetização.

3. Faixa etária:

Há predominância do adulto jovem (25 a 40 anos), seguido do adolescente (até 25 anos) e logo após, o dos alunos mais velhos (41 a 60 anos). Os idosos (acima de 60 anos) constituem minoria, com bastante diferença entre o nº de homens e o de mulheres idosas, que predomina.

4. Trabalho

A maioria dos alunos trabalha (empregado ou por conta própria), com diferença significativa entre homens e mulheres. Enquanto entre os homens 65,4% exercem atividades remuneradas, apenas 31% das mulheres o fazem; 35% delas exercem funções de “dona de casa”, sem remuneração, superando o número das que trabalham com remuneração. Há cerca de 5% de aposentados que apresentam um índice de presença variado nos diferentes núcleos, dependendo do horário, a proximidade da residência, presença de amigos, etc.

Foi observado que, de acordo com os dados colhidos, o nível de escolaridade não tem influência significativa no quesito emprego/desemprego dos alunos, sendo praticamente iguais os índices entre as classes de alfabetização e pós-alfabetização.

5. Evasão

Os dados enviados pela maioria dos Conselhos referentes à evasão são descontinuados, não sendo suficientes para a elaboração de tabela e gráfico. Apesar disso, é possível avaliar em torno de 15 a 25% a evasão de alunos ao longo do ano.

6. Promoção para o 2º ciclo do ensino fundamental

Os alunos de 3ª e 4ª séries considerados suficientemente preparados para ingressar na 5ª série, são inscritos nos testes de escolaridade que as Delegacias de Ensino mantêm abertos. Geralmente os

exames se realizam no meio e ao final do ano letivo. Os alunos aprovados recebem um certificado da Delegacia de Ensino considerando-os aptos a ingressarem na 5ª série.

Os Conselhos Comunitários estimulam os alunos a se submeterem aos testes afim de prosseguirem nos estudos.

O índice de aprovação dos alunos dos Conselhos das Zonas Leste e Norte da Capital gira em torno de 35%.

CONSELHOS/TESTE DE ESCOLARIDADE			
Região	Nº Alunos 3ª e 4ª série	Nº Aprovados Ano 2000	%
Zona Leste	1.757	658	37%
Zona Norte	415	109	26%
Total	2.172	767	35%

14 – Custo Aluno

O custo mensal por aluno é de R\$ 9,50. Esse custo cobre as seguintes despesas: ajuda de custo mensal de R\$ 160,00 aos monitores; R\$ 260,00 aos coordenadores pedagógicos, R\$ 0,50 por aluno, para compra de material didático, os cursos mensais de capacitação e o acompanhamento do projeto.

15 – Considerações Finais

Essa experiência vem se fortalecendo a cada ano que passa porque é capaz de unir Estado, ONG e Comunidade numa ação conjunta. Com o mínimo de recursos, o IBEAC e os Conselhos Comunitários têm experimentado o “milagre da multiplicação dos pães”. Depois de 9 anos de trabalho é possível encontrar dezenas de pessoas fazendo faculdade, milhares de pessoas concluindo a 8ª série e centenas terminando o 2º grau. Aqueles que não querem continuar cursos regulares, adquirem a autonomia para continuar aprendendo por conta própria.

Por este trabalho o IBEAC foi premiado por um júri internacional reunido em Paris em julho de 2001 com o “Prêmio de Alfabetização NOMA”, da Unesco, entre vários países inscritos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO QUEIRÓZ FILHO

51-C

ESTATUTOS

DENOMINAÇÃO E FINALIDADES

Folha nº. **2826** do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Artigo 1º - O Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiróz Filho, IBEAC, constituído em 11 de junho de 1981, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado e sede na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

Artigo 2º - São finalidades do IBEAC:

- I - Contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo democrático no país, mediante a realização de estudos, cursos, seminários, debates, pesquisas e outras atividades visando o conhecimento da realidade brasileira;
- II - estimular, como instrumento do desenvolvimento democrático, experiências baseadas nos princípios da descentralização e da participação da sociedade civil;
- III - incentivar e apoiar a formação de núcleos, grupos, movimentos e atividades comunitárias;
- IV - promover publicações de interesse social sob a forma de livros, revistas, jornais, filmes, vídeos e outros meios de comunicação.

§ Único - O IBEAC não faz distinção de raça, cor, condição social, credo religioso ou político aos associados e beneficiários.

SÓCIOS

Artigo 3º - Os sócios do IBEAC são efetivos e honorários.

- I - São sócios efetivos, além dos signatários da ata de fundação, os admitidos por proposta da Diretoria, aprovada em Assembléia Geral e que participem efetivamente das atividades do IBEAC;
- II - São sócios honorários os que como tais forem admitidos por proposta da Diretoria, aprovada em Assembléia Geral;
- III - Os sócios não respondem, mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

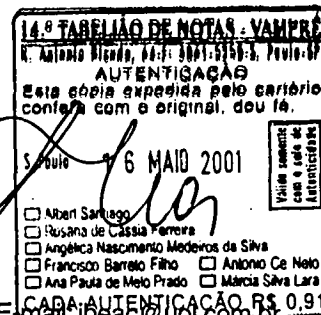
Artigo 4º - São Direitos dos sócios:

- I - participar da Assembléia Geral;
- II - votar e ser votado para os cargos eletivos;
- III - convocar, na proporção de um terço do quadro social, Assembléia Geral Extraordinária.



Camila Marques
CAMILA MOREIRA MARQUES
OAB/SP-156.372

Maria Lúcia Franco Montoro Jans
MARIA LÚCIA FRANCO MONTORO JENS
PRESIDENTE - IBEAC







Artigo 5º - São deveres dos sócios:

- I – participar das atividades sociais;
- II – cumprir as disposições estatutárias e regulamentares;
- III – acatar as resoluções da Assembléia Geral e as deliberações da Diretoria;
- IV – pagar pontualmente as contribuições sociais;
- V – comparecer às Assembléias Gerais convocadas pela Diretoria.

ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6º - São órgãos de administração do IBEAC:

- ⇒ Assembléia Geral
- ⇒ Diretoria
- ⇒ Conselho Consultivo
- ⇒ Conselho Fiscal

Folha nº. 2827 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Artigo 7º - A Assembléia Geral é constituída pelos sócios quites com as obrigações sociais e tem as seguintes atribuições:

- I – eleger a Diretoria;
- II – modificar os presentes estatutos;
- III – deliberar sobre transformações ou extinção do IBEAC e o destino do patrimônio;
- IV – aprovar o Regimento Interno, elaborado pela Diretoria;
- V – julgar o balanço, relatório e programação anual da Diretoria;
- VI – aprovar, mediante proposta da Diretoria, a admissão de novos sócios;
- VII – examinar quaisquer atos da Diretoria;
- VIII – preencher vaga ocasional na Diretoria.

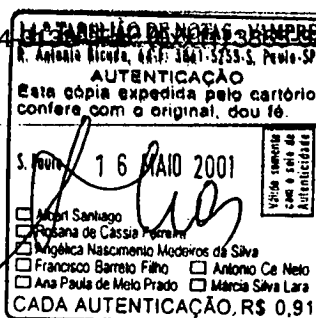
Artigo 8º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no primeiro trimestre de cada ano, em data fixada pela Diretoria, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria ou por um terço dos sócios.

- I – A Assembléia Geral será convocada por via postal, com antecedência mínima de dez dias.
- II – A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria simples dos sócios, e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.
- III – As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples dos presentes.

§ Único – Para deliberar sobre transformação, extinção e destino do patrimônio do IBEAC será necessária convocação de Assembléia Geral Extraordinária com essa finalidade específica, exigindo-se voto de 2/3 dos presentes.

Artigo 9º - A Diretoria compõe-se de 7 membros, eleitos para as funções de Presidente de Honra, Presidente, Vice-Presidente, Diretor Técnico, Diretor Técnico Adjunto, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Administrativo-Financeiro Adjunto.

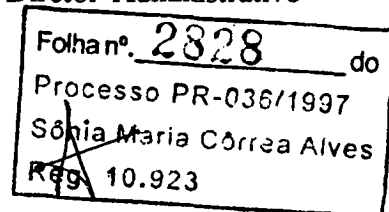
- I – O mandato da Diretoria é de dois anos. Em caso de vacância, os novos membros serão eleitos para completar o biênio;
- II – As atividades dos Diretores são inteiramente gratuitas.





Artigo 10º – Compete à Diretoria, pela decisão de pelo menos dois de seus membros:

- I – promover as atividades destinadas a cumprir os objetivos do IBEAC;
- II – aprovar a contratação e a demissão de pessoal;
- III – criar comissões de estudo;
- IV – criar núcleos regionais ou escritórios no interior ou em outros Estados;
- V – estabelecer convênios e intercâmbios com entidades afins;
- VI – propor à Assembléia Geral a admissão de novos sócios;
- VII – estabelecer anualmente o quadro de sócios quites com as obrigações sociais;
- VIII – fixar a contribuição dos associados;
- IX – propor à Assembléia Geral a modificação dos Estatutos;
- X – elaborar o Regimento Interno, bem como orçamento, balanço, relatório e programação anual, a serem submetidos à Assembléia Geral;
- XI – aprovar a aquisição de bens e serviços propostos pelo Diretor Administrativo-Financeiro que excedam o limite estabelecido pela Diretoria.



Artigo 11º – É facultado ao Presidente de Honra:

- I – participar das reuniões de Diretoria e Assembléia Geral;
- II – propor ações e opinar sobre as atividades do Instituto.

Artigo 12º – Compete ao Presidente:

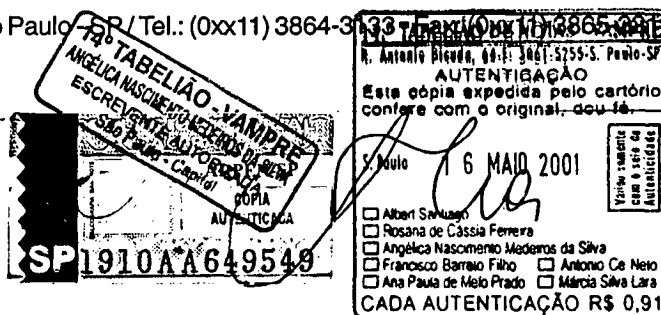
- I – representar o IBEAC, inclusive judicialmente;
- II – coordenar as atividades sociais e fazer cumprir os Estatutos, Regimento Interno e as deliberações da Assembléia Geral e da Diretoria;
- III – constituir, em conjunto com outro membro da Diretoria, procuradores para representar o IBEAC inclusive judicialmente;
- IV – assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro e/ou Diretor Técnico, os contratos que obriguem o IBEAC e quaisquer ordens de movimentação dos fundos, inclusive cheque ou levantamento de depósitos e qualquer espécie de títulos, cauções, ordens de pagamento, previsões orçamentárias, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

§ Único – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 13º – Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- I – a gestão administrativa e financeira do IBEAC;
- II – movimentar, em conjunto com o Presidente os fundos sociais;
- III – aprovar a aquisição de bens e serviços o limite estabelecido pela Diretoria;
- IV – propor à Diretoria a aquisição de bens ou serviços que excedem o limite mencionado no item III;
- V – elaborar os balancetes e o balanço anual, no fim do exercício social, que tem início em 1 de janeiro e término em 31 de dezembro;
- VI – substituir o Vice-Presidente nas suas ausências e impedimentos.

*ly
my*



Artigo 14º – Compete ao Diretor Técnico organizar e dirigir os estudos, cursos, seminários e demais trabalhos do IBEAC e, quando for o caso, movimentar os fundos sociais em conjunto com o Presidente.

Artigo 15º – Compete aos Diretores Adjuntos a substituição dos Diretores titulares nos seus impedimentos e ausências.

Artigo 16º – O Conselho Consultivo é constituído de 11 membros indicados pela Diretoria ad referendum da Assembléia Geral.

I – o mandato dos conselheiros coincide com o da Diretoria.

§ Único – Compete ao Conselho Consultivo:

I – colaborar na elaboração e execução das atividades do IBEAC;

II – comparecer às Assembléias Gerais e, quando convocados, às reuniões de Diretoria;

III – reunir-se uma vez por semestre e extraordinariamente quando convocado pela Diretoria.

Artigo 17º – O Conselho Fiscal é constituído de 3 membros, eleitos em Assembléia Geral.

§ Único – Compete ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre as contas para apreciação da Assembléia.

Artigo 18º – O patrimônio será constituído:

I – de subvenções, Doações e contribuições;

II – dos bens e direitos que a sociedade possui ou venha a adquirir no curso de suas atividades;

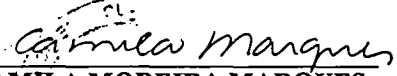
III – o IBEAC não visa distribuição de lucros ou dividendos a dirigentes e associados, sob qualquer forma ou espécie;

IV – o IBEAC aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional;

V – em caso de extinção do IBEAC, por deliberação da Assembléia Geral o patrimônio será destinado a entidade da mesma natureza, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social.

DISPOSIÇÃO GERAL

Artigo 19º – Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Diretoria.


CAMILA MOREIRA MARQUES
OAB/SP 156.372


MARIA LÚCIA FRANCO MONTORO JENS
PRESIDENTE - IBEAC

Oficial de Registro Civil das
Pessoas Jurídicas Registradas sob
n.º 263030

... e a fim de os estudos, cursos, seminários e
... a fim de o caso, proporcionar os fundos sociais em

... a substituição dos Diretores titulares nos seus

... de 11 membros indicados pela Diretoria ad

... com o da Diretoria

... das atividades do IBRAC

... as reuniões de Diretoria

... em Assembleia Geral

... as contas para o ano de

... a adjuvar no caso de

... e associados

... e eventual resultado

... de IBRAC por deliberação da Assembleia Geral e
... da mesma natureza registrada no Conselho

metal 30 10000

REGISTRO CIVIL DO JARDIM AMÉRICA 200 SUBDISTRITO - BEL VALDIR GONÇALVES
Rua Teodoro Barreto, 1.721, Jd. América - São Paulo - SP Tel: 3881-9388
Reconheço, por semelhança, a firma retro de: MARIA LUCIA FRANCO
MONTORO JENY, a qual confere com o padrão depositado nesta serventia.
São Paulo, 16 de abril de 2001.
Em testemunho da verdade.

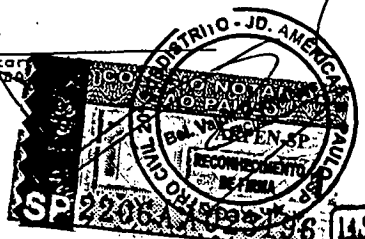
RICARDO SILVA DE SOUZA - Escrevente Autorizado
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICACAO
(Firma 1,831 1 2000004210525900057533)

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
Oficial PAULO ROBERTO DE CARVALHO RÊGO
R. Roberto Simonsen, 106 - CEP 01017-903 - São Paulo - SP
Tel.: 3116-3600/Fax: 3116-3603

Prenotado sob número **264643** em **18 ABR 2001**
Registrado e microfilmado hoje, sob número **263030**, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Anotado sob número **236.468**
São Paulo, **19 ABR 2001**

MARIO DA CUNHA RANGEL F. - Substituto
JOSÉ EDUARDO C. PAULA JR.; OSEIAS F. NOBRE F. e DANILO MORAES OLIVEIRA - Escreventes Autorizados

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
Emolumentos R\$ **40,52**
Ao Estado R\$ **10,93**
Ao Iesp R\$ **8,10**
Ao Registro Civil R\$ **2,03**
TOTAL R\$ **61,58**
Responsável



14º TABELIÃO DE NOTAS - VAMPRE
S. Antonio Ricardo, 44-F, 3061-5255-S. Paulo-SP
AUTENTICACAO
Esta cópia expedida pelo cartório confere com o original, dou fé.
S. Paulo **16 MAIO 2001**

☐ Alben Sampaio
☐ Rosana de Cassia Ferrera
☐ Angélica Nascimento Medeiros da Silva
☐ Francisco Barreto Filho
☐ Ana Paula de Melo Prado
☐ Antonio Ce Neto
☐ Marcia Silva Lara

CADA AUTENTICACAO R\$ 0,91

1º Encontro

52-C

Feminista

da Zona Leste

Folha nº. 2830 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Red. nº 923



*"Desafios, persistência, brilho... de
um grupo de mulheres em busca
da realização de um sonho"*

de 27 a 29 de novembro de 1992

Peruíbe - São Paulo

Coordenação de Mulheres da Zona Leste

1º Encontro Feminista da Zona Leste

Esta é uma publicação da Coordenação de Mulheres da Zona Leste

Edição geral: Gláucia Matos, Maria Luiza da Costa, Nircéa Fernandes Pimenta, Onóris Ferreira Dias e Patrícia Silva de Carvalho

Projeto Gráfico: Gláucia Matos, Nircéa Fernandes Pimenta, Onóris Ferreira Dias e Patrícia Silva de Carvalho

Editoração Eletrônica: Fábio Pereira

Fotos: Nircéa Fernandes Pimenta

Digitação: Débora Maria Veronese e Maria Luiza da Costa

Textos: Gláucia Matos, Maria Luiza da Costa, Nircéa Fernandes Pimenta, Onóris Ferreira Dias e Patrícia Silva de Carvalho

Comissão Organizadora: Ana Archolb, Carime Mamude Sales Toledo, Connie Pospisil, Denise Pedroso Garcia, Ester de Paula Silva, Gildete Nascimento Santos (Gil), Gláucia Matos, Ildete Silva Barbosa, Katia Valéria Martins, Maria Aparecida de Lima (Cida Lima), Maria de Lourdes Silva Gomes, Maria Niuza Ferreira da Silva, Mercedes Garcia Duarte, Maria Rivaneide Pereira (Riva), Matilde Ribeiro, Neide W. Mendes da Silva, Neleina Alves Araújo, Onóris Ferreira Dias.

Documentação: Maria Luiza da Costa e Maria Otilia Bocchini

Outras participantes da Coordenação de Mulheres da Zona Leste: Cleide Alves, Cleinestela Restau, Maria Benedita Simões Omero, Maria Bernadete Silva Serqueira, Maria Gorette dos Santos Neta, Neife Alves Monteiro e Patrícia Silva de Carvalho.

A realização do Encontro foi possível graças ao apoio da CESE (Coordenadoria Ecu-
mênica de Serviço), Comissão de Mulheres do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas, Fundação Samuel, Rede Mulher e SOF (Sempreviva Organização Feminista)

Agradecimentos especiais

Ao SOF, pela digitação, editoração eletrônica e acompanhamento editorial

À Fundação Samuel, pela contribuição para a impressão e distribuição

À Ana Archolb e Connie Pospisil, por terem estado conosco durante todo o processo de organização do Encontro e por tudo que fizeram para a construção da Coordenação de Mulheres da Zona Leste. Hoje se encontram em outro estado, continuando a luta.

À todas as companheiras que de alguma forma contribuíram para que o Encontro fosse realizado

Maio 1994

Sumário

Apresentação	3
Um pouco da história do Encontro	4
Abertura do Encontro	5
Grupos discutem feminismo e opressão das mulheres	6
Feminismo e opressão das mulheres	7
Mulher negra e discriminação	7
As conclusões dos grupos	8
Uma definição de oficina	9
Oficinas sobre violência sexista	10
Ações contra a violência sexista	12
A praia.	14
A nossa luta também tem festa	15
As adolescentes	16
A creche	16
Alguns momentos do Encontro	17
Oficinas sobre temas diversos	18
Plenária final	20
Encerramento	22
Avaliação na fala de algumas participantes	23
Perfil das mulheres que participaram do Encontro	24
Avaliação da coordenação do Encontro	25
Agradecimentos	26

Apresentação

Folha nº. 2831	do
Processo PR-036/1997	
Sala Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

No dia 27 de novembro de 1992 um grupo de cem mulheres saiu da Zona Leste de São Paulo com destino a Peruíbe, para participar do 1º Encontro Feminista da Zona Leste.

Eram mulheres vindas de diversos bairros e movimentos da região. Muitas estavam pela primeira vez participando de um encontro feminista e enfrentavam dilemas como: Ir ou não ir? Com quem deixar os filhos? Será que o marido vai brigar? E o serviço da casa?

Mas a curiosidade e o desejo de participar de uma discussão feminista, encontrar pessoas novas, trocar experiências e sair da rotina foram o grande incentivo para enfrentar estas dificuldades, pôr o pé na estrada, estar presente neste acontecimento.

Esta revista tem o objetivo de apresentar diversos momentos do Encontro que, apesar de ter como tema a violência contra a mulher, foi alto astral. Esperamos que esta publicação possa contribuir com o movimento de mulheres, incentivando o diálogo e a reflexão entre as pessoas que trabalham com mulheres.

Coordenação de Mulheres da Zona Leste

Um pouco da história do Encontro

A história recente da Coordenação de Mulheres da Zona Leste, especialmente após a campanha contra o criminoso do ácido, em 1990, que marcou profundamente a vida de dezenas de mulheres, apontava para a necessidade de atividades em que pudessem aprofundar nossas discussões e organização em relação ao tema violência.

A campanha para identificar o criminoso do ácido, e exigir sua punição, foi um marco na luta das mulheres da Coordenação. Consolidou o grupo e indicou o caminho contra a violência sexista.

É nesse contexto que surge a idéia de fazer o 1º Encontro Feminista da Zona Leste.

Para inúmeras o Encontro significava o primeiro contato com o feminismo, daí a

preocupação de dar a elas um local com condições de conforto e lazer, onde pudessem participar tranquilamente.

Confirmamos a realização do Encontro para os dias 27, 28 e 29 de novembro de 1992, logo depois do 25 de novembro, Dia Latino-americano e do Caribe pelo fim da Violência contra a Mulher.

Na medida em que incorporamos o Encontro em nosso cotidiano, ele tornou-se nosso. A energia de algumas companheiras contagiou, a confiança permaneceu. A realização desse sonho estava em nossas mãos.

Estávamos tecendo nossa história...

Enfim confirmamos a máxima do encontro: *"A mulher calada jamais será escutada"*.



Participantes do 1º Encontro Feminista da Zona Leste

Abertura do Encontro

Para abrir o Encontro de uma forma alegre e descontraída, mas com todos os sentidos voltados para as diversas situações enfrentadas pelas mulheres, a Coordenação de Mulheres da Zona Leste preparou uma peça de teatro, com o objetivo de chamar a atenção das participantes para a

realidade das mulheres da região. Cada integrante da Coordenação representou uma personagem.

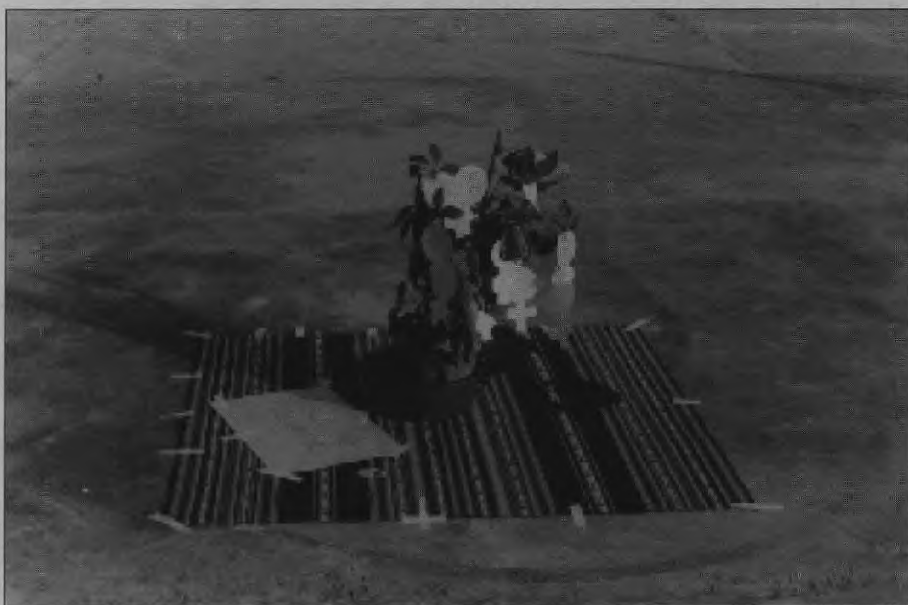
Em seguida houve uma dinâmica de relaxamento. Nossa energia formava uma árvore. Depois, distribuímos flores, dançamos, cantamos e demos alguns informes.



Folha nº. 2832	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

O teatro. O ensaio foi corrido. Em uma noite tudo teve que ser feito, ensaiar a peça, decorar os textos e pensar nas roupas a serem utilizadas.

A peça teve temas que provocaram risos na platéia, como por exemplo a cena da mulher que sai tão apressada para trabalhar que esquece de vestir a saia.



Como símbolo da energia do Encontro colocamos uma planta no salão onde eram realizadas as plenárias. Ali as mulheres penduraram suas emoções, pensamentos e avaliações espontâneas escritas em símbolos da mulher. Chamamos a planta de "Árvore da Vida".

Grupos discutem feminismo e opressão das mulheres



Com o objetivo de proporcionar momentos em que todas as mulheres presentes no encontro discutissem os mesmos temas, foi proposta a formação de grupos, para conversarem sobre o tema “feminismo e opressão das mulheres”, a partir de roteiro elaborado pela comissão organizadora.

No roteiro havia perguntas que buscavam saber porque as mulheres estavam participando do Encontro, quais as formas de discriminação contra as mulheres e o que elas

entendiam por feminismo.

As propostas e conclusões foram apresentadas a tarde, após as palestras de Eleonora Menicucci de Oliveira e Matilde Ribeiro, que falaram respectivamente sobre “feminismo e opressão das mulheres” e “mulher negra e discriminação”.

A coordenação da mesa ficou sob a responsabilidade de Maria Teresa Citeli e Maria Rivaneide Pereira.

A seguir trechos do que Eleonora e Matilde falaram.

Feminismo e opressão das mulheres

"Existe a exploração de classe, que divide a sociedade entre capitalistas e trabalhadores (donos do capital x donos da força de trabalho). Além disto, também existe a relação de opressão de um sexo sobre outro, das "fêmeas" pelos "machos", esta opressão é mantida basicamente pela ideologia, ou seja, pelo modo de pensar.

Tanto a exploração como a opressão baseiam-se numa relação de poder. A partir da determinação biológica macho e fêmea nos tornamos cultural e socialmente homens e mulheres, nesta construção está implícita uma série de valores e padrões de comportamento diferenciados e hierarquizados. Numa relação de gênero "tudo que é masculino é superior ao feminino".

Existe um divisor de águas importante: a questão racial. Há grande discriminação e desvalorização da raça negra e privilegiamento dos brancos.

Temos assim três pilares que sustentam a triangulação da exploração e opressão de mulheres brancas, negras e negros e trabalhadoras e trabalhadores.

Destacando a questão de gênero, podemos perceber espaços sociais diferenciados para homens e mulheres: o homem é "dono" da rua e a mulher é "dona" da casa, ao homem o espaço público, à mulher o espaço doméstico.

Esta relação de poder se manifesta muitas vezes no corpo da mulher; ele é usado, agredido, violentado. É sobre nosso corpo que recai o uso de métodos anticoncepcionais, a gravidez indesejada, o estupro, a exploração como objeto sexual, a proibição de exercer a sexualidade e expressar o desejo.

Precisamos romper com esta opressão em busca da igualdade de direitos e do respeito às diferenças. A reflexão sobre o corpo da mulher e a sexualidade são fundamentais para pôr fim à situação de exclusão que vivemos."

Eleonora Menicucci de Oliveira, Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos



Mulher negra e discriminação

"Para falar sobre a realidade de vida das mulheres negras é preciso analisar o processo de opressão das mulheres e dos negros.

A sociedade em que vivemos é demarcada pela exploração, mas além disso, estrutura também a opressão das mulheres e dos negros. A essas opressões incorpora-se a exploração, resultado das relações de trabalho, como um meio eficaz de manter as desigualdades e privilégios de uns em relação a outros. Como exemplo: o patrão em relação ao empregado, o homem em relação à mulher, o branco em relação ao negro.

Desta forma, em uma sociedade exploradora, machista e racista, a mulher negra, com certeza vive uma condição de não ser considerada cidadã, o movimento negro costuma definir por tudo isso que a mulher negra está sujeita a tríplice exploração: enquanto mulher, negra e trabalhadora.

O quadro é de exclusão e de falta de acesso (menor acesso que as mulheres brancas) a trabalho, sistema educacional etc.

Posso exemplificar nestas duas áreas os seguintes pontos: em relação a trabalho: a exigência de um quesito chamado "boa aparência", que indiretamente quer dizer que não pode ser negro, pois socialmente estes são considerados feios, sujos etc; em relação ao sistema educacional, segundo Paulo Freire, os negros são alvos da chamada "expulsão escolar", pois são taxados como "menos inteligentes" ou mesmo precisam defender a sobrevivência fora da escola.

Essas discriminações trazem consigo a intenção de desvalorizar e subjugar a mulher negra, gerando o sentimento de "baixa auto-estima".

Historicamente as mulheres negras e a população negra têm reagido a essa situação, buscando desmascarar esta sociedade racista e se afirmar enquanto cidadãos, buscando a cotoveladas conquistar seus espaços. Quebrando esta lógica que transforma diferenças em desigualdades."

Matilde Ribeiro, Fórum Estadual de Mulheres Negras

Folha nº.	2833	do
Processo PR-036/1997		
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg. 10.923		

Da esquerda para a direita: Tereza, Matilde e Eleonora

As conclusões dos grupos

O tema e o roteiro eram os mesmos para todos os grupos, mas as expectativas e contribuições em relação a eles foram bastante diferenciadas

O que motivou a participação no Encontro?

Foi grande a variedade de respostas das mulheres: desde as que queriam apenas “observar”, “aprender mais”, passando pelas que querem “estar junto com outras”, “trocar experiências”, “sair do isolamento”, “sentir como se estivesse em família”, “mudar de rotina, não ficar em casa”, “encontrar mais amigas”, “estar com outras”, “conhecer feminismo”, “gosto de participar”.

Muitas vieram com a expectativa de contribuir para a organização das mulheres entre essas estão as que disseram: “lidar com o tema violência”, “poder ajudar outras mulheres”, “a mulher precisa pensar e refletir”, “aprender a lutar”, “passar para as adolescentes”, “trabalhar preconceitos”, “combater machismo”, “discutir os problemas das mulheres”, “buscar melhores condições de vida” e “sair com propostas concretas”.

O feminismo na fala das mulheres

- ter respeito e amor
- grito de independência, liberdade, acordar para a vida
- não é coisa só de mulher
- não é contra os homens, é contra o machismo
- conhecer os direitos (nosso papel não é só engravidar e criar filhos)
- viver a sexualidade
- libertação dos preconceitos e convenções sociais
- valorização do ser mulher
- não se sentir culpada, responsável por tudo
- ajudar outras mulheres
- projeto político para a sociedade (igualdade, respeitar as diferenças, visão de mundo das mulheres, “ser total”)

Como são as diferentes formas de discriminação em relação às mulheres

Família

- é a responsável pelo trabalho doméstico
- é educada de forma diferente dos meninos
- aprende que “não pode” ou que “vale menos”
- tem que casar para ser aceita

Educação

- não tem acesso a profissionalização
- a maior parte do aprendizado é informal

Mulher negra

- está sujeita a maior discriminação
- como resultado do processo de discriminação, não aprende a se valorizar

Trabalho

- recebe menores salários
- não é contratada quando é mãe ou está grávida
- tem seu corpo controlado (esterilização, atestado de laqueadura)
- é a primeira a ser demitida
- sofre assédio sexual

Valores

- o modelo de beleza socialmente aceito não corresponde à realidade da maioria das mulheres
- só é bem vista enquanto é jovem
- tem sempre que obedecer
- virgindade vista como demonstração de pureza
- tem que responder a obrigações (ser mãe, fazer os serviços domésticos)



Uma definição de oficina

Folha nº 2834 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 110.923

A pronúncia do nome oficina, para a maioria das pessoas, leva a pensar em lugares para consertar objetos ou realizar atividades. Por exemplo, oficina de costura, de automóveis.

Para nós, mulheres que participamos do movimento feminista, ele tem outro sentido. Nós remete a encontros dos quais participamos e em que compartilhamos nossas experiências e vivências.

No início, as oficinas eram realizadas predominantemente pelos grupos feministas. Hoje o uso de oficinas se ampliou, a maioria dos grupos de mulheres têm utilizado esse tipo de prática.

Com o tempo as técnicas foram aperfeiçoadas e foram incorporadas dinâmicas da psicologia, do teatro e do psicodrama.

Os resultados e as abordagens variam muito de grupo para grupo, não somente enquanto proposta metodológica, mas também enquanto aplicação porque a base é a experiência de vida das integrantes do grupo. Apesar das diversidades elas têm algo em comum: resgatar a experiência das mulheres, os fios que tecem o seu cotidiano. E contribuir para que haja mudanças internas e ações externas.

Nas oficinas consegue-se repassar informações e conhecimentos e contribuir para que as mulheres individualmente e enquanto militantes possam compreender melhor as coisas que acontecem em suas vidas. Na medida em que começam a discutir em grupo vêm maior possibilidade de encontrarem saídas. Percebem que as situações que enfrentam são muito parecidas com as de outras mulheres.

As oficinas hoje são parte importante para a organização e ampliação do movimento feminista.

No 1º Encontro Feminista da Zona Leste, tivemos a preocupação de incentivar a utilização de oficinas. Assim foi em dois momentos do Encontro: um em que simultaneamente diversos grupos realizavam oficinas sobre violência sexista e outro sobre temas variados.

Oficinas sobre violência sexista

No dia a dia as mulheres sofrem inúmeras manifestações de violência sexista, das mais sutis, um gesto, um olhar, às mais truculentas, estupro, morte.

Para compartilhar experiências e contribuir na discussão de propostas para enfrentar essa situação foram realizadas cinco oficinas sobre violência sexista.

Cada coordenadora utilizou uma técnica: relaxamento, elaboração de cartazes, relato de vivências, criação de histórias, dramatização, entre outras. E o resultado não poderia ser outro: a descoberta de inúmeras experiências comuns.

Os diferentes tipos de manifestação de violência sexista, as formas de manutenção e superação da violência e os recursos sociais existentes para enfrentá-la: esses foram alguns dos temas abordados na oficina coordenada por Ana Maria Krigner, da Coordenação de Mulheres do ABCDMR



Carime e Nenê, da Associação de Mulheres da Zona Leste, buscaram, com painéis de recortes de jornais e revistas, abordar a violência sexual, a doméstica, a institucional e na saúde

Folha nº. 2835 do
 Processo PR-036/1997
 Sônia Maria Corrêa Alves
 Reg. 10.923

Esperança de superação da violência contra as mulheres. Esse é o resumo apresentado pelas mulheres que participaram da oficina coordenada por Simone Grillo Diniz e Ana Flávia Lucas, do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Discutiram entre outras coisas o aborto, as relações sexuais forçadas e o espancamento

Procurar entender as razões que levam às manifestações de violência foi uma das preocupações de Gláucia Matos e Maria Rivaneide Pereira (Riva), da Coordenação de Mulheres da Zona Leste, nas oficinas que coordenaram

Para discutir as situações enfrentadas pelas mulheres negras Maria Lúcia da Silva, Lourdes Araújo Almude e Vanderli Salatiel promoveram uma oficina sobre racismo e violência sexista

Ações contra a violência sexista



Da esquerda para direita: Cida Lima, coordenadora do debate, Maria Amélia, Ana Maria, Gláucia e Simone

Os atos de violência praticados contra as mulheres exigem dos governos políticas públicas que garantam o atendimento às mulheres vítimas de violência e campanhas de prevenção. Construção de albergues, casas-abrigo e ampliação de Delegacias das Mulheres são algumas das reivindicações do movimento. Para falar sobre esses assuntos foram convidadas Ana Maria Krigner, Simone Grillo Diniz, Maria Amélia Telles e Gláucia Matos. Eis alguns trechos de suas falas

“A Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André foi criada em 1989 e contava com três mulheres na coordenação do trabalho. Neste período lutaram pela abertura de uma Delegacia da Mulher no Município e fundaram uma casa de apoio para mulheres vítimas de violência.

Trabalharam nos bairros com grupos de creche, igreja e centros comunitários. Intervieram na elaboração do Plano Diretor com a idéia de “pensar a cidade no feminino”, juntamente com os setores de habitação, Educação, Planejamento Urbano e outros.

Houve um curso de Formação Feminista para Lideranças de Movimentos Sociais realizados em conjunto com o SOF. E também treinamento para funcionários da Prefeitura que atendem as mulheres, em especial a Guarda Metropolitana.

No movimento, a preocupação que se coloca é a continuidade dos serviços públicos específicos para as mulheres numa próxima administração.”

Ana Maria Krigner, Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André

“Após quatro meses de trabalho é fundada a Casa Eliane de Grammont, com a idéia de atender a mulher, reforçando-a como uma pessoa capaz de superar a situação de violência, não como vítima. Depois inauguramos uma casa-abrigo para mulheres com risco de vida. Nos últimos dois anos várias casas-abrigo são abertas no país, o que significa o Estado assumindo sua responsabilidade.

Foi realizado treinamento para funcionários, publicações sobre a questão da violência contra as mulheres, e trabalho com o pessoal do Programa de Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde, nas áreas de aborto legal, atendimento às vítimas de violência e comitês de mortalidade materna.

Trabalhamos também na implantação de lavanderias comunitárias, na elaboração da lei que pune a exigência do teste de gravidez na seleção para emprego, e na pesquisa sobre violência nos serviços de saúde.

Compartilho a mesma preocupação de Santo André. O momento é de resistência.”

Simone Grillo Diniz, Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo

“A União de Mulheres de São Paulo é um espaço de discussão autônomo das mulheres. Até três anos atrás havia uma Coordenação Autônoma de Mulheres, em São Paulo, mas hoje não há mais. Este Encontro poderá contribuir para a retomada da organização feminista em São Paulo.

Historicamente a mulher vem sendo reprimida. Nos últimos tempos denunciávamos situações de violência e reivindicávamos políticas públicas. A partir disto começou a funcionar o COJE com atendimento jurídico, as delegacias da mulher e casas-abrigo. Ocupamos alguns espaços no Estado, ampliando direitos das mulheres e levando a discussão para alguns sindicatos, igrejas e movimentos populares.

Na Constituição, quase todas as nossas reivindicações foram incorporadas ao texto, porém, algumas conquistas ainda são letra morta na espera de regulamentação e implantação.

As delegacias das mulheres demonstram como, depois de ampla mobilização e discussão, nossa proposta é incorporada pelo Estado, mas acaba distorcida quando se amplia o número de delegacias e diminui muito a qualidade do atendimento.

A impunidade também tem colaborado com a manutenção da violência. As denúncias são tratadas burocraticamente, ameaças registradas em Boletins de Ocorrência transformam-se em assassinatos, e os assassinos, como o Laguinho, de Santos, apesar de condenados, continuam soltos. O Poder Judiciário promove esta impunidade.

Para combatermos todas estas e outras formas de violência, está se formando uma Rede Latino-americana e outra Nacional pelo fim da Violência Doméstica e Sexual contra as Mulheres.

Precisamos discutir neste campo a violência específica contra a mulher negra, os direitos específicos das mulheres, dentro dos direitos humanos em geral. E termos clareza de que não bastará o socialismo para resolvermos nossos problemas específicos.”

Maria Amélia Telles, União de Mulheres de São Paulo

“Há doze anos o SOF atua na Zona Leste. Várias feministas passaram pela entidade e desenvolveram trabalho de planejamento familiar grupalizado, auto-estima, organização das mulheres e outros. Este trabalho buscava desenvolver uma ação crítica e consciente na área de saúde da mulher.

A AMZOL aglutina mulheres em vários bairros, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo Itaim Paulista e Guaianazes, e também discute vários temas específicos relacionados ao cotidiano de vida das mulheres.

Essas duas entidades tiveram um papel fundamental na organização do movimento de mulheres na região.

Em 1989 o SOF e AMZOL se juntam para pensar a formação e organização das mulheres na Zona Leste. Preparamos as atividades do 8 de março de 1990 na região e a partir de então estruturamos a Coordenação de Mulheres, juntamente com outros grupos de mulheres, sindicatos e movimentos.

Em janeiro de 1990 começa nossa organização contra o “criminoso do ácido”.

Nossa presença nos encontros feministas foi um marco de fortalecimento da organização das mulheres na região.

Hoje a Coordenação é reconhecida pelo movimento por sua inserção nas lutas reivindicatórias nos espaços de organização e pela sua coerência política de atuação coletiva. Faz parte desse espaço além da AMZOL e SOF, outros grupos de mulheres como: Comissão de Mulheres do Sindicato dos Químicos, MOVA, Mulheres da Casa Pintada, Meninos e Meninas de rua etc.

Para nós este Encontro é decorrência de uma proposta construída nesses três anos de existência, de um esforço coletivo dessas mulheres. Temos como objetivo maior a solidariedade entre nós, buscamos sempre a força necessária para continuarmos nossa luta, com brilho, garra e persistência.

Enfim, nosso trabalho tem sido no sentido de construir o Movimento Feminista e lutar por uma sociedade justa, igualitária, sem discriminação contra as mulheres.”

Gláucia Matos, Coordenação de Mulheres da Zona Leste

O debate

A mulher que vive uma situação de violência é transformada de vítima em culpada pela sociedade e acaba incorporando esta culpa. Isto não ocorre, por exemplo, quando o grevista apanha da polícia. Apesar de sofrer a mesma pressão social que o transforma de vítima em culpado, não incorpora esta culpa

- Preocupação com a administração Paulo Maluf. As leis devem ser cumpridas e os serviços implantados na gestão Luiza Erundina não devem ser desativados (serviço de atendimento à saúde da mulher, violência, aborto legal e outros).

- Em casos de violência doméstica e assédio sexual, entre companheiras (os) do movimento ou de sindicato, temos que ter ações políticas, tais como: exigir a instalação de comissão de ética e ser solidárias com as mulheres.

- Discutir racismo e feminismo, principalmente hoje que o racismo vem crescendo. Nos organizarmos por etnia e raça.

- Código Penal: necessidade de mudar crimes contra as mulheres do capítulo de crimes contra os costumes para o de crimes contra a pessoa.

- Políticas públicas (intervenção, ação e prestação de serviços): albergues, casa-abrigo e delegacia de mulheres.

A praia

Se existir céu é aqui

Fui uma das primeiras a chegar na areia e a última a sair. Queria aproveitar o máximo possível daquele momento de lazer.

Aos poucos as outras companheiras foram chegando e trouxeram o café para nós que havíamos chegado primeiro. Foi ótimo para entrosamento.

Falamos sobre o que tinha acontecido na dia anterior e durante a viagem.

A brisa do mar e a dança das ondas me fez ver e aceitar com toda clareza o feminismo.



Na nossa luta também tem festa

Sentir a si mesma



Folha nº. 2837 do
Processo PR-036/1997
Maria Maria Côrrea Alves
Reg. 10.223

Quero entrar nesta festa. Quero entrar nesta dança. O baile começou animado. Tem criança, jovens, tias, avós, mães, mulheres de todo jeito. Tem gente que dança porque gosta e sabe. Tem gente que não sabe e quer saber.

E eu? Entro ou não entro? Será que ainda sei como quando eu era jovem?

Não sei. Faz tanto tempo que não fico só comigo para me divertir que até perdi o jeito.

Esta festa está quente de alegria,

bom astral, cerveja gelada, música gostosa, mulheres interessantes e comida cheirosa. E eu vou ficar aqui passando vontade e com vergonha de entrar no arrasta-pé?

Oh, Meu Deus, ainda tem uma mulher tirando foto da gente o tempo todo! Já pensou depois o povo ver a cara da gente cheia de felicidade por estar se divertindo sozinha, sem filhos e sem marido?

Seja lá o que Deus quiser, eu estou com vontade é de cair nesta gandaia. E lá vou eu.

As adolescentes

No início foi meio difícil o entrosamento das adolescentes com outras mulheres. Houve um pouco de medo de opinar e contrariar as idéias das mais experientes e um pouco de surpresa ao ver a animação das mesmas na festa do sábado. Todas formamos um só corpo, crianças, adolescentes e mulheres, sem medos e sem vergonha de ser mulher e de se mostrar feliz por isso

Minha mãe convidou-me para ir em uma excursão na praia. Bem, eu aceitei na hora, porém não fiquei muito empolgada,

porque ela tinha me dito que lá nós íamos ficar discutindo poderes e forças do feminismo. Chegamos lá à noite e estava um frio e uma chuva terrível.

No dia seguinte tomamos café em comunidade e depois teve trabalhos em grupo. Foi divino! Não imaginava tanta opressão que as mulheres levam na sociedade. À tarde teve oficinas de várias desgraças que acontecem com as mulheres. A noite teve festa das bruxas e foi divertido. No fim do passeio eu quase chorei, achei tudo inesquecível.

A creche

Grupo de quatro crianças e uma pajem. Ao ser entrevistada uma das crianças, Priscila, disse que elas adoraram a idéia de ficar longe das mães, num grupo só delas. Acharam isso importante pois não pretendiam ficar nos grupos participando com as mães. Tiveram várias brincadeiras, uma delas foi conhecer a horta da colônia e mexer com a terra e gostaram muito.



Alguns momentos do Encontro



Aqui a gente
pode. É dia e
lugar do pode
tudo. Viajar,
participar de
oficinas,
debater,
participar do
teatro, da
mesa redonda,
almoçar, bater
papo, ir à festa
e não fazer
nada.

Folha nº. 2838 do
Processo PR-036/1997
~~Sônia Maria Corrêa Alves~~
Reg. 10.923



Percebi que as
mulheres que
participam e têm
consciência são
bem mais bonitas,
porque se amam e
procuram ser
felizes.



Que bom ficar como jacaré no sol.
Descansar o lombo e se sentir feliz.

Oficinas sobre temas diversos

Amor entre Mulheres

Nessa oficina, coordenada pelo Coletivo de Feministas Lésbicas, discutiu-se o amor entre mulheres como forma possível de um amor saudável.

Para tratar do tema debateu-se questões como mulher lésbica e maternidade, preconceito, a participação nos movimentos, a paixão entre mulheres e o dia-a-dia das lésbicas.

Para dinamizar a discussão utilizaram aquecimento, pega-pega, cochicho e conversa.



Jornal Vivo

De posse de algumas fotos, recortadas de revistas e outras publicações, as participantes da oficina, que foi coordenada por Flávia Pereira Souza, da Casa Lilith, se dividiram em grupo e criaram notícias a partir da leitura que fizeram de cada foto.



Mulher Negra

Debater a identidade de gênero, raça e classe.

Esse foi o objetivo da oficina coordenada por Gevanilda G. dos Santos (Gê) e Maria José Pereira (Majô), da Soweto Organização Negra.

A partir da identificação de fotos de mulheres negras discutiram as histórias de vida e questões relacionadas à organização das mulheres negras.



Auto-estima

Muitas mulheres nunca tiveram a chance de pensar no que elas mais gostam nelas mesmas. A vivência foi boa, mas não muito íntima. Essa

foi a conclusão de Ana Archolb e Connie Pospisil, da AMZOL, que coordenaram os trabalhos da oficina. Utilizaram a técnica do relaxamento, massagem, respiração e a partilha com o grupo, através de um papel escrito das qualidades que mais apreciavam nelas.





Direitos Reprodutivos

A oficina, coordenada por Simone Grillo Diniz e Ana Flávia Lucas, do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, utilizou a dinâmica do trabalho corporal e da discussão em grupo, e abordou o direito ao livre exercício da sexualidade, ao prazer, à maternidade, ao serviço público de saúde e ao aborto, como parte dos direitos reprodutivos.



Metodologia de Educação Popular Feminista

A oficina coordenada por Hilda Fadiga, da Rede Mulher, buscou trabalhar momentos importantes no trabalho com mulheres: reflexão e análise da ação. Pensando em mim, pensando em nós e a partir daí pensar nas condições para construir um trabalho metodológico.



Sexualidade

Maria Teresa Citeli e Denise Pedroso Garcia, do SOF, utilizaram a técnica do sim e do não. Para isso apresentaram dez perguntas que as mulheres iam respondendo sim ou não. A partir dessa dinâmica discutiu-se prazer, orgasmo, homossexualidade, afeto, experiências pessoais.



Racismo e Violência

A opressão e discriminação racial em relação as mulheres foram temas discutidos pelas mulheres que participaram da oficina sobre Mulher Negra coordenada por Maria Lúcia da Silva, Lourdes Araújo Almudi e Vanderli Salatiel, do Geledés - Instituto da Mulher Negra.

Plenária final

“Andar pela sala, respirar profundamente, ver como está o corpo. Observar as pessoas que encontra nesta caminhada, identificar o que os olhos transmitem. Procurar lembrar como chegou ao Encontro, o que aconteceu, o que mais chamou a atenção, o que aprendeu, o que trocou...”

Verificar nas paredes os cartazes com as propostas que surgiram no Encontro, marcar com um X as que considera importantes, parar em frente a que considera prioritária, em conjunto com as demais mulheres, discutir as formas de encaminhamento e anotar as propostas no cartaz”

Eis o resultado:

1. Mulher negra

- valorizar a identidade e cultura
- combater e denunciar o racismo
- enfrentar os preconceitos e discriminação

Como pôr em prática?

- dar informação
- conscientizar e participar
- realizar cursos informativos e de formação
- pesquisar
- denunciando em público o que acontece na realidade
- trabalhar para que todas adquiram a consciência de que devem se assumir enquanto negras.
- assumir a luta contra os neo-nazistas porque é o negro e principalmente a mulher negra que é vítima
- cultivar a cultura afro-brasileira
- conscientizando que todos têm os mesmos direitos
- lutar contra o racismo - independentemente da cor, raça e religião
- criando grupos nas periferias

2. Saúde

- atenção à saúde integral da mulher
- fim da esterilização
- direito de ter ou não filhos (aborto legal, acesso a métodos contraceptivos, informação etc)

Como pôr em prática?

- fortalecer o movimento
- convidar mais pessoas
- conscientizar a população
- indo aos postos de saúde e hospitais
- conscientizar os governantes para a saúde
- melhorar o atendimento em hospitais
- aumentar a organização
- ser de fato solidárias com os problemas das companheiras
- lutar para que haja planejamento familiar nos postos de saúde municipais e estaduais

3. Trabalho

- igualdade de salário
- acesso e permanência no emprego
- denúncia de situações de exclusão (exigência de boa aparência, atestado de laqueadura, idade, opção sexual etc.)

Como pôr em prática?

- união e participação nos movimentos, associações, grupos e sindicatos não-pelegos

4. Sexualidade

- liberdade de manifestação
- respeito aos direitos e vontades
- direito a informações corretas
- mulher deve ser dona do seu corpo
- orientação para adolescentes

Como pôr em prática?

- promover oficinas
- organizar o movimento de mulheres
- editar publicações
- aproveitar de todos os espaços para sermos agentes multiplicadores
- aproveitar espaço da mídia (um sonho que queremos realizar)
- difundir a educação não diferenciada

5. Organização

- sair do isolamento
- trocar experiência, integração
- quebrar tabus e preconceitos
- buscar melhor condições de vida
- feminismo incorporar as diversidades (mulher negra, nordestina)
- buscar garantir as conquistas do movimento (leis, coordenadorias, ocupação do espaço público)

Como pôr em prática?

- envolver as secretarias ou comissões de mulheres dos sindicatos e partidos nas atividades da coordenação da Leste
- articular os grupos de mulheres nos bairros, vilas etc
- juntar as mulheres e partir para a luta
- articular gênero, raça e classe nas organizações
- deliberar sobre os pontos de unidade e reflexão sobre os pontos divergentes
- reforçar os grupos que já existem
- lutar pela união e organização dos movimentos

Folha nº. 2840 do

Processo PR-036/1997

6. Violência

- lidar com o tema como um problema social
- implementação de políticas públicas
- alteração e cumprimento da legislação
- combate e denúncia
- lutar pela formação de comissões de ética nos partidos, movimentos, sindicatos etc
- criar espaço de articulação sobre violência em São Paulo

Como pôr em prática?

- fortalecer a organização
- união e ação imediatas
- denunciar aos órgãos competentes os atos de violência
- criar mais sistemas de apoio e defesa da mulher
- praticar defesa pessoal, capoeira e outros tipos de lutas

7. Educação

- educar para a igualdade não-sexista e não-racista
- acesso a instrução e profissionalização

Como pôr em prática?

- realizar oficinas
- formar grupos de estudo
- implantar, nas escolas de primeiro grau, programas de aulas com profissionais capacitados a tirar as dúvidas e tabus da cabeça das crianças
- orientar filhos, parentes e amigos a ter pensamentos não-racistas
- reorganizar o movimento de educação com a participação dos grupos de mulheres, pais, alunos e professores
- orientar as pessoas para que entendam que todo o ser humano é igual perante a lei

Encerramento

Nos reunimos num círculo com a árvore do Encontro no meio. Ao ar livre nos viramos para o mar trazendo com um movimento corporal a energia da água para dentro de nossos corpos.

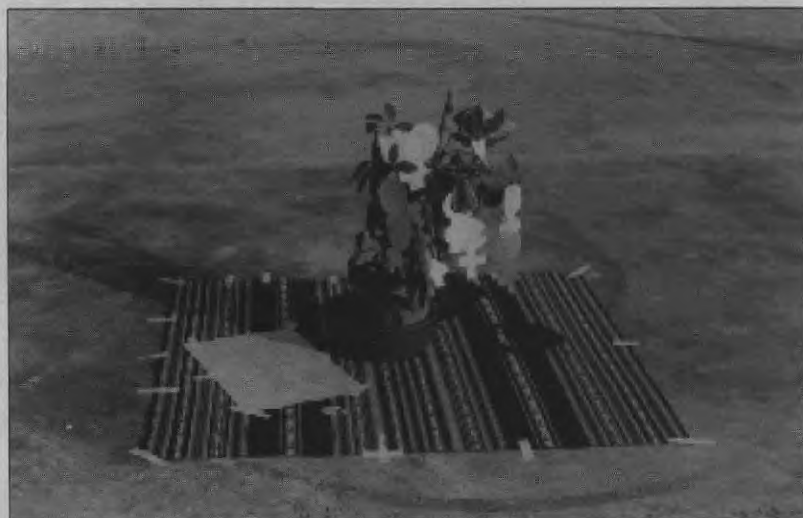
Chamamos também as forças dos elementos ar, fogo e terra com movimento corporal. Depois de chamar a força dos elementos, também chamamos a força das companheiras que não estiveram presentes fisicamente mas

estiveram no Encontro em espírito: Cida Kopkac, Noêmia, Beth Lobo, Penha, Margarida Alves, Teresinha Vieira, Dona Dalva e Luiza Erundina. Todo mundo respondeu com o canto, "coragem, princípio, ternura, loucura - mulher, irmã, companheira, guerreira - Mulher". Lembrando da nossa própria energia, olhando uma para a outra. Trocamos beijos para terminar.

Ritual das bruxas



Mulheres. Esta é uma semente germinada em nossa consciência coletiva. Que bom saber que estando juntas poderemos transformar este legado por nós herdado dos nossos antepassados. Por isso, mulheres, vamos à luta para que possamos mudar tudo isso que está aí nos violentando. AXÉ!



Avaliação na fala de algumas participantes

Na avaliação escrita nem todas colocaram seus nomes. Mas deixaram impressas opiniões e sentimentos sobre o Encontro

“Descobri que eu era feminista, por tudo que eu faço. Já lutava pelos meus ideais. Pensava que ser feminista era coisa de sapatão, tinha medo. Descobri que não era isso. A partir do encontro ainda continuo com algumas dúvidas.”

Lurdinha

Folha nº.	2841	do
Processo PR-036/1997		
Júlia Maria Corrêa Alves		
Reg. 10.923		

“Não vou esquecer esta data tão importante para mim, foram novas experiências que vi e ouvi, quero continuar a viver tudo isso. Parabéns a esta grande equipe de organização.”

“Este é um momento que devemos aproveitar até a última gota, porque precisamos voltar para nossas casas, reproduzir o que foi ouvido aqui e conscientizar mais mulheres para participar. Deixo aqui meus parabéns pela organização da coordenação. Quero engrossar este time”

“As dúvidas que eu tinha sobre o feminismo foram todas esclarecidas no Encontro, tanto que encontrei forças para ajudar a companheira que iria fazer o aborto e me coloquei à frente de todas para pedir o dinheiro necessário. Se a questão da mulher e do feminismo não estivessem tão claras, eu creio que não teria chegado nem a pensar em falar tudo aquilo. O que mudou na minha vida foi o sentimento de liberdade e entrosamento que desde então não me deixou mais.”

Firmina

“O encontro foi ótimo, tipo assim, amor à primeira vista. Ele me ajudou a crescer no sentido de esclarecer para mim o que é ser feminista, até então não estava claro. Eu sempre me enrolava quando as pessoas me questionavam. Era complicado para mim dizer: sou feminista. Eu achava que para ser feminista teria que defender todas as questões feministas, sem exceção. E no Encontro aprendi que assim como todos os movimentos, o movimento feminista não é perfeito. E com a luta de todas nós mulheres, vamos caminhando para cada dia ficar melhor. Depois do Encontro, hoje eu posso dizer sem medo: sou feminista com muita honra. Erro as vezes como mulher, como feminista, mas me questiono, me corrijo. E tudo isso não me tira o direito de dizer: sou feminista.”

“O que marcou muito foi a descoberta da auto-estima. Trabalhar comigo mesma, me perceber. O ritual com os quatro elementos, terra, água, fogo e ar mexeu comigo. O encontro foi diferente dos outros, com aprofundamento das coisas que falam da vida da mulher, das nossas vidas. Havia pensado em não vir porque achava que era só discurso, mais nada. Foi o contrário. O feminismo, as mulheres nesse encontro, bateu muito forte e mexeu muito comigo.”

Lúcia

“Nunca tinha visto tantos sorrisos de mulheres como vejo agora.”

Perfil das mulheres que participaram do 1º Encontro Feminista da Zona Leste

Faixa etária

Até 20 anos	10
De 20 a 25 anos	7
De 26 a 30 anos	13
De 31 a 40 anos	17
De 41 a 50 anos	31
Mais de 50 anos	19

Cor/raça

Branca	54
Mestiça	17
Negra	26

Você participa de algum movimento

Sim	78
Não	15
Não respondeu	4

Qual a situação de trabalho

Dona de casa	20
Com carteira assinada	29
Desempregada	3
Outra	43
Não respondeu	2

Faixa salarial

Até um salário mínimo	9
De um a dois salários mínimos	12
De dois a quatro salários mínimos	28
De quatro a oito salários mínimos	11
Mais de oito salários mínimos	14
Sem renda	

Já trabalhou na roça

Sim	28
Não	63
Não respondeu	4

Situação conjugal

Solteira	28
Casada	48
Separada	13
Viúva	6
Não respondeu	2

Número de filhos

Nenhum	32
1 filho	12
2 filhos	22
3 filhos	12
4 filhos	5
5 filhos	5
Mais de cinco filhos	7
Não respondeu	1

Estado de nascimento

Alagoas	3
Bahia	12
Espírito Santo	1
Mato Grosso do Sul	1
Minas Gerais	10
Paraná	2
Pernambuco	7
Portugal	1
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Norte	1
São Paulo	53
Não respondeu	2

Grau de escolaridade

Primário incompleto	11
Primário completo	13
1º grau incompleto	10
1º grau completo	10
2º grau incompleto	11
2º grau completo	12
Universitário incompleto	7
Universitário completo	22

Você é feminista

Sim	70
Não	18
Não respondeu	9

Já sofreu alguma forma de violência

Sim	60
Não	31
Não respondeu	6

Avaliação da coordenação do Encontro

O clima foi de muita solidariedade, alegria e envolvimento



Integrantes da coordenação do Encontro e da Coordenação de Mulheres da Zona Leste

Para a Coordenação de Mulheres da Zona Leste ficou a satisfação de mais uma etapa cumprida. O objetivo de aprofundar e debater as questões relativas as formas de combate a violência sexista e troca de experiências entre as mulheres foi alcançado.

Desde 1988, muitos outros trabalhos foram realizados na região por estes grupos, que foram consolidando a Coordenação de Mulheres da Zona Leste, culminou com este I Encontro Feminista da Zona Leste, que certamente não ficará apenas no primeiro.

Preparar esta atividade foi uma tarefa árdua para 15 mulheres que compõem a coordenação, muita

responsabilidade e aprendizado conjunto, preocupações com cada detalhe: local, ônibus, programação, abertura, condições de estadia. A palavra de ordem foi "tem que dar certo".

Durante a atividade cada uma cumpriu funções diferenciadas na garantia da infra-estrutura e programação, a cooperação foi muito grande, o que contribuiu para o bom andamento do encontro.

Em relação à violência sexista e a opressão de gênero, muito há por fazer, denunciar e buscar formas de superação desta condição. As mulheres presentes neste Encontro demonstraram sua energia para esta luta, e para conquistar outras que precisam

ser despertadas...

Elaborar e publicar essa revista foi mais um desafio colocado à nós. Contamos com auxílio e contribuições importantes como: Maria Luiza da Costa, Maria Otilia Bocchini e Nircéa Pimenta, sem a qual não conseguiríamos chegar ao término.

A participação de companheiras da coordenação, na elaboração dessa produção, foi fundamental para que aqui ficasse registrada e documentado a vivência do encontro.

Ao chegar em suas mãos, esperamos que cada uma se sinta parte desse sonho, dessa magia...

Saudações feministas
**Coordenação de Mulheres
da Zona Leste**

Agradecimentos

Convidadas para os debates e oficinas

Painel: Feminismo e Racismo

Eleonora Menicucci - Rede Nacional Feminista
Saúde e Direitos Reprodutivos
Matilde Ribeiro - Fórum Estadual de Mulheres Negras

Oficinas de Violência Sexista

Ana Maria Krigner - Pref. Municipal de S. André
Carime Mamude Sales Toledo - AMZOL
Maria do Rosário Ramalho Oliveira - AMZOL
Simone Grillo Diniz - Coletivo Feminista
Sexualidade e Saúde
Flávia Pereira de Souza - Casa da Mulher Lilith
Maria Rivaneide Pereira - Coordenação de Mulheres da Zona Leste
Gláucia Matos - Coordenação de Mulheres da Zona Leste

Mesa Redonda: Formas de Intervenção em Relação à Violência Sexista

Ana Maria Krigner - Pref. Municipal de S. André
Simone Grillo Diniz - Pref. Municipal de S. Paulo
Maria Amélia Telles - União de Mulheres de São Paulo
Gláucia Matos - Coordenação de Mulheres da Zona Leste

Oficinas de Temas Variados

Amor entre Mulheres - Coletivo de Feministas Lésbicas
Jornal Vivo - Flávia Pereira de Souza - Casa Lilith
Mulher Negra - Maria José Pereira e Maria Gevanilda G. dos Santos - Soweto
Auto-estima - Ana Archolb e Connie Pospisil - AMZOL
Racismo e Violência - Maria Lúcia da Silva, Lourdes Araújo Almudi e Vanderli Salatiel - Geledés Instituto da Mulher Negra
Metodologia de Educação Popular Feminista - Hilda Fadiga - Rede Mulher
Sexualidade - Denise Pedroso Garcia e Maria Teresa Citeli - SOF
Direitos Reprodutivos - Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde - Ana Flávia Lucas e Simone Grillo Diniz

Grupos e entidades presentes no Encontro

AMZOL Associação de Mulheres da Zona Leste
Associação de Mulheres de São Miguel
Associação de Mulheres da Vila Mara
Casa Lilith
CECOPI Centro dos Comunicadores Populares do Itaim Paulista
Coletivo de Feministas Lésbicas
Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde
Comissão Estadual de Mulheres do PT
Comissão de Mulheres do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos
Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo
Coordenação de Mulheres da Zona Leste
Coordenação de Mulheres do ABCDMR
Geledés Instituto da Mulher Negra
Grupo de Mulheres da Casa Pintada
Grupo Verde Lilás
MOVA Movimento de Alfabetização
Movimento de Educação
Movimento Estudantil
Movimento Meninas e Meninos de Rua
Movimento de Moradia
Movimento de Moradia da Baixada
Movimento de Saúde da Zona Leste
Pastoral da Criança
Pastoral da Família
Projeto Habitacional Vila Mara
Rede Mulher
Sindicato dos Servidores Municipais
SOF Sempre Viva Organização Feminista
Soweto Organização Negra
União de Mulheres de São Paulo

*“Nós mulheres estamos de parabéns,
cada vez que participo de um encontro
eu sinto que nossas lutas valem a pena.*

*Aqui, conversando,
me dá uma força muito grande
para nunca deixar de lutar.*

*Vamos lá mulheres,
prá luta!”*



*"Que se realize o sonho de todas nós, igualdade a todas as
crianças, mulheres, negros e outros grupos que sofrem
qualquer tipo de discriminação. Que a luta dure para
sempre, para que tudo se torne realidade."*

52-C



AMZOL - Associação de Mulheres da Zona Leste

Centro Maria Miguel de Atendimento à Mulher

Convênio com a Procuradoria Geral do Estado

Folha nº. 2844	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

Folha nº. _____	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

PRÊMIO BETINHO - 2001

1. **NOME DO PROGRAMA**:- “ATENDIMENTO JURIDICO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA”
2. **ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS**:- ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA ZONA LESTE, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO JURÍDICO MARIA MIGUEL; DELEGACIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DE VILA JACUÍ; CONSELHOS TUTELARES DA REGIÃO, POSTOS DE SAÚDE E UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VILA JACUÍ (Atendimento Especializado à Mulheres Vítimas de Violência Doméstica)
3. **INÍCIO DO PROGRAMA**:- 1995
4. **ÓRGÃO MANTENEDOR**:- PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO;
5. **PÚBLICO ALVO**:- MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM FAIXA SÓCIO ECONÔMICA PRECÁRIA, PREDOMINANTEMENTE NA FAIXA ETÁRIA DE 14 A 55 ANOS, TENDO SIDO ATENDIDAS MAIS DE SEIS MIL MULHERES ATÉ A PRESENTE DATA. O PROGRAMA BENEFICIA INDIRETAMENTE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SOFREM OU TESTEMUNHAM A VIOLÊNCIA EM SUAS CASAS.
6. **ABRANGÊNCIA**:- O PROGRAMA ATENDE MULHERES DE SÃO MIGUEL PAULISTA E ITAIM PAULISTA, GUAIANAZES, ITAQUERA E OUTRAS REGIÕES DE SÃO PAULO/SP.



AMZOL - Associação de Mulheres da Zona Leste
Centro Maria Miguel de Atendimento à Mulher
C.G.C. 57.999.492/0001-98
Rua: São Gonçalo do Rio das Pedras, 972 - A
Vila Mara - S. Miguel Paulista - CEP: 08081-170
Fone: 6581-3135

7. ORIGEM: AS MULHERES CARENTES, EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, GERALMENTE NÃO DISPÕEM DE RECURSOS PARA CONSTITUIREM UM ADVOGADO PARTICULAR E OS SERVIÇOS PÚBLICOS SÃO DEMORADOS. ALÉM DISSO, A REGIÃO SE CARACTERIZA PELA CARÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS E POR VOLTA DE 1990, SURTIU NA REGIÃO O "MANÍACO DO ÁCIDO" QUE MUTILAVA MULHERES COM PRODUTO QUÍMICO, PROVOCANDO O INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. EM SEGUIDA A ENTIDADE REALIZOU PESQUISA SOBRE A PREOCUPAÇÃO E AS PRIORIDADES DAS MULHERES DA REGIÃO, CONSTATANDO QUE A VIOLÊNCIA OCUPAVA O PRIMEIRO LUGAR, PORÉM SOMENTE APÓS A PARTICIPAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMINISTAS NO CURSO "PROMOTORAS LEGAIS POPULARES" PROMOVIDO PELA UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO, EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, FOI CONCRETIZADO O PROJETO QUE ATÉ HOJE PERMANECE EM ANDAMENTO.
8. PROPOSTAS, OBJETIVOS E METAS:- ATENDIMENTO ÀS MULHERES VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE FORMA DIFERENCIADA DANDO ÊNFASE À FORMA ESPECIAL DE ACOLHER ESTAS MULHERES, INDEPENDENTEMENTE DA IDADE, ETNIA E RELIGIÃO, ATRAVÉS DE APOIO E ORIENTAÇÃO JURÍDICA. TEMOS COMO OBJETIVO ESTENDER A ESTAS MULHERES O ATENDIMENTO SOCIAL E PSICOLÓGICO, DANDO ÊNFASE AO ATENDIMENTO HOLÍSTICO, ATRAVÉS DE UMA AÇÃO PREVENTIVA E PROFILÁTICA. CRIAÇÃO DE UMA CASA ABRIGO PARA MULHERES EM RISCO DE VIDA E, EM PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES FORMAR UM GRUPO PARA ATENDIMENTO EM REGIME DE ABRIGAMENTO E FORMAR ESTRUTURA DE SEGURANÇA E DE SUSTENTABILIDADE PARA AS MULHERES APÓS O PERÍODO DE PERMANÊNCIA NO ABRIGO.

9. **EXECUÇÃO:** APÓS SER ENCAMINHADA¹ PARA O SERVIÇO, A MULHER É ATENDIDA PRIMEIRAMENTE POR UMA RECEPCIONISTA QUE AGENDA O PRIMEIRO ATENDIMENTO EM GRUPO, ONDE É TRABALHADA SUA AUTO ESTIMA, CIDADANIA E DIREITOS, ANTES DO ATENDIMENTO JURÍDICO, PARA QUE CONSIGAM SUPERAR A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA. O SERVIÇO A ENCAMINHA À DELEGACIA DA MULHER PARA QUE REGISTRE UM BOLETIM DE OCORRÊNCIA, CASO NÃO O TENHA FEITO. A MULHER É ENCAMINHADA PARA AS ADVOGADAS QUE INICIAM O QUE NEM SEMPRE RESULTA EM PROCESSO CONTRA O AGRESSOR. O ATENDIMENTO ESTÁ VINCULADO AO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO OU, CASO ESTE NÃO OCORRA, A MULHER PODE CONTINUAR O ATENDIMENTO NO GRUPO DE AUTO ESTIMA. EM GERAL O ATENDIMENTO NÃO TEM PRAZO FIXADO PARA TERMINAR, DEPENDENDO DA PROBLEMÁTICA. O PROJETO ESTÁ IMPLANTADO NA SEDE DA ENTIDADE, SITUADA NA RUA SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS, Nº 972 – VILA MARA – SÃO MIGUEL PAULISTA – SÃO PAULO/SP, CONTANDO ATUALMENTE COM UMA EQUIPE DE TRÊS ADVOGADOS E UMA ESTAGIÁRIA, UMA SECRETÁRIA E UMA ATENDENTE, ALÉM DE VOLUNTÁRIAS DA ENTIDADE. DISPÕEM DE UM ESPAÇO FÍSICO DE CERCA DE TRINTA METROS QUADRADOS, DISPOSTOS EM TRÊS SALAS E DOIS BANHEIROS. CONTAM COM UM EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, TELEFONE/FAX, SECRETÁRIA ELETRÔNICA, ARQUIVOS, ARMÁRIOS, ESTANTES, MESAS E CADEIRAS. CONTAM TAMBÉM COM O EMPRESTIMO DE UMA SALA NO PRÓPRIO PRÉDIO PARA AS TERAPIAS DE RELAXAMENTO, PROMOVIDAS POR MULHERES VOLUNTÁRIAS, TERAPEUTAS REIKI, MASSAGISTAS E FITOTERAPEUTA.
10. **PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE:-** A COMUNIDADE COLABORA CEDENDO O ESPAÇO FÍSICO, PARTICIPANDO DAS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA AMZOL(Associacao das Mulheres da Zona Leste) e “CENTRO MARIA MIGUEL” E NA DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

¹ AS MULHERES SÃO ENCAMINHADAS PELAS DELEGACIAS DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES, PELOS POSTOS DE SAÚDE DA REGIÃO, PELOS CONSELHOS TUTELARES OU PELA PRÓPRIA COMUNIDADE.



11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA:- O PROGRAMA É PIONEIRO NA REGIÃO LESTE DESDE 1995, PROMOVENDO UM ATENDIMENTO ÀS MULHERES COM UMA ABORDAGEM FEMINISTA, DENTRO DAS ESPECIFICIDADES QUE A PROBLEMÁTICA REQUER.

12. RESULTADOS: DENTRE AS MAIS DE SEIS MIL MULHERES ATENDIDAS PELO PROJETO, MUITAS ALCANÇARAM UM ALTO NÍVEL DE CONSCIÊNCIA CIDADÃ, PASSARAM A INVESTIR EM SUA REALIZAÇÃO PESSOAL, NÃO ACEITANDO QUAISQUER TIPO DE VIOLÊNCIA SEJA FÍSICA, AFETIVA OU PSICOLÓGICA. PASSARAM A FAZER PARTE DO CONTINGENTE DE MULHERES ORGANIZADAS, CONSTITUINDO NOVAS BASES NAS RELAÇÕES AFETIVAS, MESMO SEM HAVER A SEPARAÇÃO DO AGRESSOR. AGORA COM PERSPECTIVA DE AMPLIAÇÃO PARA O ATENDIMENTO SOCIAL E PSICOLÓGICO.



[Handwritten signature]
AMZOL - Associação de Mulheres da Zona Leste
Centro Maria Miguel de Atendimento à Mulher
C.G.C. 57.999.492/0001-98
Rua: São Gonçalo do Rio das Pedras, 972 - A
Vila Mera - S. Miguel Paulista - CEP: 08081-170
Fone: 6581-3135

52-E



AMZOL - Associação de Mulheres da Zona Leste

Folha nº. <u>2848</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves

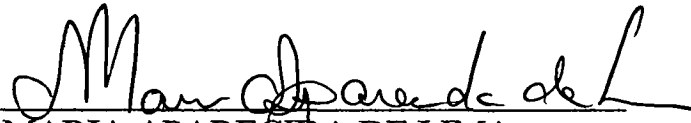
São Paulo, 05 de Novembro de 2001.

À
**ORGANIZAÇÃO DO PRÊMIO
BETINHO 2001 – CIDADANIA E DEMOCRACIA**

Estamos enviando anexo, os documentos
para inscrição e participação no prêmio Herbert de Souza –Betinho.
Solicitamos por gentileza, acusar o recebimento.

A seguir, relação dos documentos apresentados:

- 1- Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada.
- 2- Descrição do programa, conforme itens 2 a 12 da ficha de inscrição.
- 3- Material que documenta as etapas de desenvolvimento do programa (Fitas de Vídeo, Material Fotográfico, impressos e Cópias de matérias sobre o projeto desenvolvido.
- 4- Cópia do Estatuto da AMZOL


MARIA APARECIDA DE LIMA



AMZOL - Associação de Mulheres da Zona Leste

Folha nº. 2849 do
Processo PR-036/1997
Reg. 10.923



A nova Diretoria, passará a ser composta como segue:

- **PRESIDENTE:** MARIA APARECIDA DE LIMA – RG: 11.729.905-4, CPF: 036687.728-35;
Residência: Rua General Pereira de Berredo, 104 – Profissão: Orientadora Social – Estado Civil: Solteira.
- **VICE-PRESIDENTE:** MARIA APARECIDA PEREIRA LIMA – RG: 8.990.728-0, CPF: 576.340.768-72 – Estado Civil: Solteira – Endereço: Rua Ascenso Ferreira, 10-A – Profissão: Educadora.
- **PRIMEIRA SECRETÁRIA:** SILVIA ROSANA DOS SANTOS – RG: 18.236.024 – Estado civil: solteira – Endereço: Rua Oito, 100, Apto: 02 A – Conj.: Enc. Norte – Profissão: Agente Escolar.
- **SEGUNDA SECRETÁRIA:** LUIZA ETSUKO TOMITA, RG: 3.213.005-3 – Estado Civil: Divorciada – Endereço: Rua Tapes, 193, Apto 214 – Liberdade – Profissão: Professora Universitária.
- **PRIMEIRA TESOUREIRA:** MARIA NIUZA FERREIRA DA SILVA – RG: 14.457.499-8, Estado Civil: Casada – Endereço: rua Tatuira, 62 – Profissão: Professora.
- **SEGUNDA TESOUREIRA :** MINERVINA DE PEDER DIEL – RG 8.340.103-9 – ESTADO CIVIL, CASADA – ENDERECO : RUA MARGARIDA DABOVAL, 24 – PROFISSÃO, SECRETÁRIA.
- **PRIMEIRA CONSELHEIRA:** ALESSANDRA LOURDES CORREIA NOGUEIRA – RG 41.730.845-0 – ESTADO CIVIL: SOLTEIRA – ENDERECO: R. GUAXINIM, 107 – PROFISSÃO: ESTUDANTE
- **SEGUNDA CONSELHEIRA:** MARIA DO ROSARIO RAMALHO OLIVEIRA, RG 5.289.536-1 – ESTADO CIVIL, CASADA –ENDERCO: R. LUCAS DE CAMARGO ORTIZ, 123 – PROFISSÃO: ASSISTENTE SOCIAL
- **TERCEIRA CONSELHEIRA:** ALZIRA COSTA DE OLIVEIRA – RG 15.770.941-3 – ESTADO CIVIL, CASADA –ENDERECO: AVENIDA TEODORO BERNARDO DO NASCIMENTO, 628 – PROFISSÃO: DO LAR
- **PRIMEIRA SUPLENTE:** MARIA AUXILIADORA CUDGNOLA DA ROCHA RG. 15.392.391-X – ENDERECO AVENIDA ÁGUIA DE HAIA, 2100, APTO 61, BL 11- PROFISSÃO: PROFESSORA.
- **SEGUNDA SUPLENTE:** MARIA JOSÉ DA SILVA – RG.13.246.761-6 –ESTADO CIVIL: CASADA – ENDERCO: R. SÃO GONCALO DO RIO DAS PEDRAS, 972 –BL 05 –APTO 06 – PROFISSÃO: EDUCADORA POPULAR
- **TERCEIRA SUPLENTE:** CLEÚZA LOURENCO DE ANDRADE RG. 5.092.842-06 – ESTADO CIVIL: CASADA, ENDERECO: R. IGARAPES, 135 –PROFISSÃO DO LAR.

Folha nº. <u>2850</u> do
Processo PR-036/1997
Snia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

MATERIAL UTILIZADO
PELAS MULHERES
QUE FAZEM O ATENDIMENTO
PSICOLÓGICO E DE AUTO ESTIMA
NA AMZOL

O POVO É POETA

Um dia a mulher gritou:
- Sou guerreira!
E o eco da sua voz se fez ouvir
além das fronteiras!
Sou mulher - mãe e guerreira.
O fogão não é mais limite.
Sou chamada a rainha do lar.
Mas sou maior que o oceano e o mar.
Saí... A aurora não ganhara ainda o céu.
Fui ao sepulcro do meu povo - qual Madalena
um dia - e vi... havia vida a proclamar...
E o meu limite não fico sendo o meu lar.
Sou mãe... Dou a vida.
Sou esposa - sou compreensão.
Sou Mulher - dor.
Sou povo, sou amor - Anunciação.
Onde houver um caído, eu levanto.
Onde há um morto, um doente
chorando... Sou guerreira,
sou pássaro... Eu canto.
Levanto meu povo, e o tiro da escravidão.
Meu nome é libertação.
Sou paz, Sou a esperança.
Sou arco iris neste mundo de injustiça.
Sou a igualdade...
Meu nome é fraternidade.
Me chamo povo - sou humanidade.
Quem quiser me encontrar...
É fácil... não estou só no lar.
Estou na luta - sou guerreira,
sou negra, sou pobre,
sou velha, sou viuva
e quase analfabeta.
Mas é fácil me encontrar na luta.
No movimento popular!
Todos me conhecem...
Sou o resto que sobrou de alegria e amor.
Sou tudo de bom, de sonho de céu.;
Sou apenas MARIA MIGUEL!

carolyn lehmann

peggy morán

mónica hingston

Folha nº. 2852	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

MULHER

corpo mente alma

Um programa de saúde mental popular
para mulheres, por mulheres

Manual para a monitora



Este livro pode ser distribuído a baixo custo porque, além das autoras abrirem mão dos seus direitos autorais e a maior parte do trabalho ter sido realizado como contribuição voluntária, ainda houve contribuições espontâneas para a impressão.

Ao Governo da Suécia (SIDA) nossos agradecimentos pela sua contribuição que permitiu preparar esta edição, integralmente renovada.

TAPS

Gostaríamos de agradecer à Fundação Carlos Chagas pela permissão de usarmos texto e figuras da série "Esse sexo que é nosso".

O PORQUE DESTA APOSTILA?

Depois de trabalharmos com a cartilha, Mulher, Corpo, Mente e Alma elaborada com carinho por: Carolyn Lechman, Peggy Moran e Mônica Hingston. E orientadas pelas nossas amigas Monitoras Ana Archbold e Connie Pospisil. Durante 5 anos desenvolvemos um programa de saúde mental, apoiada pela Amzol.

Agora sentimos a necessidade de expandir este trabalho. Como não conseguimos mais subsídios por falta de reprodução da cartilha mulher, corpo, mente e alma. Tomamos a liberdade de xerocá-la e montar esta apostila para nosso uso próprio e continuar a troca de experiência e vivência de mulheres para mulheres.

Temos a esperança de que com a nossa iniciativa possa haver um avanço crescimento e entendimento em relação a nossa saúde mental. "Mente sadia é sinal de crescimento pessoal, liberação e apoio mútuo".

Ilza Castilho da Mota

Maria Lúcia Pereira de Souza

Conteúdo

Folha nº. 2854 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

MULHERES APRENDEM COM MULHERES

Grupos de apoio	1
As monitoras	1
Metodologia	2

PENSANDO E COMPARTILHANDO

Como sou	4
Expectativas	4
O medo	5
A raiva — positiva ou negativa	6
Acontecimentos dolorosos	7
História da minha vida	7
Nossa vida integrada	8
O que gosto de fazer	8
Comunicação sem palavras	9
Ser mulher	9
Motivações da nossa vida	10
Minha vida hoje	10
Desenhos para nos conhecermos melhor	11
Como quero viver	11
Minha imagem da mulher	12
As pessoas da minha vida	12
O que você está esperando?	13
Mensagens da infância	13
Carinho por nós mesmas	14
Sentimento de culpa	14

A PESSOA NERVOSA

A pessoa nervosa vista por dentro	16
Informações adicionais para a monitora	21
Depressão	23
A pessoa nervosa vista por fora	24
Informações adicionais para a monitora	27
Tensão	29
Dor de cabeça	29
O gatilho dos nervos	31
A causa dos "nervos"	36
Como ajudar a pessoa nervosa	38

EXERCÍCIOS DE RELAXAMENTO	70
Música e imagens para aliviar a tensão	70
Soltar a raiva	71
Andar	71
Exercícios básicos de relaxamento	72
Brincando com a respiração	72
Outros exercícios de respiração	73
Massageando com a respiração	74
O lago	75
Massagem em grupo	76
A mulher	76
O espaço da cura	77
A mulher experiente	78
A cachoeira	78
Resolvendo problemas	79
Nossa energia	80
Chuva que limpa	80
Descobrimdo sentimentos	81
Transformando a raiva	82
Transformando o medo	83
Inscrição para o Grupo de Apoio	84
Auto-avaliação das participantes	85
Auto-avaliação da monitora	86
Bibliografia	87

Mulheres aprendem com mulheres

Em 1985, abrimos um centro de mulheres, a *Casa Sofia* — um espaço para promover uma educação que inspira ações concretas e criativas, levando a uma mudança pessoal e social.

Folha nº. 2855 do
Processo FR-038/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.923

Grupos de apoio

Através de *grupos de apoio*, desenvolvemos um programa em que as mulheres começam com uma troca de experiências e vivenciam.

- uma tomada de consciência e análise da realidade
- uma mudança de atitudes e uma nova percepção
- uma maneira diferente de agir, para conseguir, um dia, uma sociedade nova.

O grupo de apoio segue um programa feito por mulheres e para mulheres. O programa dura um ano e tem os seguintes objetivos:

- Aprender o que é saúde mental.
- Compreender mais "os nervos".
- Conhecer melhor a si mesma e crescer como mulher.
- Procurar soluções em conjunto com outras mulheres.

As mulheres que participam dos grupos de apoio ganham força e muitos benefícios. Elas experimentam um crescimento pessoal, liberação de temores e apoio mútuo. Elas se sentem capacitadas a procurar soluções para problemas freqüentes e, aparentemente, insuperáveis.

As monitoras

As *monitoras* dos grupos de apoio são mulheres que participaram dos grupos e, além disso, receberam formação e treinamento especial em liderança de grupos de mulheres. São facilitadoras, orientadoras, educadoras populares que têm o privilégio de ser, ao mesmo tempo, testemunhas e capacitadoras do crescimento de outras mulheres.

As monitoras têm grande responsabilidade, pois o trabalho pede um comprometimento sério, que consiste em tempo, educação contínua e abertura pessoal.

1. Quem pode ser monitora de um grupo de apoio?

As principais condições para ser monitora são:

- Valorizar-se como mulher.
- Saber se fazer respeitar e respeitar as outras mulheres.
- Ter tempo para preparar e conduzir as reuniões.
- Possuir as qualidades necessárias para conduzir o grupo através do processo de crescimento.
- Atualizar-se por meio de educação contínua.
- Assumir um compromisso com as outras mulheres.

2. A partir de que idade uma pessoa pode ser monitora?

Mais ou menos a partir dos 25 anos. Depois que a pessoa já enfrentou problemas na vida e, esperamos, já tenha aprendido a lidar com eles.

3. Como a monitora começa um grupo?

Ao começar o trabalho em grupo a monitora:

- Explica o que é desabafar e para que serve.
- Faz as mulheres assumirem o compromisso de manter em segredo tudo que é dito nas reuniões.
- Dá a palavra a cada uma das mulheres para que conte, com franqueza, os problemas difíceis que a fazem sofrer.

4. O que a monitora faz durante a reunião?

- Fica calada e sabe escutar as mulheres.
- Não fica nervosa com as coisas que são ditas.
- Acima de tudo, não fala sobre os seus próprios problemas.
- Faz perguntas que facilitam o desabafo.
- Não acredita que é papel dela resolver problemas, dar soluções ou conselhos. O papel dela é promover o desabafo das participantes e facilitar a compreensão do que é sofrimento individual e sofrimento coletivo. A maneira de enfrentar os problemas será diferente.

5. Quem ajuda a monitora com seus próprios problemas difíceis?

É importante que a monitora tenha amigas em quem possa confiar. Seria bom criar uma rede de amigas que possam se encontrar para renovar a sua própria energia.

Metodologia

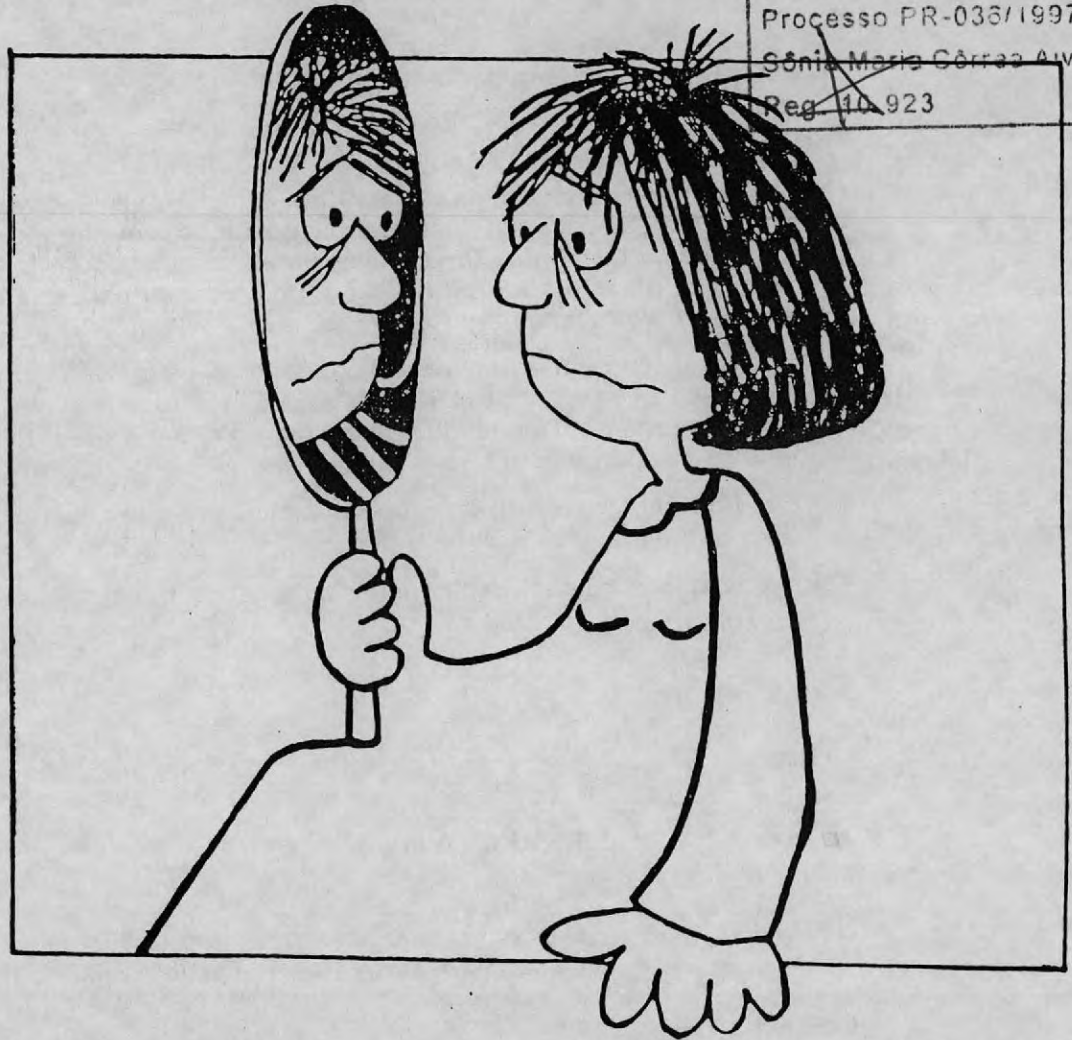
A *metodologia* compreende dois aspectos importantes:

1. Todas as mulheres conversam e trocam suas experiências, através de dinâmicas e perguntas.
2. Após essa troca, a monitora entrega material novo para as mulheres. Assim, o círculo dos conhecimentos se expande. Não existe o perigo de que fiquem sempre no mesmo nível de saber comum.

A *reunião semanal*, com grupos de 8 a 10 mulheres, dura duas horas e compreende três partes:

1. Uma dinâmica que serve como ponto de partida para desabafar e conversar sobre a história pessoal de cada uma. Ao compartilhar a sua própria história, a mulher se dá conta de que cada caso pessoal é muito mais comum do que ela pensa. Existe, portanto, um fato social e político. Ela descobre que pode se liberar e criar alternativas para sua situação pessoal e a situação de outras mulheres. É importante que todas façam a promessa de não contar lá fora o que foi conversado no grupo! (Uma hora e meia)
2. Informação teórica sobre o tema, com perguntas e respostas baseadas na experiência de cada mulher. (Vinte minutos)
3. Exercícios de relaxamento, em que as mulheres aprendem a controlar os efeitos da angústia e da neurose em seu próprio corpo e criam o hábito de fazer esses exercícios diariamente. (Dez minutos)

A *primeira etapa* do programa aborda a saúde mental e dura de doze a quinze semanas. A *segunda etapa* aborda a sexualidade e dura outras doze a quinze semanas.



Pensando e
compartilhando

TÍTULO

COMO SOU

OBJETIVO

Começar a se conhecer.

INSTRUÇÕES

1. Ao preparar esta dinâmica, a monitora seleciona algumas fotos que mostram mulheres sozinhas, tristes, desamparadas, em conflito, etc. que possam ajudar o desabafo. Deve haver uma boa seleção de fotos espalhadas sobre uma mesa grande ou no chão, com espaço para que o grupo possa circular em volta delas e observar as fotos devagar.
2. A monitora cria um ambiente de confiança e pede silêncio, para que cada uma possa pensar, com clareza, e escolher a foto que mais a represente naquele momento. Depois que cada uma escolheu a sua foto (apenas uma), todas se sentam e continuam em silêncio.
3. Cada uma mostra a foto ao grupo e explica por que aquela foto representa aquilo que ela é.
4. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase
"Eu aprendi que..."

TÍTULO

EXPECTATIVAS

OBJETIVO

Descobrir as expectativas que temos de outras pessoas e suas expectativas em relação a nós.

INSTRUÇÕES

1. A monitora explica a importância de comunicarmos as nossas expectativas em relação às pessoas com quem convivemos ou trabalhamos. Muitos problemas de comunicação aparecem porque não falamos quais são as nossas expectativas.
2. Cada mulher escolhe uma pessoa próxima a ela (marido ou companheiro, filha ou colega de trabalho).
 - O que é que meu marido (ou filha...) espera de mim?
 - O que é que eu espero do meu marido (ou filha...)?
3. As mulheres conversam sobre as respostas.
4. Para comparar expectativas, a monitora sugere que as mulheres façam as seguintes perguntas à pessoa escolhida no item 2:
 - O que é que você espera de mim?
 - O que é que ele/ela acredita que você espera dele/dela?
5. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase
"Eu aprendi que..."

✓
TÍTULO

O MEDO

Folha nº. <u>2857</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Marta Córdova Alves
Reg. <u>10.923</u>

OBJETIVOS

- *Revelar o que inspira medo e começar a libertar-se dele.*
- *Ajudar a descobrir os receios que causam tensão permanente.*

✓
INSTRUÇÕES

1. A monitora pede que cada mulher, *em silêncio*, pense em dois receios que sente e que lhe pesam. Talvez o medo esteja relacionado com o marido ou companheiro, consigo mesma, com os filhos ou com a vida difícil. (A monitora dá ao grupo tempo suficiente para pensar.)
2. Depois, convida cada mulher a contar qual o medo que mais a afeta.
3. Quando todas tiverem expressado seu medo, a monitora pergunta se alguém quer fazer algum comentário para outra mulher.
4. Ela pede que troquem opiniões e sugestões que ajudam a diminuir ou eliminar o medo. As opiniões e sugestões precisam basear-se na experiência de cada uma. Nunca devemos dizer: "Você não deve ter medo". É normal que a pessoa sinta medo. A opinião ou sugestão deve ajudar a pessoa a enfrentar o medo.
5. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase
"Eu percebi que..."

Ao final da reunião, a monitora pode utilizar a reflexão
"Transformando o medo".

Nota para a monitora

Descobrir e descrever um temor é um grande passo para enfrentá-lo. As pessoas que não enfrentam a causa do medo, não o superam. Outras enfrentam as circunstâncias que lhes dão medo e, pouco a pouco, começam a superar o medo.

Quando uma pessoa sente medo, fazer respiração profunda e lenta ajuda.

TÍTULO

A RAIVA

Positiva ou negativa — Construtiva ou destrutiva

OBJETIVOS

- Entender melhor a raiva como força positiva ou negativa.
- Aprender a utilizar a raiva como energia construtiva.

INSTRUÇÕES

1. A monitora explica que a raiva é energia, como podemos utilizar essa energia para construir ou destruir e como ela pode nos liberar.
As mulheres podem falar de uma experiência pessoal em que sentiram raiva e como agiram negativamente. Depois, contam uma experiência pessoal de raiva em que agiram de maneira positiva.
2. Conversam, começando com as seguintes perguntas:
 - Você lembra de uma situação em que você sentiu raiva?
 - Como foi que você expressou a sua raiva naquela ocasião?
3. Cada mulher termina a frase
 - Sinto raiva quando...
 - O que eu quase sempre faço é... --
4. Se você age negativamente diante da raiva, como é que você pode mudar a sua atitude?
5. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase
"Eu percebi que..."
6. Para terminar, as mulheres fazem a reflexão "Transformando a raiva".

Notas para a monitora

- A raiva é uma emoção e todas as emoções são normais.
- As emoções não são "boas" nem "más". Não têm valor moral.
- A raiva significa que alguma coisa está acontecendo no relacionamento. Onde existe raiva, existe energia para agir.
- A raiva contida ou negada pode destruir; a raiva expressa de forma construtiva ou criativa pode mudar o mundo.

TÍTULO**ACONTECIMENTOS DOLOROSOS****OBJETIVOS**

- *Ajudar a resolver um acontecimento do passado que foi doloroso e difícil.*
- *Ajudar a expressar os sentimentos que foram reprimidos por longo tempo.*

INSTRUÇÕES

1. A monitora pede que voltem ao passado, lembrando um acontecimento doloroso que causou conflito pessoal. Que se lembrem do acontecido recordando os detalhes da situação.
2. Conversam sobre o acontecimento, procurando expressar como se sentiram naquela ocasião — dando ênfase aos sentimentos de raiva, impotência, ressentimento.
3. O grupo faz perguntas somente sobre os sentimentos.
4. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase
"Eu percebi que..."

Nota para a monitora

Ao final da reunião a monitora pode fazer a reflexão "A chuva que limpa".

TÍTULO**HISTÓRIA DA MINHA VIDA****OBJETIVOS**

- *Compreender e entender mais cada uma das mulheres através da sua vida.*
- *Aprofundar a idéia de que as histórias de nossas vidas são uma riqueza para todas.*

INSTRUÇÕES

1. Cada mulher pega uma folha de papel e anota, com palavras ou desenhos, em ordem cronológica:
 - acontecimentos felizes
 - acontecimentos tristes
 - experiências importantes
 - decisões importantes.
2. A monitora pode tocar uma música suave e pedir pelo menos vinte minutos de silêncio para que cada mulher relembre e anote.
3. Cada mulher mostra seu trabalho, sem entrar em muitos detalhes.
4. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase
"Ao escutar a vida das outras mulheres, aprendi que..."

TÍTULO

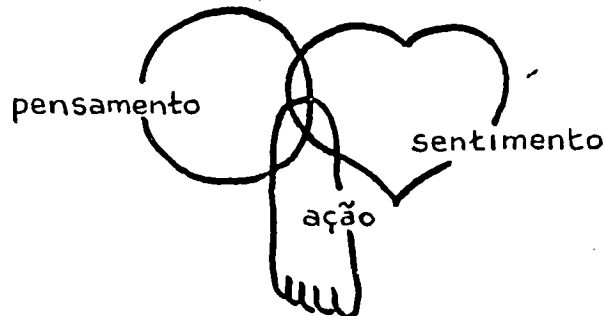
NOSSA VIDA INTEGRADA

OBJETIVO

Entender que nossa saúde mental melhora quando existe unidade entre aquilo que pensamos, aquilo que sentimos e aquilo que fazemos.

INSTRUÇÕES

1. A monitora explica: Uma pessoa sadia ou íntegra vive aquilo que diz e aquilo que sente. Dá risada quando está feliz ou chora quando está triste. Também pensa. Pensa sobre a vida e para onde vai. Também age de acordo com isso: agimos segundo nossa visão, segundo nossos conceitos e sentimentos.
2. Desenha o símbolo:



Dá exemplos:

- a) A mulher que pensa e sente mas não age. Ela se queixa de sua situação ruim, mas nunca faz nada para mudar essa situação.
 - b) A mulher que age e sente mas pensa pouco. Ela vai visitar um doente e diz para ele "Minha prima morreu disso...".
 - c) A mulher que age e pensa mas sente pouco. Ela vai a muitas reuniões, entende a realidade, mas fica indiferente às pessoas que precisam dela.
3. Conversam:
Ao olhar a sua vida, você vê alguma área mais fraca do que as outras? Dê exemplos.
 4. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase "Eu descobri que..."

TÍTULO

O QUE GOSTO DE FAZER

OBJETIVO

Perceber a importância de fazer coisas que nos agradam.

INSTRUÇÕES

1. A monitora pede para as mulheres que pensem nas coisas que gostam de fazer durante o ano (coisas grandes ou pequenas). Cada mulher escreve as coisas que gosta de fazer. (Cinco minutos)
2. A monitora pede que
 - coloquem as coisas em ordem de importância
 - coloquem a data aproximada da última vez que fizeram essas coisas
 - indiquem, com estrelinhas, as coisas que não fazem há cinco anos.
3. Compartilham seus sentimentos:
O que é que você sente quando faz alguma coisa para você mesma?
4. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase
"Eu percebi que..."

TÍTULO**COMUNICAÇÃO SEM PALAVRAS****OBJETIVOS**

- Entender que nos comunicamos através das palavras e também através do nosso corpo.
- Compreender tudo o que expressamos sem palavras.

INSTRUÇÕES

1. Cada mulher escolhe uma companheira e sentam de frente uma para a outra.

2. Dramatização

- Uma faz o papel de filho. O filho explica por que esqueceu o casaco na escola. A outra não fala, mas se comunica sem palavras. A qualquer coisa que a primeira diz, a outra responde de forma negativa, usando apenas gestos, expressões do rosto, etc.

Depois

- Uma faz o papel do marido ou companheiro da outra. Explica por que chega tarde em casa e por que não traz dinheiro. A outra não fala, mas se comunica sem palavras. A qualquer coisa que a primeira diz, a outra responde de forma negativa, usando apenas gestos, expressões do rosto, etc.

3. Mudam os papéis. Quem fez o papel do filho e marido faz o da mãe e esposa, quem fez o papel da mãe e esposa faz o papel do filho e marido.

4. Conversam:

- Como se sentiram ao comunicar-se sem palavras?
- Como se sentiram recebendo as mensagens?
- De modo geral, quando se comunicam sem palavras?

5. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase

"Eu estou percebendo que..."

TÍTULO**SER MULHER****OBJETIVO**

Aprofundar o tema sobre a imagem e a realidade da mulher.

INSTRUÇÕES

1. Sugerimos a reflexão "A Mulher".

2. Depois a monitora incentiva a conversa fazendo as seguintes perguntas:

- Em que áreas você ainda se sente oprimida ou não-livre enquanto mulher?
- O que você pode fazer para superar essas opressões? -
- Quais são as atitudes e crenças sobre "ser mulher" que você gostaria de comunicar a mulheres jovens?

3. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase

"Eu percebi que..."

TÍTULO**MOTIVAÇÕES DA NOSSA VIDA****OBJETIVO**

Analisar aquilo que fazemos porque queremos e aquilo que fazemos por obrigação.

INSTRUÇÕES

1. A monitora explica que, muitas vezes durante o dia, dizemos: *"Eu não posso/consigo..."*. Por exemplo: eu não consigo agüentar a minha vizinha; eu não posso ir à reunião; eu não consigo falar na frente do grupo, etc. Ela pede que as mulheres escrevam três frases começando com *"Eu não posso/consigo..."*, referindo-se a uma pessoa, como o companheiro, filho(a), ela mesma.
2. A monitora pede que leiam cada frase em silêncio e que troquem *"não posso/consigo"* por *"eu não quero"*.
Cada uma das mulheres lê para as outras uma ou duas dessas frases.
3. A monitora pede que façam frases com *"eu tenho que"* e troquem *"eu tenho que"* por *"eu prefiro"*.
4. Conversar sobre aquilo que motiva cada uma em suas ações: obrigação, desejo, pressão, sentimento de culpa etc.
5. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase *"Eu aprendi que..."*

TÍTULO**MINHA VIDA HOJE****OBJETIVO**

Compartilhar espontaneamente alguns sentimentos, alguns acontecimentos da vida.

INSTRUÇÕES

1. A monitora distribui para as mulheres papéis com estas frases:
 - a) O que me fez feliz na semana passada foi...
 - b) Se não fosse por meus filhos, eu...
 - c) Eu fico triste quando...
 - d) Quando estou desanimada, eu preciso de...
 - e) Com meu marido/companheiro, eu sou muito...
 - f) Se eu pudesse realizar apenas um desejo, eu desejaria...
2. A monitora pede que completem essas frases por escrito. Pede que respondam espontaneamente e com sinceridade.
3. As mulheres compartilham o que escreveram.
4. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase *"Eu me surpreendi ao perceber que..."*

TÍTULO**DESENHOS PARA NOS CONHECERMOS MELHOR****OBJETIVO***Descobrir o desconhecido na pessoa.*

Folha nº 2860 do
Processo PR-038/1997
Sônia Maria C. Alves
Reg. nº 123456789

Artistas nos dizem que o impulso das mãos é mais rápido do que o cérebro. Então, desenhar rápida e espontaneamente pode nos dar informações para a gente saber de nós mesmos.

INSTRUÇÕES

1. A monitora entrega uma folha de papel para cada mulher e lápis de cor ou lápis pastel.
2. Ela pede para dividir o papel em três partes e desenhar espontaneamente (durante mais ou menos dez minutos)
 - a) Como eu me vejo.
 - b) Como acredito que as outras pessoas me vêem.
 - c) Como eu gostaria que as outras pessoas me vissem.
3. Mostram o que desenharam e depois conversam:
 - Há diferenças entre os três desenhos?
 - Como você explica essas diferenças?
 - O que é que isso diz sobre você mesma?
 - Você descobriu alguma coisa importante sobre você mesma?
4. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase
"Eu descobri que..."

Nota para a monitora

Se o exercício não pode ser feito com desenhos, podemos escrever palavras espontaneamente.

TÍTULO**COMO QUERO VIVER****OBJETIVO***Valorizar cada dia da vida.***INSTRUÇÕES**

1. A monitora levanta a seguinte hipótese:
A médica informou que você só tem mais seis meses de vida.
2. A monitora pede que cada mulher descreva como sua vida seria diferente, durante os próximos seis meses, se recebesse esta notícia. O que mudaria na sua vida?
3. A monitora continua:
Se quer mudar sua vida de alguma maneira, o que a impede de fazer isso agora?
4. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase
"O que vou fazer de diferente esta semana é..."

TÍTULO**MINHA IMAGEM DA MULHER****OBJETIVO**

Aprofundar nossas idéias sobre imagens da mulher.

INSTRUÇÕES

1. A monitora pede que cada mulher faça uma lista de palavras que descrevam "*Minha imagem da mulher ideal*". Ela enfatiza que é a imagem da mulher ideal — como cada mulher a vê. (Dez minutos de silêncio)
2. Cada mulher lê a sua lista para o grupo, sem fazer comentários.
3. Cada mulher lê a sua lista, pondo as palavras "eu sou" ou "eu não sou" na frente de cada uma das palavras da sua lista, de acordo com aquilo que ela realmente é.
4. As mulheres comentam:
 - São palavras que indicam papéis ou qualidades?
 - São palavras que diferenciam as mulheres dos homens?
 - Que atitudes se manifestam com essas palavras em relação à mulher?
 - Que outras palavras podemos acrescentar, depois de conversar sobre as listas?
5. De onde vem a nossa imagem da mulher ideal?
6. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase "*Eu percebi que...*"

TÍTULO**AS PESSOAS DA MINHA VIDA****OBJETIVO**

Perceber quais as pessoas que tiveram influência na nossa vida.

INSTRUÇÕES

1. A monitora faz uma introdução, dizendo que a nossa vida é um caminhar. Vivemos em determinada época, em determinado país, em determinado lugar, cidade, etc. Neste caminhar, conhecemos muitas pessoas que tiveram influência na nossa vida, para o bem ou para o mal. Elas nos marcaram, de alguma maneira.
2. A monitora pede que fiquem alguns momentos em silêncio para refletirem sobre duas pessoas que tenham tido influência em suas vidas. Ela dá tempo suficiente para que pensem com calma.
3. Quando todas estão prontas, compartilham a reflexão:
 - De que forma as duas pessoas marcaram a sua vida?
 - Como você se sentiu com essas pessoas?
4. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase "*Eu aprendi que...*"

TÍTULO**O QUE VOCÊ ESTÁ ESPERANDO?****OBJETIVO**

Compreender que as pessoas podem se atualizar.

INSTRUÇÕES

1. A monitora distribui papel e lápis e pergunta:
"O que você está esperando que aconteça?"
As mulheres anotam suas respostas.

2. Conversam

- Qual é a probabilidade de acontecer aquilo que você espera?
- O que está acontecendo enquanto você espera que isso aconteça?
- O que você pode fazer HOJE, concretamente, para deixar de esperar e começar a conseguir aquilo que você está esperando?

3. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase

"Esta semana eu vou fazer..."

Folha nº. 2861 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

TÍTULO**MENSAGENS DA INFÂNCIA****OBJETIVO**

Perceber que muitas das nossas atitudes foram formadas por mensagens que recebemos na infância.

INSTRUÇÕES

1. A monitora distribui papéis com as seguintes mensagens:

- trabalhar sem descansar
- importância da aparência
- sofrer em silêncio
- ser vista e não ouvida
- ficar virgem para o marido
- servir aos outros

2. Conversam:

- Algumas destas mensagens foram repetidas ou foram insinuadas com frequência durante a infância?
- Como minha vida é afetada hoje por essas mensagens?
- O que me afetou positivamente?
- O que me afetou negativamente?
- Como posso superar os efeitos negativos?

3. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase

"Eu descobri que..."

TÍTULO**CARINHO POR NÓS MESMAS****OBJETIVO**

Perceber a importância de gostarmos de nós mesmas.

INSTRUÇÕES**1. Conversam:**

- Você gosta de você mesma como mulher? Como você mostra isso?
- O que as outras pessoas gostam em você?

2. A monitora entrega para cada mulher uma cartolina em que foi desenhado o nome com letras grandes e vazadas. Ela pede que cada uma responda por escrito (dentro ou ao redor do nome):

"O que você gosta mais em você mesma?"

3. As mulheres compartilham suas respostas.**4. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase**

"Eu estou percebendo que..."

TÍTULO**SENTIMENTO DE CULPA****OBJETIVOS**

- *Perceber o sentimento de culpa com suas conseqüências, que a pessoa carrega durante a vida.*
- *Começar a libertar-se do sentimento de culpa.*

INSTRUÇÕES**1. A monitora convida o grupo a fechar os olhos.**

- Pense em um momento da sua vida em que você se sentiu culpada.
- Recorde os detalhes da situação - Quem estava presente? O que foi que os outros disseram? Como é que você se sentiu?

2. Em seguida, pede para que abram os olhos e compartilhem com as outras mulheres o que pensaram e sentiram.

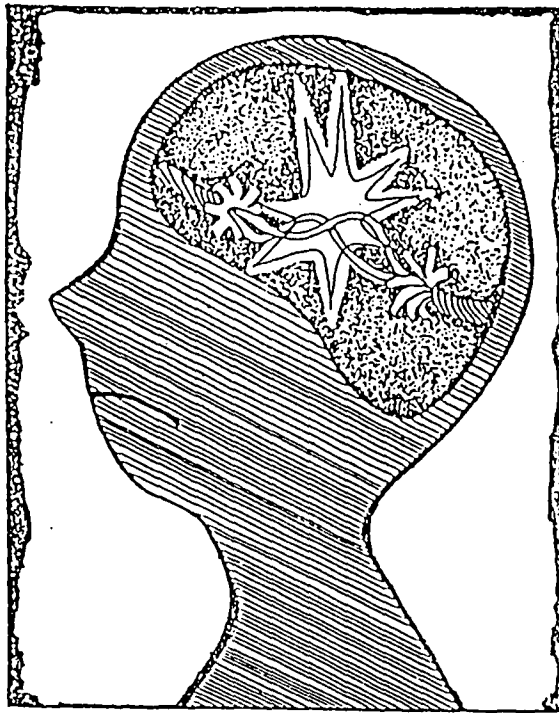
- Você ainda se sente culpada?
- Que efeitos isso teve na sua vida?
- O que você pode fazer para se libertar?

3. Para avaliar a reunião, cada mulher completa a frase

"Eu descobri que..."



A pessoa nervosa



A PESSOA NERVOSA VISTA POR DENTRO

1. Qualquer pessoa pode sofrer dos nervos?

Pode. Todas nós ficamos nervosas de vez em quando, porque é normal sentir medo, preocupação ou tristeza quando passamos por problemas difíceis.

2. Quando é que podemos dizer que uma pessoa "é" doente dos nervos?

Quando ela mesma ou a família dela percebem que o medo, a tristeza e outras coisas que ela sente são exagerados e acontecem com muita frequência.

3. Vamos falar um pouco do medo. Como é que a gente sente medo?

O medo diante de um perigo, provoca

- uma sensação de insegurança
- receio, em diferentes graus de intensidade
- pavor
- suor, falta de ar
- dor no corpo
- falta de apetite.

4. O que é medo?

O medo é a reação que atinge o nosso corpo, a nossa mente e a nossa alma diante de uma ameaça. A situação pode ser real ou imaginária. Pode estar no presente ou no futuro.

5. *Quais são as situações que provocam medo?*

Algumas das situações que provocam medo são:

- Ameaças à nossa integridade física.
- Expectativas que temos ou que os outros têm quanto ao nosso desempenho (no trabalho, como mãe, como esposa, etc.).
- A pobreza, o desemprego, aposentadoria, a incapacidade de ganhar um salário digno para viver.
- O tipo ou o ritmo de trabalho.
- A ameaça de não realizar os próprios sonhos e não poder viver de acordo com os próprios valores e propósitos.
- A necessidade de tomar uma decisão sozinha.

6. *Fora medo e tristeza, o que sente a pessoa que está doente dos nervos?*

Com freqüência a pessoa nervosa sente

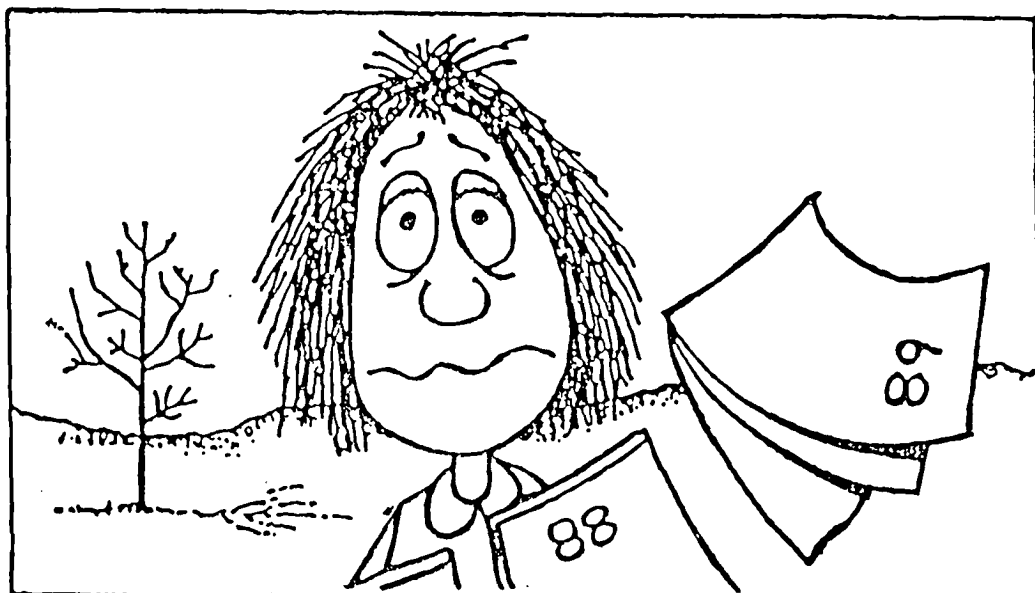
- ataque de nervos
- dor de cabeça ou nas costas
- dificuldade para dormir
- perturbações do estômago ou da respiração
- problemas de pele
- a mulher não consegue gozar no ato sexual
- pouca tolerância com as outras pessoas, principalmente com as crianças.

Folha nº	2863	do
Processo PR-036/1997		
Sônia Maria Corrêa Aives		
Reg. 10.923		

7. *Quais são os tipos de angústia?*

Existem duas maneiras de uma pessoa sentir medo exagerado:

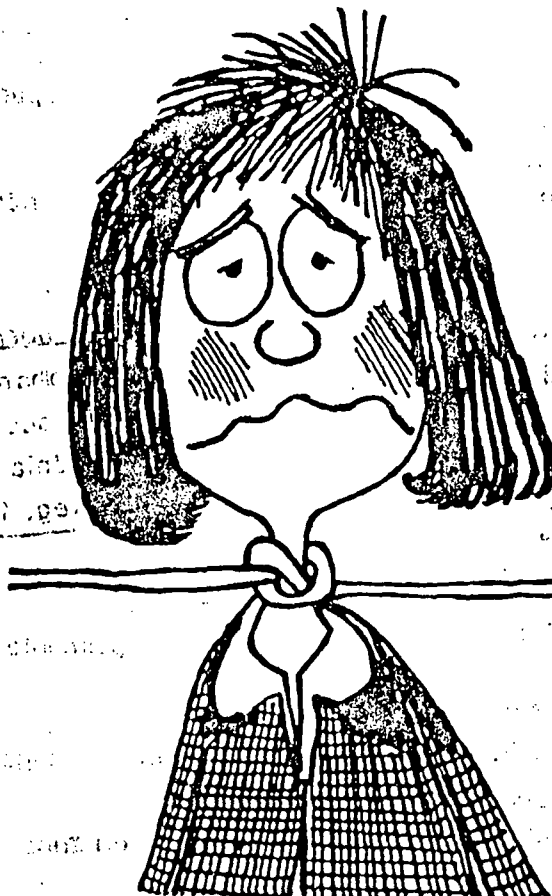
- o ataque de angústia, que dura minutos
- a angústia prolongada, que dura dias, meses ou anos.



8. O que sente a pessoa nervosa quando tem um ataque de angústia?

O ataque de angústia começa de repente e dura apenas alguns minutos. A pessoa não grita, mas sente

- medo de morrer naquele momento
- palpitações ou dor no coração, do lado esquerdo do peito
- tremor no corpo todo
- fica pálida e começa a suar gelado
- um nó na garganta.



9. Como podemos saber a diferença entre um ataque de angústia e um ataque do coração?

No ataque de angústia

- dói o lado esquerdo do peito
- a dor não "anda"
- a pessoa se mexe e treme muito
- é mais comum em mulheres jovens.

No ataque do coração

- a dor é no meio do peito
- a dor "anda" pelo braço esquerdo
- a pessoa fica quietinha ou desmaia
- é mais comum em homens acima de 40 anos.

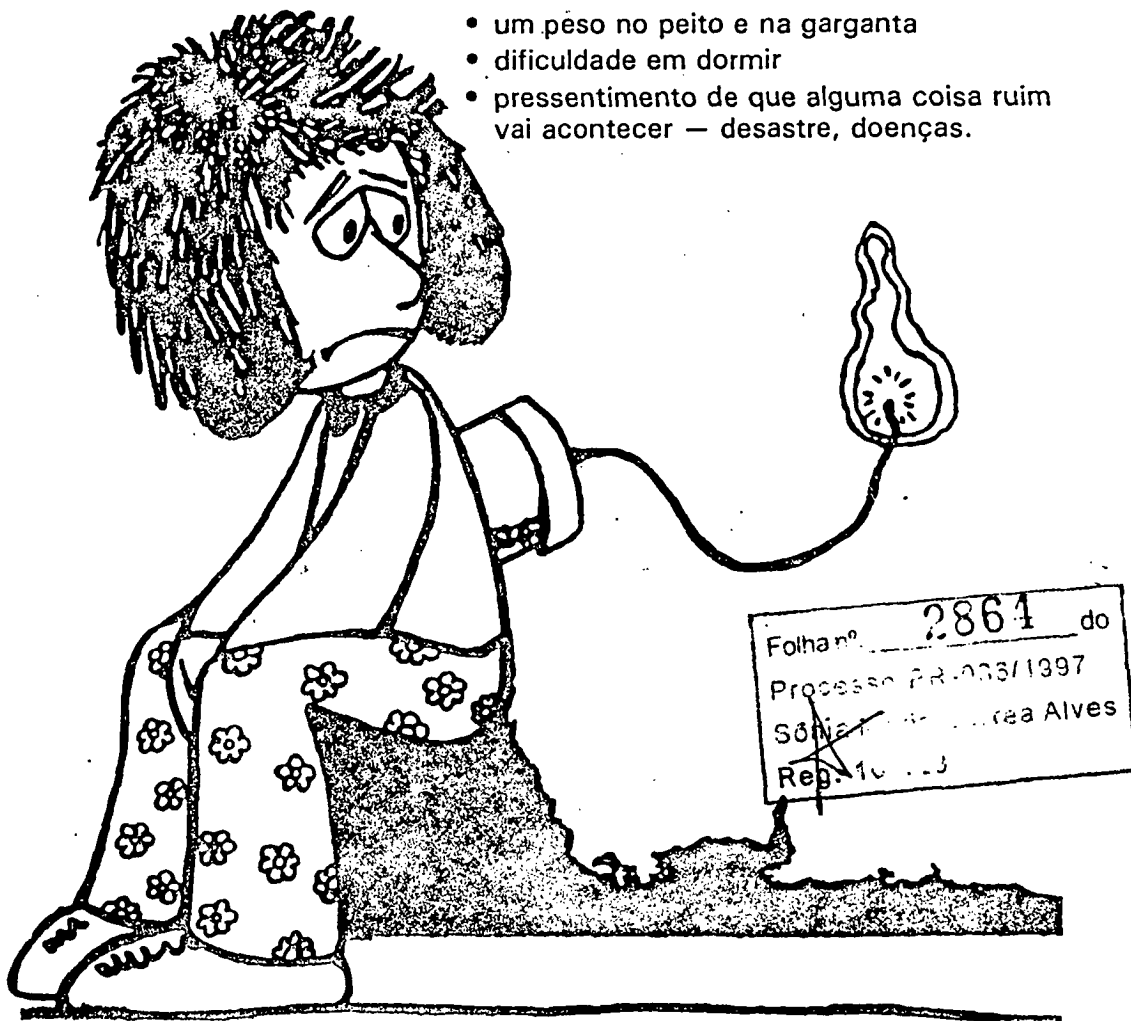
10. O ataque de angústia é perigoso?

Depende... Um ataque de angústia geralmente acaba por si só. Não é perigoso para a vida. O ataque do coração é que é perigoso e é preciso chamar o médico na mesma hora e pôr o doente na cama.

11. O que sente uma pessoa nervosa com angústia crônica?

Na angústia crônica ou prolongada, que dura dias, meses ou anos, a pessoa sente

- suor na testa
- músculos endurecidos e mandíbula tensa
- um peso no peito e na garganta
- dificuldade em dormir
- pressentimento de que alguma coisa ruim vai acontecer — desastre, doenças.



12. O que sente a pessoa com angústia quando os músculos ficam endurecidos?

Os músculos endurecidos se cansam e doem. A pessoa sente

- dor nas costas e nas cadeiras
- dor atrás da cabeça, nos músculos da nuca
- corpo pesado e cansaço à tarde.

13. A pessoa que tem angústia prolongada pode achar que tem uma doença no corpo?

Pode. A pessoa sente um peso no peito e na garganta, dor na nuca e no corpo e tem palpitações. A primeira coisa que ela pensa é que tem uma doença grave no corpo e custa a se convencer de que seu problema são os nervos.

13-

14. *Como se sente a pessoa com tristeza exagerada (depressão)?*

A pessoa com tristeza exagerada (depressão) sente, durante dias ou semanas

- que a vida é chata
- falta de ânimo e cansaço para tudo
- pessimismo, vê o futuro negro
- demora para fazer as coisas
- vontade de chorar
- vontade de morrer.

Mas tudo isso passa se acontecem coisas boas para ela ou se recebe uma notícia boa.

15. *A pessoa com angústia prolongada ou tristeza exagerada pode render o mesmo que uma pessoa sem angústia?*

Muitas pessoas com angústia prolongada ou tristeza exagerada passam dias ou semanas sem sintomas e não se diferenciam das pessoas sem angústia. Mas quando aparecem os sintomas, isto interfere



- na vida familiar
- no sono
- no trabalho
- na capacidade de orientar os outros
- na relação sexual
- no convívio com pessoas em geral.

16. *O que acontece na vida da pessoa nervosa quando está "atacada"?*

Em casa, fica de mau humor e grita com os outros. Transfere sua raiva, desilusão e mesmo maus tratos físicos para as crianças, gritando e surrando. Isso pode causar ainda maior sentimento de culpa e arrependimento. Não consegue reagir diretamente àquilo ou àqueles que realmente provocam a dor.

Começa a usar chás ou calmantes, às vezes por conta própria, para evitar explodir.

17. *O que acontece com o sono da pessoa nervosa?*

Ela não consegue dormir o suficiente à noite. Amanhece cansada, porque dorme menos de sete ou oito horas. Começa a usar remédio para dormir.

18. *O que acontece com a pessoa nervosa no trabalho?*

Rende menos e comete mais erros, porque se cansa mais rápido. Para ela, é difícil ajudar os outros com os problemas deles quando anda preocupada consigo mesma. Está mais sujeita a acidentes de trabalho.

19. *O que podemos fazer para ajudar a pessoa nervosa?*

Vamos deixar que ela nos conte os seus problemas.

Folha nº. 2865 do
Processo PR-036/1907
Sônia Maria Gonçalves Alves
Reg. 10.923

Informações adicionais para a monitora

1. *Quais as pessoas que ficam nervosas?*

Todas as pessoas podem ficar nervosas, mas, preste atenção:

- A pessoa sadia tem esses sintomas somente quando passa por problemas difíceis.
- Na pessoa que sofre dos nervos, esses sintomas são mais graves e mais freqüentes — com ou sem problemas difíceis. Ela vive no passado ou no futuro.

2. *O que diferencia a pessoa sadia da pessoa nervosa angustiada?*

A pessoa sadia pode ter sintomas de angústia parecidos com aqueles da pessoa nervosa, mas são muito mais suaves. Duram poucas horas ou poucos dias. Além disso, os sintomas desaparecem quando o problema difícil é solucionado.

3. *Quantas formas existem de se reprimir o nervosismo?*

Existem duas formas importantes:

- A **angústia** — em ataques ou prolongada — que dá medo da morte e da desgraça. Provoca palpitação, faz suar, faz o corpo tremer ou ficar endurecido, tenso e não deixa dormir.
- A **depressão** (tristeza exagerada) que torna a vida aborrecida e sem brilho, provoca desânimo e faz chorar.

4. *Uma pessoa com angústia prolongada pode ter um ataque?*

Pode. O ataque de angústia pode acontecer uma ou mais vezes numa pessoa que tem angústia prolongada. Mas também pode acontecer para outras pessoas que não sofrem dos nervos.

5. *Quais as pessoas que podem apresentar sintomas parecidos com angústia?*

As pessoas mais parecidas com a pessoa nervosa que sofre de angústia são três:

- A pessoa sadia que está com problemas difíceis, que ameaçam sua segurança.
- A alcoólatra, quando pára de beber e sente desespero pela falta da bebida. Isso leva, muitas vezes, ao delírio (como se estivesse possuída ou delirando).
- A pessoa que tem um dano no cérebro por causa de álcool, de pancada forte na cabeça ou por velhice.

6. Existem pessoas com mal-estar parecido com a tristeza exagerada?

Sim. É preciso prestar atenção para reconhecer a diferença entre a tristeza exagerada da pessoa nervosa e

- a pessoa sadia que passa por um problema muito doloroso, por exemplo, a morte de um parente
- a pessoa cansada pelo trabalho ou por uma doença, como, por exemplo, uma gripe forte.

7. Como sabemos se uma pessoa triste é sadia ou nervosa?

Qualquer um sente tristeza de vez em quando — quando morre um parente ou sofre alguma infelicidade. Mas é normal que essa tristeza passe em poucos dias, sem alterar a vida familiar nem o trabalho.

A pessoa nervosa, diante de problemas menores, é derrotada pela tristeza durante semanas ou meses, rendendo menos em casa e no trabalho.

8. Como podemos distinguir a pessoa cansada da pessoa nervosa, com tristeza exagerada?

A pessoa cansada perde o ânimo depois de semanas de trabalho prolongado, sem tempo para descansar. Ou depois de uma doença com vários dias de febre ou de uma operação.

9. Como podemos ajudar a pessoa sadia que está triste ou cansada?

- A pessoa com tristeza normal merece nosso consolo, para que desabafe. Porém, se a coisa se prolonga, podemos convidá-la para fazer parte de um grupo de apoio.
- A pessoa cansada precisa perceber de onde vem o cansaço: se está ligado a problemas do corpo ou se é provocado por excesso de trabalho, de atribuições e problemas. Deve ser orientada quanto à melhor maneira de enfrentar a situação.

10. A pessoa nervosa pode ter dificuldades no ato sexual?

Pode — a mulher nervosa não goza no ato sexual. Mas também os homens podem ficar impotentes — não sentem desejo sexual ou terminam rápido.

11. Como podemos ajudar a mulher que tem dificuldades na vida sexual?

Convidando para participar de um grupo de apoio ou um curso sobre sexualidade. Indicando um serviço de saúde adequado para orientação e acompanhamento.

DEPRESSÃO

Um dos problemas mentais mais conhecidos é a depressão ou melancolia. A melancolia é considerada reação normal aos problemas da vida. A maior parte das depressões são leves e a maioria das pessoas pode superá-las. Porém, se a pessoa continua triste por muito tempo e luta para ter uma vida normal, a depressão se torna neurótica e a pessoa precisa de ajuda.

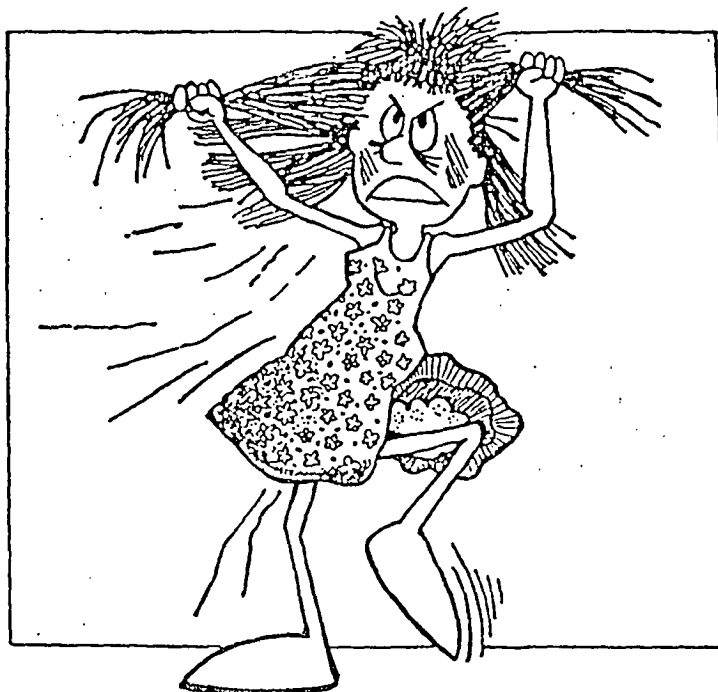
A diferença entre a depressão comum e a neurótica não é muito clara. Uma coisa que as duas situações têm em comum é uma sensação de inutilidade, de não servir para nada.

Sintomas comuns na depressão são: tristeza contínua, distanciamento das atividades diárias, ataques de choro, pouca vontade de fazer sexo, muitas lembranças do passado, comer e dormir mal. Além disso, a pessoa se sente culpada, sem oportunidade, não gosta de si mesma, tem ansiedade, acha que ninguém gosta dela, se aborrece com facilidade e isso faz com que se isole de tudo que a rodeia.

Para a mulher que se sente deprimida, precisamos explicar que

- A depressão é uma reação normal aos problemas da vida.
- Atrás de cada problema há uma história a ser trabalhada e modificada para melhorar a depressão.
- Na maioria dos casos a depressão diminui sozinha. Aos poucos, nos sentimos melhor.
- É bom participar de um grupo de apoio ou terapia com outras mulheres.
- Existe o serviço de saúde mental preparado para ajudá-la a cuidar deste sofrimento.

Folha n. 2866	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.223	



A PESSOA NERVOSA VISTA POR FORA

1. *Fora angústia e tristeza exagerada, como a pessoa manifesta "os nervos" para os outros?*

Existem várias maneiras de mostrar "os nervos":

- com ataques de histeria
- transformando "os nervos" em sintomas de doença
- comportando-se de jeito ofensivo, agindo de modo tímido ou "roubando a cena"
- gritando muito em casa
- isolando-se e fugindo das pessoas
- às vezes, chegando até a pensar em se matar.

2. *Como é um ataque histérico?*

O ataque histérico dura minutos e a pessoa

- grita, chora, se debate e rasga a própria roupa ou se arranha
- pode ter parte do corpo paralisado por algum tempo; depois passa
- desmaia e cai, sem se debater.

3. *Qual é a diferença entre o ataque histérico e o ataque de epilepsia?*

No ataque histérico

- antes do ataque a pessoa passou por maus bocados
- o corpo não fica rígido no começo
- só acontece quando a pessoa está acordada
- a pessoa não dorme depois do "ataque".

No ataque de epilepsia

- a pessoa cai de repente no chão
- quase sempre fica dura quando cai
- enrola a língua e baba
- acontece quando a pessoa está dormindo ou acordada
- depois do ataque, ela dorme um tempo.

4. O ataque histérico é perigoso?

Não, não é perigoso e passa sozinho.

5. O ataque epilético é perigoso?

O ataque de epilepsia, quando se repete, é perigoso. É preciso levar o doente ao médico. Com acompanhamento médico, a pessoa pode ter vida perfeitamente normal (estudar, trabalhar, casar...).

6. E o que podemos fazer com a pessoa que tem um ataque histérico?

Como essa é uma forma de chamar atenção para um sofrimento, o melhor é ter alguém por perto para apoiá-la.



7. O que podemos fazer depois de um ataque histérico?

- Explicar para a pessoa que os ataques são dos nervos, não são perigosos e têm cura.
- Apontar que o corpo está querendo dizer alguma coisa, que está pedindo ajuda.
- Esclarecer que não há perigo de morte na histeria, mas "perigo de vida". Se essa situação não for superada, pode levar a uma situação tão grave que justifique internamento (voluntário ou involuntário) em hospital psiquiátrico.

8. Como é que "os nervos" se transformam em sintomas de doença?

Acontece sem que a pessoa perceba, porque

- O corpo reflete os nossos sentimentos. O corpo da pessoa histérica perde as forças e não consegue se mexer, para não fazer com que ela sofra mais.
- Corpo e mente funcionam juntos. Não chorar de raiva pode causar dor de cabeça, assim como não poder desabafar pode até virar úlcera. O corpo da pessoa histérica sente dores quando ela tem que fazer alguma coisa difícil.

Folha nº. 286 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

- O corpo é sincero e retrata fielmente as situações difíceis da vida e as feridas do espírito: aparecem problemas de pele, alteração de peso, mau funcionamento do intestino, etc.
- O corpo funciona como um escudo e não recebe aquilo que desagrade, incomoda ou dói: não vê, não ouve, não sente o que toca, paralisa.

9. *Quais são as doenças que aparecem por causa dos "nervos"?*

Os nervos ajudam, às vezes, a aparecer:

- úlcera do estômago, com dor na boca do estômago antes de comer
- placas vermelhas ou escamosas na pele, com ou sem coceira
- diarreia que vem e vai, principalmente quando a vida fica difícil
- obesidade ou emagrecimento
- hipertensão
- bronquite e asma.

10. *O que podemos fazer com a pessoa que sofre de uma doença produzida pelos "nervos"?*

Levamos a pessoa ao posto de saúde para ser examinada e receber tratamento.

11. *Como se comporta uma pessoa nervosa quando está num grupo?*

Existem várias maneiras da pessoa sofrer ou fazer os outros no grupo sofrerem:

- Mostrando-se tímida, sem saber o que fazer ou dizer.
- "Roubando a cena" nas reuniões.
- Não aceitando os princípios do grupo, sendo mexeriqueira ou tentando destruir as outras.
- Sendo pessimista e não acreditando que vai dar certo, desencorajando o grupo.

12. *Como se sente a pessoa tímida dentro do grupo?*

A pessoa tímida sofre, sem necessidade, porque:

- Tem medo de falar com os outros.
- Vive só e acredita que os outros a criticam.
- Se sente abandonada, mas não faz nada para que a levem em consideração.

13. *O que faz a pessoa que sempre procura "roubar a cena"?*

A pessoa que sempre "rouba a cena":

- Fala a todo momento e sem necessidade.
- Tenta fazer com que todos prestem atenção nela.
- Tenta mostrar que sempre tem razão.

14. O que faz a pessoa negativa quando pertence a um grupo?

Essa pessoa tenta destruir o grupo

- Mentindo sem necessidade.
- Roubando coisas ou dinheiro dos outros.
- Armando intrigas entre as pessoas, com fofocas e calúnias.
- Às vezes, prejudicando e matando o ânimo das pessoas.

Folha nº 2868 do
Processo PR-026/1997
Sônia Maria Gonçalves Alves
Reg. 10.923

15. Estas pessoas prejudicam o grupo?

Prejudicam, mas de maneiras diferentes:

- A tímida, não compartilha suas idéias; não dá sua contribuição pessoal.
- A que "rouba a cena"; impede que as coisas sejam estudadas e resolvidas.
- A negativa, destrói o ânimo do grupo e até consegue desfazer o grupo.

16. O que podemos fazer para ajudar a tímida, aquela que "rouba a cena" ou a negativa?

Podemos fazer duas coisas:

- Fazer com que elas vejam o que, sem perceber, estão fazendo.
- Demonstrar a elas o nosso carinho, apoio e limites claros.

Informações adicionais para a monitora

1. Quais são as quatro maneiras da pessoa manifestar seu nervosismo?

- Com ataques histéricos.
- Transformando os "nervos" em sintomas no corpo.
- Ficando doente por culpa dos "nervos".
- Se comportando com outras pessoas de forma diferente, muito tímida ou "roubando a cena".

2. O ataque histérico é sempre igual — com gritos, choro e a pessoa se debatendo?

Não. Às vezes a pessoa apenas desmaia, cai no chão, sem se debater, e fica largada por algum tempo. Só as pálpebras e os dedos tremem.

3. Os "nervos" podem dar paralisia?

Podem. Depois de um incidente trágico, os nervos podem atacar de tal forma a pessoa nervosa que ela perde as forças e não consegue mexer partes do seu corpo:

- os braços, sem poder pegar as coisas
- as pernas, sem poder andar
- a garganta, sem poder falar.

Entretanto, tudo isso passa depois de algumas horas ou dias.

4. *Como são as dores que a pessoa muito nervosa sente quando tem de fazer alguma coisa difícil?*

Em qualquer parte do corpo — principalmente na cabeça, na testa e no crânio — a pessoa muito nervosa pode sentir dor, formigamentos e agulhadas. Estas sensações "andam" pelo corpo e passam em poucos dias, quando ela estiver mais tranqüila e sem problemas.

5. *O que acontece com a pessoa muito nervosa quando não quer saber nem de si própria?*

Ela pode ficar, de repente, cega ou surda por alguns dias. Ou uma parte do corpo fica insensível e ela não sente aquilo que toca. Isto serve — sem perceber — para fugir das coisas que incomodam ou fazem sofrer.

6. *É só a pessoa "doente dos nervos" que tem ataques histéricos e esses sintomas no corpo?*

Não. Todos nós podemos, de vez em quando, ter um ataque histérico ou sintomas no corpo quando passamos por um problema muito difícil. Entretanto, na pessoa "doente dos nervos" aparecem mais fortes e com mais freqüência porque ela está mais frágil e sensível — sua tolerância à frustração está reduzida.

7. *Qual é a diferença entre os sintomas provocados pelo nervosismo e outras doenças?*

Existem quatro diferenças importantes que permitem reconhecer os sintomas de nervosismo:

- Eles aparecem quando a pessoa passa "um mau pedaço", tem um problema.
- Não dá febre e a pessoa continua com boa aparência.
- Vão de uma parte do corpo para outra.
- Geralmente duram poucos dias e, quase sempre, passam sozinhos.

8. *Os "nervos" podem ajudar a pegar doenças?*

Podem. Existem muitas doenças que pegamos por causa dos "nervos". As mais comuns são:

- úlcera do estômago
- alergias que aparecem na pele, com placas vermelhas ou escamas
- diarreia que vai e vem
- hipertensão
- obesidade ou emagrecimento
- asma e bronquite.

A tensão é um tema atual, muito explorado nas revistas. Dizem que a tensão é, ao mesmo tempo, necessária e perigosa para a saúde. Outros termos usados são: *stress*, ansiedade, desgaste, angústia.

O que é tensão?

Tensão é a reação química, mental e física do nosso corpo às exigências da vida. As causas da tensão podem ser boas ou más: estar a ponto de bater em outro carro, o casamento, as decisões, a mudança de emprego, o tipo e o ritmo de trabalho, os sentimentos de amor e ódio, o barulho, o combate a uma infecção e muitas outras causas. As nossas vidas são uma tensão contínua. Na realidade, sem tensão não poderíamos continuar a viver. A tensão nos ajuda a lutar em situações que nos ameaçam, física ou mentalmente.

A química do nosso corpo muda durante situações que causam tensão, para nos preparar para lutar. Por exemplo: a força extraordinária que uma mãe usa para retirar o filho dos escombros de seu barraco. O sistema nervoso e certos hormônios trabalham juntos para ajudar a mãe a agir rapidamente durante essa emergência. A pressão do sangue, o pulso e a respiração aumentam e os músculos endurecem.

A tensão também ajuda o corpo a combater danos, como uma queimadura no dedo: o sistema nervoso ativa as glândulas para produzir os hormônios que ajudam a curar a queimadura, sem alterar a ordem no resto do corpo.

De que maneira a tensão nos prejudica?

A tensão física e emocional prolongada, sem desabafo, pode provocar dor de cabeça, úlcera, alergias e até ataque do coração.

As causas mais comuns de tensão prolongada são mudanças drásticas na nossa vida, como a morte de um ser querido, o divórcio e uma doença grave.

Outras causas de tensão podem ser: a falta de emprego, a falta de controle sobre o nosso próprio trabalho, a falta de perspectivas, a impossibilidade de realizar nossos desejos. Existem, também, certos tipos de trabalho que exploram a capacidade das pessoas de tal forma que causam danos — até irreversíveis — tanto físicos como emocionais e mentais.

DOR DE CABEÇA

Existem vários tipos de dor de cabeça:

- **Dor de cabeça relacionada com tensão muscular**

Esta é a mais comum. As contrações dos músculos da cabeça, pescoço e rosto produzem uma dor contínua e uma sensação de pressão no pescoço ou na testa. Algumas vezes, a pessoa sente o crânio e o pescoço doloridos.

- **Dor vascular**

Esta é causada por veiazinhas na cabeça que se contraem ou se expandem. Essa dor é, quase sempre, muito intensa.

• Enxaqueca

Sentimos esta dor vascular geralmente de um lado da cabeça, mas também pode aparecer nos dois lados. A dor é terrível, a visão fica nublada e, antes de começar a dor de cabeça, a pessoa sente enjôo e vontade de vomitar. Dizem que as mulheres têm três vezes mais enxaqueca que os homens.

Quais são algumas causas da dor de cabeça?

1. Tensão e cansaço são as causas mais freqüentes de dor de cabeça.
2. Alergias a certos alimentos como leite, ovos, chocolate, trigo, frutas cítricas e carne de porco.
3. Fatores do meio ambiente, como temperaturas extremas, poluição do ar, fumaça de cigarro, mudanças na pressão do ar ou na umidade, cheiros fortes, mudanças de altitude podem provocar dor de cabeça.
4. Para as mulheres, a mudança dos níveis hormonais durante a menstruação, na menopausa ou quando está tomando pílulas anticoncepcionais pode causar dor de cabeça.

Existe tratamento que podemos fazer sozinhas?

Há tratamentos eficazes que afastam as dores de cabeça:

1. Exercícios de relaxamento ou técnicas de meditação para reduzir o cansaço e controlar a dor de cabeça. (Veja a última parte deste manual.)
2. A ginástica pode ajudar a tratar a dor de cabeça. Pessoas que acordam com dor de cabeça percebem que a dor de cabeça melhora ou desaparece com um pouco de exercício leve e até com a atividade normal de levantar para começar o dia.

Se uma dor de cabeça chega muito rápida e de surpresa ou, também, com problemas de visão, perda de sensação, confusão mental, ou uma febre em que o pescoço fica duro, é preciso procurar um médico ou o serviço de saúde mais próximo.

Precisamos conhecer as causas da dor de cabeça e reconhecer os momentos em que exercícios de relaxamento não são suficientes, para buscar ajuda profissional.

Não existe explicação simples para a dor de cabeça ou para controlar a dor de cabeça. Quanto mais a pessoa conhece o seu próprio corpo e a forma como aparece sua dor de cabeça, mais fácil é para ela encontrar maneiras de se ajudar e, sozinha, resolver este problema.



O GATILHO DOS NERVOS

1. A pessoa nervosa sempre sofre ou faz sofrer?

Não. A maioria das pessoas nervosas passam dias ou semanas sem doença ou com sintomas leves. Em seguida, passam dias ou semanas com os nervos "à flor da pele".

2. Como é que percebemos os períodos calmos e os de nervos "à flor da pele"?

Nos períodos calmos

- Dá menos ataques de angústia ou de histeria.
- Os sintomas são leves ou desaparecem.

Nos períodos de nervos "à flor da pele" a pessoa sofre

- por causa dos ataques seguidos
- por causa de sintomas no corpo.

3. Que coisas tornam a pessoa nervosa?

Muitas coisas, mas algumas são mais importantes:

- A presença, na família, de pais, avós ou outras pessoas nervosas.
- Problemas difíceis que a pessoa nervosa tem de enfrentar.
- O ambiente criado pela violência que existe na sociedade.

4. De que forma os problemas difíceis afetam o nervosismo?

Os problemas difíceis são o gatilho que dispara um período de nervos "à flor da pele", um período de muito sofrimento para a pessoa nervosa.

5. Os problemas difíceis têm um lado positivo?

Sim. Os problemas difíceis são um motor que nos faz avançar, amadurecer e, assim, criar o futuro.

6. Por que os problemas difíceis fazem sofrer mais a pessoa nervosa do que a pessoa calma?

Porque a pessoa nervosa tem os nervos "à flor da pele". A pessoa mais calma precisa de muitos problemas ou problemas muito graves para ter algum sintoma nervoso.

7. Quais são os problemas difíceis mais comuns?

Existem muitos, mas os mais comuns são:

- Passar de uma etapa da vida para outra.
- Passar por transformações da vida, como migrar do campo para a cidade.
- Ficar no meio, entre dois fogos.
- A sociedade consumista, que faz as pessoas correrem, o tempo todo, atrás da última novidade.
- O cumprimento de dupla jornada de trabalho (fora de casa/dentro de casa).
- A exploração da força do trabalho *feminino*.

8. Quais são os momentos que podem ser difíceis na vida de uma pessoa?

Os mais difíceis podem ser:

- a mudança de menina para mulher
- da escola para o trabalho
- de solteira para casada
- do trabalho para a aposentadoria
- do trabalho para a invalidez
- de casada para viúva ou separada
- da saúde para a doença
- a gravidez
- a menopausa.



9. *Quando podemos dizer que estamos entre dois fogos?*

Há muitos casos. Alguns são mais claros:

- Quando não conseguimos sair de uma situação ruim porque caímos em uma situação pior.
- Quando queremos alguma coisa que está fora do nosso alcance.

10. *De que maneira a propaganda consumista afeta os nervos?*

- Ela nos faz correr atrás da última novidade.
- Induz a comprar a crédito.
- Faz desejar aquilo que não podemos ter.
- Estimula o sentimento de impotência pela impossibilidade de alcançar sonhos induzidos pela propaganda.
- Estimula a competitividade e o consumo como falso meio de superar diferenças sociais.

Folhamº. 2871	do
Processo PR-038/1997	
Ania Maria Soares Alves	
Pág. 10.923	

11. *Como se dá a exploração do trabalho feminino?*

- O trabalho doméstico não é valorizado e, muitas vezes, não é reconhecido pela própria mulher.
- Ela cumpre dupla jornada de trabalho, recebendo remuneração para apenas uma (casa/fábrica).
- Os salários são menores para trabalho igual ao do homem.
- Há exigências diferenciadas (por exemplo: exame de gravidez) para evitar o cumprimento de leis sociais.

12. *De que maneira a situação política afeta nossa vida?*

Ela nos afeta profundamente e de muitas maneiras. Algumas são:

- O temor constante de perder o emprego.
- A insegurança por não ter onde morar.
- A necessidade de dupla jornada de trabalho para poder viver dignamente.
- O desestímulo para nos organizarmos, que resulta em apatia.
- O desespero e a falta de perspectivas que levam ao maior consumo de álcool e drogas, elevando o número de acidentes, espancamentos, suicídios, homicídios, etc.
- O medo de confiar nas pessoas.

13. *Como podemos tornar mais leves os problemas difíceis?*

De duas maneiras:

- Tomando consciência de que temos problemas.
- Procurando ajuda, unindo-nos a outras pessoas com problemas parecidos para trabalharmos juntos numa solução.

14. Como podemos ajudar a pessoa nervosa com seus problemas difíceis?

Acompanhando e incentivando a pessoa nervosa

- a aprender a relaxar
- a desabafar
- a perceber que o nervosismo é uma força interna que pode ser canalizada para ações transformadoras e menos auto-destrutivas
- a participar de um grupo de apoio.

15. Como converter o nervosismo em energia transformadora e menos auto-destrutiva?

- Conhecendo melhor o funcionamento de si própria, sua riqueza interior, seus verdadeiros desejos.
- Sabendo separar o sofrimento e o nervosismo das más condições de vida e de trabalho.
- Aceitando com naturalidade a ajuda de profissionais de saúde mental.
- Descobrimo que existem outras pessoas que sentem as mesmas amarguras — pessoas que precisam da sua ajuda e da ajuda de outras pessoas para mudarem a situação que provoca sofrimento.
- Contribuindo para a busca de respostas mais justas para a vida de todos.

16. O que pode acontecer quando o sofrimento dos nervos começa pequenininho, vai crescendo e fica enorme?

O sofrimento interno merece cuidados especiais para não chegar a uma depressão ou ao descontrole, porque é preciso evitar a internação desnecessária em um hospital psiquiátrico.

Muitas mulheres são internadas em hospitais brasileiros com queixa de tristeza profunda ou por terem jogado panelas e quebrado coisas. Isto não justifica uma internação.

17. Que atendimento a mulher pode obter durante a crise?

A crise precisa ser atendida de maneira humanitária:

- Na unidade de saúde mental de um hospital geral, com internação de curta permanência.
- Em uma unidade chamada Hospital-Dia, que oferece atendimento intensivo durante o dia e permite voltar para casa à noite.
- Em casa, com ajuda profissional.

Após a crise, o acompanhamento deve continuar através de um grupo de apoio ou psicoterapia no posto de saúde.

18. É necessário tomar remédios de farmácia para melhorar dos nervos?

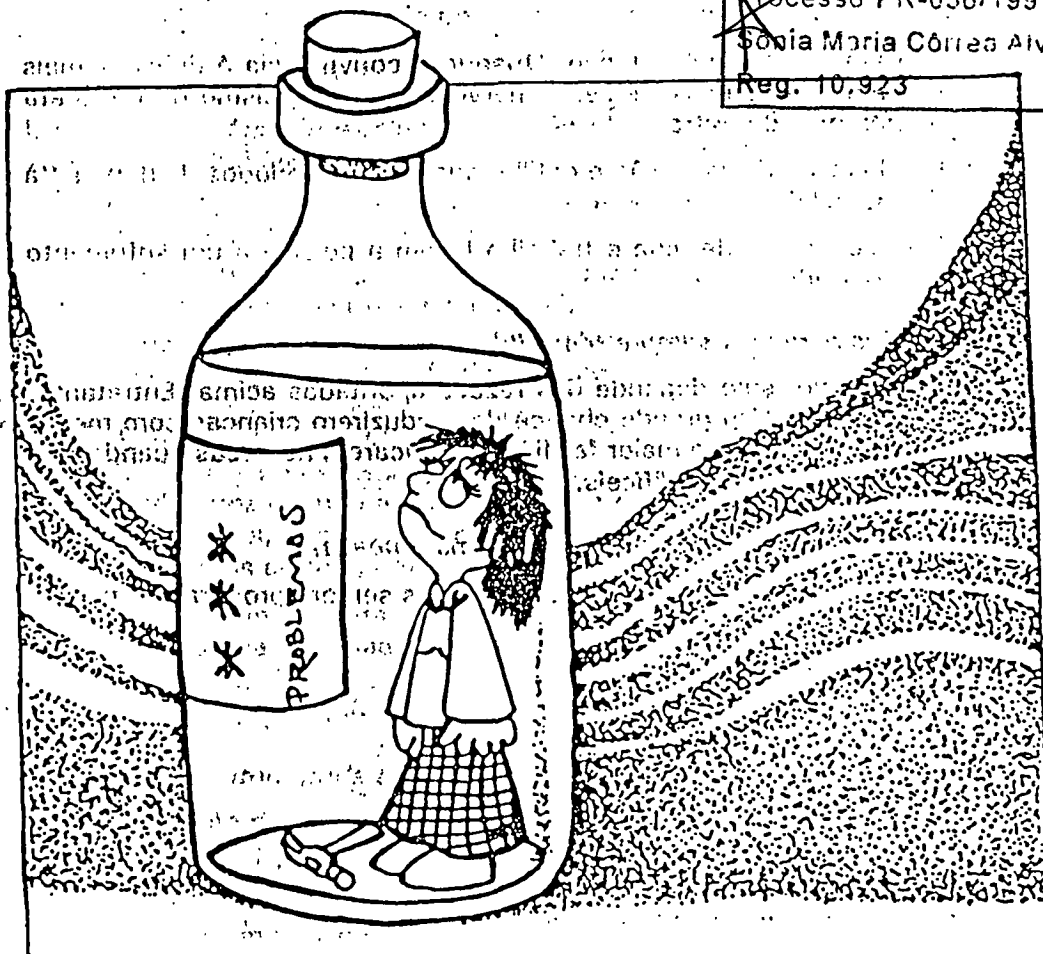
Não. Quase todas as pessoas nervosas se sentem mais aliviadas com grupos de apoio.

Aquela que precisa de remédios deve consultar um médico ou ir ao posto de saúde e contar com a ajuda de um profissional de saúde mental. Se tiver habituada a tomar tranqüilizantes, ela precisa saber que não é necessário — existem ervas que também ajudam a acalmar os efeitos dos "nervos".

Um bom calmante é o suco de maracujá (passiflora). Veja "Onde não há médico", p. 32.

As farmácias vendem, sem receita, preparados comerciais de extratos vegetais a base de maracujá, que não são perigosos e podem ser tomados sem problema. (Por exemplo: Maracugina composta, Passiflorine, Sedanus).

Folha nº 2872 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Côrrea Alves
Reg. 10.923



A CAUSA DOS "NERVOS"

1. Existem muitas pessoas doentes dos "nervos"?

Pesquisas feitas no Brasil, em 1990, mostram os seguintes dados:

DISTÚRBIOS MENTAIS		
Nas cidades	Segundo a profissão	Segundo o salário mínimo
São Paulo 18,1 %	Dona-de-casa ... 31,6 %	Menos que 1 ... 22,5 %
Salvador 18,0 %	Ambulante 26,5 %	1 a 3 15,6 %
Porto Alegre ... 16,7 %	Aposentado 24,4 %	3 a 5 8,3 %
Brasília 15,6 %	Autônomo 15,0 %	5 a 10 9,5 %
	Empregador 7,0 %	10 a 20 7,8 %
		Mais de 20 2,0 %

2. Por que ficamos doentes dos "nervos"?

Por muitas razões, mas as mais importantes são:

- Um ambiente familiar tenso. Quando a convivência é difícil, é mais comum que as pessoas sejam nervosas. O nervosismo de um afeta a tolerância do outro.
- Problemas difíceis — são o gatilho que dispara períodos de nervos "à flor da pele".
- Más condições de vida e trabalho levam a pessoa a um sofrimento generalizado.

3. Pais e mães nervosos sempre têm filhos nervosos?

Não. O nervosismo depende das razões apontadas acima. Entretanto, adultos nervosos têm grande chance de produzirem crianças com menor tolerância à frustração e maior facilidade de ficarem nervosas quando têm que enfrentar problemas difíceis.

4. Como os problemas difíceis se tornam uma ameaça?

Eles ameaçam nossa segurança. Todas nós sempre procuramos nos sentir seguras de

- ter com o que viver...
(segurança econômica)
- ter com quem viver...
(segurança familiar e social)
- ter uma razão para viver...
(segurança espiritual)

5. Quais são os problemas difíceis mais comuns?

- Passar de uma etapa da vida para outra.
- Estar entre dois fogos.
- Correr ansiosamente atrás da última novidade.
- A exploração do trabalho feminino: mão-de-obra barata e dupla jornada.

6. *Quais são as formas mais pesadas de "estar entre dois fogos"?*

- Quando não podemos sair de uma situação ruim, porque cairíamos numa pior.
- Quando precisamos de alguma coisa para a própria sobrevivência e não conseguimos obter.

7. *Quais são os exemplos mais comuns, entre nós mulheres, de não poder sair de uma situação ruim porque cairíamos numa situação pior?*

- Quando a esposa não se separa do marido insuportável porque não quer ficar sem dinheiro e sozinha com os filhos.
- Quando a mulher engravida sem querer e tem medo de fazer um aborto.
- Quando percebe que sua sobrevivência e de sua família estão ameaçadas por não ter acesso a necessidades básicas (alimento, moradia, serviço, saúde...) e se submete à situação porque tem medo de se arriscar e ir à luta para mudar as coisas.
- Quando quer mudar de emprego porque o patrão é explorador, mas só encontra outra ocupação com salário ainda pior.
- Quando quer se emancipar voltando a estudar, trabalhar fora, participar de movimentos, reformular a própria vida e a família condena essa atitude.

8. *Quais exemplos conhecemos de querer alguma coisa necessária e não conseguir obtê-la?*

- Necessitar de comida, remédios, roupa e não conseguir comprar por falta de dinheiro.
- Querer fazer valer o direito de "Somos todos iguais perante a Lei" e não conseguir ver respeitada a lei.
- Querer defender um ponto de vista ou tornar pública a sua opinião e sentir vergonha ou medo de se expor.

9. *Por que agüentamos a propaganda que nos faz correr atrás da última novidade?*

Acreditamos quando a propaganda diz que felicidade, liberdade, paz, segurança, ascensão econômica, serão conquistados magicamente se adquirirmos certos produtos.

Não nos damos conta que é possível conquistar uma vida melhor sem tudo aquilo que a propaganda procura nos impingir.

Um ótimo material para refletir sobre esse tema é o vídeo "Olha! Isso pode dar bolo..." da IBASE.

10. *Como a monitora pode ajudar a mulher em seus problemas difíceis?*

A monitora pode

- Convidar a mulher a participar dos grupos de apoio e outras atividades com mulheres.
- Indicar um serviço de saúde para a mulher.
- Encaminhar a mulher, quando necessário, para um serviço público de saúde mental.
- Mostrar para a mulher que ela não tem culpa pessoal quando o problema é de origem coletiva.

Folha nº <u>2873</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Côrrea Alves
Pág. 10/923

COMO AJUDAR A PESSOA NERVOSA

1. Como a pessoa nervosa pode aliviar os nervos?

Falando sobre os problemas difíceis que está passando com pessoas carinhosas, que saibam compreender e não façam críticas. Talvez ajudem a perceber os nós críticos.

2. Como a conversa em grupo beneficia a pessoa nervosa?

Ao conversar em grupo, a pessoa nervosa

- Percebe que tem problemas difíceis que provocam seus sintomas nervosos.
- Perde o medo de seus problemas difíceis e aprende a procurar soluções.
- Sente alívio de seus sintomas nervosos.
- Percebe que outras pessoas passam as mesmas dificuldades.
- Percebe que muitos problemas são causados por motivos externos (condições de trabalho, situação do país ...). Não é só dentro dela que estão a culpa, a responsabilidade e a resposta para os problemas.
- Num grupo é mais fácil organizar um movimento para enfrentar certos problemas que causam sofrimento.

3. De que outra maneira a pessoa que está doente dos nervos pode melhorar?

Criando o hábito de fazer exercícios de relaxamento todos os dias. Percebendo que dentro dela mesma há uma riqueza a ser cultivada que fará surgir coragem, disposição e confiança — em si e nos outros — para mudar as situações difíceis e se sentir melhor.

4. Existem doentes dos nervos que não podem participar de um grupo de apoio?

Existem. São pessoas que sofrem de uma psicose — uma doença mental mais séria do que a neurose. Essas pessoas precisam de acompanhamento diferente e não são beneficiadas por este trabalho em grupo. Mais tarde, quando superarem esta fase, é possível participarem de um grupo.



Exercícios de relaxamento

EXERCÍCIOS DE RELAXAMENTO

É importante que pelo menos quinze minutos de cada reunião sejam dedicados ao relaxamento. Em geral, é feito no fim, mas também pode ser feito no início da reunião.

A monitora enfatiza a importância de aprender os exercícios e praticar durante a semana, pois é uma auto-ajuda eficaz.

Somos uma unidade de corpo, mente e alma. Aquilo que afeta o corpo, também afeta a alma e vice-versa. Para conseguir a união entre corpo e alma é importante praticar os exercícios todos os dias.

Redescobrimos o ato de tocar e massagear como parte da cura. No início ou no fim da reunião, podemos massagear as mãos, pés ou ombros durante 10 ou 15 minutos. Para aumentar a concentração, é melhor fazer isso em silêncio e com música suave.

Muitas não têm a possibilidade de aprender as múltiplas técnicas de massagem mas, com prática, confiança e respeito, podemos conseguir a nossa auto-cura e a cura de outras pessoas.

De vez em quando, organizamos um jogo no final da reunião, pois o riso é muito importante na vida e faz a gente relaxar.

O relaxamento é um estado de equilíbrio muscular, de harmonia, de perfeito equilíbrio entre mente, corpo e alma — o estado que desejamos alcançar.

MÚSICA E IMAGENS PARA ALIVIAR A TENSÃO

Através dos séculos, a música tem sido companheira do processo de cura. Hoje, continua desempenhando papel importante na cura do corpo, da mente e da alma. Ajuda a recuperar o equilíbrio quando, por diversos motivos, estamos em desarmonia conosco e com os outros.

Usar a imaginação também não é novo. A nossa capacidade de "criar imagens" é inata e está sempre disponível, desde a infância até a juventude. Com a vida em sociedade e o peso da realidade cotidiana diminuiu a habilidade de criar imagens. Existe, porém, um novo interesse na capacidade da imaginação para resolver problemas, perceber o que se passa e influir no processo de cura.

O propósito da música e da imaginação é alcançar o equilíbrio psicológico, um desenvolvimento criativo e harmonia espiritual. A música e a imaginação despertam a criatividade e trazem à tona do subconsciente aquilo que bloqueia a nossa plenitude.

Escutar música selecionada em estado de relaxamento ajuda a reduzir o *stress*, alivia a dor emocional ou física e contribui para a cura psicológica. Também ajuda a descobrir soluções criativas para os problemas.

Trabalhando com música e imaginação vamos tomando consciência de quem somos no presente e deslanchamos para o futuro.

SOLTAR A RAIVA OU TENSÃO

Descarregar a raiva ou tensão é importante para que não fique dentro de nós. Há várias maneiras de soltar a raiva:

1. Andar pela sala em silêncio, sentindo o corpo todo e estando consciente dos lugares onde há dores ou incômodos. Depois fazer um gesto como "jogar água fora":

- com a mão direita
- com o braço, até o cotovelo (mais forte)
- com o braço inteiro, deixando o braço cair em seguida.

O que você sente?

Repetir com o braço esquerdo.

Depois

- chutar água com o pé direito
- com a perna até o joelho
- com a perna direita.

Repetir com a perna esquerda.

- Andar de novo pela sala. O que você sente?

2. Andar pela sala... (como no nº 1).

Deixar as dores, etc. ... saírem pela planta dos pés. Respirar profundamente, controlando a respiração.

ANDAR

Este exercício pode ser usado sozinho ou combinado com um exercício de respiração.

Usando os músculos da barriga e a barriga da perna como apoio, levante as pontas dos pés e, em seguida, abaixe de maneira que os pés fiquem planos no chão. Faça isso lentamente, dez vezes.

Junte fortemente a parte interna dos tornozelos e das pernas. Em seguida, ande rapidamente pelo espaço destinado aos exercícios. Continue, consciente do alongamento das costas e sentindo o cóccix, que joga suavemente para frente. Sinta como trabalham os músculos da barriga e como levanta o osso esterno, de modo que as costas formem um eixo vertical longo e gracioso. Relaxe os ombros e deixe os braços balançarem naturalmente dos lados. Levante a cabeça e mantenha os olhos alertas. Imagine estar cortando o ar com o osso esterno, ao andar graciosamente pelo espaço, respirando fácil e naturalmente. Sinta que os pés, as pernas e os músculos da barriga apóiam você com força e mantêm você profundamente ligada à terra.

Continue respirando.

EXERCÍCIOS BÁSICOS DE RELAXAMENTO

Começamos contraindo os músculos dos braços, mãos, pernas, testa, etc. Depois, soltamos e observamos se a contração muscular continua. Soltar demora mais do que contrair: é preciso esperar que a contração desapareça e, por um efeito de ondas, vá repercutir no resto do organismo. As duas funções orgânicas vão se harmonizando.

- Deitada, com os olhos fechados, cerrar os punhos e, em seguida, soltar.
- Dobrar os braços na altura dos cotovelos, levar as mãos até os ombros. Sentimos a tensão principalmente no bíceps.
- Encolher os ombros e soltar. É muito importante relaxar os ombros, o pescoço e a nuca. Girar a cabeça para um lado e soltar; girar para o outro e soltar. Precisamos tomar consciência dos "esticões" que o corpo vai dando.
- Enrugar a testa e soltar; franzir o cenho e soltar; apertar os olhos e soltar, a mandíbula e soltar.
- Contrair a barriga (afundar e soltar). Fazer igual com as nádegas e apertar a região pélvica inteira. Apertar as coxas.
- Juntar os pés e levar em direção ao rosto — isto estica a barriga da perna. Depois, soltar.

O relaxamento pode ser acompanhado de música e praticado a qualquer hora do dia. É ideal depois do almoço e à noite.

BRINCANDO COM A RESPIRAÇÃO

A respiração é fundamental para a vida. Aceitamos a respiração do tórax como normal quando, na realidade, a respiração completa é muito mais profunda, incluindo o ventre.

A respiração também é alma. Quando respiramos profundamente, ficamos cheias de inspiração, ficamos cheias de energia criativa da vida. O exercício abaixo permite tomar consciência do ato de respirar.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Sente-se confortavelmente, com a coluna bem reta. Relaxe, feche os olhos e preste atenção na sua respiração. Observe a respiração. Você percebe como está entrando pelas narinas? Onde você percebe isso? A respiração é profunda? Observe como a respiração percorre o corpo. Ela é rápida e pouco profunda? É profunda e lenta? Observe, somente. Observe sua respiração como se nunca tivesse percebido que existe, como se fosse algo novo. Respire para dentro e respire para fora. Respire para dentro e respire para fora.

Agora, comece a brincar com sua respiração. Faça ficar rápida e pouco profunda. Agora, tente fazer com que ela fique lenta. Inspire, descanse e, em seguida, solte o ar. Inspire, descanse e, solte o ar. Perceba como muda a respiração. Veja se mudou alguma coisa em alguma parte do seu corpo. Agora, deixe sua respiração se movimentar lentamente para dentro e para fora, sem parar. Inspire e solte o ar. Inspire e solte o ar. Inspire e solte o ar.

Experimente, observe, brinque com a respiração. Agora, imagine que você está inspirando luz e que, quando solta o ar, sua respiração se movimenta nas palmas das mãos em forma de luz. Inspire luz pelas palmas das suas mãos.

Agora, continuando com respiração profunda, imagine, quando solta o ar, que a respiração percorre as plantas dos seus pés. Preste bastante atenção no corpo: você sente que está igual? Você sente que está diferente?

Respire para dentro e para fora. Agora, deixe que a respiração se movimente livremente. Observe a respiração. Inspire e solte o ar. Como você se sente agora? Diferente ou igual a quando começou o exercício?

Agora você pode abrir os olhos.

OUTROS EXERCÍCIOS DE RESPIRAÇÃO

A monitora mostra estes exercícios, enfatizando a respiração lenta, para encher os pulmões.

- Sentar relaxada, solta, olhos fechados. Concentrar-se no próprio corpo — onde dói, onde há tensão...
- Agora, inspiramos lentamente pelo nariz, dirigindo o ar diretamente ao lugar incômodo. Prender o ar nos pulmões alguns segundos e...
- Soltar o ar pelo nariz tão devagar quanto na inspiração, expulsando as dores, doenças, etc.
- Repetir o processo, fazendo sempre o mais lento possível. Para controlar a respiração podemos contar de 1 a 5 ao inspirar e de 1 a 5 ao soltar o ar.

Podemos modificar este exercício de diversas maneiras:

- Inspirar pelo nariz e soltar o ar pela boca — lentamente.
- Inspirar lentamente pelo nariz e soltar o ar forte e rapidamente pela boca.
- Acompanhando o ritmo de respiração profunda, a mulher diz para si mesma, uma frase que ela completa conforme sua situação: "Eu posso..." (relaxar, aprender, me soltar...), "Eu vou..." ou "Sou capaz de ...", "Eu consigo..."
- Acompanhando o ritmo de respiração profunda, ela diz para si mesma ao inspirar: "Eu inspiro..." (coragem, cura, esperança, verdade...). Ao soltar o ar ela diz: "Jogo fora...". Por exemplo: "Inspiro coragem, jogo fora o medo..."

Boneca de Pano

- Em pé, estender os braços para frente, paralelos ao chão.
- Respirar profundamente, levantando os braços para cima, apontando os dedos para o teto.
- Prender o ar um pouquinho nessa posição.
- Em seguida, soltar o ar fortemente, jogando, ao mesmo tempo, o corpo para frente e para baixo, para ficar em posição de boneca de pano — as mãos caídas e bem soltas. Repetir.

MASSAGEANDO COM A RESPIRAÇÃO

A monitora lê lentamente e com voz suave

Deite no chão, da maneira mais confortável possível. Feche os olhos e comece a relaxar. Deixe o corpo relaxar. Relaxe mais e mais. Respire profundamente e leve a respiração aos *dedos dos pés e aos pés*. Deixe a respiração fazer uma massagem que acaba com todo o retesamento. Quando soltar o ar, deixe a tensão sair. Respire profundamente de novo e leve a respiração aos *calcanhares*. Deixe a respiração fazer uma massagem que acaba com todo o retesamento nesse lugar. Quando soltar o ar, deixe a tensão sair. Respire de novo, profundamente, e leve a respiração aos *joelhos*. Deixe a respiração acabar com todo o retesamento ali. Quando soltar o ar, deixe a tensão sair. Respire, levando a respiração aos *músculos* das pernas. Como uma massagem, sua respiração acaba com todo o retesamento. Quando você soltar o ar, a tensão vai desaparecendo.

Agora, leve a respiração para os *genitais*. A energia profunda e relaxante está percorrendo os seus órgãos genitais e toda a tensão vai desaparecendo. Respire levando o ar às *nádegas*. Como uma massagem, a respiração acaba com todo o retesamento e, ao soltar o ar, a tensão vai desaparecendo.

Agora, levando o ar até a *barriga*, todos os órgãos internos se sentem relaxados e qualquer retesamento vai desaparecendo. Deixe a respiração percorrer o seu peito e os seios. Deixe que ela acalme você e, à medida que você põe o ar para fora, qualquer tensão vai desaparecendo.

Respire mandando o ar para as *costas*. Como uma massagem, sua respiração acaba com todo o retesamento e, quando você põe o ar para fora, a tensão vai desaparecendo. A energia profundamente relaxante corre pelas costas, por cada vértebra, por cada junção das vértebras. A respiração está correndo por todos os músculos e pelos tendões porque você está relaxada.

Respire levando o ar aos *ombros e ao pescoço*. Como uma massagem, a respiração acaba com todo o retesamento e, quando você põe o ar para fora, a tensão vai desaparecendo. Seus ombros e pescoço estão totalmente relaxados. A energia profunda e relaxante está percorrendo seus braços — os cotovelos, antebraços, pulsos, mãos e dedos estão totalmente relaxados.

Respire levando o ar novamente aos ombros e ao pescoço e deixe que relaxem. Relaxe mais e mais. Deixe que essa energia relaxante lave sua garganta, os lábios, as bochechas: tudo está completamente relaxado. Ao respirar, levando o ar para o rosto, os músculos dos olhos, a testa e a pele da cabeça estão relaxados. Todo o retesamento vai desaparecendo. Você está relaxada, muito, muito relaxada.

Imagine três árvores que estão dançando ao vento. Concentre-se nessas árvores e torne-se uma delas. As árvores estão firmes na terra. Você deitou raízes. Você está segura na terra.

Deixe a mente ficar vazia, relaxar e ficar clara. Imagine duas lindas borboletas. Concentre-se nessas borboletas e torne-se borboleta, leve e livre. Você está com asas. Asas para viajar pelo espaço.

Agora, você tem raízes e asas. Você vai flutuar no espaço. Você se move no ar e viaja pelo espaço, por um campo, por uma montanha, por um jardim, pela praia... por qualquer lugar onde sua mente esteja segura e livre. Vá a esse espaço.

Você está no seu espaço. No espaço que você criou. Um espaço sagrado e solitário. E aqui, neste mundo interior, você está descobrindo seus sentimentos e sua aptidão para a cura.

Aqui, neste espaço, você está livre de toda a tensão; está calma e em contato com a energia que tem dentro de si.

Aqui, neste espaço, você está em contato com seu corpo e é capaz de curar qualquer coisa que não esteja bem.

Aqui, neste espaço, você encontra o caminho que leva ao conhecimento psicológico e espiritual e à energia.

Você está em harmonia com o Universo, porque você é parte de toda a criação. Aqui, você é pura e livre. Fique neste espaço um pouco. Dê um tempo e depois volte à realidade que está acostumada. Você vai voltar relaxada, refrescada, cheia de energia.

(Pausa de dois minutos).

Agora, volte suave e lentamente. Pode abrir os olhos e espreguiçar.

O LAGO

OBJETIVO

Reflexão para introduzir uma conversa sobre nós mesmas, sem julgamento — para estimular a auto-consciência e reconhecer as muitas dimensões do nosso ser.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Procure relaxar completamente. Feche os olhos e pense somente nas imagens que vou descrever.

Você está indo para um campo. Lentamente e sem esforço, desça para o campo. Sozinha, num dia gostoso de verão. Está soprando uma brisa suave e você está andando pelo campo, desfrutando do calor gostoso do sol e da brisa suave que acaricia seu corpo. Sinta a grama que toca suas pernas, sinta o perfume das flores. Ouça o canto dos passarinhos. Sinta como se estivesse unida a tudo o que existe.

Depois de andar um pouco, você está agora perto de um lago — um lago pequeno e tranquilo. Descanse na margem do lago, contemple a água clara e azul. Lá, nessa água, você vê uma imagem: seu rosto. Seu reflexo começa a se mexer e mudar. A cada movimento, cada mudança delicada mostra outra forma de sua personalidade, mostra outro aspecto de você mesma. O você que existiu antes que você tivesse nome. Observe a mudança dos reflexos. Observe e aprenda. Cada mudança nada mais é que outra parte de você mesma.

(Pausa de cinco ou dez minutos).

Agora, ouça a minha voz que chama você para voltar do lago. Para voltar do campo. Volte lentamente para esta sala, trazendo uma nova forma de ver a si mesma e de perceber diversos aspectos da sua pessoa. Desperte completamente, cheia de energia. Pode abrir os olhos e espreguiçar.

A MULHER

OBJETIVO

Uma reflexão para a mulher explorar o seu espaço interior, seu corpo, suas imagens e seus sonhos.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Procure relaxar completamente. Feche os olhos. Você está muito tranqüila, relaxada, executando seu corpo e sua mente. O corpo e a mente são uma só coisa. Deixe sua energia fluir enquanto você entra em contato com a mente e o corpo. Tome consciência de tudo que sente no corpo, enquanto relaxa e deixa a energia fluir.

Entre profundamente dentro do seu corpo. Sinta os músculos e tendões; sinta a medula dos ossos. Tome consciência das pernas e dos pés. Sinta a força das pernas e dos pés.

Tome consciência do seu corpo de mulher, do seu útero, da sua força de vida, de cada célula e de cada tecido do seu corpo feminino. Tome consciência de todos os tecidos e órgãos, dos seus seios. Tome consciência da sua força, da sua meiguice, da sua plenitude.

Tome consciência de todo o seu corpo de mulher: consciência das costas, consciência de cada vértebra, consciência dos músculos e tendões das costas, consciência da sua força, consciência dos ombros e do pescoço, dos músculos, dos tendões, dos ossos...

Tome consciência do seu corpo, dos braços e das mãos. Tome consciência da sua energia, do seu poder, da sua criatividade. Tome consciência do seu corpo, da cabeça, da mente, da sua energia, da sua sabedoria. Tome consciência dos olhos, do nariz, da boca.

Tome consciência de todo o seu corpo de mulher e da sua força.

Agora deixe a imagem do corpo desaparecer. Entre profundamente dentro do seu espírito e da sua alma. A sua atenção está voltada para a sua maneira de ver a mulher.

(Pausa de dois minutos).

Agora, volte à realidade de todos os dias. Volte relaxada e renovada, com nova energia. Abra os olhos quando quiser.

MASSAGEM EM GRUPO

- Cada mulher escolhe um par.
- Uma fica de pé atrás da outra, e cada uma massageia os músculos do pescoço e dos ombros da mulher que está na frente.
- Depois trocam.

O ESPAÇO DA CURA

OBJETIVO

Esta reflexão é um exercício de auto-cura.
Ajuda muito se for feita antes de dormir.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Procure relaxar completamente. Feche os olhos e pense somente nas imagens que vou descrever.

Imagine que você está numa praia deserta. Ande seguindo as curvas da praia, consciente do calorzinho gostoso do sol no seu corpo e do ar com sabor de sal. Escute o barulho das ondas que quebram na praia e fique à vontade. Continue andando: você está chegando às dunas de areia. Aqui, você vê a entrada de uma gruta. Entre na gruta seguindo a minha voz e siga pelo labirinto do tempo. Desça pelas passagens que, como curvas, entram na terra. Agora, vire para a esquerda e você chega ao espaço da cura. É um espaço sereno e bonito, onde você está em contato com a calma e com o grande poder que existe dentro de você. Você está recebendo energia pura do Universo.

Veja e sinta esta energia vibrante em tudo ao seu redor. Você está cercada pelo calor gostoso e pela luz suave desta energia. Junto com a respiração, você leva esta energia ao seu corpo. Use a energia como massagem suave que acaba com a tensão e, quando soltar o ar, deixe a tensão sair e desaparecer. Sinta a energia circulando pelo seu corpo, assim como circula o sangue nas suas veias. Deixe a energia encher cada célula do seu corpo. Deixe penetrar bem fundo, até a medula dos seus ossos.

Respire profundamente e envie essa energia para o baixo ventre. Deixe a energia se espalhar, acabando com a tensão. Quando você soltar o ar, deixe a tensão sair e desaparecer. Agora, respire profundamente e faça a energia subir pela barriga. Deixe a energia encher cada órgão. Cada célula está repleta desta energia de cura.

Respire profundamente e encha o peito com energia de cura. Permita que cada célula se encha com a energia de cura. Quando você soltar o ar, as tensões desaparecem e seu corpo volta a um perfeito estado de saúde.

Respire profundamente e envie a energia de cura às costas. As costas, os ombros e o pescoço estão cheios de energia de cura. Todos os músculos estão completamente relaxados. A energia de cura está percorrendo suas costas, seus ombros e você está voltando a um perfeito estado de saúde.

Respire profundamente e envie a energia de cura para os braços e para as mãos. Deixe que a energia circule pelos braços, assim como circula o sangue.

Outra vez, respire profundamente. Com a respiração, respire também a energia de cura. Agora, envie essa energia para a cabeça — para os lábios, bochechas, olhos, nariz e sobrancelhas. Sinta a energia percorrer o couro cabeludo. Esta energia está sempre ao seu redor e sempre disponível para você usar. Relaxe por um momento neste espaço de cura. Respire absorvendo a essência divina. Sinta sua união com o Universo inteiro. Este é o seu espaço. Você criou este espaço. Você pode voltar a este lugar toda vez que sentir necessidade de relaxar e de receber a energia de cura do Universo. Quando quiser terminar, você pode sair da gruta, andar pela praia e voltar à realidade que está acostumada. Você vai voltar relaxada, refrescada e cheia de energia.

A MULHER EXPERIENTE

OBJETIVO

Reflexão para fazer contato com a própria vivência.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Procure relaxar completamente. Feche os olhos e pense somente nas imagens que vou descrever.

Mergulhe profundamente nas imagens. Dentro deste mar de imagens está a imagem de uma mulher experiente. Ela vive profundamente dentro de você. Você pode soltá-la e usar a experiência dela. Você vai se aproximando da mulher e os conhecimentos que você mesma adquiriu pela experiência de vida estão despertando dentro de você.

Agora, você está no pé de uma montanha. Você começa a subir a montanha, abrindo caminho através da trilha cheia de pedras. Subindo e subindo cada vez mais alto, a subida vai ficando cada vez mais inclinada. Mas você continua movida por uma força interior. Você sobe quase sem esforço. Agora, você continua seu caminho até o alto com muita garra, quase correndo nos últimos passos que faltam para chegar à porta de uma cabana. Aqui, nesta cabana, mora a mulher experiente. Ela está aqui para recebê-la e você vai passar um momento muito importante com ela — até ouvir a minha voz de novo.

(Pausa de uns dez minutos).

Agora, agradeça à mulher experiente pelos seus conselhos e seu apoio. Deixe a cabana e desça a montanha. Descendo pela trilha da montanha volte à realidade habitual. Você volta relaxada, refrescada e cheia de energia. Pode abrir os olhos e espreguiçar.

A CACHOEIRA

OBJETIVO

Uma reflexão para livrar-se da energia bloqueada ou de algum sentimento.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Procure relaxar completamente. Feche os olhos e pense somente nas imagens que vou descrever.

Imagine que você está perto de uma cascata. Você mergulha nessa água e descobre que é quentinha e atraente. A água não é profunda. Quando você senta, chega somente aos ombros. Sente e relaxe. A água começa a fazer borbulhas e um redemoinho. A água borbulha e se movimenta em volta de você. Você sente que os músculos estão relaxando. Ficam mais e mais relaxados. A água se movimenta e faz círculos e você deixa que ela leve toda a tensão e dor. A água está lavando toda a ansiedade, todo o medo. A temperatura gostosa e o movimento da água estão acalmando e relaxando você. Você está soltando toda a tensão.

Deixe que as águas tranquilizem e curem você.

(Pausa de cinco minutos).

Quando quiser terminar, saia da água e volte à realidade normal. Você vai voltar relaxada e calma.

RESOLVENDO PROBLEMAS

Aumentamos o nosso poder quando aprendemos a confiar em nós mesmas para resolver problemas e quando temos fé em nossas habilidades.

Este exercício ajuda a resolver problemas. Primeiro pensamos em algum problema que queremos solucionar. Depois vamos a algum lugar da mente para ver o problema de três maneiras diferentes.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Procure relaxar completamente. Feche os olhos e pense somente nas imagens que vou descrever.

Respire lenta e profundamente, relaxando mais e mais. Você desce uma longa escada em caracol — vá descendo e dando voltas, descendo e dando voltas. Agora você está à beira de um rio onde tem um barquinho amarrado. Solte as amarras do barquinho e comece a navegar rio abaixo. É um dia gostoso de verão. Você está sentindo o sol e a brisa que banham seu corpo enquanto você navega rio abaixo. Deixe que o movimento do barquinho e o sussurro da água adormeçam você.

Você está navegando, navegando. O dia avança e o sol vai subindo cada vez mais. Você se sente bem quentinha. Pare o barquinho e comece a nadar. Mergulhe na água fresca até chegar ao fundo do rio. No fundo do rio, há uma imagem. Uma imagem do seu problema. Olhe essa imagem. Veja essa imagem clara e nítida. Pergunte à imagem por que ela se apresenta a você dessa forma tão especial.

(Pausa de dois minutos).

Agora, levando a imagem, você vai nadando de volta ao barquinho. Ao sair da água, você percebe que a imagem está mudando. Sentada no barquinho, você observa a imagem outra vez — cuidadosamente. Você pergunta a ela por que está aparecendo dessa forma.

(Pausa de dois minutos).

Agora, você tem a sensação de estar fora do barquinho, flutuando no ar, levando a imagem do seu problema. Você está flutuando mais alto, mais alto, até tocar numa nuvem. Descanse na nuvem e observe de novo a imagem do seu problema. A imagem tomou a forma da nuvem.

(Pausa de dois minutos).

Agora a imagem desaparece completamente e você vai voltar à realidade a que está acostumada. Você traz um conhecimento mais rico e uma visão mais positiva do seu problema. Volte, relaxada, confiante e cheia de energia.

NOSSA ENERGIA

OBJETIVO

Uma reflexão para tomar consciência e reconhecer a energia das outras.

Cada mulher pratica junto com uma companheira. Ficam em pé uma em frente à outra.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Concentre-se. A sua respiração é lenta e profunda. Respire lentamente pelo nariz e solte o ar lentamente, de novo pelo nariz.

Imagine que, à medida que você vai soltando o ar, ele está passando pelas palmas das suas mãos. Imagine que o sopro da sua respiração está entrando pelo nariz e saindo pelas palmas. Concentre-se nisso por vários minutos. Veja se percebe alguma sensação nas mãos.

Agora, estenda os braços suavemente, até que as palmas das mãos estejam perto das palmas das mãos de sua companheira, uma em frente à outra, mas sem encostar. Entre em harmonia com a energia de sua companheira. Veja se percebe alguma sensação entre as palmas de ambas. Quando você começa a perceber a energia que flui entre você e a sua companheira, comece a se afastar. Afaste-se lentamente, mantendo a atenção nas palmas das mãos e na energia que flui de você e de sua companheira. Veja o quanto você consegue se afastar mantendo a energia que flui entre vocês.



CHUVA QUE LIMPA

OBJETIVO

Esta reflexão oferece uma oportunidade de auto-perdão. Todas nós carregamos dor e vergonha e, às vezes, isto é uma carga pesada. Com esta reflexão, podemos nos livrar desta carga. Podemos deixar desaparecer a dor e a vergonha, sem ligá-las a uma experiência do passado.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Procure relaxar completamente. Feche os olhos. Respire para dentro e para fora. Ao respirar, segure a respiração por um momento e solte o ar. Respire para dentro, prenda e solte o ar. Faça isso várias vezes.

Agora, imagine que você está ao ar livre, num lugar favorito. Respire para dentro e desfrute a paisagem. Sinta a riqueza da terra debaixo dos pés. Desfrute o sol e a brisa no seu corpo. Respire para dentro e para fora.

Olhando o céu, você vê que está ficando cheio de nuvens. Enquanto você olha, o céu fica escuro e se enche mais e mais de nuvens. Você sabe que logo vai chover. Você sente como a tensão aumenta no seu corpo à medida que as nuvens vão cobrindo o céu. O vento fica mais forte, o céu fica mais escuro. A pressão vai aumentando no ar e em você. Você tem consciência da tensão e do medo que estão aumentando dentro de você.

Começa a chover. Primeiro, um chuvisco suave. Em seguida, um forte aguaceiro. No seu corpo, você sente o alívio. Na sua mente, você sente o alívio. À medida que as nuvens soltam a chuva, solta-se toda a umidade retida. A terra agradece o presente da chuva. Sinta como a chuva lava seu corpo, sua mente. Preste atenção na chuva que lava a terra. Sinta a tranquilidade que vem ao soltar emoções longamente presas. Sinta a liberdade. Devagar, a chuva diminui e pára. O sol aparece atrás das nuvens e lá longe, no céu, surge um lindo arco-íris. Respire a beleza do arco-íris. Respire para dentro e para fora. Respire para dentro e para fora. Banhada e limpa, você está vazia de emoções. Você está em pé, envolvida pelo arco-íris. Sinta os raios que curam — você se abre mais e mais para recebê-los.

Agradeça e, ao terminar, abra os olhos.

DESCOBRINDO SENTIMENTOS

OBJETIVO

Uma reflexão que permite trabalhar com os sentimentos de maneira nova e diferente.

Quando trabalhamos com a respiração e prestamos atenção nas sensações do corpo, percebemos que aparecem sentimentos profundos, às vezes de intensidade assustadora. Para verificar os sentimentos, só observamos, sem reprimir nem mostrar emoções. Os sentimentos são necessários e enriquecem tudo o que fazemos. Quando reprimidos, os sentimentos aparecem em toda nossa conduta e limitam nossa possibilidade de escolher.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Sente numa posição confortável, feche os olhos e respire por alguns minutos.

Agora, preste atenção naquilo que você está sentindo neste momento. Existe um sentimento de alegria, de pena, de raiva, de tristeza, de dor, de calma? Perceba todos os sentimentos em seu corpo. Existe algum retesamento que reflete um sentimento específico? Fique quietinha e observe os sentimentos.

Deixe fluir a respiração e veja tranquilamente os sentimentos que aparecem no corpo e na mente. Agora, você toma um sentimento específico e vai observá-lo cuidadosamente. Existe algum lugar do corpo ligado a esse sentimento? Experimente o sentimento o mais que puder. Esse sentimento está num lugar só ou ele está no corpo todo? Continue respirando com o sentimento sem tentar se livrar dele, nem tentar que ele continue. Simplesmente deixe o sentimento como é. Observe o sentimento. Sinta sem analisar, sem se apegar a ele. Simplesmente, sinta. Sinta. Sinta.

Explore o sentimento com maior profundidade, como se fosse uma cebola grande e você estivesse descascando a cebola. O que existe debaixo de cada camada? O que está acontecendo?

Fique respirando por alguns minutos e veja se existe alguma diferença no seu corpo ou na sua mente. Se o sentimento não mudou, não se soltou, não se transformou, você simplesmente vai saber o que é um sentimento: é um estado de corpo e mente que vai mudando.

Quando quiser terminar, abra os olhos. Fique atenta a qualquer diferença relacionada com o exercício que acabamos de fazer. Pode aparecer em seus sentimentos dentro de alguns minutos, dentro de algumas horas ou nos próximos dias.

TRANSFORMANDO A RAIVA

O fogo é uma imagem de grande poder quando pensamos sobre a raiva. O fogo é uma força de grande efeito, uma força que transforma. Transforma a argila num pote e o trigo em pão. Com fogo, calor e pressão da terra surgem lindos cristais. Manter o fogo e trabalhar com esta força que transforma é um dom do ser humano.

O poder da nossa raiva pode ser a força que provoca mudanças importantes na nossa vida. A raiva nos faz enxergar que somos indivíduos com pensamentos, sentimentos ou crenças próprios. Talvez a raiva nos ajude a abandonar situações incômodas ou intoleráveis.

Uma boa maneira de começar a trabalhar com a raiva é vê-la como uma forma de energia. Talvez continuamos agindo como nos ensinaram: *"A raiva é ruim, a raiva é feia, etc."*. Quando entendemos a raiva como energia, vemos que pode ser transformada. Na nossa vida diária, precisamos entender e apreciar a raiva. Precisamos coragem para explorar a raiva. Somente quando conhecemos a raiva podemos determinar como ela vai aparecer na nossa vida. Esta exploração é um processo contínuo.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Respire profundamente e relaxe o mais que puder. Feche os olhos. Uma respiração profunda está fluindo através de todo o seu corpo. Inspire levando energia até a planta dos pés e deixe essa energia lavar cada parte do seu corpo. A energia da terra está fluindo pelo seu corpo. Você está relaxada.

Agora, lembre de um momento em que você teve raiva. Veja a situação bem clara na imaginação. Como você expressou essa raiva? Você gritou? Chorou? Controlou a voz e se calou? Você agiu como se não estivesse com raiva e procurou esconder o sentimento dentro de você? Sinta a raiva no seu corpo neste momento. Você está retesando as mandíbulas ou os punhos? Você está sentindo algo no estômago? Você está sentindo algo na cabeça? Sinta a raiva no seu corpo neste momento.

Deixe essa imagem desaparecer. Não viva mais a situação. Só ficam as sensações no seu corpo. Observe as sensações do seu corpo, quando você sente raiva. Leve sua respiração para os lugares em que existe retesamento. Cada vez que solta o ar, mande os sentimentos de raiva para a terra. A energia da terra vai dissolver a raiva. Sinta o apoio que lhe dá a energia da terra. Ao soltar o ar, solte também a raiva. Ao inspirar, pegue energia nova, pegue nova força da terra para o seu corpo.

Mantenha a situação viva diante da sua mente; observe a situação e sinta o apoio da terra. Faça o que precisa fazer. Veja e sinta como a raiva se transforma numa ação correta, numa ação que traz harmonia. A raiva se transforma na ação certa, uma ação que é completa, uma ação que traz equilíbrio. Inspire e leve para dentro a energia carinhosa da terra. Respire e leve a ação certa para fora.

Agora, dissolva lentamente todas as imagens e afirme: *"Eu estou firme na terra. As minhas ações são claras e têm uma finalidade boa. Estou firme na terra."*

Quando quiser terminar, abra os olhos.

TRANSFORMANDO O MEDO

Folha nº 2881 do
Processo PR-038/1937
Maria Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Esta reflexão trabalha com o medo como uma energia que restringe ou limita. Nós mulheres, não julgamos nossos receios, não julgamos se devemos ou não ter medo. Simplesmente reconhecemos que cada uma experimenta o medo. O medo bloqueia o fluxo livre da energia carinhosa no corpo e na mente. O medo faz a gente se fechar. Podemos aprender a liberar ou transformar o medo.

A monitora lê lentamente e com voz suave

Procure relaxar completamente. Feche os olhos. Preste atenção na sua respiração. Observe enquanto inspira e expira, inspira e expira. Observe o fluxo da respiração. Inspire e expire. Concentre-se na respiração por vários minutos, até perceber que sua mente parou de falar e sua atenção está totalmente concentrada na respiração. Se sua mente começa a falar de novo, volte a atenção para sua respiração. 3

Agora, veja onde existe medo ou tensão no seu corpo. Deixe a respiração ir a esse lugar. Leve toda sua respiração ao centro do medo. Sinta o medo como um nó apertado e sua respiração massageando suavemente essa parte tensa e dolorosa. Continue respirando. Inspire uma luz muito bonita do Universo e jogue essa luz no lugar onde está o medo. Deixe esse lugar abrir suavemente. Deixe o calor gostoso da luz suavizar esse lugar. Deixe a respiração se mover suavemente através do medo. Sinta como esse lugar retesado se solta e se abre. Respire para dentro e deixe o calor da respiração derreter o medo com a luz do sol. Sua energia está fluindo de novo. Você sente a energia como um rio que corre para o mar.

Quando você sente um espaço vazio onde antes havia medo e tensão, verifique em cada parte do corpo se a energia flui com facilidade. O ar que você inspira é como um raio de sol, que corre pelo seu corpo desde a cabeça até os pés. Deixe a energia descer através de todo o corpo como corrente de luz, como rios de luz, que dançam através do seu corpo.

Acredite com firmeza, repita e repita: "Eu sou luz, eu sou coragem, eu sou amor."

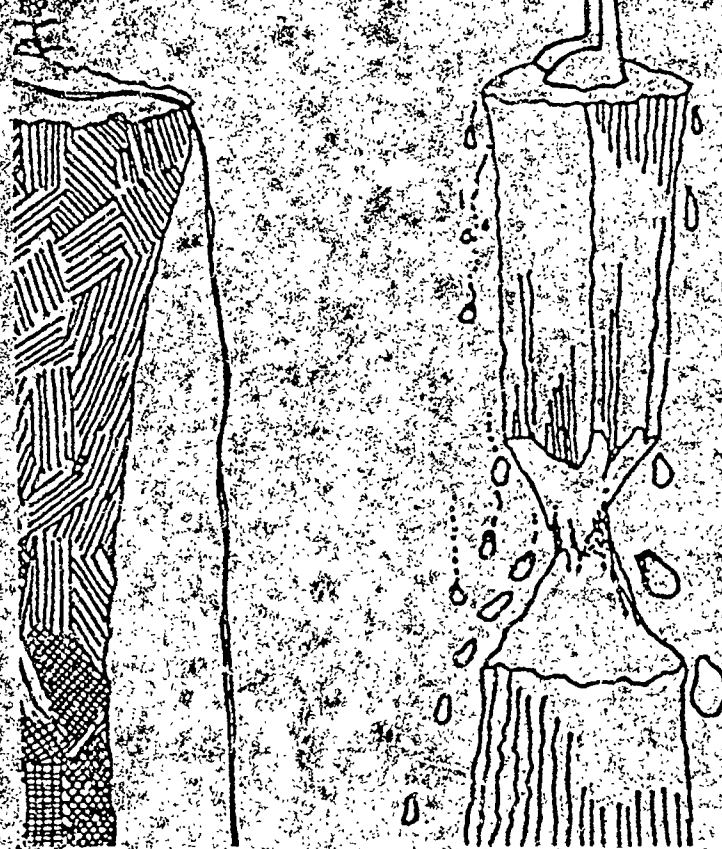
Quando quiser terminar, abra os olhos.

As autoras
desenvolveram este
manual baseado na
experiência vivida em
uma zona urbana
marginalizada de
Santiago do Chile.

Procuram
compartilhar o trabalho
com outras mulheres
que também acreditam
ser a mulher a
responsável por
transformar a sociedade
patriarcal atual.

Este programa
de saúde mental
elaborado
para mulheres
e por mulheres
compreende:

- dinâmicas para refletir e compartilhar experiências
- subsídios para compreender a pessoa nervosa e os problemas que provocam o nervosismo
- subsídios para entender a sexualidade feminina na sociedade patriarcal
- exercícios de relaxamento



Lista de Presença
Assembleia Geral Amzol 28/08/01

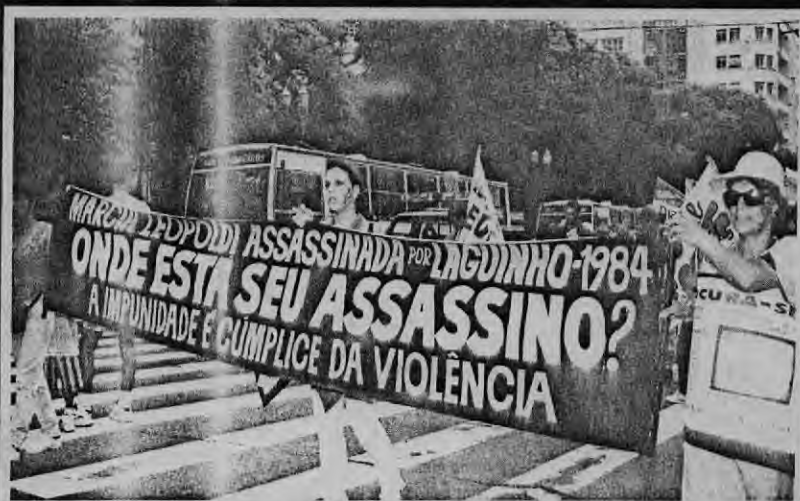
- 1- Maria Nuzfeldt x
- 2- Miriam de Fedeil (Rose) x
- 3- Claudia Maria N. P. B. Pontes
- 4- Alexandra Lourdes Correia Nogueira
- 5- Silvia Rosana dos Santos x
- 6- Maria Isilda Silva x
- 7- Patrícia Almeida Leira
- 8- Joséfa Conceição da Silva
- 9- Terezinha Gonçalves de Mello
- 10- Maria dos Graças Moreira
- 11- Elidoro de G. Nef.
- 12- Elza de Lourdes Barcelos Cabreu
- 13- Cleusa Sauerneiro Andrade
- 14- Percília V. dos S. Soares
- 15- Maria Odette de Melo Marques
- 16- Zenith Zella Madeira x
- 17- Roseira Pereira da Silva
- 18- Katia Valéria Martins Santana x
- 19- Maria Aparecida de Lira
- 20- Maria de Rosária Ramalho Oliveira x
- 21- Auribeli Gonçalves de Carvalho
- 22- Sindaura Celsa Silva
- 23- Ercil J. da Silva
- 24- Alzira Costa de Oliveira
- 25- Maria Gregório
- 26- Maria Cecília S. A. Araújo
- 27- Maria Lúcia P. de Souza x
- 28- Maria Inez Araujo
- 29- Tereza de Jesus dos Silva
- 30- Emília de Jesus Autódio
- 31- Maria da Consolidação Custódia
- 32- Maria Madalena das Dantas x



Arquivo Público do Estado de São Paulo

Cópia arquivada
em Microfilme
sob N.º 78351

Atenção



Manifestação em São Paulo, no Dia Internacional da mulher, 1998.



Maria Amélia Telles, da União de Mulheres de São Paulo.

Começou em 1993, no Rio Grande do Sul, e se espalha pelo Brasil uma organização de voluntárias que orienta mulheres na defesa de seus direitos. São as promotoras legais populares que atuam nas periferias das grandes cidades acudindo crianças, adolescentes e, principalmente, mulheres em perigo.

Texto e fotos Paulo Pereira Lima

Eda dos Santos vivia reclamando às vizinhas das agressões que sofria do segundo marido. E a dureza dessa vida, os tapas, e também os beijos, tudo virava versos nas mãos dessa mulher simples, uma dona de casa, que gostava de fazer poesia nas poucas horas vagas.

Além de cuidar da casa e dos três filhos, ela vendia produtos da Avon de porta em porta. Foi assassinada num dia de outubro de 1997. O marido, bêbado e tomado por um violento ataque de ciúmes, matou-a com quatro tiros de revólver.

Já se passaram alguns anos, mas Rose Maria sempre se emociona quando lembra da amiga Eda. "Quando veio pela primeira vez ao nosso centro, ela estava realmente em pedaços, muito mal. É que o marido batia nela constantemente." Foi no Centro Maria Miguel, em São Miguel Paulista, zona leste da cidade de São Paulo, criado em agosto de 1996 para defender os direitos da mulher, que Eda encontrou apoio. Conheceu outras histórias de mulheres vítimas da violência doméstica. Fez amizades.

Rose Maria trabalha na associação há quatro anos como promotora legal popular, ou melhor, conselheira em matéria de direitos humanos. Assim como ela, outras centenas de

mulheres atuam nas periferias de grandes cidades do país: já são mais de trezentas somente em São Paulo, Campinas, São José dos Campos e outras. Uma ação voluntária em que orientam casais em litígio e acodem crianças, adolescentes e, sobretudo, mulheres em perigo.

A idéia das promotoras legais populares não é nova. No Peru, Chile, Argentina e Costa Rica, por exemplo, a experiência existe há quase vinte anos. Chegou ao Brasil durante um seminário latino-americano sobre os direitos da mulher, em 1992.

Um ano depois, a associação Themis, de Porto Alegre, começou a promover cursos com o objetivo de formar lideranças nas próprias comunidades. Os cursos duram de quatro a cinco meses e, em média, contam com trinta alunas por turma. Utilizam espaços comunitários, como sede de associação de moradores, paróquias e escolas.

Uma vez formadas, as promotoras populares gaúchas prestam serviço à população das regiões onde vivem por meio do SIM, o Serviço de Informação à Mulher, que elas mesmo criam. Esse serviço de atendimento é feito também em centros comunitários.

A experiência da associação, que leva o nome da deusa da

Folha: 2884 do
Processo: 000-000000-00
Sônia M. de S. Alves

mulheres em perigo:



Formatura de uma turma, em São Paulo.



Maria Miguel, líder popular em São Miguel Paulista, e a promotora Rose Maria.



Prédio onde fica o Centro Maria Miguel.



Classe do sexto curso de promotoras legais, agosto de 2000.

Justiça, foi além dos cursos que vem promovendo nestes sete anos. Desde 1999, o grupo coordena um projeto nacional em parceria com outras 22 organizações não-governamentais. "Mas, em vez de promotoras legais populares, são formados agentes multiplicadores de cidadania", esclarece a advogada Virginia Feix, que coordena o projeto. Muda só o nome, mas a filosofia de trabalho é a mesma: "Fornecer instrumentos de trabalho para que essas pessoas possam lutar por seus direitos".

Na capital paulista, o curso de formação de promotoras populares começou em 1995, com algumas diferenças. Dura nove meses, e as lições acontecem todo sábado, das 9 da manhã à 1 hora da tarde, em uma sala cedida pela Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Como em Porto Alegre, as alunas refletem sobre conceitos básicos do direito familiar, da infância, profissional, sindical etc. Os professores são todos voluntários e, na maioria das vezes, profissionais de direito.

"O projeto é de mão dupla", explica Maria Amélia de Almeida Teles, da União de Mulheres de São Paulo, uma das promotoras da iniciativa, em parceria com uma organização não-governamental de advogados, o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP). "Tanto aprendem as alunas, que trazem casos verdadeiros do dia-a-dia nas comunidades, como

os professores, que procuram traduzir numa linguagem acessível o conteúdo das leis."

Além das lições de sábado, são previstas visitas a presídios, hospitais, fóruns, tribunais, delegacias comuns e da mulher e outras instituições do Estado, para ver de perto como funcionam. As alunas também têm a oportunidade de conhecer o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional e outros órgãos de Brasília.

No final de agosto, aconteceu a formatura de mais cinquenta novas promotoras populares. Algumas delas resolvem continuar estudando e encarar o vestibular para direito. A grande maioria, porém, passa a atuar no local de trabalho e de moradia ou cria um centro de atendimento, como o Maria Miguel.

Desde a sua fundação, o centro de São Miguel Paulista já acompanhou mais de 4.000 casos, a maioria de violência contra a mulher (agressões, estupros, maus-tratos, ameaças de morte). O da poetisa Eda dos Santos foi um deles, pena que com um trágico desfecho. □

Paulo Pereira Lima é jornalista.

reprod
LE
C

é p

do
Publicado no
de 2000, o L
oferta espec
sociais,
igrejas e ou
part

É possível r
"Dipl
si
neoliberalis
B
subcoma
Emir Sade

A liberdade
os editor
completa
textos) e repr
seu públi
preço

Já integram a
Diplom
Sem-Terr
associaç
federais do R
as publicaçõe

Não per
batalha i
Entre em co
3082

A ec
"Diplô"
WWW



reportagem

A justiça com as mãos CALEJADAS

Sabedoras de seus direitos, as promotoras legais populares aprendem a manusear as leis e levam a justiça para mais perto do povo.

Paulo Pereira Lima e Élton Bozzetto

Em uma sala reservada do Centro Maria Miguel, no bairro de Vila Mara, zona leste da capital paulista, um grupo de 15 mulheres se acomoda em almofadas colocadas no chão ladrilhado. Chegam de coração apertado, amarradas pelo silêncio e com vergonha de partilhar seus dramas com desconhecidos. Mas essa sensação logo vai embora, quando começa a sessão de terapia corporal coordenada por Maria Madalena, de 71 anos, e Emeréciana de Jesus, de 60. “Antes de tudo, procuramos criar uma atmosfera de amizade, para despertar confiança” – conta Emeréciana, ou simplesmente Emerê.

A faxineira desempregada Joseli dos Santos, mãe de três meninos, é uma das mais desoladas do grupo. Expulsa de casa pelo marido, que, embriagado, discutiu com ela e saiu quebrando tudo o que via pela fren-

te, Joseli procurou o Centro em busca de ajuda. “Quero meus filhos de volta e quero poder arrumar novamente minha vida” – apela, entre soluços e prantos. Assim como Joseli, as demais participantes dividem suas histórias, todas pontuadas pelos mesmos ingredientes: insultos, ameaças, violências físicas... “Nesses encontros, procuramos trabalhar o corpo e a alma das pessoas.

No final, elas saem daqui muito mais aliviadas e com a auto-estima em alta” – testemunha Madalena.

Emerê e Madalena são promotoras legais populares, ou melhor, conselheiras em matéria de direitos humanos. “Participando de círculos bíblicos, a gente percebeu que não bastava lutar por melhorias no bairro, como creche, moradia e posto de saúde. Era preciso também



Emeréciana de Jesus, no Centro Maria Miguel: socorro a crianças, adolescentes e mulheres em perigo.

família, além de noções a respeito dos códigos civil e penal e dos princípios constitucionais, são algumas das matérias que fazem parte do currículo. As participantes ainda visitam presídios, hospitais, fóruns, tribunais, delegacias e outras instituições públicas para conhecerem o seu funcionamento.

Em São Paulo, o curso, com duração de nove meses, conta este ano com cem alunas, o dobro do ano passado. Para Maria Amélia de Almeida Teles, uma das coordenadoras da iniciativa, o importante para essas mulheres é aprender a ir ao lugar certo, seja na polícia ou no Judiciário, e saber requisitar o procedimento adequado para cada situação. "O projeto é de mão dupla. Tanto aprendem as alunas, que trazem casos do dia-a-dia nas comunidades, quanto os professores, que procuram traduzir numa linguagem acessível o conteúdo das leis" – explica. Os professores, no caso, são todos voluntários. Em geral, são profissionais de Direito.

Estimuladas pelo curso, Emerê e Madalena ajudaram a fundar, em agosto de 1996, o Centro Maria Miguel, para defender os direitos da mulher. A associação conta hoje com quatro promotoras populares, três advogados e uma estagiária de Direito. Desde a sua fundação, o Maria Miguel já acompanhou mais de 5 mil casos, a maioria de violência contra a mulher, envolvendo agressões, estupros, maus-tratos e ameaças de morte. Segundo Emerê, seu papel consiste basicamente em promover a reconciliação das famílias. Apenas nos registros mais graves, elas recebem assistência jurídica profissional.

Enfrentando preconceitos – Também em Porto Alegre, a experiência vem se disseminando. Até agora

defender nossos direitos, como mulheres" – explica Madalena.

A oportunidade veio com o surgimento de cursos para a formação de promotoras populares. Hoje, as duas desenvolvem uma ação voluntária em que orientam casais em litígio e socorrem crianças, adolescentes e, sobretudo, mulheres em perigo. Assim como elas, outras 300 promotoras populares atuam na capital paulista e em outras cidades do estado de São Paulo, como Campinas e São José dos Campos.

Cursos de formação – A idéia não é nova. No Peru e na Argentina, a experiência de mulheres do povo que desenvolvem ações semelhantes existe há quase 20 anos. No Brasil, o programa começou em 1993, quando a associação gaúcha Themis organizou os primeiros cursos de formação para promotoras legais populares, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (veja box na pág. 59). "A maior atribuição dessas promotoras é transmitir informações às mulheres marginaliza-



Samantha Buglione, da Themis: falta de informação contribui para a violência.

das, porque a sonegação de informações é um dos fatores que mais contribui para a violência e a discriminação de gênero" – afirma Samantha Buglione, coordenadora da Themis.

Em sua capacitação, as promotoras populares recebem orientações sobre procedimentos e serviços judiciais, bem como a maneira mais correta e eficaz de reagir às violações de seus direitos. Organização do Estado, direitos humanos e de

lições de vida



Terapia corporal: Emerê (em pé) procura relaxar vítimas da violência antes de estas relatarem seus dramas aos advogados

Conselheiras da periferia

Voluntárias como Emerenciana de Jesus acodem crianças e mulheres carentes vítimas das drogas e da violência

MOISÉS ARAÚJO

Aposentada Emerenciana de Jesus, de 60 anos, deixou de vez o fogão, o ferro de passar e a vassoura, instrumentos de trabalho que a acompanharam por décadas entre casas de família e uma empresa de prestação de serviços de limpeza por onde passou. De uns tempos para cá, trocou estes e outros utensílios domésticos pela Constituição Federal e outras leis de defesa dos direitos dos cidadãos.

Emerê, como é conhecida, é uma promotora legal popular, ou melhor, uma conselheira em matéria de direitos humanos. Assim como ela, outras 300 atuam na Capital e em diversas cidades do Estado, casos de Campinas e São José dos Campos. É um trabalho voluntário em que orientam casais em litígio e acodem crianças, adolescentes e, sobretudo, mulheres em perigo.

A atividade não representa nenhuma mudança radical na vida desta cozinheira de mão cheia. Desde 1976, ela vem se dedicando a atividades em favor da população carente do bairro onde mora, o Jardim Gianette, e de outros da região de São Miguel Paulista, na Zona Leste de São Paulo. Nestes anos todos, não faz outra coisa senão ajudar a resolver problemas de saúde, moradia e educação. Perdeu até a conta do número de manifestações, barricadas e negociações com o governo de que participou. "O lugar onde moro, por exemplo, foi

uma conquista. Em 1984, conseguimos arrancar da Prefeitura a construção de 370 casas populares", relembra, citando o posto de saúde do bairro, que tem serviço de pronto atendimento, como outra conquista de sua comunidade junto ao poder público.

Militante feminista, Emerê atua no Centro Maria Miguel desde agosto de 96, quando a entidade foi criada, com o objetivo de defender os direitos da mulher. A associação ocupa três salas de um prédio construído em regime de mutirão. Fica na Vila Mara, que soma 1,1 milhão de moradores, e conta com uma equipe de quatro promotoras populares, três advogados e uma estagiária de Direito. O nome é uma homenagem, em vida, a uma famosa líder popular da região: Maria de Lourdes Silva Miguel, fundadora da Associação de Mulheres da Zona Leste, a Amzol, à qual é filiado o centro.

Desde a sua fundação, o Maria

Miguel já acompanhou mais de 5 mil casos, em sua maioria atos de violência contra mulheres (agressões, estupro, maus-tratos, ameaças de morte). Atualmente, também segue casos de crianças vítimas da violência doméstica e mães de jovens envolvidos com o mundo da droga. O trabalho das promotoras populares não é nada fácil. Com frequência, esbarra na prepotência dos machistas de plantão, esquadões da morte e traficantes. Segundo Emerê, seu papel consiste basicamente em promover a reconciliação. E é isso que fazem ela e as demais colegas, com a ajuda dos advogados, que se alternam durante a semana para dar assistência jurídica aos casos mais graves.

O encontro com os advogados requer toda uma preparação, que começa com uma espécie de terapia corporal. Isso se dá às quartas de manhã. Numa sala reservada, um grupo de mulheres se acomoda em cadeiras ou almofadas colocadas no chão ladrilhado. Chegam com o coração apertado, amarradas pelo silêncio e com vergonha de partilhar seus dramas com desconhecidos. "Procuramos criar uma atmosfera de amizade, para despertar confiança. Tudo aqui é muito livre e aberto. Muitas delas chegam até a chorar de emoção."

Depois de terem posto para fora parte da raiva e do sofrimento que carregam dentro de si, vem o momento do relaxamento. "No final do encontro, elas saem do centro muito mais aliviadas e com a auto-estima em alta", afirma Emerê, que, depois de muitas décadas afastada dos bancos de escola, voltou a estudar em 98. Aprendeu o be-a-bá do Direito – e, também, a manusear a Constituição e os códigos Civil e Penal – em um curso promovido pela União de Mulheres de São Paulo em parceria com uma organização não-governamental (ONG) de advogados, o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (Ibap).

Curso - A idéia de formar promotoras legais populares não é nova. No Peru e na Argentina, só para citar dois exemplos,

a experiência existe há quase duas décadas. A proposta chegou ao Brasil durante um seminário latino-americano sobre os direitos da mulher, em 1992. Um ano depois, a associação gaúcha Themis organizava os primeiros cursos em Porto Alegre. Em 1995, foi a vez de São Paulo. Na Capital paulista, o curso dura nove meses e as aulas são ministradas todo sábado, das 9h às 13h, no Espaço da Cidadania – uma sala cedida pela Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, no Centro Histórico da cidade. Na época de Emerê, as aulas ainda ocorriam em uma sala da Câmara de Vereadores.

Lá, ela refletiu sobre conceitos básicos do direito familiar, da infância, profissional, sindical, etc. Além destes, somam-se outros temas, conforme o interesse do grupo, como direitos do consumidor e dos portadores do vírus HIV. Para Maria Amélia de Almeida Teles, uma das coordenadoras da iniciativa, o importante é aprender a ir ao lugar certo – seja na polícia, seja no Judiciário – e saber requisitar o documento adequado para cada situação. "O projeto é de mão dupla. Tanto aprendem as alunas, que trazem casos verdadeiros, ocorridos no dia-a-dia das comunidades, quanto os professores, que procuram traduzir numa linguagem acessível o conteúdo das leis", explica Maria Amélia. Os professores, no caso, são voluntários. Em geral, são profissionais de direito,

mas há também gente de outras áreas, como saúde, comunicação, movimentos feministas e populares.

Além das lições de sábado, são previstas ainda visitas a presídios, hospitais, fóruns, tribunais, delegacias comuns e da mulher, além de outras instituições do Estado, para ver de perto como funcionam. As alunas têm, também, a oportunidade de conhecer o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional e outros órgãos de Brasília. A militante de São Miguel Paulista, aliás, gostou tanto do curso que pretende retornar este ano. "Quero poder partilhar experiências e aprofundar as idéias. Afinal, a gente tem de estar sempre aprendendo", diz Emerê, que teve sete filhos e perdeu três deles – um deles, com 32 anos, no último dia de 2000. O rapaz foi assassinado, em circunstâncias ainda não esclarecidas pela polícia.

Ainda muito abalada pela perda, a líder comunitária lembra do que lhe disse uma amiga: "Você trabalha tanto para afastar a violência do meio da gente, e a violência veio justamente para bem perto de você". Desta aprendiz da Justiça não poderia vir outra resposta: "Enquanto Deus me der força, e eu tiver vida e saúde para poder caminhar, não desisto do meu trabalho". De fato, três dias depois da tragédia, lá estava ela no Maria Miguel, procurando confortar o choro de mais uma vítima da violência doméstica. ♦



Fibra: dias depois de ter um filho assassinado, Emerê estava de novo a serviço de sua comunidade

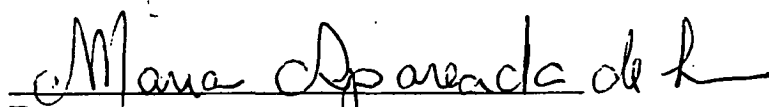
Ilustríssimo (a) Senhor (a) Escrivão do 6.º Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Folha nº. 2890 do
Processo PR-038/1997
Sônia Maria Córdova
Reg. 10.923

Maria Aparecida de Lima,
brasileira, solteira, Orientadora Social, RG n.º 11.729.905-4, residente na Rua General Pereira, 104, Itaim Paulista, Cep.: 08260-120; abaixo assinada, representante legal da Sociedade Civil – Associação de Mulheres da Zona Leste, com sede na rua São Gonçalo do Rio das Pedras, n.º 972-A, Vila Mara, São Miguel Paulista, São Paulo, requer de Vossa Excelência seja averbada junto aos registros da entidade, as alterações estatutárias constantes da ata e estatutos anexos.

REGISTROS ANTERIORES
N.º m.f. 66548/67235/13826/77936

São Paulo, 28 de Agosto de 2001.


Representante

OF. REG. CIVIL P. NATURAIS/TABELIAO NOTAS DIST. SAO MIGUEL PAULISTA
JOSE ROBERTO BONIZI - TABELIAO Rua Americo Gomes da Costa 78
Reconheço por semelhança a firma: MARIA APARECIDA DE LIMA, a qual
confero com os padrões aqui depositados.
São Paulo, 18 de setembro de 2001
Em testemunho da verdade
N.2001091813331 CRISTIANE CAMPOS MANOEL OLIVEIRA - ESCRIVENTE AU
VALIDO C/SELO DE AUTENTICIDADE * Firma: R\$ 1.83 Total: R\$ 1.83

Oficial de Registro Civil das Pessoas
Naturais e Tabelião de Notas do Distrito
de São Miguel Pla. SP
JOSE ROBERTO BONIZI
Oficial
ANTONIO CARLOS KIRSTEN BONIZI
Substituto Designado

RECONHECIMENTO
DE FIRMA
1491A 070967



**ATA DA ASSEMBLÉIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA E REFORMA
PARCIAL DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA ZONA LESTE -
AMZOL**

No dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e um, reuniram-se em Assembléia Geral, as associadas da Associação de Mulheres da Zona Leste – AMZOL, para procederem à eleição e a posse da nova diretoria e alteração do estatuto da entidade, para constar no Item das Finalidades, no artigo 2.º, alínea “e”: que o atendimento consiste em prestação de Assistência Judiciária Gratuita, feita através de Convênio firmado com a Procuradoria, e assim lê-se o artigo desta forma: o atendimento que consiste em prestação de Assistência Judiciária Gratuita, feita através de Convênio firmado com a Procuradoria e encaminhamento jurídico às mulheres, associadas ou não, através de convênios firmados com os poderes público e/ou privado, além de ministrar cursos ou dele participar com o objetivo de instruir as mulheres sobre seus direitos individuais, sociais e políticos, etc. A presidente, Sra. Emerenciana de Jesus Custódio, abriu a assembléia expondo em breves palavras os trabalhos da gestão que ora se finda esclarecendo as necessidades de alteração estatutária, convocou a mim, Katia Valéria Martins de Santana Dal Seno, portadora do RG n.º 12.337.720, para secretariar os trabalhos da assembléia e saudou todas as presentes. Foram apresentadas a Nova Diretoria pela ordem: para Presidente: Maria Aparecida de Lima; para Vice-presidente: Maria Aparecida Pereira Lima, para Tesoureira: Maria Niuza Ferreira da Silva, para Segunda tesoureira: Minervina de Peder Diel, para Primeira Secretária: Silvia Rosana dos Santos, para Segunda Secretária: Luiza Etsuko Tomita, para primeira Conselheira: Alessandra Lurdes Correia Nogueira, para Segunda Conselheira: Maria do Rosário Ramalho de Oliveira, para Terceira Conselheira: Alzira Costa de Oliveira, para Primeira Suplente: Maria Auxiliadora Cudgnola da Rocha, para Segunda Suplente: Maria José da Silva, para Terceira Suplente: Cleusa Lourenço de Andrade. Após discussões e encaminhamentos por unanimidade de votos concordaram com a alteração do estatuto, e foram eleitas por maioria de Votos e em seguida empossada a Nova Diretoria. Nada mais a ser tratado, eu Kátia, na qualidade de Secretariante lavrei esta ata que após ser lida, será anexada a lista das presentes.

Emerenciana de Jesus Custódio

Emerenciana de Jesus Custódio

RG. 14.899.565-9

Katia Valéria Martins de Santana Dal Seno

RG. 12.337.720

Folha nº. 2891 do

Processo PR-036/1997

Sônia Maria Corrêa

Reg. 10.923

Maria Aparecida de Lima

Maria Aparecida de Lima

RG. 11.729.905-4

Maria Niuza Ferreira da Silva

Maria Niuza Ferreira da Silva

RG. 14.457.499-8



AMZOL - Associação de Mulheres da Zona Leste

For 2892 do
Processo 100-0737/97
Sônia Maria Córtes
Reg. 100-0737/97



EDITAL

A AMZOL, Associação de Mulheres da Zona Leste, por sua presidente abaixo assinada, convoca nos termos do seu Estatuto, todas as sócias com direito a voto, para comparecerem na sede da Entidade, Rua São Gonçalo Rio das Pedras, 972-A, Vila Mara, São Miguel Paulista, no dia 28 de Agosto de 2001, no horário das 15:00 horas em primeira Convocação e às 15:30 h. em Segunda convocação para a seguinte pauta.

- 1 - Eleição e Posse da Nova Diretoria para o Biênio 2001/2003.
- 2 - Reforma parcial dos estatutos.

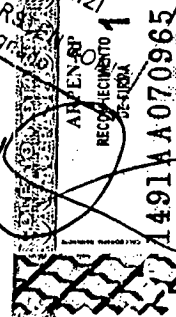
18 SET. 2001



Emerenciana de Jesus Custódio

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de São Miguel Pta. SP
JOSE ROBERTO BONIZI
Antonio Carlos K. R. S. S. S.
Substituto Designado

OF. REG. CIVIL P. NATURAIS/TABELIAO NOTAS DIST. SAO MIGUEL PAULISTA
JOSE ROBERTO BONIZI - TABELIAO Rua Americo Gomes da Costa, 98
Reconheço por semelhança a firma: EMERENCIANA DE JESUS CUSTODIO,
a qual confere com os padrões aqui depositados.
São Paulo, 18 de setembro de 2001
Em testemunho da verdade
N. 20010918133310 CRISTIANE CAMPOS MANOEL OLIVEIRA - ESCRIVENTE AU
VALIDO C/SELO DE AUTENTICIDADE e Firma: R\$ 1.83 Total: R\$ 1.83



Folha nº 2893 do
P. 036/1997
Reg. 10.923
Microfilmagem
78351

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA ZONA LESTE - AMZOL

Capítulo I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1.º - A Associação de Mulheres da Zona Leste, também denominada **AMZOL**, criada de acordo com a legislação vigente, fundada em 24 de maio de 1987, com sede à Rua São Gonçalo Rio das Pedras, 972 A, Vila Mara, São Miguel Paulista e foro neste Município e Capital de São Paulo, Estado de São Paulo, sem fins lucrativos, sem discriminação de raça, credo político-partidário, e com duração indeterminada e constituída por pessoas físicas.

Parágrafo único: A Associação de Mulheres da Zona Leste, somente poderá ser dissolvida por decisão unânime das sócias, tomada em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para tal. Os bens adquiridos pela Associação, caso esta venha a ser extinta, serão transferidos para uma outra entidade congênere.

Capítulo II – DAS FINALIDADES

Art. 2.º A AMZOL desenvolverá o seguinte programa:

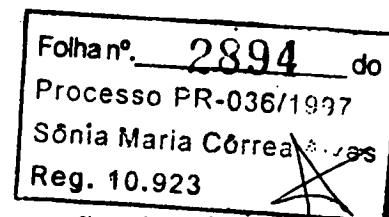
- a) Incentivar à organização das mulheres através de encontros locais, setoriais e regionais da região Leste de São Paulo, inclusive orientando a criação de novos grupos.
- b) A AMZOL promoverá cursos de formação sobre os problemas específicos da mulher, e outros, ligados aos trabalhos de grupos representados na Associação, através de seus membros.
- c) A AMZOL em todas as suas atividades deverá promover a solidariedade com os movimentos sociais e apoio às lutas populares, reforçando assim a organização destes movimentos.
- d) AMZOL terá também como finalidades promover tarefas para autofinanciamento, criando consciência participativa e reforçando a organização dos grupos integrantes da Associação.
- e) Atendimento que consiste em **prestação de Assistência Judiciária Gratuita**, feita através de Convênio Firmado com a Procuradoria Geral do Estado e encaminhamento jurídico às mulheres, associadas ou não, através de convênios firmados com os poderes públicos e/ou privado, além de ministrar cursos ou deles participar com o objetivo de instruir as mulheres sobre seus direitos individuais, sociais, políticos etc.

Art. 3.º - A AMZOL desempenhará suas finalidades através de:

- a) Promoção de cursos de alfabetização, formação e capacitação.

Q

- b) Criação de equipe de acompanhamento aos trabalhos em grupos.
- c) Criação de Cooperativas de trabalhos em grupos.
- d) Participação e acompanhamento em trabalhos com menores.
- e) Na área de educação.
- f) Atendimento feito através de Convênio firmado com a Procuradoria e encaminhamento jurídico às mulheres necessitadas.



Capítulo III – DAS ASSOCIADAS

Art. 4.º - Além das sócias fundadoras, que aprovarem este estatuto serão admitidas as que requererem filiação com expressa afirmação de aceitar este estatuto e o Regulamento Interno, e que deverão cumprir. Podem requerer inscrição através de ficha de sócia:

- a) Todas as mulheres da Zona Leste, maiores de 16 anos e de todas as categorias profissionais.
- b) Todos os grupos de mulheres que atuam no movimento popular desta região.

Capítulo IV – DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 5.º São direitos das associadas:

- a) votar e ser votada.
- b) apresentar sugestões: assistir e participar a debates e outros eventos, que esta associação venha a promover.
- c) Convocar Assembléia Geral com a participação de 50% + 1 das sócias da entidade.
- d) Indicar coordenadoras para cada trabalho, a nível local, setor e região.
- e) Solicitar apoio para suas iniciativas e amparo à defesa dos seus direitos.

São deveres das associadas:

- a) Prestigiar a associação, contribuindo para o bom nome e bom conceito desta;
- b) Pagar as mensalidades;
- c) Conservar os bens móveis e imóveis;
- d) Participar de todas as atividades que lhe couber, inclusive de autofinanciamento.

Capítulo V – DAS PENALIDADES

Art. 6.º As associadas, que infringirem os dispositivos deste estatuto, esta sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência verbal aplicada pela diretoria, em reunião especialmente convocada.
- b) Advertência escrita, aplicada pela Diretoria.

- c) Exclusão, aplicada por Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

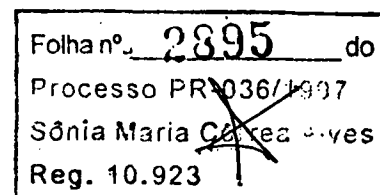
Parágrafo 1.º - Para as penalidades contidas nas letras "a" e "b", cabe recurso à Assembléia Geral Extraordinária, solicitada pela Diretoria Executiva da AMZOL.

Parágrafo 2.º - Para a penalidade da letra "c", não caberá recurso.

Capítulo VI – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 7.º - São órgãos da Associação:

- a) Assembléia Geral.
- b) A Diretoria.
- c) O Conselho Fiscal.



Capítulo VII – DA DIRETORIA

Art. 8.º A Diretoria é o órgão diretor da Associação, composta de:

- a) Presidente.
- b) Vice Presidente.
- c) Secretária.
- d) 2.ª Secretária.
- e) Tesoureira.
- f) 2.ª Tesoureira.
- g) 3 Conselheiras Fiscais e 3 Suplentes.

Parágrafo único – A Diretoria é o órgão, que dirige as atividades da Associação, através de resoluções, interpretações e sugestões da Assembléia Geral.

Capítulo VIII – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9.º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez por ano, no mês de maio e, extraordinariamente quando determinado pela Diretoria ou solicitado por 50% + 1 das sócias em pleno gozo das suas prerrogativas estatutárias.

Art. 10.º - A Convocação será feita pela Presidente até 10 dias antes, após o recebimento da determinação, através de publicação de edital pela imprensa ou fixado na sede da Associação, com antecedência de 10 dias, da data de convocação deverá constar a ordem do dia para qual foi convocada, data, hora e local da Assembléia Geral.

A handwritten signature or mark in the bottom right corner of the page.

Art. 11.º - A Assembléia Geral, determinada pela diretoria, reunir-se-á em primeira convocação com a maioria das sócias, ou em 2.ª convocação até no máximo 15 dias após, com qualquer número.

Art. 12.º Os membros da Diretoria terão direito à voz e sem direito a voto na Assembléia Geral, quando a matéria em deliberação for referente a julgamento dos atos de sua gestão.

Art. 13.º Somente poderão participar das Assembléias Gerais, votar e ser votadas, as sócias em pleno gozo das suas atribuições estatutárias.

Art. 14.º A Assembléia Geral deliberará por maioria simples dos votos das sócias, presentes em votação secreta, se necessário.

Art. 15.º Serão necessários 2/3 dos votos para reformulação de quaisquer dispositivos deste estatuto, em Assembléia Geral com a presença de 2/3 das sócias.

Art. 16.º Compete a Assembléia Geral Ordinária eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal.



Parágrafo 1.º ELEIÇÕES

As chapas deverão ser apresentadas em Assembléia Geral Ordinária, convocada pela Diretoria, especificamente para tal fim.

Parágrafo 2.º O primeiro mandato será de 3 anos, futuramente de 2 anos.

Art. 17.º O Conselho Fiscal taxará as contribuições e mensalidades, que caibam às associadas.

Art. 18.º A reforma deste estatuto, a dissolução da Associação e a exclusão de associadas por violação do mesmo, serão de iniciativa da Diretoria Executiva, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária.

Parágrafo 1.º Apresentados os motivos e projetos de reformulação, quando for este o caso, o Conselho resolverá preliminarmente quanto a aceitação ou não da proposta.

Parágrafo 2.º No caso de aceitar a proposta, assim se procederá:

a) no caso de Reforma do Estatuto, o Conselho nomeará uma comissão, que apresentará o seu parecer, aprovando o projeto da Diretoria ou oferecendo outro em substituição, para discussão e votação final.

Parágrafo 3.º Das resoluções do Conselho haverá recurso para Assembléia em reunião extraordinária.

Parágrafo 4.º A aprovação da reforma dos Estatutos e dissolução exigem a presença de 2/3 das associadas.

Parágrafo 5.º As subvenções e prêmios recebidos pela associação, somente poderão ser destinados à aquisição de bens do ativo fixo de uso comum à associação, conforme decisão de Assembléia especialmente convocada.

Art. 19.º Tanto a Presidente como a 1.ª Secretária, poderão promover as medidas para legalização da Associação.

Capítulo IX

Das Atribuições dos Membros da Diretoria



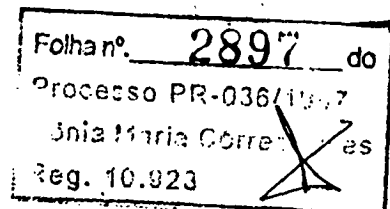
Art. 20.º A todos os membros da Diretoria, assim como do Conselho Fiscal, compete auxiliar na representação da Associação e no acompanhamento das comissões e dos departamentos.

Art. 21.º Ao Presidente

- A) Zelar para que a Associação, seus órgãos e cada membro da Diretoria cumpra com suas funções;
- B) Resolver casos urgentes, convocando outros membros da Diretoria;
- C) Representar a Associação em juízo ou extra-judicialmente, ativa ou passivamente;
- D) Assinar documentos, ofícios e memorandos.
- E) Dar visto ao pagamento das despesas autorizadas e executadas;
- F) Assinar, juntamente com o tesoureiro, todos os contratos celebrados pela Associação.
- G) Admitir ou demitir empregados caso a Associação venha a tê-los.

Art. 22.º Ao Vice-Presidente compete:

- A) Auxiliar a Presidente em seus trabalhos.
- B) Substituir o presidente em seus impedimentos.



Art. 23.º Ao secretário Geral compete

- A) Organizar e orientar os trabalhos da secretária e assinar com a presidente a correspondência da Associação.
 - B) Fornecer elementos para relatórios da Diretoria.
 - C) Secretariar as reuniões da Associação e fazer as atas das mesmas.
 - D) Manter sob sua responsabilidade o livro de atas da Associação.
- A segunda Secretária Compete substituir a primeira em suas ausências.



Art. 24.º Ao primeiro Tesoureiro compete:

- A) Arrecadar todas as importâncias devidas à Associação ou contratar, com a aprovação da Diretoria, pessoa de confiança que o faça.
 - B) Ter sob sua responsabilidade os valores e bens da Associação.
 - C) Assinar com o presidente, cheques e ordens de pagamento.
- Ao segundo tesoureiro compete substituir o primeiro em suas ausências.

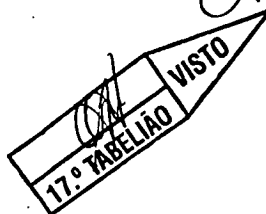
27 SET. 2001



José Antônio da Silva

Advogado - OAB/SP 85.369





17.º TABELIAO DE NOTAS

EVERTON LOIZ MARIAS RODRIGUES
Pça. da Se', 577 e R. Felipe de Oliveira, 26
RECORREDO por semelhança a(s) firma(s) de:
MARIA APARECIDA DE LIMA (24/559),
São Paulo, 27/09/2001
Em test. da verdade.

LOIZ SENE RODRIGUES
SEG.: 493
Custas Rec. por verificação: 1,83
REC. FIRM. 1,83
VALIDO SEM O SELLO DE FIRM. 1,83
ARPENSP
RECUPERACAO CIVILIZADA
SP 1913A A037161

nº 01
Outubro/2001

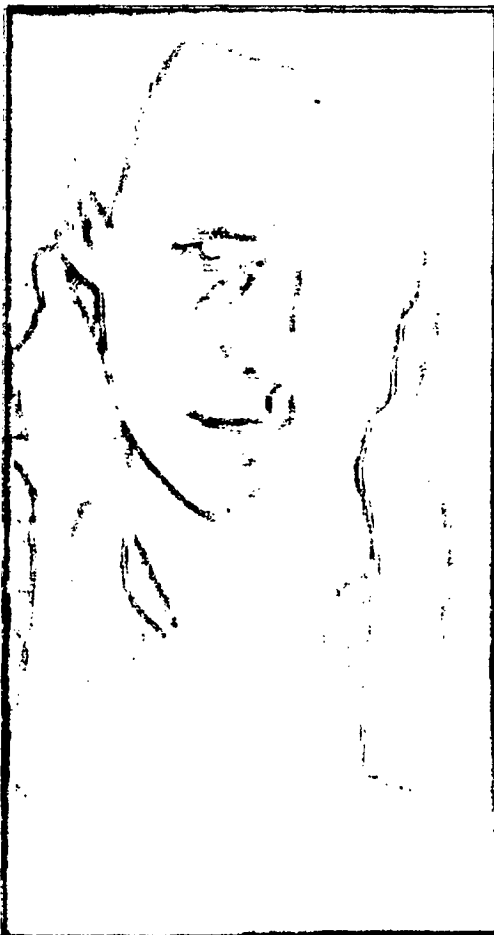
AMZOL

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA ZONA LESTE

OUTUBRO
Boletim da Amzol
na Luta Feminista

Um tapinha não dói Dói sim!

Folha nº. 2899 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa
Reg. 10.923



O primeiro tapa, em geral, é parte de uma série de situações de violência contra a mulher, que se tornam rotineiras em alguns relacionamentos e que incluem humilhações, constrangimentos e ameaças. Quando se desconsidera a gravidade dessas agressões, a mulher pode se envolver numa escalada de violência e que muitas vezes só termina com sua morte.

A sociedade precisa reconhecer que qualquer forma de violência contra a mulher é intolerável. Toda mulher tem direito a uma vida digna e sem violência.

Dê o primeiro passo para interromper essa violência. Procure ajuda!

Casa Eliane de Gramont

A Casa Eliane de Gramont é um centro de orientação, reflexão e encaminhamento de mulheres nos casos de violência. Um atendimento gratuito da Prefeitura de São Paulo que atende mulheres maiores de 18 anos, residentes no município.

Aqui, elas recebem apoio psicológico e social para resgatar sua cidadania. Em situação de risco de vida, as mulheres poderão ser encaminhadas, com seus filhos de até 14 anos, para um abrigo sigiloso. Além do atendimento direto às mulheres, a Casa Eliane de Gramont promove reflexão junto à sociedade sobre a temática da violência doméstica e sexual.

ATENDIMENTOS

Unidade Básica de Saúde

Vila Jacuí – São Miguel - Rua Édipo Feliciano, 165 - Tel: 297-8706

Coleta Seletiva de lixo
"Recicle suas idéias!"
pág 4

Bruxas ontem e hoje
As mulheres e as bruxas
pág 3

Editorial

A Associação de Mulheres da Zona Leste, lança seu primeiro boletim informativo com o objetivo de ser um veículo de comunicação entre todas as mulheres organizadas e não organizadas da zona leste. 'Sabedoras das grandes dificuldades que enfrentamos no dia a dia seja no lar, no local de trabalho no movimento social e porque não nos partidos políticos, estamos preocupadas em fazer um trabalho que fortaleça nossa luta através de encontros de formação e capacitação de lideranças na questão de gênero, seminários, oficina de auto estima, atendimento jurídico, social e psicológico, para as mulheres vítimas de violências domésticas, oficina de auto estima promoção de festas em fim. Implantar uma nova cara para nossa organização baseado na ética na cidadania solidariedade no compromisso e na nossa intuição de bruxas que somos maravilhosas, capazes, vitoriosas e guerreiras...

Agradecemos a todos que estão juntos nesta nova jornada e temos certeza que nós mulheres da zona leste de São Paulo do Brasil e do mundo. Estamos lutando por uma sociedade mais justa e mais socialista um grande abraço a todas, os. CIDA LIMA

Aumenta violência contra as mulheres

Delegada especializada, localizada na Vila Jacuí, registra 340 casos mensalmente

A cada dia, cresce mais a violência em São Paulo, principalmente contra a mulher. Por mês, o número de denúncias chega a 340, sendo 260 termos circunstanciados (queixas não formalizadas) e 80 boletins de ocorrência registrados na 7ª Delegacia da Mulher, localizada na Vila Jacuí. Geralmente, as mulheres procuram a delegacia por terem sofrido algum tipo de violência, como agressões, maus tratos, estupro, constrangimento legal, atentado ao pudor, brigas de vizinhos e danos materiais.

A 7ª Delegacia também vem registrando um aumento no número de casos de violência infantil, contra crianças de até

12 aos de idade. Geralmente, elas são vítimas de maus tratos pelos pais, abandono material e atentado ao pudor.

A violência contra a mulher parecer ser mais intensa na classe baixa, porém também existem muitos casos verificados nas classes média e alta. Segundo a delegada Maria Raquel Corregeio, a mulher da classe baixa tem menos vergonha e mais coragem para denunciar, pois não tem muito a perder.

Os principais motivos que geram a violência são alcoolismo, atitudes machistas e falta de dinheiro, "A ignorância também contribui pra isso, pois a mulher sabe apenas das suas obriga-

ções, mas dos seus direitos ela não tem o mínimo conhecimento", adverte a delegada. Para ela, a mulher não sabe que sexo forçado também é considerado estupro. "Muitas vezes, ela só conhece seus direitos na delegacia", lamenta.

Antes da criação da Delegacia de Mulher, eram raras as denúncias contra a violência. Muitas vezes, a mulher se calava por constrangimento e humilhação. Hoje, as mulheres sentem-se mais seguras ao denunciar os seus agressores. Na delegacia, elas têm apoio, compreensão e abertura para contar detalhes, sem constrangimento, porque são atendidas por outras mulheres.

Atendimento Jurídico

A Amzol vem há cinco anos, prestando serviços de atendimento jurídico às mulheres carentes, vítimas de violência, através do Centro Maria Miguel.

Desde o seu início, o

centro já atendeu mais de seis mil mulheres, o que ainda não chega a resolver a problemática das mulheres que sofrem violência das mais variadas formas.

Infelizmente, por

motivos alheios à nossa vontade, tivemos que suspender o atendimento, temporariamente.

Esperamos retomar as atividades normais em breve.

EXPEDIENTE:

Boletim informativo da Amzol - Associação de Mulheres da Zona Leste - Rua São Gonçalo do Rio das Pedras, 972 A Vila Mara - São Miguel Paulista - Fone: 6581-3135

Equipe Editorial:

Diretora Responsável: Katia Valeria
Editor: Paulo Ferraz

Diagramação: Raquel Fernandes
Impressão: Andergraf

Bruxas: ontem e hoje...

Ontem...

Desde os tempos antigos, mulheres têm sido curandeiras e cantora de cantos de poder. É importante notar que toda a civilização tem sua origem na cultura baseada na mulher e na adoração da Grande Deusa.

Nos séculos 13 e 14, a igreja começou a perseguir as bruxas, assim como ao povo judeu, e aos pensadores.

A grande maioria das vítimas não eram membros de "covens" ou até necessariamente bruxas. Foram viúvas, velhas, cujas propriedades eram cobiçadas por outras pessoas, parteiras que eram a competição da profissão médica que era exercida por homens, ou mulheres pobres e pensadoras livres que perguntavam as "coisas erradas". As que mais correram riscos foram as mulheres viúvas, as solteiras e aquelas que não tinham a proteção de um homem.

Uma ampla campanha de propaganda acompanhou os julgamentos das bruxas. Os acusadores não tinham necessidade de apresentar provas concretas: uma suposição, um boato, constituíam objeto de

acusação. Por isso, até hoje, muitas vezes, a palavra bruxa é automaticamente ligada com maldade.

Bruxas hoje...

A herança da cultura e a sabedoria das antigas sacerdotistas, curandeiras, poetisas, cantoras e profetisas, quase foram perdidas, mas a semente sobreviveu às chamas e dela vai brotar uma nova época com muitas flores. O sono profundo da mãe Deus terminou...

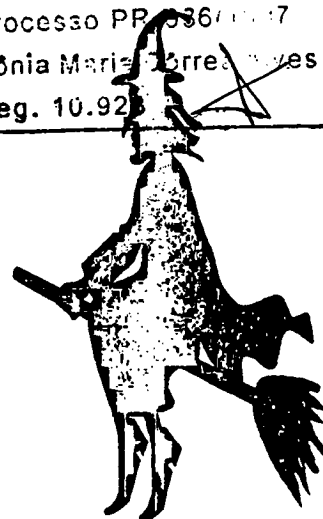
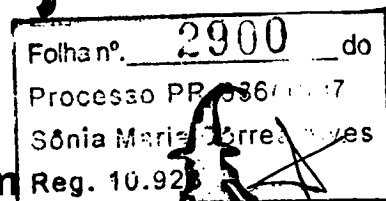
O grande símbolo para a Deusa é a Lua, cujas três fases refletem três momentos da vida da mulher e dos ciclos menstruais. Como a lua nova ou crescente, ela é a moça, não casta, segura de si mesma, sem ser presa a nenhum homem. Ela é a criança selvagem e caçadora e é livre. Como a lua cheia ela é a mulher madura, o ser sexual, a mãe, a fertilidade e como a lua minguante ela é a mulher velha, insipidez e poder.

Entendendo nossa história, ela nos permite participar com uma visão clara. Poder ser que sejamos mulheres trabalhadoras, migrantes, índias

"Bruxas sobreviveram e nós também"

"O grande símbolo para a Deusa é a Lua"

ou ecologistas, o nosso interesse maior é o mesmo: resgatar o "senso do sagrado" no mundo, ou seja resgatar o valor das nossas próprias vidas, dos seres humanos, plantas e animais, com quem partilhamos a vida.



Esta visão comum pode ser a base de um poder que ninguém pode possuir sozinha, é o poder de reformular nossas vidas, **O PODER DE MUDAR A REALIDADE!!!**

Cá entre nós



Marcaram presença a na marcha a suplente de vereadora Flávia, a vereadora Lucila e o vereador Beto.

A Amzol esteve presente na marcha mundial das mulheres que aconteceu no dia 17 de outubro. Este foi mais um acontecimento importante na luta das mulheres contra a pobreza e a violência sexista.

A AMZOL tem nova Diretoria

Aconteceu no dia 26 de agosto o processo de eleições na Amzol, onde assumiram a nova diretoria as companheiras:

Cida Lima- Presidente
Maria Niuza – Tesoureira
Rose – 2ª tesoureira
Silvia – Secretária
Luiza Tomita – Vice Secretária
Alessandra – 1ª Conselheira
Maria do Rosário – 2ª Conselheira
Alzira – 3ª Secretária
Maria Auxiliadora – 1ª Suplente
Maria José – 2ª Suplente
Cleuza – 3ª Suplente

Desejamos a todas as companheiras da Nova Diretoria, muita força e muita garra para enfrentar todos os desafios neste árduo trabalho de construção de um amanhã mais digno e solidário para todas as mulheres da Zona Leste.

Conceito de Gênero

O conceito de gênero procura explicar as relações entre mulheres e homens. Ele surgiu após muitos anos de luta feminista e de formação de várias tentativas de explicações teóricas sobre a opressão das mulheres.

A idéia de que existe uma construção social do ser mulher já estava presente há muitos anos, mas existia uma dificuldade de teorizar sobre a origem da opressão das mulheres no conjunto das relações sociais, sobre a relação entre essa e outras opressões, como por exemplo a relação entre opressão das mulheres e o capitalismo, não existia uma explicação que articulasse os vários planos em que se dá a opressão sobre as mulheres (trabalho, família, sexualidade, poder, identidade, e principalmente, uma explicação que apontasse com mais clareza..)

za..)

Os caminhos para a superação dessa opressão, nesse sentido, o conceito de gênero veio responder a vários desses impasses e permitir analisar tanto as relações de gênero quanto a construção de identidade de gênero trouxe várias contribuições dentre elas, destacamos: ao afirmar a constituição social dos gêneros, coloca que as identidades e papéis masculino e feminino não são um fato biológico, vindo da natureza, mas algo construído historicamente e que, portanto pode ser modificado. A construção social dos gêneros têm uma base material (e não apenas ideológica) que se expressa na divisão sexual do trabalho.

Fonte: Caderno Sempre Viva gênero e desigualdade (Nalu Faria, Miriam Nobre)

Coleta seletiva de lixo e reciclagem

Uma coisa positiva que está acontecendo é a consciência ecológica que muitas pessoas estão obtendo. Através de seminários, reuniões que vêm incentivando a prática da coleta seletiva de lixo, ou seja, a reciclagem do lixo, no meio ambiente. É preciso que cada pessoa se sinta um fiscal da natureza. O apelo social é muito sério, e proteger a natureza é preservar a raça humana.

10 mandamentos para viver melhor

1-Abrace, ame a natureza

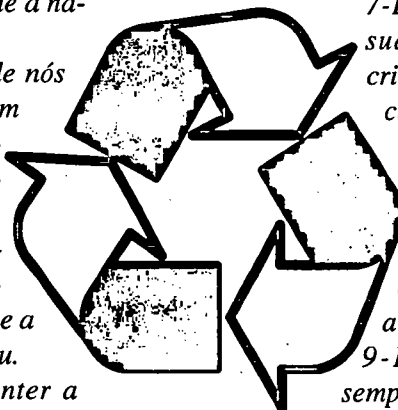
2-Cada um de nós deve ser um agente protetor da natureza

3-Vamos procurar conservar tudo o que a natureza criou.

4-Vamos manter a nossa casa, o bairro e a cidade limpa.

5-Viver bem, é estar em paz com a natureza.

6-Plante e adote uma árvore.



7-Limpe a sua casa, crie um vácuo, o que não lhe servir mais, doe.

8-Limpe a sua rua.

9-Lembre sempre, a cidade também é sua.

10-Proteger a natureza é Preservar os homens.

Seguindo esses man-

damentos, você colabora para cuidar do meio ambiente e contribui para os programas sociais que estão sendo desenvolvidos nas entidades preocupadas com o tema, desenvolvendo um trabalho com abrangência social, ambiental, econômica e solidária, com objetivo principal de atingir os excluídos da sociedade, principalmente, mães, chefes de família e os catadores que são absurdamente explorados pelos atravessadores.

carolyn lehmann

peggy morán

mónica hingston



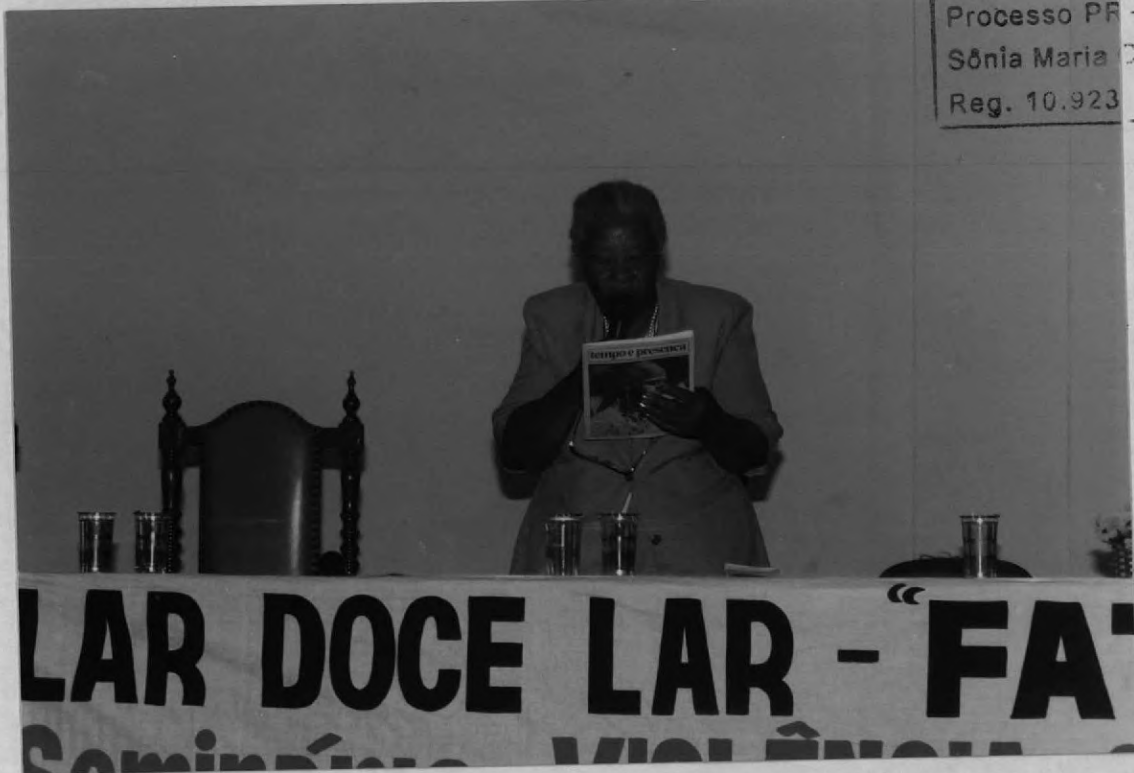
MULHER

corpo mente alma

Um programa de saúde mental popular
para mulheres, por mulheres

Manual para a monitora





DONA MARIA MIGUEL PATRONA
DO CENTRO JURÍDICO
"MARIA MIGUEL"



SEMINÁRIO DE 1999.
COM PARTICIPAÇÃO DA ATUAL PREFEITA DE S. PAULO



UM EXEMPLO DO
NOSSO TRABALHO,
É IVONE, (FOTOS) QUE
TEVE SUA VIDA
TOTALMENTE MODIFICA-
DA E SUA AUTOESTIMA
RESGATADA APÓS
SUA PASSAGEM PELA
AMZOL.

HOJE ENCONTRA-SE
TOTALMENTE REESTRU-
TURADA, ESTUDANDO
E FAZENDO PLANOS

Folha nº	2903	do
Processo PR-036/1997		
Contra-Secretaria de Correia Alves		
Reg. nº		

PARA UM
FUTURO MAIS
FELÍZ, CHEIO
DE LIBERDADE
E SEM
VIOLÊNCIA
"COM GRAÇA
E COM GARRA!"





AMZOL PRESENTE NOS
MOVIMENTOS INTERNACIONAIS
(PASSEATAS NO VI ENCONTRO
LATINO AMERICANO DE MULHERES
- ARGENTINA)





OFICINAS DE AUTO ESTIMA
PARA MULHERES
REALIZADAS NA AMZOL



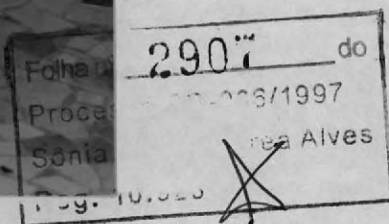


MULHERES DA AMZOL
NA LUTA PELA CIDADANIA





EMERENCIANA
 INTEGRANTE HISTÓRICA
 DA AMZOL
 NO ÚLTIMO SEMINÁRIO
 EM PERUÍBE-SP
 (JULHO-2001)



CONFRATERNIZAÇÃO NO SEMINÁRIO
 AMZOL (PERUÍBE - JULHO - 2001)



*"Precisamos investir em nós mesmas
porque, afinal, somos mulheres
atrevidas, teimosas e maravilhosas..."*

Onóris Ferreira Dias

Nossa homenagem àquela que lutou,
incansavelmente, pela emancipação da mulher
e que continua presente entre nós.

Folha nº 2908 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria ~~C~~Correa Alves
Reg. 10.923

Local: Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul)
Rua Dr. Ussiel Cirilo, 225
Data: 04/04/98 a partir das 16:00

Organização
Associação de Mulheres da Zona Leste - Amzol
Movimento de Saúde da Zona Leste
Comissão Saúde da Mulher

PALAVRAS DE ONÓRIS
SÍMBOLO NA LUTA DAS MULHERES
DA ZONA LESTE



MULHERES DA AMZOL NA FORMATURA
COMO PROMOTORAS LEGAIS

Folha nº. 2909 do

Presso - 2-036/1997



AMZOL PRESENTE
NA MARCHA MUNDIAL
CONTRA A POBREZA
E A VIOLÊNCIA
SEXISTA



PSICOLOGA
VOLUNTARIA QUE
ATUOU NO CENTRO
MARIA MIGUEL
EM 1999.



EDUCADORA SOCIAL
E USUARIA DO CENTRO
MARIA MIGUEL





AMZOL SEMPRE PRESENTE
NAS LUTAS SOCIAIS





OFICINAS DE AUTO ESTIMA



52-c

nº 01

Outubro/2001

AMZOL

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA ZONA LESTE

OUTUBROBoletim da Amzol
na Luta Feminista

Um tapinha não dói Dói sim!

Folha nº 2913 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10 23



O primeiro tapa, em geral, é parte de uma série de situações de violência contra a mulher, que se tornam rotineiras em alguns relacionamentos e que incluem humilhações, constrangimentos e ameaças. Quando se desconsidera a gravidade dessas agressões, a mulher pode se envolver numa escalada de violência e que muitas vezes só termina com sua morte.

A sociedade precisa reconhecer que qualquer forma de violência contra a mulher é intolerável. Toda mulher tem direito a uma vida digna e sem violência.

Dê o primeiro passo para interromper essa violência. Procure ajuda!

Casa Eliane de Gramont

A Casa Eliane de Gramont é um centro de orientação, reflexão e encaminhamento de mulheres nos casos de violência. Um atendimento gratuito da Prefeitura de São Paulo que atende mulheres maiores de 18 anos, residentes no município.

Aqui, elas recebem apoio psicológico e social para resgatar sua cidadania. Em situação de risco de vida, as mulheres poderão ser encaminhadas, com seus filhos de até 14 anos, para um abrigo sigiloso. Além do atendimento direto às mulheres, a Casa Eliane de Gramont promove reflexão junto à sociedade sobre a temática da violência doméstica e sexual.

ATENDIMENTOS

Unidade Básica de Saúde

Vila Jacuí – São Miguel - Rua Édipo Feliciano, 165 - Tel: 297-8706

Coleta Seletiva de lixo

"Recicle suas idéias!"

pág 4

Bruxas ontem e hoje

As mulheres e as bruxas

pág 3

Editorial

A Associação de Mulheres da Zona Leste, lança seu primeiro boletim informativo com o objetivo de ser um veículo de comunicação entre todas as mulheres organizadas e não organizadas da zona leste. Sabedoras das grandes dificuldades que enfrentamos no dia a dia seja no lar, no local de trabalho no movimento social e porque não nos partidos políticos, estamos preocupadas em fazer um trabalho que fortaleça nossa luta através de encontros de formação e capacitação de lideranças na questão de gênero, seminários, oficina de auto estima, atendimento jurídico, social e psicológico, para as mulheres vítimas de violências domésticas, oficina de auto estima promoção de festas em fim. Implantar uma nova cara para nossa organização baseado na ética na cidadania solidariedade no compromisso e na nossa intuição de bruxas que somos maravilhosas, capazes, vitoriosas e guerreiras...

Agradecemos a todos que estão juntos nesta nova jornada e temos certeza que nós mulheres da zona leste de São Paulo do Brasil e do mundo. Estamos lutando por uma sociedade mais justa e mais socialista um grande abraço a todas, os. CIDA LIMA

Aumenta violência contra as mulheres

Delegada especializada, localizada na Vila Jacuí, registra 340 casos mensalmente

A cada dia, cresce mais a violência em São Paulo, principalmente contra a mulher. Por mês, o número de denúncias chega a 340, sendo 260 termos circunstanciados (queixas não formalizadas) e 80 boletins de ocorrência registrados na 7ª Delegacia da Mulher, localizada na Vila Jacuí. Geralmente, as mulheres procuram a delegacia por terem sofrido algum tipo de violência, como agressões, maus tratos, estupro, constrangimento legal, atentado ao pudor, brigas de vizinhos e danos materiais.

A 7ª Delegacia também vem registrando um aumento no número de casos de violência infantil, contra crianças de até

12 aos de idade. Geralmente, elas são vítimas de maus tratos pelos pais, abandono material e atentado ao pudor.

A violência contra a mulher parecer ser mais intensa na classe baixa, porém também existem muitos casos verificados nas classes média e alta. Segundo a delegada Maria Raquel Corregeio, a mulher da classe baixa tem menos vergonha e mais coragem para denunciar, pois não tem muito a perder.

Os principais motivos que geram a violência são alcoolismo, atitudes machistas e falta de dinheiro, "A ignorância também contribui pra isso, pois a mulher sabe apenas das suas obriga-

ções, mas dos seus direitos ela não tem o mínimo conhecimento", adverte a delegada. Para ela, a mulher não sabe que sexo forçado também é considerado estupro. "Muitas vezes, ela só conhece seus direitos na delegacia", lamenta.

Antes da criação da Delegacia de Mulher, eram raras as denúncias contra a violência. Muitas vezes, a mulher se calava por constrangimento e humilhação. Hoje, as mulheres sentem-se mais seguras ao denunciar os seus agressores. Na delegacia, elas têm apoio, compreensão e abertura para contar detalhes, sem constrangimento, porque são atendidas por outras mulheres.

Atendimento Jurídico

A Amzol vem há cinco anos, prestando serviços de atendimento jurídico às mulheres carentes, vítimas de violência, através do Centro Maria Miguel.

Desde o seu início, o

centro já atendeu mais de seis mil mulheres, o que ainda não chega a resolver a problemática das mulheres que sofrem violência das mais variadas formas.

Infelizmente, por

motivos alheios à nossa vontade, tivemos que suspender o atendimento, temporariamente.

Esperamos retomar as atividades normais em breve.

EXPEDIENTE:

Boletim informativo da Amzol - Associação de Mulheres da Zona Leste - Rua São Gonçalo do Rio das Pedras, 972 A Vila Mara - São Miguel Paulista - Fone: 6581-3135

Equipe Editorial:

Diretora Responsável: Katia Valeria
Editor: Paulo Ferraz

Diagramação: Raquel Fernandes
Impressão: Andergraf

Bruxas: ontem e hoje...

Ontem...

Desde os tempos antigos, mulheres têm sido curandeiras e cantoras de cantos de poder. É importante notar que toda a civilização tem sua origem na cultura baseada na mulher e na adoração da Grande Deusa.

Nos séculos 13 e 14, a igreja começou a perseguir as bruxas, assim como ao povo judeu, e aos pensadores.

A grande maioria das vítimas não eram membros de "covens" ou até necessariamente bruxas. Foram viúvas, velhas, cujas propriedades eram cobiçadas por outras pessoas, parteiras que eram a competição da profissão médica que era exercida por homens, ou mulheres pobres e pensadoras livres que perguntavam as "coisas erradas". As que mais correram riscos foram as mulheres viúvas, as solteiras e aquelas que não tinham a proteção de um homem.

Uma ampla campanha de propaganda acompanhou os julgamentos das bruxas. Os acusadores não tinham necessidade de apresentar provas concretas: uma suposição, um boato, constituíam objeto de

acusação. Por isso, até hoje, muitas vezes, a palavra bruxa é automaticamente ligada com maldade.

Bruxas hoje...

A herança da cultura e a sabedoria das antigas sacerdotistas, curandeiras, poetisas, cantoras e profetisas, quase foram perdidas, mas a semente sobreviveu às chamas e dela vai brotar uma nova época com muitas flores. O sono profundo da mãe Deus terminou...

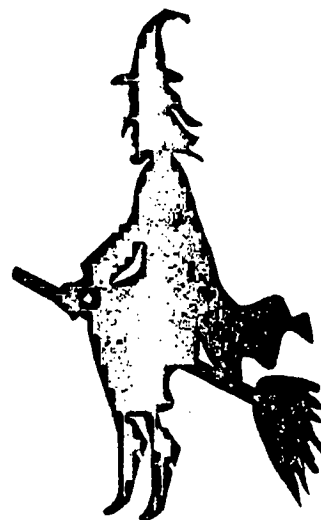
O grande símbolo para a Deus é a Lua, cujas três fases refletem três momentos da vida da mulher e dos ciclos menstruais. Como a lua nova ou crescente, ela é a moça, não casta, segura de si mesma, sem ser presa a nenhum homem. Ela é a criança selvagem e caçadora e é livre. Como a lua cheia ela é a mulher madura, o ser sexual, a mãe, a fertilidade e como a lua minguante ela é a mulher velha, inspiração e poder.

Entendendo nossa história, ela nos permite participar com uma visão clara. Poder ser que sejamos mulheres trabalhadoras, migrantes, índias

"Bruxas sobreviveram e nós também"

"O grande símbolo para a Deusa é a Lua"

ou ecologistas, o nosso interesse maior é o mesmo: resgatar o "senso do sagrado" no mundo, ou seja resgatar o valor das nossas próprias vidas, dos seres humanos, plantas e animais, com quem partilhamos a vida.



Esta visão comum pode ser a base de um poder que ninguém pode possuir sozinha, é o poder de reformular nossas vidas, **O PODER DE MUDAR A REALIDADE!!!**

Cá entre nós



Marcaram presença a na marcha a suplente de vereadora Flávia, a vereadora Lucila e o vereador Beto.

A Amzol esteve presente na marcha mundial das mulheres que aconteceu no dia 17 de outubro. Este foi mais um acontecimento importante na luta das mulheres contra a pobreza e a violência sexista.

A AMZOL tem nova Diretoria

Aconteceu no dia 26 de agosto o processo de eleições na Amzol, onde assumiram a nova diretoria as companheiras:

Cida Lima - Presidente
Maria Niuza - Tesoureira
Rose - 2ª tesoureira
Silvia - Secretária
Luiza Tomita - Vice Secretária
Alessandra - 1ª Conselheira
Maria do Rosário - 2ª Conselheira
Alzira - 3ª Secretária
Maria Auxiliadora - 1ª Suplente
Maria José - 2ª Suplente
Cleuza - 3ª Suplente

Desejamos a todas as companheiras da Nova Diretoria, muita força e muita garra para enfrentar todos os desafios neste árduo trabalho de construção de um amanhã mais digno e solidário para todas as mulheres da Zona Leste.

Conceito de Gênero

O conceito de gênero procura explicar as relações entre mulheres e homens. Ele surgiu após muitos anos de luta feminista e de formação de várias tentativas de explicações teóricas sobre a opressão das mulheres.

A idéia de que existe uma construção social do ser mulher já estava presente há muitos anos, mas existia uma dificuldade de teorizar sobre a origem da opressão das mulheres no conjunto das relações sociais, sobre a relação entre essa e outras opressões, como por exemplo a relação entre opressão das mulheres e o capitalismo, não existia uma explicação que articulasse os vários planos em que se dá a opressão sobre as mulheres (trabalho, família, sexualidade, poder, identidade, e principalmente, uma explicação que apontasse com mais clareza..)

za..)

Os caminhos para a superação dessa opressão, nesse sentido, o conceito de gênero veio responder a vários desses impasses e permitir analisar tanto as relações de gênero quanto a construção de identidade de gênero trouxe várias contribuições dentre elas, destacamos: ao afirmar a constituição social dos gêneros, coloca que as identidades e papéis masculino e feminino não são um fato biológico, vindo da natureza, mas algo construído historicamente e que, portanto pode ser modificado. A construção social dos gêneros têm uma base material (e não apenas ideológica) que se expressa na divisão sexual do trabalho.

Fonte: Caderno Sempre Viva gênero e desigualdade (Nalu Faria, Miriam Nobre)

Coleta seletiva de lixo e reciclagem

Uma coisa positiva que está acontecendo é a consciência ecológica que muitas pessoas estão obtendo. Através de seminários, reuniões que vêm incentivando a prática da coleta seletiva de lixo, ou seja, a reciclagem do lixo, no meio ambiente. É preciso que cada pessoa se sinta um fiscal da natureza. O apelo social é muito sério, e proteger a natureza é preservar a raça humana.

10 mandamentos para viver melhor

1-Abrace, ame a natureza

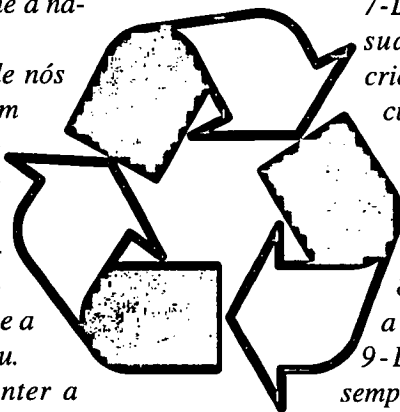
2-Cada um de nós deve ser um agente protetor da natureza

3-Vamos procurar conservar tudo o que a natureza criou.

4-Vamos manter a nossa casa, o bairro e a cidade limpa.

5-Viver bem, é estar em paz com a natureza.

6-Plante e adote uma árvore.



7-Limpe a sua casa, crie um vácuo, o que não lhe servir mais, doe.

8-Limpe a sua rua.

9-Lembre sempre, a cidade também é sua.

10-Proteger a natureza é Preservar os homens.

Seguindo esses man-

damentos, você colabora para cuidar do meio ambiente e contribui para os programas sociais que estão sendo desenvolvidos nas entidades preocupadas com o tema, desenvolvendo um trabalho com abrangência social, ambiental, econômica e solidária, com objetivo principal de atingir os excluídos da sociedade, principalmente, mães, chefes de família e os catadores que são absurdamente explorados pelos atravessadores.

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 001-D / 2001

(Datilografar ou preencher em letra de forma)

Folha nº.	2915	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria	Côrrea Alves	
Reg. 10.	23	

1. Nome da instituição

LAR DONA COTINHA

Data da Fundação 22 / 05 / 1992

Endereço RUA MESSIAS DE PINA, 77

Bairro MOOCA CEP 03162-090 CAPITAL

Tel (011) 292 1806 Fax 292 1806

e-mail Pág. WWW.DONACOTINHA.HPG.COM.BR

Responsável MARIA GRACA LUIZA USUI

Cargo PRESIDENTE

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo).

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA : âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária e metodologia.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.

Handwritten signature



Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Folha nº <u>2916</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Nº _____/2001

1. Nome da Instituição

LAR DONA COTINHA

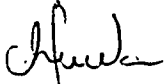
1.1 Data da Fundação: 22/05/92

1.2 Endereço: Rua Messias de Pina, 77

Bairro: Moóca Cep: 03162-090 São Paulo - Capital
Tel. (011) 292-1806 Fax: (011) 292-1806

1.3 Responsável: Maria Graça Luíza Usui

Cargo: Presidente


Maria Graça Luíza Usui
Presidente



Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP

Folha nº. 2917 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

2. PROGRAMA LAR DONA COTINHA

3. Data de início: 22/05/92

4. Origem de Recursos

Os recursos para manutenção da entidade são obtidos de diversos segmentos conforme quadro abaixo:

Parceiros	Valor anual
Doações/Sócios-contribuintes	92.505,98
Eventos	6.051,00
DRADS	78.000,00

5. PÚBLICO ALVO:

O Lar Dona Cotinha presta atendimento gratuitamente a 32 crianças e adolescentes, ambos os sexos na faixa etária de 0 a 18 anos de idade, carentes, abandonados ou cujos pais foram destituídos do pátrio poder. Realiza atendimento quinzenal às famílias dos assistidos através de orientação com profissional especializado.

6. ABRANGÊNCIA

O Lar dona Cotinha pretende futuramente oferecer cursos profissionalizantes e ampliação do atendimento (espaço físico em fase de acabamento) aos adolescentes e programa cestas básica às famílias dos internos, além do trabalho de orientação familiar com profissional especializado.



Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP

Folha nº. 2918	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 18	3

7. ORIGEM

Conforme ocorre todos os anos o Lar Dona Cotinha inscreve-se no Prêmio Betinho para apresentar os trabalhos realizados com as crianças e adolescentes abrigados procurando reintegrá-las aos laços familiares, para que lutem pelos seus direitos enquanto cidadãos, garantindo uma sociedade justa e democrática.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS

O Lar Dona Cotinha realiza atendimento nas áreas: pedagógica, psicológica, social, cultural e de saúde, proporcionando ambiente e desenvolvimento favoráveis aos abrigados. Desenvolve diversas atividades de acordo com a faixa etária, conforme cronograma de atividades (em anexo), além do projeto profissionalizante cujo espaço físico encontra-se em fase de acabamento.

8.1 Objetivo Geral

Prestar atendimento às famílias para que as mesmas possam receber seus filhos abrigados de volta ao lar, propiciando condições para reestruturação familiar.

8.2 Metas

- Desabrigar os assistidos para retorno as famílias.
- Sensibilizar as famílias para o retorno do interno ao lar.
- Proporcionar cursos profissionalizantes aos adolescentes.



Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP

9. Execução

9.1 Metodologia

Atendimento a famílias e abrigados, utilizando todos os recursos necessários para a reintegração dos abrigados ao convívio familiar. Para que isto ocorra, propõe-se:

- palestras informativas;
- trabalho em grupos com crianças e adolescente;
- trabalho em equipe com abrigados e funcionários;
- orientação individual aos casos que apresentarem dificuldade para retorno ao lar, com profissional especializado.

Folha nº. 2919	do
Processo: PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.223	

9.4 Recursos Humanos (vide anexo 2)

9.5 Voluntários (Vide anexo 3)

10. Participação da Comunidade

A comunidade participa ativamente no programa da entidade através de doações em geral, voluntariado, participação nos eventos realizados pela entidade.

Os internos utilizam os recursos comunitários do bairro e adjacentes (Posto de Saúde, hospital, áreas de lazer da Regional/Moóca, Teatro, Shopping, entre outros.).

11. Contribuição do Programa

O Programa Lar Dona Cotinha, tem como objetivo contribuir para a construção da cidadania oferecendo oportunidade as crianças e adolescentes que estão em situação de risco ou abandono serem reintegradas às famílias e sociedade de forma



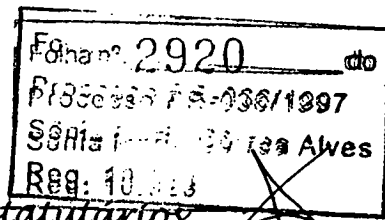
Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



globalizada, buscando garantir seus direitos estatutários (ECA).

12. Resultados

Para obtenção dos resultados utilizamos instrumentais diversos (reuniões, entrevistas, palestras informativas, visitas -quando necessário) e acompanhamento periódico com os abrigados). Através da utilização destes instrumentais obtivemos 20% de desabrigamentos durante o ano.

Nossa meta é realizar o maior número possível de desabrigamento para os internos que tem família de origem, para que isso ocorra contamos com a contribuição de diversos parceiros. Esperamos poder levar a frente o nosso ideal, sempre com a colaboração da comunidade/órgãos públicos/empresas/particulares.


Maria Gráça Luíza Usui
Presidente



Lar Dona Cotinha

ABRIGO GRATUITO PARA MENORES

Folha nº <u>2921</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia F. de Oliveira Alves
Reg. 10

C.G.C. 67.973.545/0001-55

C.C.M. 2.094.597-3

Anexo 1

Quadro de Pessoal

Remunerado

Nome do Funcionário	Formação	Função	Jornada de Trabalho Semanal	Contratado	Salários
Maria Graça L. Usui	2º Grau	Diretora	30 h	não	—
Claudia M. de David	2º Grau	Secretária	44 h	Sim	
Luci Silva de Araújo	2º Grau	Educadora	44 h	Sim	
Maria de L. Francisco	2º Grau	Educadora	44 h	Sim	
Elisabeth F. Marcondes	1º Grau	Pagem	44 h	Sim	
Regina A. R. Paula	1º Grau	Pagem	44 h	Sim	
Mari G. Tiburcio	1º Grau	Pagem	44 h	Sim	
Ivanilde Xavier F. da Silva	1º Grau	Cozinheira	44 h	Sim	
Carla S. S. Silva	1º Grau	Ajudante Geral	44 h	Sim	
Luci Jane dos Santos	1º Grau	Ajudante Geral	44 h	Sim	
Niltom Gomes de Lima	1º Grau	Zelador	44 h	Sim	

Obs.: A Diretora presta serviço gratuitamente para entidade como voluntária.

Serviços Terceirizados

Esc. Cont. Belém	Contabilidade	R\$ 420,00
Fabírcia A. de Figueiredo	Psicóloga	R\$ 800,00
R/P	Assessoria	R\$ 400,00



Lar Dona Cotinha

ABRIGO GRATUITO PARA MENORES

C.G.C. 67.973.545/0001-55

C.C.M. 2.094.597-3

Folha nº 2922 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Córrea Alves
Reg. 10.923

Anexo 2

Voluntários

Nome	Formação	Função	Jornada de Trabalho	Observação
Ricardo R. Santelle	Superior	Pediatra	1 x Sem	
Ana Paula	Superior	Dentista	Eventual/e	
Fernanda Rocha	Superior Incomp.	Psicóloga	1 x Sem	
Estela Hosoe	Superior Incomp.	Psicóloga	1 x Sem	
Paloma Castro	Superior	Prof. Ballet	1 x Sem	
Ivete Maria	Superior	Pedagoga	3 x Sem	
José Paulo	Superior	Advogada	1 x Sem.	
Thelma Chan	Superior	Prof. Coral	1 x Sem.	



Lar Dona Cotinha

ABRIGO GRATUITO PARA MENORES

Folha nº. **2923** do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES SEMANAIS

C.C.M. 2.094.597-3

Segunda - Feira

Terça - Feira

Quarta - Feira

Quinta - Feira

Sexta - Feira

Sábado

Domingo

8: 00 hs	Despertar e higiene pessoal	Despertar e higiene pessoal
8:30 às 9:00 hs	Café da manhã	Café da manhã
9:00 às 10:30 hs	Atividades de vida prática (organização do lar)	Atividades de vida prática
10:30 às 11:30 hs	Atividades escolares (Lições de casa/trabalho)	Atividades escolares
11:30 às 12:30 hs	Almoço	Almoço
13:00 às 17:00 hs	Escola	Escola
17:00 às 18:30 hs	Higiene pessoal (Banho)	Higiene pessoal (Banho)
18:30 às 19:30 hs	Jantar	Jantar
19:30 às 22:00 hs	Recreação (Tv e Leitura)	Aulas de canto (duração de 50 min) e recreação (filme em vídeo)
22:00 hs	Descanso	Descanso
8: 00 hs	Despertar e higiene pessoal	Despertar e higiene pessoal
8:30 às 9:00 hs	Café da manhã	Café da manhã
9:00 às 10:00 hs	Atividades de vida prática	Avaliação / orientação psicológica
10:00 às 11:30 hs	Atividades escolares	Atividades escolares
11:30 às 12:30 hs	Almoço	Almoço
13:00 às 17:00 hs	Escola	Escola
17:30 às 18:30 hs	Higiene pessoal (Banho)	Higiene pessoal (Banho)
18:30 às 19:30 hs	Jantar	Jantar
19:30 às 22:00 hs	Atividades escolares, televisão e leitura	Aula de teatro (duração: 1 h) e recreação (TV e música)
22:00 hs	Descanso	Descanso
8: 00 hs	Despertar e higiene pessoal	
8:30 às 9:00 hs	Café da manhã	
9:00 às 9:30 hs	Atividades de vida prática	
9:30 às 10:00 hs	Aula de dança	
	Atividades escolares e recreação co, jogos pedagógicos	
10:00 às 11:30 hs	Almoço	
11:30 às 12:30 hs	Escola	
13:00 às 17:00 hs	Higiene pessoal (Banho)	
17:30 às 18:30 hs	Jantar	
18:30 às 19:30 hs	Atividades livre (tv, filme em vídeo, leitura)	
19:30 às 22:00 hs	Descanso	
22:00 hs		
9:00 hs	Despertar e higiene pessoal	Despertar e higiene pessoal
9:30 às 10:00 hs	Café da manhã	Café da manhã
10:00 às 12:00 hs	Recreação (Jogos com bola e artesanato)	Atividades c/ grupo de jovens
12:00 às 13:00 hs	Almoço	Almoço
13:00 às 14:00 hs	Descanso	Atividade de vida prática
		Recreação(jogos pedagógicos, pintura e artesanato)
14:00 às 15:00	Aula de dança	Lanche da tarde
15:00 às 15:30 hs	Lanche da tarde	Filme em vídeo
15:30 às 17:30 hs	Aula de teatro	Higiene pessoal (Banho)
17:30 às 18:30 hs	Higiene pessoal (Banho)	Jantar
18:30 às 20:00 hs	Jantar	Atividade Livre
20:00 às 22:30 hs	Atividade livre	Descanso
22:00 hs	Descanso	

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - São Paulo - SP

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 36.707 de 30/01/97



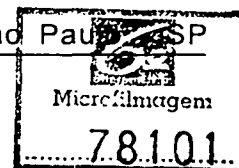
Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

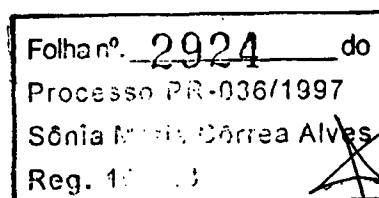
Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



ÍTEGRA DO ESTATUTO, REFORMADO SEGUNDO DECISÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM AGOSTO DE 2001.

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E AFINS



Art. 1º - O Lar Dona Cotinha, também designado, doravante, neste Estatuto, apenas pela sigla L.D.C., fundado em 22 de maio de 1992, é uma sociedade civil, beneficente, sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração com sede e foro no Município e Estado de São Paulo.

§ 1º - Constituído como pessoa jurídica e de direito privado, aplica integralmente suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

§ 2º - Não distribui resultados dividendos; bonificações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma;

§ 3º - Consequentemente, não percebem, seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos constitutivos;

§ 4º - Esta entidade presta serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, inclusive quanto a sexo, raça, cor, condição social, credo político ou religioso, tudo conforme a legislação em vigor, aplicando as subvenções e doações recebidas, nas finalidades a que estejam vinculadas;

§ 5º - Esta instituição não constitui patrimônio de indivíduo, família, entidade de classe ou instituição sem caráter filantrópico ou não lucrativos;



Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo



§ 6º - Esta entidade somente poderá ser dissolvida por decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades normais:

§ 7º - Em caso de dissolução ou extinção, saldados os seus compromissos, o remanescente de seus bens patrimoniais serão destinados a outra entidade congênere, registrada no CNAS, ou a outra entidade pública dotada de personalidade jurídica, com sede e atividades preponderantes no Estado de S.Paulo, preferencialmente no Município de S.Paulo.

Art. 2º - O Estatuto preliminar, desta entidade, então denominada Lar Dona Cotinha de Amamais - e atualmente simplificado para apenas Lar Dona Cotinha - foi inscrito no Cartório 6º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, de S.Paulo, sob o nº. 31.324, de 27 de outubro de 1992.

§ 1º - Reformado foi o Estatuto e inscrito no mesmo 6º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em microfilme, sob o nº. 55.920, de 17/09/1997.

§ 2º - Novamente reformado foi o Estatuto e inscrito no mesmo 6º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em micro filme, sob o nº. 56.990 de 03/12/1997.

§ 3º - Novamente reformado foi o Estatuto e inscrito no mesmo 6º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em microfilme, sob o nº 69.354 de 07/04/2000.

Art. 3º - **São suas finalidades práticas:**

- 1) Organizar e pôr em funcionamento, um Abrigo para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com idades de 0 a 18 anos, ou acima desse limite quando for determinado pela competente autoridade judicial, prestando-lhes toda a ajuda necessária ao seu desenvolvimento físico e mental, preparando-os para eventuais integrações a laços familiares:
- 2) Oportunamente e sempre que as condições humanas e financeiras o permitirem, ampliar e diversificar suas atividades assistências, promocionais e educacionais, organizando-as em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, como, por exemplo, instalando uma creche para crianças de ambos os sexos, idades e demais condições de acordo com as autoridades municipais locais; criação de diversos cursos profissionalizantes, sempre e como é de praxe, sem fins lucrativos.
- 3) Os departamentos aludidos nos itens 1 e 2 acima, reger-se-ão por Regimentos internos próprios, subordinados à Diretoria desta entidade.

Folha nº 2925 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.920



Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES



Art. 4º - O quadro associativo do L.D.C. se comporá de número ilimitado de sócios, de ambos os sexos, no integral uso de seus direitos civis e classificados nas seguintes categorias:

FUNDADORES: São todos aqueles que participaram da reunião de fundação desta entidade, bem como os que fizeram parte de seu primeiro órgão administrativo:

CONTRIBUENTES: São todos aqueles que colaboram com a entidade, apenas contribuindo com a cota de sua escolha, sem, contudo, o direito de votarem nas Assembléias, tampouco se candidatarem para ocupar cargos administrativos.

MANTENEDORES: Assim serão denominados os sócios que contribuem regularmente com cotas determinadas pela Diretoria desta entidade, podendo participar de suas atividades e com direito de votar e serem votados para cargos administrativos.

BENEMÉRITOS: Serão assim classificados, a juízo da Diretoria, todas as pessoas físicas ou jurídicas que se distinguem com benefícios ou serviços relevantes, prestados a este L.D.C., ficando desobrigados de contribuírem com mensalidades.

§ 1º - Todo sócio, ao ser admitido, é classificado na categoria de contribuinte, pelo prazo de carência de 12 (doze) meses, findo o qual, poderá ser elevado à categoria de Mantenedor, dependendo, mesmo assim, do parecer da Diretoria, que estudará essa conveniência consoante as qualidades demonstradas durante o referido período.

§ 2º - Somente em casos, excepcionais e a inteiro critério da Diretoria, poderá ocorrer admissões e reclassificações de sócios na categoria de Mantenedores, em prazo de carência menor que o estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 5º - Os sócios serão admitidos ou recusados a inteiro critério da Diretoria, mediante apresentação feita por elemento já pertencente ao quadro social. De decisão da Diretoria, não caberá recurso algum, tampouco a mesma ficará obrigada a dar satisfações da decisão tomada.

Art. 6º - São direitos e deveres dos sócios Fundadores e Mantenedores, quitos e em pleno gozo de suas regalias:

Folha nº	2926	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria Correia Alves		
Reg. 10.928		



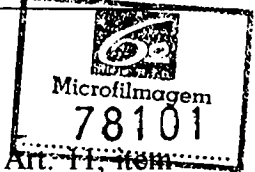
Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



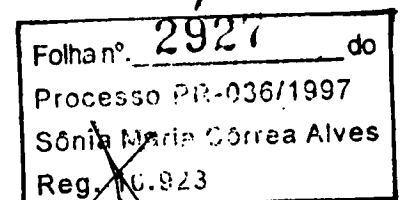
- 1) Requerer a convocação de Assembléias Gerais Extraordinárias consoante Art. 11, item 2 deste Estatuto, participando, opinando e votando as proposições nelas apresentadas, inclusive no tocante as Assembléias Gerais Ordinárias, exigindo, sempre, o cumprimento das deliberações nelas tomadas;
- 2) Votar a serem votados para cargos administrativos:
- 3) Contribuir, regularmente, com a quantia estipulada pela Diretoria, alterando-a sempre que assim o desejar ou serem para isso convidados, consoante as necessidades financeiras do L.D.C.

Art. 7º - São direitos e deveres dos sócios Contribuintes e Beneméritos, em pleno gozo de suas regalias:

- 1) Participarem das Assembléias Gerais, sem, contudo, o direito de votar as proposições nelas apresentadas, tampouco de se candidatarem para cargos administrativos.
- 2) Apenas os Contribuintes, de passarem para a categoria de Mantenedores, uma vez atendidas as exigências do prazo de carência e demais detalhes correlato, mencionados no Art. 4º § 1º deste Estatuto, bem como de contribuírem, com regularidade, com a quantia de sua livre escolha.

Art. 8º - Serão excluídos do quadro social, a critério da Diretoria, os associados cujo procedimento for julgado nocivo aos interesses deste L.D.C., mediante comunicação por escrito, podendo serem readmitidos, sempre a juízo da Diretoria, quando não mais subsistirem os motivos que deram causa à exclusão.

Art. 9º - Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da instituição.





Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10 - São órgãos administrativos do L.D.C.

- 1) A Assembléia Geral;
- 2) A Diretoria;
- 3) O Conselho Fiscal.

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, é a reunião dos associados em pleno gozo de seus direitos e cumprimento de seus deveres e procederá como a seguir:

- 1 - Deverá reunir-se a cada 02 (dois) anos, na segunda quinzena de agosto, para apreciar o relatório das atividades sociais e discutir e homologar as contas e os balanços do movimento financeiro, ocorrido durante a gestão da Diretoria cujo mandato se finda e a eleição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como para tratar de outros assuntos por ventura constantes da ordem do Dia;
- 2 - Poderá ser convocada extraordinariamente, sempre que a relevância dos motivos assim o exigir, inclusive para discutir e deliberar sobre os assuntos contidos neste Estatuto e cujas soluções dela também dependam; a pedido do Conselho Fiscal e a requerimento de, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) dos sócios habilitados e em dia com suas obrigações;
- 3 - A convocação das Assembléias Gerais deverá ser sempre feita pelo Presidente do L.D.C., com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, por meio de edital afixado na sede social, em local bem visível ou por circulares entregues na ocasião, sempre, com todos os assuntos a serem tratados, inclusive da ordem do Dia;
- 4 - As Assembléias Gerais somente funcionarão, em primeira convocação, com a presença mínima de mais de um terço dos sócios ou, em segunda convocação, meia hora mais tarde, com qualquer número de sócios presentes, deliberando, em todos os casos, pela maioria simples (metade de mais um) dos votos dos associados habilitados participantes;

Folha nº. 2928	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	



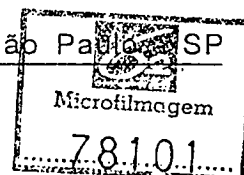
Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual, Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

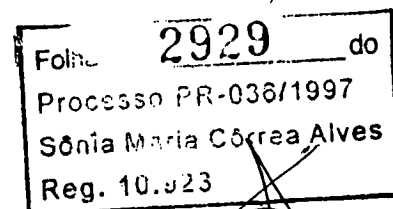
Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



- 5 - Compete à Assembléia nomear, dentre os sócios habilitados presentes, quem irá presidir os trabalhos até o final, o qual designará um (a) secretário (a) para assessorá-lo e lavrar a Ata a ser por ambos assinada;
- 6 - Não serão permitidos, em hipótese alguma, votos por procuração;
- 7 - O sistema será pelo voto secreto;
- 8 - Poderá concorrer número ilimitado de chapas, que deverão ser completadas, contendo nomes para todos os cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal, que devem ser submetidas a exame da Diretoria em vigência, com, no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência ao pleito, para constatação de sua legitimidade;
- 9 - O Presidente da Mesa, após a contagem dos votos, proclamará a chapa vencedora, dando posse a todos os membros eleitos.

Art. 12 - A Diretoria será constituída de um Presidente, um vice-presidente, um 1º, um 2º e um 3º Secretários, um 1º, um 2º e um 3º Tesoureiros, um 1º e um 2º Diretores de Saúde, um 1º, um 2º e um 3º Diretores de Patrimônio, um 1º, um 2º e um 3º Diretores Sociais e 3 Suplentes para o Conselho Fiscal.

§ Único - O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição de seus membros, exceção feita aos Presidente e vice-presidente da Diretoria, que poderão ser reeleitos, nesses cargos, em mandato imediatamente seguinte, uma única vez. Esse sistema poderá se repetir nas eleições seguintes, a desejo dos interessados, podendo, então, o Presidente e seu Vice ocuparem esses cargos, uma vez eleitos, em duas gestões seguintes e outra não, sucessivamente.





Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



Art. 13 – São atribuições da Diretoria:

- 1) Elaborar e pôr em execução o Regimento Interno do L.D.C., alterando-o sempre que julgar conveniente;
- 2) Reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente sempre que necessário, com a presença mínima de metade e mais um de seus membros, cujas decisões serão tomadas nessas mesmas condições (metade e mais um dos votos). Havendo empate, o voto do Presidente terá valor dois, sendo um deles de “Minerva”;
- 3) Contratar e demitir funcionários remunerados, bem como convocar auxiliares voluntários, consoante as necessidades;
- 4) Na ocorrência de desligamento, renúncia voluntária, falecimento, mudança para locais distantes ou outros motivos que impeçam a qualquer membro da Diretoria de continuar exercendo normalmente suas funções, os demais Diretores, reunidos extraordinariamente para esse fim, deverão nomear e dar posse ao(s) substitutos(s), pelo julgarem conveniente, remanejar os cargos, para a composição de um corpo administrativo bem harmonioso com os interesses do Lar Dona Cotinha.

Art. 14 – Ao Presidente compete:

- 1) Representar o Lar Dona Cotinha ativa, passiva, judicial e extra judicialmente;
- 2) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria e também convocar as assembléias Gerais, dando-lhes abertura e presidi-las se assim for do desejo de seus participantes;
- 3) Assinar toda a correspondência do L.D.C.;
- 4) Autorizar as aquisições e pagamentos em geral;
- 5) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, Ordens e cheques para pagamentos, bem como outros documentos que envolvam responsabilidades financeiras e patrimoniais do L.D.C., inclusive balanços.

Folha nº. 2930	do
Processo PR-076/1997	
Sônia Maria Correa Alves	
Reg. 10.923	



Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



Art. 15 - Ao vice-presidente compete:

1 - Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos cabendo-lhes nessas ocasiões, todas as atribuições e responsabilidades do cargo, até o término do mandato, em caso de vacância;

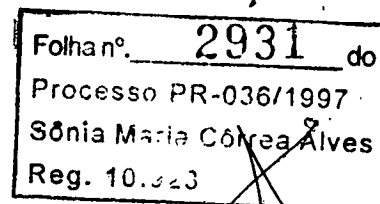
2 - Prestar toda a colaboração necessária, de modo que a presidência mantenha em dia suas obrigações.

Art. 16 - Ao 1º Secretário compete:

- 1) Substituir o Presidente em seus impedimentos temporários, na falta do vice-presidente, cabendo-lhe, nessas ocasiões, todas as atribuições e responsabilidades do cargo;
- 2) Secretariar as reuniões de Diretoria, redigindo-lhes as Atas;
- 3) Redigir e cuidar de toda a correspondência da entidade, bem como das publicações, comunicados, circulares;
- 4) Dirigir todo o trabalho relacionado com a secretaria, organizando e mantendo em dia o fichário de sócios, o arquivo da Instituição, assim como de toda a documentação relacionada com a sua área.

Art. 17 - Aos 2º e 3º Secretários competem

- 1) Substituir, pela ordem hierárquica, o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos, inclusive quando, consoante a alínea "1", do Art. 16, o mesmo estiver substituindo o Presidente cabendo-lhes, nessas ocasiões, todas as atribuições e responsabilidades do cargo;
- 2) Prestar toda a colaboração necessária, de modo que a secretária mantenha em dia suas obrigações.





Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

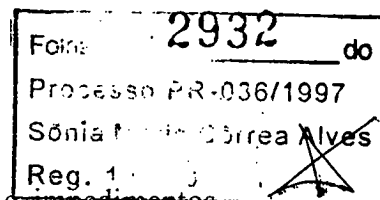
CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



Art. 18 – Ao 1º Tesoureiro compete:

- 1) Arrecadar e registrar as contribuições dos associados, as rendas, os auxílios, as subvenções e donativos em dinheiro ou espécie recebidos, mantendo em dia a sua escrituração, toda comprovada, passando recibo quando for o caso;
- 2) Pagar as contas e despesas autorizadas pelo Presidente;
- 3) Depositar em conta bancária os valores recebidos, conservando, em seu poder, um mínimo em dinheiro para as pequenas despesas;
- 4) Assinar cheques e ordens de pagamento, juntamente com o Presidente, bem como os balanços, mantendo em sua guarda toda a documentação relacionada com a área sob sua responsabilidade.



Art. 19 – Aos 2º e 3º Tesoureiros competem:

- 1) Substituir, pela ordem hierárquica, o 1º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos, cabendo-lhes, nessas ocasiões todas as atribuições e responsabilidades do cargo;
- 2) Prestar toda a colaboração necessária, de modo que a tesouraria mantenha em dia suas obrigações.

Art. 20 – Ao 1º Diretor de Saúde compete:

- 1) Responsabilizar-se pelo bom estado de saúde de todas as crianças atendidas pelo L.D.C., providenciando tudo o que se fizer necessário para o bom desempenho dessa tarefa;
- 2) Providenciar a aquisição dos medicamentos recomendados, bem como de todo o material considerado indispensável, quando autorizado pelo Presidente;
- 3) Manter em dia o fichário de controle de todos assistidos, inclusive de vacinações, conservando sob sua guarda toda a documentação relacionada com a sua importante área.



Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



Art. 21 – Ao 2º Diretor de Saúde compete:

- 1) Substituir o 1º Diretor de Saúde, em suas faltas e impedimentos, cabendo-lhe, nessas ocasiões, todas as atribuições e responsabilidades do cargo;
- 2) Prestar toda a colaboração necessária, de modo que o setor de saúde mantenha em dia suas obrigações.

Art. 22 – Ao 1º Diretor de Patrimônio compete:

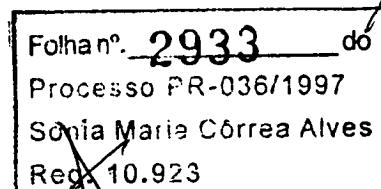
- 1) Responsabilizar-se pela manutenção de todos os bens, móveis e imóveis pertencentes a esta instituição, providenciando tudo o que for necessário para o normal funcionamento de todos os setores que compõem o L.D.C.
- 2) Manter sob sua guarda toda a documentação relacionada com a patrimônio, de modo a poder dela se valer com a devida presteza, sempre que necessário for providenciado a aquisição de todo o material que precisar, sempre autorizado pelo Presidente.

Art. 23 – Aos 2º e 3º Diretores de Patrimônio competem:

- 1) Substituir, pela ordem hierárquica, o 1º Diretor de Patrimônio, em suas faltas e impedimentos, cabendo-lhes, nessas ocasiões, todas as atribuições e responsabilidades do cargo;
- 2) Prestar toda a colaboração necessária, de modo que o setor patrimonial mantenha em dia suas obrigações.

Art.24 - Ao 1º Diretor Social compete:

- 1) Em comum acordo com os demais membros da Diretoria, notadamente de seu Presidente, organizar e pôr em prática a tarefa de inspecionar a situação familiar das criaturas interessadas em receber benefícios, selecionando-as segundo as suas reais necessidades e dentro do que esta instituição lhes poderá oferecer;





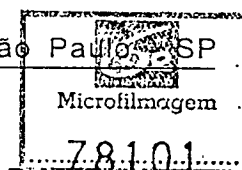
Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ.: 67.973.545/0001-55
CCM. 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



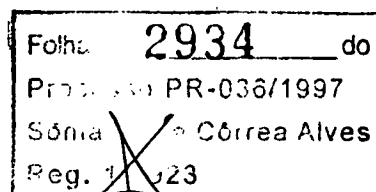
- 2) Organizar festivais, bazares e outros eventos beneficentes, com a finalidade de obter fundos destinados à áreas sob sua responsabilidade;
- 3) Organizar e manter em dia o fichário dos assistidos, bem como das pessoas físicas ou jurídicas que colaborem com este L.D.C., prestando serviços, confeccionando ou obtendo doações em geral etc.;
- 4) Representar o L.D.C. em festivais ou promoções semelhantes, assim como em reuniões oficiais ou realizadas por instituições congêneres, quando formos convidados ou presença obrigatória.

Art. 25 – Aos 2º, 3º e 4º Diretores Sociais, competem:

- 1) Substituir, pela ordem hierárquica, o 1º Diretor Social, em suas faltas e impedimentos, cabendo-lhes, nessas ocasiões, todas as atribuições e responsabilidades do cargo;
- 2) Prestar toda a colaboração necessária, de modo que o setor social mantenha em dia suas obrigações.

Art. 26 – O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, eleitos e empossados na mesma data e pela mesma Assembléia que elege a Diretoria, com mandato de 02 (dois) anos e procederá como a seguir:

- 1) É permitida a reeleição de seus membros;
- 2) Compete-lhes fiscalizar o setor financeiro e patrimonial do L.D.C., sempre que julgar necessário, mediante requisição dos livros e documentos indispensáveis para tal fim;
- 3) O Conselho se reunirá, ordinariamente, a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que for necessário, lançando em livro próprio de Atas as resoluções tomadas;
- 4) É também de sua competência examinar os balanços anuais desta entidade assinando-os após aprovados, bem como as prestações de contas destinadas às Assembléias gerais;
- 5) Opinar, inclusive, sobre a aquisição e alienação de bens, feitas por este Lar dona Cotinha;





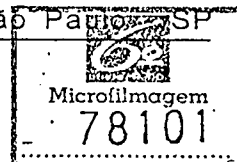
Lar Dona Cotinha

ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Utilidade Pública Federal MJ nº 3740/97-33
Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.676 20/11/2000
Utilidade Pública Municipal nº 36.707 30/01/97
Cofras nº 5280 - Decreto Estadual nº 9486

CNPJ: 67.973.545/0001-55
CCM: 2.094.597-3

Rua Messias de Pina, 77 - Moóca - CEP 03162-090 - Tel.: 292-1806 - São Paulo - SP



- 6) Requerer a convocação de Assembléia Geral Ordinária, quando julgar inevitável tal medida;
- 7) Na ocorrência de vacância, os membros remanescentes, em reunião espacial, escolherão e empossarão o(s) substituto(s), dando preferência aos suplentes mais idosos, para ocupar (em) os cargos pelo tempo de gestão que falta para o término de mandato do Conselho Fiscal em vigência.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Folha nº. 2935 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.363

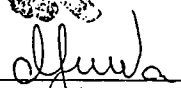
Art. 27 – Os recursos advindos dos poderes públicos, deverão ser aplicados dentro do Município ou estado que originou a subvenção .

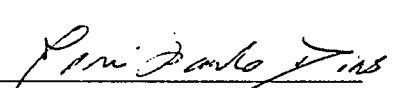
Art. 28 – O Regimento Interno aludido Art. 13, deste, também deverá ser registrado em competente Cartório, para os efeitos legais.

Art. 29 – Todos os casos omissos neste Estatuto, deverão ser resolvidos pela Diretoria e constar do respectivo Livro de Atas, contendo as assinaturas de todos os diretores participantes e levado ao conhecimento dos associados, com detalhes e explicações .

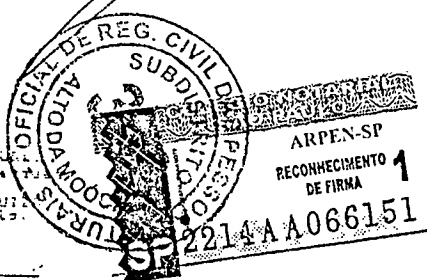
Art. 30 – O presente Estatuto poderá, a qualquer tempo, ser reformado no todo ou em parte, por decisão da Diretoria e mediante homologação da Assembléia Geral Extraordinária especialmente reunidas para esse fim.

// // // // // // // // // // // // // // // // // //


Maria Graça Luiza Usui
Presidente


José Paulo Dias
Advogado – SP 70.398 – OAB/SP

OFICIAL REG. CIVIL ILUMINADO DE ALTO DA MOOCA, 112 500
Folha 2935 do Livro de Atas da Associação Lar Dona Cotinha
Reconhecido: Por este documento, a firma de MARIA GRAÇA LUIZA
USUI, e de JOSÉ PAULO DIAS, advogados, em 29/01/97, em
Cartório de Registro Civil, sob o nº 2935, e em 29/01/97.



João Luiz de Faria, Secretário de Autenticação
Assessor de Fim de Livro de Atas da Lar Dona Cotinha

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 002-D 12001

(Datilografar ou preencher em letra de forma)

Folha nº <u>2936</u>	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

1. Nome da instituição

MAMÃE - ASSOC. de ASSIST. à CRIANÇA
SANTAMARENSE

Data da Fundação 25/09/1990

Endereço R. AMADOR BUENO, 249

Bairro Sto. AMARO CEP 04952-000 CAPITAL

Tel (011) 246-8599 Fax 246-8599

e-mail cmamae@ig.com.br

Responsável ROSA MARIA M. ACERBA

Cargo PRESIDENTA - 9603-2997

5522-1852

Dados
DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo).

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA : âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária e metodologia.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição
Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 02-D/2001

Folha	2937	do
Processo	PR-006/1997	
Sônia Maria Sousa Alves		
Reg.	10.923	

1. NOME DA INSTITUIÇÃO:

MAMÃE – Associação de Assistência à Criança Santamarense

DATA DA FUNDAÇÃO: 23/11/1965

ENDEREÇO:

Rua Amador Bueno, 249 – Santo Amaro – CEP 04752-000 – São Paulo – SP

Telefones 246-8599 / 247-3530

Fax 246-8599

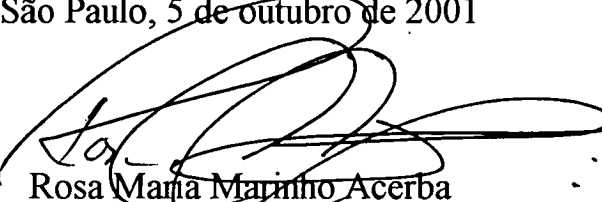
e-mail cmamae@ig.com.br

site: www.mamae.org.br

RESPONSÁVEL: Rosa Maria Marinho Acerba

Cargo: presidenta

São Paulo, 5 de outubro de 2001


Rosa Maria Marinho Acerba
(presidenta)

DADOS SOBRE O PROGRAMA, PROJETO OU ATIVIDADE

2. NOME DO PROGRAMA: Profissão e Cidadania

3. ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS: Mamãe – Associação de Assistência à Criança Santamarense

4. DATA DE INÍCIO DO PROGRAMA: 1996

5. ORIGEM DE RECURSOS: Verba do Governo do Estado de São Paulo, Sebrae, Comunidade Solidária, Venda de produção dos cursos profissionalizantes, apresentação da banda Clave de Lata, Venda do Cd da banda, eventos sociais (chás, bingos, festas), rifas, bazares e venda da lojinha.

6. PÚBLICO ALVO: Crianças e adolescentes provenientes de famílias de baixa renda da periferia da zona sul de São Paulo, com moradias precárias e condições difíceis de saneamento básico. De ambos os sexos e todas as idades, na maioria estão integradas a famílias que por múltiplos problemas perderam em base referências e valores de convívio social. Atualmente são atendidas 1200 crianças/adolescentes de sete a dezoito anos, que permanecem na instituição pelo período de quatro horas, respeitando o horário escolar individual de cada uma, ou seja, meio período ficam na rede de ensino público escolar e meio período na MAMÃE. Cada aluno recebe duas refeições diárias sendo o almoço e um lanche.

7. ABRANGÊNCIA: O Programa é dividido em dois setores: o Arte-Educação, para crianças de 7 a 14 anos, que consiste de um espaço sócio educacional, esportivo e cultural e o setor Profissionalizante, para adolescentes de 14 a 18 anos. Estabelecemos um compromisso de responsabilidade incluindo fatores como preservação e conservação do espaço físico, respeito e amizade por colegas, direção e funcionários, participação e colaboração nas aulas. As disciplinas do espaço sócio educacional estão voltadas para a área esportiva, artística, orientação educacional (educação sexual, preconceito, auto-estima, violência, drogas, higiene e saúde) e “reforço escolar”. No Arte-Educação temos aulas de teatro, dança, handebol, futebol society, natação, ginástica geral, atletismo, capoeira, artes plásticas e a banda Clave de Lata. No Profissionalizante oferecemos cursos com a qualidade Senai com o objetivo de gerar renda individual ou familiar. Na área de alimentação oferecemos os cursos de Panificação e Confeitaria. No ramo de prestação de serviços, os cursos de Contabilidade, Técnicas Administrativas, Eletricidade, Informática, Telemarketing e Vivência para o Trabalho. Na linha de produção oferecemos o curso de Costura e Modelagem Industrial. Todos os alunos são preparados dentro do módulo de Vivência para o Trabalho, que inclui formação pessoal, ética, cidadania, noções de abertura de empreendimentos, críticas ao mercado econômico, desenvolvimento cultural e de convivência em grupo, além de orientação desde o preparo de um currículo até a entrevista com um empregador. Os cursos duram seis meses, com quatro horas diárias, cinco dias por semana. Todas as crianças/adolescentes recebem três das cinco refeições servidas na instituição.

8. ORIGEM: O projeto teve origem nas necessidades das próprias crianças atendidas na creche que, ao completarem sete anos, viam-se privadas de todo estímulo sócio-cultural. O projeto permitiu a construção e ampliação do universo cultural, oferecendo condições significativas para que os alunos possam se tornar cidadãos críticos, conhecedores dos seus direitos e deveres, pois são vistos como seres pensantes, capazes, com necessidades básicas de alimentação e higiene, com direito à educação e resgate do universo cultural da sociedade onde se desenvolvem.

9. EXECUÇÃO: O programa é desenvolvido num processo “construtivista”, onde o conhecimento se estabelece através da relação direta do sujeito com o objeto de aprendizagem. A criança/adolescente é o centro principal neste processo e o educador é simplesmente um facilitador. Com isso entendemos a criança/adolescente como um ser completo onde o estímulo e a motivação facilitam e dão clareza ao processo de descoberta que antes estava camuflado. O educador tem como objetivo a integração da criança no espaço sócio-cultural, onde prevalece o desenvolvimento físico, psíquico, cultural e crítico social, finalidade básica no processo de formação para a cidadania. As atividades são desenvolvidas em aulas semanais que permitem aos alunos passarem por todas as disciplinas: música, artes plásticas, teatro, expressão corporal, natação, futsal, futebol, voleibol, basquete, handebol, atletismo, ginástica geral, recreação, capoeira e construir (complementação e orientação das dificuldades de aprendizagem). Trabalhamos interdisciplinarmente em datas comemorativas como carnaval, dia das mães, dia dos pais, festa junina, passeios, apresentações com outras entidades. Para que as aulas cumpram seu objetivo, oferecemos aos alunos, através dos aspectos cognitivo, afetivo e psicomotor, estímulos e informações que propiciam ao aluno o exercício referente às atividades artísticas e esportivas, permitindo também que crianças e adolescentes tenham a possibilidade de se tornarem atletas, artistas ou, o mais importante, apreciadores, críticos e participantes da arte e do esporte. Além disso, há um aproveitamento do potencial desenvolvido pelo aluno no trabalho educacional, que permite que estes sejam motivados na busca de novos valores. Criamos aulas específicas, programadas e planejadas para treinar e incentivar alunos com aptidões nas áreas esportiva e artística. A idéia do treinamento surgiu a partir da necessidade de se formar grupos com potencialidades e aptidões pré-existent, visando aumentar o número de freqüentadores das aulas e estimular os alunos matriculados já que, a partir do treinamento, teríamos a chance de divulgar e expor os trabalhos em outros locais, promovendo então a auto-estima, a integração e a troca de experiências. A criança/adolescente participa deste treinamento específico, depois de reconhecidas suas aptidões por profissionais qualificados. O treinamento específico ocorre duas vezes por semana, participando ainda o aluno de atividades culturais quando inscritos ou convidados por escolas particulares ou da rede pública, SESC, Academias, apresentações públicas, coquetéis, etc.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Os pais são convidados a participar de reuniões, palestras e eventos, que promovem o diálogo e buscam soluções de problemas com a participação de todos. Há orientação familiar em questões como o encaminhamento de saúde e para obter documentação. Para os pais há também o projeto BEM (Bem Estar na Mamãe), que trabalha a qualidade de vida, socialização e integração por meio de atividades físicas e desportivas uma noite por semana. Recentemente foi realizado um bingo para a comunidade, a preços simbólicos, também com o objetivo de integrar a comunidade no convívio social. A reciclagem de garrafas plásticas também é um trabalho que envolve a comunidade e é uma

forma de educação ambiental. Contribui para que esse material não seja depositado na represa e, conseqüentemente, para a preservação dos mananciais. Há uma parceria com a comunidade local, que utiliza as instalações da instituição nos fins de semana mediante um aluguel simbólico. Inicialmente uma alternativa às invasões, este contato vem trazendo resultados positivos no compromisso comunitário em zelar pelo espaço.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: O programa objetiva contribuir na diminuição do índice de criminalidade juvenil e da violência ao oferecer formas de ocupar o tempo livre da criança e do adolescente com atividades que elevem sua auto-estima e que contribuam, de forma significativa, tanto para seu desenvolvimento pessoal e como cidadão, quanto para sua empregabilidade.

12. RESULTADOS: Em pesquisa feita em 1999 com diretores de quatro escolas da região, os diretores observaram mudanças de atitude nos alunos que participavam do programa como uma maior capacidade de concentração, maior freqüência na escola e maior participação em associações estudantis e como lideranças de classe. O programa promove o direito de aprender não só os conteúdos tradicionalmente ensinados na escola, mas desenvolve também habilidades como as artísticas, de relacionamento em grupo e profissionais. Nesta perspectiva, conforme as crianças crescem, o direito de aprender vai se convertendo em direito de se incluir economicamente na sociedade. O programa vem conquistando o reconhecimento da comunidade, o que fica evidente pela enorme fila de espera para matrícula no programa. Neste sentido, é gratificante receber as mães que reconhecem a evolução de suas crianças e vêm agradecer, dispondo-se inclusive a fazer trabalhos voluntários para contribuir. Vale notar que em duas ocasiões recentes o programa já foi convidado a apresentar seu trabalho como exemplo de trabalho de complementação à escola realizado pelo terceiro setor: uma no Núcleo de Trabalho Comunitário da PUC-SP e outra na Escola da Vila, evidenciando a contribuição que programas como este podem dar para um ensino público de qualidade.

Senhor Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Folha nº. **2941** do
Processo nº **0036/1997**
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.923

00045066



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 62.915.459/0001-72		CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA		DATA DE ABERTURA 25/09/1970	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2002
NOME EMPRESARIAL MAMAE ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CRIANCA SANTAMARENSE					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.32-4-01 - Creches					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO					
LOGRADOURO R AMADOR BUENO		NÚMERO 249	COMPLEMENTO		
CEP 04752-000	BAIRRO/DISTRITO SANTO AMARO	MUNICÍPIO SÃO PAULO			UF SP
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE					
CPF DO RESPONSÁVEL 063.446.228-81		SITUAÇÃO ESPECIAL			

APROVADO PELA IN/SRF NO. 001/2000

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

MAMAE

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA SANTAMARENSE

Registrado no Serviço Social do Estado sob. n.º 1930

Rua Amador Bueno n.º 249 - CEP 04752-000 - São Paulo - Fone: 246-8599

Folha nº. 2942 do
Processo nº. 036/1997
Sônia Alves
Reg. 10.11.97

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA MAMÃE - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA SANTAMARENSE - Dia 10 de novembro de 2000 às 20:30 horas em Segunda convocação, na sede da Mamãe - Associação de Assistência à Criança Santamarense, sita à Rua Amador Bueno, 249 Santo Amaro, capital, reuniu em Assembléia Geral Ordinária, os associados da supra mencionada sociedade civil, atendendo à convocação feita pela presidente na forma estatutária, pelo correio. Assumiu a presidência da Assembléia Geral Ordinária, por aclamação dos presentes o Sr. Rogério Nara Prado, que convidou a mim Dulce Marinho Acerba para secretaria. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente ordenou a leitura do edital de convocação, o que foi feito nos seguintes termos: "Estão convocados os senhores associados da Mamãe - Associação de Assistência à Criança Santamarense, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a se realizar dia 10 de novembro de 2000, às 20:00 horas em primeira convocação, ou à 20:30 horas em segunda convocação em sua sede à Rua Amador Bueno, 249, Santo Amaro, capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas da atual diretoria; b) Eleição e posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal para o quinquênio 2000/2005; c) Informes Gerais; São Paulo, 16 de outubro de 2000. A) Rosa Maria Marinho Acerba - Presidente " O Presidente submeteu à apreciação dos presentes a esta Assembléia Geral Ordinária o primeiro item da ordem do dia convidando a Sra Elaine Terezinha Cardoso de Lemos para a prestação de contas da atual diretoria. Discorreu ela então sobre todo o trabalho realizado durante o quinquênio 1995/2000. Falou sobre os avanços feitos pela entidade nessa época. A entidade foi novamente convocada pela PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo a assumir outra creche que estava sendo fechada em função da entidade que a mantinha não ter condições de continuar a mante-la. A diretoria se reuniu em caráter extraordinário e resolveu que não seria correto deixar essas 150 (cento e cinquenta) crianças na rua, e em março de 1997 incorporou em sua soma de atendimentos a Creche Munir Abbud, sita à Rua Nestor de Castro, 170, Cidade Domitília. A entidade chegava assim a manter desde lá 1.600 (um mil e seiscentos) atendimentos dia. Os convites e pressões para assumirmos mais equipamentos, continuaram a ocorrer, tanto por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, como pelo Governo do Estado de São Paulo, alegavam eles que a qualidade do trabalho era muito boa e que deveríamos dar essa contribuição. A diretoria achou por bem, não aceitar mais nenhum equipamento desde lá, em função da desvalorização dos per capita tanto da PMSP como do Governo do Estado, o que vem causando grandes dificuldades no atendimento de nossa atual demanda. Elaine dando continuidade informa que em 1998 ocorreram boatos de que a renovação do certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ficaria dependente da entidade possuir ou não seus balanços auditados. Apesar de na época nada ficar esclarecido em 1998 contratou-se uma auditoria independente - SGS, que auditou os anos de 1997, 1998 e também 1999. Continuamos hoje com essa auditoria, pois além de confirmar-se a lei que exige que entidades que possuam o certificado apresentem esse parecer, a permanência desse serviço traz uma maior transparência em nossa entidade, ocasionando uma maior credibilidade. Elaine informa que as creches; Mamãe, Vila Inglesa, Santa Terezinha e Munir Abbud, passaram pelo processo de Capacitação Profissional, através da Crecheplan, processo esse de 3 anos de duração.

REGISTRO
JURIDICAS
11.11.97
2468599

MAMAE

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA SANTAMARENSE

Registrado no Serviço Social do Estado sob. n.º 1930

Rua Amador Bueno n.º 249 - CEP 04752-000 - São Paulo - Fone: 246-8599

Folha nº 2943 do
Processo nº 036/1997
Sônia Maria Ferreira Alves

que vem capacitando seus profissionais da área pedagógica, de saúde e administrativa, visando sempre uma melhora na qualidade de atendimento à nossa população alvo, que são nossas crianças e jovens. A entidade continuou a fazer eventos e para isso vem contando com a Senhora Edna Leite e Eliane Minhoto como responsáveis pelo setor de eventos da entidade. Elaine nos relatou que infelizmente o atendimento multidisciplinar que era mantido pela entidade foi paralisado em 1997, devido ao alto custo do projeto, no pagamento dos profissionais e a indisponibilidade dos mesmos, as salas que haviam sido montadas para esse atendimento lá permanecem, mas o atendimento à comunidade não tem mais condições de ser feito. Os balanços foram apresentados e aprovados por unanimidade. O sr. Rogério agradeceu a explanação e passou-se então ao próximo item da pauta, eleição e posse da nova diretoria. O Sr. Rogério fez a leitura dos nomes que foram escolhidos para compor a nova chapa de Diretoria e Conselho Fiscal 2000/2005. A Assembléia aprova por unanimidade a escolha, ficando assim formada a nova diretoria e conselho fiscal: Presidente Rosa Maria Marinho Acerba, brasileira, solteira, jornalista, residente à Praça Floriano Peixoto, 312, apto 72, CIC 063 446 228 - 81; RG 8 538 732; Tesoureira Dulce Marinho Acerba, brasileira, viúva, contadora aposentada, residente à Praça Floriano Peixoto, 312 apto 72, CIC 609 486 048 - 91; RG 1 001 533; Secretária Mariza Carvalho Alves de Mello, brasileira, casada, contadora, residente à Av. 11 de junho, 1291, apto 81, CIC 198 875 158 - 68; RG 6 475 648. E para o Conselho Fiscal os seguintes membros. Rogério Nara Prado, brasileiro, casado, micro empresário, residente à Rua Montesquieu, 371, apto 221, CIC 084 105 928 - 43, RG 15 994 992; Ana Maria P. Viotto Ferreira, brasileira, solteira, psicóloga, residente à Rua Frei Vicente Salvador, 367, apto 21, CIC 414 244 338 - 00; RG 3 791 162; Elaine Terezinha Cardoso de Lemos, brasileira, casada, pedagoga, residente à Rua Montesquieu, 371, apto 221, CIC 076 374 418 - 22; RG 16 344 232. Por fim o Sr. Rogério Nara Prado indagou se ainda haveria pontos a serem abordados ou sugestões a serem feitas. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Rosa Maria Marinho Acerba agradece a presença de todos e encerra a Assembléia Geral às 21:45 horas convidando os Srs. Presentes para um café que se realizaria no mesmo local. Para constar foi lavrada esta ata que será assinada pela Presidente da MAMAE - Associação de Assistência à Criança Santamarense, pelo Presidente da Assembléia Geral e será por mim datada e assinada. São Paulo, 10 de novembro de 2000. Dulce Marinho Acerba. Secretária.

Segue lista dos presentes:

Ana Maria P. Viotto Ferreira

Cristiane Nara Prado

Clementina Nogueira

Dulce Marinho Acerba

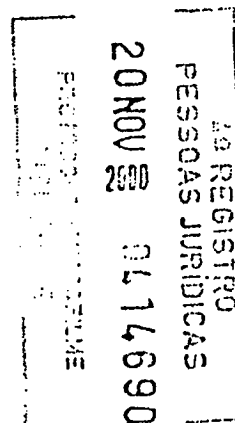
Elaine Terezinha Cardoso de Lemos

Jose Carlos M. Acerba

Maria Lucia T. M. da Silveira

Mariza Carvalho de Mello

Maria Aparecida de Paula Luz



MAMÃE

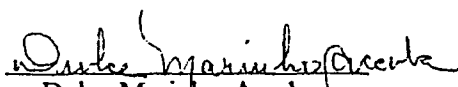
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA SANTAMARENSE

Registrado no Serviço Social do Estado sob. n.º 1930

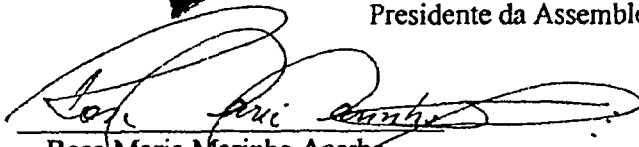
Rua Amador Bueno n.º 249 - CEP 04752-000 - São Paulo - Fone: 246-8599

Folha nº 2944 do
Processo nº 0033/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.023

Miguel Angel Buelta Martinez
Marcelo Nara Prado
Newton Nara Prado
Rogério Nara Prado
Rosa Maria Marinho Acerba
Tania Vilar Arre
Vinidio Leão Fogarolli


Dulce Marinho Acerba
Secretária da Assembléia


Rogério Nara Prado
Presidente da Assembléia


Rosa Maria Marinho Acerba
Presidente da Mamãe - Associação de Assistência à Criança Santamarense

N.º 6.º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL - Del. Milton Andreotti
Reconheço por semelhança a firma de ROSA MARIA MARINHO
ACERBA
São Paulo, 20 de novembro de 2009.
Ea testemunha a verdade.
Confirmação: 21060862/ROGERIO BIACHINI PASSI - SECRETARIE
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICAÇÃO
Firma 1,69: 1



20 NOV 2009 02:14:59

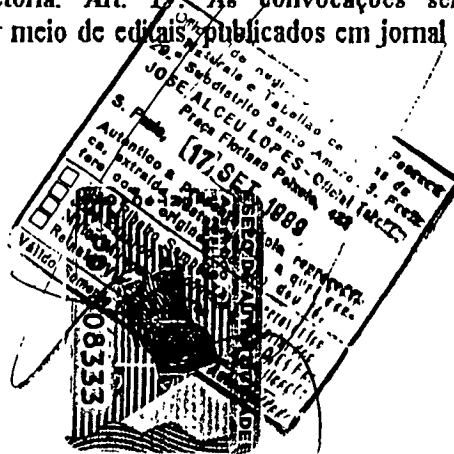
REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E CONSELHO FISCAL DA MAMÃE - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA SANTAMARENSE - dia 19.07.96, às 21.00 horas, em segunda convocação, na sede da MAMÃE - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA SANTAMARENSE, sita a Rua Amador Bueno, 249, Santo Amaro, capital, reuniu em assembleia geral extraordinária, os associados da supra mencionada sociedade civil, atendendo a convocação feita pela Presidente na forma estatutária, pelo correio. Assumiu a presidência da assembleia geral extraordinária, por aclamação dos presentes, o Sr. Miguel Angela Buella Martinez, que convidou Dulce Mainho Acerba para secretária. Abindo os trabalhos, a sra. presidente ordenou a leitura do edital de convocação, o que foi feito nos seguintes termos: "Estão convocados os senhores associados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar dia 31 de julho de 1996 às 20.30 horas em primeira convocação, ou às 21.00 horas em segunda convocação, em sua sede a Rua Amador Bueno, 249, Santo Amaro, capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia; acrescentar a frase "Aplica integralmente suas rendas recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional". A pedido do Ministério da Previdência e Assistência Social para fins de Recadastramento do registro e Renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos - CEF. São Paulo, 14 de julho de 1996, a. Rosa Maria Marinho Acerba. O sr. presidente submeteu a apreciação dos presentes a esta assembleia geral extraordinária, o item da ordem do dia, ou seja, acrescentar a frase a pedido do Ministério da Previdência e Assistência Social. "Aplica integralmente suas rendas recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional". A seguir foram lidos os novos estatutos com o seguinte texto. Art. 1. A MAMÃE - Associação de Assistência a Criança Santamarense, sociedade civil de intuito não lucrativos e duração ilimitada, com sede e foro na cidade de São Paulo, tem por finalidade instituir e coordenar um amplo serviço de assistência pedagógica, social, medica aos menores, adultos, carentes em geral de Santo Amaro, sendo que pelo menos um terço dos atendimentos as crianças será prestado gratuitamente pela instituição. Art. 2. Para realização de seus fins, a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, considerando-se as perspectivas que a entidade tem de expandir o seu trabalho usará dos meios adequados e principalmente criará e manterá uma creche, dotada de crianças para berçário, jardim de infância, escola primária e ensino religioso de opção dos pais; b. promoverá além de assistência social, outras iniciativas que julgar necessária para a realização de seus fins sociais; c. pleiteará, junto aos órgãos públicos, leis especiais que amparem a criança carente, a exemplo da legislação já existente em nosso país em função do estatuto do menor e do adolescente. Capítulo II. - do quadro social- Art. 3. Poderão ser admitidos como associados tenham ou não o seu domicílio em São Paulo, pessoas naturais ou jurídicas. Art. 4. As categorias de associados são as seguintes; a. fundadores; b. beneméritos; c. honorários; d. contribuintes. Fundadores são aqueles que tiverem assinado os estatutos aprovados em assembleia de constituição de 24.11.1965. Beneméritos são aqueles que prestarem serviços excepcionais a Associação ou que lhe fizerem valiosos donativos, a juízo da diretoria. Honorários são aqueles que dentro ou fora do país contribuírem para resolução de problemas da proteção aos menores em geral. Contribuintes são os que pagarem contribuições fixadas pela diretoria. Os associados fundadores, beneméritos e honorários estão isentos do pagamento de qualquer contribuição. A admissão de associados contribuintes far-se-á mediante ficha de inscrição e o título de benemérito e honorário será conferido pela diretoria. Os associados contribuintes poderão ser eliminados por deliberação da diretoria quando faltarem ao pagamento de duas mensalidades consecutivas. Os sócios são em número ilimitado quando em dia com suas contribuições, assiste o direito de participar das assembleias gerais, tomar parte nas suas discussões e deliberações e votar e ser votado para cargos eletivos. São deveres dos associados: a. Cooperar para o bom êxito das finalidades sociais, dando-lhes o seu apoio moral e pagando anualmente as contribuições; b. Desempenhar os cargos e missões para que forem designados; c. Respeitar os estatutos e regulamentos expedidos para sua execução. Capítulo II. - dos órgãos de direção. Art. 5. A direção da associação será exercida pela diretoria. Art. 6. A diretoria será composta por 3 membros, com mandato de 5 anos, eleitos em assembleia geral, ou seja, um presidente, um tesoureiro e um secretário. Todos os cargos da diretoria serão exercidos gratuitamente.



0327388

Art. 7. Não ha cargos de direção vitalício. Parágrafo Único - Todos os cargos de direção serão exercidos gratuitamente, a mesma não remunera e nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título a seus diretores, conselheiros, socios, instituidores, benfeitores ou equivalentes da MAMÃE- Associação de Assistência a Criança Santanareense. Art. 8. A associação não distribui resultados, dividendos, bonificações, ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. Parágrafo Único - A associação aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional. Art. 9. A diretoria reunir-se-a por convocação do presidente, sempre que necessário, podendo deliberar com comparecimento mínimo de 3 membros. Parágrafo Único - A diretoria também poderá reunir-se por convocação de 3 membros. Art. 10. Perdera automaticamente o mandato, o diretor que sem motivo justificado deixar de comparecer sucessivamente a 4 reuniões de seus respectivos órgãos. Art. 11. Compete a diretoria - a. Desenvolver programa de atividade da associação previamente aprovado em reunião de diretoria. b. Estabelecer os regulamentos e regimentos da associação. c. Planejar e autorizar campanhas de divulgação para o esclarecimento da população e poderes publicos, sobre os métodos e vantagens da proteção aos menores em geral, bem como organizar campanhas de fundos. d. Admitir associados e elimina-los quando não comparecerem. e. Criar, modificar e extinguir departamentos e setores de atividades. f. Supervisionar o quadro de todas as formas de funcionários da instituição. g. Fixar anualmente as mensalidades de socios contribuintes, reajustando-as sempre que necessario. h. Criar comissões que lhe serão subordinadas com a função de órgãos técnicos auxiliares. i. Decidir em casos de urgência sobre os casos omissos desses estatutos. j. Apresentar a assembléia geral extraordinaria, balanços e respectivos relatórios de cada exercicio de suas gestões, após examinados e aprovados pelo conselho fiscal. k. Opinar sobre as obras e construções julgadas necessárias pelo presidente. Art. 12. Ao presidente compete; a. Representar a associação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, constituindo procurador "ad judicium" ou para outros fins com poderes especificos, quando julgar necessario. b. Convocar reuniões de diretoria, presidindo os respectivos trabalhos ou indicando substitutos. c. Fazer cumprir esses estatutos, regulamentos internos e as deliberações das assembléias gerais elaborando os planos de atividades da associação. d. Nomear, conceder licenças, suspender ou demitir empregados e contratar serviços permanentes ou eventuais de consultores técnicos de qualquer natureza. e. Assinar com o tesoureiro, cheques para o pagamento de terceiros e outros documentos de responsabilidade financeira da instituição. f. Endossar os cheque recebidos para depósito em conta bancária em nome da associação independente da assinatura do tesoureiro. g. Indicar substitutos no impedimento definitivo de um ou mais membros da diretoria. h. Convocar assembléias ordinárias e extraordinárias independente ou não da aprovação dos demais diretores. i. Aprovar com os demais diretores balanços e orçamentos das despesas e receitas da associação para o exercicio seguinte, a aplicação de recursos e saldos e a abertura de créditos extraordinários e suplementares. Parágrafo Único. O presidente poderá delegar ao secretário uma ou mais de suas atribuições. Art. 13. Ao secretário compete: a. Substituir o presidente. b. Secretariar. c. Secretariar as reuniões de diretoria. d. Superintender os serviços de secretaria da associação. e. Ter sob sua guarda o livro de atas e a seu cargo o arquivo geral. f. Organizar e manter em dia o quadro social. Art. 14. Ao tesoureiro compete: a. Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os valores pertencentes à associação, aplicando de acordo com as deliberações dos órgãos competentes. b. Assinar com o presidente cheques e outros documentos de responsabilidade financeira da associação, excetuando-se os cheques a serem depositados, os quais terão o endosso apenas do presidente. c. Superintender os serviços de contabilidade da associação. d. Elaborar e apresentar à diretoria até 60 (sessenta) dias antes da expiração do ano social, que deverá coincidir com o ano civil o orçamento da receita e despesa da associação para o exercicio seguinte. Capítulo IV. Das Assembléias Gerais - Parágrafo Único - A assembléia é órgão soberano da vontade social. Art. 15. A assembléia ordinária reunir-se-á com um mínimo de 3 (tres) associados presentes em primeira e segunda convocação, em dia útil, previamente marcado pela presidente para tomar conhecimento do balanço elaborado e aprovado pela diretoria e conselho fiscal. Art. 16. A assembléia geral reunir-se-á extraordinariamente por deliberação da diretoria. Art. 17. As convocações serão feitas com antecedência de 5 (cinco) dias no mínimo, por meio de editais, publicados em jornal ou circulares da



associação à todos os associados pelo correio. Art. 18. A assembleia escolherá um presidente para dirigir os seus trabalhos e este escolherá o secretário da mesa. Art. 19. Não é admitido nas assembleias gerais e eleições voto por procuração. Art. 20. A administração mantém um conselho fiscal. Art. 21. As eleições da diretoria e membros do conselho fiscal serão realizadas em assembleias gerais ordinárias convocadas pelo diretor presidente em exercício no fim de cada quinquênio. Capítulo V. - Do Conselho Fiscal - Art. 22. O conselho será constituído por 3 (três) membros eleitos por assembleia geral ordinária, a cada quinquênio coincidente com a eleição da diretoria. Art. 23. O conselho fiscal terá a finalidade de relatar e aprovar as contas, balanços, relatórios e orçamentos da diretoria em exercício, decidir sobre a aplicação de recursos imobilizados ou mobilizados. Art. 24. O conselho fiscal reunir-se-á por convocação do diretor presidente sempre que necessário, que lavrará em livro de ata seus pareceres. Parágrafo Único - Todos os cargos do conselho fiscal serão exercidos gratuitamente, sendo vetado aos mesmos, a qualquer pretexto ou forma, a distribuição de lucros, bonificações ou vantagens aos ocupantes do cargo. Capítulo VI. - Disposições Gerais - Art. 25 - Manãe - Associação de Assistência à Criança Santamarense, somente poderá ser dissolvida por deliberação das maioria absoluta de seus associados com direito a voto, em caso de dissolução ou extinção, destinará o patrimônio remanescente à outra instituição congênera, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou entidade pública situada no Estado de São Paulo, de finalidade filantrópica. Art. 26. Estes estatutos só poderão ser reformados em assembleia geral convocada para esse fim. Art. 27. Os associados não respondem quer solidária, quer subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela associação. Art. 28. O patrimônio da associação representado por papéis de crédito só poderá ser onerado ou alienado por deliberação da diretoria e o representado por imóveis, por deliberação da assembleia geral para tal fim especialmente convocada. Parágrafo Único - A entidade não faz distinção alguma quanto a origem, raça, cor, credo religioso ou político e quaisquer outras formas de discriminação. Postos em votação, os novos estatutos foram aprovados por unanimidade dos senhores associados presentes. Nada mais havendo a ser discutido, o sr. presidente da mesa encerrou esta assembleia, após leitura da mesma, a presente ata será transcrita em livro próprio. São Paulo, 31 de julho de 1996.

Rogério Nara Prado

Elaine T. Cardoso de Lemos

Ana Maria P. Viotto Ferreira

Miguel Angel Buelta Martinez

Dulce Marinho Acerba

Rosa Maria Marinho Acerba

Dulce Marinho Acerba

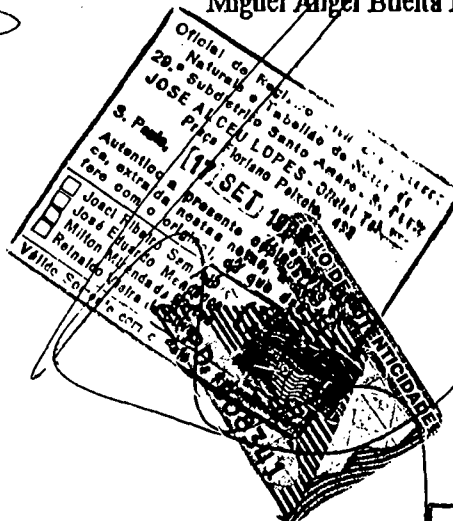
Miguel Angel Buelta Martinez

Sergio Coppolencchia

Advogado

OAB - SP 33770

CIC - 022.606.548-60



1246096 0327388

Folha nº. 2947 do
Processo nº. 036/1997
Sônia Maria Correia Alves
Reg. 10.923

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 003 /2001.

Folha nº. <u>2948</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

(Datilografar ou preencher em letra de forma)

1. Nome da instituição

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE
BM & F - APBM & F

Data da Fundação 13 / 02 / 1996

Endereço Rua Monsenhor Andrade, 331

Bairro Bras CEP 03008 - 000 CAPITAL

Tel (011) 229-9033/5844 Fax o mesmo

e-mail asspro@bm.f.com.br

Responsável Juliana Pires da Costa Lago

Cargo Supervisora Geral

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo).

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA : âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária e metodologia.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição. Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO
(Datilografar ou preencher em letra de forma)

Nº 03-D /2001

Folha nº 2949 do
Processo nº 036/1997
Sônia Maria da Costa Alves
Reg. 10.923

1. Nome da instituição:

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE BM&F - APBM&F

Data da Fundação 13 / 02 / 1996

Endereço RUA MONSENHOR ANDRADE, 331/341

Bairro BRÁS **CEP** 03008 - 000 **CAPITAL**

Tel (011) 229.9033/5841 **Fax** O MESMO

e-mail asspro@bmf.com.br

Responsável JULIANA PIRES DA COSTA PAGANO

Cargo SUPERVISORA GERAL

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo).

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA: âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE : Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11.CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição

(Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos).



03-D

Folha nº 2950	do
Processo nº R 036/1997	
Sônia	Artes
Reg. 10.223	

PRÊMIO BETINHO 2001

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas:
Associação Profissionalizante BM&F – APBM&F

3. Data de início: 13 de fevereiro de 1996.

4. Origem de Recursos: Bolsa de Mercadorias & futuros – BM&F – valor anual: R\$ 1.792.818,60 (referente ao ano de 2000)

5. Público Alvo:

5.1 População beneficiada diretamente:

Número de pessoas: 1063 pessoas (até dezembro de 2.001) através dos programas de formação profissional, denominado Faz Tudo e Capacitação para Empregabilidade, e 1063 famílias dos jovens atendidos (através de atendimento social e individual, médico e jurídico e cursos para geração de renda). Frequentaram os programas de aperfeiçoamento profissional, 870 jovens.

Sexo: ambos os sexos

Faixa etária: entre 15 a 20 anos (jovens)

Situação sócio-econômica: jovens, cujas famílias comprovem renda familiar mensal baixa (péssimas condições de vida e de moradia), originários de várias regiões do município de São Paulo e da Grande São Paulo, residentes em favelas, cortiços, orfanatos e casas abrigo.

Em relação às condições de vida constata-se que este público não dispõe de alternativas de lazer, esporte ou cultura. Quanto à profissionalização, sem ter tido acesso a uma boa formação pessoal e profissional, não consegue se colocar em posição de igualdade para a disputa por um espaço no mundo do trabalho, ficando expostos a sub-empregos ou, no caso de menores, a exploradores de trabalho infantil.

5.2 População beneficiada indiretamente:

A população beneficiada indiretamente é, em primeiro lugar, a própria entidade ligada às favelas onde os alunos vivem, como por exemplo, as comunidades das favelas de Heliópolis, do Jardim Peri, do Jardim Panorama, de Paraisópolis entre outras, que encaminham jovens por não disporem de recursos para oferecer cursos profissionalizantes.

Associação Profissionalizante BM&F

Rua Monsenhor Andrade, 331/341 - Tel/Fax: (11) 229-5841 e 229-9033 - CEP 03008-000 - São Paulo - SP
Home Page: www.asspro.bmf.com.br - E-mail: asspro@bmf.com.br



Folha nº	2951	do
Processo nº	036/1997	
Sônia Maria da Silva Alves		
Reg. 10/200		

A APBM&F também desenvolve ações junto a entidades e suas comunidades de três modos:

- doação de parte dos produtos produzidos pelos alunos em oficinas de confecção, fotografia e serigrafia, como por exemplo, lençóis para colchões que as crianças e idosos de entidades que a APBM&F seleciona previamente;
- doação de gêneros alimentícios, brinquedos e roupas para as famílias das comunidades ou favelas atendidas, arrecadas em campanhas realizadas pelos próprios alunos da APBM&F;
- prestação de serviços através de reforma ou reparação de instalações de entidades, como creches, escolas e postos de saúde, como parte do aprendizado do curso Faz Tudo na área de construção civil.

6. Abrangência:

Âmbito de ação:

O âmbito da ação da Entidade se estende ao Município de São Paulo e toda a Grande São Paulo. Um dos programas, denominado Faz Tudo, foi reproduzido no Rio de Janeiro, e vem sendo desenvolvido desde maio de 2000, atendendo os moradores do morro da Mangueira e das comunidades do entorno.

7. Origem:

A redução do número de postos oferecidos no mercado de trabalho, ano a ano, para os trabalhadores desqualificados, em função aos avanços tecnológicos promovidos pela busca de melhoria da qualidade e a conseqüente pressão para a queda dos custos no nível de produção no âmbito das organizações, trouxeram como resultado imediato à exclusão de uma grande parcela da população que não tem acesso aos meios de informação e atualização.

Os fenômenos relacionados à globalização, favorecido pelo avanço das novas tecnologias, em particular, com desenvolvimento das telecomunicações, da informática, da engenharia genética, têm possibilitado de um lado a geração de grandes riquezas, e de outro, revela um quadro de enorme desigualdade social da população que vive à margem desse processo, enfrentando a pobreza, a criminalidade e a marginalidade.



Folha nº. <u>2952</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Se aliado a esse fato, considerarmos os dados de realidade que em 1992, segundo o IBGE, 82% das crianças de 14 anos estavam atrasadas na escola e que, mesmo em 1999, estas representavam, 73% do total, e como agravante, na síntese do IBGE aponta-se que no Brasil, 29% do total da população são analfabetos funcionais, ou seja, pessoas com mais de 15 anos que estudaram por um período inferior a 4 anos e têm dificuldades para ler e entender o que lêem¹, as perspectivas são pessimistas.

Acrescenta-se a esse fato a falta de otimismo que cerca os jovens em relação ao seu futuro. Segundo pesquisa realizada pela ONU, através do UNICEF, a juventude brasileira encontra-se em segundo lugar no ranking de pessimismo sendo que a cada 10 jovens, 7 acreditam que não terão condições de viver e trabalhar melhor que os seus pais.² Parte desse pessimismo se deve a enorme diferenciação social e econômica que são identificados por fatores de pobreza, analfabetismo e violência que enfraquecem a possibilidade de sucesso dos jovens brasileiros.

A falta de perspectiva faz com que os jovens passem a se envolver com outros valores, tais como o individualismo, a violência, e a fuga da realidade através do uso da droga.

Diante desse quadro, a BM&F, mantenedora da APBM&F, não poderia omitir-se a respeito de sua responsabilidade social diante de um país de tamanhos contrastes sociais como o Brasil. As iniciativas empreendidas pela BM&F direcionadas à comunidade foram se sucedendo ao longo dos anos, com foco na assistência social, no investimento em programas educacionais e em patrocínios culturais e ao esporte.

A APBM&F, por sua vez, para fazer frente à situação já apontada, tomou para si a missão de desenvolver a consciência desses jovens quanto a seus direitos e deveres como cidadãos, resgatando-lhes o sentimento de dignidade e auto-estima, e oferecendo-lhes educação, informação geral, cultura e lazer.

Oferece ainda a capacitação para o trabalho aos jovens e atendimento às suas famílias, tudo isso no contexto de um projeto social cujo objetivo mais importante é o rompimento do ciclo da pobreza em que essas pessoas estão inseridas.

¹ "Educação enfreta o desafio da qualidade" – Estado de São Paulo. 06.04.01.

² Pochmann. M.: "A Batalha pelo Primeiro Emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho". São Paulo. Publisher. 2000, p.6.



Folha nº. 2953	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Correia Alves	
Reg. 10.923	

8. Propósitos, Objetivos e Metas:

Um dos objetivos do projeto é o de promover a formação pessoal e profissional de jovens entre 15 a 20 anos de baixo poder aquisitivo, preparando-os para o ingresso no mercado de trabalho. São dois os cursos oferecidos pela APBM&F, a saber: Capacitação para Empregabilidade e o Faz Tudo. Os dois programas foram concebidos tendo em vista a proposta de desenvolvimento de indivíduos autônomos e multifuncionais, capazes de assumirem vários tipos de trabalho no

início da trajetória profissional. O programa tem como estrutura básica a discussão de temas atuais que levam os indivíduos a reflexões sobre o futuro profissional em contraposição às metas e objetivos pessoais. No plano coletivo, procura a identificação de limites e expectativas em relação ao exercício da convivência grupal.

O outro programa denominado Faz Tudo visa promover a capacitação profissional para o ingresso nas áreas de manutenção geral de edifícios, condomínios e residências, como prestador de serviço autônomo ou mesmo em outros setores produtivos, como, por exemplo, em escritórios, em cargos de início de carreira.

Em relação às metas, a APBM&F pretende atender anualmente 240 novos jovens que ingressarão nos cursos Capacitação para a Empregabilidade e Faz Tudo em São Paulo. Embora não seja objeto desse prêmio, menciona-se que no Rio de Janeiro tem-se como meta atender 180 jovens anualmente.

Quanto aos propósitos da entidade, informamos que já foi mencionado no item 7.

9. Execução:

9.1. Estratégias:

Um dos princípios básicos que norteiam a entidade, diz respeito à própria missão da APBM&F que é o de promover o desenvolvimento do jovem excluído, visando sua auto-estima, dignidade, cidadania e empregabilidade.

Além disso, o próprio artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente diz que “**É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária**”. (grifo nosso)



Folha nº. 2954	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

A estratégia encontrada para o levar adiante a missão da entidade, diz respeito à capacitação pessoal e profissional dos jovens excluídos, para fazer frente ao novo paradigma estabelecido nas organizações. Isso significa que a entidade tomou para si o desafio de estar formando indivíduos que sejam capazes de aglutinar várias funções, sendo simultaneamente ágeis e flexíveis, criativos, capazes de trabalhar em equipe e principalmente serem capazes de apreender novas informações e transformá-las em conhecimento.

9.2. Atividades:

I - Público: Jovens

Isso se dá através dos dois cursos já mencionados anteriormente: Capacitação para a Empregabilidade e Faz Tudo. Para dar suporte aos programas e propiciar melhor atendimento aos jovens, todos recebem mensalmente cestas básicas e bolsa auxílio, e diariamente, vale transporte, e 3 refeições diárias, além de uniformes e materiais do curso. Até o final do exercício de 2001, totalizam 4900 cestas básicas, 300.000 vales transportes, 6.400 bolsas auxílios, 459.625 refeições e 2792 uniformes e 1300 kits de material, todos custeados pela BM&F.

Os programas de Capacitação para a Empregabilidade e de Faz Tudo são desenvolvidos com duração de 4 e 5 meses em período integral, respectivamente, sendo que em cada um são atendidos 120 jovens anualmente, totalizando 240 nos dois programas.

A) Capacitação para Empregabilidade

Carga horária total: 616 horas

Estrutura do programa:

O programa é composto por oficinas que compõem o eixo básico do curso, e se dividem em três grandes módulos: Formação para a Cidadania, Módulo de Integração Profissional e Geração de Renda e Oficinas Complementares.

A proposta do curso é desenvolver competências para que os jovens possam se preparar para enfrentar os novos desafios que são exigidos no mundo do trabalho, diante das mudanças que se processaram nas organizações. Deste modo, as oficinas se propõem a estimular o desenvolvimento de indivíduos autônomos e multifuncionais, capazes de assumir vários tipos de trabalho no início de sua



Folha nº. <u>2955</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Agripino Correia Alves
Reg. 10 de 10

trajetória profissional. As discussões promovem, por intermédio de painéis temáticos, a abordagem de assuntos como saúde, comunicação, marketing pessoal, educação sexual, atendimento ao cliente, orientação profissional, documentação comercial e legislação trabalhista, entre outros. Complementam a formação, a oficina de informática, que instrumentaliza os alunos no uso dessa tecnologia.

Neste programa os jovens têm oportunidade de participarem de 3 programas de iniciação profissional para geração de renda: fotografia, serigrafia e confecção.

B) Faz Tudo

Carga Horária: 744 horas

Estrutura do programa:

O programa é dividido em 2 núcleos, sendo o primeiro deles o profissionalizante e o segundo, formação para a cidadania. O núcleo profissionalizante prevê aulas de elétrica, hidráulica, pintura, carpintaria, telhado, colocação de pisos e azulejos, assentamento de blocos e tijolos, instalação de telhados e revestimento de paredes. Ao final do curso, os alunos constroem uma casa, onde colocam em prática todo o aprendizado, incluindo a parte elétrica e hidráulica e acabamento.

Além do núcleo profissionalizante, o programa também contempla oficinas que desenvolvem competências tais como: comunicação, integração de equipes, criatividade, que tem como objetivo formar indivíduos flexíveis, ágeis, criativos, capazes de trabalhar em equipe e aptos de apreender as informações e transformá-la em conhecimento.

A oficina de informática complementa o programa, assim como, oficinas de educação sexual, documentação comercial e bancária e legislação trabalhista, oficinas de expressão corporal, formação de empreendimentos e outros.

C) Cursos de aperfeiçoamento (ex-alunos)

São oferecidos programas dirigidos aos ex-alunos, formatados a partir da demanda dos mesmos, de acordo com as necessidades que surgem a partir das experiências profissionais. Dentro dos cursos estão os de contabilidade, telemarketing, idiomas (inglês e espanhol), pré-vestibular, leitura e interpretação de plantas de edifícios, montagem e administração de negócios, informática etc.



II – Público: Famílias

Mensalmente são realizadas reuniões com as famílias dos jovens atendidos para discussão sobre temas que envolvam a problemática de como educar os filhos, prevenção de gravidez na adolescência, palestras sobre direitos ao consumidor, Estatuto da Criança e Adolescente etc. Nesta oportunidade, as famílias dos jovens têm a sua disposição um conjunto de serviços jurídicos e médicos oferecidos por voluntários para garantir o acesso a informações sobre seus direitos e sobre sua saúde.

III – Público: comunidades e entidades:

Vide item 10.

9.3 e 9.4 Tempo de duração e periodicidade

Já mencionados anteriormente

9.5. Espaço Físico

A APBM&F conta com sede própria, localizada no bairro do Brás, cujo terreno total tem 1580 metros quadrados e 1067 metros quadrados de área construída.

Suas instalações, em forma de galpões, foram adaptadas às necessidades das atividades desenvolvidas. Duas áreas foram destinadas as oficinas do Faz Tudo, onde se encontram as cabines de elétrica, hidráulica e a área onde é construída a casa no final do curso. A APBM&F dispõe de 2 laboratórios de informática com equipamentos e softwares utilizados no mercado, sendo que um deles conta com 14 equipamentos mantendo a relação 1 aluno por equipamento. O outro laboratório localiza-se no Centro de Referência, num espaço destinado aos alunos e ex-alunos que conta de 8 computadores para a consulta, trabalhos escolares e lazer, conectados à Internet.

Neste espaço os jovens contam também com os serviços de uma biblioteca, um espaço para ouvir música ou assistir vídeos e programas de televisão.

Para as atividades de sala de aula, onde há necessidade de um espaço reservado, a entidade dispõe de 3 salas de aulas com recursos audiovisuais como vídeo, retroprojeto e recursos de som com capacidade para 50, 20 e 15 alunos.



Folha nº. 2957	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

Conta-se também com oficinas multifuncionais que dispõem de 1 laboratório de fotografia e serigrafia com equipamentos próprios para cada área, além de 6 equipamentos fotográficos e 5 ampliadores preto e branco, e também uma oficina de confecção com 10 máquinas de costura de uso doméstico, e 1 máquina reta industrial e 1 overloque.

Um consultório odontológico inteiramente equipado com os recursos mais atuais, juntamente com um consultório médico, complementa as instalações.

Por último, além do espaço externo onde os alunos desenvolvem atividades de expressão corporal, que incluem trabalhos de alongamento e relaxamento do corpo, conta-se também com um refeitório com capacidade para 60 lugares, bem como uma copa de apoio com um depósito para armazenagem de gêneros alimentícios.

9.6 Equipe Profissional

Como uma entidade que atua na área de educação e atendimento social, a APBM&F conta com equipe multidisciplinar que totalizam 15 funcionários contratados. Deste total, 70% atuam como docentes com dedicação integral ou parcial.

Conta-se com a prestação de serviços de 2 cirurgiões dentistas de 2ª a 6ª feira em período integral.

Para o desenvolvimento das oficinas tem-se a prestação de serviços de 11 docentes que são contratados por tempo determinado, de acordo com a experiência profissional de cada um deles. São consultores de empresas, professores universitários, profissionais de beleza, psicólogos etc.

Empresas terceirizadas completam o quadro de prestadores de serviços, nas áreas de alimentação, vigilância e limpeza, totalizando 10 funcionários.

Voluntários

O voluntariado faz parte integrante dos recursos humanos que a APBM&F dispõe. Atualmente totalizam 54 voluntários que se distribuem em atividades complementares aos cursos de capacitação profissional. Tais voluntários se engajam em atividades como ministração de aulas de reforço escolar (matemática, português e inglês) ou ainda em programas de aperfeiçoamento aos ex-alunos



Folha nº	2958	do
Processo	PA-078/1997	
Sônia M. de Jesus Alves		
Reg.	10.003	

que já estão no mercado de trabalho ou que querem se aprofundar em área de conhecimentos específicos (contabilidade, administração de pequenos negócios, preparatório para o vestibular, telemarketing, redação, idiomas – inglês e espanhol, leitura de plantas de edifícios, etc. Advogados, médicos e psicólogos oferecem seus serviços profissionais aos alunos e suas famílias).

Parcerias

O custo de operacionalização dos programas oferecidos pela APBM&F é assumido integralmente pela Bolsa de Mercadorias & Futuros.

No que diz respeito a alguns dos benefícios oferecidos à clientela, a APBM&F conta com a parceria da Medial Saúde para os serviços de atendimento médico a todos os alunos em curso, e com a Odontoprev, para os serviços odontológicos onde se responsabiliza pelo atendimento dos 50% dos jovens. (Os outros 50% são atendidos por uma cirurgia dentista, funcionária da APBM&F)

Para o curso do Faz Tudo, quanto à doação de material para os programas, conta-se com a parceria da Fortilit (tubos e conexões), Docol (torneiras) e Votorantim (cimento e argamassas).

A TS Idiomas e a LCCI são parceiras que oferecem voluntários, para ministrarem cursos de idiomas inglês e espanhol.

Finalmente, acrescenta-se a esses a empresa Lannes & Hoffmann responsável pela implantação da ISSO 9000 na instituição.

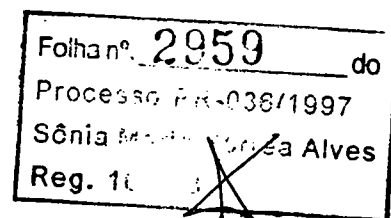
10. Participação na Comunidade

Faz Tudo

Algumas comunidades têm sido beneficiadas com parte dos trabalhos desenvolvidas por alunos, durante parte da aprendizagem do curso Faz Tudo. São elas:

- Favela do Jardim Panorama – situado na zona sul da cidade de São Paulo

Período: dezembro de 1997 a março de 1998.



Através de acordo com uma ONG local, um grupo de alunos que residem na própria favela ou nas proximidades reformaram um imóvel na comunidade, abandonado há 3 anos, onde funcionava uma padaria-escola. Através dessa intervenção, foi possível retomar os cursos profissionalizantes desenvolvidos no local, bem como oferecer a comunidade produtos a preços mais baixos para os moradores.

Neste projeto a BM&F forneceu os recursos necessários para a execução dos trabalhos, como material de construção.

- Favela de Heliópolis – situado na zona sul da cidade de São Paulo

Período: março de 1998 a julho de 1998.

Reforma de uma escola pública de 1º grau situado ao lado da favela. Esta reforma foi realizada pelos alunos residentes na própria favela em que foram recrutados para o curso do Faz Tudo, apoiado por uma ONG local.

Como continuidade deste trabalho, o programa Faz Tudo foi implantado dentro da Favela Heliópolis através de parceria entre a UNAS, o programa “Alfabetização Solidária” da Comunidade Solidária, sob supervisão da APBM&F.

Nesses dois locais a Instituição designou um educador, mestre de obras, que orientou os alunos na execução dos trabalhos, aperfeiçoando os conhecimentos anteriormente adquiridos.

- Jardins do Vale do Anhangabaú

Período: março de 1998

Restauração e execução de obras de jardinagem e de limpeza nos jardins do Vale, acompanhado por educador da área.

Durante a execução desses trabalhos a APBM&F propiciou aos jovens um conjunto de benefícios que proporcionou a realização dos trabalhos. São eles, cesta-básica, vale-transporte, assistência médica e odontológica, uniformes e equipamentos de segurança no trabalho.



Folha nº. <u>2960</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correia Alves
Reg. 10.913

Capacitação para Empregabilidade

Entidades que atendem crianças, como creches e orfanatos, bem como asilos têm recebido parte da produção dos alunos desenvolvida durante as atividades dos cursos. Tal produção é constituída de produtos fabricados e confeccionados pelos alunos de confecção, tais como cortinas, aventais, toalhas de mesa, jogos americanos, toalhas de banho etc. de acordo com as necessidades indicadas pelas instituições atendidas. Os alunos de fotografia registram imagens de pessoas atendidas pelas instituições, cuja produção é inteiramente doada a elas. Em muitos casos, crianças que residem em casas de passagem ou orfanatos não guardam imagens de sua infância. Esse trabalho visa promover o resgate da memória dessas pessoas no futuro. Isso vem ocorrendo sistematicamente desde 1999.

Dentre as entidades atendidas estão os seguintes: Asilo Lar Mãe Mariana, Creche Jardim Sapopemba, Creche Municipal Helena Junqueira, Creche Esperança, Orfanato Lar Denice e Orfanato Paulo de Tarso e Creche São Vito. Esta última vem recebendo, além da doação de produtos de confecção, produtos alimentícios, medicamentos e atendimento odontológicos às crianças da creche.

O objetivo destas atividades é incentivar o desenvolvimento do espírito de cidadania nos jovens participantes do programa para que estes exerçam seu papel como cidadãos, agentes de mudança da situação social no qual estamos inseridos, e promover a melhoria de vida de parte da população também excluída.

11. Contribuição do Programa:

A proposta dos programas implantados na APBM&F vislumbra não apenas tratar das questões que dizem respeito da formação profissional, *stricto sensu*. É impossível lidar com a capacitação de jovens, sem contemplar o ser humano na sua íntegra. O trabalho de formação procura resgatar os valores éticos tão esquecidos, como o desenvolvimento da consciência sobre os direitos e deveres para o exercício da cidadania.

Além disso, preocupa-se com as condições mínimas necessárias para que o indivíduo possa se desenvolver plenamente quanto aspecto ligado à saúde mental e física.

Outro aspecto inovador é que os programas não visam apenas capacitar os jovens para o exercício de uma determinada ocupação definida no mercado de trabalho.



Folha nº. 2961	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

Eles propõem desenvolver competências para que os jovens possam se inserir em diversas funções em diferentes empresas, em situações de início de carreira. Os jovens são preparados para enfrentar as mudanças que se processaram no mercado de trabalho e nas organizações, em função do uso de novas tecnologias, pois não estão focadas em cargos e postos.

Tanto os programas de Capacitação como o Faz Tudo foram desenvolvidos tendo em vista o desafio de formar indivíduos críticos, mas flexíveis, que sejam capazes de confrontar os objetivos e metas pessoais com o seu papel de cidadão num contexto mais amplo, e de transformar a sua realidade dura numa esperança de um mundo melhor.

A partir de maio de 2001, iniciou-se o processo de implantação da ISO 9000 na APBM&F. Através da sistematização de todas as informações a respeito do desenvolvimento das atividades, a entidade estará apta a repassar o know how ou parte dele às empresas e instituições interessadas em reproduzir o modelo ou os programas desenvolvidos.

12. Resultados

Um dos procedimentos adotados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados é o índice de colocação dos jovens no mercado de trabalho, formal ou informal.

A APBM&F oferece aos alunos e às empresas o serviço do Balcão de Empregos. As empresas interessadas em contratar empregados para os seu quadro de funcionários têm a possibilidade de solicitar jovens para entrevista sem custo sobre esse serviço de encaminhamento.

Atualmente o índice de colocação e encaminhamento gira em torno de 73% do total de jovens que concluíram os cursos, desde o início do projeto em 1996. Observou-se através de pesquisa, que a qualidade de vida das famílias atendidas melhorou sensivelmente. Em vários casos, jovens que se encontravam em situação de risco, reverteram sua história de vida.

Outro indicador utilizado é o número de empresas que contratam mais de um ex-aluno ou que indicam para outras empresas o serviço do Balcão de Empregos da APBM&F, que é de 47 empresas. Temos o caso de uma empresa da área de prestação de serviços que contratou 57 jovens formados pela APBM&F.



Folha nº. 2962	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Correia Alves	
Reg. 10.923	

Alguns dos jovens atendidos no início do projeto, atualmente estão engajados em trabalhos comunitários em ONGs, organizando e promovendo atividades educacionais e sociais, com o objetivo de melhorar a vida das populações menos favorecidas. Têm se utilizado da experiência vivida na APBM&F para organizar programas sociais. Portanto, APBM&F está atingindo um dos objetivos a que se propõe desde sua fundação, que é a de incentivar o protagonismo juvenil através do exercício da cidadania.

Por último, constata-se que um dos termômetros utilizados para se aferir os resultados obtidos é o número de interessados que buscam a entidade para se inscrever nos cursos. Atualmente a divulgação dos programas se dá através da mídia e dos alunos e ex-alunos que passaram pelo programa. O número de interessados que se inscrevem é da ordem de 380 pessoas ao mês.

Além disso, a entidade vem sendo solicitada a dar seu depoimento em jornais e em canais de televisão (somente no ano de 2001 foram 7 emissoras de televisão) para divulgar seu trabalho.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE BM&F**CAPÍTULO I**

Folha	2963	do
Processo PR-036/1997		
Sônia Maria Correia Alves		
Reg. 10. 10		

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADE

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE BM&F, associação civil de caráter beneficente e filantrópico, não tendo, portanto, fins lucrativos, com sede e foro nesta cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, doravante designada simplesmente "ASSOCIAÇÃO", tem suas atividades reguladas pelo presente ESTATUTO, respeitada a legislação em vigor.

Artigo 2º - O prazo de duração da "ASSOCIAÇÃO" é indeterminado.

Artigo 3º - A "ASSOCIAÇÃO" tem como finalidade primordial promover e intensificar o ensino profissionalizante e a assistência a menores carentes e suas famílias, na cidade de São Paulo, assistência essa de cunho educacional, social, cívico, moral e esportivo, independentemente de sexo, raça, cor, e credo religioso.

Parágrafo único - Para o cumprimento de seu fim social, a Associação poderá fomentar, sustentar e dirigir:

- I - estabelecimentos para o amparo de menores carentes;
- II - escolas e cursos de ensino profissionalizante;
- III - estabelecimentos destinados à promoção social e cultural do povo;
- IV - obras de outras sociedades ou associações que tenham finalidades análogas;
- V - quaisquer outras consentâneas com os fins sociais;

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO

Folha nº	2964	do
Proc. nº	000/1997	
Sônia		ves
Reg. 1º		

Artigo 4º - A "ASSOCIAÇÃO" compõe-se de duas categorias de associados, a saber:

I - Associado Vitalício, que é a **BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS - BM&F**, associação civil sem fins lucrativos, com sede nesta Capital, à Praça Antonio Prado, nº 48, inscrita no CGC/MF sob o nº 54.641.030/0001-06;

II - Associados Eleitos, cujos nomes deverão receber, em cada mandato, indicação e aprovação prévias do Associado Vitalício, por seu Conselho de Administração, e serem eleitos por maioria absoluta de votos do Conselho Deliberativo; cada mandato terá a duração de um ano, sempre permitida a reeleição, desde que observados, em cada reeleição, os requisitos para a primeira investidura.

Parágrafo único - Os Associados Eleitos são quatro, podendo seu número ser aumentado por deliberação do Conselho Deliberativo, com prévia indicação e aprovação do Associado Vitalício, que será sempre ouvida através de seu Conselho de Administração.

Artigo 5º - Os Associados obrigam-se a conjugar esforços para que a "ASSOCIAÇÃO" atinja seus objetivos, prestando serviços, conforme as atribuições que lhe forem determinadas.

Artigo 6º - Os Associados não são remunerados por suas funções, podendo servir como Associado Eleito pessoa que ocupe cargo executivo na **BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS - BM&F**, Associado Vitalício.

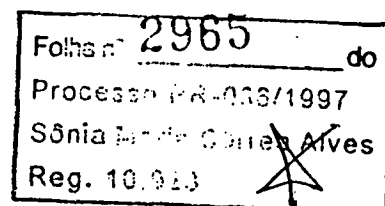
Parágrafo único - Os Associados não respondem, solidária e nem subsidiariamente, pelas obrigações da "ASSOCIAÇÃO".

Artigo 7º - Nas suas faltas ou impedimentos, os Associados Eleitos poderão ser substituídos nos cargos ou funções que estiverem exercendo, um pelo outro, a juízo do Conselho Deliberativo.

§ 1º - Por solicitação do Associado Vitalício, em cumprimento a deliberação de seu Conselho de Administração, e mediante aprovação do Conselho Deliberativo da "ASSOCIAÇÃO", o Associado Eleito poderá ser substituído por outra pessoa durante o curso de seu mandato.

§ 2º - Se a ausência ou impedimento do Associado Eleito durar por mais de seis meses, o Conselho Deliberativo poderá substituí-lo, pelo restante do mandato anual, mediante eleição, com indicação e aprovação prévia do Associado Vitalício.

CAPÍTULO III



DO FUNCIONAMENTO E DIREÇÃO

Artigo 8º - A "ASSOCIAÇÃO", para cumprir suas finalidades, poderá criar, interromper ou suprimir qualquer atividade que se proponha a oferecer, gratuitamente, a menores carentes e suas famílias, competindo ao Conselho Deliberativo decidir quanto à conveniência e oportunidade dessas providências.

Artigo 9º - O Conselho Deliberativo é o órgão de direção superior da "ASSOCIAÇÃO".

Artigo 10 - A Administração Geral é o órgão executivo das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

SEÇÃO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 11 - O Conselho Deliberativo é constituído pelos Associados Eleitos que estiverem no exercício efetivo de suas funções, e pelo representante do Associado Vitalício, que será o Presidente do seu Conselho de Administração, ou pessoa por ele indicada, por escrito.

Artigo 12 - Ao Conselho Deliberativo compete:

I - deliberar sobre todos os assuntos de interesse da "ASSOCIAÇÃO" e que digam respeito ao fim para qual foi criada;

II - empossar os seus membros;

III - elaborar o Regimento Interno;

IV - aprovar, com ou sem alterações, o Orçamento Anual proposto pela Administração Geral;

V - deliberar sobre a aplicação a ser dada ao saldo que se verificar em cada exercício financeiro, depois de aprovar as contas do ano anterior;

VI - eleger, anualmente, no mês de janeiro, os Associados Eleitos, na forma do artigo 4º, II para mandatos que principiam nessa data, com término no dia 31 de dezembro, permitindo-se, em relação a cada cargo de Associado Eleito, ao Conselho Deliberativo deixar de eleger duas indicações feitas pelo Associado Vitalício;

VII - apreciar e votar, anualmente, no mês de janeiro, o relatório da Administração Geral do ano anterior;

VIII - estabelecer, até o mês de dezembro, o plano de ação e a proposta orçamentária da "ASSOCIAÇÃO" para o ano seguinte;

IX - deliberar sobre aceitação de doações, compra, venda, comodato ou oneração de imóveis, impondo-se, para quaisquer dessas providências, a aprovação do Associado Vitalício, mediante prévia anuência de seu Conselho de Administração;

X - estabelecer os lineamentos básicos do quadro de funcionários e da respectiva política salarial.

Folha nº	2966	do
Processo	033/1997	
Sônia A. M. Alves		
Reg. 10		

Artigo 13 - O Conselho Deliberativo reúne-se, ordinariamente, nos meses de janeiro e dezembro de cada ano, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º - As convocações do Conselho Deliberativo podem ser feitas pelo seu Presidente, pelo Associado Vitalício, ou a requerimento da maioria dos Associados Eleitos, sempre com antecedência mínima de cinco dias.

§ 2º - O **quorum** para reuniões do Conselho é, no mínimo, de três Associados, um dos quais o Associado Vitalício.

§ 3º - O Representante da Administração Geral poderá comparecer às reuniões do Conselho Deliberativo como assessor, sem direito a voto.

Folha nº 2967	do
Processo PR-026/1997	
Sônia Maria Correia Alves	
Reg. 1º	3

§ 4º - As resoluções do Conselho Deliberativo são tomadas por maioria absoluta de votos, salvo quando disposto em contrário neste Estatuto, tendo o Presidente direito de voto, cumprindo-lhe, ainda, se necessário, exercer, também, o voto de desempate.

Artigo 14 - Na reunião de janeiro, o Conselho Deliberativo elege seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário, todos com mandato de um ano, podendo ser reeleitos;

Artigo 15 - Ao Presidente do Conselho compete:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - empossar os membros da Administração Geral até cinco dias depois da respectiva indicação pelo Associado Vitalício, sendo que, em seu silêncio, decorrido o referido prazo, considerar-se-á empossado, sem outras formalidades, aquele membro.

III - representar a "ASSOCIAÇÃO" em juízo ou fora dele, cabendo-lhe outorgar procurações "ad negotia" ao Supervisor Geral da "ASSOCIAÇÃO", bem como procurações "ad iudicia".

Artigo 16 - O Presidente é substituído nas suas ausências ou impedimentos, na seguinte ordem: Vice-Presidente; Secretário.

Artigo 17 - Ao Vice-Presidente compete assistir ao Presidente em suas atribuições e substituí-lo em suas ausências ou impedimentos.

Artigo 18 - Ao Secretário compete:

- I - secretariar as reuniões do Conselho, lavrando suas atas;
- II - responder pelo expediente;
- III - supervisionar o arquivo, que ficará sob sua guarda.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Artigo 19 - A Administração Geral é o órgão de execução das diretrizes traçadas pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 20 - A Administração Geral é exercida por um Supervisor Geral, indicado pelo Associado Vitalício.

Artigo 21 - À Administração Geral compete:

- I - contratar, destituir ou exonerar os funcionários de todas as categorias que forem necessários à execução das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, bem como estabelecer seus salários, respeitado o disposto no art. 12, inciso X;
- II - administrar as finanças e o patrimônio da Associação, apresentando relatório de suas atividades, bem como o balanço do exercício anterior, ao Conselho Deliberativo, em sua reunião ordinária de fevereiro, remetendo cópia ao Associado Vitalício;
- III - tomar todas as providências necessárias para que a "ASSOCIAÇÃO" cumpra as finalidades expressas no artigo 3º deste ESTATUTO;
- IV - encaminhar ao Conselho Deliberativo, até a sua reunião de dezembro, o plano de ação e a proposta orçamentária para o ano seguinte.

Artigo 22 - Ao Supervisor Geral compete:

I - fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo e zelar pelo cumprimento da finalidade social;

II - representar a "ASSOCIAÇÃO", ou designar pessoa para tal, em todos os atos que essa representação não esteja expressamente reservada ao Presidente do Conselho Deliberativo (art. 20), respeitando os poderes que lhe forem confiados nos termos do art. 15, inciso III.

Parágrafo único - O Supervisor Geral é substituído, em suas ausências ou impedimentos, por pessoa indicada pelo Associado Vitalício.

Artigo 23 - Os vencimentos dos membros da Administração Geral são fixados pelo Conselho Deliberativo, ouvindo-se, previamente, o Associado Vitalício.

Artigo 24 - O Associado Vitalício, por seu Conselho de Administração, poderá, a qualquer tempo, substituir o membro da Administração Geral, ou indicá-lo em qualquer situação de vacância, procedendo-se, conforme o disposto no art. 15, II.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 25 - A receita da "ASSOCIAÇÃO" será constituída de contribuições da BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS, sua instituidora e principal mantedora, e, também, de ofertas e doações de quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, bem ainda de eventuais auxílios e/ou subvenções dos Poderes Públicos.

Artigo 26 - No caso de dissolução, os bens da "ASSOCIAÇÃO", liquidado o passivo, serão transferidos para entidade de fins educacionais e filantrópicos, registrada no CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, indicada pelo Associado Vitalício, através de seu Conselho de Administração, e serão aplicados, necessariamente, conforme as finalidades previstas no artigo 3º deste ESTATUTO, ressalvados os bens recebidos por doação com destinação específica.

Parágrafo único - Os direitos de uso do imóvel da sede da "ASSOCIAÇÃO" será cedido, a título gratuito, medidante comodato, pela **BOLSA DE MERCADORIAS & DE FUTUROS - BM&F**, Associado Vitalício, conforme contrato de comodato, por prazo indeterminado, a ser assinado após a aprovação deste Estatuto. Dissolvida a "ASSOCIAÇÃO" ou caso o Associado Vitalício não mais deseje manter o comodato, a posse e os direitos de uso do mencionado imóvel retornarão, incontinenti, ao Associado Vitalício. Na hipótese de denúncia do comodato, o Associado Vitalício deverá, para tanto, notificar a "ASSOCIAÇÃO", com o prazo de 120 (cento e vinte) dias para a desocupação do imóvel, sob pena de esbulho e de pagamento de aluguel, conforme o disposto no art. 1.252 do Código Civil.

Artigo 27 - Nenhum terreno, edifício ou outro bem de raiz poderá ser doado, vendido, permutado, gravado ou cedido em comodato, sem que, em reunião convocada para esse fim, com aviso prévio de trinta dias, seja essa transação aprovada pelo menos por três dos Associados Eleitos e pelo Associado Vitalício, por seu Conselho de Administração.

Artigo 28 - Casos omissos serão resolvidos pelo voto de três membros do Conselho Deliberativo, um dos quais, obrigatoriamente, o do representante do Associado Vitalício.

Artigo 29 - Este ESTATUTO pode ser reformado mediante proposta, por escrito, assinada por um de seus Associados, submetida ao Conselho Deliberativo convocado especialmente para esse fim, com antecedência mínima de trinta dias, e aprovado pelo voto de, pelo menos, três dos Associados Eleitos, bem como do representante do Associado Vitalício.

Artigo 30 - Os quatro primeiros Associados Eleitos do Conselho Deliberativo serão indicados pelo Conselho de Administração do Associado Vitalício.

Artigo 31 - Este ESTATUTO, bem como qualquer emenda ou reforma, entra em vigor após sua aprovação pelo Associado Vitalício, através de seu Conselho de Administração.

REGISTRADO SOB Nº 259538/96, NO 3º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA CAPITAL, EM 31.01.96

Equipe Profissional:

Juliana Pires da Costa Pagano - Supervisora Geral
Marta Harumi W. Cavalheiro - Coordenadora de Cursos
Margaret Silvestre de Oliveira - Assistente Social
Joana D'Arc Mattos Chahad - Pedagoga
Luís Carlos Medeiros - Informática
Ordinei Luiz Silva - Faz Tudo
Carlos Alberto Haj - Faz Tudo
Dra. Karen Rodrigues Alves - Dentista
Cláudio Antonio Ramallo - Silk Screen
Mathilde Massaru Campiello - Confecção
M. Cristina Sanches Brandão - Fotografia
Júlio César Santos - Monitor de Informática
M. Claudia Martins - Atendimento ao Candidato e Aluno
Selma M. Fernandes Gaspar - Secretária
Pires - Limpeza e Segurança
De Nadai - Alimentação

Docentes:

Ivete Bertassoli Dias Giacón - Marketing Pessoal
Pedro João Cury - Livre Conhecimento
Angelo Sanga - Comunicação
Célia Teresinha Ferreira - Alimentação
Lilian Yepes do Lago - Documentação Comercial
Lúcia Freitas de Amorim - Alimentação
M. Cecília T. Oliveira Costa - Expressão Corporal

Parceiros:

Medial Saúde - Assistência Médica
Odontoprev - Dentista - Dra. Daniela Silva de Faria
Lannes & Hoffman - ISO 9001
CEAF - Educação Sexual
Fortlit - Tubos e Conexões
Docol - Torneiras
Votorantim - Cimento
TS Idiomas - Aulas de Inglês e Espanhol
LCCI/Câmara de Londres - Aulas de Inglês
Univ. São Judas Tadeu - Educação para o Pensar
Atelier Gourmand - Encaminhamento de jovens para
Curso de Gastronomia

Voluntários:

Advogadas:

Cristina Soari Asazu
Maria Luiza Souza Duarte

Arquitetos – Leitura de Plantas:

Cláudio Miotto
Rejane Gomes da Silva Coimbra

Assessoria em RH:

Sonia Faria Silva

Balcão de Empregos:

Ana Cristina de S. Campos
Sônia Teixeira da Costa

Comunicação e Expressão Escrita:

Lizandra Magon de Almeida

Contabilidade:

Dalton Leiri
Luciano Pazin

Curso para geração de renda a pais desempregados:

Neusa Maria Cabrera Pinto

Curso sobre Cooperativa/Empreendedorismo:

Fátima Silva
Marcos Bidart de Novaes

Educação Sexual - CEAF:

Ana Lúcia Puodzius
Anna Maria Spinola
Eloisa Elena Carneiro
Miriam Simone Meneses

Eventos:

Alfredo Chahad Jr.

Implantação ISO 9001:

João José Lannes
Silvana Carvalho Hoffmann

Inglês:

Celso Antonio de Oliveira
Elizabeth Regina Baptista de Oliveira
Glauro V. D. Padula
Maria Edileusa Ribeiro Pinto

Inglês - LCCI/Câmara de Londres:

Cristiani Abreu Coelho
Sandra Mônica Szwarc

Inglês/Espanhol – TS Idiomas:

Ana Cristina Busnelli
André Costa Parlatto
Carolina Correia dos Santos
Cláudio Antonio Ramallo
Lais Aparecida de Araújo
Lilian Faria
Margareth L. Campos Negreiros
Priscila Guardia S. Mathias
Priscilla Seridarian

Jornal Fique Ligado:

Lizandra Magon de Almeida

Médicos:

Alessandra Pereira da Silva
Hélio Vitell
Ricardo Antunes

Organização da Biblioteca:

Luciana Maria da Silva
Sandra Maria de Oliveira
Willame Santos Rodrigues

Pré-Vestibular:

Cristina Formentoni
Jayne Margareth Fernandes
Paula Carolei

Programa de Enriquecimento Instrumental:

Francisco Saraiva de Andrade Jr.

Psicólogos:

Lúcio de Oliveira
Patrícia Xavier Nascimento
Sonia Faria Silva

Reforço Escolar:

Anna Nagai Matsumoto,
Márcia Tanji
Mônica M. Futami
Pedro Luiz Regensteiner
Sung Jonn Lim

Telemarketing:

Maria Edna de Souza Lima

Vacinação:

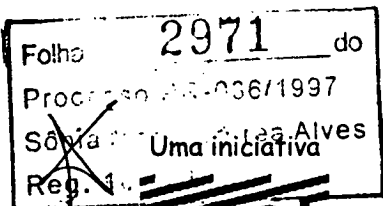
Débora Cristina Montini



Associação Profissionalizante BM&F

Rua Monsenhor Andrade, 331/341 - Brás
☎ 229.9033 - São Paulo, SP

www.asspro.bmf.com.br
email: asspro@bmf.com.br



BM&F
BRASIL

Bolsa de Mercadorias & Futuros

Praça Antonio Prado, 48 - Centro
☎ 3119.2000 - São Paulo, SP

www.bmf.com.br
email: bmf@bmf.com.br

Associação Profissionalizante BM&F – APBM&F

Inauguração:

13 de fevereiro de 1996;

Missão:

Promover o desenvolvimento do jovem excluído, visando sua auto-estima, dignidade, cidadania e empregabilidade;

Público-alvo:

Adolescentes entre 15 e 20 anos, matriculados na rede pública de ensino e moradores da periferia de São Paulo;

Objetivo:

Promover os direitos destes jovens e educá-los para a vida e para o trabalho;

Área de Atuação	Atividades	Atendimento em 2001
Formação Profissional através do Programa "Capacitação para Empregabilidade"	Marketing Pessoal, Recepção e Atendimento ao Cliente, Atendimento Telefônico, Comunicação, Documentação Bancária e Comercial, Serviços de Alimentação, Vendas, Formação de Empreendedores, Empregabilidade	124 Jovens
Formação Profissional através do Programa "Faz Tudo"	Elétrica, Hidráulica, Colocação de Pisos e Azulejos, Pintura, Carpintaria, Telhadista Assentamento de Blocos e Tijolos, Qualidade do Atendimento ao Cliente, Documentação Comercial, Organização de Empreendimentos	308 Jovens SP/RJ
Iniciação Profissional para a Geração de Renda	Fotografia, Serigrafia, Confecção	248 Jovens
Informática	Windows, Word, Excel, PowerPoint, Internet, Home Design 3D, LOGO, SimCity	278 Jovens
Reforço Escolar	Acompanhamento das atividades escolares e estímulo ao hábito de buscar e gostar de adquirir informações e conhecimentos	260 Jovens
Formação Pessoal	Saúde e Higiene, Auto-Conhecimento, Relacionamento Interpessoal, Cidadania, Criatividade, Trabalho em Equipe, Relacionamento com o Mercado e Ambientes de Trabalho, Comunicação, Iniciativa, Expressão Corporal, Arte-Educação, Educação Física, Aprender a Pensar, Educação Sexual, Valores	432 Jovens
Ex-Alunos	Línguas, Contabilidade, Reciclagem Profissional, Cursinho Pré Vestibular, Telemarketing, Empreendedorismo (todos desenvolvidos por Voluntários)	470 Jovens
Famílias	Dinâmicas de Grupo, Atendimento Social e Individual, Médico e Jurídico, Curso p/ Geração de Renda.	1.120
Utilização do "Centro de Referência Dorival Rodrigues Alves"	Recursos como: Livros, Revistas, Computadores, Jogos, Vídeos e Músicas	2.000 Jovens
Visitas Culturais e de Lazer	Visitas a Empresas, ao Centro de São Paulo, a Eventos Culturais, etc	290 Jovens
Atendimento Odontológico	Tratamento e Prevenção Apoio: Odontoprev	1.540
Atendimento Médico	Parceria com a Medial Saúde	1.100
Assistência Psicológica	Voluntários e Profissionais da APBM&F	1.140
Visitas Domiciliares	Avaliação sócio-econômica para seleção ou necessidade de acompanhamento	110
Contribuição para a Comunidade	Protagonismo juvenil através do exercício da cidadania	4 Orfanatos 1 Asilo 1 Posto de Saúde
Balcão de Empregos	Encaminhamento Gratuito dos Ex-Alunos para Processos Seletivos e Preenchimento de Vagas	195 jovens
Benefícios	Cesta-Básica Vale Transporte Bolsa Auxílio Refeições Uniformes Kit de Material Óculos	1.080 77.040 528 75.900 868 248 030
Inscrições	Fichas Registradas	2.500

Prêmios:

Prêmio ECO, na categoria Educação, concedido pela Câmara Americana de Comércio, em 1998;
Prêmio Top Social, concedido pela ADVB, em 2000, Prêmio Top Social 2001 para o Programa "Faz Tudo", concedido pela ADVB. Três importantes prêmios de reconhecimento à cidadania empresarial.

ASE STUDIES

revista brasileira de management

ESPECIAL AÇÃO SOCIAL

PRICEWATERHOUSECOOPERS
Contribuindo para a redução do gap social

Folha nº 2972 do
Processo nº 036/1997
Sonia Correa Alves
Reg. nº 3



FUNDAÇÃO BANKBOSTON

Em sintonia com os direitos da criança e do adolescente

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE BM&F
Investindo na capacitação dos jovens de baixa renda

FUNDAÇÃO CSN

Formando profissionais e construindo a cidadania

NESTLÉ

Engajando o voluntariado no combate à desnutrição

WHITE MARTINS

Uma contribuição para o resgate da dívida na saúde

FIAT AUTOMÓVEIS

O cinema a serviço de um projeto educacional

UNIBANCO

Uma ação social aliada à questão ambiental

FUNDAÇÃO ORSA

Incentivando a cidadania e a inclusão social

PETROBRAS

O esporte transformando a vida de uma comunidade



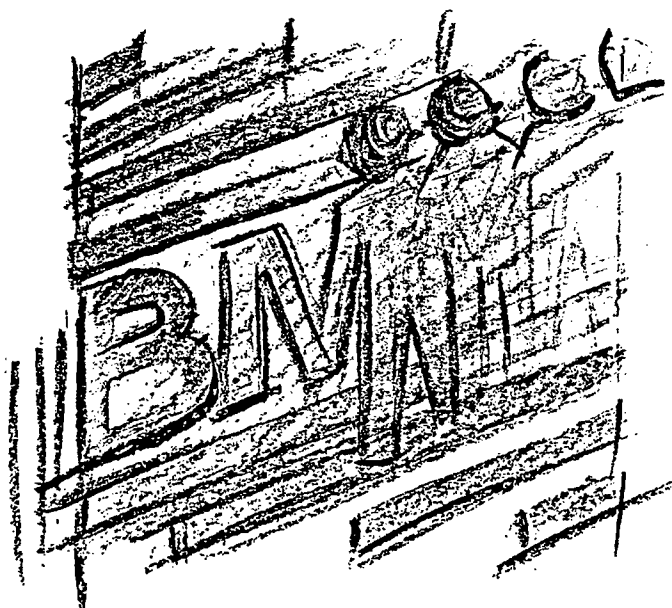
PERSONAL CASE

CARLOS SALLES

Consultor de empresas e presidente do Conselho da Xerox do Brasil

INVESTINDO NA CAPACITAÇÃO DOS JOVENS DE BAIXA RENDA

A redução do número de postos oferecidos no mercado de trabalho para trabalhadores desqualificados, em função dos avanços tecnológicos promovidos pela busca de melhoria da qualidade e a conseqüente pressão para a queda no nível de produção no âmbito das organizações, trouxeram como resultado imediato a exclusão de uma grande parcela da população que não tem acesso aos meios de informação e atualização.



O fenômeno da globalização, favorecido pelo avanço das novas tecnologias, em particular com desenvolvimento das telecomunicações, da informática, da engenharia genética, tem possibilitado de um lado a geração de grandes riquezas, e, de outro, revela a realidade de uma parcela da população que vive à margem desse processo, enfrentando a pobreza, a criminalidade e a marginalidade.

Se aliado a esse fato, ainda considerarmos os dados de realidade que em 1992, segundo o IBGE, 82 % das crianças de 14 anos estavam atrasadas na escola e que, mesmo em 1999, estas representavam 73% do total e, como agravante, na Síntese do IBGE aponta-se que, no Brasil, 29% do total da população são analfabetos funcionais, ou seja, pessoas com mais de 15 anos que estudaram por um período inferior a 4 anos e têm dificuldades para ler e entender o que lêem, as perspectivas são pessimistas.

Soma-se a isso, a falta de otimismo que cerca os jovens em relação ao seu futuro. Segundo pesquisa realizada pela ONU, através do Unicef, a juventude

brasileira encontra-se em segundo lugar no ranking de pessimismo sendo que a cada 10 jovens, 7 acreditam que não irão ter condições de viver e trabalhar melhor que os seus pais. Parte desse pessimismo se deve à enorme diferenciação social e econômica que são identificados por fatores de pobreza, analfabetismo e violência que enfraquecem a possibilidade de sucesso dos jovens brasileiros. A falta de perspectiva faz com que os jovens passem a se envolver com outros valores, tais como o individualismo, a violência e a fuga da realidade através do uso da droga.

Diante desse quadro, a Associação Profissionalizante BM&F - APBM&F, que já vinha desenvolvendo um trabalho de capacitação profissional de jovens carentes com o 1º grau completo, através do programa denominado Capacitação para Empregabilidade, se propôs a atender à demanda de uma parcela da população ainda mais excluída, que não teve oportunidade de dar prosseguimento aos estudos e que, por esta razão, não foi atendida em sua necessidade de fazer frente às mudanças que se processam no mundo do trabalho.

Atenta aos indícios de que existe uma lacuna no mercado de trabalho no que diz respeito à necessidade de um profissional que seja capaz de realizar pequenos reparos em condomínios, empresas ou residências, idealizou-se o Programa Faz Tudo, realizado em São Paulo, na Associação Profissionalizante BM&F (APBM&F), com sede na Rua Monsenhor Andrade, 331, Brás; e no Rio de Janeiro, no Centro Profissionalizante Dorival Rodrigues Alves, na Vila Olímpica do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, que reproduziu o projeto nesta cidade.

O programa foi concebido tendo como referência a necessidade de formar profissionais que dominem um amplo leque de conhecimentos, não só dos ofícios ligados ao programa em si, mas que privilegiem conteúdos que desenvolvam o raciocínio lógico, que promovam a capacidade de transferir conhecimentos de uma

área para a outra, bem como possam propiciar o convívio em grupo.

Para cumprir com o programa proposto a APBM&F e o Projeto Mangueira contrataram profissionais aptos, dentro de sua área de conhecimento, que estivessem dispostos a enfrentar do desafio de

capacitar jovens excluídos e transformá-los em cidadãos e profissionais que possam assumir seu lugar na sociedade produtiva.

PRINCÍPIOS

Um dos princípios básicos que orienta o programa, diz respeito à própria missão da APBM&F e do Projeto Faz Tudo, da Mangueira, que é de promover o desenvolvimento do jovem excluído, visando sua auto-estima, dignidade, cidadania e empregabilidade.

Além disso, o Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, diz que "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

Por acreditar que as atuais condições sociais só poderão ser alteradas com a participação de toda sociedade civil, a BM&F, desde os seus primeiros anos de atividade, se preocupa com a questão de responsabilidade social das empresas num país de tantos contrastes sociais como é o caso do Brasil.

Iniciativas empreendidas pela BM&F na área social, tais como o investimento em programas educacionais e em patrocínios culturais e ao esporte, além de contribuir financeiramente para o sustento de 16 entidades filantrópicas, se somaram à vontade de montar um projeto próprio como é o caso da Associação Profissionalizante BM&F, através de dois programas de capacitação profissional. No ano 2000, decidiu levar o Programa Faz Tudo para o Rio de Janeiro, em especial à comunidade mangueirense, devido às necessidades observadas naquele local.

OBJETIVOS DO PROJETO

Promover a formação pessoal e profissional de jovens entre 15 e 20 anos, de baixo poder aquisitivo, preparando-os para o ingresso no mercado de trabalho nas áreas de manutenção geral de edifícios, condomínios e residências, como prestador de serviço autônomo, ou mesmo em outros setores produtivos, como por exemplo em escritórios, em cargos de início de carreira.

Além da capacitação profissional propriamente dita, o projeto tem como objetivo estar propiciando o desenvolvimento de ações comunitárias que se revertam em benefício para a própria comunidade em

Folha nº. 2974 do

Processo PR-036/1997

Sônia Maria Correia Alves

Reg. 10.233

**A Associação
Profissionalizante
BM&F montou o
Programa
Capacitação
para
Empregabilidade**

que vivem. Significa dizer que parte do conhecimento prático obtido nos programas são utilizados na reforma ou recuperação de espaços públicos ou entidades/associações comunitárias que necessitem desse tipo de intervenção.

PROGRAMA FAZ TUDO

Faz Tudo - módulo I,
carga horária total de 720 horas

Adequando-se ao novo paradigma estabelecido nas organizações, ou seja, de empregar indivíduos que sejam capazes de aglutinar várias funções, sendo simultaneamente flexíveis, ágeis, criativos, capazes de trabalhar em equipe e principalmente serem capazes de apreender novas informações e transformá-

las em conhecimento, como o próprio nome já diz, o programa se propõe a desenvolver uma maneira de capacitação profissional onde a polivalência prevaleça no desenvolvimento dos conteúdos.

Parte dos conteúdos destina-se à formação em 8 áreas da construção civil, tais como: carpintaria, instalações elétricas e hidráulica, pintura, colocação de pisos e azulejos, assentamento de blocos e tijolos, instalação de telhados e revestimento de paredes. Este bloco denomina-se Núcleo Profissionalizante.

Além do núcleo mencionado, há o de Formação para a Cidadania. Incluem-se neste núcleo: aprendendo a aprender, relações interpessoais, informática (Word, PowerPoint, linguagem Logo, Home Design 3D, Sim City e Internet), saúde, documentação comercial e legislação trabalhista, educação sexual, prevenção e combate a incêndios, visitas culturais, oficina de arte e criatividade, oficina de expressão corporal, formação de empreendedores e outros.

Estão também contemplados no programa o reforço escolar em matemática e português, com ênfase em leitura e interpretação de textos.

Faz Tudo - Módulo II,
carga horária de 160 horas

Conforme mencionado anteriormente, a APBM&F já realizou trabalhos junto a algumas comunidades e favelas de São Paulo, assim como em praças públicas.

Recentemente o projeto instalado na comunidade da Mangueira realizou a reforma e restauração das instalações de uma creche comunitária dentro da

Fundação Leão XIII ~~situado~~ na comunidade do Telégrafo, bem como deu início aos trabalhos de reforma da Associação de Moradores da Candelária, incluindo-se também a construção de quatro salas de aula neste mesmo local.

Este módulo tem como objetivo mobilizar os próprios jovens que frequentam o curso e que residem nas proximidades do projeto, sendo monitorados pela equipe de instrutores. Este processo contribui para o desenvolvimento da cidadania e de participação social, pois resgata, ao mesmo tempo, o sentimento de auto-estima dos jovens por receber o reconhecimento pelo trabalho realizado por parte da comunidade, como também estes passam a exercer o seu papel como agentes transformadores da realidade social.

PÚBLICO-ALVO E BENEFICIÁRIOS

Meta de atendimento/ano

Anualmente, são beneficiados na APBM&F 120 jovens e 120 pais ou responsáveis, totalizando 240 pessoas; na Mangueira, 180 jovens.

Perfil do público beneficiado

APBM&F - Jovens entre 15 e 20 anos, com renda familiar mensal de até três salários mínimos, originários de várias regiões da Grande São Paulo, principalmente da periferia, residentes em favelas, casas abrigos, orfanatos etc. Inclui-se também jovens que estão em regime de liberdade assistida por terem cometido algum delito. No que diz respeito às condições de vida e nível educacional, constata-se que esses jovens têm pouca perspectiva de melhoria da qualidade de vida e de trabalho, devido ao grande nível desigualdade social, altos índices de violência a que estão expostos e poucas opções de lazer e de esportes. Quanto a condições de ingresso na sociedade produtiva, são remotas as possibilidades de disputa por uma vaga no mercado de trabalho, devido a falta de formação profissional e de baixa escolarização.

Mangueira

Adolescentes entre 15 e 18 anos moradores da comunidade da Mangueira e adjacências.

OS BENEFICIÁRIOS DO PROJETO (DIRETOS E INDIRETOS)

Beneficiários diretos

Além dos próprios jovens atendidos, as famílias destes também se beneficiam do projeto. Mensalmente

são distribuídas cestas básicas para cada uma das famílias. Nesta oportunidade são ministradas palestras sobre assuntos que envolvem a problemática de como educar os filhos, gravidez na adolescência, uso de drogas, sexo, doenças sexualmente transmissíveis, palestras sobre direitos do cidadão etc. Nesta mesma ocasião, são oferecidas às famílias dos alunos e ex-alunos, assistências jurídica e médica, através da equipe de voluntários da entidade.

Beneficiários indiretos

Os beneficiários indiretos são, em primeiro lugar, as próprias entidades ligadas às comunidades de favelas onde os alunos vivem, como por exemplo a comunidade da favela Heliópolis, favela do Jardim Peri, Jardim Panorama, favela Paraisópolis entre outras, que encaminham jovens que não dispõem de recursos financeiros para oferecer cursos profissionalizantes como é o caso do Programa Faz Tudo. No caso do Rio de Janeiro, os beneficiários indiretos são a própria comunidade da Mangueira. No ano 2000, os alunos do curso Faz Tudo reformaram as rede de instalações elétricas numa creche denominada Leão XIII, bem como o parque infantil utilizado pelas crianças atendidas pela entidade, situado no morro da Mangueira.

Para desenvolver e fortalecer o trabalho dessas entidades junto à sua própria comunidade, a APBM&F e o Projeto Social Mangueira abrem a possibilidade, através dos serviços prestados por alunos do Programa Faz Tudo, de promover a reforma ou reparação de creches, casa-abrigos ou outros edifícios de utilidade pública. Nesse caso os alunos têm a possibilidade de se aperfeiçoarem no aprendizado já adquirido, assim como podem reverter o conteúdo dessa aprendizagem em benfeitoria para a própria comunidade em que vivem.

Pode-se dizer também que, em última instância, a própria sociedade se beneficia dos resultados alcançados pelo esforço da APBM&F e do Projeto Social da Mangueira, uma vez que, à medida que se investe na formação pessoal e profissional desses jovens, reduz-se os índices de criminalidade, gerando a possibilidade destes de se engajarem na economia produtiva.

RESULTADOS DOS TRABALHOS DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

APBM&F

Favela do Jardim Panorama -

Situada na Zona Sul da cidade de São Paulo -

Período: dezembro de 1997 a março de 1998

Através de acordo com uma ONG local, um

grupo de alunos que residem na própria favela ou nas proximidades reformaram um imóvel da comunidade, abandonado há três anos, onde funcionava uma padaria-escola. Através desse esforço foi possível retomar os cursos profissionalizantes desenvolvidos no local, bem como oferecer à comunidade produtos a preços mais baixos para os moradores.

Neste projeto a BM&F forneceu os recursos necessários para a execução dos trabalhos, como, por exemplo, material de construção.

Favela Heliópolis -

Situada na Zona Sul da cidade de São Paulo -

Período: março de 1998 a julho de 1998

Reforma de uma escola pública de 1º grau situada ao lado da favela. Esta reforma foi realizada pelos alunos residentes na própria favela que foram recrutados para o curso do Faz Tudo, apoiado por uma ONG local.

Nesses dois locais a APBM&F designou um educador mestre-de-obras que orientou os alunos na execução dos trabalhos, aperfeiçoando os conhecimentos anteriormente adquiridos.

Jardins do Vale do Anhangabaú -
março de 1998

Restauração e execução de obras de jardinagem e limpeza nos jardins do Vale, acompanhado de educador da área. Durante a execução desses trabalhos a APBM&F propiciou aos jovens um conjunto de benefícios que proporcionou a realização dos trabalhos. São eles cesta-básica, vale-transporte, assistência médica e odontológica, uniformes e equipamentos de segurança para o trabalho.

Mangueira
Reforma das instalações da Associação Leão XIII -
Localizada na comunidade do Telégrafo.
Início de 02 a 05 de outubro de 2000

A reforma consistiu na recuperação das instalações do prédio onde está instalada uma creche comunitária, fazendo parte das obras os trabalhos em alvenaria, instalações elétricas e hidráulicas, como também em carpintaria, na reconstrução do parque infantil.

Folha 2976 do
Processo PR-036/1997
Reg. 10.003
Alves

Além dos próprios jovens atendidos, as famílias também se beneficiam do projeto

Reforma do imóvel onde se localiza a Associação de Moradores da Candelária - Início dos trabalhos - março de 2001 - Término previsto para o mês de maio de 2001

Neste imóvel todos os alunos matriculados no curso participam da reforma, que compreenderá todas as áreas desenvolvidas no curso, a saber: pedreiro, assentador de pisos e azulejos, pintura, instalador elétrico e hidráulico e telhadista.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO

APBM&F

Município de São Paulo e Grande São Paulo

Mangueira

Morro da Mangueira localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro e as comunidades do entorno.

METAS E RESULTADOS DE ATENDIMENTO

Na APBM&F tem-se como meta atender 120 alunos e 120 pais ou responsáveis por ano, sendo que desde o início do programa até o momento, foram atendidos 400 alunos e 400 pais ou responsáveis.

No caso do Projeto Faz Tudo, na Mangueira, até o momento foram atendidos 160 jovens, sendo que se tem como meta para 2001, o atendimento de 180 no total.

Isto significa dizer que nos projetos foram atendidos, até o momento, 560 jovens. Para o ano 2001, como meta a ser atingida, tem-se um total de 300 jovens.

PARCERIAS

Na cidade de São Paulo, a APBM&F é mantida pela Bolsa de Mercadorias & Futuros desde fevereiro de 1996. O Projeto Faz Tudo em particular conta com a parceria da Fortilit Tubos & Conexões que fornece o material hidráulico para o desenvolvimento dos programas.

No que diz respeito aos benefícios, quanto ao atendimento médico e odontológico, a APBM&F conta com a parceria da Medial Saúde e da Odontoprev, respectivamente, para os dois serviços oferecidos aos alunos.

Desde o início do projeto, graças ao trabalho de uma equipe de voluntários a APBM&F vem con-

tando com outros serviços que são oferecidos aos jovens que frequentam os programas oferecidos, a saber: assistência jurídica aos familiares, assistência psicológica aos jovens, atendimento médico extensivo às famílias dos jovens, oficinas de orientação sexual, cursos de aperfeiçoamento ou cursos extracurriculares, como cursos de idiomas, oficinas de redação, palestras sobre segurança no trabalho etc. Para o desenvolvimento dos cursos de idiomas - espanhol e inglês - a APBM&F conta com a parceria da TS Idiomas e a Câmara de Londres no que diz respeito à metodologia de ensino, supervisão e certificação de alunos.

No Rio de Janeiro, o Centro de Distribuição de Cimento do Rio de Janeiro propôs parceria para o fornecimento de material fabricado pela Cimento Votoran, tais como cimento e argamassas, assim como palestras e material técnico para dar suporte ao Projeto Faz Tudo.

ESTRUTURA, MECANISMO E RECURSOS HUMANOS

O projeto conta com sede própria no caso da APBM&F, localizada no bairro do Brás, cujo terreno total tem 1.580 metros quadrados e 1.067 metros quadrados de área construída. Deste total estão 590 metros quadrados de terreno alugado em 433 metros quadrados de área construída, onde se localizam as oficinas do Projeto Faz Tudo propriamente ditas. Suas instalações, em forma de galpões, foram adaptadas às necessidades das áreas,

conforme as especificidades de cada uma delas. Uma das oficinas destina-se às oficinas de elétrica, hidráulica e telhados. A outra, onde se localiza a casa principal, se transforma em laboratório para execução de trabalhos de reforma, são desenvolvidas as áreas de pedreiro, colocação de pisos e azulejos, pintura, revestimento de paredes e carpintaria.

A entidade dispõe ainda de dois laboratórios de informática com equipamentos e softwares utilizados no mercado, com 15 computadores em um deles, sendo que é a mantida a relação um por equipamento. O outro laboratório localiza-se junto ao Centro de Referência, localizado no interior da entidade que dispõe de um conjunto de seis computadores para utilização de alunos e ex-alunos para consulta e utilização dos serviços da Internet.

Neste espaço, os jovens contam também com os



serviços de uma biblioteca, um espaço para ouvir música ou assistir vídeos e programas de televisão ou ainda estudar individualmente ou em grupo.

Conta-se também com um consultório odontológico inteiramente equipado com os recursos mais atuais para o atendimento dos jovens, bem como um consultório médico.

Além do espaço externo, onde os alunos desenvolvem atividades de expressão corporal, que incluem trabalhos de alongamento e relaxamento do corpo, conta-se também com um refeitório com capacidade para 60 lugares, e uma copa de apoio com um depósito para armazenagem de gêneros alimentícios.

Já o Centro Profissionalizante Dorival Rodrigues Alves, na comunidade da Mangueira, tem como área total 355 metros quadrados, sendo 240 metros de área construída, divididos entre sala de aula e canteiro de obras com os ambientes adaptados às características de cada área.

BENEFÍCIOS

A APBM&F e o Centro Profissionalizante BM&F oferecem aos jovens como suporte ao desenvolvimento dos programas, um conjunto de benefícios, tais como: vale-transporte, assistência médica e odontológica, cesta básica, bolsa auxílio e uniforme, além de todo material necessário à realização dos programas.

ESTRUTURA DE APOIO

A APBM&F conta com a estrutura de apoio da BM&F no que diz respeito a compras, departamento de recursos humanos e finanças.

RECURSOS HUMANOS

Como uma entidade que atua na área de educação e atendimento social, a APBM&F dispõe de uma equipe multidisciplinar que totalizam 13 funcionários contratados. Deste total, dois deles são instrutores com formação na área de construção civil, ou seja técnicos em edificação. Além disso, a equipe conta com psicóloga, pedagoga, assistente social, administradora de empresas e outros que, além de dar suporte ao programa no que diz respeito ao recrutamento e seleção de candidatos, administração dos be-

Conta-se também com um consultório odontológico inteiramente equipado

nefícios concedidos aos alunos, atuam como educadores do curso.

Ainda na equipe contratada, conta ainda com uma dentista que atende exclusivamente a turma de jovens matriculados no projeto.

Para o desenvolvimento das demais oficinas, a APBM&F dispõe seis docentes que prestam serviços esporadicamente, dentro da experiência pro-

fissional de cada um deles. São consultores de empresas, professores universitários, assistentes sociais, profissionais de beleza etc.

Como foi dito anteriormente, os voluntários desenvolvem oficinas dentro do programa como é o caso da oficina de orientação sexual e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e prevenção ao uso de drogas.

Através de empresas terceirizadas, conta-se também com o serviço de vigilância e limpeza, com sete funcionários, e também com a prestação de serviços na área de alimentação, com três funcionários.

Na Mangueira, os profissionais que atuam no programa foram contratados pelo Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira com os recursos que são repassados pela BM&F. São eles, na administração dos programas: psicóloga, assistente social que exerce a função de coordenadora administrativa, 6 instrutores das áreas correlatas à construção civil e de habilidades básicas e de gestão, uma recepcionista, inspetor e 3 vigias, além de um coordenador técnico do projeto.

Os instrutores contratados para o desenvolvimento do projeto no local são ex-funcionários do Senai do Rio de Janeiro, que exerciam as mesmas funções na referida instituição.

RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

Na APBM&F e no Centro Profissionalizante Dorival Rodrigues Alves, na Mangueira, conforme mencionado anteriormente, atuam, no desenvolvimento das atividades do projeto em questão, as equipes contratadas com essa finalidade.

Todo serviço de apoio, tais como compras, contas a pagar, contas a receber, controle patrimonial, recursos humanos, são feitos tanto pela BM&F através de sua sede em São Paulo, como também através do escritório do Rio de Janeiro. A supervisão-geral do projeto é feita pela própria APBM&F.

Folha	2973	do
Processo PR-036/1997		
Sônia Maria Soares Alves		
Reg. 10.113		

No caso específico do projeto da Mangueira, o Senai, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, responsabiliza-se pelo suporte técnico e pela supervisão técnica do Faz Tudo. A BM&F tem uma funcionária exclusivamente contratada para coordenar os aspectos gerais do projeto que fica no escritório no Rio de Janeiro.

Por último, a rede de voluntários complementam a ação desenvolvida pela APBM&F, prestando serviços temporários de acordo com a disponibilidade de tempo de cada um deles.

COMO OS BENEFICIÁRIOS PARTICIPAM DO PROJETO

O processo de recrutamento dos beneficiários que participam do projeto se dá através de inscrições abertas ao público em geral, de segunda a sexta-feira, no horário comercial no edifício-sede da APBM&F ou na sede do Centro Profissionalizante Dorival Rodrigues Alves na Mangueira.

Do total de interessados inscritos no programa, são selecionados os candidatos que apresentam maior interesse no seu próprio desenvolvimento, e que preenchem os critérios de seleção estabelecidos nos programas que é o de ter idade entre 15 e 20 anos, estar regularmente matriculado numa escola pública no período noturno (no caso de S. Paulo em razão do curso Faz Tudo ser desenvolvido em regime de período integral) ou diurno (matutino ou vespertino no caso da Mangueira, uma vez que os alunos frequentam o Programa Faz Tudo numa parte do dia) e comprovar renda de até três salários mínimos.

Visitas domiciliares, no caso da APBM&F, complementam a avaliação sócioeconômica dos candidatos potenciais, assim como uma entrevista com os jovens e seus respectivos responsáveis.

Os treinandos participam do próprio projeto especialmente no módulo II do programa, chamado de Ação Social, onde podem reverter parte do trabalho de aprendizagem em benfeitorias para a própria comunidade de onde se originam, através de trabalhos de reforma em imóveis de utilidade pública.

Além disso, alunos que participaram do módulo I tem a possibilidade de continuarem seu processo de aprendizagem através de estágio em monitoria das turmas subseqüentes, aperfeiçoando-se nos conteúdos apreendidos, recebendo durante este período os mesmos benefícios oferecidos aos alunos, a saber: assis-

tência médica e odontológica, cesta-básica, alimentação, bolsa-auxílio e vale-transporte.

PERSPECTIVAS

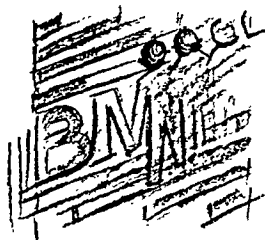
A médio prazo

- Recrutar e treinar novos voluntários com formação e experiências profissionais que venham a se somar às já existentes, que atualmente totalizam 50 voluntários;
- Ampliar e diversificar a oferta de serviços oferecidos por voluntários de acordo com novas demandas por serviços, como por exemplo os serviços de fonoaudiologia e atendimento odontológico às famílias dos jovens atendidos;
- Consolidar o programa de orientação e acompanhamento às famílias dos jovens atendidos e realizar o encaminhamento dos casos que necessitem maior atenção ou intervenção, através do serviço de assistência social da entidade;
- Promover a organização de espaços culturais com a exibição de filmes com temas ligados a adolescência, mercado de trabalho, desenvolvimento da cidadania etc., que propiciem a ampliação das discussões desses temas no próprio programa;
- Desenvolver programas de consultoria/assessoria com voluntários especialistas para a montagem e administração de negócios que os próprios alunos queiram gerir, aproveitando o potencial dos jovens que tenham perfil empreendedor.

A longo prazo

- Constituir cooperativas de trabalhos utilizando a própria estrutura oferecida pela APBM&F, formadas a partir de ex-alunos que queiram ser membros, para prestar serviços nas áreas desenvolvidas no curso do Faz Tudo, visando promover reformas e/ou construção de imóveis pertencentes a comunidades carentes, contando com recursos técnicos, recursos materiais e equipamentos fornecidos pela própria APBM&F e BM&F.
- Repassar o know-how do Projeto Faz Tudo para outras comunidades que têm interesse de reproduzi-lo, nos mesmos moldes desenvolvidos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Significa dizer, que se pretende ampliar os resultados e benefícios advindos do projeto para outras ONGs ou empresas interessadas em desenvolver um trabalho de cunho social.



FASES DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Tempo de existência do

projeto desde sua implantação

- Início do projeto na APBM&F: três anos e 10 meses (desde 01.07.97)

- Reprodução do projeto na Mangueira: um ano (em 15.05.01)

1997

- Formatação do curso Faz Tudo.

- Implantação do curso Faz Tudo. - 1ª turma-piloto

- Contratação dos instrutores para as oficinas do programa, compra de equipamento, adequação das instalações.

- Início das obras de reforma da creche e padaria

- Escola pertencente à favela localizada na Zona Sul de São Paulo, com a presença de alunos moradores da própria favela que freqüentaram o Programa Faz Tudo - turma

1998

- Inauguração das obras da padaria-escola na referida comunidade

- Reforma das instalações do imóvel anexo para ampliação das instalações da oficina do Faz Tudo e adaptação de quatro salas de aula e um laboratório de informática.

- Inauguração das novas salas de aulas e oficinas.

- Conclusão de três turmas.

- Reforma de uma escola pública localizada na maior favela da cidade de São Paulo, na Zona Sul de São Paulo, realizado pela 2ª turma do Faz Tudo.

- Reforma nos Jardins do Vale do Anhangabaú, em março de 1998 até o presente por jovens egressos do curso Faz Tudo, atualmente contratados pela empresa responsável pela conservação dos jardins;

- Em parceria com o Programa Capacitação Solidária da Comunidade Solidária, o Faz Tudo foi implantado na favela Heliópolis através da UNAS, sob supervisão da APBM&F.

1999

- Inauguração do Centro de Referência para Cultura e Educação que conta com biblioteca, sala com recursos audiovisuais e centro de convivência, com computadores conectados à Internet, Cds, filmes, livros, revistas e jogos.

- Conclusão de três turmas do Programa Faz Tudo.

2000

- Inauguração em maio de 2000, do Centro

Profissionalizante Dorival Rodrigues Alves, dentro da Vila Olímpica da Mangueira no Rio de Janeiro, dando início ao Programa Faz Tudo, que foi reproduzido naquele local.

- Conclusão da 1ª turma na Mangueira. Início e conclusão de um trabalho comunitário na

comunidade do Telégrafo, que consistiu na reforma de um parque infantil de uma creche numa comunidade local e reforma das instalações elétricas.

- Conclusão de três turmas do Faz Tudo.

2001

- Início da 2ª turma do Faz Tudo na Mangueira.

Início das reformas na Associação de Moradores da Candelárias incluindo a construção de salas de aula no local.

RESULTADOS E BENEFÍCIOS

Quantitativos

São dados pelo número de alunos encaminhados e colocados no mercado, que também frutua de acordo com a dinâmica da economia brasileira, bem como o grau de empregabilidade do mercado de trabalho. Atualmente o índice gira em torno de 73% do total de jovens atendidos. Se considerarmos o nível de desemprego em São Paulo, o índice apresentado é animador. No Rio de Janeiro, ainda não é possível aferir esse dado pois os jovens ainda participam da Ação Social promovida pelo programa naquele local.

Qualitativos

A cada semana, no 1º dia útil são realizadas reuniões com todos os jovens do programa para abertura dos trabalhos daquele período, onde os treinandos têm a oportunidade de colocar suas expectativas quanto ao seu autodesenvolvimento. Nestas são estabelecidas metas individuais e coletivas de trabalho. No final de cada semana são feitas reuniões avaliativas para se analisar os resultados alcançados, tanto no que diz respeito ao relacionamento das pessoas, como também quanto ao trabalho realizado.

Desta forma, periodicamente se avalia os resultados obtidos durante o programa.

Do ponto de vista da saúde física dos jovens, no início do programa todos eles passam por um exame clínico, feito por um médico - clínico geral que os encaminha para os especialistas, caso haja neces-

**Cerca de 75%
dos jovens
conseguem
emprego**

Folha nº 2980 do
Processo nº 036/1997
Sônia Alves
Procurador de Acórdão

cidade de tratamento ou de intervenção cirúrgica.

Também complementam esse trabalho, o tratamento odontológico ao qual são submetidos juntamente com uma campanha educativa de orientação quanto profilaxia e prevenção de cáries. Próteses dentárias em caso de necessidade, fazem parte do serviço prestado.

Aos alunos encaminhados ao oftalmologista, e para os quais foram prescritos o uso de lentes corretivas, foram confeccionados óculos sem nenhum custo para os jovens.

Como um resultado qualitativo, pode-se verificar uma sensível melhoria na renda familiar mensal dos jovens atendidos. Em alguns casos, quando os chefes da família, no caso do pai ou da mãe, perderam os seus empregos, os próprios jovens passam a se responsabilizar pela

manutenção dessas famílias durante algum tempo enquanto, geralmente, vão treinando familiares com aquilo que conseguiram adquirir de conhecimentos.

Outro resultado positivo é que quase a totalidade dos alunos que prosseguem seus estudos, mesmo após o término do curso profissionalizante, e retornam para fazer outros cursos de aperfeiçoamento como os cursos de idiomas e de informática oferecidos pelos voluntários que atuam na APBM&F.

Como parte dos resultados qualitativos obtidos pelo programa se observou que, após o término dos programas em andamento, os alunos se organizaram em grupos que residem em regiões próximas para realizar reformas ou reparos nas casas dos próprios jovens em sistema de mutirões.

Outro indicador é a quantidade de ex-alunos que colocados na área de manutenção, entram em contato com a entidade para tirar dúvidas em relação aos serviços que são executados, fazendo uso dos serviços de plantão de dúvidas.

RESULTADOS E APRENDIZAGENS PARA A EMPRESA

Através da APBM&F e do Projeto Mangueira a BM&F demonstra que além de seu papel na economia brasileira, a Bolsa desenvolve intensa atividade comunitária através de sua responsabilidade social. O Estado não reúne condições por si de tomar a responsabilidade de enfrentar sozinho o problema da

pobreza e da miséria no país. A BM&F acredita que o desafio deverá ser assumido por um esforço conjunto Estado, setor privado e toda a sociedade civil, pois sua capacidade de ação através dos poderes federais, estaduais e municipais são limitados.

Somente através de uma ampla mobilização de todo o conjunto da sociedade se poderá mudar o atual estado de coisas.

A BM&F não tem se limitado a apenas pensar e opinar. Desde o início de suas atividades tem se preocupado com a sua responsabilidade social, vindo a contribuir financeiramente com 16 entidades filantrópicas. Ela acredita que cada um deve assumir o seu papel na solução dos problemas que envolve toda a sociedade.

NOVAS OPORTUNIDADES DE AÇÃO

O sucesso da reprodução do projeto no Centro Profissionalizante Dorival Rodrigues Alves na Mangueira, veio comprovar que é possível reproduzir a experiência em outras regiões da cidade de São Paulo ou mesmo em outras regiões do país. A APBM&F se dispõe a repassar o know-how para empresas ou ONGs (organizações não-governamentais) que queiram realizar uma parceria para a realização do projeto.

DIVULGAÇÃO

A APBM&F divulga seu trabalho através de participação em pesquisa de levantamento de dados a respeito do 3º setor, participa de fóruns e reuniões onde estão presentes representantes de ONGs, Fundações e Institutos, que discutem a problemática da área.

Vem também participando de eventos que divulgam o trabalho da entidade, bem como que promovem o envolvimento de voluntários, tais como I Mostra de Trabalho Voluntário, realizada no ano de 1999 em parceria com o Colégio Dante Alighieri e o Centro de Voluntariado de São Paulo.

Atualmente a associação conta com 50 voluntários, sendo que este número deverá ser elevado para 60 voluntários que atuam em várias frentes, tais como: assistência jurídica, atendimento médico às famílias, atendimento psicológico, cursos de idiomas (inglês e espanhol), cursos de aperfeiçoamento como telemarketing, contabilidade, gestão de negócios etc.

Em 2000, a APBM&F esteve presente na II Feira de Cidadania Empresarial organizada pela Câmara Americana do Comércio, que ocorreu

concomitantemente à entrega do Prêmio Eco desse ano. Marcou presença num stand na Mostra do Redescobrimento: Brasil 500 Anos, realizado no parque do Ibirapuera. Recentemente, esteve presente na I Feira de Promoção do Voluntariado realizada no Museu Brasileiro de Escultura - Mube, em fevereiro do ano 2001.

O processo de divulgação do trabalho desenvolvido pela APBM&F, junto a bancos, corretores e distribuidoras de valores e outras empresas ligadas ou não ao mercado financeiro, vem sendo feito anualmente através da publicação pela BM&F de seu ba-

lanço social.

Além de buscar vagas em potenciais empresas para o provimento de vagas para emprego para os jovens formados, o Balanço Social vem mobilizar outras empresas a se sensibilizarem com a problemática social de nosso país.

Conforme palavras do Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias & Futuros, "a divulgação deste balanço constitui imperativo da condição de cidadania empresarial e representa uma exposição pública da atenção dada pela Bolsa à responsabilidade social."

Folha	2982	do
Processo	11-036/1997	
Sôma	11-036/1997	Alves
Reg. 1	23	

Marta Harumi Wakai Cavaleiro, formada em Economia pela PUC-SP e com mestrado em Administração de Empresas nas áreas de Planejamento e RH pela FGV-SP, é coordenadora de cursos da Associação Profissionalizante BM&F (APBM&F).

AÇÃO - NOTICIÁRIO

APBM&F: 5 anos de apoio e emprego aos jovens

Ao comemorar em Fevereiro/2001 cinco anos de atuação, a APBM&F – Associação Profissionalizantes BM&F registrou importante feito social no atendimento a adolescentes entre 15 e 20 anos, com renda familiar até 3 salários-mínimos. Só no ano 2000 atendeu em regime de período integral 120 jovens no seu programa “Capacitação para Empregabilidade”; 120 jovens no Rio de Janeiro e 120 em São Paulo no programa “Faz Tudo”; 600 ex-alunos em diversas atividades semanais e reciclagem profissional e 500 famílias. A rede com 32 voluntários fez 1.400 atendimentos médico, psicológico, jurídico etc.

Também no ano 2000, os benefícios oferecidos aos participantes dos programas somaram 960 cestas-básicas, 57 mil vales-transporte, 1.200 bolsas-auxílio, 90 mil refeições e 500 uniformes e materiais. Dos ex-alunos, 77,6% já foram encaminhados ao mercado de trabalho através do Balcão de Empregos que a APBM&F mantém em seu site www.asspro@bmf.com.br, ou através do telefone (011) 229-9033, visando futuras contratações por parte das empresas.

Juliana Pires da Costa Pagano, Supervisora Geral da APBM&F, afirma que um dos objetivos do “Terceiro Setor” é influenciar políticas públicas no atendimento a população carente. Nesse sentido, ressalta a sensibilidade e empenho da Prefeita Marta Suplicy em ir atrás destas experiências vindas de empresas e da sociedade civil e considera que a APBM&F conseguiu cumprir este importante objetivo a partir do momento em que foi referência para a construção do programa Bolsa-Trabalho a ser implantado pela atual administração municipal, e dirigido aos adolescentes do município de São Paulo.

Juliana explica que, propositalmente, os programas são constituídos em forma modular, de modo a permitir sua reprodução em outras instituições. Nesse conceito, o programa Faz Tudo foi reproduzido na Vila Olímpica da Escola de Samba Mangueira, no Rio de Janeiro, a partir de 2000, estando já em sua 2ª turma, com capacidade para formar 180 alunos por ano.

O potencial do Brasil na opinião do Conselho de Relações Exteriores dos EUA

“O Brasil é uma grande potência econômica e lidera os mercados emergentes avançados. A economia brasileira é duas vezes maior do que a Rússia, quase tão grande quanto a da China e o dobro da Índia. O Brasil é o principal país na América do Sul, com mais da metade do PIB e do contingente populacional da região. É o 2º maior mercado de Jatos Executivos e Helicópteros do mundo; o 2º em Telefones Celulares e aparelhos de Fax; o 4º em Geladeiras; o 5º em CDs e o 3º em Refrigerantes. Em 2001, será o 5º país do mundo em poder de paridade de compra (US\$ 1 trilhão), ficando atrás apenas dos EUA, da China e da Alemanha.

O Brasil é líder no Mercosul, do qual fazem parte a Argentina, Uruguai e Paraguai; também mantém relações especiais com o Chile e a Bolívia. O Mercosul é a pedra fundamental de todo e qualquer acordo de livre comércio no hemisfério. O Brasil é líder regional da “nova economia”; mais de 40% dos usuários de Internet na América Latina são brasileiros - o dobro do México.”

Os dados são de Relatório enviado ao Presidente George Bush, pelo Conselho de Relações Exteriores dos EUA, recomendando uma mudança urgente na política dos EUA para a América do Sul, “em cujo centro deveria estar o Brasil”. Diz o texto: “O Brasil é o fulcro. Sem uma intensa parceria com o País a ALCA – Área de Livre Comércio nas Américas não será proveitosa nem para os EUA nem para o continente”.

A ação fiscalizadora do Banco Central

O número de penalidades aplicadas pelo Depto. de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros, do Banco Central, subiu astronômicos 820,26% no ano passado, saltando de 154 em 1999 para 1.525 em 2000. A média ao longo da década de 1990 foi de 589 penalidades anuais.

Outro salto expressivo foi de 1994 para 1995, quando as penalidades aumentaram 285,7%. É significativo que estes dois períodos foram marcados por notáveis alterações cambiais: a complexa implementação do Plano Real em 1994, quando o País conviveu por algum tempo com duas moedas, e a desvalorização do Real em 1999, quando o dólar dobrou de valor.

Segundo informe da AAA - *Albino Advogados Associados*, as corporações foram mais severamente afetadas que qualquer outro tipo de empresa, representando 47,93% do total, seguidas pelos Bancos Comerciais e Múltiplos, com 28,98%. Do total de quase R\$1,5 bilhão em multas aplicadas pelo BC, as empresas recolheram aos cofres públicos RS 826.204,70.

Ao BC cabe fiscalizar as Instituições Financeiras e demais instituições que dependem de sua autorização para funcionar e às pessoas físicas ou jurídicas que atuem, sem autorização do BC, em

atividades por ele supervisionadas. Quando verificada a infringência à norma legal ou regulamentar, o BC deve instaurar processos administrativos punitivos, nos quais os infratores poderão ser apenados com uma advertência, multa de até R\$ 100 mil; multa de até 300% do valor da operação irregular no caso de ilícito cambial; suspensão do exercício de cargos; cassação da autorização de funcionamento e proibição para atuar, no caso de consórcios.

Da decisão do Banco Central cabe recurso ao CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o “Conselhinho”, órgão colegiado composto por membros da iniciativa privada e do governo. Ao contrário da CVM - Comissão de Valores Mobiliários que divulga suas decisões de primeira instância, as sanções impostas pelo Banco Central somente se tornam públicas após seu julgamento pelo “Conselhinho”.

Os dados divulgados pelo BC mostram que a esmagadora maioria de suas decisões punitivas recai sobre ilícitos cambiais. É por essa razão que o número de multas é tão elevado, pois esta é a penalidade mais recomendável para tal infração. No caso das empresas, por exemplo, o Banco Central não teria condições de punir toda uma empresa devido a uma operação cambial irregular.

APBM&F: 5 ANOS DE APOIO E EMPREGO AOS JOVENS

Ao comemorar 5 anos de atuação a APBM&F – Associação Profissionalizante BM&F (inaugurada em 13-02-1996) registra importante feito social no atendimento a adolescentes entre 15 e 20 anos, com renda familiar até 3 salários-mínimos. Só no ano 2000 atendeu em regime de período integral 120 jovens no seu programa “Capacitação para Empregabilidade”; 120 jovens no Rio de Janeiro e 120 em São Paulo no programa “Faz Tudo”; 600 ex-alunos em diversas atividades semanais e reciclagem profissional e 500 famílias. A rede com 32 voluntários fez 1.400 atendimentos médico, psicológico, jurídico etc.

Também no ano 2000, os benefícios oferecidos aos participantes dos programas somam 960 cestas-básicas, 57 mil vales-transporte, 1.200 bolsas-auxílio, 90 mil refeições e 500 uniformes e materiais. Dos ex-alunos, 77,6% já foram encaminhados ao mercado de trabalho através do Balcão de Empregos que a APBM&F mantém em seu site www.asspro@bmf.com.br, ou através do telefone (0xx11) 229-9033, visando futuras contratações por parte das empresas.

Juliana Pires da Costa Pagano, Supervisora Geral da APBM&F, afirma que um dos objetivos do “Terceiro Setor” é influenciar políticas públicas no atendimento a população carente. Nesse sentido, ressalta a sensibilidade e empenho da Prefeita Marta Suplicy em ir atrás destas experiências vindas de empresas e da sociedade civil e considera que a APBM&F conseguiu cumprir este importante objetivo a partir do momento em que foi referência para

a construção do programa Bolsa-Trabalho a ser implantado pela atual administração municipal, e dirigido aos adolescentes do município de São Paulo.

Juliana explica que, propositalmente, os programas são constituídos em forma modular, de modo a permitir sua reprodução em outras instituições. Nesse conceito, o programa Faz Tudo foi reproduzido na Vila Olímpica da Escola de Samba Mangueira, no Rio de Janeiro, a partir de 2000, estando já em sua 2ª turma, com capacidade para formar 180 alunos por ano.

Ela destaca também a participação da APBM&F na Feira de Promoção do Voluntariado, realizada entre 15 e 18 de Fevereiro de 2001 no Mube – Museu Brasileiro de Escultura, recebendo quase 8 mil visitantes e autoridades. O evento procurou mostrar várias formas e locais para o desenvolvimento de trabalho voluntário em projetos sociais.



Juliana Pires da Costa Pagano, da APBM&F, o presidente da BM&F, Manoel Felix Cintra Neto e a Prefeita Marta Suplicy

MERCADOS AGRÍCOLAS, OS RECORDES DE FEVEREIRO

Os Mercados Agrícolas da BM&F (Alcool, Açúcar, Café, Boi Gordo, Soja e Milho) bateram sucessivos recordes de Contratos em Aberto no mês de Fevereiro de 2001, nos dias 1, 8, 14, 15 e 16, culminando com um total geral de 22.404 contratos no dia 21.

O destaque foi o Açúcar Futuro com o

recorde de 5.627 Contratos em Aberto também dia 21 de Fevereiro de 2001 (superando os alcançados nos dias 31 de Janeiro e 2, 7, 8, 15, 16 e 20 de Fevereiro); marcas históricas considerando que, antes desses recordes sucessivos, o recorde anterior era de 27-11-1998.

SUGESTÕES

Os leitores do “Notícias BM&F Brasil” podem enviar sugestões para:
BM&F - Bolsa de Mercadorias & Futuros - Assessoria de Imprensa: Fátima Lopes
Praça Antonio Prado, 48 - CEP 01010-901, São Paulo, SP

"Faz Tudo", na Mangueira, forma os primeiros alunos

Em 13 de dezembro, aconteceu a formatura da primeira turma do curso *Faz Tudo*, ministrado na Vila Olímpica da Escola da Samba Estação Primeira de Mangueira, no Rio de Janeiro. Destinado à profissionalização de menores carentes na área de construção civil, o curso reproduz o módulo de formação oferecido pela Associação Profissionalizante BM&F, em São Paulo, a jovens com idade entre 15 e 18 anos.

Nessa primeira turma, com carga horária de 492 horas/aula, concluíram o curso 52 alunos, que estão capacitados a realizar trabalhos de construção, carpintaria, refrigeração, eletricidade e pequenos reparos. Além da parte prática, os jovens têm aulas de matemática, saúde e higiene, relações interpessoais, gestão empreendedora e funções administrativas. Os alunos do *Faz Tudo* pertencem à comunidade da Mangueira e, obrigatoriamente, precisam estar cursando escola regular. Eles recebem uniforme, bolsa-auxílio e cesta básica.

No encerramento do curso, é realizada prova prática, que consiste na execução de um trabalho voltado a uso coletivo. A turma do Rio de Janeiro reformou as instalações da Creche Leão XIII e construiu um parque para as crianças da comunidade.



Juliana Pires da Costa, supervisora geral da APBM&F.

Estiveram presentes na formatura Francisco de Carvalho, vice-presidente de Esportes e Desenvolvimento Social da Mangueira; Edgar da Silva Ramos, conselheiro da BM&F, representando Manoel Felix Cintra Neto, presidente do Conselho de Administração; Juliana Pires da Costa, supervisora geral da APBM&F; Siro Darlan, juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro; Célia Regina, diretora da Mangueira e representante do presidente da agremiação; dona Zica, fundadora da Mangueira; Antonio Carlos M. Barbosa, diretor de Relações Institucionais da BM&F; e Jorge Galvão, chefe do Escritório BM&F/RJ.

A próxima turma de alunos do *Faz Tudo* na Mangueira terá 60 alunos, com início de aulas na segunda quinzena de janeiro de 2001.

GTS: também depois do viva voz

Desde 11 de dezembro, está funcionando na BM&F o Global Trading System *after-hours*, ou seja, negociação eletrônica depois do fechamento de pregão de viva voz. Essas operações são consideradas parte do movimento do pregão do dia seguinte e incluídas nos relatórios referentes a esse dia. As regras válidas para os pregões eletrônico e de viva voz são também aplicáveis às transações *after-hours*, destacando-se os limites de oscilação, as normas operacionais e os horários-limite para repasse de operações e, principalmente, especificação de comitentes.

Os ajustes diários feitos *after-hours* serão movimentados em D+2, em relação à data de realização da operação, e em D+1, em relação ao movimento de pregão. Entretanto, para evitar o risco das posições, a margem desses negócios é devida no dia seguinte ao de sua realização, ou seja, em D+0, para efeito de movimento de pregão.

Os interessados por mais informações podem consultar o Ofício Circular BM&F 160/2000-DG ou suas corretoras.

Mais uma vez, qualidade comprovada

Foi realizada no último dia 10 de novembro, na BM&F, a 2ª Auditoria de Monitoramento C - ISO 9002 do Sistema da Qualidade da Clearing BM&F, denominada de terceira parte, do segundo ciclo da certificação (15/9/1999 a 16/10/2002), pelo órgão certificador ABS Quality Evaluations, Inc., em que se verificou que as atividades da qualidade e seus respectivos resultados na Bolsa estão em conformidade com as disposições planejadas.

É importante salientar que, em quatro anos de certificação, a BM&F sempre esteve em conformidade com os padrões da norma 9002.



COMO O ROUBO DE CARGAS ESTÁ AFETANDO A ECONOMIA

EXCLUSIVO
As maiores empresas
do País no Cadastro
de Inadimplentes

Dinheiro

www.dinheiroweb.com.br

22 DE AGOSTO/2000

REVISTA SEMANAL DE NEGÓCIOS, ECONOMIA, FINANÇAS & ECOMMERCE

Nº 158 - R\$ 4,50



Longe da sombra
do irmão Ricardo,
Carlos Alberto Mansur
prospera com um banco e
indústrias de alimentos
e negocia a venda
da Vitor, numa transação
que deve chegar aos
R\$ 150 milhões

O MANSUR QUE DEU CERTO



PLANOS DE SAÚDE
R\$ 5,4 bilhões em
jogo na guerra
das Unimed

FINANÇAS
Os guardiões do
dinheiro da
Igreja no Brasil

Folha nº. 2986 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correia Alves
Reg. 10.923



BOLSA APOSTA NO FUTURO

BM&F investe R\$ 1,6 mi em formação profissional



ROSENILDO GOMES FERREIRA

Cristiano Libarino, Camilo de Lima e Fábio Melo são adolescentes típicos da periferia paulistana. Integrantes de famílias onde o ganho mensal não passa de R\$ 450, desde cedo eles foram instados a fazer pequenos "bicos" para complementar a renda. O tempo gasto em tarefas sem especialização e incertas roubava horas preciosas de estudo. Mais que isso, comprometia a perspectiva de um futuro melhor. A fase do subemprego ficou para trás. Hoje, eles competem em igualdade de condições no mercado de trabalho. E preparam-se para alçar vãos mais altos. Cristiano, auxiliar de manutenção, está de olho nos cursos de arquitetura e hotelaria. Fábio, escriturário de tesouraria, cursa o primeiro ano da faculdade de Comunicação Social. Camilo – auxiliar administrativo e fotógrafo nas horas vagas – exibe um singular brilho nos olhos quando o assunto é Economia. No próximo ano vai

prestar vestibular para a área.

Histórias como essas são comuns nos corredores da Associação Profissionalizante da Bolsa de Mercadorias & Futuro: (APBM&F). Encravada no bairro do B.ás, na capital paulista, a entidade já atendeu a cerca de mil jovens desde 1996. Lá são ministrados cursos que não apenas preparam para o mercado de trabalho mas também formam cidadãos conscientes e responsáveis. O público-alvo são adolescentes entre 15 e 18 anos que vivem no que os sociólogos chamam de exclusão social. O custo anual do projeto é de R\$ 1,6 milhão bancado integralmente pela

BM&F. "Não aceitamos doações, apenas parcerias", diz a psicóloga Julia-

na Pires da Costa Pagano, que dirige a associação. Neste rol incluem-se: Média Saúde, Odontoprev, Fortlit e TS Idiomas.

A entidade dispõe de três cursos: Capacitação para a Empregabilidade – voltado para o setor de serviços –, Faz Tudo (que tem como foco a construção civil) e Pequenos Empreendedores, cujos módulos incluem corte e costura, fotografia e serigrafia. O banco de empregos já conseguiu colocar 80% dos alunos no mercado de trabalho –, além de financiar a compra de equipamentos. Em julho, a associação cruzou a fronteira em direção ao Rio. Lá montou uma unidade na Marquês, onde serão ministradas aulas de técnicas de construção. Mais do que erguer paredes, navegar na Internet e estampar camisetas, os jovens aprendem uma nova forma de encarar a vida, como diz Camilo, dublê de fotógrafo e auxiliar administrativo.

PARA COLABORAR

APBM&F

0xx11-229-9033

e-mail

asspro@bmf.com.br

MÃOS À OBRA

Juliana
(acima)
criou o
projeto que
atendeu Cristiano,
Camilo e Fábio



FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 004-D /2001

(Datilografar ou preencher em letra de forma)

Folha nº. 2988 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

1. Nome da instituição

GREMIO RECREATIVO CULTURAL BLOCO DE
SAMBA VAMO Q. VAMO

Data da Fundação 05 / 01 / 1981

Endereço RUA PROFESSOR ASSIS VELOSO, 413

Bairro S. MIGUEL PT. CEP 08021-470 CAPITAL

Tel (011) 9397-5219 Fax _____

e-mail _____

Responsável IRINEU AUGUSTO DE SOUZA CANDIDO

Cargo PRESIDENTE

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo).

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA : âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária e metodologia.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição. Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.



G.R.C. BLOCO DE SAMBA

VAMO Q VAMO

Fundada em 05.01.1981

Folha nº. 2939 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.523

DADOS SOBRE O PROGRAMA

- 2- PROGRAMA SÓCIO-DESPORTIVO, PROJETO CRIA ORGANIZADO PELO VAMO Q.VAMO.
- 3- 20/02/99
- 4- DOAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS COMÉRCIOS DA REGIÃO R\$ 6.282,00 (seis mil duzentos e oitenta e dois reais;) Anual.
- 5- CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SENDO ~~45~~ BENEFICIADAS DIRETAMENTE DO SEXO MASC; COM FAIXETÁRIA DE 10 á 17 ANOS DE IDADE COM RENDA MÉDIA A 2 SÁLARIOS MÍNIMOS, E 144 INDIRETAMENTE.
- 6- JARDIM SÃO VICENTE, SÃO MIGUEL PAULISTA E ITAIM.
- 7- DEVIDO A GRANDE DEMANDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SER VÍTIMAS DA SOCIEDADE, SENDO EXCLUÍDAS PELA DESIGUALDADE SOCIAL DO PAÍS, ENTREGANDO-SE NAS DROGAS POR FAUTA DE OPÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E ESPAÇO PRÓPRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS MESMAS NO BAIRRO DE SÃO MIGUEL PAULISTA, PERIFERIA DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO.
- 8- PROPÓSITO- INCENTIVAR A PRÁTICA DESPORTIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES; CONTRIBUINDO NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL, PREPARANDO OS MESMOS A INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE.
OBJETIVOS- CONTRIBUIR NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS, ANTES DE FORMAR-MOS UM ATLETA, CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTO-DISCIPLINA E RECUPERAR O CARÁTER EDUCATIVO DA PRÁTICA DESPORTIVA, CONTRIBUIR NO ASPECTO AFETIVO, POSSIBILITAR A VIDA EM GRUPO, DESPERTANDO O SENTIDO DE COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE, HONESTIDADE, HUMILDADE, ETC;
METAS- DIMINUIR O GRANDE ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, TIRAR AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA RUA DANDO UMA OPÇÃO DE VIDA MELHOR, ATRAVÉS DA PRÁTICA DESPORTIVA.
- 9- PROCESSO PEDAGÓGICO, DIVIDIDO POR GRUPOS COM A MESMA FAIXETÁRIA DE IDADE, DESENVOLVENDO ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, 3 VEZES POR SEMANA, COM 1:30 (UMA HORA E TRINTA MINUTOS) POR DIA, NO ESPAÇO DE 3.500 (TREIS MIL E QUINHENTOS METROS QUADRADO), COM 3 VOLUNTÁRIOS SENDO ELES 1 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E 2 AUXILIARES, UTILIZANDO O MÉTODO CONSTRUCTIVISTA E TÉCNICISTA, RESPEITANDO OS SEUS LIMITES PARA NÃO DESRESPEITAR O SEU PRÓPRIO CORPO.
- 10- GINKANAS DESPORTIVAS E CULTURAIS e VISANDO A INTEGRAÇÃO DAS FAMILIAS, ASSOCIAÇÃO E ESCOLA, ARRECADANDO ALIMENTOS E DOADOS PARA A IGREJA.
CAMPEONATOS ENTRE AGREMIÇÕES E ASSOCIAÇÕES VISANDO A INTEGRAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES E O INTERCÂMBIO SÓCIO-DESPORTIVO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.
- 11- AQUECIMENTOS COM BRINCADEIRAS DIVERSAS, SAINDO DO TRADICIONAL, VISANDO O COLETIVO; CONTRIBUINDO NA EDUCAÇÃO, COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE, HONESTIDADE, HUMILDADE, AFETO, e DISCIPLINA.
- 12- REUNIÃO MENSAIS COM OS PAIS E ACOMPANHAMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS.
CONCIENCIATIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE E COOPERAÇÃO, DIMINUIÇÃO DE VICIADOS EM DROGAS DE ADOLESCENTES.

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 005-D /2001

(Datilografar ou preencher em letra de forma)

Folha nº. <u>2990</u> do
Processo PR-066/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.923

1. Nome da instituição

Federação de Bandeirantes do
Brasil - Região de São Paulo

Data da Fundação 19/10/1948

Endereço R. Ministro Símeão Rocha 819

Bairro Suaçuquenho CEP 05030-000 CAPITAL

Tel (011) 38652703 Fax 3873 1190

e-mail diretoria@bandeirantesp.org.br

Responsável Gladys Regina S. de Fátima

Cargo Presidente

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo)

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA: âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição
Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.

Folha nº. 2991	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº _____/2001

1. Nome da Instituição

Federação de Bandeirantes do Brasil - Região São Paulo

Data da Fundação: 19 / 10 / 1942

Endereço : Rua Ministro Sinésio Rocha, 819

Bairro : Sumarézinho **CEP :** 05030-000 **CAPITAL**

Tel: (011) 3865-2703 **Fax** (011) 3873-1190

e-mail : diretoria@bandeirantesp.org.br

Responsável : Gladys Regina Strommer de Farias

Cargo : Presidente

Responsável pelo Projeto : Célia de Cássia Moura
Maria Cristina Bittencourt

Folha nº. 2992	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

**2. NOME DO PROGRAMA, PROJETO OU ATIVIDADE.
ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS.**

"PROJETO VIDA VIVA"

ORGANIZAÇÃO ENVOLVIDA :

Federação de Bandeirantes do Brasil - Região São Paulo

MISSÃO

Ajudar crianças e jovens a desenvolverem seu potencial máximo como responsáveis cidadãos do mundo.

O Movimento Bandeirante é uma organização mundial, sem fins lucrativos, de educação não formal dirigida ao público infante-juvenil.

Sua adesão é voluntária não fazendo distinção de origem, raça, sexo, credo e quaisquer outras formas de discriminação.

Criado em 1909, na Inglaterra por Lord Robert Baden-Powell, o Movimento Bandeirante procura através de um método próprio baseado em jogos e brincadeiras, preparar crianças e jovens para atuarem como cidadãos conscientes das tarefas que lhes cabem no processo de transformação e aperfeiçoamento da sociedade.

A Federação de Bandeirantes do Brasil (FBB) reconhecida de utilidade pública (Decreto Lei 34.463 de 04 de novembro de 1953) fundada em 13 de agosto de 1919, congrega todas as crianças, jovens e adultos participantes do Movimento Bandeirante no Brasil

É membro titular da World Association of Girl Guides and Girl Scouts (Associação Mundial de Bandeirantes), reconhecida pela ONU como uma das maiores organizações de educação não formal de crianças e jovens em todo mundo, com 10 milhões de membros em mais de 136 países.

O Programa Bandeirante está dividido em seis áreas estratégicas. Cada área contém objetivos educativos progressivos, atividades dinâmicas e criativas para o desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes nas crianças e jovens de acordo com a faixa etária. Estas atividades levam à descoberta e ao desenvolvimento da capacidade de atuar em equipes, bem como o poder de liderança. Elas despertam no jovem o interesse pela realidade do seu país e do mundo, favorecendo uma participação ativa e responsável.

3. DATA DE INÍCIO DO PROJETO "VIDA VIVA"

1997

4. ORIGEM DE RECURSOS (descrever a fonte e o valor anual).

Os recursos para o projeto são provenientes de doações feitas pelos bandeirantes e por pessoas amigas do Movimento Bandeirante.

Arrecadação em 2000 = R\$ 5.500.00

Arrecadação até setembro de 2001 = R\$ 5.400.00

Além dos recursos em espécie, acima citados, o Projeto recebe doações em bens e produtos tais como : cestas básicas, material escolar, agasalhos, etc.

5. PÚBLICO ALVO : População beneficiada diretamente : número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

- famílias com dois filhos ou mais, sendo que pelo menos um deles deve estar em idade escolar.
- renda familiar de no máximo três salários mínimos.

2001 - 25 famílias = 66 crianças de 6 à 14 anos
55 adultos

Meta até 2003 - 50 famílias

O Projeto incentiva que seus participantes sejam multiplicadores das informações recebidas procurando assim atingir os demais familiares e demais membros da comunidade onde vivem.

6. ABRANGÊNCIA : âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

Zona Norte da Capital.

O modelo pode ser facilmente reproduzido já que requer apenas um espaço para as reuniões, contribuições para a aquisição das cestas básicas e voluntários Bandeirantes ou não, captados e treinados pelo Movimento

Bandeirante para trabalhar com as crianças e adultos. O voluntário deve dispor de cerca de 3 horas mensais.

7. ORIGEM : Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

O lema "**SEMPER PARATA**" usado pelos Bandeirantes do mundo todo, é a síntese do Movimento Bandeirante. O Bandeirantismo trabalha para que as crianças e jovens estejam "Sempre Prontos" para observar, pensar, discutir e agir sobre o que acontece à sua volta.

Através do trabalho comunitário o Movimento Bandeirante procura desenvolver a responsabilidade mais consciente e pró-ativa na construção e aperfeiçoamento da sociedade.

Motivação :

- o comprometimento da Federação de Bandeirantes do Brasil com o serviço à comunidade e a vivência dos valores universais;
- o alto índice de crianças em idade escolar fora da escola na cidade de São Paulo;
- o número elevado de alunos de famílias de baixa renda por sala de aula e a falta de condições do professor de proporcionar um atendimento mais individualizado;
- a dificuldade das famílias de baixa renda ao acesso às informações corretas sobre saúde, documentação, etc.;
- o desconhecimento de uma parcela da população dos seus direitos e deveres como cidadãos.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS

O Projeto Vida Viva é um projeto que visa a inserção social de famílias de baixa renda, buscando o resgate da cidadania de crianças e suas familiares.

Seu objetivo é motivar crianças e jovens de baixa renda, em idade escolar entre 6 e 14 anos, matriculados no ensino fundamental da rede pública, a se transformarem em cidadãos pró-ativos. O projeto procura incentivar ações simples e positivas em benefício da comunidade onde vivem.

Para os Bandeirantes envolvidos com o Projeto, há a vivência concreta dos princípios e valores do Bandeirantismo. Colocando suas habilidades e conhecimentos a serviço de crianças e jovens menos favorecidos.

Sua ação visa :

- ajudar as famílias (crianças, jovens e pais) a atingirem uma mudança comportamental, saindo de uma cidadania descompromissada para uma cidadania responsável e participativa;
- fortalecer a auto-estima das crianças, jovens e seus familiares; o reconhecimento de seus talentos e habilidades e a busca de alternativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, tais como: cursos, trabalhos e projetos.
- Incentivar a inscrição e participação das famílias nos projetos sociais oferecidos pelo Município, Estado e pela União.
- incentivar os pais a educar seus filhos com amor, auto-estima, responsabilidade e limites;
- motivar as crianças e jovens a assumirem seu papel como co-responsáveis por sua progressão individual e da comunidade.

9. **EXECUÇÃO** : Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária.

São atendidas famílias com 2 crianças ou mais sendo pelo menos uma em idade escolar entre 6 e 14 anos e renda de até 3 salários mínimos.

A título de motivação à participação, as famílias inscritas recebem uma cesta básica por 12 meses e meia cesta básica por mais 6 meses.

As famílias devem freqüentar as reuniões mensais de no mínimo 60 minutos realizadas no segundo domingo de cada mês em local cedido por uma voluntária.

Às famílias atendidas pelo projeto é ensinado utilizar os recursos com sabedoria, sejam eles suas próprias habilidades, conhecimentos ou os recursos e oportunidades oferecidos pelo próprio projeto ou outras ONGs.

São oferecidas palestras e oficinas sobre temas de interesse da comunidade.

Folha nº. 2996	do
Processo PR-036/1997	
Júlia Maria Corrêa Alves	
Data 10.9.23	

O acompanhamento escolar é feito através de aulas de reforço, esclarecimento de dúvidas e a verificação de frequência às aulas.

São organizados passeios e recreação usando a metodologia Bandeirante que de maneira lúdica trabalha princípios e valores como a responsabilidade, liberdade, criatividade e solidariedade.

O trabalho realizado com a crianças e adultos é feito por voluntários, Bandeirantes ou não. As palestras e assuntos específicos são dados por profissionais que doam seu tempo ao projeto. Contamos com alguns profissionais da área de saúde que estão atendendo e acompanhando as crianças inscritas gratuitamente.

Sendo o trabalho comunitário um dos pilares do Movimento Bandeirante, a participação dos Bandeirantes no projeto se dá em vários níveis e de acordo com a faixa etária (a partir dos 6 anos). Se estende desde a doação espontânea de parte de sua mesada, ajuda no recolhimento de víveres para a montagem das cestas básicas, organização de ruas de recreio para as crianças do projeto até o envolvimento direto na ajuda às crianças com o reforço escolar ou palestras abordando assuntos específicos de interesse das famílias.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE : Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade : famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais, etc.

- Documentação - todos os participantes (crianças e adultos) devem ter seus documentos em dia - certidão de nascimento dos filhos, RG, carteira de trabalho, CPF, título de eleitor, etc. Fornecemos as informações e endereços necessários para a obtenção de tais documentos;
- Saúde - inscrição no Sistema Único de Saúde, exigência das cadernetas de vacinação das crianças, incentivo a fazerem exames médicos periódicos das crianças e familiares, palestras e conversas sobre saúde e higiene.
- Emprego - divulgação de ofertas de trabalho;
- Progressão - palestras e abordagem de temas de interesse comum visando o enriquecimento pessoal e conhecimento de seus deveres e direitos.

- 11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA :** Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

O "Projeto Vida Viva" se diferencia por utilizar o consagrado método Bandeirante de formação de crianças e jovens fora do grupo Bandeirante. O Bandeirantismo trabalha a formação e não apenas a informação sendo um importante auxílio à pais e educadores.

O Movimento Bandeirante tem um método de educação baseado no trabalho em equipe, no aprender fazendo, na adesão a um compromisso pessoal e no respeito aos valores éticos.

Embora o projeto não ter por objetivo formar um Distrito Bandeirante com as crianças participantes, o uso da metodologia e da sistemática Bandeirante baseado em jogos e brincadeiras torna o aprendizado atrativo às crianças e jovens.

Nossa meta é estender o projeto à outras áreas, tanto da capital como do interior onde já existem Distritos Bandeirantes.

- 11. RESULTADOS :** Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

- Aumento do número de famílias atendidas pelo projeto

1997 - 03 famílias = 06 crianças de 6 à 14 anos
05 adultos

1998 - 07 famílias = 17 crianças de 6 à 14 anos
15 adultos

1999 - 10 famílias = 22 crianças de 6 à 14 anos
26 adultos

2000 - 23 famílias = 63 crianças de 6 à 14 anos
48 adultos

- Famílias com postura mais comprometida e participativa, atingindo 92% de presença nas reuniões.

- 80% das crianças obtiveram uma melhoria na aprendizagem e na frequência às aulas conforme boletim escolar.
- Aumento no número de doações. Em 1997 obtínhamos víveres para 3 cestas/mês, em 2001 conseguimos montar 17 cestas/mês.
- Aumento do no número de voluntários e colaboradores.

*‘Um sonho que se sonha sozinho
é só um sonho,
mas um sonho que
é sonhado junto,
é o começo de uma realidade’*

'Sempre pensamos em crenças no sentido de credos ou doutrinas e muitas crenças o são. Mas, o sentido básico de uma crença é qualquer princípio orientador, fé ou paixão que pode proporcionar significado e direção na vida. As crenças nos ajudam a liberar os mais ricos recursos que estão bem dentro de nós, criando-os e dirigindo-os, para apoiarem nossos resultados desejados. Com crenças orientadas e fortes temos o poder de tomar medidas e de criar o mundo no qual queremos viver. As crenças do Bandeirantismo determinam o nosso estímulo de engajamento e o nosso comprometimento de participação no mundo.'

Processo PR-036/1997
Sem efeito
Sônia Maria Corrêa Alves

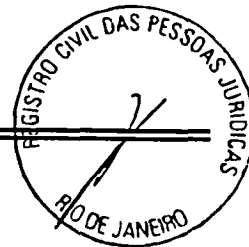
Federação de Bandeirantes do Brasil

Folha nº 3000 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

ESTATUTO

EDIÇÃO 2001

ESTATUTO DA FEDERAÇÃO DE BANDEIRANTES DO BRASIL



ALTERAÇÕES APROVADAS NAS ASSEMBLÉIAS NACIONAIS.

1977	Art.	60 Parágrafo Único
1978	Art.	4 Parágrafos: 1º, 2º, 3º e 4º
	Art.	7 Parágrafos: 2º e 3º
	Art.	13 Alínea f
	Art.	55 Alíneas b e c
1980	Art.	4 Parágrafo: 2º
	Art.	7
	Art.	55 Parágrafo Único
1981	Art.	7 Parágrafos: 1º, 2º e 3º
	Art.	14 Alínea b
	Art.	17 Parágrafo Único
	Art.	25
	Art.	61 Parágrafo Único
1982	Art.	55 Alínea c
	Art.	37 Parágrafo Único
	Art.	56 Alínea a
1983	Art.	6
	Art.	7
	Art.	13 Alínea a e b
	Art.	30 Alínea c
	Art.	34 Alínea a
	Art.	38 Alínea e
	Art.	48 Parágrafo Único
1985	Art.	8 Alínea a
	Art.	9 Alínea c
	Art.	48
	Art.	49
1986	Art.	36 Alínea d
	Art.	48 Parágrafos: 1º e 2º
	Art.	49 Parágrafos: 1º e 2º
1987	Art.	15 Alínea d
1988	Art.	25 Parágrafo Único
	Art.	34 Alínea f
	Art.	49 Parágrafo: 3º
1989	Art.	13 até 27
	Art.	28 Parágrafo 1º
	Art.	36 Alínea d
	Art.	55 Alínea a
1991	Art.	15 Alínea e
	Art.	34 Alínea f
	Art.	46 Parágrafo Único
	Art.	55 Alíneas a, b, c, e
	Art.	63 Parágrafo 3º
1995-1	Art.	4 Parágrafo: 1º
1995-2	Art.	2 Parágrafos: 1º, 2º e 3º
	Art.	16 Parágrafo Único
	Art.	37 Parágrafos: 1º e 2º
	Art.	49 Parágrafo: 4º
	Art.	58 Parágrafos: 1º, 2º e 3º

Folha nº. 3001 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

1998

Art. 1º
Art. 4º Parágrafo 4º
Art. 6º
Art. 9º Alíneas b e c e Parágrafos: 1º e 2º
Art. 10º
Art. 13 Alíneas c e d
Art. 15 Alíneas f e j
Art. 16 Alínea e
Art. 17 Alíneas b e d e Parágrafo Único
Art. 18
Art. 19 Alínea b
Art. 20
Art. 21 Alínea c
Art. 23 Alíneas a, b e c,
Parágrafo: 1º Alínea d
Parágrafo Único
Parágrafo: 2º
Parágrafo Único
Parágrafo: 3º
Parágrafo Único

Art. 26 Parágrafo: 1º
Art. 27
Art. 30 Alíneas b e c
Art. 31
Art. 34 Alínea g
Art. 35 Alíneas b e c
Art. 36 Alínea d
Art. 37 Parágrafo: 1º
Art. 38 Alíneas b, c e d e Parágrafo Único
Art. 39
Art. 40
Art. 41 Alínea a
Art. 42 Parágrafo Único
Art. 43
Art. 47 Parágrafo Único
Art. 48 Parágrafo: 1º, Alínea b
Art. 49 Parágrafo: 1º, Alíneas b, c e d e Parágrafo: 2º e 3º
Art. 50
Art. 51 Parágrafo Único
Art. 52
Art. 55 Alíneas d e e
Art. 56 Alíneas a, b e c
Art. 58 Parágrafo: 1º
Art. 61 Parágrafo Único
Art. 62 Parágrafo: 1º
Art. 63

2000

2001

Art. 16 Parágrafo: § 1º
Art. 1 alteração do seu Parágrafo Único
Art. 2 alteração do mesmo
Art. 3 antigo artigo 62
Art. 4 antigo 3
Art. 5 alteração do 4
Art. 6 alteração do antigo 5
Art. 7 antigo 6
Art. 8 antigo 7
Art. 9 antigo 8
Art. 10 alteração do antigo 9 e inclusão de Parágrafo único
Art. 11 alteração do antigo 10
Art. 12 antigo 11
Art. 13 antigo 12
Art. 14 alteração do antigo 13
Art. 15 antigo artigo 55
Art. 16 antigo 14



2001

- Art. 17 alteração do artigo 15 e suas alíneas
Art. 18 alteração do artigo 16 e seus parágrafos
Art. 19 alteração do artigo 17 e parágrafo Único
Art. 20 alteração do artigo 18
Art. 21 alteração do artigo 19 inclusão de parágrafo Único
Art. 22 alteração do artigo 20 em suas alíneas
Art. 23 alteração do artigo 22 e exclusão do parágrafo
Art. 24 alteração do artigo 23 e inclusão de alínea
Art. 25 inclusão de artigo e novo parágrafo Único
Art. 26 inclusão de artigo e novo parágrafo Único
Art. 27 inclusão de artigo e novo parágrafo Único
Art. 28 inclusão de artigo e novo parágrafo Único
Art. 29 alteração do artigo 24
Art. 30 alteração do artigo 25 e exclusão alíneas B e C
Art. 31 alteração do artigo 26 e seus parágrafos
Art. 32 artigo 27 e seu parágrafo Único
Art. 33 artigo 28 e alteração de seu Único
Art. 34 artigo 29
Art. 35 artigo 30 e alteração de alíneas
Art. 36 alteração do artigo 31
Art. 37 alteração do artigo 32
Art. 38 alteração do artigo 33
Art. 39 alteração do artigo 34
Art. 40 Inclusão do artigo
Art. 41 alteração do artigo 35
Art. 42 alteração do artigo 36
Art. 43 alteração de alíneas do artigo 37
Art. 44 alteração do artigo 38
Art. 45 inclusão de parágrafo único no artigo 39
Art. 46 alteração do artigo 40
Art. 47 alteração do artigo 41
Art. 48 inclusão de artigo
Art. 49 alteração do artigo 42
Art. 50 alteração de alínea artigo 43
Art. 51 alteração do artigo 44
Art. 52 alteração do parágrafo do artigo 45
Art. 53 alteração do artigo 46
Art. 54 alteração do parágrafo único do artigo 47
Art. 55 alteração do capot, alíneas e parágrafos do artigo 48
Art. 56 inclusão do artigo
Art. 57 alteração do artigo 49 e parágrafos
Art. 58 inclusão do artigo
Art. 59 inclusão do artigo
Art. 60 antigo artigo 50
Art. 61 alteração do artigo 51
Art. 62 antigo artigo 52
Art. 63 alteração do artigo 53
Art. 64 inclusão do artigo
Art. 65 alteração do artigo 54
Art. 66 antigo artigo 57
Art. 67 alteração do 58
Art. 68 antigo artigo 60 e inclusão de parágrafos
Art. 69 alteração do artigo 61 e exclusão do parágrafo Único
Art. 70 inclusão do artigo
Art. 71 inclusão do artigo
Art. 72 inclusão do artigo
Art. 73 inclusão do artigo

2001

Exclusão de prazos nas Normas para Alterações do Estatuto



Folha nº. 3002	do
Processo nº 036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.003	

Registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob o nº 33.733, no Livro nº A 15, e do Protocolo nº 104.524, Livro nº A 7, em 6 de julho de 1973.

Cartório Castro Menezes



SUMÁRIO

Capítulo I - **DENOMINAÇÃO, NATUREZA E FINS** pág. 05

Capítulo II - **ORGANIZAÇÃO** pág. 07

Capítulo III - **ÂMBITO NACIONAL** pág. 08

Assembléia Nacional
Colegiado Nacional
Conselho Fiscal Nacional

Capítulo IV - **ÂMBITO DE REGIÃO** pág. 15

Assembléia de Região
Colegiado de Região
Conselho Fiscal de Região

Capítulo V - **ÂMBITO DE DISTRITO** pág. 21

Assembléia de Distrito
Colegiado de Distrito

Capítulo VI - **PATRIMÔNIO** pág. 24

Recursos Financeiros e Patrimônio

Capítulo VII - **DISPOSIÇÕES GERAIS** pág. 25

FORMAS PARA ALTERAÇÕES DO ESTATUTO DA FBB pág. 26

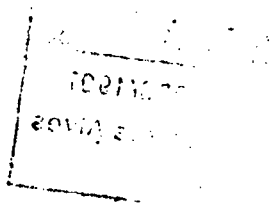


CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, NATUREZA E FINS

- Art. 1** A FEDERAÇÃO DE BANDEIRANTES DO BRASIL (FBB) é uma associação civil, de âmbito Nacional, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e prazo ilimitado de duração.
- § Único** A FBB é membro titular da Associação Mundial de Bandeirantes (THE WORLD ASSOCIATION OF GIRL GUIDES AND GIRL SCOUTS – WAGGGS) e é reconhecida pela mesma como a Instituição representativa do Movimento Bandeirante (MB) no Brasil.
- Art. 2** A FBB é uma Instituição de caráter educativo, não formal, de fins não lucrativos, filantrópica e não político-partidária, que congrega Bandeirantes em todo o país.
- § 1º** Não distribui a Dirigentes, Sócios, Instituidores, Conselheiros, Benfeitores ou Mantenedores, qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado.
- § 2º** Aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.
- § 3º** Mantém escrituração de suas receitas em livros investidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
- Art. 3** A FBB, fundada em 13 de agosto de 1919, na cidade do Rio de Janeiro, e registrada no Cartório do 1º Ofício de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro (antiga Capital Federal), sob o número de Ordem 444, no Livro A no. 1, do Registro de Pessoas Jurídicas. É reconhecida de Utilidade Pública pelo decreto 34.463, de 04/11/1953, e registrada no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério de Educação e Cultura por despacho exarado no processo no. 13.659, de 22/07/1940.
- Art. 4** A missão da FBB é ajudar crianças e jovens a desenvolverem seu potencial máximo como responsáveis cidadãos do mundo.
- Art. 5** A FBB adere aos princípios fundamentais da Associação Mundial de Bandeirantes e seus membros assumem o compromisso de manter os ideais contidos na Promessa, no Código e no Método formulados por Lord Baden Powell que se expressam da seguinte maneira:

Prometo, sob minha palavra de honra,
que farei o melhor possível para:
ser leal a Deus e a minha Pátria,
ajudar o próximo em todas as ocasiões,
obedecer ao Código Bandeirante.



Código Bandeirante: SER BANDEIRANTE...

1. É merecer confiança;
2. É ser leal e respeitar a verdade;
3. É servir ao próximo em todas as ocasiões;
4. É valorizar a estima e amizade;
5. É ser amável e cortês;
6. É ver Deus na Criação e preservar a Natureza;
7. É saber obedecer;
8. É enfrentar alegremente todas as dificuldades;
9. É usar os recursos com sabedoria;
10. É agir, pensar e ser coerente com os valores éticos.

§ 1º Método Bandeirante

O Método Bandeirante expressa em seus elementos o pensamento do fundador do Bandeirantismo, Lord Baden-Powell, e os princípios que o norteiam, constituindo a unidade da Ação do Bandeirantismo em todo o mundo, e compondo um Sistema de Educação Auto-Progressiva.

Elementos do Método Bandeirante:

- Vivência do Código e da Promessa Bandeirante
- Vida em Equipe
- Aprender Fazendo
- Convivência com a natureza
- Serviço Comunitário
- Auto-Progressão
- Convivência entre jovem e adulto
- Simbologia

§ 2º A Federação de Bandeirantes do Brasil tem como símbolo um Trevo, cujas formas traduzem os três aspectos fundamentais da Promessa:

- Aperfeiçoamento pessoal
- Participação na Comunidade
- Busca da Fé Espiritual.

Art. 6º A filiação à FBB é voluntária, sem preconceito de origem, raça, sexo, credo e quaisquer outras formas de discriminação e obedece aos seguintes critérios:

- a) adesão aos princípios fundamentais da Promessa e do Código;
- b) adesão à Missão do Movimento Bandeirante;
- c) adoção do Método Bandeirante.



CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Folha nº. 3004	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.023	

Art. 7º A FBB é constituída pelo conjunto das Regiões e Distritos Isolados existentes no país, a ela filiados de acordo com os princípios expressos neste Estatuto.

Art. 8º A ação da FBB se exerce através dos Grupos, Distritos, Regiões.

§ 1º Grupo é o conjunto de Bandeirantes do mesmo Ramo (faixa etária) sob a orientação da mesma Coordenação.

§ 2º Distrito é o conjunto de Grupos que, pela proximidade de localização, está sob a orientação do mesmo Colegiado de Distrito. Nos Estados em que ainda não exista Região organizada, os Distritos ficarão sob a orientação do Colegiado Nacional e serão chamados Distritos Isolados

§ 3º Região é o conjunto de Distritos que está sob a orientação do mesmo Colegiado de Região. A Região orientará sua organização levando em conta o anexo 1.1 do Manual Nacional de Organização que estabelecerá critérios para o funcionamento de Região.

Art. 9º São Órgãos de Orientação e Administração Superior da FBB:

I. No âmbito Nacional

- | | |
|-----------------------------|-------|
| a) Assembléia Nacional | (AN) |
| b) Colegiado Nacional | (CLN) |
| c) Conselho Fiscal Nacional | (CFN) |

II. No âmbito da Região

- | | |
|------------------------------|-------|
| a) Assembléia de Região | (AR) |
| b) Colegiado de Região | (CLR) |
| c) Conselho Fiscal de Região | (CFR) |

III. No âmbito de Distrito

- | | |
|---------------------------|-------|
| a) Assembléia de Distrito | (AD) |
| b) Colegiado de Distrito | (CLD) |



CAPÍTULO III

ob. **ÂMBITO NACIONAL**

gov. **ASSEMBLÉIA NACIONAL**

(AN)

- Art. 10º** A Assembléia é o órgão máximo da FBB. De caráter normativo (definidor de diretrizes gerais e da política de ação da organização), deliberativo e eletivo, é constituída:
- a) Pelos membros do Colegiado Nacional.
 - b) Pelos/as Coordenadores/as de Região e Presidentes de Região.
- § Único** Poderão, ainda, participar da Assembléia Nacional até dois representantes dos Distritos da Região (Coordenação e Direção), eleitos em Assembléia de Região.
- Art. 11º** A Assembléia Nacional é instalada pelo/a Presidente Nacional e dirigida pelo CLN, no âmbito de sua competência.
- Art. 12º** A Assembléia Nacional reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, e será convocada pelo Colegiado Nacional.
- § Único** A Assembléia Nacional poderá reunir-se extraordinariamente quando convocada pelo Colegiado Nacional ou por solicitação de um terço dos seus membros votantes.
- Art. 13º** A Assembléia Nacional instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 2/3 de seus membros votantes e, em segunda convocação, com a maioria absoluta dos seus membros votantes, ou seja, a metade mais um.
- Art. 14** Compete à Assembléia Nacional:
- a) Definir e deliberar políticas para a garantia da qualidade da Ação da FBB no cumprimento de sua Missão e segundo as orientações das Conferências Mundiais e do Hemisfério Ocidental;
 - b) Estudar e aprovar as diretrizes e o Plano de Ação Nacional;
 - c) Eleger os membros do Colegiado Nacional e do Conselho Fiscal Nacional e destituí-los, quando necessário;
 - d) Eleger os observadores às Conferências Mundiais da WAGGGS e do Hemisfério Ocidental;
 - e) Aprovar e alterar o Estatuto e o Manual Nacional de Organização (MNO);
 - f) Aprovar o Balanço a cada exercício findo e após o parecer do Conselho Fiscal;
 - g) Definir a política financeira e aprovar o orçamento anual da FBB;
 - h) Reconhecer Regiões e cancelá-las quando necessário.
 - i) Deliberar sobre casos omissos.



COLEGIADO NACIONAL

(CLN)

Art. 16 O Colegiado Nacional é o órgão deliberativo e normativo, no intervalo das Assembléias Nacionais com função executiva através de seus membros. É constituído:

- a) Pela Diretoria Nacional
- b) Pela Coordenação Nacional
- d) Pela Assessoria Regional

Folha nº. 3005	do
Processo PR-039/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

Art.17 Compete ao Colegiado Nacional, por intermédio de seus membros:

- a) Projetar estratégias para o desenvolvimento da Instituição de acordo com as diretrizes da AN;
- b) Supervisionar e auxiliar o desenvolvimento e a expansão das Regiões e Distritos Isolados;
- c) Acompanhar o processo de organização e funcionamento dos Distritos Isolados visando a sua ascensão a Região;
- d) Examinar os pedidos de reconhecimento e cancelamento das Regiões e Distritos Isolados e encaminhá-los à Assembléia Nacional;
- e) Aprovar os Manuais Regionais de Organização;
- f) Aprovar a constituição dos Colegiados de Região e Distritos Isolados, e destituí-los, caso infringjam este Estatuto;
- g) Gerir o patrimônio (recursos econômicos e financeiros) da FBB, visando o crescimento e desenvolvimento da instituição;
- h) Cumprir com as obrigações legais de acordo com a legislação vigente;
- i) Cumprir as obrigações financeiras da FBB junto à Associação Mundial;
- j) Apresentar, anualmente, ao Conselho Fiscal Nacional e à Assembléia Nacional, o Balanço da FBB para aprovação;
- k) Escolher, aprovar ou indicar Coordenadores para integrar Equipes ou coordenar Projetos Nacionais;
- l) Representar a FBB nas Conferências do Hemisfério Ocidental e Conferências Mundiais;
- m) Firmar convênios, patrocínios e parcerias no âmbito Nacional de acordo com as diretrizes e princípios da FBB;
- n) Aprovar indicações de candidatos/as a cargos em âmbito internacional;
- o) Convocar a Assembléia Nacional em caráter ordinário ou extraordinário;
- p) Deliberar sobre casos omissos no seu âmbito de ação, nos intervalos das Assembléias Nacionais.

Art. 18 A Diretoria Nacional é constituída por, no mínimo, três membros, a saber:

- a) Presidente Nacional
- b) Secretário/a Nacional
- c) Tesoureiro/a Nacional

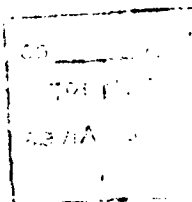
§ 1º Poderão ainda integrar a Diretoria o/a Vice-Presidente, 2ºª Vice-Presidente, 2ºª Secretário/a, 2ºª Tesoureiro/a.



Art. 15

Terão direitos a voto na Assembleia Nacional:

- a) Colegiado Nacional – 2 votos
- b) O/A Presidente e Coordenador/a das Regiões ou seus/suas suplentes, quando portadores/as de procuração expressa para esse fim.
- c) O/A Presidente e Coordenador/a de Regiões que forem reconhecidos/as na própria Assembleia, isto é, Distritos Isolados de um estado que passe a constituir uma Região e a partir do momento em que esse reconhecimento se der.





§ 2º Os membros que compõem a Diretoria Nacional são voluntários e não recebem qualquer remuneração para o desempenho de suas funções.

Folha nº. <u>3006</u> do
Processo nº <u>28-036/1997</u>
Assinatura <u>Correa Alves</u>
Reg. 10. 23

Art. 19 Compete ao/a Presidente Nacional:

- Presidir a FBB;
- Assumir compromissos e obrigações em nome da Instituição, desde que autorizado/a pelo CLN;
- Abrir e movimentar contas em bancos, assinar, endossar cheques e ordens de pagamento, receber qualquer importância que for devida à Instituição, a qualquer título, passar recibo, receber e dar quitação, **em conjunto com o/a Tesoureiro/a Nacional**, ou separadamente, de acordo com as normas do Colegiado Nacional.
- Outorgar mandato, com autorização do CLN, aos/às Presidentes de Região e Distritos, autorizados/as pelos respectivos Colegiados de Região, para adquirir, alienar ou gravar imóveis, receber doações, assumir obrigações em nome da Instituição.

§ Único No impedimento temporário do/a Presidente Nacional, será ele/a substituído/a pelo/a Vice-Presidente ou 2ºª Vice-Presidente. No caso de não estarem preenchidos os cargos de Vice-Presidente Nacional, será o/a Presidente Nacional substituído/a, exclusivamente, por outro membro da Diretoria, na ordem estabelecida no Art 18. No caso de vacância do cargo, a substituição perdurará até a próxima Assembléia Nacional, que elegerá novo/a Presidente Nacional.

Art. 20 Compete aos/às Vices-Presidentes Nacional:

Auxiliar ao/a Presidente Nacional em suas funções.

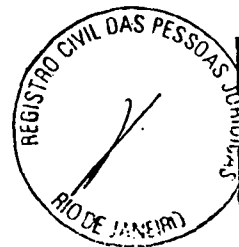
Art. 21 Compete ao Secretário/a Nacional:

- Convocar as reuniões da Assembléia Nacional de acordo com a determinação do Colegiado Nacional;
- Convocar as reuniões do Colegiado Nacional, quando por ele/a determinado ou por solicitação de 1/3 de seus membros;
- Redigir as atas das reuniões da Assembléia Nacional e do Colegiado Nacional.

§ Único Compete ao/a 2ºª Secretário/a Nacional auxiliar o/a Secretário/a Nacional em suas funções e substituí-lo/a em seu impedimento ou falta.

Art. 22 Compete ao/a Tesoureiro/a Nacional:

- Abrir e movimentar contas em bancos e assinar ou endossar cheques e ordens de pagamento, receber qualquer importância que for devida à Instituição, a qualquer título, passar recibo, receber e dar quitação, **em conjunto com o/a Presidente**, ou separadamente, de acordo com as normas do Colegiado Nacional;



- b) Submeter ao Colegiado Nacional estratégias para o cumprimento da política financeira da FBB;
- c) Responsabilizar-se pela escrita contábil;
- d) Submeter ao Colegiado Nacional, ao Conselho Fiscal e à Assembléia Nacional, o Balanço Anual da FBB;
- e) Submeter ao Colegiado Nacional e à Assembléia Nacional a proposta de Orçamento Anual da FBB.

§ Único Compete ao/a 2ºª Tesoureiro/a Nacional auxiliar o Tesoureiro Nacional em suas funções e substituí-lo/a em sua falta ou impedimento.

Art. 23 Compete à Diretoria:

- a) Representar a FBB em juízo ou fora dele e receber citação inicial, obedecida à ordem estabelecida no artigo 18.
- b) Apresentar, anualmente, ao Conselho Fiscal, o Balanço da FBB.

Art. 24 A Coordenação Nacional é constituída por até 4 membros:

- a) Coordenador/a Técnico/a Nacional
- b) Coordenador/a Nacional de Administração
- c) Coordenador/a Nacional de Comunicação Social
- d) Coordenador/a Internacional

Art. 25 Compete ao/à Coordenador/a Técnico/a Nacional coordenar a Área Técnica promovendo a ação qualitativa e expansão do MB.

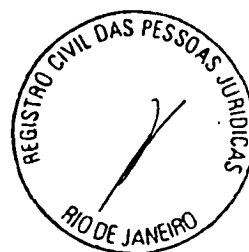
§ Único No caso de impedimento do/a Coordenador/a Técnico/a Nacional será ele/a substituído/a por um dos membros da Equipe Técnica. No caso de vacância, a substituição deverá ser feita a critério do CLN e perdurará até a próxima AN.

Art. 26 Compete ao/à Coordenador/a Nacional de Administração coordenar as Áreas de Administração e Apoio, promovendo a otimização dos Recursos.

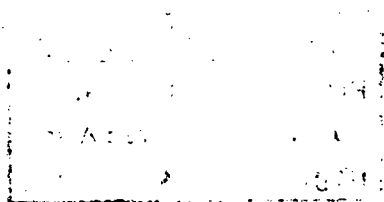
§ Único No caso de impedimento temporário do/a Coordenador/a Nacional de Administração será ele/a substituído/a por um dos membros da Equipe das Áreas de Administração e Apoio. No caso de vacância, a substituição deverá ser feita a critério do CLN e perdurará até a próxima AN.

Art. 27 Compete ao/à Coordenador/a Nacional de Comunicação Social coordenar a Área de Comunicação, promovendo a imagem da instituição.

Folha nº. 3007 do
Processo PR-036/1997
Sônia M. Correa Alves
Reg. 1000 13



- § Único** No caso de impedimento temporário do/a Coordenador/a Nacional de Comunicação Social será ele/a substituído/a por um dos membros da Equipe de Comunicação Social. No caso de vacância, a substituição deverá ser feita a critério do CLN e perdurará até a próxima AN.
- Art. 28** Compete ao/a Coordenador/a Internacional coordenar a Área Internacional, promovendo a participação da Instituição em nível Mundial.
- § Único** No caso de impedimento temporário do/a Coordenador/a Internacional será ele/a substituído/a por um dos membros da Equipe Internacional. No caso de vacância, a substituição deverá ser feita a critério do CLN e perdurará até a próxima AN.
- Art. 29** A Assessoria Regional é composta de até 5 representantes de nível de Regiões.
- § Único** Recomenda-se à representação de cada uma das áreas geográficas do país (Norte; Nordeste; Centro Oeste; Sudeste; Sul).
- Art. 30** Compete à Assessoria Regional contribuir para o desenvolvimento do MB a partir da visão das diferentes realidades do País;
- Art. 31** A duração do mandato dos membros do Colegiado Nacional é de 03 (três) anos, renovado em 1/3 a cada ano, e obedecerá as seguintes disposições com relação à reeleição:
- § 1º** Diretoria: Cada um de seus membros poderá ser reeleito uma vez ou eleito mais uma vez, para outro cargo, em período consecutivo.
Após a reeleição ou eleição para outro cargo, a pessoa só poderá voltar a integrar o Colegiado, decorrido um período de 02 (dois) anos.
- § 2º** Coordenação Nacional: cada um de seus membros poderá ser reeleito, por mais de uma vez, pela Assembléia Nacional, cumprindo mandatos sucessivos e não estando sujeito a parte final do "caput" deste artigo no que tange à forma de sua renovação.
- § 3º** Assessoria Regional: cada um de seus membros poderá ser reeleito.
Após a reeleição, a pessoa só poderá voltar a integrar o Colegiado, decorrido um período de 02 (dois) anos.
- Art. 32** Na falta ou impedimento de algum dos membros do Colegiado Nacional, caberá ao próprio Colegiado Nacional, quando necessário, a indicação de um/a substituto/a interino/a, até a realização da próxima Assembléia Nacional, quando será procedida a eleição para o cargo vago.
- § Único** Quando um membro do CLN for substituído, por falta ou impedimento do titular, o término de seu mandato deverá coincidir com o mandato do detentor anterior do cargo.



CONSELHO FISCAL NACIONAL

(CFN)

Art. 33 O Conselho Fiscal Nacional, órgão fiscalizador da contabilidade da FBB, é constituído por três membros efetivos e três suplentes eleitos pela Assembléia Nacional.

§ Único O Mandato do Conselho Fiscal Nacional é de 03 (três) anos, podendo seus membros serem reeleitos, uma única vez, em período consecutivo.
Após a reeleição, a pessoa só poderá voltar a integrar o Conselho Fiscal, decorrido um período de 03 (três) anos.

Art. 34 Compete ao Conselho Fiscal Nacional:

Exercer a fiscalização financeira, examinando e emitindo o necessário parecer sobre o Balanço apresentado, anualmente, pela Diretoria Nacional.

CAPÍTULO IV

ÂMBITO DE REGIÃO

ASSEMBLÉIA DE REGIÃO

(AR)



Art. 35 A Assembléia de Região é o órgão máximo representativo da Região. De caráter normativo (definidor das diretrizes gerais e da política de ação da Região, de acordo com as diretrizes gerais e a política de ação Nacionais), deliberativo e eletivo, é constituída:

- a) Pelos membros do Colegiado de Região;
- b) Pelos/as Presidentes e Coordenadores/as de Distritos, ou outro membro eleito do Colegiado do Distrito, de acordo com a sua organização;
- c) Por visitantes dos Distritos, eleitos/as ou indicados/as por seus Distritos de acordo com os critérios estabelecidos pela Assembléia de Região.

Art. 36 A Assembléia de Região é instalada pelo/a Presidente de Região e dirigida pelo CLR, no âmbito de suas competências.

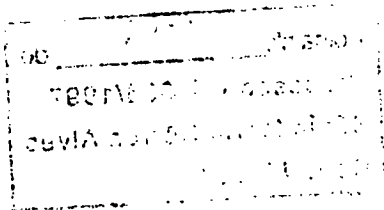
Art. 37 A Assembléia de Região reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, e será convocada pelo Colegiado de Região.

§ Único A Assembléia de Região poderá reunir-se extraordinariamente quando convocada pelo Colegiado de Região ou por solicitação de 1/3 de seus membros votantes.

Art. 38 A Assembléia de Região instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 2/3 de seus membros votantes e, em segunda convocação, com a maioria absoluta dos seus membros votantes, ou seja, a metade mais um.

Art. 39 Compete à Assembléia de Região:

- a) Definir e deliberar as políticas e estratégias de ação para a Região em função das prioridades dos Distritos, segundo as diretrizes e orientações da Assembléia Nacional e do Plano de Ação Nacional;
- b) Eleger os membros do Colegiado de Região e do Conselho Fiscal da Região e destituí-los, quando necessário;
- c) Aprovar e alterar o Manual Regional de Organização, encaminhando-o para posterior aprovação do Colegiado Nacional;
- d) Aprovar o Balanço da Região a cada exercício findo, após o parecer do Conselho Fiscal da Região;
- e) Reconhecer os Distritos e cancelá-los, se necessário;
- f) Indicar candidatos para o Colegiado Nacional;
- g) Eleger os dois representantes dos Distritos da Região (Coordenadores/as e/ou Diretoria) que participarão da Assembléia Nacional;
- h) Deliberar sobre os casos omissos no seu âmbito de ação.
- i) Definir e aprovar o Plano de Ação da Região (PAR);
- j) Definir a política financeira da Região e aprovar o Orçamento Anual.



Art. 40 Terão direito a voto na Assembléia de Região:

- a) Presidentes e Coordenadores/as de Região;
- b) Presidentes e Coordenadores/as de Distrito ou outro membro eleito do Colegiado de Distrito de acordo com sua organização e quando portador/a de procuração expressa para este fim;
- c) Presidentes e Coordenadores dos Distritos que forem reconhecidos na própria Assembléia de Região e a partir do momento que esse reconhecimento se der.

COLEGIADO DE REGIÃO

(CLR)



Art. 41 O Colegiado de Região é o órgão deliberativo e normativo no intervalo das Assembléias de Região e com funções executivas através de seus membros. É constituído:

- a) Pela Diretoria de Região
- b) Pela Coordenação de Região

Folha nº. <u>3009</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.023

Art. 42 Compete ao Colegiado de Região, por intermédio de seus membros:

- a) O exercício das funções de direção, administração, coordenação e supervisão das atividades da Região, de acordo com as Diretrizes e o Plano de Ação da Região aprovados pela Assembléia de Região;
- b) Aprovar e acompanhar a organização dos Distritos;
- c) Aprovar a constituição dos Colegiados de Distritos e destituí-los, caso infrinjam os princípios deste Estatuto;
- d) Indicar os/as candidatos/as ao Colegiado Nacional;
- e) Projetar estratégias para o desenvolvimento da inserção da Região no contexto do seu Estado e para a qualidade da ação;
- f) Administrar o patrimônio da Região;
- g) Representar a Região nas Assembléias Nacionais conforme orientação deste Estatuto e do Manual Nacional de Organização;
- h) Analisar as solicitações de abertura de novos Distritos;
- i) Convocar as Assembléias de Região em caráter ordinário e extraordinário;
- j) Indicar candidatos a cargos Internacionais, quando solicitado pelo CLN;
- k) Firmar convênios, patrocínios e parcerias no âmbito da Região, de acordo com as diretrizes e princípios da FBB e com o conhecimento do CLN;
- l) Cumprir com as obrigações legais de acordo com a legislação vigente;
- m) Cumprir com as obrigações financeiras da Região junto à FBB;
- n) Apresentar anualmente ao Conselho Fiscal de Região e à Assembléia de Região o Balanço da Região para aprovação;
- o) Escolher, aprovar ou indicar Coordenadores para integrar Equipes ou coordenar Projetos da Região;
- p) Deliberar sobre os casos omissos, no seu âmbito de ação, nos intervalos das Assembléias de Região até a apreciação da mesma;

Art. 43 A Diretoria de Região é constituída de, no mínimo, três membros, a saber:

- a) Presidente de Região;
- b) Secretário/a de Região;
- c) Tesoureiro/a de Região.

§ 1º Podem ainda integrar a Diretoria: Vice-Presidente de Região, 2º/a Vice-Presidente de Região, 2º/a Secretário/a de Região e 2º/a Tesoureiro/a de Região.

§ 2º Os membros que compõem a Diretoria de Região são voluntários e não recebem qualquer remuneração para o desempenho de suas funções.



Art. 44

Compete ao/à Presidente de Região:

- a) **Presidir a Região**
- b) Abrir e movimentar contas em bancos, assinar e endossar cheques e ordens de pagamento, receber qualquer importância que for devida à Região, a qualquer título, passar recibo, receber e dar quitação, em conjunto com o/a Tesoureiro/a ou separadamente de acordo com as normas do Colegiado de Região;
- c) Assinar os atos relativos à doação, aquisição, alienação e gravação de bens imóveis desde que autorizado pelo Colegiado de Região, e com mandato expresso do/a Presidente Nacional, de acordo com as normas do Colegiado Nacional e do MNO;
- d) Receber doações, respeitado o dispositivo no Artigo 17, alínea C, desde que autorizado pelo Colegiado de Região;
- e) Autorizar os Colegiados de Distrito a abrir e movimentar contas em banco, assim como controlar o seu encerramento quando cancelado ou desativado o Distrito.

§ Único

No impedimento temporário do/a Presidente será ele/a substituído/a pelo Vice-Presidente de Região. No caso de não estar preenchido o cargo de Vice-Presidente de Região, será o/a Presidente de Região substituído/a, exclusivamente, por outro membro da Diretoria, na ordem estabelecida pelo Artigo 43. No caso de vacância do cargo, a substituição perdurará até a próxima Assembléia de Região, que elegerá novo/a Presidente de Região.

Art. 45

Compete ao/à Secretário/a de Região:

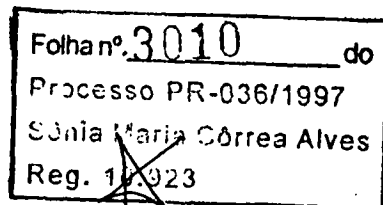
- a) Convocar as reuniões da Assembléia de Região, de acordo com a determinação do Colegiado de Região;
- b) Convocar as reuniões do Colegiado de Região, quando por ele/a determinado, ou por solicitação de 1/3 de seus membros;
- c) Redigir as Atas das Reuniões da Assembléia de Região e do Colegiado de Região;

§ Único

No impedimento temporário do/a Secretário/a de Região será ele/a substituído/a pelo 2ºª a Secretário/a de Região.

Art. 46 Compete ao/à Tesoureiro/a de Região:

- a) Abrir e movimentar contas bancárias, assinar ou endossar cheques e ordens de pagamento, receber qualquer importância que for devida à Região, a qualquer título, passar recibo, receber e dar quitação, em conjunto com o/a Presidente de Região ou separadamente, respeitado o disposto no Artigo 4, alínea "c", deste Estatuto;
- b) Submeter ao Colegiado de Região as diretrizes da política financeira da Região;
- c) Responsabilizar-se pela escrita contábil;
- d) Submeter ao Colegiado de Região e à Assembléia de Região o Orçamento da Região, encaminhando-os, posteriormente, ao Colegiado Nacional.
- e) Submeter ao Colegiado, ao Conselho Fiscal e à Assembléia de Região o Balanço anual da Região, encaminhando-o, posteriormente, ao Colegiado Nacional.



§ Único No impedimento temporário do/a Tesoureiro/a de Região será ele/a substituído/a pelo 2º a Tesoureiro/a de Região.

Art. 47 Compete à Diretoria de Região:

- a) Representar a FBB localmente, em juízo ou fora dele, e receber citação inicial, obedecida à ordem estabelecida no Artigo 43 e de acordo com o Artigo 17, alínea
- b) Apresentar, anualmente, ao Conselho Fiscal de Região, o Balanço da Região.

Art. 48 A Coordenação de Região é constituída de 02 (dois) a 04 (quatro) membros, de acordo com os critérios de cada Região:

- a) Coordenador/a de Região
- b) Subcoordenador/a de Região – até 03 (três) membros.

Art. 49 Compete ao/à Coordenador/a de Região coordenar as ações da Área Técnica da Região.

§ Único No impedimento temporário do/a Coordenador/a de Região, será ele/a substituído/a pelo/a Subcoordenador/a de Região. No caso de vacância do cargo, a substituição será feita a critério do CLR perdurará até a próxima Assembléia de Região.

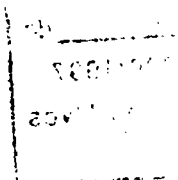
Art. 50 Compete ao/a Subcoordenador/a de Região:

- a) Auxiliar o/a Coordenador/a de Região em suas funções.

Art. 51 O mandato do Colegiado de Região é de 03 (três) anos, renovado em 1/3 cada ano, podendo cada um dos seus membros ser reeleito uma única vez para o mesmo cargo ou eleito mais uma vez para outro cargo, em período consecutivo. Após a reeleição ou eleição para outro cargo, a pessoa só poderá voltar a integrar o Colegiado da Região decorrido um período de 02 (dois) anos.

Art. 52 Na falta ou impedimento de algum dos membros do Colegiado de Região, caberá ao próprio Colegiado de Região, quando necessário, a indicação de um substituto interino, até a realização da próxima Assembléia de Região, quando será procedida a eleição para o cargo vago.

§ Único O término do mandato deverá coincidir com o mandato do cargo em exercício.



CONSELHO FISCAL DE REGIÃO

(CFR)

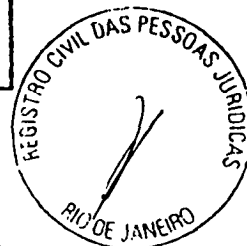
Art. 53 O Conselho Fiscal de Região, órgão fiscalizador de contabilidade da Região, é constituído por três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos pela Assembléia de Região.

Art. 54 Compete ao Conselho Fiscal de Região:

Exercer a fiscalização financeira, examinando e emitindo o necessário parecer sobre o Balanço apresentado, anualmente, pela Diretoria de Região.

§ Único O mandato dos membros do Conselho Fiscal deverá coincidir com o mandato do/a Presidente, podendo seus membros ser reeleitos uma única vez em período consecutivo.

Folha nº. 3011 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.243



CAPÍTULO V

ÂMBITO DE DISTRITO

ASSEMBLÉIA DE DISTRITO

(AD)

Art. 55 A Assembléia de Distrito é a instância máxima decisória e deliberativa do Distrito. Define as diretrizes gerais e a política de ação do Distrito, considerando as suas necessidades e prioridades e de acordo com as diretrizes da Região e da FBB. Compete à Assembléia de Distrito:

- a) Avaliar e aprovar o Plano de Ação do Distrito;
- b) Eleger os membros do Colegiado de Distrito;
- c) Aprovar o Orçamento e o Balanço;
- d) Apreçar os relatórios anuais das atividades realizadas pelos Grupos;
- e) Reconhecer e cancelar o funcionamento dos Grupos;
- f) Estudar o Plano de Ação da Região e encaminhar propostas à AR;
- g) Avaliar o cumprimento dos critérios de Organização e Funcionamento de Distritos;
- h) Resolver os casos omissos.

§ 1º Constituem a Assembléia de Distrito:

- a) Os membros do Colegiado do Distrito;
- b) Coordenadores dos Grupos.

§ 2º Podem ainda integrar a Assembléia de Distrito:

- a) Representação de Bandeirantes dos Ramos Guia e B2 (número pré-determinado pelo Distrito).
- b) Representação dos pais (número pré-determinado pelo Distrito)
- c) Representação de equipes de apoio (número pré-determinado pelo Distrito).

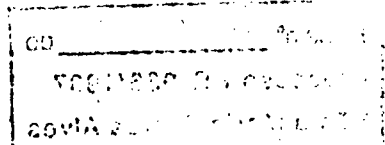
§ 3º O Distrito se reúne em Assembléia duas vezes ao ano, e extraordinariamente, quando convocado pelo Colegiado do Distrito ou da Região;

Art.56 Terão direito a voto na Assembléia de Distrito:

- a) Presidente, Secretário/a e Tesoureiro/a de Distrito;
- b) Coordenador/a de Distrito;
- c) Um/a Coordenador/a de cada Ramo;

§1º Poderá, também, ter direito a voto:

- a) Um/a representante, dos pais de cada Ramo.



COLEGIADO DE DISTRITO

(CLD)

Art. 57 O Colegiado de Distrito é órgão deliberativo e normativo no intervalo das Assembléias de Distrito, e com funções executivas através de seus membros.
Compete ao Colegiado de Distrito:

- a) Garantir a unidade do MB no Distrito e sua ação com qualidade;
- b) Garantir a execução do Plano de Ação do Distrito e sua ação frente aos compromissos para com o Plano de Ação da Região e FBB;
- c) Supervisionar, avaliar e apoiar a ação dos Grupos;
- d) Promover a expansão do Distrito e aprovar a abertura de novos Grupos;
- e) Viabilizar recursos para o desenvolvimento do Plano de Ação do Distrito;
- f) Promover e viabilizar a Capacitação e Progressão dos seus Membros;
- g) Representar o Distrito na comunidade e promover a inserção do Bandeirantismo na mesma;
- h) Responder perante o Colegiado da Região, Assembléia do Distrito e da Região pela qualidade da ação do Distrito, pelo seu crescimento e desenvolvimento;
- i) Administrar e responder perante o Colegiado da Região, Assembléia do Distrito e da Região pelos bens móveis e imóveis do Distrito;
- j) Garantir o cumprimento dos compromissos administrativos e financeiros do Distrito para com a Região e FBB;
- k) Participar das ARs de acordo com a representação prevista neste Estatuto;
- l) Convocar, organizar e Coordenar as Assembléias do Distrito.

§ 1º Constituem o Colegiado de Distrito:

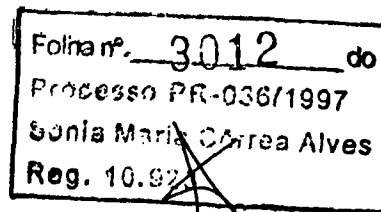
- a) A Diretoria do Distrito: Presidente; Secretário/a; Tesoureiro/a
- b) O/A Coordenador/a do Distrito;
- c) Um/a Coordenador/a de cada Ramo.

§ 2º Podem ainda integrar o Colegiado de acordo com o efetivo do Distrito;

- a) Vice-Presidente e 2ª Vice-Presidente;
- b) 2ª Secretário/a;
- c) 2ª Tesoureiro/a;
- d) Um/a representante de equipe de apoio;
- e) Um/a representante dos pais.

§ 3º No impedimento temporário do/a Presidente será ele/a substituído/a, exclusivamente, por outro membro da Diretoria, na ordem estabelecida no § 1º do Artigo 49. No caso de vacância do cargo, a substituição perdurará até a próxima Assembléia de Distrito, que elegerá o/a novo/a Presidente.

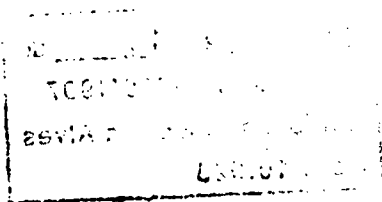
§ 4º Os membros que compõem a Diretoria de Distrito são voluntários e não recebem qualquer remuneração para o desempenho de suas funções.



Art. 58 Compete à Diretoria do Distrito:

- a) Na pessoa do/a Presidente e Tesoureiro/a, observado o disposto no artigo 44 alínea "e", abrir e movimentar contas em bancos, assinar e endossar cheques e ordens de pagamento, com assinaturas conjuntas ou separadas, de acordo com as normas estabelecidas pela Região, receber qualquer importância que for devida ao Distrito, a qualquer título, passar recibo, receber e dar quitação, de acordo com as normas do Colegiado do Distrito;
- b) Cumprir as atribuições que compete ao CLD na organização administrativa e financeira e apoiando o funcionamento e desenvolvimento do Distrito como um todo.

Art. 59 O Mandato dos Colegiados de Distritos é de 2 (dois) anos, podendo seus membros serem reeleitos por no máximo três períodos consecutivos. Após estes 03 (três) mandatos consecutivos, num mesmo e único cargo, a pessoa só poderá voltar a ser reconduzida decorrido um período de 02 (dois) anos.



CAPÍTULO VI

PATRIMÔNIO

RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMÔNIO

- Art. 60** O patrimônio da FBB é constituído de bens móveis e imóveis, contribuições de membros e sócios, rendas, legados, subvenções, auxílios e donativos que lhe forem concedidos, sem prejuízo de sua finalidade e não infringentes ao seu Estatuto.
- Art. 61** Os membros da FBB não respondem, individual ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Instituição.
- § Único** Os membros dirigentes Nacionais, de Região ou de Distrito só responderão, individual ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas em nome da Instituição, em caso de atos lesivos ao seu patrimônio e infringentes ao presente Estatuto.
- Art. 62** Quaisquer bens do patrimônio da FBB somente poderão ser gravados ou alienados, no todo ou em parte, mediante autorização expressa do Colegiado Nacional, através do/a Presidente Nacional.
- Art. 63** Em caso de dissolução ou extinção da Instituição, o seu patrimônio terá o destino estabelecido no Artigo 68, parágrafo 1º.
- Art. 64** Todas as marcas de propriedade da Instituição poderão ser utilizadas, externamente, desde que autorizadas pelo CLN.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Folha nº. 3013	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	



- Art. 65** O exercício dos cargos de Diretoria dos Colegiados Nacional, de Região e de Distrito, é obrigatoriamente não remunerado.
- Art. 66** Todas as deliberações da Assembléia Nacional e das Assembléias de Região serão tomadas por maioria simples dos membros votantes presentes às reuniões, respeitando o disposto nos Artigos 68 e 69.
- Art. 67** A organização, direção e atividades da Instituição são regidas pelo presente Estatuto, complementados, internamente, pelo Manual Nacional de Organização, no âmbito Nacional e pelos Manuais Regionais de Organização, no âmbito de Região, no que couber.
- § Único** O Calendário Anual da Federação de Bandeirantes do Brasil compreende um período de 12 meses, iniciando-se no dia 1º de janeiro e encerrando-se no dia 31 de dezembro.
- Art. 68** A FBB só poderá ser dissolvida quando se reconhecer à impossibilidade de atingir os seus fins, a juízo de Assembléia Nacional e por maioria de 2/3 dos seus membros votantes.
- § 1º** Em caso de extinção da Instituição, o patrimônio reverterá integralmente em benefício de entidades educacionais ou assistenciais, de natureza jurídica privada, de âmbito nacional, estadual ou municipal, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, a juízo da Assembléia Nacional que deliberará por maioria de 2/3 dos seus membros votantes.
- § 2º** Em caso de extinção de uma Região e ou de um Distrito Isolado, o seu patrimônio reverterá integralmente em benefício da Instituição em âmbito Nacional.
- § 3º** Em caso de extinção de um Distrito de região, o seu patrimônio reverterá integralmente em benefício da Instituição em Âmbito da Região.
- Art. 69** O presente Estatuto poderá ser alterado, de acordo com o Artigo 14, Alínea "e", por maioria de 2/3 dos membros votantes da Assembléia Nacional.
- Art. 70** Fica facultado aos Colegiados de Região e aos Colegiados de Distrito procederem ao Registro deste Estatuto nos Cartórios locais respectivos, se assim o exigirem as relações que mantêm com os poderes públicos estaduais e municipais.
- Art. 71** É vedado aos Colegiados de Região e aos Colegiados de Distrito registrarem quaisquer outros Estatutos.
- Art. 72** A Lei nº 2.717 de 24/01/1956 confere à FBB o direito exclusivo de porte e uso de uniformes, insígnias, emblemas adotados em sua organização.
- Art. 73** O presente Estatuto, que revoga o anterior, entrará em vigor, após o seu registro no Cartório competente da cidade do Rio de Janeiro e subsequente publicação em órgão oficial, na forma da Lei.



NORMAS PARA ALTERAÇÕES DO ESTATUTO DA FBB

1. O assunto deve ser de conhecimento de todos.

Qualquer sugestão de alteração e sua respectiva justificativa, encaminhada por qualquer nível (Regiões e Nacional), devem ser enviada até 4 meses antes da data da Assembléia Nacional, para que haja tempo de ser enviada às Regiões.

2. Tomando conhecimento das propostas, as Regiões devem enviar suas emendas e contra-moções, por escrito, com as respectivas justificativas, até 30 dias antes da Assembléia Nacional, para que possam ser compiladas e enviadas a todos os participantes.
3. No processo de deliberação, a apresentação e fundamentação do assunto a ser deliberado ficará sob a responsabilidade da Região que teve a iniciativa da proposição.
4. A votação obedecerá ao esquema tradicional.

Votam-se primeiros às emendas às contra-moções apresentadas, em seguida as contra-moções, por ordem cronológica de chegada, depois as emendas à moção original e, por último, a Moção Original, (a que já se encontra definida no Estatuto).

5. Para qualquer alteração no Estatuto, deve-se considerar o que estabelece o Artigo 69.

Alcy Gervania O. C. de Menezes
ALCY GERVANIA OLIVEIRA CARDOSO DE MENEZES

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA NACIONAL DE

02 a 04 DE FEVEREIRO DE 2001

Lúcia Radler dos Guarany
Lúcia Radler dos Guarany
Presidente Nacional

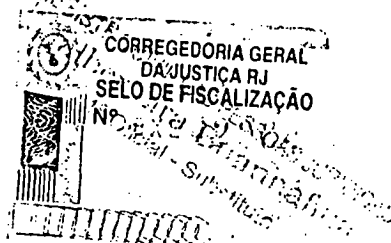
02 ABR 2001

15o Ofício de Notas - Rua do Ouvidor, 89 - CENTRO - RJ
Tabelião: Fernanda Leitão Gonçalves Dias 3852-891
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: Conferido por: _____
Lucia Radler dos Guarany
Rio de Janeiro, 02/04/2001/13:53:22/8284
Busca:R\$0,28 Informática:R\$1,69 Ato:R\$0,28 FETJ:R\$0,43 Total:R\$2

Em testemunho da verdade.
Luiz Claudio Rodrigues da Conceicao



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Comarca da Capital RJ
Av. Presidente Wilson, nº 154 Sobreloja 103
CERTIFICO que este documento foi protocolado sob o nº
11540113/8284 e arquivado na matrícula nº 23233
do livro nº 315 e arquivado neste ofício, nesta data.
Rio de Janeiro, 02/04/2001.
O OFICIAL



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DA CAPITAL - RJ
EMOLUMENTOS PAGOS
R\$ 23,65

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 006 /2001

006 D

(Datilografar ou preencher em letra de forma)

Folha nº 3014 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correia Alves
Reg. 10.923

1. Nome da instituição

CENTRO COMUNITARIO DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE - CCCA

Data da Fundação 02 / 06 / 1984

Endereço Av Liberdade, 345

Bairro Liberdade CEP 01503 000 CAPITAL

Tel (011) 3207 3530 Fax 3208 1181

e-mail cccavida@uol.com.br

Responsável Tomie Ishida

Cargo Diretora Geral

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo).

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA : âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária e metodologia.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição. Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.

06-D

Centro Comunitário da Criança e do Adolescente
Av. Liberdade, 345 – Liberdade – Fone : 3207.3530
Cep. 01503-000 – São Paulo
CNPJ. 53.724.977/0001 – 18
Site: www.cccavida.hpg.com.br
e-mail: cccavida@uol.com.br

Folha nº <u>3015</u> do
Processo <u>TR-030/1997</u>
<u>Sônia Maria Gomes Alves</u>
Reg. <u>10.983</u>

Para:
OAB – Comissão de Direitos Humanos
Rua Sem. Feijó, 143, 3º andar – Centro
São Paulo

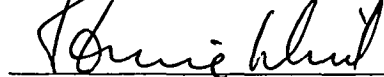
Segue em anexo cópia do Projeto “ Bazar Escola” e Ficha de Inscrição ao Prêmio Betinho 2001.

Agradecemos pela oportunidade em poder divulgar o pouco que realizamos em favor das classes menos favorecidas da cidade de São Paulo. Todas as iniciativas, de verdade, são bem vindas e precisamos somar forças para promover a luta pela cidadania.

Sem mais para o momento agradecemos pela atenção.

Atenciosamente.

Pelo Centro Comunitário da Criança e do Adolescente



Tomie Ishida – Diretora

São Paulo, 19 de outubro de 2001

06 D

PRÊMIO BETINHO 2001

CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

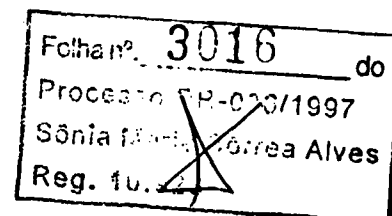
AV. LIBERDADE, 345 – FONE: 270 3530

Cep. 01503-000 - SÃO PAULO

CNPJ. 53.724.977/0001 - 18

site: www.cccavida.hpg.com.br

e-mail: cccavida@uol.com.br



PROJETO BAZAR ESCOLA

2. Nome do Projeto

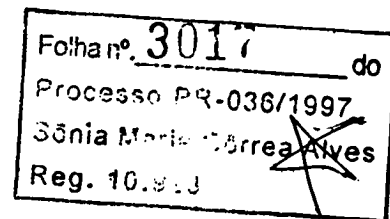
Projeto Bazar escola realizado com a parceria do Centro Comunitário da Criança e do Adolescente e o Instituto C&A.

3. Data de Início

O Projeto iniciou aos 28 de julho de 1997 em parceria com o Instituto C&A de Desenvolvimento Social.

4. Origem de recursos (fonte e valor)

Distribuição das fontes De recursos	Porcentagem estimada da receita	Financiador	Entrada Anual
Governo (Federal, Estadual, Municipal)	69,5%	Prefeitura Municipal de São Paulo	507.930,25
Doações ou contribuições individuais	12,5%	Doadores anônimos	90.508,99
Fundações			
Empresas Privadas	3,5%	Paulus, Colégio R. dos Apóstolos	25.050,00
Fundações estatais			
Entidades Religiosas	5%	Igreja Sta Cruz dos Enforcados, Paróquia Mãe da Igreja, Catedral Sé	36.600,00
Vendas de produtos/serviços	9,5%	Projeto Bazar Escola	70.611,90
TOTAL GERAL			730.701,14



PRÊMIO BETINHO 2001

CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AV. LIBERDADE, 345 – FONE: 270 3530

Cep. 01503-000 - SÃO PAULO

CNPJ. 53.724.977/0001 - 18

site: www.cccavida.hpg.com.br

e-mail: cccavida@uol.com.br

5. Público alvo – Beneficiado diretamente

Adolescentes de 15 a 17 anos de ambos os sexos, que estejam freqüentando a escola a partir da segunda série do ensino fundamental. Renda familiar até 4 salários mínimos. Para os adolescentes em situação de rua, a condição é estar residindo em albergues ou casa moradia e freqüentando a escola. Atualmente participam do Projeto Bazar Escola 12 adolescentes de ambos os sexos.

População beneficiada de forma indireta

De forma indireta são atendidos todos os familiares através de reuniões bimensais de formação, cursos de Informática e corte e costura e através da renda/bolsa/auxílio. Média de 5 pessoas por família, totalizando 60 pessoas.

6. Área de abrangência

Por se tratar de um projeto piloto diversas entidades interessadas se utilizaram da experiência como alternativa viável para direcionar os próprios projetos. Já outras entidades buscam nossos espaços para escoar seus produtos manufaturados. Voluntários interessados em colaborar com o projeto (atualmente a Empresa Sabre com seus funcionários) colaboram com a Entidade nos espaços comerciais das lojas nos finais de semana, além de outros que já se disponibilizam durante o expediente comercial.

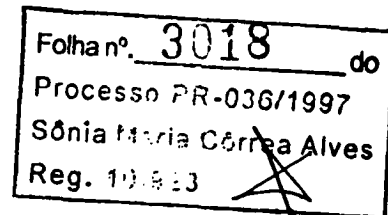
O Projeto iniciou com um espaço comercial e hoje conta com três espaços comerciais nas dependências da própria Entidade. Essa ampliação foi possível pelo apoio e parceria do Instituto C&A de Desenvolvimento Social. Hoje a Empresa M.Officer também se aliou ao Projeto buscando melhorar o visual com uma pequena reforma e doando roupas de ponta de estoque para serem comercializadas.

7. Origem

O CCCA há anos vem trabalhando com uma clientela de baixíssima renda e sem condições de sobrevivência, de moradia e de infra estruturas. Diante de um mercado de trabalho que cada vez mais fecha as portas para a mão de obra não especializada e exige conhecimentos múltiplos o CCCA se propôs a realização deste projeto para dar aos jovens um embasamento profissional para o ingresso no mercado de trabalho e à família destes jovens, oportunidades de melhoria de vida.

8. Propósitos/ Objetivos / Metas: O primeiro e principal propósito é buscar, junto com outras Entidades e Serviços, alternativas que garantam os direitos da criança e do adolescente em situação de rua e risco social e a família condições de viverem e criarem com dignidade seus filhos.

PRÊMIO BETINHO 2001



CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AV. LIBERDADE, 345 – FONE: 270 3530

Cep. 01503-000 - SÃO PAULO

CNPJ. 53.724.977/0001 - 18

site: www.cccavida.hpg.com.br

e-mail: cccavida@uol.com.br

Objetivos:

Como objetivo geral buscamos proporcionar aos adolescentes um desenvolvimento individual e social, através da educação pelo trabalho, de forma que possam adquirir habilidades profissionais e competências básicas para o mercado de trabalho.

Como objetivos específicos buscamos proporcionar aos adolescentes atividades complementares à escola, como acompanhamento escolar, esporte, cultura, lazer, o cuidado da saúde e alimentação visando o desenvolvimento de habilidades atitudes e valores, imprescindíveis não só para o seu desempenho na escola mas também para a sua própria vida.

Buscamos Introduzir os educandos no mundo do trabalho, por via da pedagogia da educação pelo trabalho, desenvolvida no Bazar Escola viabilizando-lhes também mecanismos de geração de renda.

O trabalho se estende também à família ou responsáveis dos educandos no processo da Educação pelo Trabalho, através de visitas, reuniões bimestrais, palestras, vídeos e avaliações periódicas.

Metas

Capacitar 12 adolescentes de ambos os sexos, de baixa renda (renda familiar abaixo de 4 salários mínimos) com aptidão e habilidades profissionais para o mercado de trabalho, por ano.

9. Execução

Através da metodologia da educação pelo trabalho em que o jovem se capacita para a área de comércio e serviços em locais reais de trabalho, o programa desenvolve:

- Habilidades básicas: domínio funcional da leitura, da escrita e do cálculo, além de outros temas inerentes à formação para a vida: meio ambiente, sexualidade, ética, cidadania.
- Habilidades específicas: atitudes, conhecimento técnico e competências demandadas por ocupações do mercado de trabalho na área de comércio e serviços: tecnologia das transações comerciais, recepção e atendimento ao cliente, apresentação pessoal, saúde e higiene em serviços de alimentação, direitos e deveres do trabalhador, informática.
- Habilidades de gestão: noções de empreendimento que estimulem o jovem a montar seu próprio negócio.

O curso básico de técnicas comerciais desenvolvido pelo Projeto Bazar Escola, conta com a seguinte programação:

Folha nº. 3019	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.023	

PRÊMIO BETINHO 2001

CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
AV. LIBERDADE, 345 – FONE: 270 3530
Cep. 01503-000 - SÃO PAULO
CNPJ. 53.724.977/0001 - 18
site: www.cccavida.hpg.com.br
e-mail: cccavida@uol.com.br

O curso básico de técnicas comerciais desenvolvido pelo Projeto Bazar Escola, conta com a seguinte programação:

• Estágio prático na loja.....	328 hs
• Curso básico de informática.....	52 hs
• Saúde e Higiene em serviço de alimentação.....	26 hs
• Apresentação pessoal.....	26 hs
• Organização do ambiente de venda.....	26 hs
• Tecnologia das transações comerciais.....	26 hs
• Recepção e atendimento ao cliente.....	26 hs
• Corte e costura/consertos.....	26 hs
• Esporte e lazer.....	66 hs
• Leis trabalhistas.....	26 hs
• Noções básicas de Marketing.....	10 hs
• Sap (sala de apoio pedagógico).....	124 hs
• Avaliação.....	26 hs
Total de horas.....	788 hs

PRÊMIO BETINHO 2001

CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
AV. LIBERDADE, 345 – FONE: 270 3530
Cep. 01503-000 - SÃO PAULO
CNPJ. 53.724.977/0001 - 18
site: www.cccavida.hpg.com.br
e-mail: cccavida@uol.com.br

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Seleção e matrícula	Estágio prático Esporte/lazer	Estágio prático Saúde/higiene Em serviços de alimento Esporte/lazer	Estágio Prático Apresentação pessoal Esporte/lazer Reunião com os pais	Estágio Prático Apresentação pessoal Esporte/lazer Visitas e pesquisas programadas	Estágio Prático Recepção e atendimento a clientes Esporte/lazer Reunião com os pais.
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Estágio Prático Oficina de reformas de roupa Esporte/lazer	Estágio prático Leis trabalhistas Esporte/lazer Reunião com os pais	Estágio prático Marketing Esporte/lazer	Estágio prático Informática Visitas e pesquisas programadas Reunião com os pais	Estágio prático Tecnologia das transações comerciais Esporte/lazer	Estágio prático Avaliação Esporte/lazer Reunião com os pais

PRÊMIO BETINHO 2001

CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AV. LIBERDADE, 345 – FONE: 270 3530

Cep. 01503-000 - SÃO PAULO

CNPJ. 53.724.977/0001 - 18

site: www.cccavida.hpg.com.br

e-mail: cccavida@uol.com.br

As oficinas pedagógicas são trabalhadas com textos, vídeos, recortes de jornais e revistas, buscando enfatizar a linguagem escrita e oral, a interpretação e redação comercial. Esta proposta visa reforçar também os conteúdos escolares.

Horário do primeiro semestre de 2001

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
13:30-14:30	Informática	Informática	Informática	Lazer	Ética
14:30-15:30	Marketing	Saúde	Costura	Lazer	Ética
15:30-16:30	Marketing	Saúde	Costura	Lazer	Ética

Equipe de trabalho do Projeto:

- Coordenador: Sueli Aparecida Stipp – Ensino Superior incompleto – Curso de Administração de Empresas.
- Gerente dos Espaços comerciais: Adriana Maria T. Marchi – Curso Superior de Publicidade e Propaganda.
- 3 Educadoras/vendedoras: Auxiliadora Simão Ribeiro, Rita de Cássia C. Fernandes e Maria Imaculada: Ensino Médio Completo – Área de Estágio Prático

Voluntários envolvidos no projeto :

- a) Fátima Barbosa – Curso Superior de Jornalismo – área de Higiene e Saúde
- b) Hélio Maeda – Curso Superior de Ciências Contábeis – Área de Transações Comerciais.
- c) Marcelene Oliveira Delmondes – Ensino Médio Completo – Formação Humana
- d) Alberto de Barros Aguirre – Curso Superior de Administração – área de Marketing e Apresentação Pessoal.

10. Participação da Comunidade

O projeto se articula com a comunidade buscando atender as famílias para o encaminhamento de jovens ao projeto. Recolhe doações de produtos para serem comercializados oferecidos pela comunidade. Igrejas e movimentos sentem a necessidade de sensibilizar os integrantes para uma ação

PRÊMIO BETINHO 2001

CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
AV. LIBERDADE, 345 – FONE: 270 3530
Cep. 01503-000 - SÃO PAULO
CNPJ. 53.724.977/0001 - 18
site: www.cccavida.hpg.com.br
e-mail: cccavida@uol.com.br

humanitária junto à população atendida pela Entidade e se dirigem a ela para ajudar quer através de pessoas que se engajam com serviço voluntário quer para ajudar com produtos e mantimentos para as famílias necessitadas.

Escolas, sobretudo particulares buscam a Entidade para somar forças em favor da clientela atendida e enviam seus alunos para que conheçam o outro lado da vida dos menos favorecidos junto às crianças e adolescentes que participam dos projetos. Um exemplo típico o do Colégio São Luis, o Colégio Etapa, o Colégio Mari Ward que abre suas portas para uma integração dos seus alunos com os da Entidade, onde se dispõem a um serviço gratuito, a princípio, levando e oferecendo o café da manhã servido por eles próprios e num segundo momento, contando histórias e desenvolvendo outras atividades pedagógicas.

A participação do Sebrae continua sendo de muita valia para os participantes do projeto através da acessoria e a explanação dos conteúdos ligados ao treinamento de vendas, benefícios de um produto e necessidades do cliente.

A articulação com empresas se dá de diversas formas. Com o Instituto C&a, através da acessoria na área pedagógica e comercial como também a doação de ponta de estoque de roupas e calçados para serem comercializados. Com a Empresa M. Officer, o Projeto ganha uma nova parceria que estabelece um novo relacionamento profissional através da reforma das lojas, doação de roupas e treinamento dos profissionais envolvidos.

Enfim, através do projeto abriu-se alternativas de ações onde estabelecimentos comerciais procuram os adolescentes que já receberam o treinamento para efetivas contratações em suas empresas.

11. Contribuição do Programa

Partindo do princípio de que o Projeto é auto sustentável é hoje uma prerrogativa essencial para viabilizar qualquer iniciativa. Além do mais o projeto proporciona espaço para trabalho voluntário que tem crescido muito no país e mesmo dentro do próprio desenvolvimento do projeto. A Empresa Sabre, tendo sido informada da possibilidade de um serviço voluntário se propôs ajudar a dinamizar os espaços de venda.

Entidades se utilizam dos espaços comerciais do projeto para escoar seus produtos manufaturados. Com relação aos educandos houve um salto qualitativo com relação à postura adquirida. Novos valores foram incorporados até então desconhecidos tais como o respeito aos semelhantes, diálogo, nova postura ao lidar com os clientes nas lojas, pontualidade, asseio pessoal.

Folha nº. 3023	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.113	

PRÊMIO BETINHO 2001

CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
AV. LIBERDADE, 345 – FONE: 270 3530
Cep. 01503-000 - SÃO PAULO
CNPJ. 53.724.977/0001 - 18
site: www.cccavida.hpg.com.br
e-mail: cccavida@uol.com.br

No decorrer do curso alguns dentre os educandos despertaram para o empreendedorismo tornando-se mais criativos e responsáveis. A sociedade ganha futuros potenciais, multiplicadores de ações sociais. O projeto, enfim contribuiu para a construção da cidadania desses jovens e o futuro profissional dos mesmos.

A entidade ganhou no sentido de maior organização interna e na reestruturação dos programas de atendimento às crianças e adolescentes, exigindo também dos profissionais envolvidos maior precisão e organização do quadro de atividades, dos relatórios, da pontualidade e compromisso com os clientes, da criatividade ao desenvolver o projeto e condução dos espaços comerciais. O maior destaque em questão de inovação se dá no fato de unir a geração de renda com profissionalização. O relacionamento e contato com empresas obrigou-nos a adotar uma linguagem e posturas comuns desenvolvendo habilidades até então desconhecidas. Ajudou-nos a profissionalizar o social sem perder os objetivos e a missão do social.

Em termos financeiros, tornou-se uma estratégia diária de geração de renda para os próprios adolescentes. O maior destaque em questão de inovação se dá no fato de unir a geração de renda com profissionalização.

Avaliação

- A avaliação com os funcionários é feita quinzenalmente focando o desempenho dos educandos nos espaços de venda, metodologia utilizada, avanços e recuos.
- Avaliação com os familiares realizada bimestralmente focando o crescimento do educando e o impacto que o projeto traz para junto da família.
- Avaliação com os voluntários focando os conteúdos, metodologia aplicados e o desempenho dos educandos.
- Avaliação com os educandos realizada quinzenalmente focando dificuldades, desempenho, sugestões e grau de expectativas.

12. Resultados

No espaço de três anos tivemos 30 educandos formados no projeto. Desses, 6 estão no mercado de trabalho. Dois estão no pré vestibular. Aos adolescentes que aguardam sua vaga abriu-se uma perspectiva inicial e que esperam com grande ansiedade. Enfim podemos afirmar que a Entidade ganhou e muito pelo ingresso e permanência dos adolescentes na escola. A pequena ajuda da bolsa auxílio concorreu para assegurar aos adolescentes que a permanência na escola seria mais de mais valia do que abandoná-la para ir em busca talvez de um sub emprego no mercado informal.

06 D

ESTATUTO SOCIAL DO
CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

C.C.C.A

Folha nº	3024	do
Processo	IR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg.	10.923	

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

ARTIGO 1º. O CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – também designado pela sigla C.C.C.A., constituída em 02/06/1984, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede nesta Capital de São Paulo, na Avenida da Liberdade, nº. 345 - bairro Liberdade – CEP 01503-000 e foro na mesma cidade.

ARTIGO 2º. O CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - C.C.C.A. tem por finalidades:

I – Proporcionar à criança e ao adolescente, em situação de rua e ou de risco pessoal e social, atendimento sócio-educativo, em meio aberto, garantindo-lhes o direito à educação, à cultura, à saúde, ao lazer e recreação, à profissionalização e à convivência familiar e comunitária;

II - Atuar como órgão de apoio e de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

III - Atuar como órgão de apoio e serviço à comunidade.

ARTIGO 3º. No desenvolvimento de suas atividades, o C.C.C.A. promoverá o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, prestando serviços gratuitos.

ARTIGO 4º. Para o alcance dos objetivos, a Instituição poderá manter convênios com entidades similares ou órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

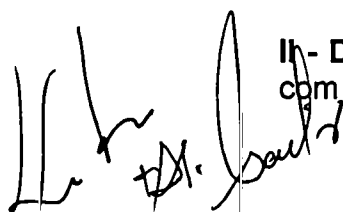
ARTIGO 5º. O C.C.C.A. poderá adotar um Regimento Interno que, aprovado pela Diretoria, disciplinará o seu funcionamento.

ARTIGO 6º. A fim de cumprir suas finalidades, o C.C.C.A. se organizará em tantas unidades de prestação de serviços ou grupos de apoio quantas se fizerem necessárias, de acordo com o Regimento Interno, possuindo os seguintes departamentos:

I - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO: Tratará da aquisição de material permanente e de consumo e da admissão de pessoal necessário ao desempenho dos serviços a ele afetos. Este Departamento contará com o apoio e assessoria de profissionais específicos da área administrativa, visando a eficiência do trabalho que lhe é inerente.

II- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS: Tem por finalidade em comum acordo com o Presidente e o Diretor Geral:

4º REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS
16FEV 2004
0419569



PARÁGRAFO ÚNICO: A admissão dos sócios efetivos e contribuintes será feita por proposta escrita ao Presidente.

ARTIGO 8º. São direitos dos sócios:

I - Votar e ser votado para os cargos eletivos;

II - Tomar parte nas Assembléias Gerais:

III - Sugerir à Diretoria, por escrito, medidas ou providências que aspirem ao aperfeiçoamento operativo da Instituição, bem como denunciar qualquer resolução que fira as normas estatutárias do Centro Comunitário da Criança e do Adolescente – C.C.C.A.

Folha	3025	do
Processo IR-036/1997		
Sônia Maria C. A. Alves		
Reg. 10.923		

ARTIGO 9º. São deveres dos sócios:

I - Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II - Acatar as determinações da Diretoria e as resoluções das Assembléias;

III - Zelar pelo decoro e bom nome do Centro Comunitário da Criança e do Adolescente – C.C.C.A.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os sócios não respondem subsidiariamente pelos encargos da Instituição.

CAPÍTULO III **DA ADMINISTRAÇÃO**

ARTIGO 10º. São órgãos da administração da Instituição:

I - PRESIDÊNCIA

II - ASSEMBLÉIA GERAL

III - DIRETORIA

IV - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 11º. O PRESIDENTE será, de pleno direito, o Bispo da Região Sé e na sua ausência o Vigário Episcopal da Região Episcopal Sé, e em sua falta, o Arcebispo Metropolitano de São Paulo.

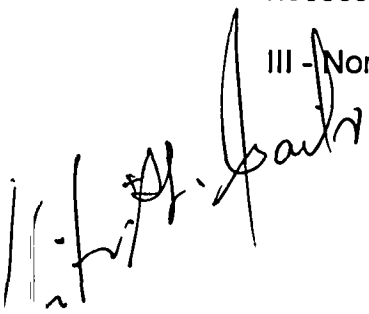
ARTIGO 12º. Compete ao Presidente:

I - Zelar pelo fiel cumprimento dos objetivos sociais;

II - Convocar Assembléia Geral ou reunião da Diretoria quando entender necessário;

III - Nomear o Diretor Geral.

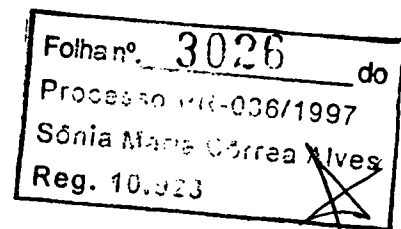
4º REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS
16FEV 2004 19569
PROTÓCOLO - METROPOLITANO
MEDEIROS



ARTIGO 13º. A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

ARTIGO 14º. Compete a Assembléia Geral:

- I - Eleger a Diretoria, com exceção do Diretor Geral;
- II - Decidir sobre reforma do estatuto;
- III - Decidir sobre a extinção da Instituição nos termos do artigo 40º;
- IV - Decidir sobre a conveniência de alienar, hipotecar ou permutar bens patrimoniais concedendo autorização à Diretoria para tal fim;
- V - Discutir e deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse da Instituição, para os quais for convocada.



ARTIGO 15º. A Assembléia Geral realizar-se-á, ordinariamente uma vez por ano para:

- I - Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II - Discutir e aprovar as contas e o balanço anual aprovados pelo Conselho Fiscal.

ARTIGO 16º. A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I - Pelo Presidente;
- II - Pela Diretoria;
- III - Pelo Conselho Fiscal.

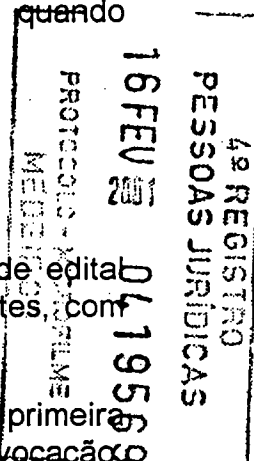
ARTIGO 17º. A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de cinco dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com dois terços (2/3) dos sócios efetivos e em segunda convocação, decorridos 30 minutos, com qualquer número.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As deliberações serão tomadas pelo voto de dois terços (2/3) dos sócios efetivos presentes na Assembléia para:

- I - Alienar, hipotecar e dar em caução ou dar em permuta bens da Instituição;
- II - Extinção da Instituição e nomeação de liquidante;
- III - Demissão ou exclusão de sócios.

ARTIGO 18º. A DIRETORIA, constituída por sócios efetivos, será composta pelo Diretor Geral, nomeado pelo Presidente, e por eleição, pelo Vice-Diretor Geral,



primeiro Secretário, segundo Secretário, primeiro Tesoureiro, segundo Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição no mesmo cargo, podendo, no caso de reeleição, ocupar outro cargo diferente daquele ocupado na gestão anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não haverá acúmulo de cargos nas funções de Diretoria, bem como no Conselho Fiscal.

ARTIGO 19º . Compete à DIRETORIA:

- I - Administrar a Instituição;
- II - Cumprir e fazer cumprir os estatutos, o Regimento Interno e as decisões da Assembléia Geral;
- III - Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
- IV - Nomear comissões especiais e permanentes, grupos de trabalho, convocados para integrá-lo aos membros do quadro de sócios.

ARTIGO 20º. A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por bimestre, ou extraordinariamente quando convocada pelo Presidente ou Diretoria.

PARÁGRAFO ÚNICO: Das reuniões lavrar-se-á ata em livro próprio.

ARTIGO 21º. Compete ao Diretor Geral, além das atribuições indicadas pela Assembléia Geral:

- I - Representar a Instituição ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II - Cumprir e fazer cumprir este estatuto e o Regimento Interno;
- III - Supervisionar os trabalhos da Instituição;
- IV - Autorizar a execução dos planos de trabalhos aprovados pela Diretoria;
- V - Juntamente com o Tesoureiro:
 - a) Autorizar a movimentação de fundos da Instituição, abrir e encerrar contas bancárias e movimentá-las por meio de cheques ou ordem de pagamento.
- VI - Juntamente com o Tesoureiro e com expressa autorização da Assembléia Geral:
 - a) Contrair empréstimos;
 - b) Adquirir bens imóveis e aceitar doações com encargos onerosos;

Folha nº 3027 do
Processo nº 036/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.923

4º REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS
16FEV 2004 0419569
Protocolo - Microfilme
MEIOFIS

[Handwritten signature]

ARTIGO 26º. Compete ao segundo Tesoureiro:

- I - Substituir o primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – Prestar de modo geral, a sua colaboração ao primeiro Tesoureiro.

ARTIGO 27º. No caso de vacância de um ou de mais cargos da Diretoria, os substitutos serão escolhidos pelo Presidente até o término do mandato.

CAPÍTULO IV **DO CONSELHO FISCAL**

ARTIGO 28º. O CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-C.C.C.A. terá um Conselho Fiscal composto de até cinco membros eleitos entre os sócios efetivos, pela Assembléia Geral.

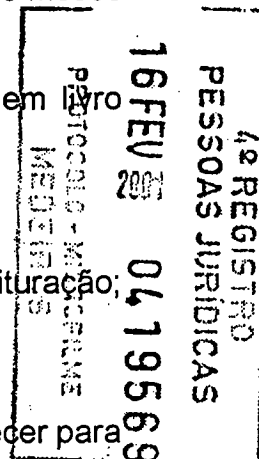
ARTIGO 29º. O mandato do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos e coincidirá com o da Diretoria.

ARTIGO 30º. Os membros do Conselho Fiscal escolherão um Presidente ao qual caberá convocar e presidir as reuniões que serão realizadas de três em três meses ou extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os pareceres e atas da reunião serão lavrados em livro próprio.

ARTIGO 31º. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Examinar os livros contábeis e demais documentos relativos à escrituração;
- II - Verificar o estado do "caixa" e os valores em depósito;
- III - Examinar o relatório da Diretoria e o balanço anual, emitindo parecer para aprovação da Assembléia Geral;
- IV - Expor à Assembléia Geral as irregularidades ou erros, porventura encontrados, sugerindo medidas necessárias para saneamento;
- V - Sugerir à Diretoria a convocação de reuniões conjuntas, a fim de tratar de assuntos julgados relevantes.



[Handwritten signature]

Folha nº.	3030	do
Processo PR-036/1997		
Sônia Maria Dórras Alves		
Reg. 10.513		

ARTIGO 32º. As contas da Diretoria, cujo mandato se encerra, serão objetos de pareceres do Conselho Fiscal, que tem seu mandato vencido na mesma ocasião, mesmo que isto ocorra no primeiro trimestre seguinte.

ARTIGO 33º. Não percebem seus diretores, membros do Conselho Fiscal, sócios, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

CAPÍTULO V **DO PATRIMÔNIO**

ARTIGO 34º. O patrimônio da Instituição compõe-se dos bens móveis e imóveis, já a ela pertencentes, ou que vierem a ser adquiridos por compra, doação ou legado, contribuições, donativos, auxílios oficiais ou subvenções de qualquer tipo ou natureza.

ARTIGO 35º. O Centro Comunitário da Criança e do Adolescente – C.C.C.A. . aplicará suas rendas, seus serviços e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.

ARTIGO 36º. O Centro Comunitário da Criança e do Adolescente – C.C.C.A. . não distribuirá resultados; dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob nenhuma forma.

ARTIGO 37º. O Centro Comunitário da Criança e do Adolescente – C.C.C.A. . aplicará as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

ARTIGO 38º. Em caso de dissolução ou extinção, destinará o eventual patrimônio remanescente à entidade congênere, dotada de personalidade jurídica, com sede e atividade preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de origem, e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, inexistindo, a uma entidade pública.

ARTIGO 39º. O Centro Comunitário da Criança e do Adolescente – C.C.C.A. . não constituirá patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

4º REGISTRO
 PESSOAS JURÍDICAS
 16FEV 2004
 04.19569

[Handwritten signature]

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 40º. A Instituição será dissolvida por decisão da Assembléia Geral extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

ARTIGO 41º. O presente estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, em qualquer tempo, por decisão de dois terços (2/3) dos sócios efetivos, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

ARTIGO 42º. Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria, pela Assembléia Geral e referenciado pelo Presidente.

Eu, Rita de Cássia Ferreira, secretária "ad hoc" redigi o presente texto, que foi lido e aprovado pela Assembléia Geral ordinária e extraordinária, sendo esta a minuta citada no segundo item da pauta e fazendo parte integrante da ata também por mim lavrada.

17º TABELIAO VISTO
D. Antonio Gaspar

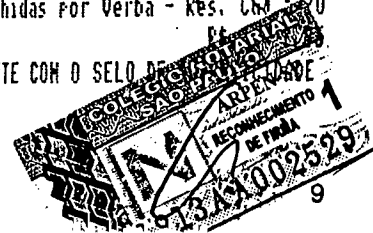
16FEV 2001 04.19569
42 REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS
PROT. 10.123
M. 10.123

Margarida Mendes Bailão
OAB/SP 44.617

17. TABELIAO DE NOTAS
EVERTON LUIZ MARTINS RODRIGUES

Pca. da Se', 377 e R. Felipe de Oliveira, 26
RECONHECO por semelhança a(s) firma(s) de:
ANTONIO GASPAR (3206/1).
São Paulo, 15/02/2001.
Em test. da verdade

LUIZ SERGIO GARRIDO
SEG.: 495584788380495348504849-95352565252
Gustas Recolhidas por Verba - Res. CGM 570
FIRMAS:
SOHENTE COM O SELO DE



Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária do Centro Comunitário da Criança e do Adolescente

Folha nº 3032 do
Processo PR-036/1997
Reg. 10.923

Aos nove dias do mês de Fevereiro de 2001, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Diretoria do Centro Comunitário da Criança e do Adolescente, convocada pelo Sr. Presidente, D. Antonio Gaspar, à Avenida da Liberdade, 345. A reunião teve seu início às 08h30, onde o Sr. Presidente apresentou todos os presentes, cuja lista encontra-se em anexo. Em seguida falou sobre a importância do CCCA, e todo o trabalho que foi desenvolvido nestes anos, frisou a necessidade de se continuar buscando parceiros e voluntários, para juntamente com as crianças formar uma sociedade mais consciente. Em seguida Sr. Edson leu carta da Ir. Terezinha Kunen, que relata sua experiência de trabalho no Timor Leste.

Iniciados os trabalhos propôs-se a seguinte pauta, conforme edital: eleição dos membros da diretoria e reformulação dos estatutos para complementa-lo de acordo com as exigências da lei em vigor.

1) Eleição da nova diretoria exercício 2001-2002: Atendendo à convocação do Edital, foi eleita a nova Diretoria para o período de 13 de fevereiro de 2001 a 12 de fevereiro de 2003, assim composta: 1º Presidente – Dom Antonio Gaspar, Exmo. Sr. Bispo da Região Sé, da Arquidiocese de São Paulo, 2º Diretora Geral - Tomie Ishida, brasileira, solteira, securitária, residente à Rua Cunha Bueno, 72/2 – Apto. 02, São Paulo/ SP, portadora do RG 2.756.010-7 e CIC 330.633.548.72, nomeada para o 2º mandato pelo Sr. Presidente; 3º Vice-Diretor, Francisco Roberto da Silva, brasileiro, casado, aposentado, residente a Rua Anjo Custódio, 148, São Paulo/ SP, portador do RG 4.577.769 e CIC 121.746.388.95; 4º – 1º Tesoureiro - Manoel Martins da Luz, brasileiro, casado, administrador, residente à Rua Dr. Nicolau de Souza Queiroz, 735, São Paulo/ SP, portador do RG 24.407.806.3 e CIC 188.236.292/68; 5º – 2º Tesoureiro Pe. Enivaldo Santos do Vale, solteiro, religioso, residente à Avenida Rangel Pestana, 1.438, Apto 41, São Paulo/ SP, portador do RG 1.525.804 e CIC 323.644.589.000; 6º - 1ª Secretária - Rita de Cássia Silva Ferreira, brasileira, solteira, assistente social, residente à Rua Francisco Vieira Servas, 2 A, São Paulo/ SP, portadora do RG 16.916.897 e CIC 088.800.928.39; 7º - 2ª Secretária - Maria Auxiliadora, brasileira, divorciada, publicitária, residente à Alameda Gleite, 888 Apto. 06, São Paulo/ SP, portadora do RG 7.116.020 e CIC 535.601.758.187; 8º – Conselho Fiscal – 1º - Edson Tamura Soares, brasileiro, casado, arquiteto, residente à Rua Humaitá, 107, A123N, São Paulo/ SP, portador do RG 15.541.634 e CIC 085.850.338.78; 2º - Maria de Lourdes Nunes da Silva, brasileira, casada, do lar, residente à Rua Anjo Custódio, 148, São Paulo/ SP, portadora do RG 4.577.769 e CIC 121.746.388.95, 3º - Wagner da Silva Minas, brasileiro, solteiro, empresário, residente à Rua Presidente Castelo Branco, 369, Osasco/SP, portador do RG 17.945.073.6 e CIC 064.622.118.30, 4º - Jucilene Caron, brasileira, solteira, tesoureira, residente à Rua Treze de Maio, 1.217, Apto. 41, São Paulo/ SP, portadora do RG 4.492.753.8 e CIC 688.323.387.34, 5º - Maria Helena Montes Silva, brasileira, solteira, conselheira tributária, residente à Avenida Ema, 4.060, Apto. 34, Bloco B, São Paulo/ SP, portadora do RG 12.880.911 e CIC 035.216.328.30. A diretoria eleita foi imediatamente empossada por seu presidente. A coordenação permanece com Ir. Derly Fabres. A constituição da diretoria e coordenação foi aprovada por todos os presentes.

2) O estatuto social do CCCA foi reformulado, com a finalidade de atender as novas exigências legais. Este documento foi apresentado aos membros da diretoria eleita, e aprovado, conforme minuta em anexo.

16 FEV 2001
PESSOAS JURÍDICAS

[Assinatura]

3)Diversos, a) Ir. Derly relatou também a parceria com a Ação Ética e Cidadania que não vem apresentando os resultados esperados. As informações prestadas sobre os resultados dos Eventos realizados não atingiram os objetivos esperados. A Diretoria não formalizará a parceria com essa OGN. b) Considerando a probabilidade de Dom Antonio Gaspar, Presidente, vir a ser transferido para outra Diocese a ele será prestada uma homenagem no dia 15/02 às 13:00 horas.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a assembléia para a lavratura da presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pela Diretora Geral e por mim, que a lavrei, para que possa produzir os devidos efeitos legais.

17.º TABELIÃO VISTO
D. Antonio Gaspar - Presidente

18.º Táb. Com
Tomie Ishida - Diretora Geral
16FEV 2001
0419569
4º REGISTRO
PESSOAS JURIDICAS

Rita de Cássia Silva Ferreira

*** 15º CARTÓRIO DE NOTAS DE SÃO PAULO ***
Rua da Glória, 98 - Fone: (0XX11) 3105-9194-98
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Reconheço por SEMELHANÇA 0001 FIRMA(S) DE:
0001-TOMIE ISHIDA
SAO PAULO, 15 de FEVEREIRO de 2001
ASSINANTE: MIGUEL PERES JUNIOR
CARGO: ESCRIVENTE AUTORIZADO.....
Custas: *****1,83
Carimbo: 075759
SELOS PAGOS POR VERBA



1.º TABELIAO DE NOTAS
EVERTON LUIZ MARTINS RODRIGUES
Pra. da Se', 377 e R. Felice de Oliveira, 26
RECONHECO por semelhança a(s) firma(s) de:
ANTONIO GASPAS (32861).
Sao Paulo, 15/02/2001
Em test. da verdade.

0117 SERGIO GARRIDO ESCRIVENTE
SER.: 49558478838049534850
Custas Recolhidas
REC. FIRMAS:
VALIDO SOMENTE COM
SP 1916A002452

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 007 /2001

(Datilografar ou preencher em letra de forma)

Folha nº 3034 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Córdova Alves
Reg. 10.923

1. Nome da instituição

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHA-
DORES DA REGIÃO DA MOOCA

Data da Fundação 15.12.1979

Endereço R. CANUTO SARAIVA

Bairro MOOCA CEP 03113-100 CAPITAL

Tel (011) 66045261 Fax mesmo.

e-mail atrm@vol.com.br

Responsável VALDECI GOMES.

Cargo PRESIDENTE

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo)

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA: âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição
Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.

07-D

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOÓCA - SP

Às 15 (quinze) dias do mês de dezembro de 1979 (hum mil e novecentos e setenta e nove), às 18 horas (dezoito), nesta cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Orville Derby, 254, bairro da Moóca, onde se achavam reunidos trabalhadores da região da Moóca, realizou-se uma reunião com a finalidade de constituir uma Associação de Trabalhadores da Região da Moóca, e imediações. Dando início aos trabalhos, o Sr. Adalberto Kovacs Filho, escolhido para presidir a reunião, procedeu à leitura das minutas do estatuto, que, discutido e aprovado pelos presentes, tem a redação final conforme anexo. Em seguida, passou-se à eleição dos membros da diretoria provisória, que ficou assim constituída, para o período de 3 (três) meses a contar da data do Registro desta entidade:

Presidente: Adalberto Kovacs Filho, brasileiro, solteiro, de profissão ajudador mecânico, Carteira de Identidade RG nº 8.109.246, CIO 000163608/18, residente à Rua Ritu, 260, Vila Industrial;

Vice-Presidente: Isaias de Carvalho, brasileiro, casado, de profissão colocador de estampo, Carteira de Identidade RG nº 3.481.665, CIO 459203298/00 residente à Rua Un, nº 13B, Sapopemba;

Secretário: Giuseppina Rosaria De Grazia, italiana, solteira, de profissão Assistente Social, Carteira Modelo 19 RG nº 4.171.609, CIO 695646398/91, residente à Rua Carlos Almeida Prado, 131, Jardim Marina;

Vice-Secretário: José Leite Cavalcante, brasileiro, desquitado, de profissão trapador, Carteira de Identidade RG nº 4.222.544, CIO 346541198, residente à Rua Minas Gerais, nº 230, Vila União;

Tesoureiro: Benedito Martins, brasileiro, desquitado, de profissão mecânico, Carteira de Identidade RG nº 1.936.232, CIO 695068538/00, residente à Rua 21 de Abril, nº 107, casa 2, Brás;

Vice-Tesoureiro: Kancel Del Rio Blas Filho, brasileiro, casado, de profissão comerciante, Carteira de Identidade RG nº 3.700.078, CIO 129.053218/49, residente à Rua Itaruna, nº 24.

Nada mais havendo a tratar, como ninguém quisesse fazer uso da palavra, o senhor presidente deu por encerrada a reunião suspendendo os trabalhos para que se lavrasse esta Ata, que lida e achada conforme, vai por mim assinada e pelo presidente.

Folha nº	3035	do
Processo PR-036/1997		
Sônia Maria Alves Alves		
Reg. 10.925		

São Paulo, 18 de dezembro, de 1979

Giuseppina R. De Grazia
Secretária

Adalberto Kovacs Filho
Adalberto Kovacs Filho
Presidente

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOÓCA - SP

Cap. I - Da Denominação e Objetivos

Art. 1 - Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOÓCA - SP (ATRM), com sede e domicílio jurídico nesta Capital, Rua Camuto Saraiva, 569, Moóca, fica constituída uma sociedade civil, de duração indeterminada, sem fins lucrativos. Esta Associação terá um caráter cooperativo, cultural e educativo.

Art. 2 - Constituem finalidades sociais da ATRM-SP :

- a) orientar e defender seus associados quanto a seus direitos e deveres na sociedade;
- b) desenvolver o espírito associativo e fraterno entre os trabalhadores;
- c) desenvolver formas de cooperação entre os trabalhadores na defesa de melhores condições de vida;
- d) promover e apoiar todas as formas de manifestação da cultura popular;
- e) promover atividades esportivas e de lazer entre seus associados;
- f) manter convênio e/ou se associar a entidades similares ou da mesma natureza;
- g) divulgar e promover suas finalidades e atividades através da constituição de um órgão próprio de imprensa.

Cap. II - Do Patrimônio Social

Art. 3 - A ATRM poderá contar com os seguintes meios de subsistências:

- a) contribuições (regulares, semestrais ou anuais dos sócios) a serem estipuladas em Assembleia Geral;
- b) subvenções e auxílios;
- c) rendas patrimoniais;
- d) arrecadação e campanhas;
- e) emissão de títulos e obrigações.

Folha nº 3036 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Córrea Alves
Reg. 10.923

§ Único - As rendas da sociedade serão aplicadas exclusivamente para a realização de seus fins sociais.

Art. 4 - O patrimônio da ATRM só será alienável mediante aprovação da Assembleia Geral extraordinária especialmente convocada para esse fim. Não serão alienáveis os imóveis imprecisáveis, livros, objetos em duplicata e rendimento cujo produto somente poderá ser aplicado para a realização dos fins sociais.

§ Único - Em caso de extinção da ATRM, seu patrimônio após liquidação e apuração será aplicado conforme deliberação da Assembleia Geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

Cap. III - Dos sócios, direitos e deveres

Art. 5 - Serão sócios da ATRM os trabalhadores assalariados, sem cargo de direção na empresa em que trabalham. Esses trabalhadores (morando ou trabalhando na região da Moóca e imediações, atualmente ou nos últimos dois anos) poderão se associar mediante o pagamento de uma contribuição a ser estipulada, contanto que estejam de acordo com os objetivos definidos neste estatuto.

Art. 6 - São direitos dos sócios em dia com suas obrigações financeiras:

- a) participar das Assembleias Gerais;
- b) participar de todas as atividades a que esteja a ATRM direta ou indiretamente ligada;
- c) votar o ser votado.

Art. 7 - São deveres dos sócios:

- a) acatar os estatutos da ATRM;
- b) contribuir com a taxa que for fixada pela Assembleia Geral;
- c) exercer o cargo para o qual for eleito, salvo se houver motivo de força maior plenamente justificável;
- d) colaborar com a Diretoria na consecução dos trabalhos e objetivos da ATRM.

Folha nº. 3037 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Art. 8 - Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais da entidade.

Cap. IV - Dos órgãos constitutivos da ATRM

a)

Art. 9 - São órgãos constitutivos da ATRM:

- a) Assembleia Geral
- b) Diretoria
- c) Conselho Consultivo

Art. 10 - A Assembleia Geral é o órgão supremo de decisão da ATRM. É constituída pelos sócios no gozo de seus direitos. Ela se reunirá ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quando convocada pela Diretoria ou por um quinto dos sócios inscritos.

Art. 11 - A Assembleia Geral funcionará em primeira convocação com a presença mínima de um quinto dos sócios inscritos. E em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número.

§ Único - A Assembleia Geral será convocada imediatamente após a ocorrência de qualquer fato ou necessidade que a justifique.

Art. 12 - Compete à Assembleia Geral:

- a) decidir em última e definitiva instância;
- b) eleger os membros do Conselho Consultivo;
- c) apreciar o relatório da Diretoria, o qual será apresentado aos sócios 15 dias antes da Assembleia, e incluirá a prestação de contas em forma contábil;
- d) decidir sobre assuntos relevantes encaminhados pelo Conselho Consultivo e pela Diretoria;
- e) reformar os estatutos sociais.

§ 1º - A reforma dos estatutos sociais somente poderá ser efetuada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, com antecedência mínima de 15 dias.

§ 2º - A destituição da Diretoria e convocação de novas eleições caberá à Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, com antecedência mínima de 15 dias.

§ 3º - Em caso de não se constituir nova diretoria no ato, o Conselho Consultivo ocupará interinamente a Diretoria e marcará nova Assembleia no prazo de 15 dias para efetuar a eleição da Diretoria.

Art. 13 - O Conselho Consultivo será constituído por 5 (cinco) membros efetivos e 3 (três) suplentes com mandato de um ano. Serão eleitos em Assembleia Geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - As vagas ocorridas no Conselho Consultivo serão preenchidas pelo suplente mais votado, que cumprirá o mandato do conselheiro destituído.

§ 2º - Perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer sem justificativa a três reuniões consecutivas.

Art. 14 - Compete ao Conselho Consultivo:

- a) orientar e assistir a diretoria sobre o relatório e contas;
- b) dar parecer sobre recursos que lhe forem encaminhados;
- c) orientar e sanar possíveis irregularidades;
- d) orientar comissões permanentes ou eventuais (constituídas pela diretoria), para estudo de problemas sociais;
- e) colaborar com a diretoria no estudo, apreciação e orientação de todas as iniciativas e trabalhos da Associação;
- f) observar o estrito cumprimento do exposto no § 1º do Art. 18.

Art. 15 - O Conselho Consultivo se reunirá juntamente com a Diretoria e/ou se paradamente quando julgar necessário.

Art. 16 - A Diretoria será composta dos seguintes membros eleitos por todos os sócios:

- | | |
|---------------|--------------------|
| a) Presidente | b) Vice-Presidente |
| b) Secretário | d) Vice-Secretário |
| e) Tesoureiro | f) Vice-Tesoureiro |

Art. 17 - A Diretoria reunir-se-á, juntamente com o Conselho, ordinariamente uma vez por mês ou, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus componentes. A presença mínima será de cinco membros da Diretoria e três membros do Conselho.

§ 1º - Perderá o mandato o membro da Diretoria que faltar a 4 reuniões da Diretoria sem justificativa.

§ 2º - As vagas ocorridas deverão ser preenchidas dentro de 30 dias através de eleições em Assembleia.

Art.18 - Compete ao Presidente:

- a) zelar pelos interesses da entidade e pela fiel observância de seus estatutos;
- b) presidir às reuniões da diretoria;
- c) representar a entidade em juízo e fora dele, ativa e passivamente;
- d) nomear e demitir auxiliares ou funcionários da entidade aprovados pela diretoria;
- e) assinar contratos de serviços, obras e fornecimento, e praticar atos de administração em geral, aprovados pela diretoria.

§ 1º - Em relação às letras "a", "d" e "e" desse artigo, o presidente deve rá estar de acordo com o Conselho Consultivo.

Art.19 - Compete ao Vice-Presidente:

- a) substituir o presidente em suas faltas e impedimentos;
- b) assistir o presidente sempre que solicitado e representá-lo nas relações com entidades oficiais e particulares.

Art.20 - Compete ao Secretário:

- a) organizar e supervisionar o serviço geral de secretaria, juntamente com o vice-secretário;
- b) secretariar e redigir as atas da diretoria e das assembleias gerais;
- c) auxiliar o presidente em todos os serviços e encargos da administração, ajudá-lo nas suas relações com o público e associados em geral.

Art.21 - Compete ao Vice-Secretário:

- a) substituir o secretário em suas faltas e impedimentos;
- b) auxiliar o secretário no desempenho de suas funções.

Art.22 - Compete ao Tesoureiro:

- a) promover a arrecadação da receita da entidade e conservar seus bens sob sua responsabilidade;
- b) pagar as despesas autorizadas e assinar cheques com o Presidente ou o Vice-Presidente;
- c) depositar em entidades de crédito os saldos disponíveis em nome da Associação;
- d) manter um livro-caixa com lançamentos em dia e apresentá-lo mensalmente à Diretoria;
- e) apresentar o balanço anual e balancetes mensais a fim de serem submetidos à Assembleia Geral ordinária;
- f) promover e manter em dia o inventário do ativo imobilizado.

Art.23 - Compete ao Vice-Tesoureiro:

- a) substituir o tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- b) auxiliar o tesoureiro no desempenho de suas funções.

Cap. V - Da eleição para a Diretoria

Art. 24- A eleição para a Diretoria será feita através do votação em urna e votarão todos os associados que estiverem de acordo com o Cap. III, art. 6.

Folha nº 3039 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Art. 25 - A vigência de mandato da Diretoria eleita será de um ano, exceto o já descrito no Cap. IV, art. 12, § 2^o.

§ 1^o - Três meses antes do final do mandato, a diretoria convocará as inscrições às eleições de mandato da Diretoria seguinte, mediante emissão de edital afixado na sede da Associação, até o final do período de inscrições.

§ 2^o - O período de inscrições será de 30 (trinta) dias a contar da publicação do edital.

Art. 26 - A inscrição de cada chapa ocorrerá com a existência de pelo menos 6 (seis) membros, devendo satisfazer o Cap. IV, art. 16.

Art. 27 - A votação se fará na sede da ATRM e seu início se dará 55 (cinquenta e cinco) dias do término das inscrições.

§ Único - As eleições transcorrerão no prazo de um dia.

Art. 28 - A apuração dos votos será feita no local da votação, logo após o seu término e vencerá a chapa que obtiver maior número de votos, num único escrutínio.

§ 1^o - Em caso de empate entre as chapas concorrentes, far-se-ão novas eleições no prazo de 7 dias, concorrendo as mesmas chapas da 1^a votação.

Art. 29 - A posse da Diretoria eleita se fará 2 (dois) dias após o término das eleições em Assembleia Geral Extraordinária, onde a antiga Diretoria prestará contas de seu mandato.

Cap. VI - Da eleição para o Conselho Consultivo

Art. 30 - Nos termos dos art. 24 a 29 proceder-se-á à eleição do Conselho Consultivo.

§ 1^o - A eleição da Diretoria será feita por votação em chapa.

§ 2^o - A eleição do Conselho Consultivo será feita por votação nominal preenchendo-se as cinco vagas de membros efetivos e três suplentes com os oito nomes mais votados por ordem decrescente.

Cap. VII - Das disposições gerais e transitórias

Art. 31 - A critério da Diretoria poderão ser criados departamentos especializados que auxiliem o desenvolvimento e consecução dos objetivos sociais.

§ Único - Cada departamento terá um coordenador nomeado pela Diretoria.

Art. 32 - A ATRM não fará nenhuma distinção de cor, raça, credo religioso, político e ideológico.

Art. 33 - Para atender suas necessidades iniciais, a ATRM terá sua primeira diretoria composta pelos sócios fundadores, com mandato de 3 (três) meses a contar da data de registro deste estatuto.

Art. 34 - Estes estatutos entram em vigor a partir da data de sua aprovação.

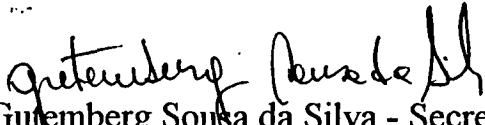
Folham^o 3040 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves

Recebido e homologado 18/12/77

Ata da Assembléia da Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca

Aos doze dias do mês de abril do ano dois mil, às 18:30 horas, foi realizada Assembléia Geral Ordinária da Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca, em sua sede, localizada à rua Canuto Saraiva, 795, Mooca – São Paulo – SP, cuja pauta constou dos seguintes pontos: 1º) Avaliação do trabalho realizado em 99, com base no relatório das atividades realizadas: cursos profissionais e alfabetização de adultos; Movimento de moradia; Atividades de formação; Assessoria jurídica e técnica. O Presidente abriu a palavra aos presentes para avaliação, críticas e sugestões. De maneira geral a avaliação foi positiva. As sugestões feitas foram incorporadas ao planejamento de 2000. 2º) Balanço financeiro do bienio 1998 /1999. O Sr. Presidente passou a palavra ao tesoureiro, que apresentou o relatório financeiro dos dois últimos anos. Os presentes pediram algumas questões de esclarecimento e em seguida o relatório foi aprovado por unanimidade. 3º) Planejamento das atividades a serem realizadas em 2000 /2002. A assembleia decidiu pela continuidade das atividades realizadas até agora. Foram apresentadas novas propostas com a finalidade de contribuir na melhoria da qualidade do trabalho efetuado. O Sr. Presidente colocou em votação todas as propostas, sendo as mesmas aprovadas por todos. 4º) Eleição da próxima diretoria. Como último ponto de pauta, realizou-se a eleição da nova diretoria, conforme as prescrições estatutárias, que ficou assim constituída para o período de dois anos, a contar da data desta assembléia: Presidente: Valdeci Gomes, brasileiro, casado, profissão Inspetor de qualidade, RG 6.808.722, CIC 583.767.478-00, residente à rua São Pedro do Piauí, 270, Parque São Lucas. Vice Presidente: Marilene Bezerra Cavalcante, brasileira, solteira, profissão ajudante, RG 829.264, CIC 503.688.184-20, residente à rua Madre de Deus, 769, Mooca, São Paulo. Primeiro secretário: Gutemberg Souza da Silva, brasileiro, casado, profissão Mecânico de manutenção, RG 603.852, CIC 219.174.484-68, residente à rua Madre de Deus, 769, Móoca, São Paulo. Segundo secretário: Adalberto Kovacs Filho, brasileiro, casado, profissão ajustador mecânico, RG 8.109. 946, CIC 000. 163. 608 -18, residente a rua Paramu, 421, Vila Alpina, São Paulo. Primeiro tesoureiro: Luiz Bezerra Cavalcante, brasileiro, solteiro, profissão Meio oficial de manutenção, RG 543.660, CIC 307.786.114-34, residente à rua Madre de Deus, 769, Móoca, São Paulo. Segundo tesoureiro: Mario Itamar Nunes dos Reis, brasileiro, casado, profissão Frezador, RG 7.604.463, CIC 695.646.398-91, residente a rua Glória de Goitá, 86, Jd. Independência, São Paulo. Nada mais havendo a tratar, como ninguém mais quizesse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente deu por encerrada esta assembléia, suspendendo os trabalhos para que lavrasse ata que, lida e achada conforme, vai por mim assinada e pelo Presidente.

São Paulo, 12 de abril de 2000.


Gutemberg Souza da Silva - Secretário


Valdeci Gomes - Presidente

Folha nº. 3041	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Côrrea Alves	
Reg. 40.923	

Folha nº. 3042 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correia Alves
Reg. 10.963

São Paulo, 21 de Dezembro de 1979.

escrivão inferno: bel. josé maria sílviero.
 oficial maior substituto: bel. josué alves r. chagas
 escreventes autorizados: dímas del'corso domingues
 bel. francisco a. chlavassa - bel. marli parra barroso

3.º cartório de registro civil das pessoas jurídicas - "adalberto netto"
praça pe. manôel da nôbraga, 20 pabx: 37-2136 cep 01015 sp

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP – CEP: 03113-010 Fone:6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 07-D /Outubro/2001

Folhar nº 3043	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

Nome da instituição

ASSOCIAÇÃO DOS TABALHADORES DA MOOCA

Data de Fundação

15 de dezembro de 1979

Endereço

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP

Tel/fax

6604.5261

Endereço eletrônico

atrm@uol.com.br

Responsável

Valdeci Gomes

Cargo

Presidente

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA ENTIDADE

A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA - A.T.R.M., é uma sociedade civil, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, com sede e domicílio jurídico na cidade de São Paulo

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP – CEP: 03113-010 Fone: 6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

DADOS SOBRE O PROGRAMA

Nome do Programa

LUTA POR MORADIA E FORMAÇÃO POPULAR

Folha nº.	3044	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria Gonçalves		
Reg.	10.923	

Organizações envolvidas (Inicialmente)

Movimento organizado de luta por moradia digna

Pastoral da Moradia

Parcerias atuais

CDI - Comitê pela Democratização da Informática – SP/BR

AD – Assessoria Técnica aos Movimentos Populares

Centro Garcia de Direitos Humanos

SENAI

Polis Assessoria

Escritório de Assistência Jurídica “Dom Paulo Evaristo Arns” – PUC/SP

ULC – Unificação das Lutas de Cortiços

Data de Início

1984

Origens de Recursos

BROT FÜR DIE WELT (PPM - Pão Para o Mundo) - Alemanha

Contribuição das famílias que participam do movimento de moradia.

Sócios da ATRM

Outras Fontes de Recursos

1988 – MISERIOR: Projeto de Capacitação e Inserção Social.

1990 – CEBEMO – FUNDAÇÃO JOSEPHINE NEFKENS: Aquisição de equipamentos para cursos em oficina mecânica.

1992 – BRASIL OP WEG - Aquisição de equipamentos de projeção de imagens para cursos de formação política.

1997 – FUNDO SAMUEL: Reforma da sede de ATRM

1992 a 2000 – BROT FÜR DIE WELT (PPM): Projeto de Capacitação e Inserção Social.

1990 a 1999 – SENAI – MORVAM FIGUEREDO/Mooca

Recursos Atuais

Contribuição das famílias que participam do movimento de moradia (aprox. R\$ 1.000,00 a.a)

Contribuição de jovens que participam do pré-vestibular gratuito (aprox. R\$ 140,00 a.a)

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP – CEP: 03113-010 Fone: 6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

Público Alvo - Atual

Moradores do cortiço "Cinema da Mooca" - Mooca (127 famílias)
Moradores do Mutirão Portal da Juta 1º De Maio – Sapopemba (140 famílias)
Moradores do Mutirão 26 de Julho – Sapopemba (561 famílias)
Moradores do Mutirão XV de Novembro de 1988 – Setor-8 – Jardim Santo André (154 famílias)
Sócios da COOSERPRO – Cooperativa de Serviços e Produção – Mooca (28 trabalhadores)
Moradores do Conjunto Habitacional Vitória 04 de Dezembro – Brás (84 famílias)
Famílias que participam do Movimento dos Quintais e Cortiços da Região da Mooca (130 pessoas)
Moradores do Mutirão Madre de Deus – Mooca (45 famílias)
Moradores do Mutirão Celso Garcia – Brás (182 famílias)
Famílias que participam de movimentos de moradia filiados a ULC (450 famílias)
Moradores do conjunto habitacional Jardim Ivone – V. Industrial (96 famílias)
Total do público alvo: 1.997 famílias

Fólia nº.	3045	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria Correia Alves		
Reg.	10.923	

Abrangência

- Organização de público alvo que compõem os Grupos de origem para projetos habitacionais financiados pelo poder público: Movimentos de Moradia de famílias moradoras em Quintais, Pensões e Cortiços da Mooca, Brás, Belém e Tatuapé
- Apoio ativo à implementação de projetos habitacionais de Mutirão e Autogestão: Mutirão Madre de Deus, Casarão, Fazenda da Juta, Conjunto São Francisco, Setor 8, etc, que somados já beneficiaram mais de 4 mil pessoas.
- Participação em estudos de projetos para intervenção em cortiços promovidos pela Prefeitura do Município de São Paulo e Governo do Estado de São Paulo através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
- Atendimento Jurídico: Para famílias de baixa renda e moradoras de habitações precárias como os quintais, cortiços e pensões sob risco ou em vias do processo de despejo
- Assessoria Técnica: Elaboração, fiscalização e acompanhamento de estudos de arquitetura e engenharia com vistas a melhoria das condições de habitação da população de baixa renda
- Instrumentos de divulgação do Programa (Cadernos de Formação/Elaboração própria)
 - A questão da Moradia
 - Salário e Moradia a Luta é Uma Só
 - A Luta dos Quintais e Cortiços da Mooca
 - Mutirão e Autogestão
- Educação:
 - Curso de Alfabetização de Adultos (metodologia construtivista)
 - Cursinho pré-vestibular para jovens carentes
 - Supletivo 1º grau e cursos profissionalizantes em convênio com o SENAI
- Cultura:
 - Cursos de Capoeira e Teatro Popular
 - Exibição de filmes temáticos.
- Treinamento e Capacitação:
 - Cursos e Seminários participativos com temas como: Lideranças Comunitárias; Autogestão; Organização de base; Questões de gênero; Legislação cidadã (ECA, Direitos do Consumidor, Constituição brasileira, DUDH, etc)
 - Cursos de Desenho Técnico e de Ajustagem Mecânica (convênio com o SENAI)
 - Curso de Cooperativismo.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP – CEP: 03113-010 Fone:6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

Origem

A ATRM foi fundada em 1979 por operários da região da Mooca. Desde seu início, procurou responder as duas questões que mais afetavam a vida dos trabalhadores da redondeza: a questão da organização no local de trabalho e as condições de moradia dos trabalhadores do bairro, especificamente dos moradores dos quintais e cortiços.

Com o decorrer do tempo e uma contínua mudança da realidade sócio-econômica do país, os trabalhadores viram-se diante de novas necessidades, e a ATRM foi somando aos seus objetivos originais de trabalho estas necessidades, que se materializam na **Moradia, Educação Popular e Formação Profissional**, desenvolvendo e apoiando diretamente atividades importantes nas áreas de: Habitação, Atendimento Jurídico, Educação, Cultura, Treinamento e Capacitação para o mercado de trabalho, com vista à promoção dos excluídos na perspectiva da conquista da cidadania no sentido mais abrangente.

O Trabalho nos quintais e cortiços - Metodologia

O trabalho nos quintais do bairro começou em 1979. Através de pesquisa nos cortiços, elaborou-se um áudio visual que foi projetado e discutido nos quintais maiores e mais problemáticos.

Para dar uma idéia melhor da realidade, citamos algumas frases ouvidas na pesquisa:

"A gente vive que nem sardinha em lata"

"Isso aqui é só pra não dizer que está debaixo da ponte"

"O dono só faz vir buscar o dinheiro; não faz nenhuma benfeitoria"

"Tinha mais um banheiro, mas o dono desmanchou e fez um quarto no lugar"

'As crianças vivem com pneumonia e tudo que é doença'"

"O dono arrancou a porta do quarto onde morava uma mulher e três crianças, porque estavam com o aluguel atrasado. No dia seguinte tiveram que se mudar"

"Passa lá no meu mocó".

Folha nº	3046	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg.	10.923	

A partir daí, iniciaram-se as lutas por melhores condições de moradia nos diversos cortiços da região. A necessidade mais sentida na pesquisa foi de moradia decente, seguida da creche gratuita. Optou-se começar pela creche por se tratar de uma reivindicação com mais chances de vitória. Mesmo assim, a creche só foi conquistada 3 anos depois, em 1982.

Depois da creche, já com algumas lideranças surgidas entre os moradores, começou-se a enfrentar a luta por moradia, reivindicando terra, material de construção e que as casas fossem feitas em mutirão. Foram feitos novos contatos, reuniões em cada quintal e finalmente reuniões gerais onde se decidiu reivindicar da Prefeitura terrenos vazios próximos a região da Mooca.

Após muitas negociações com a secretaria de Habitação do Município, como nada se resolvia, os moradores dos quintais organizados pelo movimento, decidiram ocupar a sede da Secretaria do Bem Estar Social, órgão da prefeitura, como forma de pressionar as autoridades a encontrar uma solução urgente. A saída negociada foi a compra, em dezembro de 85, de 96 lotes de 5x25 metros quadrados cada, no jardim Ivone, distante uns 15 quilômetros da Mooca.

Os terrenos apresentados pelo movimento foram todos recusados sob a alegação de que, por serem próximos ao centro "não podiam ser para pobres". Quase um ano depois, como partes das negociações, conquistou-se mais 78 lotes na região de Guaianazes, a uma distância de 30 km da Mooca.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP – CEP: 03113-010 Fone:6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

Embora em áreas distantes, essas conquistas representaram muito, pois atendiam a necessidade de moradia decente para as famílias moradoras nos quintais. Colocava também de início, a possibilidade concreta de vitória a partir da participação dos moradores de quintais no movimento de moradia, organizados na Associação dos Trabalhadores da Mooca.

Cortiços – Uma Realidade Escondida

A maioria dos trabalhadores moram nos bairros da redondeza, que se expandiram em função das indústrias localizadas na região. Outra parte, porém, mora no próprio bairro da Mooca, nos chamados "cortiços".

Folha nº. 3047 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 40.923

Esses cortiços, pensões ou quintais como são mais chamados aqui, consistem em habitações coletivas que não oferecem as mínimas condições de moradia. Utilizado no começo do século como habitação dos operários imigrantes italianos e espanhóis, esses quartos abrigam hoje em sua maior parte nordestinos e migrantes do interior, vindos para São Paulo em busca de trabalho.

Os cortiços localizam-se em geral, nos bairros mais antigos e próximos ao centro, como Brás, Mooca, Pari, Bela Vista, Santa Ifigênia, Santa Cecília etc. Aí, velhos casarões são subdivididos em 10, 20, 40 ou 50 quartos, alugados um para cada família ou grupos de amigos que dividem o aluguel. Em alguns bairros, como na Mooca e Brás, muitos desses quintais são constituídos de quartos enfileirados, com um corredor, ou pequeno quintal que serve para lavar, estender roupa, etc.

O quarto é a única dependência: medindo 3x4 m e até 2x2 m2. Nesse quarto tem que se arranjar lugar para as camas, guarda-roupa, geladeira, mesa fogão, etc. Muitos quartos não tem janela. Outros são separados dos quartos vizinhos por pedaços de madeira que nem sempre chegam até o teto. Os cortiços em geral não são visíveis, mesmo com um número maior de famílias, pois todos passam pela mesma pequena porta de um beco ao lado, cuja fachada de um velho casarão o esconde.

Os banheiros e tanques são coletivos: um para 15 famílias, 03 para 50 famílias, e assim por diante. No fim de semana principalmente, é preciso fazer fila para um lugar no tanque, para tomar banho, ou simplesmente usar o banheiro.

Cena comum nesses lugares é ver encanamentos entupidos, descargas quebradas, esgotos correndo ao céu aberto além de muito velhos, não suportam a superlotação atual. Além disso, como são em geral casas velhas e sem nenhuma manutenção, constantemente chove dentro dos quartos, ou há muita umidade e, não raro costumam cair pedaços de estuques apodrecidos.

No calor, não dá para fechar as portas por causa da falta de ventilação; os corredores são estreitos demais. O jeito é ficar na rua. As crianças tem que ficar trancadas dentro dos quartos ou então, estarão na porta dos vizinhos. A saída outra vez é a rua.

Essas casas algumas vezes, são alugadas diretamente pelo proprietário, que lucram muito mais alugando a diversas famílias, do que mantendo apenas um locatário. Na maioria das vezes, porém são alugadas a um só intermediário que depois subdivide e realuga os quartos. Assim, enquanto o intermediário paga o aluguel, as vezes irrisório, por tratar-se de imóvel velho, ele recebe muitas vezes aquele valor, sem fazer nenhum investimento.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP – CEP: 03113-010 Fone: 6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

O valor do aluguel de cada quarto de por exemplo 3x4, atualmente gira em torno de R\$ 200,00 (duzentos reais). Com frequência esses moradores são despejados, ou porque a propriedade é vendida e o novo proprietário vai demolir o velho casarão, ou porque o intermediário embora recebendo por inúmeros aluguéis, deixa de pagar o proprietário e aí este move ação de despejo: o resultado é que quem acaba na rua são os moradores, uma vez que legalmente só existe o locatário.

Como a maioria dos moradores não tem contrato, e também não tem informação suficiente sobre os direitos, além de terem de suportar as péssimas condições, são vítimas ainda da super exploração dos donos ou intermediários, que se aproveitam da situação para exigir aumentos de aluguel além do permitido por lei. Instauram um clima de terror, ameaçando ou realmente colocando os móveis na rua quando querem despejar alguém.

Vale lembrar, que muitos intermediários fazem parte de verdadeiras gangs "especializadas" em explorar cortiços, e atuam com capangas armados para aterrorizar e submeter os moradores as suas "leis". Casos desse tipo, são vividos e presenciados em nosso trabalho nos cortiços, como por exemplo: No cortiço da Rua Guaimbé, próximo de nossa Associação, estava 3 pessoas do movimento e 2 advogados, quando chegou o dono do cortiço acompanhado de um policial que ia despejar um casal que estava sem pagar aluguel por dois meses. Era normal esse proprietário agir dessa forma, contratar um policial e jogar toda a mudança do inquilino na rua. Por ser um policial que executava a serviço, ninguém falava nada. Neste dia, os advogados junto com os representantes do movimento, conversaram com o policial pedindo a ordem de execução do despejo, que ele não tinha. Assim conseguiu-se suspender mais esse despejo que não estava formalizado diante da lei.

É comum, aos moradores de cortiços que participam do movimento de moradia, esconderem estes fatos dos demais moradores. Eles temem a ação dos bandidos que atuam no cortiço, que quando descobrem que o morador está participando do movimento, na associação, ele sofre perseguição: ou se muda ou se afasta do movimento. Em alguns cortiços como o Cinema da Mooca, os representantes do movimento de moradia não só tem que avisar antes, como serem acompanhados por moradores do lugar e sempre observados à distância por portadores de informações ao tráfico de drogas.

No bairro da Mooca encontram-se mais de 150 desses cortiços, abrigando aproximadamente 2 mil famílias e mais de 7 mil pessoas. Um dos primeiros bairros operários de São Paulo, com o passar dos anos, como aconteceu com toda cidade, os trabalhadores com salários mais baixos, foram sendo empurrados para a periferia. Hoje, a maior parte dos moradores da Mooca é constituída de classe média. Em meio e ao lado de prédios de apartamentos ou de casas bem acabadas, situam-se os quintais. São dois mundos que, embora muito próximos, não se misturam.

Propósitos, Objetivos e Metas

Objetivo Geral

Estimular a organização e a capacitação, bem como promover a inserção de trabalhadores de baixa renda, que participam das atividades desenvolvidas na ATRM, notadamente aqueles envolvidos no processo de luta por moradia digna, e melhoria da qualidade de vida na região leste de São Paulo.

Folha nº. <u>3048</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Social das famílias e

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP – CEP: 03113-010 Fone: 6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

Objetivo Específico

Fortalecer a capacidade de organização das famílias moradoras em área de projetos que façam parte de programas habitacionais para população de baixa renda na região leste da cidade de São Paulo, capacitando-os para estabelecer parcerias com o poder público e entidades afins.

Para realizar estes objetivos, a ATRM se propõe:

- Promover a luta pela moradia e o acesso a terra.
- Organizar famílias moradoras em cortiços pelo direito a moradia no centro da cidade com dignidade.
- Realizar seminários que desperte o senso crítico de lideranças para tema como: Origem da propriedade no Brasil e no Mundo; Salário e Moradia a Luta é uma só; Meio ambiente e a qualidade de vida, etc
- Desenvolver entre as famílias, o sentido pleno da cidadania, promovendo-lhes o conhecimento de seus Direitos e Deveres
- Buscar, o desenvolvimento do espírito cooperativo e fraternal, criando formas de cooperação entre as famílias, apoiando-as no sentido de serem senhores de suas próprias conquistas na busca de uma sociedade justa.
- Desenvolver, organizar e apoiar ações que visem a conquista de melhores condições de vida e trabalho.
- Defender atividades conjuntas em que se promova a dignidade humana, opondo-se a qualquer tipo de violência e discriminação.
- Promover formas de manifestação da cultura popular
- Assessorar as famílias na organização da associação de moradores
- Promover o ensino, a formação profissional e aperfeiçoamento técnico-pedagógico das famílias, desenvolvendo sua auto-estima e solidariedade, preparando-os para o mundo do trabalho

Execução/ Participação da Comunidade

Organização das famílias nos locais de reunião do Movimento

- Assembléias quinzenais com a participação das famílias e reuniões com a coordenação.
- Formação de comissões de negociação com os poderes públicos para negociação da pauta de reivindicação aprovada em assembléia.
- Atualização da documentação dos membros de cada família cadastrada através de fichas individuais, os endereços e contatos das mesmas
- Formular estratégias de capacitação e formação combinando a ação direta com negociação
- Acompanhamento do grupo alvo participando nas atividades de capacitação e formação, fazendo a integração entre as famílias, a equipe técnica e a coordenação do projeto, bem como apresentar subsídios para o trabalho, ajudando no desenvolvimento e avaliação das atividades envolvidas no projeto

Antes e durante a realização efetiva das obras

- Reuniões com a equipe do projeto e encontros com as famílias que participam do movimento, onde serão apresentados os objetivos do Programa e os aspectos técnicos do projeto como: cronogramas físico e financeiro da obra; sistema e material de construção a ser utilizado, bem como detalhamento do projeto executivo, plantas da obra, etc.
- Nesta fase serão discutidas ainda: as possibilidades de alojamento provisório; regulamento de convivência e guarda da área do projeto; arrolamento da demanda e cadastro definitivo; assinatura do contrato de pagamento das mensalidades; atividades educativas de integração e

Folhanº. 3049 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 13.9.3

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP – CEP: 03113-010 Fone: 6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

participação com temas sobre: saúde, meio ambiente, geração de emprego e renda, educação, relacionamento coletivo, etc.

Após a conclusão da obra e mudança das famílias para a nova moradia:

- Elaboração e aprovação do regulamento de convivência no conjunto habitacional; definição de uso das áreas coletivas ou institucionais; possibilidades de continuidade da organização, participação social e conquista de melhores condições de vida; formação da Associação de Moradores para administração do condomínio, etc.
Formação de Grupos de trabalho para conhecimento e aperfeiçoamento técnico sobre legislação brasileira e a propriedade da casa, leis de zoneamento, interesse social e regularização fundiária
Formar e capacitar lideranças para gestão de projetos.

Participação de Coordenadores, profissionais de assessoria técnica

A maioria das atividades são desenvolvidas voluntariamente pelas lideranças e profissionais ligados ao movimento. Somente quando existem recursos, seja através de projetos de construção financiados pelo poder público, ou através de convênios com entidades de internacionais de apoio a luta por moradia popular, pequena parte do trabalho é remunerado.

Contribuição do Programa

Participação na conquista e fortalecimento

A instituição dos mutirões de construção de habitação popular através do sistema de autogestão, inaugurou uma nova fase de organização e luta do movimento de Moradia. Isso significa que:

- . a administração dos recursos financeiros
- . a organização do canteiro de obras
- . avaliação e planejamento, bem como a elaboração e cumprimento do regulamento de funcionamento da organização, são tarefas realizadas pelas famílias mutirantes.

Após a assinatura de convênio com o órgão público responsável pela política habitacional, a Associação de Mutirantes de cada projeto, criada especificamente para este fim, contrata assessoria técnica (arquitetos, engenheiros, assistentes sociais etc.) independente do poder público. Também contrata a mão de obra administrativa (almoxarife, comprador, etc.) e de produção (pedreiro, carpinteiro, etc.) que trabalham durante a semana. Tudo discutido e decidido pelas famílias de mutirantes. As famílias também são responsáveis pela criação e atuação dos conselhos fiscalizadores.

A seleção e indicação das famílias para participar de um projeto é feita pelo movimento organizado de moradia, não pelo governo. Os critérios de escolha ou indicação inclui basicamente o tempo de participação e envolvimento das famílias nas lutas e reuniões.

O financiamento é feito pelo governo, direto para as Associações de construção, do seguinte modo:

- . 82% para material de construção
- . 4% para organização de canteiro e compra de ferramentas
- . 4% para Assessoria técnica
- . 10% para contratação de mão de Obra. Em alguns projetos os números variam de acordo com a edificação. Para os verticalizados, por exemplo, existe um item referente a seguro de vida e risco de engenharia.

Folha nº. 3050 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP – CEP: 03113-010 Fone:6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

Os recursos são liberados pelo órgão público em parcelas periódicas de acordo com o cronograma de obras, e após aprovação das prestações de contas da mesma associação de referente ao recurso anteriormente liberado.

Através da decisão de assembléia dos mutirantes, elegem uma coordenação, com mandato revogável a qualquer instante. Essa coordenação tem a função de acompanhar o dia a dia da obra, como também representar os mutirantes em reuniões de negociações com o governo e tomar decisões de rotina. As decisões mais importantes são tomadas em assembléia geral das famílias do projeto. Este trabalho de coordenação não é remunerado, independente do número de coordenadores e suas tarefas.

Após a conclusão da obra e do convênio é assinado o contrato de pagamento das unidades de acordo com a renda salarial de cada família, sendo previsto um prazo de 7 a 25 anos para a amortização dos valores.

Observação: Está em curso uma experiência recente de Programa Habitacional em que não há autogestão, mas co-gestão (Prédio do Banespa, conforme anexo)

Folha nº. <u>3051</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Resultados

O resultado desse trabalho ao longo dos últimos 15 anos podem ser assim resumidos:

a) Contribuição às lutas do Movimento de Moradia no centro da cidade

- Lutas organizadas por habitação popular e conquista do mutirão com autogestão
- U.L.C – Unificação das Lutas de Cortiços (participação na criação e fortalecimento)
- Democratização do acesso a terra urbana: aproximadamente 850 unidades habitacionais, beneficiando aproximadamente 4 mil pessoas, o que significa desconcentração de renda da ordem de R\$ 24.000.000,00
- Atuação como ponto de referência para outras entidades e movimentos

b) Contribuição às lutas do movimento operário:

- Organização do Movimento Operário na região – Criação da CUT Regional
- Contribuição às lutas do Movimento Operário – Sindicatos autênticos
- Luta por creche

c) Formação profissional

- Atividades de formação profissional já realizadas
- Constituição da Cooserpro – Cooperativa de Serviços e Produção

d) Educação Popular

- Formação política básica para participantes dos movimentos populares da região (indicador: opção eleitoral dos participantes).
- Formação política de lideranças "linha de frente"
- Formação de lideranças que hoje atuam na CUT e em vários sindicatos
- Lideranças que continuam na associação
- Formação de lideranças atuando nos movimentos populares da região ou atuando como interlocutores políticos
- Formação de agentes de transformação social atuando em outras frentes

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP – CEP: 03113-010 Fone:6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

Dificuldades Encontradas

- Falta de políticas claras de atendimento à população encortçada, tanto pelo à nível de governo local, como estadual e nacional
- Preconceito institucionalizado da utilização das áreas centrais para habitação popular: “Os terrenos do Centro são caros”
- Política habitacional imediatista, pensando no custo da unidade habitacional (terreno e construção), não levando em conta o custo de implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Este conceito leva a adotar o que foi citado no item anterior, pois esquece o fato de que na área central grande parte dos moradores tem ocupação de subsistência no local, além de ser dotada de água, luz, coleta de lixo, esgoto, hospitais, escolas creches, etc. Evidentemente, que o contrário ocorre nos bairros afastados do centro.
- Fragilidade social dos moradores em cortiços. A não existência de contrato formal de locação, coloca o morador de cortiço em condição de fragilidade em relação ao locador ou intermediário. As lideranças emergentes que se insurgem contra os abusos, são despejadas, dificultando sua permanência nas associações, impedindo seu crescimento político-cultural.
- Situação econômica do país, que atinge mais a população pobre: a luta pela sobrevivência dificulta seu engajamento em movimentos sociais, pois o fantasma do desemprego inibe sua participação.
- Pouco preparo político dos militantes, pois é a parcela da população com menor acesso a informação, cultura e educação.
- Carência de recursos financeiros que dê suporte as organizações dos moradores

Folha nº **3052** do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves

Projetos de Habitação Popular com Participação da ATRM

ANO	PROJETO	TIPOLOGIA	RECURSOS	AREA	TOTAL/FAMIL	MOV/MOCCA	HOJE
1987	Jd. Ivone	Casa	Municipal	28 m2	96	96	Concluso
1988	Sta. Etelv.	Casa	Municipal	28 m2	28	28	Concluso
1988	Chabilând.	Casa	Municipal	28 m2	65	65	Concluso
1988	S. Fco S-8	Sobrado	Municipal	60 m2	154	24	Concluso
1989	S. Fco S-1	Sobrado	Municipal	60 m2	808	88	Concluso
1991	26 de julho	Sobrado	Municipal	72 m2	561	93	Concluso
1991	Casarão	Apto.	Municipal	30 m2	182	40	Concluso
1992	Mad. Deus	Apto.	Municipal	33 m2	45	45	Concluso
1993	Uni. Juta	Apto.	Estadual	42 m2	160	08	Concluso
1995	Colorado	Apto.	Estadual	42 m2	120	08	Concluso
1996	N. Esper.	Apto.	Estadual	42 m2	512	44	F. Final
1996	Itajuibe	Casa	Estadual	42 m2	148	12	Concluso
1997	1º Maio	Apto.	Estadual	52 m2	120	08	Concluso
1997	D. Luciano	Apto.	Estadual	52 m2	120	08	Concluso
1997	V. Esper.	Apto.	Estadual	52 m2	160	08	F. Final
1997	E. Carmo	Apto.	Estadual	52 m2	80	04	Inicial
1998	Vitória	Apto.	Estadual	52 m2	40	04	F. Final
1999	Jd Marabá	Apto.	Municipal	48 m2	100	06	Inicial
1999	I. Monteiro	Apto.	Municipal	48 m2	96	05	Inicial
2000	V. 4 Dez.	Apto.	Federal	25 m2	84	32	Inicial
2001	Cimena	Apto.	Estadual	48 m2	232	127	Inicial
TOTAL					3.846	753	

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP Cep: 03113-010 Fone: 6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

Folha nº. 3053 do
Processo PR-036/1997
Sônia ~~X~~ Correa Alves
Reg. ~~X~~

ANEXOS



JOCA

Ano I nº 1
S.P. 1980

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOÓCA

NASCEU A NOSSA ASSOCIAÇÃO

na Rua Canuto Saraiva nº 569 - Moóca - SP

No dia primeiro de janeiro de 1980, foi fundada a Associação dos Trabalhadores da Região da Moóca, situada na Rua Canuto Saraiva, 569. Nasceu das discussões de trabalhadores que sentiam a necessidade de um espaço para se reunirem e discutir seus problemas. A Associação possui em seu quadro de associados 150 pessoas e vem cumprindo os seus objetivos, visando melhorar os conhecimentos técnicos dos trabalhadores. Em convênio com o SENAI vem promovendo cursos de Trigonometria-Matemática, Português e Controle de Medidas.

Na área de Cultura e Lazer vem promovendo jogos de futebol de salão, vôlei feminino, grupo de teatro e outras atividades artísticas e culturais como fóruns e filmes. Existe biblioteca onde os livros se encontram à disposição de todos os associados que se disponham à leitura para facilitar os seus conhecimentos. Para se tornar sócio desta Associação é necessário que o candidato seja trabalhador ou morador do setor da Moóca. O interessado deve trazer 2 fotografias 3/4 e pagar uma taxa de R\$50,00 por mês e participar de todas as atividades.

MOÓCA: ONÍBUS SÓ VAÍ DE RÉ (PAG 5)

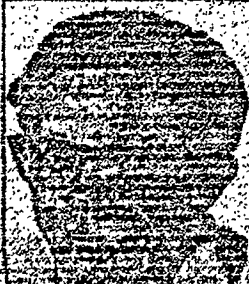
Condição de vida - página 7

MORAR NOS QUINTAIS É O MAIOR INFERNO



só falta você
veja na pag. 8

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

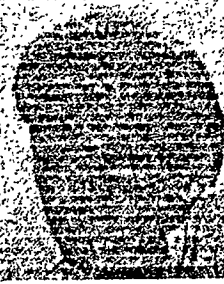


**ARAGUAIA:
ASSASSINARAM
RAIMUNDO**

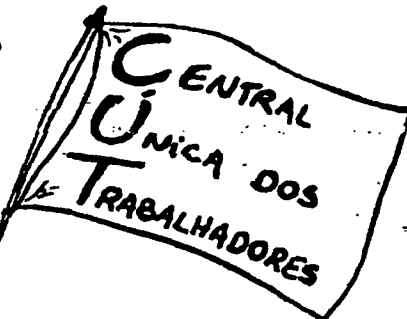
página 6

**METALÚRGICO
FALA AO
PAPA**

página 4



Esta é a razão da realização do CONCLAT agora.
Aí nós vamos ter a oportunidade de debater todos esses problemas
que nos atingem e, JUNTOS, encontrar a nossa saída.



CUT

A principal finalidade desse
CONCLAT, vai ser a criação de
uma C.U.T.

Ih! lá vem outra coisa que não
entendo. Que diabo é essa CUT?



CUT quer dizer:
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



Ainda não entendi.

E o seguinte: em todas as lutas destes últimos
anos, e essas últimas greves dos petroleiros, do
ABC, que culminaram na GREVE GERAL do dia 21,
mostraram a necessidade de uma organização maior,
a nível nacional, para coordenar, para dirigir todas
as lutas da classe trabalhadora no Brasil inteiro.

A CUT vai ser formada por representantes de todas as categorias de
trabalhadores: metalúrgicos, químicos, motoristas, camponeses, bancários,
construção civil, etc.

Tã vendo agora porque é importante o CONCLAT?



COMO PARTICIPAR DO CONCLAT ?

Os sindicatos de cada categoria devem convocar assembléia para tirar
delegados que vão participar do CONCLAT.

Mas todos sabem que existem muitos sindicatos ligados ao governo e aos
patrões que não querem nada com a luta. E estão fazendo tudo para esse
Congresso não sair.

**POR ISSO, É IMPORTANTE QUE EM CADA FÁBRICA, EM CADA SEÇÃO,
VOCE CONVERSE COM SEUS COMPANHEIROS, E PROCURE SE INFORMAR
COMO ESTÁ SENDO PREPARADO O CONCLAT NA SUA CATEGORIA.**

AQUI EM NOSSA REGIÃO

DIA 23 DE AGOSTO - TERÇA-FEIRA - 19 HORAS

DEBATE SOBRE CONCLAT
VAMOS TER UM
COM A PRESENÇA DE UM SINDICALISTA RURAL: JOSE GOMES NOVAES.
DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA
LOCAL : ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOOCA
RUA CANUTO SARAIVA, 741 (perto da FUNIÇÃO BRASIL)

Boletim da

Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca

abril 1988

Rua Cantão da Saúde, 10. Jd. da
Tel. 275-5253



COMEMORAÇÃO DO 1º DE MAIO NA MOOCA

GRUPO DE TEATRO
SURTINDO EFEITO

APRESENTA A PEÇA:

SÓ PRA VARIAR

SEXTA-FEIRA
DIA 29 DE ABRIL DE 1988
ÀS 19 HORAS

40 HORAS e REAJUSTE MENSAL

No Brasil a correção dos salários baseia-se na política salarial do governo dos patrões - URP, GATILHOS, REAJUSTES SEMESTRAIS ANUAIS, SALÁRIO MÍNIMO, etc - sempre funcionando como uma bomba de sucção, bombando nos salários para o bolso dos patrões. Quando esses mecanismos param de funcionar, ou seja, quando diminui a quantia transferida dos trabalhadores para os patrões, aí o governo muda a forma de calcular os salários. É o que aconteceu com o gatilho. É o que está para acontecer com a URP.

Esta prática dos patrões e governo exige desde que acabou a escravidão e começou o trabalho assalariado. Tendo isto claro, não podemos defender URP, gatilho, etc, que é política do governo. Devemos lutar contra

Estudos mostram que hoje com duas horas de trabalho diárias é possível produzir tudo que é necessário para nós trabalhadores vivermos com dignidade e conforto. Mas os parasitas (os patrões) se apropriam de quase tudo que produzimos. Reduzem nossos salários obrigando-nos a aumentar nossa jornada de trabalho.

Por isso, nossa luta pela REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO deve estar acompanhada do REAJUSTE MENSAL DE SALÁRIO, de acordo com o custo de vida do mês. Isto irá pedir a transferência de recursos dos trabalhadores para os patrões.

Depois dessas conquistas vamos ponti-

Boletim de
Associação dos
Trabalhadores da
Região da Mooca

BATE FORTE

Folha nº. 3057 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Rua Camilo
Saraiva, 795
Mooca - SP
Tel.: 273-5261

FEVEREIRO 92

IPTU:

QUEM TEM MANSÃO PAGA MAIS

A reação dos magnatas que usam todas as benfeitorias da cidade contra o IPTU, revela uma realidade violenta e massacrante para os trabalhadores.

Orestes Quercia, ex-governador, mora num apartamento que vale um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros. Este valor dá para construir 160 casas populares em regime de mutirão.

Hebe Camargo, apresentadora de TV, ocupa uma área de dois mil duzentos e cinquenta metros quadrados - verdadeiro latifúndio urbano - com um mil e duzentos metros quadrados de construção. Isto é igual a 90 apartamentos que estão sendo construídos em regime de mutirão na Celso Garcia. Sem contar que uma família que mora em cortiço ocupa uma área de menos de 10 metros quadrados.

Relacionando cinco desses magnatas entre eles Maluf, Silvio Santos, Júlio de Mesquita, dono do jornal O Estado de São Paulo e outros, podemos afirmar que estes senhores ocupam uma área em São Paulo, com todas as benfeitorias, que daria para acomodar 500 famílias de trabalhadores.

Onde moram cinco magnatas em São Paulo, sem contar a casa de praia ou de campo que possuem, daria pra morar bem três mil trabalhadores. A prefeitura deveria revelar os 100 principais latifúndios e seus proprietários a toda população.

AJUSTAGEM MECÂNICA

1º SEMESTRE:

- * MATEMÁTICA BÁSICA
- * DESENHO TÉCNICO DE MECÂNICA
- LEITURA E INTERPRETAÇÃO

- AULAS 2 VEZES POR SEMANA - DAS 18 AS 21 HORAS
- CERTIFICADOS DO SENAI
- 2º SEMESTRE:

AJUSTAGEM MECÂNICA: OFICINA E TECNOLOGIA
CONTROLE DE MEDIDAS

INICIO DO 1º GRAU

INSCRIÇÕES:
DE 2ª A 6ª
DAS 14 AS 20 HS
R. CAMILO SARAIVA 795
MOOCA

...E AÍ
MOÇADA, O
QUE ESTAMOS
ESPERANDO?



(...) uma sociedade onde os aperfeiçoamentos da maquinaria etc., lançam constantemente massa de operários para fora da produção; (...) condicionando por um lado a existência de um grande exército de reservas de operários desocupados, por outro lado, estes vão se amontoando nas grandes cidades, de sorte que podem sempre encontrar-se na situação de arrendatários das mais fedorentas casas de porcos.

(Frederic Engels - 1872)

É HORA DE DECISÃO

Amigos

A **UNIÃO DOS MORADORES DOS QUINTAIS DA MOOCA** convida você, sua família e seus conhecidos para uma reunião geral no domingo, dia 28 de outubro.

Como todos sabem, de abril para cá tivemos várias reuniões com os Secretários da Habitação, do Bem Estar Social e também com o Prefeito. Mas até agora não tivemos nenhuma resposta concreta.

Por isso, nesta próxima reunião precisamos tomar uma decisão: se vamos continuar esperando, ou se nós mesmos podemos fazer as coisas andarem mais depressa.

Sabemos que a eles (os "home") nada falta. Por isso eles não têm pressa. Mas nós que moramos nestes quartos apertados, sem condições, e com o aluguel aumentando cada vez mais, **NÓS TEMOS PRESSA.**

Por isso precisamos conversar juntos e planejar o que vamos fazer. Em muitos lugares trabalhadores como nós se reuniram, se organizaram e hoje estão com sua moradia.

NÃO FALTE :

DIA 28 DE OUTUBRO/84 - DOMINGO
3 horas da tarde
RUA CANUTO SARAIVA, 795

**TER UMA MORADIA DECENTE É UM DIREITO DE TODO TRABALHADOR.
MAS SÓ VAMOS CONSEGUIR COM UNIÃO, LUTA E ORGANIZAÇÃO.**

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP Cep: 03113-010 Fone: 6604-5261 CNPJ : 61.406.971/0001-20

Formação Profissional

Folha nº. 3059 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Curso Profissional

- Desenho Mecânico - Ajustagem Mecânica
- Matemática - Controle de Medidas
- Convênio com Senai

Início das aulas
14 de Março



Alfabetização para adultos

- Português - Matemática

Leções Abertas - até 29 de Fevereiro
Horário : das 14:00 às 21:50 hs
Local : Rua Canuto Saraiva - 795 - Mooca - São Paulo - SP
(Próximo à Coorindustrial 2001)



ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA



ALFABETIZAÇÃO
PARA
ADULTOS

AULAS 3 VEZES POR SEMANA
INSCRIÇÕES
DE SEGUNDA A SEXTA DAS 14 AS 20 HORAS
LOCAL : RUA CANUTO SARAIVA, 795
PERTO DA FUNDICÃO BRAS.



ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 - Mooca/SP Cep: 03113-010 Fone: 6604-5261 CNPJ: 61.406.971/0001-20

Folha nº 3060

Processo PR-036/1987

Sônia Maria Colares Alves

Reg. 10.923

Formação Política

COMO FUNCIONA A SOCIEDADE

OBJETIVO: Mostrar a divisão de classes que ocorre na sociedade capitalista - A sociedade de mercadorias (entre elas o trabalho) e créditos impostos para sua manutenção.

RESUMO: Processo de produção - A exploração Capitalista - Reprodução das relações de Exploração - Discussão em grupos - Memória - Avaliação

Texto de apoio: Como funciona a sociedade (Caderno de ABMA - Escola Sindical Margerida Alves)

Duração: 01 dia

Participação: 30 pessoas

Local: A definir

MUTIRÃO E AUTOGESTÃO

*** OBJETIVO:** Procurar compreender porque lutamos para que nossas necessidades sejam atendidas em mutirão.

*** RESUMO:** Porque o movimento escolhe o mutirão como forma de organização para a conquista de moradia? - Que conquistas esta escolha implica? - Quais são as dificuldades? - Quais são os recursos?

Texto de apoio: Mutirão e Autogestão (Caderno da Assoc. dos Trab. da Mooca)

Duração: 01 dia

Participação: 30 pessoas

Local: Assoc. dos Trabalhadores da Mooca

*"Isso é o que quer
nao exatamente aquilo
que se ganha e,
ainda vai não fazer
além"*

Lerainiski



TRABALHO E DESEMPREGO ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES

*** OBJETIVO:** Identificar e estudar as principais causas do desemprego, os modelos políticos econômicos e as consequências para os trabalhadores.

*** RESUMO:** O que provoca o desemprego?

- As novas tecnologias e a reestruturação produtiva
- A luta contra os desempregados e o desemprego
- Demissão voluntária - As propostas de luta
- Texto de apoio: Dados estatísticos do IBGE, matérias jornalísticas.
- Duração: 01 dia
- Participação: 30 pessoas
- Local: ATRM.

COMO E PORQUE CONTINUAR ORGANIZADOS APÓS A CONQUISTA DA MORADIA

*** OBJETIVO:** Manter a organização após a conquista moradia no conjunto e para novos lutas.

*** RESUMO:** Porque continuar organizados? Como o nosso cotidiano e por que lutar?

Experiências de organização Popular (Chile, Uruguai, Espanha...)

Na formação de uma Associação:

- Texto de apoio: Relatório de Experiências e Revistas da ELICVAN - Uruguai.
- Duração: 01 dia
- Participação: 30 pessoas
- Local: A definir

Observações:

Na formação de uma Associação:

- Associação de Trabalhadores da Mooca
- Movimento de Moradia da Mooca

Associação dos Trabalhadores da Mooca
Movimento de Moradia da Mooca

Rua Canuto Saraiva, 795
Mooca - São Paulo
Fone/Fax: (011) 273-326
Cep: 03113-010

PUBLICAÇÕES:



ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOOCA E MOVIMENTO DE MORADIA DOS QUINTAIS E FABRILAS DA REGIÃO DA MOOCA



Relacionamento entre a coordenação e os demais participantes do movimento

Sobre o problema da falta de moradia

Comunicação e Expressão

Avaliação e Planejamento - Os rumos da luta

A história da propriedade

Como funciona a sociedade

Mutirão e Autogestão

Trabalho e desemprego - Alternativas e soluções

Como e porque continuar organizados após a conquista da moradia

... Não é possível à liderança tomar as decisões como se não fosse antes de nada a decisão de não determinar nada.

é do cinema que surgiu a ideia em não se não
comprando (...) de revistas da transição histórica san-
tas, dadas e das pinturas que, mais ou menos tarde,
vão sendo feitas a partir da representação que não se trata
de doutrina, mas de uma ideia e de uma forma que não
se pode ter. Isso se chama-se, a priori, a priori,
apenas a análise, a análise e a análise de
isto para que se possa... (p. 100)

RELACIONAMIENTO ENTRE A COORDENADORA
E OS DEMAIS PARTICIPANTES DO MOVIMENTO

***OBJETIVO:** Levantamento de questões que ocorrem entre coordenadores e os recém-coordenadores.

* RESUMO: O que é um normatizador? Que dificuldades encontra? Que pensam os demais participantes do movimento sobre... (e sobre as mulheres?)

Discussão em grupo: Que conclusões podemos observar nos credenciadores e nos demais participantes do movimento que poderiam identificar como reflexos da participação no Núcleo da classe dominante e no movimento social?

- Denário, Desvalorização - Avaliação
- Textos de apoio - Opúsculos e Grêmios (coleção de artigos do educador Paulo Freire) - Demonstração e Fábrica Automática (extrato do livro O Trabalho de Kal Marx)

Druck: 10. die

- Participants: 10 women

Look A Jeer



SOBRE O PROBLEMA DA HABITACÃO

*** OBJETIVO :** Desenvolver uma interpretação histórica, política, econômica e jurídica da questão da habitação Popular.

* RESUMO: Como tem início o problema da habitação?
Como a burguesia resolve o problema da habitação?
Como a propriedade da terra ajuda a reduzir o salar?
Como o Estado resolve o problema da habitação?
O que você entende por "A luta está aí?"

- Em grupo e Plandário - Avaliação
- Textos de apoio: A questão da Habitação,
(do escritor alemão Frederico Engels).
- Duração - 33 dias
- Participantes - 35 pessoas
- Local - A Quinta

*... *est* a *questão* de *atualização* da *base* de *dados*.

[illegible]

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

* OBJETIVO: Capacitar os participantes do treinamento para assumir as tarefas de monitoração.

* RESUMIR Que diferenciales encontramos en comunicación?
Quais as causas desses diferentes? Como superar?

- Técnicas de Comunicação e Expressão
- Dramática em grupo/Plano de Dramatização- Avaliação
- Teoria da percepção e expressão oral- CEDAC
- Centro de Ação Comunitária RJ
- Participação: Alunos
- Duração: 01 dia
- Local: Acampar



ANÁLISE E PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES - FUMCA 101A

* **OBJETIVO:** fazer balanço das principais atividades realizadas durante o período (1988/ano, etc.) e propostas de atuação.

RESUMO: O que mede a chestura açoia no útimo período - a economia, na política, nos meios de comunicação, na arte e cultura, etc. E como será o próximo período para os países e governo? E para os trabalhadores? Nossas atividades e lutas: corretas, para e surgimento de novas lideanças? Que dificuldades interna e externa no movimento estão ocorrendo? Como superá-las.

- Discussão em grupos/Plenário- Análise- Avaliação
- Textos de apoio: Relatores das Atividades do último período - Elaboração pelo coordenador do curso/Secretário.
- Duração: 01 h e 02 dias
- Participantes = 30 pessoas
- Local: a Combinaç.

A HISTÓRIA DA PROPRIEDADE

* **OBJETIVO:** Estudo dos elementos principais da propriedade nos vários modos de produção. Procura compreender o significado da posse e do acesso à TERRA no Brasil.

RESUMO: O que é propriedade e como se define a propriedade na Comunidade Primitiva e Fendalismo no Capitalismo. - Dados estatísticos - Legislação que protege a propriedade - Discussão em grupo/Plenário - Avaliação - Texto de apoio: A História da Sociedade e da Cultura do Sítio. Maria Argenteo S.B.C. em conjunto com o CEFIS.

- Duração: 60 dias
- Participação: 30 pessoas
- Local: A definir

Sônia Maria Correa Alves
Reg: 10.0023

~~Processo PR-030/1997~~

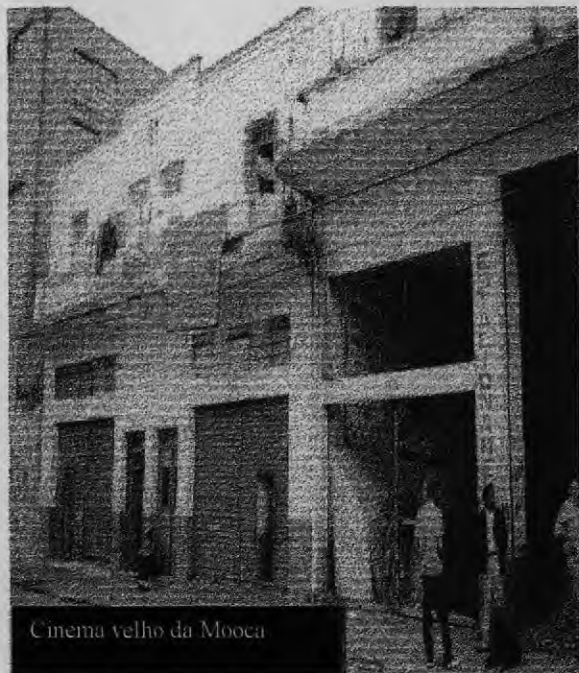
Folha nº. 3061 do

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP Cep: 03113-010 Fone: 6604-5261 CNPJ : 61.406.971/0001-20

Folha nº. 3062 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

O PRESENTE NOS CORTIÇOS



Cinema velho da Mooca

"A gente vive que nem sardinha em lata"

"Isso aqui é só pra não dizer que está debaixo da ponte"

"O dono só faz vir buscar o dinheiro; não faz nenhuma benfeitoria"

"Tinha mais um banheiro, mas o dono desmanchou e fez um quarto no lugar"

'As crianças vivem com pneumonia e tudo que é doença'"

"O dono arrancou a porta do quarto onde morava uma mulher e três crianças, porque estavam com o aluguel atrasado. No dia seguinte tiveram que se mudar"

"Passa lá, no meu mocó".

COMO ERAM E COMO FICARAM – com o movimento

*O velho casarão
Os casarões abandonados,
Os prédios vazios,
As fábricas desativadas
A terra sem grão
O governo opressor
O capital sem fronteiras
O poder!
Continuarão
O povo sem casa
O cortiado sem nada
O sem terra sem chão
Junto com eles
A luta,
O conflito e a esperança
A luta.*



MUTIRÃO MADRE DE DEUS

No projeto Madre de Deus, em lugar dos 54 quartos, foi construído 2 prédios de apartamentos de 4 pavimentos, em sistema de mutirão e auto gestão, com 45 unidades habitacionais, além, de um salão comunitário e 2 salas comunitários para desenvolvimento de atividades do condomínio, tendo uma praça no centro dos 2 prédios.



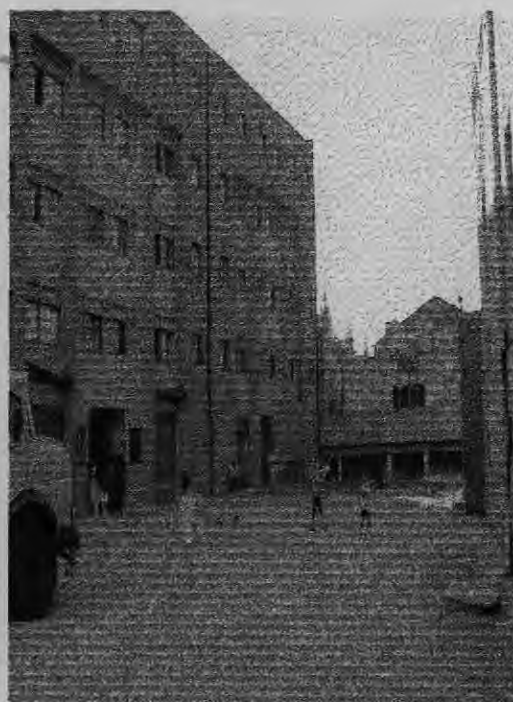
Cortiço Inferninho na Madre de Deus



Mutirão Madre de Deus

MUTIRÃO CELSO GARCIA

O Projeto Celso Garcia- Casarão, iniciado em Nov/91 e paralisado em 93 só reiniciou em Janeiro/96 está em fase final das obras de infra estrutura. Também construído pelo sistema de mutirão e auto gestão, 4 blocos de prédios de 4 andares abrigam 182 unidades habitacionais, com praça central, 5 salas comunitários que dão apoios às atividades sócio culturais para mais 2 salões comunitários, 2 lavanderias comunitárias, uma pequena creche além do velho casarão preservado, que servirá de centro de documentações e referência para o movimento de moradia da região central, além de atividades sócio educativas, culturais e de lazer para a comunidade.



Mutirão do Casarão

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROJETO

Folha nº. 3065 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

CORTIÇO DO

"CINEMA DA MOOCA"



Localizado na rua da Mooca, 3.420, o antigo Cinema Imperial iniciou o processo de encortiçamento no final da década de 60. Hoje é o maior cortiço da Mooca. A área de 4.500m² e engloba, além do "Cinema", outros imóveis encortiçados no mesmo terreno.

A história de organização das famílias

do "Cinema" é antiga. A ATRM iniciou em 1985, o trabalho de visita e reuniões para organização das famílias, dentro e fora do cortiço. Nos anos de 89 a 93, o Movimento de Moradia da Mooca conseguiu iniciar o processo de desapropriação à partir do governo municipal. A administração seguinte não deu prosseguimento. Através da pressão organizada do Movimento no ano de 96, as famílias conseguiram que o governo do Estado assumisse o processo de desapropriação da área. Moram atualmente no "Cinema" 125 famílias, dispondo apenas de três tanques e dois banheiros em péssimas condições de uso.

Em janeiro de 2000, o governo do Estado concordou com o valor arbitrado pelo juiz para a desapropriação e em julho do mesmo ano, adquiriu definitivamente o imóvel. Existe um projeto de edificação na Companhia de Habitação do Estado que prevê a construção de 232 unidades habitacionais e encontra-se atualmente em fase de aprovação de projetos para início das obras.

ASSOCIAÇÃO PORTAL DA JUTA 1º DE MAIO

À partir do ano de 95, com a vigência da lei nº 9.142/95, a "lei dos Mutirões", aprovada na assembléia legislativa de São Paulo, o governo ficou obrigado a destinar 1% da arrecadação dos impostos sobre circulação de mercadorias no Estado, o ICMS, para a construção de moradias populares, sendo que desse valor, 10% seria para construção de moradias em sistema de mutirão com autogestão.

O Mutirão Portal de Juta 1º de Maio, faz parte de um conjunto de mais dois Mutirões (Dom Luciano – 160 aptos, e Verde Esperança – 160 aptos.), localizados na área denominada Fazenda da Juta, região leste de São Paulo, conquistados por famílias de baixa renda, como parte de um processo de lutas e negociações do Movimento de Moradia com Estado para fazer cumprir a "lei dos Mutirões". Do Movimento de Moradia da Mooca participam 24 famílias.

As 120 famílias do Portal assinaram convênio com o governo do Estado em janeiro de 97, para construção de 2 blocos com 60 apartamentos cada, medindo em média 52 m², mas iniciaram efetivamente as obras apenas em dezembro daquele ano.

As 120 famílias do Portal assinaram convênio com o governo do Estado em janeiro de 97 para construção de 2 blocos com 60 apartamentos cada, medindo em média 52 m², mas iniciaram efetivamente as obras apenas em dezembro daquele ano.

No último período as famílias realizaram trabalhos de acabamento interno dos apartamentos e se mobilizaram para exigir dos órgãos competentes a instalação da rede de infra-estrutura. Como a maioria dos apartamentos estão quase prontos e havia várias famílias que estavam sendo despejadas de seus locais de moradia por não poder mais pagar os alugueis, foi feita uma assembléia que decidiu a escolha dos apartamentos e foi aceito a mudança imediata daqueles mais necessitados.

A participação da ATRM no Portal, tem-se dado à partir dos coordenadores e das famílias do Movimento de Moradia da Mooca em todo o processo de luta, de construção dos prédios e nas discussões em torno da continuidade da organização pós mutirão.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJ. HABITACIONAL 26 DE JULHO



A construção dos 561 sobrados em sistema de mutirão com autogestão, teve início dia 28 de setembro de 1991 e foi resultado da ocupação dessa área, ocorrida um ano antes, por cerca de 2 mil famílias do Movimento de Moradia da região leste. O cronograma inicial previa o término da obra em 2 anos e 8 meses, mas, em função dos atrasos na liberação das verbas por parte dos governos, foi inaugurado dia 26 de julho de 1998, sete anos depois, mesmo sem a conclusão total da infra-estrutura.

A ATRM, através do Movimento de Moradia da Mooca, tem participação decisiva na organização das famílias durante todo o processo de construção e agora, com a mudança das famílias para suas casas, formulou a proposta de estatuto para a constituição da Associação dos Moradores.

No último período, tem sido realizado a execução do planejamento, que envolve os coordenadores da nova Associação, em negociações permanentes com representantes das secretarias municipais e estaduais de segurança, saúde, educação, entre outras, no sentido de viabilizar a implantação de equipamentos sociais que assegure a melhoria da qualidade de vida no conjunto habitacional.



Moram no mutirão 93 famílias que participavam do grupo de origem do Movimento de Moradia da Mooca.

Amparados na experiência vitoriosa de conquista da moradia digna, à partir da inauguração, parentes e amigos de mutirantes juntaram-se e formaram um novo grupo de luta por moradia denominado 14 de janeiro, que reúnem-se uma vez por mês no Centro Comunitário localizado na sede do mutirão 26 de julho, onde participam atualmente cerca de 380 famílias.

MUTIRÃO XV DE NOVEMBRO DE 1988 Setor-8

Folha nº. 3067 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Córrea Alves
Reg. 10 123

Situado numa área que envolve mais de 8 mil metros quadrados e localizado na região leste de São Paulo, os 153 sobrados do mutirão começaram a ser construídos em setembro de 1991, após terem o projeto arquitetônico aprovado através de um concurso público realizado em nível nacional.

O mutirão do setor-8, como chamamos, tem um significado importante para a ATRM e para as famílias que participam do Movimento de Moradia, pois foi um dos poucos mutirões que tiveram início e término no período dos quatro anos (89-93) em que durou o programa municipal e habitação popular para famílias de baixa renda, demonstrando na prática a viabilidade do projeto.

Desde a inauguração, em setembro de 1991, as famílias tem se empenhado em manter a organização do conjunto, realizando assembléias mensais, formando comissões de trabalho, atividades de lazer, negociações com representantes da Companhia Municipal de Habitação, sendo todo esse trabalho acompanhado de perto pela ATRM.

No último período, além de procurar manter a continuidade da organização como moradores, realizando trabalhos coletivos como: limpeza das vielas, atividades de lazer, seminários de formação, aulas de alfabetização, etc, as famílias tem se empenhado em pressionar a Companhia Municipal de Habitação, com o objetivo de receber a última parcela do convênio, que será destinada ao paisagismo da área, conforme determina o projeto executivo do conjunto.

COOSERPRO – COOPERATIVA DE SERVIÇOS E PRODUÇÃO

Entidade/empresa de gestão coletiva, tipo mista, criada em abril/97, com o objetivo de gerar emprego e renda à mão de obra qualificada e/ou em processo de qualificação. Tem sua origem na ATRM, à partir dos trabalhos de construção de habitações populares em sistema de mutirão com autogestão na cidade de São Paulo.

A definição de Cooperativa do tipo mista, se deu em função do perfil dos sócios, uma vez que existia uma diversidade de habilidades e também porque esta forma de empresa permite atuação em diversas áreas de trabalho. A maior parte dos serviços realizados até agora tem sido na área da Construção Civil, envolvendo pedreiros, carpinteiros, armadores, eletricitistas, etc, em função da inserção da ATRM no movimento de moradia e nos mutirões.

No último período a Cooperativa tem desenvolvido esforços no sentido de ampliar sua área de atuação, por exemplo, nas áreas de telefonia e prestação de serviços de manutenção predial, pois alguns sócios já possuem experiência nesses setores. No entanto, a alta tributação imposta pelo governo que desestimula a formação de Cooperativas e a dispersão dos profissionais após o término das obras, quando não se consegue outra obra de imediato, (uma característica própria do setor da Construção Civil), tem impedido um crescimento maior. Para a formação de um grupo mais coeso, tem sido realizados cursos e seminários para os novos sócios, visando a integração profissional e o desenvolvimento de habilidades de gestão coletivas.

A ATRM cedeu um dos espaços de sua sede para a Cooserpro e disponibilizou o telefone para contatos, com o objetivo de dar uma base inicial até a sua consolidação. À partir desse impulso inicial foram criados, no ano passado, cerca de 180 empregos diretos e 60 indiretos, que permitiu a formação de um acervo técnico/profissional, qualificando a Cooperativa inclusive para participar de pequenas licitações públicas.

ASSOCIAÇÃO VITÓRIA 04 DE DEZEMBRO

O imóvel, dezembro de 1998 participantes do Moradia da Mooca filiados à ULC-de Cortiços, - Banco do Estado intensas CEF - Caixa a SEHAB - Habitação do Paulo, com o apoio firmado um famílias do



Folha nº 3068 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Côrrea Alves
Reg. 10.923

ocupado em por famílias Movimento de e demais movimentos Unificação das Lutas pertenciam ao Banespa de São Paulo. Após negociações junto à Econômica Federal e Secretaria de município de São da ATRM, foi convênio entre as movimento e a CEF,

destinando recursos para compra e reforma do imóvel através do PAR - Programa de Arrendamento Residencial, dirigido à população de baixa renda. As obras de reforma para 84 apartamentos tiveram início em junho/2001 e a previsão de conclusão é até dezembro/2001.

MOVIMENTO DOS QUINTAIS E CORTIÇOS DA REGIÃO DA MOOCA

As atividades principais do Movimento estão sendo realizadas em torno da conquista da área do "Cortiço do Cinema" (conforme descrito acima). Embora parte das famílias que participam do Movimento não morem no "Cinema", no entorno da área localizam-se vários cortiços onde há famílias que participam das assembleias na ATRM. Atualmente, o grupo reúne quinzenalmente cerca de 130 famílias e as negociações se dão entorno do Projeto Morar-Perto-Centro, do governo municipal e do PAC-Programa de Atuação em Cortiços, do governo estadual,



ambos destinados a famílias de baixa renda, moradoras em cortiços no centro da cidade.

UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇOS

Folha nº 3069 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria de Almeida Alves
Reg. 10.634

A U.L.C. – UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇOS, foi criada dia 15 de junho de 1991, num ato público realizado na Rua do Carmo, centro de São Paulo, em frente a um tradicional imóvel encortiçado, protegido pelo Patrimônio Histórico, com a presença de representantes de movimentos de moradia, pastorais de diversas áreas e regiões da cidade, bem como de órgãos públicos municipais ligados a habitação e estaduais, como SABESP e Eletropaulo, etc, com a finalidade de unificar as lutas por um programa habitacional específico para moradores de cortiços, pois os existentes até aquele momento, só se detinham a outros temas habitacionais.

A ULC é apoiada pela Pastoral da Moradia, pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e pela Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca, sendo inclusive que os dois últimos dão assessoria a seus trabalhos. A ULC é filiada a UMM (União dos Movimentos de Moradia), e participa das atividades da CMP (Central de Movimentos Populares) e da UNMP (União Nacional por Moradia Popular).

0A ULC prioriza como linha de trabalho a organização dos moradores em cortiços, quintais e pensões e tem pressionado o governo estadual e municipal a assumirem suas responsabilidades no problema de moradia popular na região central da cidade.

Políticas Públicas

Governo Municipal

As reivindicações do Movimento de Moradia ao poder público tiveram um grande impulso no período de 89 a 92, quando assumiu a prefeitura um governo progressista, durante o qual foi possível desenvolver algumas experiências concretas de intervenção pública em moradias encortiçadas nas áreas centrais da cidade, embora poucos projetos tiveram continuidade no governo seguinte.

Para as famílias que participam do movimento de moradia organizado na Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca, a conquista mais importante desse período foi início de dois projetos piloto nos cortiços “inferninho”, da Rua Madre de Deus e “Casarão” da Av Celso Garcia, localizado no bairro do Brás.

Governo Estadual

Em relação ao governo do estado, a solução, muitas vezes apontadas para o problema dos cortiços, são no sentido de deslocar as famílias para a periferia. Solução esta que na realidade torna o custo dos projetos muito mais caros, porque exige do poder público investimento também na ampliação da rede de infra-estrutura, que no centro se faz desnecessária.

Desde maio/95, o movimento de Moradia de Mooca, junto com o Movimento de Moradia de outras regiões centrais da cidade, reunidos na Unificação das Lutas de Cortiços - ULC, tem formulado um projeto para atuação do governo do Estado nos cortiços, desenvolvido entre representantes do movimento e técnicos do governo. A realização desse projeto é objeto atualmente das negociações entre o Movimento e o governo. Porém apesar de tantas reuniões, o PAC - Programa de Atuação em Cortiços, não saiu do papel.

Tão importante quanto a conquista desses projetos, foi a aprovação da Lei nº 9.142 de março/95, que determina ao governo do Estado a destinação em orçamento, de recursos para construção de casas em sistema de mutirão com auto gestão.

Esta lei, é resultado de um trabalho articulado entre a ação dos Movimentos de Luta pela Moradia e parlamentares da Assembléia Legislativa do estado, que reconhecem no sistema de construção de moradias em mutirão e auto gestão, um espaço privilegiado para a conquista da cidadania.

Governo Federal

Desde 1990, foi apresentado ao Legislativo Federal, um projeto de lei de iniciativa Popular de Criação do Fundo Nacional e Conselho Nacional de Habitação, com ênfase para habitações populares. Todos os anos, ao findo o ano, o movimento de moradia faz caravanas à Brasília para que se coloque o projeto em pauta. Em outubro/2001, depois de aprovado nas comissões, o projeto está em pauta de votação em plenário.

O PAR - Programa de Arrendamento Imobiliário, está sendo apresentado como uma proposta do executivo Federal, através da Caixa Econômica, para compra e reforma de prédios no centro da cidade e outros projetos.

A Associação dos Trabalhadores da Mooca, junto com a Unificação das Lutas de Cortiços e Caixa Econômica Federal, desenvolve o Projeto Banespa - Vitória 4 de Dezembro, na Av Celso Garcia, 787 (ao lado do Projeto Casarão). As obras estão em fase de conclusão.

Dos maiores problemas encontrados pelo movimento, é de que é um projeto muito caro, considerando o nível de renda das famílias.

A exigência imposta pela Caixa, do tipo não pode ser por mutirão e auto-gestão, só por empreiteira, sem subsídios para as famílias, dificulta a ampliação do projeto.



ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

Rua Canuto Saraiva, 795 – Mooca/SP Cep: 03113-010 Fone: 6604-5261 CNPJ : 61.406.971/0001-20.

Folha nº. 3071 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correia Alves
Reg. 10.923

*"Como não ser um embusteiro aquele que
ensina aos famintos
outras coisas que não a maneira de abolir a
fome?"*

(Bertold Brecht)

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 008 / 2001

(Datilografar ou preencher em letra de forma)

1. Nome da instituição

AGADEF

ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO
A DEPENDENTES DE DROGAS E
FAMILIARES

Data da Fundação 05/08/1997

Endereço

AV: EDUARDO CARLOS PEREIRA
Nº 11-A

Bairro SO. ELVIRA CEP 06243-060 CAPITAL

Tel (011) 36963509 Fax

e-mail ANTONIO.CANT@YAHOO.COM

Responsável

HENRIQUE S LACERDA

Cargo

PRESIDENTE

Folha nº	<u>3072</u>	do
Processo	<u>PR-036/1997</u>	
<u>Sônia Maria Correia Alves</u>		
Reg.	<u>10.923</u>	

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo).

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA : âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária e metodologia.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição
Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.

29.11.2001 – 17:00 hs
CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO

Local das atividades
Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí nº 100 - Salão Nobre - 8º andar

08-D

Folha nº. <u>3073</u> do
Processo PR-035/1997
Ass. Maria Célia Alves
Reg. 10.923

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO Nº 008 /2001
(Datilografar ou preencher em letra de forma)

1. Nome da instituição: AGADEF
ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO A DEPENDENTES DAS DROGAS E FAMILIARES.

Data da Fundação 05 10 8 1997

Endereço AV: EDUARDO CARLOS PEREIRA N: 11-A

Bairro JOELVIRA-OSASECO CEP 06243 - 060 CAPITAL

Tel (011) 3696-3509 Fax 3696-3509

e-mail _____

Responsável Henrique Soriano Sacarda

Cargo DIRETOR-PRESIDENTE

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo).

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica.
População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA: âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE : Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição

(Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos).

ATENÇÃO - PRORROGADA AS INSCRIÇÕES PARA O

PRÊMIO BETINHO 2001 ATÉ O DIA 31/10/2001

O Vereador José Eduardo Cardozo propôs e a Câmara Municipal de São Paulo instituiu o Prêmio Herbert de Souza – Betinho. Destina-se a reconhecer publicamente organizações que promovam a luta pela cidadania.

QUEM PODE CONCORRER

Instituições da sociedade civil sem fins lucrativos: associações, organizações sociais, universidades, fundações empresariais – que desenvolvam atividades sociais no âmbito da cidade de São Paulo no enfrentamento das desigualdades e na defesa e conquista de direitos. Os projetos concorrentes deverão ter o prazo mínimo de 12 (doze) meses de execução efetiva, que estejam em andamento na data da inscrição, ou que tenham se encerrado durante o presente ano. Não poderão concorrer os premiados em 1999 e 2000, salvo os que receberam menções honrosas. As entidades que compõem a Comissão Julgadora não poderão se inscrever ou indicar organizações.

OBJETIVOS

- Valorizar e fortalecer iniciativas de enfrentamento da fome, da miséria, da violência e outras práticas, cujo horizonte seja a luta pela cidadania.
- Contribuir para a difusão e a multiplicação de experiências positivas.
- Promover o debate sobre as formas de enfrentamento da questão social.

INSCRIÇÕES: PRORROGADAS ATÉ 31/10/2001

Folha nº. 3074 do
Processo FR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

LOCAIS DE INSCRIÇÃO:

AÇÃO DA CIDADANIA: Rua Pedro Américo, 32, 13º andar, Centro.

ABONG: Rua General Jardim 660, 7º andar, Vila Buarque.

OAB – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS: Rua Senador Feijó, 143, 3º andar, Centro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: Viaduto Jacareí 100, 2º andar, sala 208,
Secretaria das Comissões: Mari – tel 3111-2050.

CONVIDAMOS TODOS PARA PARTICIPAR DAS SEGUINTE ATIVIDADES:

22.11.2001 – 17 às 19 hs

DEBATE: O enfrentamento da questão social e o papel da sociedade

Mario Sergio Cortella Prof. Depto. Teologia e Ciências da Religião e do Pós-Graduação em Educação PUC-SP; foi secretário municipal de Educação de SP, 1991/92.

Oded Grajew Diretor Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (a confirmar)

Sérgio Haddad Presidente da ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Maria Carmelita Yasbek Coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Exposição e divulgação de trabalhos das organizações inscritas



Carta de Apresentação

Associação

Grupo de apoio a dependentes de drogas e familiares

CNPJ.: 03.900.083/0001-63

Fones 3696-3509 – 3656-3367

Celular 9750-1912

Folha nº. **3075** do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Somos uma entidade evangélica interdenominacional sem fins lucrativos que visa a recuperação e a integração social de dependente de drogas e álcool.

Nosso trabalho é composto pôr um grupo de voluntários de várias denominações evangélicas que tem o mesmo objetivo, que é resgatar vidas que estão atualmente em abandono e relegadas da sociedade. cremos que com uma perfeita união poderemos cumprir a missão que o nosso "Amado Mestre" nos outorgou que se baseia em "amar o nosso próximo como à nós mesmos".

Nosso trabalho consiste em encaminhar dependentes de drogas e álcool para centros de recuperação e também prestar ajuda material e espiritual aos mesmos. Contamos com uma equipe que atuam na área de aconselhamentos aos familiares que na maioria das vezes nos procuram e não sabem o que fazer quando descobrem ter em seus lares dependentes de drogas.

Mantemos uma casa que se define como casa de triagem composta de cozinha, sala, escritório e quarto totalmente mobiliada onde realizamos atendimento as pessoas que nos procuram. Fazemos no local uma entrevista e também uma avaliação pessoal para sabermos o grau de dependência que a pessoa se encontra antes de ser encaminhada para o centro de recuperação.

Realizamos reuniões semanais em grupo todas as quintas-feiras às 19:00hs, onde abordamos o assunto com mais intensidade, contamos com a participação de familiares e de vários segmentos da sociedade.

Também distribuimos sopas para os moradores de rua e crianças carente de Osasco e toda a grande São Paulo.

Sabemos que o problema das drogas além de ser uma realidade social é também um problema puramente espiritual.

E pôr isto solicitamos aos Ilmos. Senhores à colaborar com este trabalho, dando-nos a vossa parcela de contribuição e com isto unidos darmos continuidade a este projeto, que tem como objetivo principal a restauração de vidas que estão diariamente sendo destruídas pôr esta praga maligna do fim do século que se chama: drogas.

Para meditação:

"Livra os que estão destinados à morte..." (Provérbios: 24:11)

"Porque o filho do homem veio buscar e salvar o que se havia perdido." (Lucas 19:10)

**Em Cristo Jesus
Juntos resgatando vidas**

Associação Grupo de Apoio a Dependentes de Drogas e Familiares

Casa de triagem e escritório Av. Eduardo Carlos Pereira, 11-A – Jardim Elvira – Osasco – SP
CEP – 06243-060

Atendimento: Segunda à Sábado das 08:00hs às 18:00hs. Telefones: 3696-3509 / 9750-1912

Doações: Agência 0127-9 – Conta corrente 236.698-3 – Banco Bradesco

Agência 1272 - Conta Corrente 35.860-5 - Banco Itaú S/A.

HENRIQUE S. LACERDA
Diretor Presidente

Deus é Fiel

**AGADEF – ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO A DEPENDENTE DE
DROGAS E FAMILIARES**

A AGADEF tem atendido diariamente dezenas de famílias carentes para aconselhamento sobre drogas e encaminhando centenas de jovens e adultos dependentes químicos para tratamento em clínicas terapêuticas.

O nosso trabalho se estende a toda a grande São Paulo e também a vários bairros circunvizinhos.

Cremos que se houver uma participação total da comunidade em geral, o problema de entorpecentes poderá ser desfeito do nosso meio;

A AGADEF tem colaborado grandemente, para a reinserção social das pessoas que sofrem com problemas de dependência química, prova disso são as pessoas que hoje estão recuperados e atualmente vivem felizes junto com suas famílias e colaboram com a sociedade encontrando soluções para junto vivermos num mundo sem drogas e sem tanta injustiça social.

**Henrique Soriano Lacerda
Diretor Presidente**

08-D
VERSÃO REUNIÃO 09.05.01

MODÊLO FOLDER PREMIO BETINHO 2001

Folha nº. 3077 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

LOGOMARCA

PREMIO BETINHO 2001

Cidadania e Democracia

3ª edição

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Viaduto Jacareí nº. 100 Bela Vista - SÃO PAULO

Lembrar Betinho é pensar na vida e na solidariedade. É enfrentar a desigualdade, lutar para a realização de direitos e por uma sociedade humana e democrática. Nesse sentido, grupos e organizações que fortaleçam a participação da sociedade são um exemplo e sua prática deve ser encorajada e valorizada.

Folhamº.	3078	do
Processo	PR-026/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg.	10.923	

INICIATIVA *O Vereador José Eduardo Cardozo propôs e a Câmara Municipal de São Paulo instituiu o Premio Herbert de Souza que visa reconhecer publicamente organizações que promovem a luta pela cidadania.*

QUEM PARTICIPA *estão convidadas a participar instituições da sociedade civil sem fins lucrativos: associações, organizações sociais, universidades, fundações empresariais – que desenvolvam atividades no âmbito da cidade de São Paulo.*

OBJETIVOS

- *Valorizar e fortalecer iniciativas de enfrentamento à fome, à miséria, a violência e outras práticas, cujo horizonte seja a luta pela cidadania.*
- *Contribuir para a difusão e a multiplicação de experiências positivas.*
- *Promover o debate sobre as formas de enfrentamento da questão social*

QUEM JULGA *Representantes de instituições de reconhecida importância e comprometidas com a conquista de direitos sociais*

OAB – Comissão de Direitos Humanos

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Ação da Cidadania contra a Fome a Miséria e pela Vida

LOCAIS DE INSCRIÇÃO

Ação da Cidadania – Rua Pedro Américo 32, 13º República

ABONG – Rua General Jardim 660 7º andar Vila Buarque

OAB – Pça da Sé 385 4º andar, Centro

Câmara Municipal – Viaduto Jacareí 100 2º andar, sala 208 com Mari fone 3111 2050

ATIVIDADES DO PRÊMIO

Folha nº. 3079	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

04 a 28.06.2001 inscrições

25 A 29.06.2001 - Salão Internacional de Humor de Piracicaba - Exposição Hall de entrada da Câmara Municipal - térreo

28.06.2001 - Programa

Concerto de violão - Renato Brás

Video

Apresentação da experiência Salão Internacional de Humor de Piracicaba

PAINEL: Prêmios na valorização das organizações: Significado e importância

Prêmio ITAÚ - UNICEF

Prêmio PREFEITO CRIANÇA - Fundação ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA

Prêmio Gestão Pública e Cidadania - Fundação Getúlio Vargas

Prêmio Carlito Maia - Revista Imprensa

(Neste dia a entidade também poderá realizar sua inscrição)

02.08.2001 – DEBATE: O enfrentamento da questão social e o papel da sociedade

Mario Sergio Cortela e/ou Ladislau Dowbor

Oded Grajew

Membro da ABONG

Maria Carmelita Yasbek

Exposição e divulgação de trabalhos das organizações inscritas

09.08.2001 – Cerimônia de entrega do Prêmio

Horário e Local das atividades:

Câmara Municipal de São Paulo

19:30 horas

Viaduto Jacaré no. 100 - Auditório Presidente João Brasil Vita 8º andar

REGULAMENTO

Folha	3080	do
Processo	PR-038/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg.	10.923	

QUEM PODE CONCORRER

1. Considerando a importância da participação da sociedade no enfrentamento das desigualdades e na defesa e conquista de direitos, a Câmara Municipal de São Paulo confere anualmente o Prêmio Herbert de Souza – Betinho, a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que desenvolvam atividades, programas e projetos de enfrentamento à fome, à miséria, à violência e outras práticas, cujo horizonte seja a luta pela cidadania.
2. Os projetos concorrentes deverão ter o prazo mínimo de 12 (doze) meses de execução efetiva.
3. Poderão concorrer os que estiverem em andamento na data da inscrição, ou que tenham se encerrado durante o presente ano.
4. Não poderão concorrer os premiados em 1999 e 2000, salvo os que receberam menções honrosas.
5. As entidades que compõem a Comissão Julgadora não poderão se inscrever ou indicar organizações.

INSCRIÇÕES

6. As entidades interessadas poderão concorrer através de inscrição ou de indicação de terceiros.
7. Não há limites de indicações, podendo uma entidade ou uma só pessoa realizar várias indicações.
8. As inscrições e indicações serão feitas mediante:
 - 8.1 entrega da ficha de inscrição preenchida em seu item 1, datada e assinada pelo responsável;
 - 8.2 entrega, em folha à parte, da descrição do programa conforme itens 2 a 12 da ficha de inscrição;
 - 8.3 entrega da cópia do Estatuto da entidade.
9. O prazo de inscrição será de 02 a 28.06.2001.
10. A ficha de inscrição poderá ser entregue nos seguintes locais:
 - Câmara Municipal de SP, Viaduto Jacaré 100, 2º andar, sala 208 (Mari)
 - OAB – Comissão de Direitos Humanos, Praça da Sé 385 4º andar, Centro.
 - ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
 - Rua General Jardim 660, 7º andar, Vila Buarque
 - Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida
 - Rua Pedro Américo 32, 13º andar República.

JULGAMENTO

11. Os programas, projetos e atividades serão julgados levando-se em consideração:
 - 11.1 Estímulo à organização e a participação da comunidade ou de segmentos sociais
 - 11.2 Efeito multiplicador
 - 11.3 Exercício de soluções inovadoras e criativas
 - 11.4 Resultados alcançados na melhoria da qualidade de vida
12. A Comissão Julgadora será composta por representantes indicados pelas entidades definidas na resolução 13/97 da Câmara Municipal de São Paulo, a saber: OAB – Comissão de Direitos Humanos, ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.
13. A Comissão Julgadora definirá sua dinâmica de funcionamento para a leitura e análise dos projetos.
14. A Comissão Julgadora é soberana e, de suas decisões relativas à premiação ou eventuais dívidas acerca deste regulamento, não caberão recursos.

OS PRÊMIOS

15. A Câmara Municipal de São Paulo caberá:
 - 15.1 conferir "Salva de Prata" em reconhecimento público ao projeto vencedor;
 - 15.2 conferir menção honrosa de reconhecimento público aos finalistas;
 - 15.3 convidar a entidade vencedora a participar da próxima edição do prêmio, como membro da comissão julgadora;
 - 15.4 dar ampla divulgação aos projetos finalistas, através de todos os meios disponíveis.

A PREMIAÇÃO

16. A cerimônia pública de divulgação e entrega dos prêmios será realizada no dia 09 de Agosto de 2001 em Sessão Solene no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, 8º andar da Câmara Municipal de São Paulo, às 19:30 horas.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

08 D

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.900.083/0001-63	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 27/06/2000	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2002
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO GRUPO DE APOIO A DEPENDENTES DE DROGAS E FAMILIARES		Folha nº 3081 do	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AGADEF		Processo nº 11.197/1997	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.31-8-04 - Centros reabil depend quim c/alcojamento		Sônia Alves Reg. 10	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO			
LOGRADOURO RUA PIRACICABA	NÚMERO 10	COMPLEMENTO	
52-090	BAIRRO/DISTRITO JARDIM VELOSO	MUNICÍPIO OSASCO	UF SP
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE TEL: 011-72057724/FAX: 011-36861818			
CPF DO RESPONSÁVEL 250.715.268-08	SITUAÇÃO ESPECIAL		

APROVADO PELA IN/SRF NO. 001/2000

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

MTOS

2º TESOUREIRO:

FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Substituto
AGNALDO BATISTA ALMEIDA, 164955 metalúrgico
brasileiro, casado! port. do R.G. 16.136.541-3/SSPSP
C.P.F 045.135.368-45, residente a Rua Ivete Vargas,
01-Bel Jardim-Osasco-SP CEP. 06268-090

1º CONSELHEIRO FISCAL:

SAMUEL DE OLIVEIRA, aposentado, brasileiro
casado, portador do R.G 7.212.914/SSPSP e C.P.F
640.174.788-91, residente à Rua Prof. Sud Menucci,
119 - Munhoz Júnior-Osasco-SP-C.E.P 06250-250

10. Tabelaio

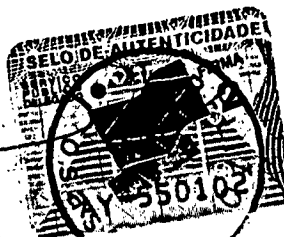
10. Tabelaio

Henrique Soriano Lacerta
HENRIQUE SORIANO LACERDA
- Presidente -

Wilton Marques Segundo
WILTON MARQUES SEGUNDO
- 1º Secretário -

Folha nº 3082 do
Processo nº 11.197/1997
Sônia Alves
Reg. 10

12 TABELIAO DE NOTAS DE OSASCO - SP. TELEFONE: 7081-1282
RECONHECO POR SEMELHANÇA 0002 FIRMA(S) DE:
001-WILTON MARQUES SEGUNDO E 001-HENRIQUE SORIANO LACERDA
OSASCO, 15 DE JUNHO DE 2000.
EN TESTEMUNHO
VILMA APARECIDA DOS SANTOS - ESCRIVENTE AUTORIZADA
***** VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE *****
Carimbo: 048356 Custas: *****3,38
Selo(s): 550102-AY



Folha	3083	do
Processo	18/1997	
Sônia	Alves	
Reg.	10.000	

1ª SEÇÃO DA ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE 20 DE MAIO DE 2000

2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

- OSASCO - SP

FRANCISCO FIRMINO DA SILVA

1ª MICROFILMADO SOB No. 164955

AGADEF - ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO ÀS DEPENDENTES DE DROGAS E FAMILIARES

No 20 (vigésimo) dia do Mês de maio do ano de dois mil, às 16:00 horas em primeira convocação, no local da sede da Associação reuniram-se os Associados desta Sociedade, designada de "AGADEF - ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO ÀS DEPENDENTES DE DROGAS E FAMILIARES", tendo todos os presentes, assinado sua presença e sido nomeadas as seguintes pessoas para comporem a mesa de trabalhos, nas seguintes funções:

Presidente de Mesa: HENRIQUE SORIANO LACERDA

1º Secretário: WILTON MARQUES SEGUNDO

Foi colocada em votação entre os presentes os assuntos seguintes, os quais deliberaram e discutiram da constituição da presente sociedade, na forma de Associação sem fins lucrativos, objetivos e demais constantes dos Estatutos sociais e por votação da maioria decidiram o que segue, em itens da pauta do Edital:

1º) Constituir a Associação sem fins lucrativos, com objetivos filantrópicos definidos de Assistência Social, constantes do Estatuto Social;

2º) Homologar os Estatutos Sociais, consoante o que esta contido no mesmo, anexo à presente, 1ª Seção desta Ata de Assembléia Geral;

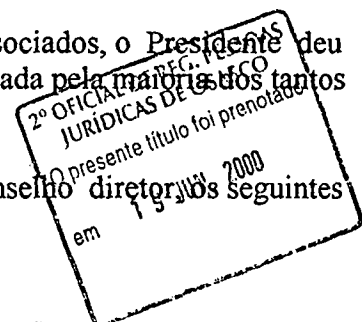
3º) Nomeação do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, também pelo Conselho, na forma Estatutária, esta constará dos Estatutos Sociais, por um período de quatro anos, que vai até o final do mês de dezembro do ano de 2.004, ratificando parcialmente os candidatos, que firmam a presente Ata, assumindo os seus cargos;

Não havendo quaisquer outras manifestações dos Associados, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, lavrando a presente Ata aprovada pela maioria dos tantos Associados presentes, que firmaram no livro de presença;

Por fim foram nomeados para os cargos eletivos do conselho diretor, os seguintes membros associados:

PRESIDENTE :

HENRIQUE SORIANO LACERDA, autônomo Brasileiro, casado, portador do R.G. 22.325.974-3/ SSPSP e C.P.F. 250.715.268-08, residente a Rua Antônio Benedito Ferreira, 1290 - Munhoz Júnior Osasco - SP. - CEP. 06246-110.



ESTATUTOS SOCIAIS DA SOCIEDADE CIVIL DENOMINADA

Folha nº 3084 do
Processo nº 006/1997
Comarca de Osasco
Reg. 10.020

**AGADEF - ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO À DEPENDENTES
DE DROGAS E FAMILIARES**

2º. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Substituto
Microfilmado sob nº 101900

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO - SEDE - FÓRO - OBJETO - DURAÇÃO

Art. 1º - A Sociedade denominar-se-á:

**ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO À DEPENDENTES DE DROGAS
E FAMILIARES.**

Art. 2º - A sociedade tem sede à Rua Piracicaba, 10 - Jardim Veloso -
Osasco - SP.

Parágrafo Único: Por resolução do conselho Diretor, a sociedade poderá: instalar, manter e extinguir filiais e ou agência, escritórios ou representantes em qualquer ponto do Território Nacional.

Art. 3º - A presente sociedade, sem fins lucrativos, tem por objetivo as atividades filantrópicas de utilidade pública, assistencial e educacional, vocacionada para a integração social nos vários níveis e seguimentos sociais, a saber:

- a) - Assistência Social à família desestruturada, crianças carentes, mães solteiras, e apoio a jovens e adultos dependentes químicos.
- b) - Promoção e Integração Social de seus Associados;
- c) - Promoção e realização de cursos profissionalizantes trabalhadores empregados e ou desempregados e seus associados vários à participação em benefícios de todos eles, independentes de religião, cor, raça, ou condição social.
- d) - Promover as relações e o intercâmbio com entidades e ou instituições de toda natureza, a nível regional, nacional ou internacional para atingir os fins e os objetivos sociais
- e) Defender o Direito de Associação consignado na Carta magna, consubstanciado art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX da constituição Federal.
- f) Representar e propor por seus associados na forma da Lei e dos da constituição:
- g) Defender o meio ambiente, a fauna e a flora, preservação da qualidade de vida do indivíduo, assim integrada.

2º OFICIAL REG. PESSOAS
JURÍDICAS OSASCO
presente título foi preenchido
13 JUL. 2000

Parágrafo Único: Para conseguir estes objetivos a entidade Autoriza os Dirigentes a organizarem tantos departamentos de prestação de serviços que se fizerem necessários, ou virem a contratar empresas especializadas para estes fins, assim como instituírem quantos regulamentos necessários para tal, e estes, quando em conflito com o presente Estatuto, levados à votação em Assembléia dos Associados.

Art. 4º - A sociedade que se constitui com a presente Ata e Estatutos, que serão levados a registro no Cartório de Registro Civil de pessoas Jurídicas da Comarca de Osasco - SP., anexo ao competente Tabelionato de Notas, tem a duração por prazo indeterminado.

FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Substituto
MICROFILMADO SOB No. 164955

CAPÍTULO II - DOS SÓCIOS E SUA PARTICIPAÇÃO

Art 5º- Constitui-se ou se constituirá o quadro de sócios da Associação, de pessoas que sob os vários aspectos da Assistência social gratuita desejem colaborar e ou contribuir com recursos, trabalho voluntário e ou conselhos, vedada a participação de menores de 16 (dezesesseis) anos.

Parágrafo Único - DA INSCRIÇÃO DOS SÓCIOS: Poderão inscrever-se na qualidade de Sócios, pessoas que no gozo de suas faculdades mentais da forma do artigo 5º, pôr sua livre e espontânea vontade, mediante as seguintes providências e condições obrigatórias:

a) - Preenchimento da ficha de inscrição, firmada pelo próprio pretendente à associação, ou se analfabeto, reconhecido pôr duas testemunhas identificadas, do ato, uma das quais lerá em voz alta as condições deste Estatuto e da Forma de Associação, ao final do que, ambas ouvirão a manifestação do pretendente à associação e atestarão sua aceitação, ou recusa em associar-se, anotando-se na ficha de Inscrição, firmando-a conjuntamente.

b) - Ausência de qualquer condenação penal e ou processo em andamento, das figuras criminais, de homicídio, seqüestro e ou tráfico de drogas, também;

c) - Ausência de qualquer condenação definitiva, ou seja transitada em julgado, de crimes figurados como de furto ou roubo, contrabando, estelionato e ou apropriação indébita.

e) - Fornecimento pelo interessado de "Certidão de Processos e Execução Criminais" em andamento, que em caso positivo, conste os artigos da lei em que o pretendente à associado estaria incurso e ou processado;

Parágrafo Único: DA APROVAÇÃO DOS SÓCIOS

a) - Cumpridas as providências no parágrafo 1º, anterior deste item, e outras condições deste Estatuto, o pretendente à Associação, caso em que não incurso em nenhuma das condições proibitivas mencionadas, estará apto à ingressar na Associação, cujo ingresso se dará de imediato ao "referendum" de dois dos Dirigentes empossados, cumpridas as formalidades seguintes;

b) - O ingresso se consolidará, com a adesão aos Estatutos e Regulamento Padrão de participação associativa no Termo de Compromisso e Associação Definitivo, ao cumprimento de demais normas regulamentares da Associação.

Folha nº. 3085	do
Processo nº. 006/1997	
Sônia Maria da Silva Alves	
Reg. 10.020	

Art. 6º - DOS DIREITOS DOS SÓCIOS

Folha nº 3086 do
Processo nº 0038/1997
Junta
cargos eletivos da
P. 1ª
Regularmente inscrito

- a) Tomar parte nas assembléias, votando e podendo ser votado para a entidade, desde que conte no mínimo, de 60 (sessenta) dias de regularidade na associação
- b) Ocupar cargo de assessoria na área de responsabilidade daquele que o convidou;
- c) Propor aos dirigentes, por escrito, medidas e dar sugestões sobre assuntos de interesse da entidade;
- d) Solicitar dos dirigentes, por escrito, com antecedência de 25 (vinte e cinco) dias, esclarecimentos sobre as atividades da entidade;
- e) Participar de todas as atividades comunitárias associativas, quer programáticas ou dos centros comunitários de lazer, cultura, consumo e outras atividades;
- f) Demitir-se da entidade quando não mais lhe interessar participar.

Parágrafo Único – Para a readmissão, o interessado deverá apresentar justificativa, que será analisada pôr dois dirigentes, podendo ser-lhe negada a readmissão.

2º. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS !
- OSASCO - SP
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Oficial Substituto
MICROFILMADO SOB No. 164955 !

Art. 7º - SÃO DEVERES DOS SÓCIOS

- a) Cumprir e fazer os objetivos e finalidades da associação;
- b) Pagar as contribuições e ou taxas de inscrição, custeio e outras, aprovadas pelas assembléias regularmente em dia;
- c) Comparecer às assembléias da associação;
- d) Participar das atividades sociais;
- e) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- f) Acatar e cumprir as resoluções do Conselho Diretor da Assembléia Geral;
- g) Votar em assembléia, os atos e prestação de contas do Conselho Diretor;
- h) Agir com respeito, ética, educação e civilidade junto à coletividade dos demais associados e a própria sociedade.
- i) Manter pôr sua própria conta e risco junto à sociedade, seu endereço para correspondências sempre atualizado;

Parágrafo 1º - A falta de cumprimento de qualquer uma das obrigações constantes deste artigo, assim com a falta de presença em três assembléia seguidas, e ou seis alternadas, poderá, à critério do Conselho Diretor, acarretar a exclusão do associado, perdendo para à Associação as taxas de manutenção e ou custeio das atividades de que participou durante sua permanência como associado.

1.1 - Da decisão de exclusão do associado pelo Conselho Diretor, caberá recurso ao mesmo conselho diretor, no prazo de 30 (trinta) dias do conhecimento do fato pelo associado, que antes de divulgar seu voto, levará sua decisão à assembléia, para ratificação, ou modificação de acordo com o voto da maioria dos associados.

1.2 - O associado excluído, pôr motivo relevante, à critério do Conselho Diretor, não poderá ser readmitido na associação;

Parágrafo 2º - Os sócios, mesmo que subsidiariamente, não respondem pelas obrigações e encargos da associação.

Folha nº	3087	do
Processo nº	036/1997	
Reg. nº	10.824	

Oficial Substituto
FRANCISCO FERRINO DA SILVA

CAPITULO III - DO CONSELHO E DIRETORIA "HONORIS CAUSA"

Art. 8º - O CONSELHO "HONORIS CAUSA", poderá ser composto de até onze conselheiros, os quais serão escolhidos e ou aceitos como personalidades notórias, sem qualquer vínculo ou responsabilidade quer de representação ou financeira para com a associação podendo no exercício do mandato oferecer sugestões e conselhos, os quais não constituirão nenhuma responsabilidade dos mesmos, autorizando a divulgação de seu nome como ocupante do cargo na associação.

Art. 9º A DIRETORIA "HONORIS CAUSA", será composta de tantos membros associados e eleitos pela Presidência, com mandato gratuito e sem cargo, porém com função de Coordenadoria dos associados pôr bairro e ou região de sua responsabilidade.

CAPÍTULO IV - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS:

Art. 10º - A assembléia geral é o órgão soberano da vontade dos associados e Constitui-se-á dos sócios que estiverem em pleno gozo de seus direitos estatutários;

- a) - Eleger o Conselho Diretor;
- b) - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar Ou permutar bens patrimoniais da sociedade;
- c) - Aprovar as reformas do Estatuto e os Regulamentos internos;
- d) - Aprovar o relatório anual do Conselho Diretor;
- e) Discutir e homologar as contas e balanço financeiros apresentados pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho Diretor;
- f) Aprovar as propostas de atividades planejadas pelo Conselho Diretor para o próximo exercício anual.
- g) - A Diretoria da Associação será eleita a cada 03(três) anos, sempre no mês de janeiro.

Art. 11º - A assembléia geral, realizar-se-á ordinariamente, uma vez pôr ano, no mês de janeiro e extraordinariamente quantas vezes que se fizer necessário, convocada diretamente pelo conselho diretor ou indiretamente, pôr requerimento ao Conselho Diretor, pôr associados em pleno gozo de seus

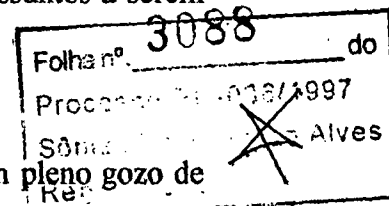
direitos estatutários, que reunidos compuserem um numero mínimo de 15(quinze pôr cento) do numero total de associados.

Art.12º- À realização das assembléias, proceder-se-á da afixação na sede da Associação de um edital de convocação, que também será publicado em jornal diário do município, com 10 (dez) dias de antecedência, inclusos 1º e último dia, do qual constarão a data, hora e local de realização e os assuntos a serem tratados;

a) As assembléias serão presididas, pôr dois diretores nas posições

b) Participação das vetações em assembléias, somente os associados em pleno gozo de seus direitos, na forma deste Estatuto;

c) Instalar-se-á em primeira convocação com pelo menos 51% dos associados nas condições citadas, da data e horário constantes do edital, e em Segunda convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira, com qualquer numero de associados;



CAPÍTULO V-DO EXERCÍCIO SOCIAL, PATRIMÔNIO E SUA SOBRAS

Art.13º- O exercício social coincide com o ano civil, findo o qual, processar-se-á o levantamento do balanço geral anual em lei;

! 2o. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS !
! 03/1997 !
! FRANCISCO FIRMINO DA SILVA !
! Oficial Substituto !
! MICROFILMADO SOB No. 164955 !

Art.14º - As sobras porventura apuradas, terão as seguintes destinações;

a) 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reservas legais;

b) 5% (cinco por cento) para custeio no próximo exercício de atividades comunitárias ligadas à cultura e desenvolvimento artístico dos associados e seus dependentes;

c) 10 (dez por cento) para custeio ou investimento em centros comunitários de lazer e ou integração social aos associados;

d) O saldo restante será colocado a disposição das assembléia geral.

CAPÍTULO VI - DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDACÃO E EXTINÇÃO

Art.15 - A entidade entrará em dissolução e extinção nos casos previstos em lei ou por deliberação da assembléia geral, respeitados os direitos de terceiros, os bens serão entregues a uma entidades congêneres; podendo a Entidade ser dissolvida, pôr assembléia Geral, em votação de 2/3 dos membros, ou depois de uma hora, com qualquer numero.

Parágrafo Único: Compete ainda a assembléia geral, determinar a forma de liquidação e pagamento aos associados em caso de extinção da sociedade, eleger o liquidante e o conselho fiscal, fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº 009 /2001

(Datilografar ou preencher em letra de forma)

Folha nº 3090 do
Processo nº 03 /1997
Sônia Maria Gonçalves Alves
Reg. 10.82

1. Nome da instituição

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE
DEFESA - IDDD

Data da Fundação 04 / 07 /2000

Endereço AV: LIBERDADE, 65 conj. 1101

Bairro LIBERDADE CEP 01503-000 SP CAPITAL

Tel (011) 3107-1399 Fax 3107-1399

e-mail iddd@ig.com.br

Responsável Marcio Thomaz Bastos

Cargo MÁRCIO THOMAZ BASTOS - PRESIDENTE

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo).

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA : âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária e metodologia.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição. Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.



009-D

Folha nº. <u>3091</u>	do
Processo FR-036/1997	
Sônia Maria Côrrea Alves	
Reg. 10.923	

DADOS SOBRE O PROGRAMA

2. Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD).
3. As atividades do instituto tiveram início no dia 4 de julho de 2000.
4. O IDDD tem como fonte de recursos contribuições dos associados e doações de pessoas físicas e jurídicas, e o gasto anual do instituto é de aproximadamente R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).
5. PÚBLICO ALVO. A população diretamente beneficiada pelo instituto é composta por pessoas carentes de recursos financeiros, em sua maioria homens, sem faixa etária definida, e que respondem a uma ou mais ações penais ou, já tendo respondido, cumprem pena em estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo. Indiretamente se beneficiam da atividade do IDDD os familiares dos atendidos e ainda, a sociedade como um todo, através do fortalecimento do princípio constitucional da ampla defesa.
6. ABRANGÊNCIA. Até o presente momento o IDDD vem atuando quase que exclusivamente na cidade de São Paulo. Não obstante, nossos associados que residem e trabalham em Brasília e no Rio de Janeiro têm participado ativamente das reuniões do instituto e já prestaram importante colaboração no exame e na solução de algumas causas. Mais e mais o IDDD vem se fazendo presente nos Tribunais Superiores, impetrando inúmeras ordens de *Habeas corpus* em processos originários de São Paulo. Ainda nesse ponto, releva anotar que recebemos propostas de abertura de filiais em outras cidades e, tão logo seja possível, estudaremos a viabilidade de implementá-las.

7. ORIGEM. A principal motivação para a criação do IDDD foi a necessidade de se promover a **defesa do direito de defesa em sua forma mais ampla** tendo em vista o discurso, que cada dia ganha mais adeptos, em favor do endurecimento das normas penais. Trabalhamos para que o direito de defesa não seja visto pela sociedade como um aliado da impunidade e sim como uma **garantia fundamental de todo ser humano**.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS. A instituição possui os seguintes objetivos principais:

I- Prestar assistência jurídica gratuita, através de seus associados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para acusados desprovidos de recursos financeiros, ou que, por motivos outros, não estejam conseguindo obter uma defesa de qualidade.

II - Por meio do estudo dos casos encaminhados ao instituto, buscar o fortalecimento das teses de defesa na esfera criminal. A Justiça Penal brasileira cumpre seu trabalho com seriedade e honradez, mas mostra-se por vezes demasiadamente dura na aplicação das penas relativas aos crimes cometidos pela população desfavorecida, associados à miséria e à desigualdade social. De outro lado, o que não é menos grave, talvez preocupada em mostrar à opinião pública sua eficiência, acaba por maltratar a presunção de inocência nas causas que despertam o interesse da mídia.

III - Intervir diretamente todas as vezes que o direito constitucional de ampla defesa for ferido ou estiver ameaçado, em qualquer situação ou instância. Os fundadores do IDDD acreditam que sua atividade é um importante instrumento de efetivação de uma democracia concreta e de massas no Brasil.

9. EXECUÇÃO. A instituição possui 62 associados que dedicam, voluntariamente, parte de seu tempo de trabalho às atividades do IDDD. Mantém, também, um quadro de funcionários permanentes, remunerados, hoje integrado por uma advogada responsável pela coordenação de todas as atividades, uma secretária e um



Folha nº	3093	do
Processo	13-036/1997	
Sócia	Dr.ª Sílvia Alves	
Reg.	10.10.13	

estagiário. Contamos também com a ajuda de estudantes de direito que trabalham voluntariamente nos projetos.

O processo de trabalho se dá da seguinte forma: 1. Elaboração de projeto, 2. Consulta aos associados, 3. Viabilização, 4. Realização. O tempo de duração e a periodicidade dos projetos é variável, assim como o espaço físico, que dependerá do local onde se desenrolará o projeto.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE. A comunidade paulistana contribui diretamente para as atividades do IDDD. Consciente da relevância social de sua profissão, parcela expressiva dos criminalistas sempre advogou gratuitamente, mas de forma esporádica e assistemática. O instituto foi criado justamente para canalizar esse trabalho individual e multiplicar seus efeitos em amplas campanhas em delegacias e presídios, bem como por meio de parcerias com o Poder Público. Nesse sentido, a Secretaria da Administração Penitenciária tem sido importante parceira nas atividades do instituto, possibilitando a realização do atendimento dentro de unidades prisionais da capital e solicitando – em mais de uma oportunidade – a colaboração ativa do IDDD em novos projetos que visam minorar o caos de nosso sistema prisional. Outra forma de participação da comunidade tem sido a participação de empresas privadas, tanto como doadoras de recursos financeiros, possibilitando a manutenção do instituto, como também em parcerias que buscam reintegrar o egresso através do trabalho.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA. A principal contribuição do IDDD ao fortalecimento do direito de defesa reside na união de forças: muitos advogados criminalistas já atuavam gratuitamente, mas tal atividade se dava de forma dispersa; o IDDD procura conjugar tais iniciativas para que exista uma atividade forte e marcante, superando em muito o caráter limitado das atuações pontuais.

As atividades do instituto não visam apenas atender diretamente o público alvo mas, por meio desse atendimento, mudar a mentalidade dos Tribunais em relação a determinadas matérias e, principalmente, da sociedade como um todo, no tocante

ao **caráter indispensável do direito de defesa**: a presunção de inocência é valor constitucional essencial, não devendo haver espaço para o linchamento antecipado de acusados; a prisão antecipada não é regra e sim exceção; uma defesa eficiente e combativa não fomenta a criminalidade mas viabiliza o equilíbrio de forças no processo, evitando resultados insuportavelmente injustos; as penas não podem jamais ser mais duras do que determina a lei; os sentenciados também têm direito à defesa e ao acompanhamento detalhado da progressão de suas penas.

Uma ação conjunta, a nosso ver, é capaz de gerar resultados mais profícuos na luta para a concretização do direito de defesa no Brasil do que a soma das ações individuais e esparsas dos advogados e dos serviços que atendem à população de baixa renda. Assim, cada projeto concluído é seguido de ampla discussão e reflexão quanto a formas mais globais de combater a situação pontualmente enfocada. Nessa mesma linha, temos buscado e consideramos fundamental para a concretização dos objetivos do instituto uma maior interação com outras entidades voltadas para a defesa do direito de defesa.

12. RESULTADOS. Neste um ano e meio de atividades foram realizados cinco projetos mais expressivos: a parceria com o 1º Tribunal do Júri da Capital (doc.1 - em andamento), o mutirão no 29º Distrito Policial da Capital (doc.2), o mutirão no Centro de Detenção Provisória da Vila Independência (doc.3), o mutirão no 4º Distrito Policial da Capital (doc.4) e, atualmente, o mutirão no Pavilhão 5 da Casa de Detenção de São Paulo. Este último trabalho encontra-se em pleno andamento, 20 *Habeas Corpus* já foram impetrados, e estamos avaliando outros tantos casos para a adoção das medidas judiciais cabíveis. Com base neste trabalho na Casa de Detenção estamos estruturando uma pesquisa a ser realizada junto ao Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, cujo objetivo está em revelar o extremo endurecimento do tratamento dispensado aos casos de roubo nos últimos anos.

De maneira geral, o principal resultado obtido até agora consistiu em exercer efetivamente o direito de defesa em nome de réus e sentenciados carentes, destituídos de uma efetiva representação em Juízo, e por meio desta atividade,

combater, no âmbito do Tribunal do Júri, dos Tribunais de nosso Estado (TACRIM e TJ) e também dos Tribunais Superiores (STJ e STF), a solidificação de teses totalmente prejudiciais aos réus. O esforço continuará a ser concentrado na sensibilização da comunidade, dos juízes e desembargadores, e dos próprios Promotores de Justiça, para o risco de – sob o manto legítimo de combater a escalada de violência – olvidar-se o direito constitucional dos acusados à ampla defesa.



RELATÓRIO – 1º TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL

Folha nº 3096	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.643	

GRUPO 1 - MÁRCIO THOMAZ BASTOS

Réu: **Marcos Moisés de Souza (preso)**
 Proc. nº 33/2000 - Comarca de Itapevi
 Data: 14/12/00 - Horário 09:00 h
 Juíza: Alexandra Fuchs de Araújo
 Defensor: Dora Cavalcanti Cordani e Augusto Arruda Botelho
 Libelo: Tentativa de homicídio contra dois policiais militares
 Defesa: Negativa de autoria
 Resultado: Réu foi absolvido por 6x1
 Obs.: O réu encontrava-se indefeso pois os advogados dativos da região não queriam defendê-lo em razão de possíveis represálias por parte da Polícia Militar.

Réu: **Paulo Sérgio dos Santos**
 Proc. nº 42/92 – Pinheiros – Unidade 1
 Data: 02/03/01 – Horário 13:30 h Plenário 1
 Juiz: Elizabeth Lange Aranha
 Promotor: Rodney Claide
 Defensor: Adriano Vanni e Paulo Soldá
 Libelo: Tentativa de homicídio duplamente qualificada
 Defesa: Negativa de Autoria
 Resultado: Jurados afastaram qualificadoras e reconheceram atenuante genérica
 Pena 3 anos de reclusão em regime aberto.

Réu: **Altino Paulo Filho**
 Proc. nº 130/79 Unidade III
 Data: 05/03/01 – Horário 13:30 h Plenário
 Juiz: Eduardo Marcondes
 Promotor: Marcelo Milani
 Defensor: Antonio Cláudio Mariz de Oliveira
 Obs.: Foi requerida a extinção da punibilidade em razão da prescrição. Alvará de soltura havia sido expedido em 02/03/01 e chegou ao DP no mesmo dia às 20:00h, mas não foi cumprido. O réu, preso, foi apresentado em plenário. Dr. Eduardo mandou soltá-lo em sua sala, expedindo novo alvará, e determinou a expedição de ofício à Corregedoria da Polícia Civil para apurar a responsabilidade pela não soltura do réu.

Réu: **Raimundo Rodrigues Furtado**
 Proc. nº 190/97 Unidade I
 Data: 01/06/2001
 Juiz: Elizabeth Lange Aranha
 Promotor: Fábio
 Defensor: Dora Cavalcanti Cordani e Cláudio Demczuk de Alencar
 Resultado: Condenado por homicídio privilegiado a 4 anos de reclusão em de regime aberto.
 Obs.: Júri foi redesignado em razão do não comparecimento do promotor, tendo sido concedida a liberdade provisória ao réu.

Réus: **Rinaldo Maziero, Antônio Nicole Arena, Marivaldo Costa Lage, Flávio Soares da Silva, e Sérgio Vermينو Spada**

Proc. nº 2969/96

Obs.: Antônio Cláudio Mariz de Oliveira foi nomeado para defender os 5 Policiais Militares, no entanto, por serem defesas conflitantes, foram nomeados para defender os co-réus: José Carlos Dias (Marivaldo Costa Lage), Márcio Thomaz Bastos (Antônio Nicole Arena), Alberto Zacharias Toron (Sérgio Vermينو Spada) e Dora Cavalcanti Cordani (Flávio Soares da Silva).

Réu: **Alexandre Becari (preso)**

Proc. nº: 448/99

Data: 24.07.01

Juiz Sérgio Mazina

Promotor: Virgílio

Defensor: Dora Cavalcanti Cordani e Augusto Arruda Botelho

Resultado: Réu foi condenado a 14 anos de reclusão em regime inicial fechado por homicídio qualificado e tentativa de homicídio qualificado

Obs: Júri redesignando em razão da não apresentação do réu, o pedido de liberdade provisória foi indeferido.

Réu: **Ana Kerly dos Santos**

Proc. nº: 2248/98

Data:

Libelo: Homicídio simples

Juiz Valdir Calciolari

Defensor: Márcio Thomaz Bastos

Obs: O plenário, que havia sido designado para o dia 08.08.01, foi adiado em razão de pedido da defesa.

Réu: **Marcos Moisés de Souza (preso)**

Proc. nº: 65/93 Itapevi

Data:

Juiz: Alexandra Fuchs de Araújo

Defensor: Dora Cavalcanti Cordani e Augusto Arruda Botelho

Obs: Em decorrência de conflito de competência os autos se encontram no TJ aguardando julgamento.

Réu: **Gilcimar Barreto Rodrigues**

Proc. nº: 1594/98

Data: 25.10.01 às 13:00h

Libelo: Homicídio simples

Juíza: Elizabeth Lange Aranha

Defensor:

GRUPO 2 - ARNALDO MALHEIROS FILHO

Réu : **Vladimir Feitosa Morel**
 Proc.nº: 2114/99 – Unidade 2
 Obs.: Julgamento estava marcado para o dia 06/dezembro/2000. O réu foi morto em 27/novembro dentro do DACAR em razão de brigas entre facções de presos.

Réu: **Jonas Vieira (preso)**
 Proc. nº: 2343/96
 Data: 05/01/2001 Horário 13:00 h
 Juiz Homero Maion
 Promotor: Hidejalma Muccio
 Defensor: Paulo Henrique Martins de Oliveira
 Libelo: Homicídio duplamente qualificado
 Defesa: Negativa de autoria
 Resultado: Absolvição (4x3). Houve apelo do Ministério Público. Já foram apresentadas as contra-razões de apelação.

Réu : **Flávio Pereira dos Santos (preso)**
 Proc. nº 796/95 – Unidade IV (proveniente de Sto.Amaro)
 Data: 21.05.01
 Juiz: Luiz Fernando Camargo de Barros Vidal
 Promotor: Luís Fernando Vaggione
 Defensor: Paulo Soldá
 Libelo: Homicídio duplamente qualificado (duas vezes, uma delas tentada)
 Pena: 16 anos de reclusão em regime fechado
 Obs.: O júri, inicialmente designado para o dia 12/03/01, foi adiado pois a testemunha de defesa, embora intimada por precatória para comparecer em plenário, apresentou-se no Fórum do Guarujá. Defesa insistiu na oitiva da testemunha.

Réu: **Alexandre Campos dos Santos (preso)**
 Proc. nº 3617/97 A- Unidade 1
 Data: 17.08.01 às 12:00h.
 Juíza Márcia Mayumi Okoda Oschiro Bugar
 Defensor: Luiz Fernando Pacheco
 Resultado: Réu foi absolvido por 5 a 2.
 Obs.: Ao sermos nomeados, foi verificado que o réu não havia sido intimado para constituir novo defensor. Peticionamos nesse sentido. Uma vez que o réu não nomeou novo defensor, continuamos no caso. O plenário designado para o dia 28 de maio não ocorreu em razão da não apresentação do réu, que se encontra preso.



Folha nº. 3099	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Gonçalves Alves	
Reg. 1	

Réu: **Márcio Nicolau (preso)**
Proc. nº 626/97-A – Pinheiros
Data: **04.09.01**
Juiz: Luiz Fernando Camargo de Barros Vidal
Promotor: Marcelo Sorrentini
Libelo: art.121, § 2º, I e IV (2x) e art.121, § 2º, V c/c art.14.
Defensor: Guilherme Madi Rezende e Fernanda Vargues Martins
Obs.: Julgamento não se realizou no dia 23/01/01 pois os autos do processo foram devolvidos para o Fórum Regional de Pinheiros para que o libelo fosse aditado. Autos foram enviados novamente para o 1º Tribunal e a contrariedade ao libelo já foi apresentada .

Réu: **Valdemar Ferreira de Souza (preso)**
Proc. nº 41/84– Unidade 2
Data: **22.08.01 às 12:00h**, plenário 3.
Juiz: Waldir Calciolari
Promotor : Roberto Talarico
Defensor: Flávia Rahal e Roberto Garcia
Libelo: Homicídio qualificado (n art.121, §2º, III)
Resultado: 8 anos e 6 meses de reclusão por homicídio simples, tendo sido reconhecida a atenuante genérica (6x1).
Obs: O juiz, apesar do reconhecimento da atenuante, fixou a pena base em 9 anos, pois se fixasse em até 8 anos ocorreria a prescrição.

GRUPO 3 - ALBERTO ZACHARIAS TORON

Réu: **Adenilson Nascimento Costa**
Proc. nº Unidade 1
Data: 09/11/2000 Horário 13:00 h
Juiz: Liza Livingsgton
Promotor : Rodney Claide
Defensor: Alexandra Szafor e Aidê Cardoso
Libelo: Homicídio tentado duplamente qualificado
Defesa: Desistência Voluntária
Resultado: Desclassificado para Lesões corporais e aplicação da Lei 9099/95.
Obs.: Expedido alvará de soltura. Promotor apelou.

Réu: **Francisco Pinto da Silva**
Proc. nº 2130/98 – Unidade
Data: 14.12.2000 Horário 13:00 h Plenário 9
Juíza: Elizabeth Lange Aranha
Promotor: Roberto Tardeli
Defensor: Paulo Henrique Martins de Oliveira
Acusação: Homicídio duplamente qualificado
Defesa: Homicídio Simples
Resultado: Condenado por homicídio simples (7x0)
Pena: 6 anos de reclusão no regime semi-aberto.



Obs.: Já tendo cumprido praticamente metade da pena, foi concedida ao réu a progressão ao regime aberto. O réu foi solto em plenário.

Réu: **Windor Roberto Leite de Oliveira**
Proc. nº 2381/99 – Unidade IV
Data: 08.05.01 Horário 13:00 h
Juiz: Elizabeth Lange Aranha
Promotor: Luís Fernando Vaggione
Defensores: Edson Torihara e Alexandra Szafrir
Resultado: Réu foi absolvido da imputação de homicídio e condenado por ocultação de cadáver.
Pena: 1 ano de reclusão em regime aberto.
Obs.: O júri foi redesignado duas vezes, uma em razão de pedido do Ministério Público e outra porque o réu não foi levado. O réu foi solto em plenário. Houve recurso tanto do Ministério Público quanto da defesa.

Folha nº	3100	do
Processo	CR-036/1997	
Sônia M. de C. Correa Alves		
Reg.	19.000	

Ré: **Rosalina Camargo**
Proc. nº 1688/99 Unidade III
Data: 02/03/2001 Horário 13:00 h Plenário 5
Juiz: Eduardo Francisco Marcondes
Promotor: Carlos Roberto Marangoni Talarico
Defensoras: Alexandra Szafrir e Aidê Cardoso
Libelo: Homicídio qualificado
Resultado: Homicídio privilegiado
Pena: 4 anos de reclusão em regime aberto.
Obs.: Não houve recurso.

Réu: **Jean Carlos da Silva Tavares**
Proc. nº 824/98 – Unidade – proveniente de Pinheiros
Data: 14/02/2001 – Horário: 13:00 h Plenário 9
Defensor: Nilson Jacob
Promotor: Nadir de Campos Júnior
Libelo: Homicídio triplamente qualificado
Resultado: Lesão corporal seguida de morte
Pena: 4 anos de reclusão em regime aberto
Obs.: As contra-razões de apelação foram apresentadas no último dia 28 de junho

Réu: **José Maria de Souza**
Proc. nº 850/99 – Unidade I
Data: 28/03/2001 Horário 13:00 h Plenário 1
Juiz: Sérgio
Promotor: Edilson
Defensoras: Alexandra Szafrir e Aidê Cardoso
Acusação: Homicídio qualificado
Obs.: O réu foi morto no dia 25.12.00, durante a saída temporária do Natal.



Folha nº. 3101	do
Processo ER-036/1997	
Sônia L. - Sônia Alves	
Reg. 10.923	

Réu: **André Moraes de Andrade**
Proc. nº 052.01.000157-5 Unidade 1
Defensoras: Aidê Cardoso
Obs.: Fomos nomeados para apresentar a defesa prévia. Audiência para oitiva de testemunhas de acusação ocorreu em 16/03/2001. Audiência para oitiva das testemunhas de defesa designada para o dia 09.04.2001. Negado o pedido de liberdade provisória. Réu encontra-se foragido.

Réu: **Ladislau Gomes da Silva**
Proc. nº: 65/97 - Pinheiros
Data: 06.07.01 - Plenário 08
Juiz Fernando Camargo de Barros Vidal
Promotor: Sandra Massud (vinda de Pinheiros)
Defensor: Leonardo Sica
Acusação: art. 121, parágrafo 2º, II, c.c. art. 14, II, do CP.
Defesa: Negativa de autoria
Resultado: Absolvido (6 x 1)

GRUPO 4 - JOSÉ CARLOS DIAS

Réu: **Antonio José de Andrade**
Proc. nº 629/99
Data: **23.05.01** às 12:30h no Plenário 5.
Juiz: Eduardo Francisco Marcondes
Promotor: Virgílio
Defensores: Theodomiro Dias e Luiz Francisco de Carvalho Filho
Libelo: Tentativa de homicídio (qualificado)
Resultado: 2 anos e 2 meses de reclusão em regime aberto.

Réu: **Edvaldo Araújo da Silva**
Proc. nº 1870/98 – Unidade 1
Data:
Juíza: Elizabeth Lange Aranha
Promotor:
Defensores: Arnaldo Malheiros e Flavia Rahal
Libelo: Homicídio simples
Obs.: O julgamento designado para o dia 04/12/2000 foi adiado em razão da impetração de *Habeas Corpus* perante o Tribunal de Justiça. A ordem foi concedida, determinando-se a prolação de nova pronúncia.



Arnaldo Malheiros Filho sustentou oralmente. Não há ainda redesignação do julgamento pois estão aguardando a vinda do acórdão.

Folha nº. 3102	do
Processo CR 036/1997	
Sônia Maria Correia Alves	
Reg. 10.900	

Réu: **Ivanildo Trajano (preso)**
Proc. nº 1524/94 – Unidade I
Data:
Juiz: Luiz Fernando Camargo de Barros Vidal
Promotor:
Defensor: Miguel Reale Jr. e João Florêncio de Salles Gomes Jr.
Obs.: Júri havia sido designado originariamente para 08/02/2001, entretanto, não se realizou em razão da não apresentação do réu. A redesignação do julgamento ainda não se deu.

Réu: **Altino Paulo Filho**
Proc. nº 1115/81
Data 15/02/2001 Horário 13:00 h Plenário 6
Juiz: Homero Maion
Promotor: Marcos Dezefferi
Defensora: Aidê Cardoso
Libelo: Homicídio duplamente qualificado
Obs.: Delito cometido em 1979 com pronúncia de 1981. Com o afastamento das duas qualificadoras foi reconhecida a prescrição.

Réu: **Aguinaldo dos Santos (preso)**
Proc. nº: 1682/97
Data: 24/05/01 – Plenário 1
Juiz: Eduardo Francisco Marcondes e Cláudio E. Graccioto
Promotor: José Rafael
Defensor: Maurício Araújo, Guilherme Madi Rezende e Fernanda Vargues
Libelo: Homicídio duplamente qualificado
Defesa: Negativa de autoria (4x3), homicídio simples (subs.)
Resultado: 12 anos de reclusão
Obs.: Foi reconhecida a atenuante da menoridade

**RELATÓRIO - 29º DISTRITO POLICIAL**

Folha nº. 3103	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Cunha Alves	
Reg. 10.923	

1. Ademir Leonachos

O caso em tela tramita na 2ª Vara Criminal (Processo nº 050.00.024092-3/00). O interrogatório do réu, acusado de tentativa de furto, ocorreu no dia 25.05.00, sendo que a liberdade provisória foi negada devido à falta de documentos (comprovante de residência e ocupação lícita).

Ingressamos com um pedido de *Habeas Corpus* e o réu foi solto.

2. Adilbergue Francisco da Silva

O caso supramencionado tramita perante a 15ª Vara Criminal (Processo nº 769/00). O réu foi condenado a 7 meses e 25 dias por ter cometido estelionato (art. 171 do Código Penal), ficou 2 anos preso e fugiu. Depois de 4 anos foi preso novamente. O interrogatório ocorreu no dia 04.07.00, tendo o réu sido solto em 19.07.00. Em 29.09.00 o Ministério Público requereu certidão da vara das execuções.

3. Alex Leandro dos Santos Alves

Processo nº 299/00 no juízo da 18ª Vara Criminal. O réu foi condenado por tentativa de furto. A primeira audiência aconteceu em 29.03.00 e a segunda no dia 13.04.00. A sentença transitou em julgado em 05.06.00 e a pena cominada foi de 9 meses e 10 dias de reclusão no regime semi-aberto.

4. Anderson Tavares Vieira

Processo em trâmite perante a 25ª Vara Criminal. O réu foi preso em flagrante em 01.02.00, incorrendo no art. 180 do Código Penal (receptação). Foi condenado a 1 ano e 4 meses de reclusão. A sentença foi embargada, pois o réu foi condenado como reincidente tomando como base condenações relativas a seu irmão, o qual portava indevidamente o RG do réu. Foram apresentados documentos que comprovam que os crimes presentes na folha de antecedentes do réu tinham sido cometidos por seu irmão. Foi aplicada ao réu a suspensão



condicional do processo.

Folha nº	3104	do
Processo FR-036/1997		
Sônia Maria Sória Alves		
Reg. 10.923		

5. Carnegundes Cupertino

O réu foi preso em flagrante no dia 14.03.99 por portar substância entorpecente bem como nota de R\$ 10,00 supostamente falsificada. A denúncia foi recebida no dia 25.03.99 com base nos arts. 12 e 18, III da Lei 6.368/76. Suscitado o conflito negativo de competência foram os autos enviados ao Superior Tribunal de Justiça. O qual não foi julgado até a presente data.

Com efeito, entre a prisão e a soltura do réu passaram-se 5 meses sem que este tenha sido interrogado. Diante desse fato, elaboramos petição dirigida ao Juiz da 3ª Vara Criminal da Justiça Federal, o qual determinou a expedição de alvará de soltura em favor do réu.

6. Celestino Aparecido da Silva

Processo (nº 17172-7) em trâmite na 24ª Vara Criminal. O réu foi preso em flagrante em 12.03.2000, com incurso no art. 155 do Código Penal (furto). Impetramos *Habeas Corpus* no TACRIM, mas a ordem foi negada.

7. Dirceu Moura

Caso referente ao processo que tramita na 16ª Vara Criminal (n.º 050.00.006315-0). Preso em flagrante no dia 03.03.00, o réu foi condenado por tentativa de furto. O alvará de soltura foi expedido em 17.07.00, pois a pena estava vencida.

8. Edivaldo Tomas Fernandes

Processo nº 050.00.024078-8 da 12ª Vara Criminal. Réu foi preso acusado de ter cometido furto. Tecnicamente primário, pedimos liberdade provisória, não logramos êxito. Em 03.10.00 foi exarada sentença absolutória.



Folha	3105	do
Processo FR-036/1997		
Sônia Maria Correia Alves		
Reg. 10.8.1.1		

9. Fábio Jesus dos Santos

Trata-se do processo nº 050.00.007472-1 em trâmite na 17ª Vara Criminal. Foi condenado à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão mais multa de 11 dias-multa. Por infração ao art. 155 c/c art. 14 do Código Penal (tentativa de furto). Impetramos *Habeas Corpus* no TACRIM em 18.07.00, no entanto perdemos. Impetrado outro *Habeas Corpus* no STJ.

10. Francisco de Assis da Silva

O caso em tela tramitou perante a 5ª Vara Criminal. Trata-se de crime de furto. O réu foi condenado a 6 meses em regime aberto, porém permaneceu preso durante 7 meses. Diante disso, conversamos com o juiz, que expediu alvará de soltura em 18.09.00.

11. Gilson Pereira Teodoro

Trata-se do processo nº 667/00 da 3ª Vara Criminal. O réu foi preso em flagrante em 21.04.00, pela prática de furto. Em 16.06.00 requeremos a liberdade provisória. A audiência das testemunhas de defesa aconteceu em 27.07.00. Impetramos *Habeas Corpus* devido ao excesso de prazo da prisão, entretanto, perdemos. O réu foi condenado a 3 anos e 6 meses por furto simples.

12. Jorge Leite Ferreira

O réu foi denunciado por roubo. Foi concedida a liberdade provisória devendo o réu ser internado numa clínica para dependentes de drogas.

13. Kelson Luiz Teixeira

Caso sob o processo nº 050.00.026766-0 da 6ª Vara Criminal. O réu é primário e foi preso em flagrante preparado em 10.04.00, como incurso nos arts. 12 e 18, III da Lei 6.368/76. No dia 12.07.00 se deu a audiência de instrução, debates e julgamentos e o réu foi solto.

14. Luiz Carlos Fermino

O processo em trâmite perante a 4ª Vara Criminal (nº 050.99.403444-9). O réu foi preso em 03.12.99 por infração aos arts. 155 e 329 do Código Penal. Impetramos *Habeas Corpus* no TACRIM em 18.07.00, e a ordem foi concedida parcilamente. Impetramos outro *Habeas Corpus* no STJ.

15. Luzinei Moreira

Trata-se do processo nº 050.00.044356-5 em trâmite perante a 23ª Vara Criminal. Em 26.06.00 foi recebida a denúncia com base no art. 157 parágrafo 2º, I e II, c/c art. 29 ambos do Código Penal (roubo qualificado com concurso de agentes). O interrogatório realizou-se no dia 17.07.00; a audiência da testemunha de acusação ocorreu em 09.08.00; e as testemunhas de defesa foram ouvidas em 31.08.00. O réu foi condenado a 5 anos e 4 meses de reclusão em regime fechado. A pedido do réu, substabelecemos o caso para advogado particular.

16. Marcelo Oliveira da Silva

Processo nº 050.00.37060-6 da 16ª Vara Criminal. O réu é primário, foi preso em flagrante em 17.05.00, e condenado por tráfico ilícito de entorpecentes à 4 anos de reclusão em regime fechado. Interpusemos recurso de apelação.

17. Pedro Kuryama Filho

Processo nº 716/00 em trâmite na 28ª Vara Criminal, em que o réu responde pelo crime de furto. Foi concedida a liberdade provisória no dia 12.09.00.



Folha nº. 3107	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

RELATÓRIO - Centro de Detenção da Vila Independência

Em decorrência do mutirão realizado no 29º Distrito Policial em São Paulo fomos contactados pelo Dr. Nagashi Furukawa, Secretário da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, para atuar no Centro de Detenção Provisória da Vila Independência, inaugurado no dia 1º de julho de 2000. São oitocentos detentos provenientes de Distritos Policiais condenados em regime semi-aberto que se encontram em regime fechado, aguardando providências, transferências para colônias agrícolas ou outros benefícios.

No total foram 100 processos analisados. Dos 100 sentenciados, 40 têm advogado particular. Dos 60 restantes até hoje tivemos 16 transferências para colônias agrícolas, 5 progressões para o regime aberto, 3 foram colocados em liberdade em razão do cumprimento da pena, 1 encontrava-se preso erroneamente pois havia sido condenado em regime aberto, e o restante, 35, encontram-se aguardando exames criminológicos ou o lapso temporal necessário para a progressão ao regime aberto.

Neste projeto surgiram também parcerias com empresas privadas, que, solidárias à questão da reintegração dos sentenciados, estão dispostas a empregá-los.



Folha	3108	do
Processo PR-036/1997		
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg. 10.923		

RELATÓRIO - 4º DISTRITO POLICIAL

GUILHERME MADI REZENDE E FERNANDA VARGUES MARTINS

Réu: **Alexandre Neves Moura (solto).**
 Processo: 050.01.014630-0 (Controle 336/01)
 Juízo: 30ª Vara Criminal.
 Acusação: Furto qualificado.
 Situação: O juiz negou pedido de liberdade provisória formulado pela Procuradoria de Assistência Judiciária e as alegações finais da defesa foram apresentadas. Está sendo aguardada a chegada do laudo de arrombamento, o qual poderá caracterizar ou não o furto qualificado. Após, os autos subirão para sentença. **O envio do laudo estava previsto para agosto, diante de tal fato requeremos a liberdade provisória para o réu, o pedido foi deferido e o alvará de soltura cumprido.**

Réu: **Carlos Fernando da Fonseca**
 Juízo: 28ª Vara Criminal
 Processo: 050.01.018225-0 (Controle 440/01)
 Acusação: Tentativa de furto qualificado.
 Situação: O réu possui outros três processos por furto, porém em um deles a pena já foi cumprida e ele não está preso pelos outros dois. O acusado permaneceu preso por mais de 100 dias e sequer foi realizada a audiência para oitiva das testemunhas de acusação.
 A audiência deveria ter ocorrido no dia 21 de junho, porém as testemunhas não compareceram. **Entramos com pedido de liberdade provisória em 22 de junho, que foi indeferido. Impetramos ordem de Habeas Corpus no Tribunal de Alçada Criminal, as informações já foram prestadas e o parecer da Procuradoria é pelo indeferimento da ordem. Autos aguardam distribuição.**

Réu: **Marcos César Figueiredo (solto)**
 Processo: 050.01.042102-5.
 Juízo: 30ª Vara Criminal.
 Acusação: Tentativa de furto.
 Situação: O réu é primário e foi preso em flagrante no dia 06 de junho. **Ingressamos com pedido de liberdade provisória em 22 de junho, o qual foi analisado juntamente com o recebimento da denúncia.**
Em 29 de junho, o pedido de liberdade provisória foi deferido e expediu-se o alvará de soltura que foi cumprido no dia seguinte. Réu já foi citado para audiência de suspensão do processo designada para o dia 21.08.01

Réu: **Reginaldo Luís dos Santos**
 Processo: Controle 160
 Juízo: 5ª Vara Criminal.
 Acusação: Furto



Situação: No dia 27 de junho os autos foram para o Ministério Público para alegações finais. **Apresentamos nossas alegações e os autos estão conclusos para sentença.**

Réu: **Windor Leite de Oliveira (solto)**

Processo: 050.01040421-0.

Juízo: 18ª Vara Criminal.

Acusação: Tentativa de furto qualificado.

Situação: O acusado é tecnicamente primário, pois tem um processo por homicídio em andamento. **Ingressamos com pedido de liberdade provisória em 22 de junho. No dia 27 de junho, o Ministério Público manifestou-se pelo seu indeferimento. Pedido foi indeferido. Em 31.07.01 o pedido de liberdade provisória foi reiterado e, desta vez, deferido.**

Folha nº. 3109 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Côrrea Alves
Reg. 10.923

MARIÂNGELA LOPES NEISTEIN

Réu: **Luiz Alberto Cerqueira César**

Processo: 06/01

Juízo: 20ª Vara Criminal

Acusação: Roubo qualificado

Situação: O réu é primário e foi condenado por roubo qualificado (art. 157, § 2º, I do CP) à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime fechado. A PAJ interpôs recurso de apelação em favor do acusado. O processo encontra-se na Procuradoria para parecer. Impetraremos ordem de *Habeas Corpus*, onde será requerido o direito de apelar em liberdade.

Réu: **Humberto Azevedo Pelegrino (solto)**

Juízo: 10ª Vara Criminal

Acusação: Tentativa de furto

Situação: **O acusado foi solto em 11 de julho após o pagamento da fiança.** Realizou-se audiência para oitiva das testemunhas de acusação e de defesa. Aguarda-se abertura de prazo para a apresentação das alegações finais. Estamos cuidando também do processo dele no Juizado Especial Criminal, foi marcada audiência preliminar para 1º de outubro às 13:00h (23ª Vara Criminal, acusação: contravenção de embriaguez).

ALEXANDRA LEBELSON SZAFIR E HELENA MALZONI ROMANACH

Réu: **Antônio Marcos Santos (solto)**

Processo: 050.00.058993-4 (controle 1359/00)

Juízo: 20ª Vara Criminal



Condenação: Roubo qualificado (Art. 157, § 2º, II do CP). Pena: 5 anos e 4 meses de reclusão em regime semi-aberto.

Situação: Apesar da condenação em regime semi-aberto, o sentenciado permaneceu preso na carceragem do 4º DISTRITO POLICIAL mais de 10 meses.

Impetramos ordem de Habeas Corpus com pedido de liminar no Tribunal de Alçada Criminal em 26 de junho (HC 390.126/9), requerendo a transferência do reeducando a estabelecimento destinado ao cumprimento da pena em regime semi-aberto ou, na ausência de vaga, para que aguardasse em regime aberto. A liminar foi concedida. O parecer foi pelo indeferimento, a ordem foi negada tendo em vista o surgimento de vaga no regime semi-aberto.

Réu: **Cícero Soares de Barros (solto)**

Processo: 050.01.010020-2 (controle 270/01)

Juízo: 16ª Vara Criminal

Condenação: Roubo (Art. 157, *caput* do CP). Pena: 4 anos de reclusão em regime semi-aberto.

Situação: Embora tenha sido condenado ao regime semi-aberto, o reeducando ficou preso na carceragem do 4º Distrito Policial mais de 4 meses.

Impetramos ordem de Habeas Corpus com pedido de liminar no Tribunal de Alçada Criminal em 26 de junho (HC 390.128/2), requerendo a transferência do reeducando a estabelecimento destinado ao cumprimento da pena em regime semi-aberto ou, na ausência de vaga, para que aguarde em regime mais brando e, no mérito, a modificação do regime inicial de cumprimento para o regime aberto. A liminar foi concedida. No dia 31.07 concederam parcialmente a ordem para que o reeducando aguarde sua vaga em regime aberto. Impetramos Habeas Corpus no Superior Tribunal de Justiça para discutir o regime inicial para o cumprimento da pena.

Folha nº. 3110	do
Processo PR.036/1997	
Sônia Maria Correa Alves	
Reg. 10.823	

Réu: **Marcos Antônio Marcelino (solto)**

Processo: 53.609/00

Juízo: 24ª Vara Criminal

Condenação: Roubo qualificado (Art. 157, § 2º, I e II do CP). Pena de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime fechado.

Situação: O juiz impôs ao condenado o regime fechado para cumprimento de pena, com base, unicamente, na gravidade abstrata do delito. **Impetramos ordem de Habeas Corpus no Tribunal de Alçada Criminal em 19 de julho, para modificar o regime inicial de cumprimento de pena para o semi-aberto. Foi concedida a ordem de Habeas Corpus não apenas modificar o regime para o semi-aberto, mas também para que o paciente aguarde sua vaga em regime aberto.**

Réu: **Rafael Everton da Silva (solto)**

Processo: 050.00.096880-3 (controle 1965/00)

Juízo: 11ª Vara Criminal

Condenação: Roubo (Art. 157, *caput* do CP). Pena: 4 anos de reclusão em regime semi-aberto.

Situação: Embora tenha sido condenado a cumprir pena em regime semi-aberto, o reeducando ficou preso no 4º DISTRITO POLICIAL mais de 6 meses.



Folha nº.	3111	do
Processo	PR-038/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg. 10.923		

Impetramos ordem de *Habeas Corpus* com pedido de liminar no Tribunal de Alçada Criminal em 25 de junho (HC 390.108/7), requerendo a transferência do reeducando a estabelecimento destinado ao regime semi-aberto ou, na ausência de vaga, para que aguarde em regime mais brando e, no mérito, a modificação do regime inicial de cumprimento para o regime aberto. A liminar foi concedida. O HC foi distribuído ao Juiz Di Rissio Barbosa e a ordem foi denegada pois a vaga no semi-aberto surgiu.

Réu: **Vanderval Aparecido Moraes**
Processo: 050.00.065651-8 (controle 1432)
Juízo: 17ª Vara Criminal
Condenação: Tentativa de furto qualificado (Art. 155, § 4º, I e IV c.c. art. 14, II, ambos do CP).
Pena: 2 anos de reclusão em regime fechado.
Situação: O réu, reincidente, permanece encarcerado no 4º Distrito Policial há mais de 10 meses em razão da condenação acima, a qual se deu de maneira ilegal, porquanto o juiz impôs-lhe o regime fechado para o início do cumprimento da pena unicamente em razão da reincidência, quando este tem direito ao semi-aberto. Ademais, incorreu em *bis in idem* na fixação da pena, pois considerou a mesma circunstância para elevar a pena-base acima do mínimo e, posteriormente, como agravante para elevá-la ainda mais. Por fim, deixou de aplicar a pena substitutiva do artigo 44, II, do Código Penal com justificativa ilegal. **Impetramos ordem de Habeas Corpus, que foi negada, diante disso impetramos novo Habeas Corpus perante o Superior Tribunal de Justiça.**

FLÁVIA RAHAL

Réu: **Evandro Gonçalves (solto)**
Processo: 1230/1999
Juízo: 23ª Vara Criminal
Condenação: 2 anos e 26 dias de reclusão em regime fechado.
Situação: Preso em flagrante em 15 de dezembro de 1999. **Impetramos Habeas Corpus no Tribunal de Alçada Criminal em 13 de julho de 2001 e, neste mesmo dia, foi concedida liminar determinando que o paciente fosse colocado em liberdade (HC 391.376/4). Posteriormente o ordem foi concedida, anulando-se a sentença de primeiro grau.**

AUGUSTO ARRUDA BOTELHO

Réu: **Eduardo Guimarães Pereira (solto)**
Situação: Alvará de soltura não cumprido em razão de suposta existência de outros mandados de prisão. Após pesquisa nos respectivos cartórios verificou-se que naqueles processos o réu havia sido absolvido e nada impedia sua soltura. Após a apresentação das referidas certidões ao delegado de polícia o réu foi solto.



Folha nº	3112	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	Alves	
Reg.	10.923	

Réu: **Leônidas Ribeiro Ortiz Condor (solto)**

Situação: Apesar de sua primariedade o réu permaneceu preso três meses em razão de furto simples, **após conversa com o promotor oficiante nos autos o Ministério Público propôs a aplicação da lei 9.099/95.**

ENTREVISTA

Vozes a favor dos réus

Advogados paulistas criam ONG para defender gratuitamente quem se considerar vítima de excessos da polícia, de promotores e da mídia

O advogado Márcio Thomaz Bastos associou-se a quatro companheiros de profissão para ampliar a floresta de siglas formada pelas organizações não-governamentais. Junto com Arnaldo Malheiros, Manuel Alceu Affonso Ferreira e Alberto Torón, fundou o Instituto de Defesa dos Direitos de Defesa (IDDD), entidade concebida para agir

contra excessos cometidos pela polícia, pelo Ministério Público, por CPIs ou pela imprensa contra acusados em processos criminais. Segundo os advogados, muitos réus condenados arbitrariamente pela mídia acabam absolvidos pela Justiça sem que, com isso, sejam reparadas as avarias provocadas por linchamentos morais. Nesta entrevista, Bastos resume os planos e sonhos da nova ONG.

PERFIL MÁRCIO THOMAZ BASTOS

■ Advogado criminalista

Tem 64 anos. Formou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, e começou a advogar em 1958

■ Ordem dos Advogados do Brasil

Presidiu a OAB de São Paulo e a seção nacional da OAB, em Brasília

■ Nos tribunais

Já participou de mais de 600 júris em sua carreira

INSPIRADOR DO IDDD
 Foi de Bastos a idéia de criar uma ONG para defender os direitos de defesa

ÉPOCA: O prefeito de São Paulo, Celso Pitta, ganha R\$ 6 mil por mês e tem gastos fixos com a família que ultrapassam R\$ 10 mil mensais. Pediu um empréstimo de R\$ 800 mil ao empresário Jorge Yunes, que já o dispensou de devolver o dinheiro. O IDDD defenderia um homem como Pitta?

Márcio Thomaz Bastos: Não. Pretendemos defender pessoas mais vulneráveis, desprovidas de qualquer possibilidade de recursos. Não é o caso de Celso Pitta.

ÉPOCA: E se o prefeito reiterasse que é injustiçado?

Bastos: A resposta é não.

ÉPOCA: Há alguém indefensável?

Bastos: Não. Todo mundo tem direito de defesa. E o advogado tem o direito e o dever de defender todo mundo.

ÉPOCA: Há um limite para isso?

Bastos: Eu tenho um limite. Não gosto de defender réus acusados de molestar ou matar crianças nem acusados de tortura. Também não defenderia alguém que acusasse Lula, do PT. A amizade é algo que preservo.

ÉPOCA: Deixar de defender alguém não é discriminação?

Bastos: Tenho certas características psicológicas que me impediriam de fazer uma boa defesa nesses casos. A indisposição prejudicaria o cliente.

ÉPOCA: Há uma onda de "denuncismo" no Brasil?

Bastos: Acho que há. Essa onda tem um lado positivo e outro negativo, que é a criação de uma cultura de desrespeito à presunção de inocência, princípio que está na base das sociedades civilizadas.

A pessoa só é culpada depois de provada a culpa. Ninguém tem de provar a inocência. Cabe ao Estado provar a culpa.

ÉPOCA: A Justiça é lenta e os prazos caducam com bastante frequência. Isso beneficia os culpados?



Bastos: Esse raciocínio leva à justificação do justiceiro. O remédio para a lentidão da Justiça não é transgredir e fazer desaparecer a presunção de inocência. O remédio para isso é o Estado cumprir o papel de investir na polícia e no Poder Judiciário. É preciso haver uma Justiça rápida, barata e mais próxima do povo.

ÉPOCA: A imprensa cumpre algum papel que o Estado não tem cumprido?

Bastos: A imprensa cumpre papel importante no Brasil. Temos um dever de gratidão enorme para com ela. Sem a imprensa, a ditadura, o impeachment do ex-presidente Fernando Collor e a campanha das Diretas não teriam sido o que foram. Mas ela precisa tomar consciência de que a imagem das pessoas, a presunção da inocência e o direito ao processo legal são valores tão nobres quanto a liberdade de imprensa.

ÉPOCA: Certas investigações só avançam graças ao trabalho da imprensa.

Bastos: É por isso que são cometidos verdadeiros assassinatos de imagem. Pessoas são canibalizadas antes de ter sua inocência comprovada. Criou-se no Brasil um tipo de simbiose entre a imprensa e uma categoria de autoridade-show, que procura mais a luz dos holofotes que a luz da verdade. Isso é ruim.

ÉPOCA: O senhor se refere ao Ministério Público?

Bastos: Incluo aí procuradores e delegados de polícia. O fortalecimento do Ministério Público é decisivo para a democracia, mas abusos são sempre ruins. Quando um promotor aparece na televisão para levantar suspeitas sobre pessoas que nem denunciou, presta um desserviço à democracia. Precisamos raciocinar sobre isso para criar um consenso cultural de que alguém só pode ser atingido pela mídia depois que se tenha avançado um pouco nos procedimentos.

O IDDD quer ocupar esse espaço. Sou favorável ao princípio da chamada Lei da Mordada, que tramita no Congresso. A lei pune autoridades que permitem a exposição pública de presos sob seu domínio. Os programas policiais populares fazem um terrível mal aos mais pobres. A falha é deixar de lado as Comissões Parlamentares de Inquérito. Era preciso normatizar também o abuso cometido por deputados e senadores.

ÉPOCA: O senhor é contrário às CPIs?

Bastos: A CPI do Narcotráfico, por exemplo, transgrediu todos os princípios que levam à verdade processual. Todas as CPIs que acompanhei, exceto a da Máfia dos Fiscais na Câmara de São Paulo, violaram direitos constitucionais. Seus componentes fazem discurso em vez de perguntas, entortam o encaminhamento das coisas, promovem prisões ilegais e acareação a respeito de nada ou intimidam testemunhas.

ÉPOCA: O IDDD vai combater as CPIs?

Bastos: A CPI é um instrumento importantíssimo para a democracia. Os advogados criminalistas que lutaram contra a ditadura querem é que esse papel benéfico ocorra sem abusos.

ÉPOCA: O senhor já teve vários clientes em CPIs?

Quando um promotor aparece na televisão para levantar suspeitas sobre pessoas que nem denunciou, ele presta um desserviço à democracia. (...) Isso é ruim e não serve à cidadania

Bastos: Tive. Em todas de que participei houve transgressão e falta de respeito aos direitos individuais.

ÉPOCA: Criminalistas são chamados de "advogados de picaretas". A expressão incomoda o senhor?

Bastos: Ela resulta de uma visão distorcida. Não sinto isso em relação a mim. O ofício de advogado criminal é difícil porque trata com pessoas acusadas. Elas estão no limite do desespero, no limite da legalidade e da ilegalidade.

ÉPOCA: O direito de defesa corre perigo?

Bastos: Acho que sim, mas o IDDD pretende lutar contra os abusos praticados por autoridades.

ÉPOCA: Qual é o pior desses abusos?

Bastos: É a prática que faz com que uma autoridade vá à TV, no começo de uma investigação, para comentar o caso. Uma pessoa que expõe na TV o próprio rosto para afirmar que alguém é suspeito de ter cometido um crime age como quem condena previamente. Pelo menos permite essa interpretação. Provoca danos profundos na imagem da pessoa, na auto-estima, no equilíbrio dos filhos. Ninguém se recupera disso.

ÉPOCA: O senhor não teme inibir a combatividade da imprensa?

Bastos: Nós queremos que a imprensa faça um controle de qualidade mais rigoroso. As autoridades que recebem informações sob sigilo e mandam para que vazem para a imprensa criam males terríveis. O sigilo só deve ser quebrado para que investigações sejam feitas.

ÉPOCA: No Brasil, os pobres têm direito de defesa?

Bastos: Pobre no Brasil tem má defesa. Uma defesa escassa e incompleta. O IDDD terá advogados para defender também gente dessa classe social. ■

HELÓ REINERT

Defesa do Direito de Defesa

Folha nº. 3115 do
Processo PR-036/1987
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.223

Um grupo de profissionais de São Paulo - envolvidos com a advocacia criminal, em sua maioria - acabam de fundar uma ONG: o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD). Três são os objetivos principais da nova instituição: (1) fazer advocacia gratuita, destinando horas profissionais àqueles que não podem pagar honorários (o que a maioria já faz de forma indisciplinada e assistemática), criando inclusive um banco de horas técnicas; (2) trabalhar através do estudo de casos em busca das melhores tecnologias de defesa criminal e (3) intervir e participar todas as vezes que o direito constitucional de ampla defesa for ferido ou estiver ameaçado, em qualquer situação ou instância.

Os fundadores entendem que o momento é adequado para a iniciativa e que o IDDD pode ser um importante instrumento de ação na luta pela implantação de uma democracia concreta e de massas em nosso país.

Nunca - a não ser em alguns períodos do regime ditatorial - se transgrediu tanto o direito de defesa. Temos uma Constituição generosa em matéria de enunciação de direitos: o contraditório, a presunção de inocência, a prova lícita, a assistência jurídica, a proteção da imagem e da intimidade, são preceitos insculpidos no artigo 5º do texto constitucional e que se encontram ali, por suposto, para serem cumpridos.

E na vida real, das CPIs aos programas de TV, o que se tem visto são advogados impedidos de defender, com palavra cassada, ameaçados de prisão; pessoas sem condenação, sendo escachadas e destruídas, em verdadeiros assassinatos de imagem pela mídia; uma vocalização perversa e demagógica a favor da pena de morte e, às vezes, mais que isso, do justicamento e da execução; a destruição do sistema do direito penal brasileiro pela promulgação de leis extravagantes, a pior das quais é a dos crimes hediondos.

Parece que se quer conjurar a tradição de violência e impunidade, signos sob os quais a sociedade brasileira viveu e vive - atropelando-se os direitos, canibalizando-se as imagens, destruindo reputações e construindo cenários que mais do que dificultar a aplicação adequada das leis - acabam por impedir a realização da justiça.

Na contra-mão do discurso em favor do endurecimento das normas penais - aquele que associa a questão da segurança pública à adoção de políticas de tolerância zero, às campanhas que incitam ao ódio e sugerem estampar no vidro do carro os dizeres "já fui assaltado" - o IDDD irá até o STF no resguardo das garantias individuais, procurando assegurar aos acusados marginalizados de tudo uma defesa de qualidade compatível com a noção de cidadania, capaz de interromper o círculo vicioso da criminalidade (crime - cadeia - crime).

É neste cenário que o IDDD acredita que tem um papel importante e específico a desempenhar, ao lado da OAB, do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), da Procuradoria de Assistência Judiciária, do Instituto Carioca de Criminologia, da Associação dos Juizes pela Democracia, ocupando um espaço progressista e de esquerda.

Márcio Thomaz Bastos, advogado criminal, foi Presidente da OAB-SP e da OAB nacional

id
dd

AV. REGISTRO FEDERAÇÃO JURÍDICA	
17 ABR 2001	422719
PROTOCOLO DE REGISTRO MEDEIRAS	

Instituto de Defesa do Direito de Defesa - iddd
CNPJ nº 03.983.611/0001-95

Folha nº. 3116 do
Processo nº 036/1997
Sônia Maria Alves Srrea Alves
Reg. 10.923

Ata de Assembléia Geral Extraordinária
Realizada em 12 de Março de 2.001

1. **DATA, HORA E LOCAL:** 12.03.2001, às 18:00 horas, na sede social, no Centro da Capital do Estado de São Paulo, na Av. Liberdade, nº 65, 11º andar. cj.1.101.
2. **MESA:** **DR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS** – Presidente do Conselho Deliberativo.
DR. ARNALDO MALHEIROS FILHO – Vice-Presidente do Conselho Deliberativo.
3. **CONVOCAÇÃO:** Convocação prévia, em 22/02/01, nos termos do Artigo 15, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social.
4. **PRESENÇA:** Totalidade dos sócios.
5. **ORDEM DO DIA:**
 - a) Deliberar sobre alteração estatutária;
 - b) Inclusão de novos associados; e
 - c) Outros assuntos de interesse da sociedade.
6. **DELIBERAÇÕES:**
 - 6.1 A Assembléia Geral, por votação unânime, aprovou a alteração do Estatuto Social do **Instituto de Defesa do Direito de Defesa - iddd**, denominada simplesmente **iddd**, nos termos da minuta apresentada aos sócios, com vistas a obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público perante o Ministério da Justiça. Nesse sentido, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes modificações no Estatuto Social:

6.1.1 Inclusão do Parágrafo único do Artigo 19, atribuindo ao Conselho Deliberativo competência para adoção das práticas necessárias e suficientes para coibir a obtenção, por qualquer sócio ou diretor ou conselheiro do Instituto, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação no processo decisório ou administrativo do instituto, passando, assim, o referido artigo 19 a apresentar a seguinte redação:

"Art. 19º O Conselho Deliberativo será composto por 09 (nove) associados, residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral. Os membros do Conselho elegerão, na primeira reunião do Conselho Deliberativo após a investidura nos respectivos cargos, um Presidente e um Vice-Presidente.

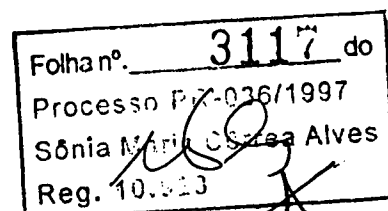
Parágrafo Único *Compete ao Conselho Deliberativo, além das atribuições fixadas no Artigo 20 deste Estatuto, adotar práticas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, por qualquer sócio ou diretor ou conselheiro do **iddd**, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no processo administrativo ou decisório do **iddd**."*

6.1.2 Inclusão do Parágrafo único do Artigo 24, atribuindo a Diretoria competência para adoção das práticas necessárias e suficientes para coibir a obtenção, por qualquer sócio ou diretor ou conselheiro do Instituto, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação no processo decisório ou administrativo do instituto, passando, assim, o referido artigo 24 a apresentar a seguinte redação:

6.1.3

"Art. 24 A Diretoria será composta por seis membros, associados ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho Deliberativo, sendo: um Diretor Presidente; um Diretor Vice-Presidente; um Diretor Jurídico; um Diretor Operacional; um Diretor Administrativo e um Diretor Financeiro.

Parágrafo Único *Compete a Diretoria, além das atribuições fixadas no Artigo 25 deste Estatuto, adotar práticas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, por qualquer sócio ou diretor ou conselheiro do **iddd**, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no processo administrativo ou decisório do **iddd**."*



6.1.3 Alteração do Artigo 32 do Estatuto, a fim de prever que a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo Instituto será realizada de acordo com o parágrafo único Art. 70 da Constituição. Em decorrência da referida deliberação, passa o Artigo 32 do Estatuto a apresentar a seguinte redação:

"Art. 32 O Balanço Geral contendo a prestação de contas deverá ser publicado em jornal de grande circulação, em especial no que se refere: (i) ao relatório das atividades desenvolvidas; (ii) as demonstrações financeiras; e (iii) ao recolhimento de tributos de natureza previdenciária (FGTS e INSS), que deverá ser demonstrado, mediante certidões negativas de débito.

Parágrafo 1º O Balanço Geral deverá se fazer acompanhar por relatórios de auditoria independente, se assim exigido pelas normas ou por autoridade competente, no que se refere ao emprego e aplicação de recursos eventualmente advindos de Termos de Parceria celebrados com o Poder Público.

Parágrafo 2º A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo IDDD será feita conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal."

Folha nº. **3118** do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

6.2 Tendo em vista a Reunião do Conselho Deliberativo realizada na presente data, foi aprovada a inclusão dos seguintes associados:

Indicados pela Dr. **Adriano Vanni**:

1. Roberto Podval, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 17.657.219, inscrito na OAB/SP sob nº 101.458 e no CPF sob nº 091.803.218 -01, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Bela Cintra, nº 1.343;

2. Sérgio Rosenthal, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 13.129.546 - 9, inscrito na OAB/SP sob nº 114.806 e no CPF sob nº 247.051.478 =98, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Senador Feijó, nº 115, 7º e 8º andares;

id
dd

REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS

17 ABR 2005

422719

PROTÓCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

Indicados pela Dra. **Aidê Carvalho Engholm Cardoso**

3. Leonardo Sica, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 24.917.075-9, inscrito na OAB/SP sob nº 146.104 e no CPF sob nº 265.532.808-60, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Alameda Ribeirão Preto nº 130 conj. 62;

4. Nilson Jacob, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 4.362.406, inscrito na OAB/SP sob nº 28.549 e no CPF sob nº 188.444.218-87, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na av. Brig. Luiz Antônio nº 1892, conj. 11;

5. Paulo Henrique Martins de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.528.322/4-RJ, inscrito na OAB/SP sob nº 78.747 e no CPF sob nº 347.692.007-06, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Dr. Plínio Barreto nº 95 apto C-1;

Indicados pela Dra. **Alexandra Lebelson Szafir**:

6. Antônio Scarance Fernandes, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.505.635, inscrito na OAB/SP sob nº 128.253 e no CPF sob nº 053.031.098-87, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Senador Paulo Egídio nº 72, conj 101/102;

7. Mariângela Lopes Neistein, advogada, casada, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 17.799.471, inscrita na OAB/SP sob nº 159.008 e no CPF sob nº 140.709.088-70, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Rua Senador Paulo Egídio nº 72, conj 101/102;

Folha nº **3119** do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Indicado pelo Dr. **Arnaldo Malheiros Filho**:

8. Ricardo Caldas de Camargo Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 9.302.544, inscrito na OAB/SP sob nº 89.058 e no CPF sob nº 055.471.858-84, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Almirante Pereira Guimarães nº 537;

Indicados por **Augusto de Arruda Botelho Neto**:

9. Alexandre Sinigália Camilo Pinto, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 19.491.489-6, inscrito na OAB/SP sob nº 131.587 e no CPF sob nº 136.542.318-47, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. São Luiz, 50 cj. 51-B;

10. Fernanda Vargues Martins, advogada, casada, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 20.542.942-5, inscrita na OAB/SP sob nº 137.974

Instituto de Defesa do Direito de Defesa

Avenida Liberdade, 65 - cj. 1101 - Cep 01503-000 - Centro - São Paulo

Fone/Fax: (11) 3107-1399

id
dd

DO REGISTRO PESSOAS JURÍDICAS	
17 ABR 1997	422719
MEDEIROS	

e no CPF sob nº 132.146.015-06, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Av. São Luiz, 50 cj. 51-B;

11. Guilherme Madi Rezende, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 19.276.817-7, inscrito na OAB/SP sob nº 137.976 e no CPF sob nº 176.095.238-95, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. São Luiz, 50 cj. 51-B;

12. Marcela Moreira Lopes, advogada, casada, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 22.455.035-3, inscrita na OAB/SP sob nº 155.251 e no CPF sob nº 259.197.518-35, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Av. São Luiz, 50 cj. 51-B;

Folha nº	3120	do
Processo PR-036/1997		
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg. 10.023		

Indicados pelo Dr. **Cláudio Demczuk Alencar**:

13. Aldo de Campos Costa, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 1.955.802-SSP/GO, inscrito na OAB/DF sob nº 16.296 e no CPF sob nº 781.948.571-04 residente e domiciliado na Capital do Distrito Federal no SCN, Q.5, Bloco "A", nº 50, sala 229;

14. Rodrigo Senzi Ribeiro de Mendonça, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 18.206.316-1, inscrito na OAB/SP sob o nº 162.093 e no CPF sob o nº 166.280.198-02, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Nestor Pestana nº 125, conj. 31;

15. Sérgio Eduardo Mendonça de Alvarenga, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 20.141.433-8, inscrito na OAB/SP sob o nº 125.822 e no CPF sob o nº 253.286.298-09, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Nestor Pestana nº 125, conj. 31;

Indicadas pela Dra. **Dora Marzo de Albuquerque Cavalcanti Cordani**:

16. Camila Lafetá Sesana, advogada, solteira, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 1.484.504/SSP-DF, inscrita na OAB/DF sob nº 13.380 e no CPF sob nº 647.784.101-06, residente e domiciliada na Capital do Distrito Federal no SCN Qd. 2, Bloco "D", Torre "A", sala 1125;

17. Paola Zanelato, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 9.369.914, inscrita na OAB/SP sob o nº 123.013 e no CPF sob o nº 130.189.048-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Nestor Pestana nº 125, conj. 31;

18. Roberta Cristina Ribeiro De Castro Queiroz, advogada, casada, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 1.643.621/SSP-DF, inscrita na OAB/DF sob nº 11.305 e no CPF sob nº 800.839.516-87, residente e domiciliada na Capital do Distrito Federal no SCN Qd. 2, Bloco "D", Torre "A", sala 1125;

Indicada pelo Dr. **Fábio De Campos Lilla**:

18. Marta Rodrigues de Assis Machado, brasileira, advogada, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 27.988.311-0, inscrita na OAB/SP sob nº 173.420 e no CPF sob nº 273.061.158-47, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Rua Capitão Guedes de Souza nº 85;

Indicados por **Fábio Tofic Simantob**:

20. André Torres Barker, brasileiro, solteiro, estudante, portador da cédula de identidade RG nº 27.608.036-1 e no inscrito na sob OAB/SP 97.191-E e no CPF sob nº 162.995.388-13, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade nº 65, conj 1302;

21. Elaine Angel Dias Cardoso, advogada, casada, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 18.784.839-7, inscrita na OAB/SP sob nº 130.664 e no CPF sob nº 662.557.188-75, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Av. São Luiz, 50 cj. 262;

22. Marina Dias Werneck de Souza, advogada, casada, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 20.300.500, inscrita na OAB/SP sob nº 157.282 e no CPF sob nº 289.009.738-27, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Av. São Luiz, 50 cj. 262;

Folha nº 3121 do
Processo PR-035/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Indicado pelo Dr. **José Paulo Moutinho Filho**:

23. Antônio Carlos Mendes, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG, inscrito na OAB/SP sob nº 28.436 e no CPF sob nº 074.127.038-20, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Pedroso Alvarenga nº 755, 7º andar;

Indicados pelo Dr. **Márcio Thomaz Bastos**:

24. Antônio Carlos De Almeida Castro, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 487.878/SSP-DF, inscrito na OAB/DF sob nº 4.107 e no CPF sob nº 185.314.901-20, residente e domiciliado na Capital do Distrito Federal no SCN Qd. 2, Bloco "D", Torre "A", sala 1125;

25. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.070.847, inscrito na OAB/SP sob o nº 23.183 e no CPF sob o nº 410.712.208-53, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Nestor Pestana nº 125, conj. 31;

26. José Carlos Dias, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 2.227.711, inscrito na OAB/SP sob nº 216.009 e no CPF sob nº 006.314.348-87, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. São Luiz, 50 cj. 262;

id
dd

REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS
17 ABR 1999 422719

6.3 Em decorrência das deliberações *supra* aprovou a alteração e consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA - iddd

ESTATUTO SOCIAL

Folha nº 3122 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto Social e Duração

Artigo 1º O INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA - iddd é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, regidos pelo presente estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo único Após cumpridos os requisitos legais de constituição, o iddd será uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma prevista na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, devendo obter reconhecimento e manter registro regular dessa qualificação junto ao Ministério da Justiça, nos termos do artigo 5º da lei *supra* referida, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

Artigo 2º O iddd tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Liberdade nº 65, 11º andar, conjunto 1101, Centro, CEP 01503-000, podendo abrir escritórios ou agências de representação em outras localidades do território nacional, mediante deliberação do Conselho Deliberativo.

Artigo 3º O objetivo do iddd será promover a defesa do direito de defesa, em sua dimensão mais ampla, nos termos definidos neste Estatuto. Para a consecução de seu objetivo, o iddd poderá, de forma direta ou indireta, por si ou por terceiros:

- (a) Difundir e fortalecer, por todos os meios ao seu alcance, a noção de que a defesa constitui um direito do cidadão, contribuindo para a conscientização da população quanto ao significado prático das garantias penais e processuais esculpidas no art. 5º da Constituição Federal, tais como a presunção de inocência, o contraditório e o devido processo legal;

Instituto de Defesa do Direito de Defesa

Avenida Liberdade, 65 - cj. 1101 - Cep 01503-000 - Centro - São Paulo

Fone/Fax: (11) 3107-1399

- (b) Promover estudos de casos polêmicos, já encerrados ou em andamento, e disseminar para a sociedade resultados encontrados, sempre com o escopo de analisar o tratamento dispensado ao direito de defesa não só pelo Poder Judiciário, como também pela classe dos advogados, pelo Ministério Público, pela imprensa, e pela opinião pública de modo geral;
- (c) Prestar assistência jurídica gratuita, através de seus associados inscritos na OAB, para acusados desprovidos de recursos financeiros, ou que, por motivos outros, não estejam conseguindo obter uma defesa de qualidade;
- (d) Combater a idéia de que no país reina a impunidade;
- (e) Empreender quaisquer outras atividades que julgue relevantes desde que compatíveis com o objetivo da entidade;
- (f) Promover quaisquer atos lícitos e compatíveis com o objeto do **iddd** e com os termos deste estatuto.

Parágrafo 1º

O **iddd** observará, em suas atividades, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência, de forma a alcançar seus objetivos com transparência e eficácia.

Parágrafo 2º

O **iddd** poderá utilizar quaisquer meios e/ou tomar quaisquer medidas consideradas eficazes e apropriadas pela Assembléia Geral, pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria, a fim de alcançar seu objetivo social.

Artigo 4º

O prazo de duração do **iddd** é indeterminado.

Folha nº **3123** do
Processo nº 0036/1997
Sônia Maria Alves
Reg. 10.113

CAPÍTULO II

Patrimônio Social

Artigo 5º

O patrimônio social e a manutenção do **iddd** são, respectivamente, constituídos e suportados por receitas oriundas de:

- (a) Contribuição anual dos associados;
- (b) Doações, legados, contribuições, direitos ou créditos originários de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira;
- (c) Acordos, convênios, prestação de serviços, publicações e impressões, bem como rendas provenientes de seus bens;

Parágrafo único Os associados poderão ser admitidos por indicação de qualquer Associado Fundador, mediante anuência aos termos deste estatuto, desde que sua entrada tenha sido aprovada cumulativamente pela Assembléia Geral e em reunião do Conselho Deliberativo.

Artigo 9º A Assembléia Geral poderá nomear Associados Beneméritos, de acordo com as condições estabelecidas neste artigo.

Parágrafo 1º Poderão ser nomeados Associados Beneméritos: (i) as pessoas físicas que promovam atividades relacionadas ao objeto do **iddd**; (ii) as pessoas jurídicas que realizem serviços relevantes relacionados à missão do **iddd**; (iii) as pessoas físicas ou jurídicas que façam contribuições relevantes para as atividades do **iddd**.

Parágrafo 2º O Conselho Deliberativo sugerirá à Assembléia Geral nomes de pessoas físicas ou jurídicas que poderão ser nomeados Beneméritos. A proposta será considerada aceita pela Assembléia Geral mediante deliberação favorável tomada por maioria simples de votos.

Artigo 10 Constitui-se direitos de todos os associados:

- (a) Comparecer e votar qualquer matéria submetida à Assembléia Geral;
- (b) Indicar representantes que exercerão direitos e obrigações por conta e ordem do associado, perante o **iddd**;
- (c) Votar, ser votado e indicar, dentre os associados, candidatos para ocupar cargos no **iddd**;
- (d) Participar de todas as atividades organizadas pelo **iddd**;
- (e) Fazer sugestões relacionadas ao objeto do **iddd** para o Conselho Deliberativo e para a Diretoria.

Artigo 11 São deveres de todos os associados:

- (a) Cooperar para a consecução do objeto do **iddd**, comparecendo a todas as Assembléias Gerais;
- (b) Cumprir e fazer cumprir este estatuto social;
- (c) Respeitar as decisões tomadas pela Assembléia Geral, pelo Conselho Deliberativo, pela Diretoria, e pelo Conselho Fiscal;
- (d) Apresentar comunicado por escrito ao Conselho Deliberativo, com trinta dias de antecedência, informando seu desligamento do **iddd**;

Folha nº 3125 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correia Alves
à apreciação da

- (e) Pagar contribuições determinadas pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o artigo 6º deste estatuto.

Artigo 12 A Assembléia Geral poderá, por maioria absoluta de votos, excluir qualquer associado em virtude de conduta ou procedimento não condizente com os princípios que norteiam as atividades sociais do **iddd**.

CAPÍTULO IV

Da Assembléia Geral

Folha nº **3126** do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correia Alves
Reg. 10.923

Artigo 13 A Assembléia Geral dos Associados, legalmente constituída, é o órgão supremo do **iddd**. A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo 1º Todos os associados do **iddd** poderão comparecer à Assembléia Geral, sendo-lhes assegurado o direito a um voto nas deliberações.

Parágrafo 2º Associado poderá ser representado na Assembléia Geral por outro associado ou por um representante, desde que a respectiva procuração tenha sido entregue na sede da entidade dois dias antes da realização da Assembléia Geral.

Parágrafo 3º O associado poderá enviar seu voto por carta registrada, fax ou e-mail, com comprovante de recebimento, desde que seja recebido na sede do **iddd** até o início da Assembléia Geral.

Artigo 14 A Assembléia Geral pode deliberar sobre qualquer matéria e tomar quaisquer decisões, incluindo, mas não se limitando a:

- (a) Matérias a ela submetidas pelo Conselho Deliberativo ou pelos associados;
- (b) Indicar, eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo;
- (c) Indicar, eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;
- (d) Examinar e aprovar as demonstrações financeiras, bem como os relatórios apresentados pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria;
- (e) Tomar quaisquer medidas necessárias para proteger os interesses do **iddd**, considerando o relatório do Conselho Fiscal;

- (f) Alterar e modificar o estatuto social;
- (g) Deliberar sobre a admissão de novos associados, após aprovação do Conselho Deliberativo;
- (h) Deliberar sobre a exclusão de associado, nos termos do artigo 12 do estatuto;
- (i) Deliberar sobre a participação do **iddd** em outras associações ou pessoas jurídicas, desde que com objetivos similares aos seus;
- (j) Aprovar as políticas e estratégias gerais do **iddd**, bem como seu plano operacional anual, conforme proposta do Conselho Deliberativo;
- (l) Aprovar a dissolução do **iddd** e deliberar sobre a liquidação de seu ativo;
- (m) Delegar ao Conselho Deliberativo decisões sobre qualquer matéria não expressamente prevista neste estatuto;
- (n) Autorizar aquisição, compra, venda, permuta, transferência ou qualquer forma de alienação de bens do **iddd**;
- (o) Autorizar constituição de garantias, hipotecas, ônus ou gravames de qualquer natureza sobre os ativos da entidade;
- (p) Indicar e destituir os auditores independentes.

Folha nº **3127** do
Processo nº 0036/1997
Sônia Maria Correia Alves

Artigo 15 As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente, por um membro do Conselho Deliberativo ou por um associado escolhido por maioria de votos dos presentes, nesta ordem. O Presidente da Assembléia Geral convocará um dos presentes para secretariá-lo.

Parágrafo 1º As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo por escrito, por meio de telegrama, carta registrada, fax, ou por publicação em jornal de grande circulação na Cidade de São Paulo, no qual constará a data, hora e ordem do dia.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral também poderá ser convocada por solicitação feita ao Presidente do Conselho Deliberativo, através da metade mais um dos associados, ou ainda, por qualquer um dos membros do Conselho Deliberativo, devendo constar da solicitação de convocação a ordem do dia sugerida. Recebida a solicitação, o Presidente do Conselho Deliberativo deverá providenciar a convocação, na forma prevista no *caput* deste artigo, realizando-se a Assembléia Geral no prazo de trinta dias.

[Handwritten signatures and initials]

Parágrafo 4º

A Assembléia Geral será instalada em primeira convocação com o *quorum* mínimo de 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos associados em dia com as suas contribuições. Caso tal *quorum* não seja obtido em primeira convocação, será feita nova convocação, com, no mínimo, cinco dias de antecedência, instalando-se a Assembléia Geral com qualquer número de presentes.

Parágrafo 5º

Sem prejuízo do disposto nos parágrafos precedentes, será considerada devidamente convocada a Assembléia Geral em que estiverem presentes a totalidade dos associados.

Parágrafo 6º

As deliberações da Assembléia Geral deverão constar de atas transcritas no livro próprio.

Artigo 16

As deliberações da Assembléia Geral deverão ser tomadas pelo voto favorável da maioria simples dos associados, cabendo ao Presidente da Assembléia Geral, no caso de empate, o voto de qualidade.

Folha nº. 3128 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.923

CAPÍTULO V

Da Administração

Seção I - Normas Gerais

Artigo 17

São órgãos de administração da entidade: (i) o Conselho Deliberativo; (ii) a Diretoria.

Artigo 18

São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação ao **iddd**, os atos dos membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo, bem assim os de procuradores ou empregados, que envolvam a entidade em obrigações relativas a negócios estranhos a seu objeto social, tais como empréstimos, fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal do responsável pela prática do ato.

Seção II - Conselho Deliberativo

Artigo 19

O Conselho Deliberativo será composto por 09 (nove) associados, residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral. Os membros do Conselho elegerão, na primeira reunião do Conselho Deliberativo após a investidura nos respectivos cargos, um Presidente e um Vice-Presidente.

Parágrafo Único

Compete ao Conselho Deliberativo, ~~além das atribuições~~ fixadas no Artigo 20 deste Estatuto, adotar práticas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, por qualquer sócio ou diretor ou conselheiro do **iddd**, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no processo administrativo ou decisório do **iddd**.

Folha nº 3129 do

Processo PE-036/1997

Sônia Maria Correa Alves

Reg. 10.923

Artigo 20

O Conselho Deliberativo terá os seguintes ~~deveres~~ e atribuições, incluindo, mas não se limitando a:

- (a) Estabelecer e orientar o desenvolvimento das atividades do **iddd**;
- (b) Elaborar e submeter à aprovação da Assembléia Geral, o plano operacional anual;
- (c) Elaborar e submeter à aprovação da Assembléia Geral, as políticas gerais, estratégias e planos para a consecução do objetivo da entidade;
- (d) Elaborar e submeter à Assembléia Geral, o relatório anual de atividades;
- (e) Indicar, eleger e destituir os membros da Diretoria;
- (f) Deliberar sobre a remuneração de diretores, que não será obrigatória, que somente será aprovada, de forma justificada, observando-se as disposições legais aplicáveis, a situação financeira da entidade e a remuneração média praticada no mercado local para funções semelhantes;
- (g) Apreciar e aprovar o balanço, os orçamentos e relatórios administrativos elaborados pelo Diretor Presidente;
- (h) Difundir a missão do **iddd** em fóruns nacionais e internacionais;
- (i) Aprovar a admissão de novos associados, *ad referendum* da Assembléia Geral;
- (j) Assegurar o cumprimento da legislação e das disposições deste estatuto;
- (l) Assegurar o cumprimento de todas as deliberações da Assembléia Geral e das resoluções do próprio Conselho Deliberativo;
- (m) Supervisionar os negócios desenvolvidos pela entidade, sempre objetivando o efetivo cumprimento do seu objeto social, sendo-lhe permitido, a qualquer tempo, o acesso aos livros e papéis da organização;
- (n) Propor à Assembléia Geral alterações e modificações do estatuto social;
- (o) Deliberar sobre assuntos não previstos no presente estatuto, com o posterior referendo da Assembléia Geral;

- (p) Decidir sobre a abertura de escritórios e agências de representação em outras localidades do país.

Artigo 21 O mandato do Conselho Deliberativo será de três anos, sendo permitida a reeleição por até dois períodos consecutivos. Os membros do Conselho Deliberativo deverão permanecer em seus cargos até a investidura de seus sucessores.

Folha nº 3130 do

Processo nº 003/1997

Julia Maria dos Santos Alves

Reg. 10.923

Parágrafo 1º Os membros do Conselho Deliberativo não receberão qualquer forma de remuneração.

Parágrafo 2º A posse dos membros do Conselho Deliberativo será efetuada mediante assinatura do termo no livro próprio, independentemente de caução.

Artigo 22 No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho Deliberativo, este será substituído pelo Vice-Presidente, que acumulará, interinamente, suas funções. No caso de ausência ou impedimento temporário dos demais membros do conselho Deliberativo, competirá ao próprio Conselho indicar, dentre os conselheiros, um substituto, que acumulará interinamente as funções do conselheiro ausente ou impedido.

Parágrafo 1º No caso de vacância de cargo no Conselho Deliberativo, proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo pela primeira Assembléia Geral que se realizar.

Parágrafo 2º Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do conselheiro que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por mais de trinta dias consecutivos, ou mais de noventa dias durante um exercício social, ainda que de forma alternada.

Artigo 23 As reuniões do Conselho Deliberativo deverão ser realizadas pelo menos uma vez ao ano, e sempre que os interesses do **iddd** assim o exigirem. As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, e, na sua ausência, pelo vice-presidente.

Parágrafo 1º As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, por escrito, por carta registrada ou fax, constando data, hora e ordem do dia.

Parágrafo 2º A convocação para a reunião do Conselho Deliberativo deverá ser enviada aos conselheiros com pelo menos dez dias de antecedência da data da realização da reunião.

Parágrafo 3º A reunião do conselho será instalada, em primeira convocação, com o *quorum* mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Deliberativo. Caso esse *quorum* não

seja obtido em primeira convocação, será efetuada uma segunda chamada, com pelo menos cinco dias de antecedência, e a reunião será instalada com qualquer número de presentes.

Parágrafo 4º

Sem prejuízo do disposto no parágrafo precedente, será considerada devidamente convocada a reunião em que estiver presente a totalidade dos membros do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 5º

As deliberações do Conselho Deliberativo serão registradas nos livros próprios, e serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente do Conselho, no caso de empate, o voto de qualidade.

Seção III - Diretoria

Folha nº **3131** do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Côrrea Alves
Reg. 10.223

Artigo 24

A Diretoria será composta por seis membros, associados ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho Deliberativo, sendo: um Diretor Presidente; um Diretor Vice-Presidente; um Diretor Jurídico; um Diretor Operacional; um Diretor Administrativo e um Diretor Financeiro.

Parágrafo Único

Compete a Diretoria, além das atribuições fixadas no Artigo 25 deste Estatuto, adotar práticas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, por qualquer sócio ou diretor ou conselheiro do IDDD, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no processo administrativo ou decisório do IDDD.

Artigo 25

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos necessários para este fim, observado o disposto no artigo 26 infra. Os poderes da Diretoria incluem, mas não é limitada, a:

- (a) Assegurar a observância da lei e deste estatuto, fazendo cumprir as deliberações aprovadas em Assembléias Gerais e pelo Conselho Deliberativo;
- (b) Elaborar o balanço geral da entidade, os orçamentos, as demonstrações financeiras e os relatórios administrativos a serem submetidos à aprovação do Poder Público, do Conselho Deliberativo, da Assembléia Geral, do Conselho Fiscal, e de qualquer cidadão que requeira seu exame nos termos do artigo 4º, inciso VII, alínea "b", da lei nº 9.790/99;
- (c) Administrar, gerenciar, supervisionar e coordenar as atividades do **iddd**;

- (d) Contratar equipe profissional de apoio para as operações da entidade;
- (e) Representar o **iddd**, ativa ou passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante terceiros, órgãos públicos ou autoridades federais, estaduais, municipais ou autárquicas, bem como perante agências governamentais, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, na forma prevista no artigo 26 deste estatuto;
- (f) Realizar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que envolvam obrigação ou responsabilidade do **iddd**, tais como: transações financeiras, contratos ou escrituras de qualquer espécie, cheques, endossos, ordens de compra, letras de câmbio, ordens bancárias, instrumentos de dívida geral, bem como qualquer outro ato necessário à administração das contas bancárias da entidade;
- (g) Indicar procuradores especiais do **iddd**, constituídos nos termos do artigo 26, 1º, alínea 'e', deste estatuto, devendo os respectivos mandatos especificar expressamente os poderes conferidos, contendo expressa vedação quanto à possibilidade de substabelecimento, e prazo de validade limitado a, no máximo, um ano.
- (h) As restrições contidas na letra (g) precedente, não se aplicarão quando as procurações forem outorgadas com a cláusula "ad juditia".

Folha nº 3132 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Lopes Alves
Reg. 10.923

Artigo 26

O **iddd** considerar-se-á obrigado quando representado:

- (a) Conjuntamente, pelo Diretor-Presidente e pelo Diretor Vice-Presidente;
- (b) Conjuntamente, por um Diretor e um procurador, constituído nos termos do artigo 26, 1º, alínea 'e', deste estatuto, de acordo com os poderes que lhe houverem sido conferidos no instrumento de mandato;
- (c) Isoladamente, por um Diretor ou procurador, constituído nos termos do artigo 26, 1º, alínea 'e', deste estatuto, de acordo com os poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato;

Parágrafo 1º

O **iddd** deverá, necessariamente, ser representado pelo Diretor-Presidente e pelo Diretor Vice-Presidente, nos seguintes atos:

- (a) Contratação de mútuos e financiamentos bancários em nome da entidade, com ou sem oferecimento de garantias, reais ou pessoais;
- (b) Celebração de contratos e assunção de obrigações de valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV, ou, na ausência deste, por qualquer índice oficialmente reconhecido, que reflita a desvalorização da moeda;

id
dd

4º REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS

17 ABR 1997 422719

PROTOCOLADO - MICROFILME
MEDEIROS

- (c) Aquisição, alienação, promessa de aquisição ou alienação e oneração, sob qualquer forma, de bens integrantes do ativo permanente e/ou direitos a ele relativos, inclusive, mas não se limitando, a imóveis, veículos e participações societárias;

- e) Constituição de procuradores.

Folha nº 3133 do
Processo PR-336/1997
Sônia Maria Corra Alves

Parágrafo 2º

A representação do **iddd** isoladamente por um Diretor ou procurador, com poderes específicos, é limitada aos seguintes atos:

- (a) Representação ativa e passiva da entidade, em Juízo e fora dele, perante autoridades administrativas, autárquicas e quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais; Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, agências e autarquias reguladoras e fiscalizadoras das atividades que compõem o objeto social, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos;
- (b) Representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos; admissão e dispensa de empregados, com assinatura da documentação pertinente, inclusive a do FGTS;
- (c) Endosso de cheques e outros títulos de crédito, especificamente para fins de depósito em conta do **iddd**, ou desconto perante instituição financeira.

Artigo 27

No caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor-Presidente, será ele substituído pelo Vice-Presidente, que acumulará, interinamente, suas funções, ou, na ausência deste último, pelo Vice-Presidente do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 1º

Ocorrendo vaga no cargo de Diretor-Presidente ou Diretor Vice-Presidente, será imediatamente convocada a Assembléia Geral para eleger o substituto que deverá cumprir o mandato do diretor substituído.

Parágrafo 2º

Ocorrendo vaga no cargo de qualquer diretor que não o Diretor-Presidente ou o Diretor Vice-Presidente, será ele substituído pelo Diretor-Presidente, cumulativamente, até o final do mandato, sem prejuízo de, por deliberação da Assembléia Geral, ser eleito um novo diretor para a vaga aberta.

id
dd

1º REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS
17 ABR 1997 422719

Parágrafo 3º

Além dos casos de morte ou renúncia, ~~considerar-se-á vago o~~
cargo de Diretor-Presidente se, sem justa causa, deixar ele de
exercer suas funções por trinta dias consecutivos.

Folha nº 3134 do
Processo nº 036/1997
Sônia de Córrea Alves
Reg. 10.923

CAPÍTULO VI

Do Conselho Fiscal

Artigo 28

O iddd terá um Conselho Fiscal, em caráter permanente, composto por três membros efetivos e iguais número de suplentes, todos eleitos em Assembléia Geral.

Parágrafo único

Aos membros do Conselho Fiscal não será atribuída qualquer remuneração.

Artigo 29

Compete ao Conselho Fiscal, na forma do artigo 4º, inciso III, da lei nº 9.790, de 23 de março de 1.999:

- (a) Fiscalizar os atos do Conselho Deliberativo e da Diretoria do iddd, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- (b) Opinar sobre o relatório anual apresentado pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembléia Geral;
- (c) Examinar as demonstrações financeiras e contábeis do exercício social, as operações patrimoniais realizadas, e sobre elas opinar;
- (c) Apresentar à Assembléia Geral quaisquer outras matérias que entenda necessário.

CAPÍTULO VII

Do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras

Artigo 30

O exercício social terá início no dia primeiro de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 31

Ao fim de cada exercício social, será levantado o Balanço Geral, elaboradas as demonstrações financeiras e preparados os relatórios do Conselho Deliberativo e da Diretoria, referentes às importâncias recebidas e

id
dd

REGISTRO
FISCAL JURÍDICAS
17 ABR 1997 422719

despendidas pelo **iddd** no decorrer do exercício, ~~que serão submetidas à~~ apreciação da Assembléia Geral Ordinária e do Conselho Fiscal **MEDEIROS**

Parágrafo 1º As demonstrações financeiras e os relatórios referentes a cada exercício social serão apresentadas à Assembléia Geral e a qualquer cidadão ou entidade que o solicitar.

Parágrafo 2º As demonstrações das contas do Balanço Geral deverão observar amplamente os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

Artigo 32 O Balanço Geral contendo a prestação de contas deverá ser publicado em jornal de grande circulação, em especial no que se refere: (i) ao relatório das atividades desenvolvidas; (ii) as demonstrações financeiras; e (iii) ao recolhimento de tributos de natureza previdenciária (FGTS e INSS), que deverá ser demonstrado, mediante certidões negativas de débito.

Parágrafo 1º O Balanço Geral deverá se fazer acompanhar por relatórios de auditoria independente, se assim exigido pelas normas ou por autoridade competente, no que se refere ao emprego e aplicação de recursos eventualmente advindos de Termos de Parceria celebrados com o Poder Público.

Parágrafo 2º A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo **iddd** será feita conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Folha nº. 3135 do
Processo PR-003/1997
Sônia Maria ~~de~~ **Alves**
Reg. 10.823

Artigo 33 O **iddd** não distribuirá dividendos de qualquer espécie, nem qualquer excedente operacional ou parcela de patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação de resultados, quer a seus administradores, conselheiros, mantenedores, associados, empregados ou prestadores de serviços, sendo vedada, ainda, a concessão de quaisquer vantagens às pessoas aqui mencionadas, sob qualquer forma ou pretexto.

Artigo 34 O **iddd** será dissolvido tornando-se impossível a continuação de suas atividades, de acordo com deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo único A Assembléia Geral que aprovar a dissolução da entidade deverá indicar o modo pelo qual se fará a liquidação e nomear o seu liquidante, que exercerá suas funções até a extinção da sociedade.

id
dd

REGISTRO
FISCAL JURÍDICAS
17 ABR 2001 422719

Artigo 35 Após a dissolução do iddd, seu patrimônio social será distribuído, a critério exclusivo da Assembleia Geral, para entidades legalmente constituídas, que tenham objetivos iguais ou similares aos seus, e cujos princípios se identifiquem com os da entidade dissolvida.

Artigo 36 Caso o iddd venha a perder o registro como Organização da Sociedade Civil de Interesse público, nos termos da Lei nº 9.790/99, o acervo patrimonial formado ou adquirido com os recursos públicos durante o período em que tiver perdurado tal qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica com aquela qualificação, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Artigo 37 Todos os endereços ou dados de associados incluídos neste instrumento ou em futura alteração deste estatuto, serão válidos para o propósito de enviar informações, avisos ou notificações.

Artigo 38 Os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, da Diretoria, bem como os associados, não respondem pessoalmente, ou com seus próprios bens, seja solidária seja subsidiariamente, pelas obrigações ou compromissos assumidos pelo iddd.

Artigo 39 O presente estatuto social somente poderá ser alterado por instrumento escrito, obedecidas as regras aqui inseridas.

Artigo 40 Caso qualquer artigo, parágrafo ou disposição deste estatuto venha a ser julgado ilegal, inválido ou ineficaz, por qualquer razão, tal ilegalidade ou ineficácia não afetará outro artigo, parágrafo ou disposição, devendo os associados se esforçar para substituir a disposição inválida, nula ou ineficaz, pela que melhor corresponda a intenção dos associados e aos objetivos do iddd.

Artigo 41 Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da legislação vigente.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi a palavra franqueada a quem dela quisesse fazer uso, verificando-se a ausência de qualquer manifestação. A seguir, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e aprovada por todos que a assinam.

São Paulo, 12 de março de 2001

Folha nº 3136 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.613

Márcio Thomaz Bastos

id
dd

IN REGISTRO	
PESSOAS JURÍDICAS	
17 ABR 1997	422719
PROTOCOLADO EM 11/04/97	
MEDEIROS	

Dora M. de A. Cavalcanti Cordani

Sônia Cochrane Ráo

Folha nº 3137 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Manuela Portugal Villa
Secretária

CONSELHO DELIBERATIVO

Márcio Thomaz Bastos
Presidente

Arnaldo Malheiros Filho
Vice-Presidente

Fábio de Campos Lilla
Conselheiro

Flávia Rahal Bressan Pereira
Conselheira

José Diogo Bastos Neto
Conselheiro

Leônidas Ribeiro Scholtz
Conselheiro

Luiz Fernando Sá e Souza Pacheco
Conselheiro

Marcos Ricardo Chiaparini
Conselheiro

Sônia Cochrane Ráo
Conselheira

id
del

1º REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS

17 ABR 1997 422719

PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

CONSELHO FISCAL

Carlos Leal Villa
Membro Efetivo

Folha nº. 3138 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.023

Luciano Vitor Engholm Cardoso
Membro Efetivo

Eduardo Sechi Munhoz
Membro Efetivo

Adriano Salles Vanni
Suplente

Cláudio Demczuk de Alencar
Suplente

Fernando Eugênio B. Oliveira Menezes
Suplente

ASSOCIADOS FUNDADORES

1. **Adriano Salles Vanni**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 13.348.899, inscrito na OAB/SP sob nº 104.973 e no CPF sob nº 036.195.848-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade, nº 65, conj. 603;

2. **Aidê Carvalho Engholm Cardoso**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 4.871.580-SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 77.330 e no CPF sob nº 391.313.358-53, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Rua Rafael de Barros nº 387, apto. 21;

3. **Alberto Zacharias Toron**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 7.446.338, inscrito na OAB/SP sob nº 65.371 e no CPF sob nº 054.021.528-70, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade, nº 65, conj. 803;

id
dd

REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS
17 ABR 1997 422719

PROTOCOLADO
MEDIANTE

4. **Alexandra Lebelson Szafir**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 6.291.251, inscrita na OAB/SP sob nº 128.582 e no CPF sob nº 136.442.298-05, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade nº 65, conj. 803;

5. **Américo Lourenço Masset Lacômbé**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 4.214.600, inscrito na OAB/SP sob nº 24.923 e no CPF sob nº 483.078.238-20 residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Amaral Gurgel nº 447, conj. 61;

6. **Arnaldo Malheiros Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.843.972, inscrito na OAB/SP sob nº 28.454 e no CPF sob nº 269.218.478-53, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Almirante Pereira Guimarães nº 537;

7. **Augusto de Arruda Botelho Neto**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da cédula de identidade RG nº 27.608.036-1, inscrito na OAB/SP sob o nº 100.840-E e no CPF sob nº 278.882.098-40, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Lourenço Castanho nº 37;

Folha nº 3139 do

8. **Camila Guerra Figueiredo Soldá**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 18.501.576, inscrita na OAB/SP sob nº 130.293 e no CPF sob nº 246.462.418-70, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade nº 65, conj. 304;

Processo PR-036/1997

Unia Faria Guerra Alves

9. **Cláudio Demczuk de Alencar**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 1.332.564, inscrito na OAB/SP sob nº e no CPF sob nº 762.901.151-20, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade, nº 65, conj. 1302;

10. **Dora Marzo de Albuquerque Cavalcanti Cordani**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 16.610.290-8, inscrita na OAB/SP sob nº 131.054 e no CPF sob nº 170.773.728-20, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Rua Alameda Ministro Rocha Azevedo nº 1368, apto 52;

11. **Edson Junji Torihara**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 16.219.936, inscrito na OAB/SP sob nº 119.762 e no CPF sob nº 139.185.418-78, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade, nº 65, conj. 803;

12. **Fábio de Campos Lilla**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.092.751, inscrita na OAB/SP sob nº 25.284 e no CPF sob o nº 384.989.878-49, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Av. Brig. Faria Lima nº 1744, 6º andar;

13. **Fernando Eugênio D' Oliveira Menezes**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 1.968.669, inscrito na OAB/SP sob nº 17.771 e no CPF sob nº 002.692.808-63, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Iaiá, nº 150;

14. **Fábio Toffe Simantob**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da cédula de identidade RG nº 28.955.756-2, inscrita no CPF sob o nº 302.311.538-99, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Alameda Tietê nº 312, apto 83.

15. **Flávia Rahal Bresser Pereira**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 17.033.306, inscrita na OAB/SP sob nº 118.584 e no CPF sob o nº 136.455.718-50, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Rua Almirante Pereira Guimarães nº 537;

16. **Hamilton Tearuki Mitsumune**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 21.610.454, inscrito na OAB/SP sob nº 130.572 e no CPF sob o nº 157.338.168-30, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade, nº 65, conj 1601;

17. **José Diogo Bastos Neto**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 8.210.054, inscrito na OAB/SP sob nº 84.209/B e no CPF sob nº 715.199.987-91, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Alameda Lorena, nº 1151, apto 81;

18. **José Paulo Moutinho Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 4.649.546, inscrito na OAB/SP sob nº 58.739 e no CPF sob nº 672.514.988-04, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Dom Paulo Pedroso, nº 61, 8º andar;

Folha nº 3140 do
Processo PR-036/1997

19. **Leônidas Ribeiro Scholz**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 14.193.222, inscrito na OAB/SP sob nº 85536, e no CPF sob nº 053.204.318-99, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade, nº 65, conj 1601;

20. **Lia Jacinto Carranca**, brasileira, solteira, estudante, portadora da cédula de identidade RG nº 28.891.560-4, inscrita na OAB/SP sob nº 93.039-E, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Rua Alameda Franca, nº 121, apto 121;

21. **Luiz Fernando Sá e Souza Pacheco**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 22.834.319-7, inscrito na OAB/SP sob nº 146.449 e no CPF sob nº 252.876.957-02, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade, nº 65 conj. 1302;

22. **Luís Francisco da Silva Carvalho Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 6.335.645, inscrito na OAB/SP sob nº 63.600, e no CPF sob o nº 035.337.368-06, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. São Luiz nº 50, conj. 262;

23. **Luiz Guilherme Martins Vieira**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 045.555.255, inscrito na OAB/SP sob nº 160.681/A e no CPF sob nº 629.059.377-34, residente e domiciliado na Capital do Estado do Rio de Janeiro na Rua Treze de Maio, nº 33, bloco A, conj. 809;

24. **Manuel Alceu Affonso Ferreira**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 2.782.212, inscrito na OAB/SP sob nº 20.688 e no CPF sob nº 005.667.218-72, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Feliciano Maia, nº 145;

25. **Manuela Portugal Villa**, advogada, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 35.118.020-5, inscrita na OAB/BA 13.981, CPF sob nº 365.267.895-87, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Alameda Ministro Rocha Azevedo nº 1271, apto 21;

26. **Márcio Thomaz Bastos**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 1.853.638, inscrito na OAB/SP sob nº 11.273 e no CPF sob nº 023.379.838-20, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Alameda Ministro Rocha Azevedo nº 726, apto. 131;

27. **Marcela de Castro Bastos Cimatti**, brasileira, casada, administradora de empresa, portadora da cédula de identidade RG nº 15.595.599-8, e no CPF sob nº 254.373.558-58, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Rua Presidente Prudente nº 62, 5º andar;

28. **Marcos Ricardo Chiaparrani**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 4.641.459, inscrito na OAB/SP sob nº 50.481 e no CPF sob nº 674.563.678-68, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua do Tesouro, nº 23, 12º andar;

29. **Maria Leonor de Castro Bastos**, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade RG nº 2.426.883 e no CPF sob nº 023.379.918-49, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Rua Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 726;

30. **Mauro Pereira Lopes**, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG nº 296.001, inscrito no CPF sob nº 063.584.448/67 e no OAB sob nº 17.534, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Alameda Tietê, 225, apto 121;

31. **Miguel Reale Junior**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.004.424, inscrito na OAB/SP sob nº 21135 e no CPF sob nº 020.676.928-87, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Nove de Julho nº 3147, 6º andar;

32. **Paula Brandão Sion**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 18.561.469-3, inscrita na OAB/SP sob nº 169.064 e no CPF sob nº 295.021.748-60, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Praça João Mendes nº 42, conj. 106;

33. **Paulo Eduardo Soldá**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 19.276.857, inscrito na OAB/SP sob nº 127.589 e no CPF sob nº 261.053.828-63, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade, nº 65, conj 1601;

34. **Sandro Cimatti**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 8.191.689 e no CPF sob nº 072.631.178-27, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Presidente Prudente nº 62, 5º andar;

35. **Sergei Cobra Arbex**, brasileiro, solteiro, advogado, portadora da cédula de identidade RG nº 20.972.233, inscrito na OAB/SP sob nº 141.378 e no CPF sob nº 203.838.885-09, residente e domiciliado na Rua Nove de Julho nº 220;

36. **Sônia Cochrane Ráo**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 7.409.826, inscrita na OAB/SP sob nº 80.843 e no CPF sob nº 029.566.018-06, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Av. Liberdade, nº 65, conj 130.

Folha 3141 do
Proc. 000.036/1997
Sônia Cochrane Ráo Alvega

id
dd

2º REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS

17 ABR 1997 422719

PROTOCOLADO EM 17/03/97
MEDEIROS

São Paulo, 12 de março de 2001

Fórm. nº 3142 do

Processo nº 036/1997

Aide Carvalho Engholm Cardoso Côrrea Alves
leg. 10.928

Adriano Salles Vanni

Alberto Zacarias Toron

Américo Lourenço Masset-Lacombe

Augusto de Arruda Botelho Neto

Claudio Demczuk de Alencar

Edson Junji Tanihara

Fábio Tofic Simantob

Flavia Rahal Bresser Pereira

José Diogo Bastos Neto

Leônidas Ribeiro Scholz

Luiz Fernando Sá e Souza Pacheco

Luís Guilherme Martins Vieira

Manuela Portugal Villa

Marcela de Castro Bastos Cimatti

Alexandra Lebelson Szafir

Arnaldo Malheiros Filho

Camila Guerra Figueiredo Soldá

Dora Marzo de Albuquerque Cavalcanti Cordani

Fábio de Campos Lilla

Fernando Eugênio D'Oliveira Menezes

Hamilton Tearuki Mitsumume

José Paulo Moutinho Filho

Lia Jacinto Carranca

Luís Francisco da Silva Carvalho Filho

Manuel Alceu Afonso Ferreira

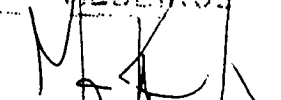
Márcio Thomas Bastos

Marcos Ricardo Chiaparrani

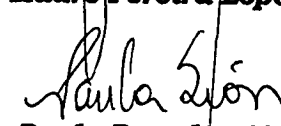
id
dd

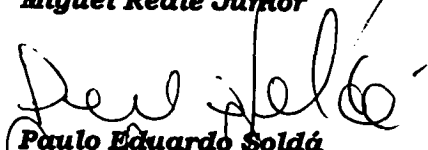
4º REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS
17 ABR 2001 422719
PROTOCOLADO EM FILME
MEDEIROS


Maria Leonor de Castro Bastos

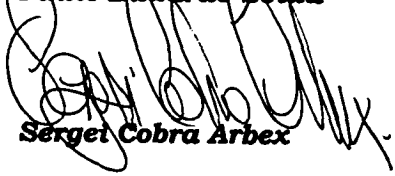

Mauro Pereira Lopes


Miguel Reale Junior


Paula Brandão Sion


Paulo Eduardo Soldá

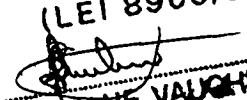

Sandro Cimatti


Sergei Cobra Arbex


Sônia Cochrane Ráo

Folham: 3143 do
Processo 00-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

VISTO
(LEI 8906/94)


BELNICE JANE VAUGHN S. RUBIM
OAB-SP 127.990 - CIC 254.288.848-51



4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica

Rua Dr. Miguel Couto, 44 - São Paulo

Tel.: 239-0033 - CEP 01008-010 - Centro

Protocolado e registrado, em
microfilme sob nº 422719
Averbado no registro primitivo nº 408974/00

Emol.: 68,77
Estado(32%): 22,00
Ipesp(20%): 13,75
TOTAL: 104,52

SELOS E TAXAS RECOLHIDOS POR VERBA

São Paulo, 17 ABR 2001

Escrevente Autorizado

PJ58119

10-D



Cidadania, solidariedade e inclusão social.

Comitê Betinho dos Funcionários do Banespa

PRÊMIO BETINHO 2001

Folha nº	3144	de
Processo PR-036/1997		
Sônia Maria Correa Alve		
Reg. 10.923		

NOME: COMITÊ BANESPIANO – AÇÃO DA CIDADANIA PELA GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E PROFISSIONALIZAÇÃO, CONTRA A FOME E A MISÉRIA

NOME FANTASIA: COMITÊ BETINHO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANESPA (desde 1997), em homenagem ao sociólogo Hebert de Souza, quando de seu falecimento.

CNPJ: 023.368.848/0001-11

FUNDAÇÃO: novembro/93

ENDEREÇO: Rua Boa Vista, 209 – 7º andar – CEP 01014-914

CONTATOS: (0**11)3249-7147 com José Roberto Vieira Barboza e/ou (0**11) 3188-5258 com José Osmar Boldo

E-MAIL: jbarboza@banespa.com.br e jboldo@spbancarios.com.br

1 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Fundado em novembro/93, sob inspiração da Ação da Cidadania, popularizada como “Campanha Contra a Fome”, idealizada pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho.

Mensalmente, atendemos entidades sociais, destinando recursos para projetos de **profissionalização, geração de renda e educação. Distribuímos também cestas básicas a entidades cadastradas. Incrementamos a distribuição de alimentos na Campanha Natal Sem Fome (neste ano faremos coleta de brinquedos, denominando a Campanha como Natal Sem Fome e com Brinquedos). Promovemos eventos relacionados à campanha de prevenção ao uso de drogas e divulgamos atividades relacionadas ao Terceiro Setor.**

Desenvolvemos as campanhas emergenciais: **SOS Vale do Ribeira**, em 1997, e **SOS Nordeste**, em 1998, 1999 e 2001.

Promovemos, anualmente, **feiras comunitárias** incentivando cooperativas e micro-produtores a venderem produtos de sua fabricação.

Debatemos, por meio de nossos informativos, **temas de conscientização e cidadania.**

“Mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe.”
(Confúcio)



Cidadania, solidariedade e inclusão social.

Comitê Betinho dos Funcionários do Banespa

PROFISSIONALIZAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Folha nº. 3145	do
Processo PR-036/1997	
Unia Maria Corrêa Alve	
Reg. 10.923	

Todo o apoio às entidades que promovem o trabalho de inclusão social é significativo, porém existem algumas iniciativas que merecem destaque:

- 1) cidadania carcerária:** desenvolvemos trabalho de reinclusão com ONGs e Poder Público:
 - a) ACORDE – Associação Cristo Liberdade Plena, em 2000 – atende ex-presidiárias – apoio: curso de cabeleireira e manicura;
 - b) APAC – Associação de Proteção e Assistência Carcerária, em 2000 – construção de prédio com salas para cursos e para aulas e;
 - c) Penitenciária Feminina do Carandiru, em 2001 – instalação de Escola de Informática.
- 2) em defesa do meio-ambiente:**
 - a) ACOLULI – Associação de Coleta Seletiva do Luxo do Lixo, em 1994, 1997 e 1998 – apoio: aquisição de equipamentos, matéria-prima e pagamento de salário.
 - b) COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, em 1996 – apoio: construção de uma guarita de segurança.
 - c) COORPEL – Cooperativa dos Recicladores de Papel, Papelão e Outros Materiais Reaproveitáveis, em 2000 – Apoio: na construção da sede da entidade.
 - d) Entidade Ambientalista Olhos da Mata, em 2000 – apoio: doação de microcomputador e equipamentos para turismo ecológico.
 - e) IRA – Instituto de Reciclagem de Adolescentes, em 1998 e em 2000 – apoio: ampliação da oficina e de equipamentos para reciclagem de papel.
- 3) trabalho como moradores de rua: (adultos e crianças):**
 - a) Abrigo Taiguara, em 1997 e 1998 – apoio: curso de eletricidade.
 - b) Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região da Sé – Pastoral do Menor, em 1995 e 1996 – apoio: oficina de bijuteria, lanches e curso de datilografia.
 - c) Centro Social Dr. Manuel Tertuliano Cerqueira, em 2001 – apoio: cursos de informática e corte e costura.
 - d) CROPH – Coordenação Regional de Obras de Promoção Humana, em 1998 – apoio: instalação de oficina de marcenaria..
 - e) Fraternidade Povo da Rua, em 1994 e 1995 – apoio: instalação de diversas oficinas.
 - f) Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, em 1996 – apoio: instalação de oficina de artesanato.

**"Mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe."
(Confúcio)**



Cidadania, solidariedade e inclusão social.

Comitê Betinho dos Funcionários do Banespa

Folha nº	3146	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg.	10.023	

4) pesquisa sobre a exclusão social:

- a) Mapa da Exclusão Social de São Paulo, em 1995 e 1997.

Apoio: remuneração de pesquisadores.

5) trabalho com doentes mentais/portadores de necessidades especiais, através necessidades utilizando-se da laborterapia

- a) Associação 18 de Maio, em 1995 e 2000 (doentes mentais);
- b) Associação Franco Basaglia, em 1997 (doentes mentais);
- c) OAT – Oficina Abrigada do Trabalho, em 2000 (portadores de necessidades especiais).
- d) A Alternativa – Associação de Assistência ao Excepcional, em 1998 (portadores de necessidades especiais).

Desde 1994 iniciamos o apoio a projetos de profissionalização e geração de renda, consoante proposta da Ação da Cidadania, que tinha no combate à fome um primeiro estágio. A partir de então, tal prática tornou-se prioridade para o Comitê. Adotamos a máxima de Confúcio: "Mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe", ainda atual, pois existem entidades que continuam trabalhando apenas com cestas básicas, o que acaba acomodando as pessoas e criando dependência.

Financiamos projetos a fundo perdido, repassando anualmente R\$ 5 mil (cinco mil reais) por entidade, que para receber apoio são visitadas por representantes do Comitê. Comissão com 3 pessoas analisa os projetos, definindo ou não o patrocínio.

Até outubro/2001 atendemos 151 projetos, atendendo 101 entidades, repassando R\$ 533.788,00. É imensa a gama de oficinas/projetos adotados: escolas de informática, padarias comunitárias, oficinas de reciclagem de papel, de reciclagem de lixo, de corte e costura, de calçados, de eletricidade, de artesanato e bijuteria, de *silkscreen*, de solda, de marcenaria, de encadernação, e de fabricação de fralda. Cursos profissionalizantes: de alimentação, confeiteiro e padeiro, de pedreiro, de encanador, de músico, de apicultor, de cabeleireiro e manicura, de telefonia e de jardinagem. Alugamos pontos comerciais para a entidade. Na área da educação apoiamos cursos de formação de agente comunitário de saúde, de mediadores de leitura, de inglês. Remuneramos pesquisadores dos projetos Mapa da Exclusão Social de São Paulo e do Projeto Banco do Povo.

Classificamos a campanha SOS NORDESTE como profissionalização e geração de trabalho e renda, pois os recursos foram aplicados em medidas estruturadoras que possibilitaram a permanência e a subsistência de agricultores em seus locais, dando-lhes oportunidade de trabalho, evitando-se, assim, o drama da migração.

CESTAS BÁSICAS

Distribuímos periodicamente cestas básicas de 209 quilos cada uma, a entidades cadastradas (temos mais de 100), que atendemos por meio de rodízio. Até o momento, acumulamos a distribuição de 441 mil (quatrocentos e quarenta e um mil) quilos de alimentos. Investimos R\$ 365.874,00.

"Mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe."
(Confúcio)



Cidadania, solidariedade e inclusão social.

Comitê Betinho dos Funcionários do Banespa

Folha nº. 3147	do
Processo PR-036/1997	
Jônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

FEIRAS COMUNITÁRIAS

Realizamos quatro feiras comunitárias nas dependências do Banespa, onde entidades expuseram e venderam produtos de sua fabricação. Sentimos a importância que as mesmas deram a esses eventos, independentemente do valor auferido, pois valorizaram a oportunidade de estarem apresentando seu trabalho, pois é grande a dificuldade de escoarem sua produção.

SOS VALE DO RIBEIRA

Em fevereiro/97, fizemos campanha junto aos funcionários e clientes em apoio às vítimas da enchente. Repassamos R\$ 3.013,00, destinando 3.329 quilos de alimentos.

NATAL SEM FOME

Anualmente participamos dessa campanha, reforçando a distribuição normal de alimentos.

SOS NORDESTE

Nossa parceria com as ONGS Cáritas Nacional e Caatinga demonstram que existem alternativas viáveis e baratas para que o sertanejo passe a viver com dignidade em seu próprio habitat, evitando-se o drama da migração – um exílio dentro do próprio país, pois as pessoas são constrangidas a deixar seu rincão, desvinculando-se de suas raízes e culturas para viver em condições precárias em outras regiões do país. A fita de vídeo do insuspeito programa Globo Rural sobre a experiência do Caatinga corrobora nossa afirmação.

1) 1998 e 1999

Repassamos R\$ 21.574,00 para duas ONGs: CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas e CÁRITAS – Ceará:

a) CAATINGA:

R\$ 14.574,00 – para aquisição de 600 quilos de sementes de feijão; 3 mil mudas frutíferas; construção de 10 barragens subterrâneas; plantio de 3 hectares de palma forrageira e construção de 10 cisternas para armazenagem de água. Foram beneficiadas aproximadamente 700 pessoas.

b) CÁRITAS – CEARÁ:

"Mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe."
(Confúcio)



Cidadania, solidariedade e inclusão social.

Comitê Betinho dos Funcionários do Banespa

R\$ 7.000,00 – para construção de um poço profundo, que beneficiou 211 pessoas.

Folha nº	3148	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg. 10.923		

2) 2001

Repassamos recursos para a construção de 33 cisternas, ao custo unitário de R\$ 600,00, totalizando R\$ 19.800,00. Parceiros: Cáritas Nacional(18), Cáritas Fortaleza(10) e Caatinga(5).

O Comitê Betinho já arrecadou recursos para a construção de mais 10 cisternas. Aguardamos projeto da ONG Diaconia para a construção nos estados do Maranhão e Bahia. Totalizaremos, assim, 43 cisternas. A Diaconia é uma entidade de orientação evangélica e assim estaremos mantendo o caráter ecumênico do Comitê, já que a Cáritas é vinculada à Igreja Católica.

Patrocinadores: Comitê Betinho (7), Banespa (14), Sindicatos dos Bancários de São Paulo (3), Bragança Paulista (1) e Catanduva (1), Associação dos Funcionários do Banespa - AFUBESP (3), Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa - AFABESP (3) e funcionários do Banco do Brasil de Maceió (1).

TEMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E CIDADANIA

Abordamos em nossos informativos e em reuniões nos locais de trabalho temas que extrapolam a questão da solidariedade, base de sustentação de nosso trabalho. Lembramos sempre, o papel do Estado na implementação de políticas públicas, que levem ao resgate da cidadania da população:

Atuação do Cerca – Centro de Referência da Criança e do Adolescente (outubro/2001), ONG que combate à violência contra a criança, em parceria com a OAB E Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

Experiência do "Banco do Povo": maio/97; (fevereiro/99-entrevista com Paul Singer); (maio/97); (março/97); (outubro/96); (agosto/96); (julho/96); (junho/96).

Combate ao Trabalho Infantil: setembro/97; outubro/97; outubro/99.

Prevenção ao uso de drogas: abril/98.

Política do FMI: março e abril/99.

Trabalho Voluntário; novembro/99.

Experiências Bem Sucedidas: Fundação Abrem (fevereiro/2001); Médicos Sem Fronteira (nov/99);

Pastoral da Criança (outubro/99); Ação da Cidadania-Comitê Estadual (agosto/99); Projeto Travessia (junho/97).

Tributação Previdenciária a Entidades Filantrópicas (maio/99).

Trabalho de Busca de Crianças Desaparecidas (junho/99).

Corte no Orçamento por Exigência do FMI (abril/99); novembro/98);.

Luta do Povo de Timor Leste (novembro/97).

Homenagem a Betinho (agosto/97);(entrevista em abril/96).

Salário Mínimo – "Vergonha Nacional" (maio/96).

Desemprego – "Inimigo Público nº 1" (fevereiro/96); (setembro/95).

"Mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe."
(Confúcio)



Cidadania, solidariedade e inclusão social.

Comitê Betinho dos Funcionários do Banespa

Democratização da Terra (outubro/95); (abril/95); (setembro/94).

Folha nº. 3149	do
Processo PR-036/1997	
Júlia Maria Corrêa Alves	
eg. 10.023	

2 – ABRANGÊNCIA

O Comitê apóia entidades sociais que realizam trabalho direto com adultos, adolescentes e crianças de famílias de baixa renda, pessoas não assistidas pelo poder público ou vítimas de calamidades. Procuramos repassar a experiência do Comitê para outras empresas, incentivando a participação dos funcionários em Comitês, porém sem o esperado retorno.

3 – TEMPO DA AÇÃO

Em novembro/2001 completaremos 8 anos de atividades ininterruptas.

4 – BENEFICIÁRIOS

Repassamos recursos para ONGs que atendem a população em situação de exclusão social e:
Profissionalização e geração de renda: jovens e adultos desempregados, moradores de rua, favelas e bairros populares das cidades da Grande São Paulo.

Cesta básica: repassamos cestas com alimentos não perecíveis para ONGs cadastradas junto ao Comitê.

Campanhas Emergenciais: vítimas da seca do Nordeste e do descaso do governo para resolver o problema; desabrigados pelas chuvas no Vale do Ribeira.

5 – ORGANIZAÇÃO E AGENTES PARTICIPANTES

Participam do Comitê representantes em locais de trabalho que são responsáveis pela coleta e envio das doações em Vales e Ticktes e também divulgam o trabalho.

PARCEIROS

Mantenedores:

Afabesp – Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa : apóia a captação de recursos junto aos funcionários aposentados.

Afubesp – Associação dos Funcionários do Banespa: contribui mensalmente com R\$ 1.000,00 (um mil reais), desde novembro/97, cede veículo para visita aos projetos de profissionalização e divulga o trabalho do Comitê em seus informativos.

Banespa: cede a infra-estrutura para o funcionamento do Comitê e divulga o trabalho em seus informativos.

"Mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe."
(Confúcio)



Cidadania, solidariedade e inclusão social.

Comitê Betinho dos Funcionários do Banespa

Sindicato dos Bancários de São Paulo: edita gratuitamente 7.000 (sete mil) exemplares do jornal mensal do Comitê, cede veículo para visitas a projetos profissionalizantes e divulga o Comitê em seus informativos.

Ação da Cidadania – Comitê Estadual de São Paulo: participamos de diversos fóruns promovidos pela Entidade, como por exemplo no Dia Mundial da Alimentação, em outubro/2001 e Natal Sem Fome.

Beneficiária:

Folha nº. 3150	do
Processo PR-036/1997	
Lúcia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.923	

Fundação Abrinq Pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes: indica ao Comitê entidades conveniadas que recebem apoio em cursos de profissionalização de adolescentes.

PARCERIAS PONTUAIS:

Associação Brasileira de Busca de Crianças Desaparecidas, publicando edição especial com fotos de crianças desaparecidas, apoio financeiro e jurídico, quando a entidade passava por sérias dificuldades.

Associação Paulista dos Magistrados (APAMAGIS), na campanha SOS Nordeste, em 1999 e na divulgação de matérias do Comitê.

Associação Parceria Contra as Drogas, na realização de eventos para divulgação em dependências do Banco e publicação de matérias da entidade (em conjunto com a Afubesp).

Cerca – Centro de Referência da Criança e do Adolescente, publicando matérias como na do jornal de outubro/2001, indicando a entidade para outras Associações e fornecendo cestas básicas para o Centro repassar para as famílias assistidas.

Editora Salesiana: lançamento e debate do livro Viagem de Volta: Vencer as Drogas é Possível.

7- PARTICIPAÇÃO DE FÓRUNS

Participamos do **Fórum Lixo e Cidadania do Estado de São Paulo,** criado a partir de iniciativa do UNICEF que constituiu o Fórum Nacional, com sede em Brasília. O objetivo do trabalho é tirar crianças e adultos que sobrevivem trabalhando em lixões, dando aos mesmos condições dignas de vida.

"Mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe."
(Confúcio)



Cidadania, solidariedade e inclusão social.

Folha nº	3151	do
Processo	PR-036/1997	
Maria Maria Correa Alves		

Comitê Betinho dos Funcionários do Banespa

8- CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

Diante da atualidade do tema promovemos as seguintes atividades: divulgação em informativos do Comitê, em jornais do Banespa e da Associação dos Funcionários do Banespa, temas relacionados ao assunto; promovemos Feira no Restaurante do Banespa onde a Associação Parceria Contra as Drogas, divulgou vídeos, vendeu produtos e distribuiu folders. Distribuímos material da entidade aos funcionários do Banespa, por malote interno. Propomos à direção do Banespa parceria com o programa da Polícia Militar, o PROED, mas ainda não obtivemos retorno.

9- INFORMATIVOS DO COMITÊ

Como forma de manter a transparência, prestamos contas aos colaboradores em jornais, cuja periodicidade é mensal. Na impossibilidade, essas informações são feitas por boletins. É importante a divulgação do trabalho das entidades, pois serve como banco de dados e já ocorreu algumas vezes de entidades travarem contato devido às publicações do Comitê.

10- CUSTOS

O Comitê não tem nenhuma despesa administrativa em seu trabalho. Até a dezoito meses não tínhamos nenhuma despesa administrativa, mas há 18 meses, diante do aumento do volume de trabalho, passamos a pagar ajuda de custo a duas colaboradoras com R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), cada uma, mensalmente.

11 - ORIGEM DOS RECURSOS

A receita mensal do Comitê, que está atualmente na faixa de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), é obtida da seguinte maneira: em média 700 funcionários contribuem por meio de débito em conta corrente e doação de vale-refeição, além da contribuição de R\$1.000,00 (um mil reais) por mês pela Afubesp. Gradativamente estamos conseguindo a contribuição de pessoas não pertencentes ao quadro de funcionários do Banespa.

12- RESULTADOS

Não dispomos de metodologia para avaliar o impacto dos apoios do Comitê. Dos 101 projetos financiados 80 continuam em atividade, muitos dos quais renovamos a parceria. 8 encerraram as atividades e perdemos o contato com 13 entidades, não sabendo em que pé estão suas atividades atuais. Um dos motivos de firmarmos parceria com a Fundação Abrinq é o rigoroso critério com que seleciona as associações conveniadas. Como forma de prevenir a má aplicação dos recursos, apoiando projetos que não terão longa durabilidade, é a rigorosa seleção, com visita no local. Fruto dessa prática recusamos diversos projetos e reformulamos alguns, tornando-os mais realistas.

13 - PERSPECTIVA DE AMPLIAÇÃO DO TRABALHO

Iremos alterar os estatutos do Comitê para apoiarmos projetos que busquem a inclusão social utilizando-se da arte, pois diversas experiências bem sucedidas indicam que esta é um

"Mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe."
(Confúcio)



Cidadania, solidariedade e inclusão social.

Comitê Betinho dos Funcionários do Banespa

importante instrumento de ressocialização, como por exemplo as experiências desenvolvidas na FEBEM com artes plásticas, fotografias etc. Solicitamos subsídios da Fundação Abrinq – Projeto Nossos Crianças.

14- PREMIAÇÕES

Em 1999, o Prêmio Betinho, Menção Honrosa, outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo.

Em 2000, o prêmio COEP de Mobilização Estadual – Fórum das Entidades Públicas e Privadas, organizado pela Secretaria de Relações do Trabalho.

EXEMPLARIDADE DA AÇÃO

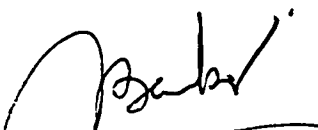
trabalho desenvolvido pelo Comitê, de apoio à projetos de profissionalização e geração de trabalho e renda, campanhas emergenciais e outros comprovam que existem alternativas viáveis para melhorar o nível de vida da população. O trabalho das entidades, muitas vezes anônimos, evita que a barbárie se instale em nossas cidades. Da mesma forma que é necessário ampliar a rede de solidariedade, também se faz urgente cobrar dos governantes políticas públicas para que a cidadania e os direitos humanos transformem-se em realidade.

Com satisfação, os funcionários do Banespa contribuem para que o ideal do **Betinho** se realize: **"...Criar um outro Brasil. Sem miséria, definitivamente um Brasil totalmente simples mas radicalmente humano. Um Brasil onde todos comam todos os dias, trabalhem, ganhem salários, voltem para casa e possam rir, beijar a mulher que ama, a filha que emociona, abraçar o amigo na esquina, se ver no espelho sem chorar pelo que não realizou..."** (Folha de São Paulo, 27/09/1993)

Folha nº	3152	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria Correia Alves		
Reg. 10/92		

COMITÊ BETINHO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANESPA

São Paulo, 31 de outubro de 2001.


José Roberto Vieira Barboza


José Osmar Boldo

**"Mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe."
(Confúcio)**

PLANTA
OU
DOCUMENTO
NÃO
DIGITALIZADO



Folha nº 3155 do

Processo PR-036/1997

Sônia Maria Corrêa Alves

Reg. 10.923

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Grupo de Trabalho Para o Prêmio Herbert de Souza

"Prêmio Betinho de Cidadania"

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO PRÊMIO BETINHO EDIÇÃO 2001





Folha nº. 3156 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correia Alves
Reg. 10.973

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Grupo de Trabalho Para o Prêmio Herbert de Souza
"Prêmio Betinho de Cidadania"

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO PRÊMIO BETINHO EDIÇÃO 2001





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**Grupo de Trabalho Para o Prêmio Herbert de Souza
"Prêmio Betinho de Cidadania"**

Folha nº. 3157 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 00.113

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO PRÊMIO BETINHO EDIÇÃO 2001



INICIATIVA

O Vereador José Eduardo Cardozo - PT propôs e a Câmara Municipal de São Paulo instituiu o Prêmio Herbert de Souza – Betinho. Destina-se a reconhecer publicamente organizações que promovam a luta pela cidadania.

QUEM PARTICIPA

Instituições da sociedade civil sem fins lucrativos: associações, organizações sociais, universidades, fundações empresariais – que desenvolvam atividades sociais no âmbito da cidade de São Paulo.

OBJETIVOS

- Valorizar e fortalecer iniciativas de enfrentamento da fome, da miséria, da violência e outras práticas, cujo horizonte seja a luta pela cidadania.
- Contribuir para a difusão e a multiplicação de experiências positivas.
- Promover o debate sobre as formas de enfrentamento da questão social.

INSCRIÇÕES de 03.09 a 15.10.2001

LOCAIS DE INSCRIÇÃO:

AÇÃO DA CIDADANIA:
Rua Pedro Américo, 32, 13º andar, Centro.
ABONG:
Rua General Jardim 660, 7º andar, Vila Buarque.
OAB – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS:
Rua Senador Feijó, 143, 3º andar, Centro.
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO:
Viaduto Jacareí nº 100 2º andar, sala 208, Secretaria das Comissões: Mari – tel 3111-2050.

ATIVIDADES DO PRÊMIO

01 a 05.10.2001

SALÃO INTERNACIONAL DE HUMOR DE PIRACICABA
Exposição no Hall de entrada da Câmara Municipal

04.10.2001 - 14 às 17 hs
ATIVIDADES CULTURAIS

PAINEL - 17 às 19 hs
PRÊMIOS NA VALORIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES:
SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA

PRÊMIO CRIANÇA E PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA - Ana Maria Wilhelm, Superintendente da Fundação Abrinq
CICLOS DE PREMIAÇÃO GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA (FGV) - Prof. Peter Spink, **COORDENADOR**
PRÊMIO CARLITO MAIA – Sinval de Itacarambi Leão, Diretor Revista Imprensa

(Neste dia a entidade também poderá realizar sua inscrição)

22.11.2001 – 17 às 19 hs
DEBATE: O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL E O PAPEL DA SOCIEDADE

Mario Sergio Cortella Prof. Depto. Teologia e Ciências da Religião e do Pós-Graduação em Educação PUC-SP; foi secretário municipal de Educação de SP, 1991/92.

Oded Gurew Diretor Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Sérgio Haddad Presidente da ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Maria Carmelita Yasbek Coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Exposição e divulgação de trabalhos das organizações inscritas

29.11.2001 – 17:00 hs:
CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO

Local das atividades:
Câmara Municipal de São Paulo - 19:30 horas
Viaduto Jacareí nº 100 - Salão Nobre - 8º andar

REGULAMENTO

QUEM PODE CONCORRER

1. Considerando a importância da participação da sociedade no enfrentamento das desigualdades e na defesa e conquista de direitos, a Câmara Municipal de São Paulo confere anualmente o Prêmio Herbert de Souza – Betinho, a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que desenvolvam atividades, programas e projetos de enfrentamento à fome, à miséria, à violência e outras práticas, cujo horizonte seja a luta pela cidadania.
2. Os projetos concorrentes deverão ter o prazo mínimo de 12 (doze) meses de execução efetiva.
3. Poderão concorrer os que estiverem em andamento na data da inscrição, ou que tenham se encerrado durante o presente ano.
4. Não poderão concorrer os premiados em 1999 e 2000, salvo os que receberam menções honrosas.
5. As entidades que compõem a Comissão Julgadora não poderão se inscrever ou indicar organizações.

INSCRIÇÕES

6. As entidades interessadas poderão concorrer através de inscrição ou de indicação de terceiros.
7. Não há limites de indicações, podendo uma entidade ou uma só pessoa realizar várias indicações.
8. As inscrições e indicações serão feitas mediante:
 - 8.1 entrega da ficha de inscrição preenchida em seu item 1, datada e assinada pelo responsável;
 - 8.2 entrega, em folha à parte, da descrição do programa conforme itens 2 a 12 da ficha de inscrição;
 - 8.3 entrega da cópia do Estatuto da entidade.
9. O prazo de inscrição será de 03/09 a 15/10/2001.
10. A ficha de inscrição poderá ser entregue nos seguintes locais:
Câmara Municipal de SP, Viaduto Jacareí 100, 2º andar, sala 208 (Mari).
OAB – Comissão de Direitos Humanos, R. Sen. Feijó, 143, 3º andar, Centro
ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
Rua General Jardim 660, 7º andar, Vila Buarque.
Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.
Rua Pedro Américo 32, 13º andar, Centro.

JULGAMENTO

11. Os programas, projetos e atividades serão julgados levando-se em consideração:
 - 11.1 Estímulo à organização e à participação da comunidade.
 - 11.2 Efeito multiplicador.
 - 11.3 Exercício de soluções inovadoras e criativas.
 - 11.4 Resultados alcançados na melhoria da qualidade de vida
12. A Comissão Julgadora será composta por representantes indicados pelas entidades definidas na resolução 13/97 da Câmara Municipal de São Paulo, a saber: OAB – Comissão de Direitos Humanos, ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, IBASE - Inst. Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.
13. A Comissão Julgadora definirá sua dinâmica de funcionamento para a leitura e análise dos projetos.
14. A Comissão Julgadora é soberana, de suas decisões relativas à premiação ou eventuais dúvidas acerca deste regulamento não caberão recursos.

OS PRÊMIOS

15. À Câmara Municipal de São Paulo caberá:
 - 15.1 conferir “Salva de Prata” em reconhecimento público ao projeto vencedor;
 - 15.2 conferir menção honrosa de reconhecimento público aos finalistas;
 - 15.3 convidar a entidade vencedora a participar da próxima edição do prêmio, como membro da comissão julgadora.
 - 15.4 dar ampla divulgação aos projetos finalistas, através de todos os meios disponíveis.

A PREMIAÇÃO

16. A cerimônia pública de divulgação e entrega dos prêmios será realizada no dia 09 de Agosto de 2001 em Sessão Solene no Salão Nobre, 8º andar, da Câmara Municipal de São Paulo, às 19:30 horas.

FICHA DE INSCRIÇÃO PRÊMIO BETINHO

Nº _____ /2001

(Datilografar ou preencher em letra de forma)

1. Nome da instituição

Data da Fundação ____/____/____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____ - _____ CAPITAL

Tel (011) _____ Fax _____

e-mail _____

Responsável _____

Cargo _____

DADOS SOBRE O PROGRAMA (preencher em folha à parte, segundo os itens abaixo).

2. Nome do programa, projeto ou atividade. Organizações Envolvidas

3. Data de início.

4. Origem de Recursos (descrever a fonte e o valor anual).

5. PÚBLICO ALVO: População beneficiada diretamente: número de pessoas, sexo, faixa etária e situação sócio-econômica. População beneficiada indiretamente.

6. ABRANGÊNCIA : âmbito de ação, apontando possibilidades de ampliação para outros locais.

7. ORIGEM: Definir a situação que motivou a realização do programa inscrito.

8. PROPÓSITOS, OBJETIVOS E METAS.

9. EXECUÇÃO: Descrever o processo de trabalho - estratégias, atividades, periodicidade, tempo de duração, espaço físico, equipe profissional e/ou voluntária e metodologia.

10. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: Descrever as ações concretas realizadas com a comunidade: famílias, associações, movimentos, grupos, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, órgãos governamentais etc.

11. CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA: Apontar características inovadoras e aspectos criativos da atividade, projeto ou programa inscrito, seu potencial de disseminação e as suas principais contribuições para a construção da cidadania.

12. RESULTADOS: Descrever se existem procedimentos e instrumentos utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Descrever os resultados obtidos.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Cópia do Estatuto da Instituição Podem ser anexados materiais com informações adicionais do programa: vídeos, fotos, folhetos.

Folha nº. **3158** do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

Prêmio

Betinho

3ª Edição

2001

Cidadania e Democracia

Realização:



Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí nº 100 - Bela Vista

Organização:

Gabinete do Vereador JOSÉ EDUARDO CARDOZO - PT

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida

OAB – Comissão de Direitos Humanos

CMSP – Secretaria das Comissões

<http://users.sti.com.br/premiobetinho/>
combetinho@ig.com.br
vereador@joseduardocardozo.com.br

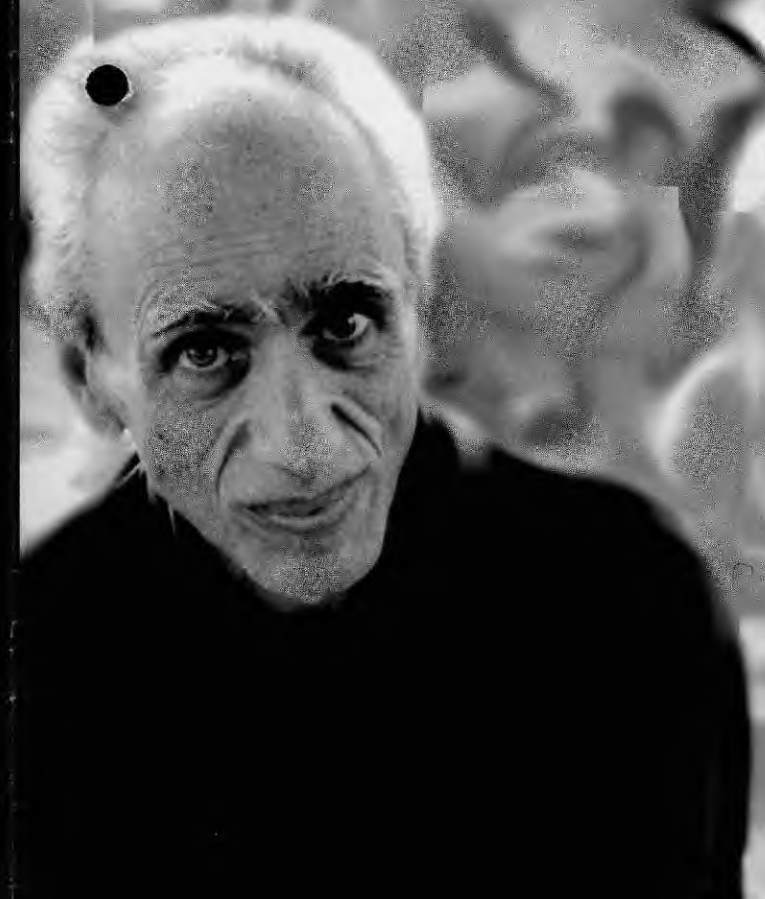
Foto: Lourdes Grzybowski

Arte Gráfica: Márcia Golfieri

Lembrar Betinho é pensar na vida e na solidariedade. É enfrentar a desigualdade, lutar para a realização de direitos e por uma sociedade humana e democrática. Nesse sentido, grupos e organizações que fortaleçam a participação da sociedade são exemplos e sua prática deve ser encorajada e valorizada.

Prêmio Betinho 2001

Cidadania e Democracia





Folha nº. 3159 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.693

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**Grupo de Trabalho Para o Prêmio Herbert de Souza
"Prêmio Betinho de Cidadania"**

COMUNICADO

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DIVULGA O NOME DOS FINALISTAS PARA O PRÊMIO "HERBERT DE SOUZA" - PRÊMIO BETINHO/2001 (Cidadania e Democracia) E CONVIDA TODAS AS ENTIDADES INSCRITAS E INTERESSADOS A PARTICIPAREM DA SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO PRÊMIO, A REALIZAR-SE NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 19,00 HORAS, NO SALÃO NOBRE "PRESIDENTE JOÃO BRASIL VITA" - VIADUTO JACAREÍ, 100 - 8º ANDAR.

ENTIDADES FINALISTAS:

- 1. CENTRO DE EDUCAÇÃO, ESTUDOS E PESQUISAS - CEEP;**
- 2. CENTRO DE CULTURA ARTÍSTICA POPULAR - CECAP;**
- 3. PARCERIA "TEATRO NAS PRISÕES;**
- 4. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA ZONA LESTE - AMZOL;**
- 5. ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOÓCA;**
- 6. INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA - IDDD**

30ª SESSÃO SOLENE

29/11/2001

Folha	3160	do
Processo	13/1997	
Sônia	X	da Alves
Reg.	X	

- À hora convocada, com o Sr. Ivan Neves na presidência, representando o Vereador José Eduardo Cardozo, são abertos os trabalhos da 30ª Sessão Solene da 13ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo, destinada à entrega do Prêmio Betinho 2001 - Cidadania e Democracia, nos termos da Resolução 13/97, de 15 de agosto de 1997, de autoria do Sr. José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Senhoras e senhores, boa noite. Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. A presente sessão solene destina-se à entrega do Prêmio Betinho 2001 - Cidadania e Democracia, às pessoas físicas ou jurídicas que se destacaram na execução de projetos relacionados à luta pela cidadania e ao combate à miséria, no âmbito do Município de São Paulo, de acordo com a resolução 13/07, de 15 de agosto de 1997.

Para compor a Mesa convido os Srs. Ivan Neves, representando, na presidência dos Trabalhos, o nobre Vereador José Eduardo Cardozo; Maria Albertina Galvão representante da Ação da Cidadania contra a miséria e pela vida, seção São Paulo; Cristiano Marona, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional São Paulo, Comissão de Direitos Humanos.

Tem a palavra o Sr. Ivan Neves, que neste ato representa S.Exa. o nobre Vereador José Eduardo Cardozo.

O SR. PRESIDENTE (Ivan Neves) - Boa noite, senhores e senhoras presentes, é com imensa satisfação que quero desejar boas vindas a todos.

Em primeiro lugar, informo que o Vereador José Eduardo não tem condições de se ausentar, neste momento, da sessão plenária. Estamos votando, neste mês, matérias urgentes enviadas pelo Executivo Municipal, projetos importantes para a cidade de São Paulo e principalmente, o Orçamento municipal, que está hoje na pauta em primeira votação. Neste sentido, o nobre Vereador José Eduardo não tem condições de se ausentar dos trabalhos, e sentiu-se muito constrangido por não poder presidir esta sessão.

Em segundo lugar, é uma satisfação enorme, como sociólogo, fazer a apresentação deste Prêmio Betinho 2001 - Cidadania e Democracia.

Não irei me alongar mais, até porque lerei uma breve mensagem do Vereador José Eduardo Cardozo, Presidente da Câmara Municipal, ressaltando exatamente as qualidades e as características do nosso querido Herbert de Souza.

Ao pensarmos em cidadania no Brasil, imediatamente lembraremos do sociólogo mineiro, articulador da maior campanha contra a fome já feita no País, defensor da democracia e da igualdade de direitos e exemplo de luta contra a AIDS. Herbert de Souza, o Betinho, que morreu em 9 de agosto de 1997, sempre será referência na luta pela cidadania. Com muita dedicação e trabalho inovador, Betinho mobilizou a sociedade civil na busca de um mundo mais justo e humano; portanto, a sua luta, a sua mensagem de vida não podem ser esquecidas nas páginas dos arquivos. É uma missão que, como ele gostaria, precisa continuar.

Pensando no exemplo de vida do brasileiro Herbert de Souza, o Betinho, e buscando incentivar a continuidade do trabalho por ele simbolizado, foi elaborada e aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo a Resolução 13/97 instituindo o Prêmio Herbert de Souza, que será entregue anualmente no dia 9 de agosto. Porém, justamente por conta da crise energética vivida no País, fomos obrigados a transferir essa entrega para o dia de hoje, para não comprometer os trabalhos e a continuidade desse prêmio; mas, normalmente, no dia 9 de agosto se realizará esta sessão solene na Câmara Municipal de São Paulo.

Esse prêmio é destinado às pessoas físicas ou jurídicas que se destacam na execução de projetos relacionados à luta pela cidadania e ao combate à fome e à miséria no âmbito do Município de São Paulo. Para finalizar, por que não dizer que esse prêmio deveria ser adotado em todos os municípios do País, porque ele ressalta a nossa luta pela construção da cidadania brasileira?

Em nome do Presidente José Eduardo Cardozo e das entidades que compõem a comissão de trabalho, quero desejar a todos os participantes uma atividade profícua e solidária, como pensou e como pensa Betinho, porque ele está vivo entre nós; como pensou, porque deixou para nós um exemplo de vida na busca de um Brasil mais justo e moderno.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Após ouvirmos as palavras do Sr. Ivan Neves, representando o Sr. Presidente José Eduardo Cardozo, idealizador da criação desse prêmio.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

- É executado o Hino Nacional Brasileiro.

Folha nº. <u>3161</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.923

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Quero registrar a presença dos Srs. Nelson Alexandre da Silva Filho, Presidente da Comissão de Cidadania e Ação Social da OAB, representando o Dr. Carlos Miguel Aidar; Flávia Pereira, primeira suplente de Vereador pelo Município de São Paulo; Denise Hirao, Assessora do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania; Lia Mara Meneghel Ribeiro Chagas, representante do Diretor Geral; Sr. Luiz

Eduardo de Siqueira S. Thiago; Coordenador do Comitê Betinho dos Funcionários do Banespa; Vera Lúcia Ubaldino Machado, representante de S.Exa. a Vereadora Lucila Pizani Gonçalves; Francisco Costa, representante do Administrador Regional da Capela do Socorro, Tadeu Dias Paes; Eliane Pimenta, Diretora Administrativa da Secretaria de Saúde de Mauá; representante do Sr. Márcio Chaves Pires, Vice-Prefeito do Município de Mauá; Inácio da Silva, Diretor do Centro de Direitos Humanos de Campo Limpo; Vereador Nabil Bonduki; Vereador Carlos Neder.

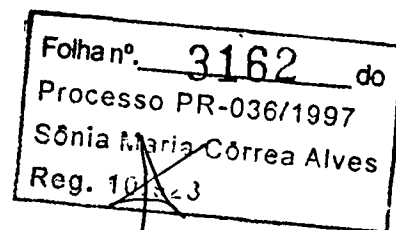
Recebemos diversas mensagens cumprimentando S.Exa, Vereador José Eduardo Cardozo, pela iniciativa, dos Srs. Paschoal Thomeu, Deputado Estadual; Edson Simões, Presidente do Tribunal de Contas; Carlos Miguel C. Aidar, Presidente da OAB; Michael Paul Zeitin, Secretário dos Transportes; Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Domingos Dissei, Vereador; Myryam Athie, Vereadora; Carlos Alberto Bezerra Jr., Vereador; Carlinhos Augusto, Presidente da Câmara Municipal de Santo André; Telma de Souza, Deputada Federal; Marcos Aurélio Garcia, Secretário Municipal da Cultura e Luiz Eduardo de Oliveira Camargo, Vice-Presidente da Associação de Empresários - Aelo.

Prosseguindo, tenho a satisfação de passar a palavra à Sra. Maria Albertina Galvão França, da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, Seção São Paulo.

A SRA. MARIA ALBERTINA GALVÃO FRANÇA - Boa noite a todos. É um prazer estar com vocês. Estamos juntos há muitos anos na luta.

Esse prêmio, de iniciativa do Presidente José Eduardo Cardozo, Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, tem como objetivo incentivar projetos no caminho, na trajetória da construção da cidadania. Nós, da Ação da Cidadania, sentimo-nos muito honrados de fazer parte da organização do prêmio.

Saibam os senhores que os 70 projetos encaminhados são projetos sérios, que vêm na direção da construção da cidadania. Fizemos a escolha com base na inovação e na representatividade dos trabalhos voltados aos interesses de determinados segmentos da população. Sintam-se todos contemplados. Na semana passada ouvimos o Portela - que é um filósofo - dizer um frase que guardarei para sempre: "Se correr o bicho pega; se ficar o bicho come; mas se juntar, o bicho foge". (Palmas) Esse é o intuito do prêmio, essa é a intenção de todas as organizações aqui representadas, seja a Ação da Cidadania, seja o Movimento de Mulheres, na luta contra o desemprego, pelo direito de acesso à escola. Não vamos parar enquanto não construirmos um mundo melhor. Peço uma salva de palmas a todos nós, dos movimentos populares e das organizações aqui presentes. (Palmas)



O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Neste momento, tenho a satisfação de passar a palavra ao Dr. Cristiano Maronna, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional São Paulo.

O SR. CRISTIANO MARONNA - Boa noite a todos. Em primeiro lugar quero externar a honra que significou a participação no grupo de trabalho do Prêmio Betinho 2001.

A análise dos 70 projetos inscritos para o Prêmio Betinho 2001 mostra que há na sociedade muita gente preocupada em trabalhar para reduzir as desigualdades, que são, sem dúvida nenhuma, o maior problema que enfrentamos. Ao mesmo tempo em que percebemos haver tanta gente envolvida, participando de tantos projetos interessantes e criativos, não se pode perder de vista outro aspecto muito importante: não podemos concordar com a ideologia que prega o desmonte do Estado, que prega que a sociedade assuma o papel e as funções do Estado. Sabemos que a opção ideológica que prega o fundamentalismo de mercado, o mercado que se auto-regula, só leva a mais desigualdades, só leva a acentuar essa situação. De modo que o trabalho desenvolvido por essas entidades da sociedade civil não pode prescindir de uma atuação paralela e complementar por parte do Estado.

Posto isso, quero finalizar dizendo que, muito embora a situação seja grave - nós, que vivemos no Brasil, sabemos que há muito a ser feito para chegarmos a nos considerar uma Nação minimamente democrática, para que realizemos o que a nossa Constituição prescreve, especialmente no que diz respeito a um modelo de sociedade livre, fraterna, pluralista, sem preconceitos e menos desigual -, a despeito de tudo, é possível perceber nos trabalhos inscritos para o Prêmio Betinho que, embora estejamos muito longe do ideal, temos possibilidade de melhorar. A esperança na construção de um amanhã melhor e menos desigual é, sem dúvida, algo real e temos o direito de pensar assim.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Anuncio agora a primeira atividade cultural desta sessão solene. Convido o Vocal Amídalas Cantantes e a Oficina de Canto da Câmara Municipal a se apresentarem, sob a regência do maestro Tato Fischer.

- É feita a apresentação musical.

Folha nº. 3163	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves	
Reg. 10.023	

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Nossos agradecimentos ao Vocal Amídalas Cantantes pela apresentação. Tenho a satisfação de registrar a presença, no Salão Nobre, do nobre Vereador José Eduardo Cardozo, a quem convido para ocupar a presidência. S.Exa, neste momento, transmitirá uma saudação a todos.

NICE

Folha nº 3164 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.1.3

- Assume a presidência o Sr. José Eduardo Cardozo.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo - PT)

- Senhoras e senhores, eu não poderia deixar de estar presente a esta sessão solene, mesmo que para fazer uma rápida saudação.

Na verdade, pretendia, como sempre fiz todos os anos, presidir esta sessão. E teria a dupla satisfação de presidi-la como Presidente da Câmara Municipal. Nos anos anteriores, por deferência dos então presidentes da Casa, tive oportunidade de presidir a entrega dos prêmios desta solenidade, por ser o Vereador proponente. Hoje, porém, temos a votação do Orçamento do Município. Tivemos uma sessão longa, que ainda se desdobra, a partir de agora, para as tarefas que a Presidência da Casa tem de exercer. Por esta razão, pedi ao Dr. Ivan Neves que me representasse. Mas não podia deixar de dizer rápidas palavras em relação a este prêmio, mesmo que fugindo dos embates do momento.

Na verdade, esse prêmio foi concebido em um momento muito especial da vida parlamentar desta Casa. Passamos, nas últimas duas Legislaturas, particularmente na última, momentos muito difíceis, momentos em que a negação da ética e da cidadania qualificaram-se de forma impressionante, a tal ponto que, lamentavelmente, esta Casa, em âmbito nacional, ficou conhecida como Casa de desmandos, na qual Vereadores tudo faziam em desacordo com a ética e o interesse público.

Naquele momento, resolvemos criar o Prêmio Betinho. Era indispensável, e disse isso por ocasião da primeira sessão de entrega da premiação, que aqueles que se uniam em torno da ética, que queriam fazer deste Parlamento uma Casa digna, se unissem. Mencionei ainda, naquela primeira solenidade, que esse prêmio era um contraponto à realidade desta Casa. E esse contraponto foi crescendo, afirmou-se, encontrou respaldo nas urnas, nas últimas eleições da Cidade, nas quais a população exigiu que a Câmara Municipal fosse diferente, que esta Casa, uma das maiores Casas de Leis da América Latina, passasse a ter comportamentos diferenciados daqueles que, efetivamente, vinha tendo. A Câmara Municipal começou a mudar a partir de então, e esta Legislatura busca cumprir a missão que a população nos outorgou.

Na medida em que a Câmara recupera sua imagem, o Prêmio Betinho também cresce. Tivemos, este ano, um número incrível de inscrições para disputa do Prêmio, 70 entidades, o que mostra que esse prêmio tem hoje um densidade social, o reconhecimento indiscutível. Tenho absoluta certeza de que nos próximos anos a imagem e a figura de Betinho, que representa a luta contra a exclusão social e pela fraternidade, irá, cada vez mais, tomar conta desta Casa e engrandecer este prêmio que mais uma vez entregamos.

Por esta razão, senhoras e senhores, quero saudar todos que participaram e nos ajudam neste evento, especialmente os funcionários desta Casa que se envolveram, trabalharam e, para minha surpresa, formaram até um coral, que, tenho certeza, pela garra de

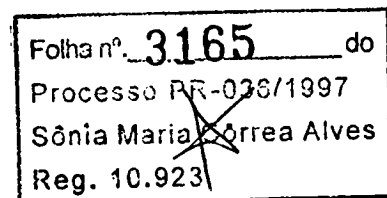
seus integrantes, pelo carinho que dedicam, também se afirmará como sucesso nesta nova fase da Câmara Municipal.

Infelizmente, não poderei acompanhar o restante da sessão. Sei que há expectativas quanto ao resultado, aos vencedores. Eu não sei, nunca quis saber o resultado antes da hora, até para mostrar que a Câmara Municipal não tem participação política neste prêmio. Ele é concedido por entidades da sociedade civil, por pessoas respeitáveis que, evidentemente, julgam com a isenção necessária, longe da coloração político-partidária que, eventualmente, premiações desta natureza acabam tendo.

Portanto, minhas sinceras saudações a todos os concorrentes, meu abraço forte a todos os que sairão daqui hoje como vencedores; e a certeza de que a Cidade, mais uma vez, com o Prêmio Betinho, marcha para reconhecer entidades que lutam de forma abnegada contra a exclusão, pela ética e pela cidadania, mas marcha também, concomitantemente, para que esta Casa seja o que a cidade de São Paulo espera dela. Um beijo, um abraço forte em todos vocês e felicidades aos vencedores.

Muito obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Ivan Neves.



O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Neste momento tenho a honra de anunciar a primeira atividade cultural desta sessão solene: o Coral Amídalas Cantantes e o Coral da Câmara Municipal de São Paulo, sob a regência do Maestro Tato Fischer.

- O Coral Amídalas Cantantes e o Coral da Câmara Municipal de São Paulo executam números musicais, sob a regência do Maestro Tato Fischer.

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Além dos finalistas, o grupo de trabalho e a comissão julgadora do Prêmio Betinho resolveram homenagear algumas das entidades inscritas com uma menção especial.

Neste momento convido o Dr. Cristiano Maronna para que proceda à entrega da Menção Especial ao Instituto de Defesa do Direito de Defesa, representado pela Dra. Flávia Bresser Pereira e pela Dra. Dora Cavalcanti Cordani.

- É feita a entrega da Menção Especial às representantes do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, sob salva de palmas.

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Convido a Sra. Maria Albertina Galvão para fazer a entrega de menção honrosa ao Centro de Cultura Artística Popular - Cecap pelo projeto Plantarte, representado pelo Sr. Odair Correa de Toledo.

- É feita a entrega de menção honrosa ao Centro de Cultura Artística Popular, Cecap, na pessoa do Sr. Odair Correa de Toledo.

O SR. ODAIR CORREA DE TOLEDO - Boa noite a todos. A emoção não nos deixa falar normalmente, mas quero dizer que não saberia o que fazer se não estivesse no Centro de Cultura Popular, no qual trabalho há 16 anos como educador.

Lamento não termos conseguido condução para trazer todas as crianças. Algumas mães, que deixam suas crianças participarem deste trabalho, vieram acompanhá-las.

Eu não seria nada sem meus amigos Marcos, Beto, Iara. Eles me ajudam muito. Somos todos artistas de rua. Trabalhamos há 16 anos, independentemente de patrocínio e verba, estamos aqui com o trocadinho de cada um. E faremos isso por toda a vida, porque as crianças são nossa prioridade, sem elas não existimos. Principalmente as crianças que estão na rua, pelas quais temos o maior carinho.

Agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui. Perdoem-me se esqueci de agradecer a alguém, é uma hora de muita emoção.

Muito obrigado a todos vocês.

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - O pessoal do Centro de Cultura Artística Popular fará uma apresentação de dança afro por crianças de rua e carentes da comunidade.

O SR. ODAIR CORREA DE TOLEDO - Faremos duas apresentações. A primeira é uma proposta alternativa dos educadores que trabalham comigo, um grupo de pessoas do Unisal. São improvisos, desculpem as falhas. Nossa proposta com as crianças não tem caráter profissional, é lazer, cultura e educação. Levamos às ruas lazer, educação e ecologia. Vocês verão um pouco de ecologia, de arte, de música e algumas brincadeiras baseadas nas cantigas de roda, uma performance da dança afro. Posteriormente vocês verão desfile de modas de roupas alternativas, recicladas.

- É feita a apresentação de dança.

O SR. ODAIR CORREA DE TOLEDO - Obrigado. Desculpem as falhas, mas não somos profissionais. Foi tudo feito de improviso, ensaiamos só dois dias, mas isso não reflete a nossa condição de educadores, porque de fato nós somos ótimos. Depois de 16 anos não dá

Folha nº. 3166 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.000

para ser modesto, temos de saber mesmo de Estatuto, de lei e de crianças. O talento cabe a eles, pela inteligência, percepção e criatividade. Palmas para as crianças. (Palmas) Muito obrigado.

Agora vou chamar uma criança que já cresceu e por quem tenho uma grande paixão. É a minha filha, Lua Linda, que vai apresentar o seu trabalho, junto com os nossos queridos amigos educadores, que participam conosco na Faculdade - eu faço Pedagogia, ela Comunicação Social - e estão conosco em todos os eventos, ajudando a molecada.

Lua Linda, a palavra é sua, querida.

A SRA. LUA LINDA - Boa noite. Quero chamar a Isabela, que faz parte do grupo de Comunicação Social. Somos da Universidade Unisal e estamos fazendo um trabalho juntamente com o Cecap, que vamos apresentar. Eu sou a estilista e a Isabela é a coordenadora geral.

A SRA. ISABELA - Boa noite. Meu nome é Isabela, sou coordenadora geral da Engenharia da Arte, uma agência experimental de publicidade da Universidade Salesiana. Estamos desenvolvendo um trabalho junto ao Cecap para ensinar as crianças a fazer moda: moda diferente, moda brasileira, moda do nosso povo, da nossa cultura, com material reciclado. Vou chamar o pessoal para que vocês conheçam o nosso trabalho. Esperamos que daqui a algum tempo vocês possam apreciá-lo novamente, com desenhos das crianças fazendo esse trabalho maravilhoso de reciclagem, mantendo o nosso país limpo, fazendo arte e cultura com o que temos em mãos.

A SRA. LUA LINDA - Quero agradecer às pessoas que apoiam o trabalho do Cecap, juntamente com o coordenador geral, Chiquinho do Brasil, meu pai. Muito obrigada.

- É apresentado um desfile de roupas feitas de material reciclado, sob salva de palmas.

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Vamos prosseguir a sessão solene para entrega do Prêmio Betinho 2001, Cidadania e Democracia, de iniciativa do nobre Vereador José Eduardo Cardozo.

A entidade vencedora do Prêmio Betinho 1999 foi o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo. Sra. representante era a Sra. Lucila Pizani Gonçalves, hoje Vereadora deste Município. Quero convidá-la para fazer parte da Mesa Diretora dos Trabalhos.

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente Dr. Ivan Neves

Folha nº. 3167 do
Professor PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

O SR. PRESIDENTE (Ivan Neves) - Cabe a mim, neste momento, ressaltar por que esta solenidade, esta comemoração, demonstra a importância da participação das entidades que trabalham com a comunidade na cidade de São Paulo.

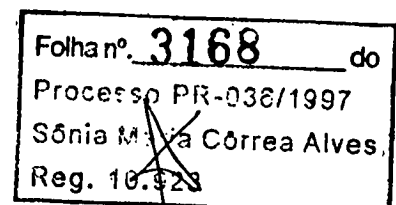
Pretendemos produzir um caderno sobre o Prêmio Betinho com os eventos e trabalhos feitos nestes últimos anos. Queremos começar uma nova etapa, na qual teremos uma aproximação maior com as entidades que concorrem ao prêmio.

Estão conosco as seguintes entidades: Promove Ação Sócio-Cultural; Sociedade Pela Família, SPF; União Brasileira Israelita do Bem-Estar Social; Centro de Educação Estudos e Pesquisas, CEEP; CECAE, Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais da Universidade de São Paulo, rede Saci; Oficina Abrigada de Trabalhos - Shalom, Liga Israelita do Brasil; Liga Israelita do Brasil; Fundação Projeto Travessia; Associação Melhoria da Condição da População Carente; Projeto Ler e Escrever; Instituto de Educação Costa Braga; Sociedade Pestalozzi de São Paulo; Associação Assistencial Promocional Áurea Brasileira; Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa; IBEAC, Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário; Cefran, Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil; Casa dos Velhinhos de Ondina Lobo; Associação dos Celíacos do Brasil; Casa Taiguara; Associação Criança Brasil; Aprofem, Sindicato dos Professores e Funcionários do Ensino Municipal de São Paulo; Associação Santo Agostinho; Associação de Pais Banespianos de Excepcionais; Associação Ação Comunitária da Zona Leste; Obra Social Dom Bosco; Associação de Apoio à Infância e Adolescência Nossa Turma; Sobei, Sociedade Beneficente Equilíbrio de Interlagos; Associação Comunitária Anjos do Ângela; Associação Viva e Deixe Viver; Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente; Federação de Obras Sociais; Conselho de Entidades Filantrópicas e Associações da Cidade Tiradentes; Associação Beneficente El-Shaday em Guaianases; Associação Beneficente El-Shaday em Vila Taquari; Associação Beneficente El-Shaday em Vila Carmosina; Associação Beneficente El-Shaday em Jardim Fanganiello; ADERE, Associação para Desenvolvimento, Educação e Recuperação do Excepcional; Associação de Pacientes Transplantados da Universidade Federal de São Paulo e Associação Nacional de Defesa dos Condôminos.

Citei parte das entidades aqui presentes e, para que não fique cansativo, deixarei para citar as demais em outro momento.

Quero passar a presidência desta sessão solene à nobre Vereadora Lucila Pizani Gonçalves. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Lucila Pizani Gonçalves.



O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Por ocasião da entrega da Menção Especial, as Dras. Flávia Bresser Pereira e Dora Cavalcanti Cordani, representantes do IDDD, Instituto de Defesa do Direito de Defesa, não se pronunciaram. Neste momento, quero conceder a palavra à Dra. Dora Cavalcanti Cordani, para que possa falar algo sobre o IDDD.

A SRA. DORA CAVALCANTI CORDANI - Boa noite. Ficamos absolutamente surpresas com essa Menção Especial, um grande incentivo ao trabalho do IDDD, e não poderíamos deixar de explicar brevemente o que é o nosso trabalho.

O Instituto de Defesa do Direito de Defesa não tem ainda dois anos, é composto por 62 advogados, criminalistas em sua maioria, e por alguns membros da imprensa.

E alguns membros da imprensa. Eu e a Flávia trabalhamos, há anos, em escritórios diferentes, mas existe um grupo restrito de escritórios que só atuam na área penal, e desenvolvíamos trabalhos isolados de assistência judiciária gratuita na área criminal.

Há dois anos decidimos, depois de muito conversar e tentar, fundar uma associação com esse específico, qual seja, o fortalecimento do direito de defesa. Queríamos lembrar à população da nossa cidade, do País, aos advogados, aos juízes, aos promotores que o direito de defesa não é uma arma ou um mecanismo que estimula a impunidade, que contribui para a impunidade. Ao contrário, é garantia básica do cidadão que, infelizmente, na nossa sociedade, não é assegurada à população de forma igualitária, assim como outros direitos. Temos problema de acesso à Justiça, e sabemos disso porque advogamos em escritórios que só podem ser contratados por pessoas com recursos. Sabemos que o tratamento dispensado a um acusado, um preso sem recursos é diferente daquele dado ao que tem advogado, uma família estruturada, dinheiro para contratar uma defesa de qualidade.

Queremos expandir essa idéia, dar instrumentos aos advogados e às pessoas para ampliarem esse trabalho de direito de defesa. Estamos fazendo isso em dois planos, no das idéias e no concreto. A idéia principal do IDDD é mostrar que o direito de defesa é basilar do cidadão. Queremos lembrar aos tribunais que em alguns casos - mais comumente nos crimes praticados por pessoas de baixa renda, que são jogadas nas cadeias e ficam lá esquecidas - a tendência do Tribunal é aumentar a pena, ser extremamente rigoroso. A idéia é o embate jurídico, fazer um movimento que evite esse tratamento duro em algumas áreas, para alguns crimes, como o roubo, por exemplo, problema que enche os presídios de e as delegacias de São Paulo.

E, plano concreto, atuar no dia-a-dia. Todos os nossos associados, e muitas pessoas que têm colaborado em São Paulo, assim como em outras cidades, desenvolvem mutirões em delegacias. Temos também uma parceria com o Tribunal do Júri e tentamos prover um serviço de qualidade na defesa do acusado no âmbito criminal.

Gostaria de passar a palavra para a Flávia.

Folha nº. 3169	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Correia Alves	
Reg. 10.923	

Folha nº	3170
Processo	PR-036/199

A SRA. FLÁVIA BRESSER - Só para encerrar, com esse serviço o IDDD pretende diminuir a desigualdade social. O IDDD tenta recolocar a pessoa que já cumpriu pena e está de volta à sociedade, sem nenhuma estrutura, sem apoio do Estado, o que é um incentivo à reincidência, ao aumento da criminalidade. Queremos mostrar que a defesa é importante, as pessoas que cometem erros são seres humanos, como qualquer cidadão, merecem o respeito da nossa sociedade, uma segunda chance. O IDDD tem também esse escopo.

Lutamos contra um grande preconceito, porque o discurso reinante é contra a impunidade, contra a violência, como se a inexistência do direito de defesa e o esquecimento das pessoas que estão presas fosse a solução para não enxergarmos o ponto principal - desigualdade social - que origina essa violência e fingirmos que o aumento da pena, mais pessoas na cadeia, solucionará um problema que é muito mais do que isso. O trabalho do IDDD.

O trabalho do IDDD é tentar ajudar as pessoas que estão esquecidas, que não têm apoio e que, se não tiverem uma segunda chance, serão, sim, o maior instrumento para o aumento da violência.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Neste momento, convido o Dr. Cristiano Maronna para fazer a entrega de menção honrosa para a Associação de Mulheres da Zona Leste - Amzol, pelo projeto Atendimento Jurídico às Mulheres em Situação de Violência; a Amzol está aqui representada pela Sra. Maria Aparecida de Lima.

- É feita a entrega de menção honrosa à representante da Amzol, sob salva de palmas.

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Passo a palavra à Sra. Maria Aparecida de Lima, representante da Amzol.

A SRA. MARIA APARECIDA DE LIMA - Boa noite a todos. Em nome das mulheres da Associação de Mulheres da Zona Leste, agradecemos o recebimento desta menção honrosa. Para nós foi uma surpresa muito grande.

A Amzol existe há 14 anos e há 5 anos desenvolve um trabalho de atendimento jurídico às mulheres vítimas de violência. Além disso, temos oficinas para o desenvolvimento da auto-estima das mulheres nas periferias da zona Leste.

A atuação da Amzol abrange as regiões do Itaim Paulista, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo e Guaianases e foi fundada com o objetivo de organizar as mulheres para

lutar pelos seus direitos. Nos anos 90, quando houve na região vários casos do chamado "crime do ácido", fomos para as ruas organizar as mulheres contra esse tipo de discriminação. A partir daí, começamos um trabalho de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Em 1994, depois que cinco mulheres da nossa região fizeram o curso Promotoras Legais, sentimos a necessidade de fundar o Centro de Atendimento Jurídico Maria Miguel, que tem esse nome em homenagem à Sra. Maria Miguel, de 82 anos, uma das fundadoras da nossa região e um exemplo de luta para as mulheres. Em cinco anos o Centro já atendeu cerca de seis mil mulheres. Temos um convênio com a Procuradoria do Estado, que cede verbas para o pagamento de três advogados e um estagiário; o restante do trabalho é feito por voluntárias da região.

Queremos agradecer, em nome de todas as mulheres, essa menção honrosa, que entrego à Sra. Maria Miguel, que vai declamar uma poesia sobre as mulheres da zona Leste, mulheres sofridas, mas que têm muita garra na luta pelos direitos da cidadania, pelos direitos das mulheres e das crianças.

A Sra. Maria Miguel expressará melhor todo sentimento da mulher para as pessoas presentes.

Gostaria de agradecer a todas as companheiras da Amzol que estão presentes. Peço que se levantem, assim como os companheiros de São Miguel e do Itaim Paulista. (Palmas)

Agradeço a nossa companheira Flávia, da Casa Lilith, à companheira Luíza Tomita, à Kátia, a todas as pessoas. A Kátia fará uma representação da violência doméstica para despertar a consciência das nossas jovens. Nossa homenageada, Dona Maria Miguel, tem 82 anos, estamos bastante preocupadas com a conscientização das mulheres jovens, que devem continuar nosso trabalho, nossa luta. Afinal, os anos passam, a gente se vai. E a juventude precisa assumir essa luta para fazermos deste País um lugar mais justo, mas solidário, mais fraterno.

Passo a palavra à Sra. Maria Miguel.

A SRA. MARIA MIGUEL - Boa tarde a todos, às amigas e colegas da Associação da Zona Leste. Fico muito agradecida por ter a retribuição e recompensa ao ter meu nome nesse centro jurídico. Foi um privilégio. Eu não esperava. Minha mãe sempre dizia que de onde menos se espera é que vem, e tivemos sempre a esperança desse reconhecimento. Às vezes sabemos das coisas mas não temos voz, não temos oportunidade e deixamos de participar. Mas há muitos anos, tenho feito caminhadas com as mulheres da zona Leste. Fico muito feliz em participar deste evento.

Folha nº. 3171	do
Processo PR-036/1997	
Sônia Maria Côrrea Alves	
Reg. 10.923	

Lerei uma poesia que fiz. Quando tenho tempo ou oportunidade - Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia das Crianças - faço poesias. Na revista *O tempo é presença* foi publicada minha primeira poesia, que passo a ler:

"O Povo é Poeta
Um dia a mulher gritou:
- Sou guerreira!
E o eco da sua voz se fez ouvir
Além das fronteiras.
Sou mulher - mãe e guerreira.
O fogão não é mais meu limite.
Sou chamada a rainha do lar.
Mas sou maior que o oceano e o mar.
Saí... A aurora não ganhara ainda o céu.
Fui ao sepulcro do meu povo - qual Madalena
Um dia - e vi... havia vida a proclamar...
E meu limite não ficou sendo o meu lar.
Sou mãe... Dou a vida.
Sou esposa - sou compreensão.
Sou mulher - dor.
Sou povo, sou amor - Anunciação.
Onde houver um caído, eu levanto.
Onde há um morto, um doente
Chorando... Sou guerreira,
Sou pássaro ... eu canto.
Levanto meu povo, e o tiro da escravidão.
Meu nome é Libertação.
Sou paz, sou a esperança.
Sou arco-íris neste mundo de injustiça.
Sou a igualdade...
Meu nome é Fraternidade.
Me chamo povo - sou humanidade.
Quem quiser me encontrar...
É fácil ... não estou só no lar.
Estou na luta - sou guerreira,
Sou negra, sou pobre,
Sou velha, sou viúva
E quase analfabeta.

Folha nº. <u>3172</u> do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 18.823

Mas é fácil me encontrar na luta.
No movimento popular!
Todos me conhecem ...
Sou o resto que sobrou de alegria e amor.
Sou tudo de bom, de sonho, de céu;
Sou apenas Maria Miguel!"

Folha nº. 3173 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Correa Alves
Reg. 10.924

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - São as mulheres da zona Leste, agora compartilhando com a Sra. Maria Miguel, que acabou de recitar uma poesia de sua autoria.
Vamos agora assistir à performance da Amzol sobre violência doméstica.

- É apresentada uma performance sobre violência doméstica. (Palmas)

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Convido a Sra. Maria Albertina Galvão para fazer a entrega de menção honrosa a mais uma entidade, a Associação Ação dos Trabalhadores da Região da Mooca, aqui representada pelo Sr. Valdeci Gomes.

- É feita a entrega de menção honrosa ao representante da Associação Ação dos Trabalhadores da Região da Mooca, sob salva de palmas.

O SR. VALDECI GOMES - Boa noite. Agradeço a oportunidade.

Quero fazer um rápido resumo do nosso trabalho. A Associação Ação dos Trabalhadores da Região da Mooca foi fundada em 1979 e estará completando 22 anos no dia 15 de dezembro. A entidade surgiu a partir do movimento operário da região da Mooca, que tinha por volta de 70 mil trabalhadores na época da fundação. A base desse movimento é, em grande parte, dos metalúrgicos. Participávamos da Oposição Metalúrgica juntamente com a mobilização que havia na época na região do ABC, o que foi levando os companheiros a pensar num local próprio, definitivo. Fundamos, junto com esses companheiros, a nossa associação cujo espaço garantia a nossa organização e as discussões para o preparo das intervenções nas assembléias do sindicato, assim como as informações sobre leis trabalhistas e esse tipo de coisa. A partir daí fomos aumentando a participação, chagamos até a Conclat; depois que surgiram as centrais sindicais, reduzimos bastante a participação operária.

Por volta de 1984, com a entrada do governo civil, deixamos um pouco o movimento sindical, bastante fraco, e entramos na luta pela moradia. Temos hoje um movimento bastante grande em toda a Cidade, inclusive na nossa região, para a construção de moradias populares. Participamos das atividades de mutirões tanto no Município como no âmbito do Estado e do Governo Federal; se bem que o que tem saído mais é do Governo

Municipal. Ficamos parados vários anos, pois o Governo deixou de liberar verbas, e tivemos dificuldades de provar que não tínhamos ficado com os recursos. Agora essas atividades estão sendo retomadas.

A finalidade da associação, desde que foi fundada, é servir o trabalhador sem se vincular a partido, religião ou governo, e temos mantido esse objetivo com grandes dificuldades. Temos agora algumas atividades em funcionamento, como cursos de formação, de preparação para o vestibular e de informática. A associação também cuida de moradia e formação do trabalhador. O nosso objetivo é basicamente servir ao trabalhador no que for possível.

Agradecemos a oportunidade. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Convido o Dr. Cristiano Marona para proceder à entrega de mais uma menção honrosa. Convidamos o CEEP - Centro de Educação, Estudos e Pesquisas - pelo projeto Supletivo Profissionalizante - Construindo o Saber, representado pelo Sr. Cícero Umbelino da Silva, acompanhado dos Srs. José Carlos Pereira, José Costa Prada e Sueli Bossan.

O SR. CÍCERO UMBELINO DA SILVA - Boa noite, amigos e amigas, companheiros e companheiras, quero partilhar um pouco a nossa alegria de estar aqui recebendo esse prêmio muito importante para nós, trabalhadores, que lutamos por uma educação pública gratuita e de qualidade.

Estou muito feliz também pelo fato de estarmos juntos nesta Casa. Não é apenas o CEEP, não são apenas 5 entidades premiadas, são mais de 70 entidades que trabalham no combate à exclusão social e lutam por uma sociedade justa, sem opressão e sem exploração.

Nós, trabalhadores do CEEP, acreditamos que essa luta passa, necessariamente, pela Educação porque mais de 60% dos trabalhadores não têm quatro anos de escolaridade. É por isso que o CEEP está nessa luta há mais de 20 anos. Começamos pela organização do local de trabalho, pela resistência à ditadura, nos anos 60 e 70.

Não quero alongar a minha fala, para partilhar também essa alegria com os outros companheiros que aqui estão.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA - Boa noite a todos. Quero dizer que sinto-me honrado de estar hoje participando de um evento tão importante como este.

Faço parte e represento entidades sindicais que, junto como CEEP, trabalham no desenvolvimento do Projeto Supletivo Profissionalizante. São cerca de 14 sindicatos que acreditam ser possível termos um país mais feliz. Acreditamos ser possível acabar não só com

Folha nº.	3174	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria C. Alves		
Reg.	101323	

o analfabetismo entre os adultos, mas com o constrangimento amargado por trabalhadores que saem em busca de emprego e ouvem um "não" por terem uma certa idade e, principalmente, por não terem escolaridade. Isso assusta, porque escolaridade nem sempre significa competência, escolaridade nem sempre significa cidadania. Cidadania é o que acabamos de assistir aqui hoje, esses jovens cantores, crianças que formam uma orquestra harmônica mostrando o que é o brasileiro, o que é o nosso país.

Junto com esses sindicatos, nós, metalúrgicos de Limeira, acompanhamos o processo de desenvolvimento do Projeto Supletivo e hoje estamos felizes, sentimo-nos honrados, o que nos dá forças para superar as barreiras que certamente encontraremos pela frente e vencê-las, para construirmos um país melhor e mais feliz.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. JOSÉ COSTA PRADO - Boa noite a todos. Sou um dos alunos do Curso Supletivo Profissionalizante que o CEEP desenvolve e estou aqui representando os colegas de classe.

Folha nº 3175 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. 10.923

É muito importante estarmos aqui hoje. Nós, alunos, educadores e diretores do CEEP temos clareza de que o CEEP não dará conta de resolver os problemas da educação no Brasil, um país que tem 26 milhões de analfabetos. Mas entendemos que o nosso esforço e a nossa proposta de educação vêm no sentido de alavancar o movimento pela educação e pela recuperação da escolaridade dos trabalhadores brasileiros. Não temos a pretensão de suprir o que o Estado deixou de fazer, mas queremos, com essa experiência, mostrar que é possível fazer um trabalho de boa qualidade, que é possível resgatar a cidadania desse povo, que é possível resgatar a escolaridade do trabalhador que foi expulso da escola na infância e na adolescência.

No ano passado, aos 47 anos, concluí o ensino fundamental no Supletivo Profissionalizante. Este ano estou imbuído de dar continuidade a esse projeto, cursando o Supletivo do Ensino Médio. Esse esforço que nasceu nos anos 70, junto com os companheiros da Associação da Mooca, quando tentávamos buscar a formação dos trabalhadores pelos trabalhadores, está hoje dando os primeiros resultados. Quero dizer ao companheiro Adalberto que fiquei muito feliz de ver aqui a Associação Ação dos Trabalhadores da Região da Mooca, que junto conosco formou aquela associação nos anos 70. O CEEP é o prosseguimento do trabalho que fizemos nos cursinhos, naquele momento. Estamos muito felizes de estar aqui com vocês compartilhando esta noite maravilhosa.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. SUELI BOSSAN - Boa noite. Falarei em nome dos professores do supletivo. Há muitos anos, juntamente com o CEEP, estamos bastante preocupados com a

questão da recuperação da escolaridade dos trabalhadores e com a garantia da certificação do saber do trabalhador.

O mundo em que vivemos, construído pelos trabalhadores, não valoriza, não reconhece, não certifica esse conhecimento. As pessoas estão nos bancos das escolas porque os trabalhadores as construíram.

Nossa luta é no sentido de criar um modelo e mostrar aos governantes e à sociedade que é possível, é viável, dá para recuperar a escolaridade com qualidade, com conteúdo. Essa é uma dívida que temos com os trabalhadores do País.

O SR. CÍCERO UMBELINO DA SILVA - Quero fazer uma justiça. O Projeto Supletivo Construindo o Saber não é feito só pelo CEEP. Há também o trabalho de algumas instituições públicas, da Rede Paula Souza, entidade que certifica o nosso curso, da Faculdade de Educação da USP, que trabalha na formação de educadores e é também uma das fontes de recursos, e da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho.

Do outro lado, temos os movimentos sociais, muito importantes. São nove sindicatos - o Pereira falou em nome dos sindicatos. Temos a Pastoral Operária Metropolitana, a Entidade São Paulo Apóstolo, a Afubesp - Associação dos Funcionários do Banespa - e outras entidades e movimentos sociais que estão junto conosco nesta caminhada. De maneira alguma, o CEEP faz o trabalho sozinho. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Tem a palavra a nobre Vereadora Lucila Pizani Gonçalves, Presidente desta sessão solene, que citará o nome das demais entidades que participam do Prêmio Betinho 2001 - Cidadania e Democracia.

A SRA. PRESIDENTE (Lucila Pizani Gonçalves - PT) - Cumprimento todos os presentes a esta sessão, que é pura emoção. Estou muito emocionada, sinto-me honrada e espero que este prêmio dê muita força e energia a todas as entidades que resistem e lutam nesta cidade.

Estão conosco as seguintes entidades: Promove Ação Sócio-Cultural; Sociedade Pela Família, SPF; União Brasileira Israelita do Bem-Estar Social; Centro de Educação Estudos e Pesquisas, CEEP; Ceca, Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais da Universidade de São Paulo, rede SACI; Oficina Abrigada de Trabalhos - Shalom, Liga Israelita do Brasil; Fundação Projeto Travesia; Associação para Melhoria da Condição da População Carente; Projeto Ler; Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana - CROPH; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo; Associação de Alunos e ex-Alunos dos MBAs da USP; Instituto Agora em Defesa do Eleitor e da Democracia; Parceria Teatro nas Prisões; União Popular de Mulheres de Campo Limpo e

Folha nº. **3176** do
Processo PR-036/1997

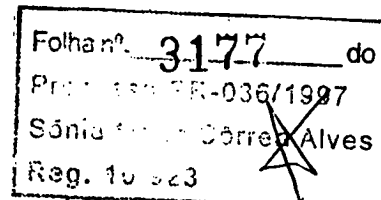
~~Assinatura~~ **Assinatura** ~~Assinatura~~ **Assinatura**

Adjacências; CAP Lar São Cosme e Damião; Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Programa Usuário do Amanhã; Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM - Projeto Trem da Vida; Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho - IBEAC; Associação de Mulheres da Zona Leste - Amzol; Lar Dona Cotinha; Mamãe - Associação de Assistência à Criança Santamarense; Associação Profissionalizante BM&F - APBM&F; Grêmio Recreativo Cultural Bloco de Samba Vamos que Vamos; Federação de Bandeirantes do Brasil - Região São Paulo; Centro Comunitário da Criança e do Adolescente - CCCA; Associação dos Trabalhadores da Região da Móoca; Associação Grupo de Apoio a Dependentes de Drogas e Familiares; Instituto de Defesa do Direito de Defesa IDDD; Comitê Betinho - dos Funcionários do Banespa.

São essas as entidades que merecem os nossos aplausos. Informo também que todas as entidades receberão certificados pela participação no processo. (Palmas)

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Vamos agora anunciar o nome do vencedor do Prêmio Betinho 2001. Convido a nobre Vereadora Lucila Pizani Gonçalves, Presidente desta sessão solene, para fazer a entrega da Salva de Prata à entidade vencedora. Convido a Parceria Teatro nas Prisões, que receberá o Prêmio Betinho pelo Projeto Direitos Humanos em Cena. Convido os Srs. Osmar de Souza Araújo Filho, Fábio Moreira, da Funap, Geo Brito, do Centro Teatro dos Oprimidos e a Sra. Denise Hirao, da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, para que recebam das mãos da nobre Vereadora Lucila Pizani Gonçalves a Salva de Prata.

- É feita a entrega do prêmio, sob salva de palmas.



O SR. OSMAR DE SOUZA ARAÚJO FILHO - Boa noite. Meu nome é Osmar, sou sociólogo. Estou muito emocionado. Elaborei este texto no final de semana, com a importante colaboração dos amigos e dos parceiros.

Esse projeto que trabalha com presos usando o Teatro do Oprimido e a pedagogia do oprimido tem algo de especial, a idéia de trabalhar em parceria. Isso é muito importante, a parceria como se fosse um casamento. Fizemos um casamento com a Funap, instituição flexível, que dialoga e está comprometida com um trabalho de ressocialização dos presos; fizemos uma parceria com o Centro do Teatro do Oprimido, centro de excelência no mundo do teatro aplicado; e tivemos a sorte de contar com a participação dos oficinairos que fizeram o teatro, e do pessoal da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania.

Quero deixar claro que esse projeto não é feito para os presos, mas para a instituição chamada prisão. O mesmo projeto poderia ser feito para a instituição escola, que é o

que estamos começando a fazer. O projeto tenta trabalhar com os atores que no dia-a-dia se relacionam, têm problemas e conflitos e acabam por violar os direitos humanos.

A idéia é que esses autores - opressores, oprimidos, guardas, agentes técnicos, psicólogos, diretores - possam, no palco do teatro, discutir esses problemas. É isso que faremos.

O projeto atingiu, com o apoio de todos - tanto do Secretário da Justiça, quanto do Secretário da Penitenciária - 37 penitenciárias. Fizemos 10 fóruns públicos nos quais a sociedade civil pôde discutir os problemas dos presidiários, dos agentes penitenciários, e mais dois outros fóruns regionais, em Prudente e Marília, onde os presos saíram das prisões e foram discutir com a sociedade os seus problemas, os nossos problemas, porque os problemas deles são nossos também. Emocionou-me muito, no final de um fórum público, uma presa dizer que não queria mais fazer rebeliões, e sim teatro. Isso é muito importante.

Convido todos a participarem, no dia 12 de dezembro, no Memorial da América Latina, das peças dos presos, presas e agentes penitenciários. Vamos tapar os buracos do Carandiru, abrir as portas das prisões.

Passo a palavra ao Fábio Nogueira, da Funap.

O SR. FÁBIO NOGUEIRA - Boa noite a todos. Em nome da Funap, da Gerência de Educação e Cultura, da Diretoria de Atendimento e Promoção Humana e da nossa diretora executiva, Berenice Gianela, gostaria de agradecer a presença de todos e dizer que educar no presídio não é tarefa para qualquer um.

Quero mencionar os nossos educadores, nossos professores, que estiveram com seus alunos, com todo o universo prisional fazendo esse projeto de oficinas de teatro, discutindo direitos humanos. Educar em direitos humanos é uma tarefa não muito fácil.

Portanto, nós, da Funap, que trabalhamos com educação em todos os presídios do sistema penal paulista, um trabalho produtivo, queremos agradecer a esta Casa e dizer que não devemos nos colocar contra os direitos humanos. Como diz nosso amigo Dermi, isso acontece por ignorância ou por má-fé. Quando é por ignorância, o processo educativo pode fazer com que não nos posicionemos contra os direitos humanos. Mas muitas pessoas vivem, por má-fé, da bandeira contra os direitos humanos. São eles vereadores, deputados, comunicadores sociais que exploram essa posição contrária aos direitos humanos. A educação tem de andar na contramão da opressão, da violência.

Muito obrigado.

O SR. GEO BRITO - Boa noite. Represento o Centro de Teatro do Oprimido, formado por uma equipe composta pela Bárbara Santos, Claudete Félix, Olivar Benelaque,

Folha nº	3178	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria Gonçalves Alves		
Reg. 1997		

Ellen Sara Pequi, e dirigida pelo nosso irmão, companheiro, mestre Augusto Boal, que muito nos honra de estar aqui neste momento.

Quero louvar esta Casa, é fundamental um poder constituído como a Câmara Municipal reconhecer, na nossa recente e ainda insuficiente democracia brasileira, todos esses trabalhos, não só o nosso, mas o de todas as entidades que lutam em prol dos direitos humanos. Sabemos que no Brasil, antes mesmo de lutarmos pelos direitos humanos, lutamos pelo direito à vida, à alimentação, à moradia, ainda não conseguimos atingir os direitos humanos básicos. Estamos em busca do direito à vida, à vida digna. Não conseguimos ainda chegar aos direitos humanos, estamos em busca pelo direito à vida digna.

Aproveito o momento para convidar a todos para o lançamento da *Revista Internacional de Teatro do Oprimido*, técnica aplicada em 70 países, que publicará artigos da Palestina, África do Sul, Índia, França, Estados Unidos, Brasil, falando sobre o Projeto Teatro nas Prisões. O lançamento será no dia 3 de dezembro, segunda-feira, às 19h, na Avenida Mem de Sá, 31, na nossa Fábrica de Teatro Popular, no Rio de Janeiro. Quem não puder estar presente, basta contactar-se à rede internacional de computadores, no endereço www.ctorio.com.br, pois o evento será transmitido ao vivo. Fico muito feliz por haver tantos projetos assim, resgatando o ser humano que ainda existe na nossa sociedade tão desumana, sociedade que pretendemos mudar, pois sabemos que um outro mundo é possível.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. DENISE HIRAO - Em nome da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado, quero registrar o nosso agradecimento pela concessão desse prêmio entregue pela Vereadora Lucila Pizani Gonçalves que, na minha opinião pessoal, representa um exemplo de militância em favor dos direitos humanos.

Considerando todos vocês parceiros na luta pela efetivação dos direitos humanos, quero apenas reiterar o convite feito pelo Osmar para que estejam todos, no dia 12 de dezembro, no Memorial da América Latina, para o fórum estadual que apresentará diversas dessas peças, em que vocês também poderão participar do Projeto Direitos Humanos em Cena.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. OSMAR DE SOUZA ARAÚJO FILHO - Para encerrar, quero transmitir um recado: há convites lá fora para o evento do dia 12 de dezembro. Por favor, peguem e leiam com atenção. E só quero lembrar que meu nome é Osmar, pertencço ao People's Palace Projects e Mudança de Cena, e que estamos muito gratos pelo prêmio.

Obrigado. (Palmas)

Folha nº	3179	do
Processo	PR-036/1997	
Seria		mes
Reg. nº		

O SR. JOSÉ GUIDO DOS SANTOS - Convido a todos para o coquetel naturalista que será servido no saguão, oferecido pela organização social Casa de Solidariedade, Reabilitação e Reintegração de Caieiras.

Passo a palavra à nobre Vereadora Lucila Pizani Gonçalves, presidente desta sessão solene de entrega do Prêmio Betinho 2001, Cidadania e Democracia, para as suas considerações finais e para promover o encerramento dos trabalhos desta noite.

A SRA. PRESIDENTE (Lucila Pizani Gonçalves - PT) - Gostaria de falar muito para expressar toda a emoção que sinto, a mesma emoção que senti em 1999, por ver nos bairros da nossa cidade expressões tão fortes de coragem e de resistência.

A Câmara Municipal de São Paulo, em meio a tantas contradições, está avançando cada vez mais para se tornar a expressão da força, da luta pela transformação desta cidade e fico muito feliz por conceder esse prêmio, de iniciativa do nobre Vereador José Eduardo Cardozo. Quero cumprimentar e parabenizar todas as entidades participantes, especialmente as que receberam menção honrosa e a salva de prata, e desejar que sejam muito felizes. O reconhecimento da Cidade, por meio da concessão do Prêmio Betinho da Câmara Municipal de São Paulo, nos dá grande força.

Digo isso porque nossa entidade, a Cedep, assim como todas as outras, sentiram esse apoio. O prêmio é um incentivo para continuarmos essa luta tão difícil para que, cada vez mais, os direitos humanos, a cidadania vença, prevaleça, e todos nós, homens, mulheres, crianças, possamos fazer desta cidade um lugar bom para morar. Estamos empenhados nesta luta.

Agradeço a todos e parabenizo os que participaram deste processo - bastante refletido, trabalhado, no qual muitas pessoas trabalharam, inclusive funcionários da Casa - que agora não se limita à entrega do prêmio, envolve muito debates.

Ficamos muito felizes e contentes e espero que esta cidade e suas organizações continuem participando, enfrentando os desafios com força, com resistência.

Tenho hoje a tarefa, o compromisso, juntamente com outros vereadores e vereadoras desta Casa, de lutar pela cidadania, pelos direitos humanos. E que Betinho nos abençoe, ajude-nos a continuar fortes para lutar por uma sociedade igualitária, que respeite os direitos humanos e na qual todos possam viver bem.

Esta é minha vontade. Desejo muita força, energia e, especialmente, esperança para todos nós. Parabéns a todos. Está encerrada a sessão.

Boa noite.

Folha nº	3180	do
Processo	PR-036/1997	
Sônia Maria Corrêa Alves		
Reg. 10	113	

Folha nº 3181 do
Processo PR-036/1997
Sônia Maria Corrêa Alves
Reg. ~~10.923~~

FOLHA EM BRANCO



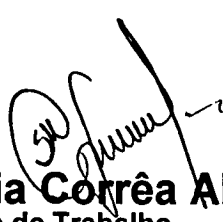
Câmara Municipal de São Paulo

GRUPO DE TRABALHO PARA O PRÊMIO HERBERT DE SOUZA
"PRÊMIO BETINHO DE CIDADANIA"

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

ÀS FOLHAS 3181 FICA ENCERRADO O
VOLUME 12 DO PROCESSO PR-
036/1997.

EM 11/08/2003


Sônia Maria Corrêa Alves
Grupo de Trabalho